SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

AMUPE

Pernambuco , 18 de Novembro de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco • ANO XVII | Nº 3974

ASSOCIAÇÃO MUNICIPALISTA DE PERNAMBUCO – AMUPE
DIRETORIA EXECUTIVA
BIÊNIO 2025/2027

PRESIDENTE:
Marcelo Fuchs Campos Gouveia – Paudalho

VICE-PRESIDENTE:
Pedro Ermirio de Almeida Freitas Filho - Aliança

1º SECRETÁRIO:
Elcione da Silva Ramos Pedrosa Barbosa - Igarassu
2º SECRETÁRIO:
Mirella Fernanda Bezerra de Almeida - Olinda
1º TESOUREIRO:
Ruben de Lima Barbosa - Panelas
2º TESOUREIRO:
Elioenai Dias Santos Filho - Cabrobó
SECRETÁRIA DA MULHER:
Márcia Conrado de Lorena e Sá Araújo - Serra Talhada
SUPLENTE DA SECRETÁRIA DA MULHER:
Juliana Barbosa da Silva Aguiar - Casinhas

CONSELHO FISCAL

TITULARES:
1º - Sérgio Procopio Colin da Silva Carvalho - Toritama
2º - Orlando Jorge Pereira de Andrade Lima - Limoeiro
3º - Rivaldo Alves de Souza Junior – Saloá

SUPLENTES:
1º - Ana Carolina Coelho Jordão – Ribeirão
2º - Maria Izalta Silva Lopes Gama – Ibirajuba
3º - Maria Zeneide Medeiros da Costa – Cumaru

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSÓRCIO DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PAJEÚ - CIMPAJEÚ

PRESIDÊNCIA DO CONSÓRCIO DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PAJEÚ - CIMPAJEÚ
PORTARIA Nº 012/2025

Portaria Nº 012/2025

Designa a senhora BRUNA MARIA LEITE DO NASCIMENTO para exercer a função de Coordenadora do Núcleo da Mulher do CIMPAJEÚ, sem remuneração.

O Presidente do **CONSÓRCIO DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PAJEÚ – CIMPAJEÚ**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais definidas no Estatuto, e,
CONSIDERANDO, que os cargos de provimento em comissão são livre nomeação e exoneração do Poder Executivo, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:
Art. 1º. Designa a senhora **BRUNA MARIA LEITE DO NASCIMENTO**, inscrita no CPF sob o nº 065.896.884-00, para exercer em cumulação, a função de **Coordenadora do Núcleo da Mulher do CIMPAJEÚ,** sem remuneração.
Art. 2º. As despesas de pessoal decorrentes desta Portaria serão suportadas pelas dotações no Orçamento Anual de cada Exercício.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.
Publique-se.
Cumpra-se.

Afogados da Ingazeira - PE, 03 de Novembro de 2025.

LUCIANO TORRES MARTINS
Presidente do CIMPAJEÚ

Publicado por:
Hilana Pricila de Sá Bezerra Santana
Código Identificador:D077C9E3

PRESIDÊNCIA DO CONSÓRCIO DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PAJEÚ - CIMPAJEÚ
PORTARIA Nº 013/2025

Portaria Nº 013/2025

Exonera a senhora THAYS CRISTINA LEANDRO GOMES SIQUEIRA do cargo em comissão de Coordenadora de Enfermagem do SAMU III Macrorregião.

O Presidente do **CONSÓRCIO DE INTEGRAÇÃO DOS MUICÍPIOS DO PAJÉU – CIMPÁJEU**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais definidas no Estatuto, e,

CONSIDERANDO, a necessidade de reorganizar o quadro de pessoal do Consórcio, notadamente em relação a execução financeiro-orçamentária e demais atividades;

CONSIDERANDO, que os cargos de provimento em comissão são livre nomeação e exoneração do Poder Executivo, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar do cargo em comissão de Coordenador de Enfermagem do SAMU III Macrorregião a senhora 2. THAYS CRISTINA LEANDRO GOMES SIQUEIRA, inscrita no CPF sob o nº 095.894.354-08, na forma estabelecida no Estatuto e resoluções deste Consórcio.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Gabinete do Presidente, 10 de novembro de 2025.

LUCIANO TORRES MARTINS
Presidente do CIMPAJEÚ

Publicado por:
Hilana Pricila de Sá Bezerra Santana
Código Identificador:12D1A61A

PRESIDÊNCIA DO CONSÓRCIO DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PAJEÚ - CIMPAJEÚ
PORTARIA Nº 014/2025

Portaria Nº 014/2025

Nomeia a senhora MICHELLY KALINY FERREIRA DE ARAUJO MARQUES para exercer o cargo, em comissão de Coordenadora de Enfermagem do SAMU III Macrorregião de Saúde.

O Presidente do **CONSÓRCIO DE INTEGRAÇÃO DOS MUICÍPIOS DO PAJEÚ – CIMPAJEÚ**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais definidas no Estatuto, e,

CONSIDERANDO, que os cargos de provimento em comissão são livre nomeação e exoneração do Poder Executivo, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a senhora **MICHELLY KALINY FERREIRA DE ARAUJO MARQUES**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 007.898.564-17, para exercer o cargo de **Coordenadora de Enfermagem do SAMU III Macrorregião de Saúde**, com atribuições estabelecidas no Estatuto e resoluções deste Consórcio.
Art. 2º. As despesas de pessoal decorrentes desta Portaria serão suportadas pelas dotações no Orçamento Anual de cada Exercício.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.
Publique-se.
Cumpra-se.
Gabinete do Presidente, 10 de novembro de 2025.

LUCIANO TORRES MARTINS
Presidente do CIMPAJEÚ

Publicado por:
Hilana Pricila de Sá Bezerra Santana
Código Identificador:EA05DB75

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00026/2025
DISPENSA Nº 00010/2025

O Fundo Municipal de Saúde da Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco, torna público que a licitação realizada no dia 21/10/2025, às 14:00hs, na modalidade Dispensa nº 00010/2025. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de materiais fisioterapêuticos, para suprir as necessidades do setor de fisioterapia, vinculado à secretaria municipal de saúde da ilha de Itamaracá/PE, foi considerada **DESERTA,** mais informações podem ser obtidas no endereço Av. João Pessoa Guerra, 37, Pilar, ou pelo e-mail: agenteitamaraca@gmail.com no horário de 08:00 às 14:00h, de segunda a sexta.

Ilha de Itamaracá/PE, 17 de novembro de 2025.

MARIA RAQUEL MIRANDA DE MELO SANTOS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Marcia Perla de Oliveira Barbosa
Código Identificador:A1E5EA6A

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE REVOGAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO

Processo Licitatório Nº 00028/2025 – Dispensa Nº 00012/2025 – Objeto: contratação de empresa para especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva de aparelhos de ar-condicionado, instalados nas unidades básicas de saúde (UBS), centro de fisioterapia, centro integrado do transtorno espectro autista (CITEA), centro de atenção psicossocial (CAPS), programa nacional de imunizações (PNI), serviço de atenção domiciliar (SAD), regulação, secretaria municipal de saúde, hospital Alzira Figueiredo, vigilância em saúde e demais unidades vinculadas à secretaria de saúde do município da ilha de Itamaracá/PE. A Secretaria Municipal de Saúde da Ilha de Itamaracá/PE, no art.71 da Lei nº 14.133/21, torna público a **REVOGAÇÃO** da licitação em epígrafe. Justificativa: após nova análise técnica e administrativa, verificou-se que a continuidade do procedimento não atende, neste momento, ao interesse público, sendo necessária a reavaliação do objeto e das condições inicialmente estabelecida. Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço: Av. João Pessoa Guerra, 37, Pilar, Ilha de Itamaracá/PE, no horário das 08:00 às 14:00 horas dos dias úteis, ou, ainda, através de solicitação por e-mail: agenteitamaraca@gmail.com

Ilha de Itamaracá/PE, 17 de novembro de 2025.

MARIA RAQUEL MIRANDA DE MELO SANTOS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Marcia Perla de Oliveira Barbosa
Código Identificador:2B04934F

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00034/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00027/2025 - DISPENSA Nº 00011/2025, tendo como contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA ILHA DE ITAMARACÁ/PE, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 13.101.674/0001-24, com sede Av: João Pessoa Guerra, s/n –Baixa Verde- Ilha de Itamaracá, Cep: 53.900-000. EMPRESA LITORAL NORTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.693.777/0001-96, sediada na Rua Manoel Francisco Carneiro (lote Nascimento) 12, Centro, Igarassu/PE, CEP: 53.610-850. Cujo objeto compreende: contratação de empresa especializada na comercialização de gêneros alimentícios, para suprir as necessidades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde da Ilha de Itamaracá/PE. Valor total: R$ 60.445,80 (sessenta mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Data da Assinatura: 10 de novembro de 2025.

Ilha de Itamaracá/PE, 17 de novembro de 2025.

MARIA RAQUEL MIRANDA DE MELO SANTOS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Marcia Perla de Oliveira Barbosa
Código Identificador:76EFEAF9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 054/2025, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

EMENTA: Dispõe sobre o ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 21 de novembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o feriado nacional do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra em 20 de novembro de 2025 (quinta-feira), instituído pela Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023;
CONSIDERANDO que a suspensão do expediente de trabalho no dia subsequente ao referido feriado é medida que visa à economicidade e à otimização dos serviços públicos, em razão da provável redução na procura por parte da população;
DECRETA:
Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal no dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira).
Art. 2º O disposto no artigo anterior não se aplica aos serviços e atividades considerados essenciais, que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos.

§ 1º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais a que se refere o caput deste artigo.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FERNANDO PIMENTEL GALVÃO
Prefeito do Município da Ilha de Itamaracá/ PE

Publicado por:
Paulo Martins da Silva Junior
Código Identificador:935345D3

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ITAMARACÁ
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA MÁRCIA MARIA DOS SANTOS PARA O CARGO DE DIRETORA ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ/PE – ITAMARACAPREV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA PRESIDENTE DO ITAMARACAPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso pleno das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.246/2013, de 19 de junho de 2013,

Resolve:

Art. 1º- Nomear a servidora efetiva **MÁRCIA MARIA DOS SANTOS,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.174-43, para ocupar o cargo de *Diretora Administrativa* do Instituto de Previdência Social do Município da Ilha de Itamaracá/PE – ITAMARACAPREV.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ilha de Itamaracá/PE, 17 de novembro de 2025.

EVERALDA BATISTA DA SILVA FARIAS
Diretora Presidente

Publicado por:
Wildes Alves Desouza
Código Identificador:ABCFF682

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ERRATA DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
Onde se lê **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2024,** leia-se **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2025.** Onde se lê **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2024,** leia-se **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2025.**
Abreu e Lima, 17 de novembro de 2025

JOSELMA SILVANA DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Joselma Silvana da Silva
Código Identificador:23359B80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO-CPC

RESULTADO DA LICITAÇÃO

PL N° 090/2025 - Pregão Eletrônico n° 026/2025. Empresa vencedora: **A C DE ARRUDA COMERCIO – CNPJ Nº 62.137.946/0001-51**, com proposta final: **R$ 59.952,00** (cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais). Ata da sessão pública disponível no Portal de Compras Abreu e Lima**. Processo Adjudicado e Homologado** nesta data 17/11/2025 pela autoridade competente. Outras informações através do e-mail: cplosepmal.licitacao@gmail.com ou pelo fone: (081) 2011-7781

Abreu e Lima, 17/11/2025.

ALICE ODETTE ASSUMPÇÃO OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Alice Odette Assumpção Oliveira
Código Identificador:BDF7A06F

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2025. Objeto: Formação de Registro de Preços para a eventual aquisição de Kits de Enxovais, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Abreu e Lima/PE, para suprir a demanda da política de assistência às gestantes em situação de vulnerabilidade social do município. A aquisição será realizada conforme as condições, especificações, quantidades e exigências detalhadas neste Termo de Referência, visando garantir o fornecimento adequado dos materiais. POR LOTES, pelo período de 12 meses, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência, (anexo I) do edital. O órgão interessado poderá participar desse Registro de preços solicitando o Termo de Referência, através do e-mail cplosepmal.licitacao@gmail.com, e encaminhando suas demandas no prazo de 8 dias úteis contados do dia útil subsequente a divulgação desta IRP no Portal de Compras de Abreu e Lima e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Abreu e Lima, 17 de novembro de 2025.

KLEBER GALDINO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jadiel Duque Dos Santos
Código Identificador:80EA0DD6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA Nº 003/2025

ERRATA
EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA Nº 003/2025
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Município de Abreu e Lima, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente ERRATA referente ao Edital de Seleção Pública Simplificada nº 003/2025, destinada à contratação para o Cargo de Professor de Educação Física.

CONSIDERANDO a decisão proferida no processo judicial nº 0046803-20.2025.4.05.8300, referente a um Mandado de Segurança que tramita na 6ª Vara Federal, que determina a necessidade de comprovação de Licenciatura para atuação como Professor de Educação Física na Educação Básica, passando a vigorar a seguinte retificação:

ONDE SE LÊ:

Requisito:
- Diploma ou Certificado de Conclusão do Curso Superior de Educação Física, registrado na instituição reconhecida pelo MEC;
- Registro no Conselho Regional de Educação Física (Apresentação da Carteira com o nº do Registro).

LEIA-SE:

Requisito:
- Diploma ou Certificado de Conclusão do Curso Superior de Educação Física – Licenciatura, registrado na instituição reconhecida pelo MEC;
- Registro no Conselho Regional de Educação Física (Apresentação da Carteira com o nº do Registro).

Ficam mantidas todas as demais disposições do Edital que não tenham sido modificadas pela presente Errata.

Abreu e Lima, 14 de novembro de 2025.

FLÁVIO VIEIRA GADELHA DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

JAQUELINE MOREIRA DA SILVA
Secretária de Educação

Publicado por:
Nohelanny Mirella Silva Torres
Código Identificador:3C19FA2F

SECRETARIA DE OBRAS E DEFESA CIVIL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 172/2025

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 172/2025. **CONTRATADO**: SIRGA ENGENHARIA E CONTROLE DE QUALIDADE LTDA, inscrita no CNPJ:11.574.829/0001-14. **OBJETO:** onde se lê: ‘’ o valor total da contratação é de R$ 1.109.637,17’’. Leia- se: ‘’ o valor total da contratação é de R$ 1.109.418,12’’. **VIGÊNCIA:** A partir de sua assinatura. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: artigo 111, caput, da Lei 14.133/21. As demais cláusulas permaneceram inalteradas.

Abreu e Lima, 06 de outubro de 2025

CECI FELINTO VIEIRA
Secretária de Obras e Defesa Civil

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:E18B63EC

SECRETARIA DE OBRAS E DEFESA CIVIL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 162/2023

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 162/2023. **CONTRATADO**: SOLIMP TERCEIRIZAÇÕES DE MÃO DE OBRA LTDA, CNPJ N° 07.868.353/0001-57. **OBJETO:** Prorrogação de prazo de vigência até 12/11/2026. **VIGÊNCIA:** A partir de sua assinatura. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Art. 57, II, da Lei 8.666/93. As demais cláusulas permaneceram inalteradas.

Abreu e Lima, 11 de novembro de 2025

CECI FELINTO VIEIRA DE FRANÇA
Secretária de Obras e Defesa Civil

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:CD46CC75

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

A Fundo Municipal de Educação Municipal de Afogados da Ingazeira – PE inscrito no CNPJ 13.069.525/0001-25 através de seu Pregoeiro e equipe de apoio, devidamente autorizados pela Portaria Municipal de nº 045 de 02 de janeiro de 2025, TORNA PÚBLICO a abertura da licitação na modalidade PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 011/2025, do tipo “menor preço por item”, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2025, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INDUMENTÁRIA ESCOLAR PARA OS DISCENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.** Valor máximo a ser licitado: **R$759.688,00 (setecentos e setenta e nove mil seiscentos e oitenta e oito reais).** INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 28/11/2025, às 8:30h (horário de Brasília). LOCAL: www.licitanet.com.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021. O acesso ao edital e seus anexos será através da plataforma eletrônica realizadora do certame, outras informações podem ser obtidas, através do Fone: (87) 3838-2951, no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis.

Afogados da Ingazeira - PE, 17 de novembro de 2025.

ALEXANDRE HÉLIO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Raphaela Nogueira
Código Identificador:372E633B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE AFRÂNIO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PL n° 163/2025 PE/SRP n° 49/2025-Obj: REGISTRO DE PREÇO para eventual contratação de empresa para fornecimento de material de expediente. **Abert:** 03.12.25 às 10h30min. **EDITAL:** http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

VANDELMAR NOGUEIRA
Pregoeiro.

Publicado por:
Vandelmar Nogueira da Silva
Código Identificador:9A48078D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 13/2025

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO GESTORES E FISCAL DE CONTRATO DO MUNICÍPIO DE AFRÂNIO-PE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, visando o fiel cumprimento da Lei Federal nº 14.133/2021:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. HELLEN GABRIELLE DA SILVA SOUSA, inscrita no CPF 110.001.994-44, para atuar como Gestora do Contrato e Nomear a Sra. MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CPF, para atuar como Fiscal do Contrato do Processo de Credenciamento, nos termos do art. 78, no inciso I do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, contratação de pessoa física ou jurídica, devidamente habilitadas e qualificadas, para realização de **exames de Eletroneuromiografia (ENMG).**

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Afrânio, 20 de outubro de 2025.

ANA CONCEIÇÃO COELHO DE MACEDO
Secretária Municipal de Saúde de Afrânio-PE

Publicado por:
Vandelmar Nogueira da Silva
Código Identificador:8673DDD5

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE AGRESTINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 068/2021

Processo Licitatório n° 033/2021 Pregão Eletrônico n° 016/2021 Nat.: serviço Objeto Descr: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos sem motoristas, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde. **Contratado: L 3 EMPREENDIMENTOS LTDA-ME (L 3 EMPREENDIMENTOS)**, inscrita no CNPJ sob o N.º 36.375.081/0001-51, com sede na Rua Machado de Assis, n° 55, Indianópolis, Caruaru/PE**. PRAZO:** Altera-se a cláusula segunda, prorrogando por um período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato 068/2021, passando sua vigência **18-11-2025 para 18-11-2026. VALOR:** Altera-se a clausula terceira do contrato gerando um acréscimo no valor total do contrato de **R$ 1.292,16 (hum mil duzentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos).Agrestina 12 de novembro de 2025.Priscylla Wanessa de Melo Silva. Secretária de Saúde. Informações na Sala da CPL, pelo telefone (81) 3744-1103 ou pelo e-mail: licitacaopma@outlook.com.**

Agrestina/PE, 12 de novembro de 2025.

PRISCYLLA WANESSA DE MELO SILVA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Maria Josete Costa
Código Identificador:171D9979

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 027/2022

Processo Licitatório n° 033/2021 Pregão Eletrônico n° 016/2021 Nat.: serviço Objeto Descr: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos sem motoristas, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde. **Contratado: L 3 EMPREENDIMENTOS LTDA-ME (L 3 EMPREENDIMENTOS)**, inscrita no CNPJ sob o N.º 36.375.081/0001-51, com sede na Rua Machado de Assis, n° 55, Indianópolis, Caruaru/PE**. VALOR:** Altera-se a clausula terceira do contrato gerando um acréscimo no valor total do contrato de **R$ 3.022,92 (três mil e vinte e dois reais e noventa e dois centavos),** decorrentes dos reajustes aplicados aos itens 01 e 03**.Agrestina 12 de novembro de 2025.Priscylla Wanessa de Melo Silva. Secretária de Saúde. Informações na Sala da CPL, pelo telefone (81) 3744-1103 ou pelo e-mail: licitacaopma@outlook.com.**

Agrestina/PE, 12 de novembro de 2025.

PRISCYLLA WANESSA DE MELO SILVA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Maria Josete Costa
Código Identificador:4FDB41B2

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA
EXTRATO DE 17º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 077/2021

Processo Licitatório n° 033/2021 Pregão Eletrônico n° 016/2021 Nat.: serviço Objeto Descr: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos sem motoristas, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde. **Contratado: L 3 EMPREENDIMENTOS LTDA-ME (L 3 EMPREENDIMENTOS)**, inscrita no CNPJ sob o N.º 36.375.081/0001-51, com sede na Rua Machado de Assis, n° 55, Indianópolis, Caruaru/PE**. PRAZO:** Altera-se a cláusula segunda, prorrogando por um período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato 077/2021, passando sua vigência **18-11-2025 para 18-11-2026. VALOR:** Altera-se a clausula terceira do contrato gerando um acréscimo no valor total do contrato de **R$ 6.802,32 (seis mil oitocentos e dois reais e trinta e dois centavos),** decorrentes dos reajustes aplicados aos itens 03 e 17**.** Agrestina **12 de NOVEMBRO de 2025. JOSUÉ MENDES DA SILVA. PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA.** ***Informações no Setor de Contratos, pelo telefone (81) 3744-1103 ou pelo e-mail: setordecontratospma@gmail.com***

Agrestina/PE,12 de NOVEMBRO de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Josete Costa
Código Identificador:B15BDBF9

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA
EXTRATO DE 18º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 077/2021

Processo Licitatório n° 033/2021 Pregão Eletrônico n° 016/2021 Nat.: serviço Objeto Descr: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos sem motoristas, para atender as necessidades da Secretaria Assistencia Social e Juventude. **Contratado: L 3 EMPREENDIMENTOS LTDA-ME (L 3 EMPREENDIMENTOS)**, inscrita no CNPJ sob o N.º 36.375.081/0001-51, com sede na Rua Machado de Assis, n° 55, Indianópolis, Caruaru/PE**. PRAZO:** Altera-se a cláusula segunda, prorrogando por um período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato 077/2021, passando sua vigência **18-11-2025 para 18-11-2026. VALOR:** Altera-se a clausula terceira do contrato gerando um acréscimo no valor total do contrato de **R$ 9.534,84 (nove mil quinhentos e trinta quatro reais e oitenta e quatro centavos).** Agrestina **12 de NOVEMBRO de 2025. JOSUÉ MENDES DA SILVA. PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA.** ***Informações no Setor de Contratos, pelo telefone (81) 3744-1103 ou pelo e-mail: setordecontratospma@gmail.com***

Agrestina/PE,12 de NOVEMBRO de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Josete Costa
Código Identificador:BFA6373D

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA
EXTRATO DE 19º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 077/2021

Processo Licitatório n° 033/2021 Pregão Eletrônico n° 016/2021 Nat.: serviço Objeto Descr: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos sem motoristas, para atender as necessidades das diversas secretarias. Contratado: L 3 EMPREENDIMENTOS LTDA-ME (L 3 EMPREENDIMENTOS), inscrita no CNPJ sob o N.º 36.375.081/0001-51, com sede na Rua Machado de Assis, n° 55, Indianópolis, Caruaru/PE**. PRAZO:** Altera-se a cláusula segunda, prorrogando por um período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato 077/2021, passando sua vigência **18-11-2025 para 18-11-2026. VALOR:** Altera-se a clausula terceira do contrato gerando um acréscimo no valor total do contrato de **R$ 35.526,00 (trinta e cinco mil quinhentos e vinte seis reais).** Agrestina **14 de NOVEMBRO de 2025. JOSUÉ MENDES DA SILVA. PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA.** ***Informações no Setor de***

Contratos, pelo telefone (81) 3744-1103 ou pelo e-mail: setordecontratospma@gmail.com

Agrestina/PE,14 de NOVEMBRO de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Josete Costa
Código Identificador:9D74698A

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRESTINA
NOTIFICAÇÃO EVOLVE

TERMO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO N° 001/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025
ATA DE REGISTRO Nº 100/2025
OBJETO: MATERIAIS DE EXPEDIENTE

EVOLVE EMPREENDIMENTOS LIMITADA
CNPJ:**54.468.799/0001-74**

ASSUNTO: NÃO FORNECIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

O Município de Agrestina/PE, através da Prefeitura Municipal, por meio de seu representante legal, no uso de suas atribuições e em observância aos preceitos legais e às cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, vem, formal e respeitosamente, realizar notificação para que seja realizado, sob pena de rescisão unilateral do contrato firmado com a notificada, o complemento do fornecimento autorizado através da ordem de fornecimento nº **001/2025** (datada de 03 de novembro de 2025).
Ressalte-se que os produtos solicitados não foram entregues até a presente data (17.11.2025) de acordo com a referida solicitação.
Dessa forma, notifica-se a licitante vencedora para que realize o complemento do fornecimento solicitado, no prazo máximo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, ou que nesse mesmo período se manifeste quanto eventual impossibilidade de fornecimento, sob pena de rescisão contratual unilateral face do não cumprimento das cláusulas contratuais, conforme previsto no artigo 155, da Lei 14.133/2021.
Ademais, acrescenta-se ainda a possibilidade de aplicação de outras penalidades e sanções, conforme previstas na Lei de Licitações, como aquelas mencionadas na **décima terceira cláusula** do mesmo termo contratual.
Há de observar-se e ter a ciência que os atos da Administração Pública buscam a satisfação do interesse público, e os contratos administrativos possuem e guardam características próprias, regidas pelos princípios basilares da Administração Pública, assegurados no art. 37 da Constituição Federal. Sendo revestidos de prerrogativas para o seu exercício, dentre eles o poder de rescisão por conveniência do interesse público, ou "*in casu*" pelos fatos e direito expostos.
Ante o exposto e amparado no contrato celebrado, que impõe sanções pelo não cumprimento do acordo, NOTIFICA a empresa **EVOLVE EMPREENDIMENTOS LIMITADA**, CNPJ: **54.468.799/0001-74**, na pessoa de seu Representante Legal, a Sra. **ADRIANA JOSEFA MENDONCA**, para que, no prazo anteriormente mencionado, contados a partir da data de publicação da presente notificação, realize a conclusão do fornecimento ou preste os devidos esclarecimentos, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas em contrato e na legislação de regência.
Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.
Agrestina/PE, 17 de novembro de 2025.

CARLOS HENRIQUES F. SILVA
Diretor de Compras
Mat.: 916384-1/1

Publicado por:
Carlos Henriques Ferreira da Silva
Código Identificador:31FB8714

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 2.258, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE EXPEDIENTE FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2025, EM HARMONIA COM O DECRETO DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 53, inc. IV, da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
Considerando o Decreto do Governo do Estado de Pernambuco, publicado no Diário Oficial do Estado em 14 de novembro de 2025, que declarou ponto facultativo nas repartições públicas estaduais no dia 21 de novembro de 2025;
Considerando a Lei Nacional nº 14.759/2023, que instituiu o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro, e a relevância histórica, cultural e social da data, que em 2025 ocorrerá na quinta-feira (20 de novembro de 2025);
Considerando a necessidade de uniformizar o funcionamento dos órgãos estaduais e municipais sediados no Município de Agrestina, garantindo melhor organização administrativa e continuidade dos serviços públicos;
DECRETA:
Art. 1º Fica declarado expediente facultativo, no âmbito das repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta, no dia 21 de novembro de 2025, em alinhamento ao Decreto do Governo do Estado de Pernambuco.
Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica às unidades administrativas cujas atividades não possam sofrer solução de continuidade cujo funcionamento seja indispensável, especialmente serviços essenciais, de saúde, emergência, limpeza urbana, segurança e fiscalização, a juízo do chefe do órgão.
Art. 3º Nas demais unidades administrativas, poderá ser instituído plantão, a critério dos titulares dos respectivos órgãos, nos casos julgados necessários para atendimento ao público ou para garantir a continuidade mínima dos serviços.
Art. 4º As chefias imediatas poderão organizar regime de compensação de jornada ou escalas especiais, observando a legislação aplicável ao funcionalismo municipal.
Art. 5º Caberá às autoridades competentes de cada órgão a fiscalização do cumprimento das disposições deste Decreto.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito, em 14 de novembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
- Prefeito Constitucional -

Publicado por:
Edeilson Barbosa da Silva
Código Identificador:24FF41A3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
EXTRATO AO CONTRATO N°039/2025

CONTRATO N°039/2025

Processo Administrativo nº 017/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 013/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, entidade de direito público interno do Município de **Água Preta/PE**, com sede na **Praça dos Três Poderes, 3182**, inscrito no CNPJ sob o nº **30.935.256/0001-51.**

CONTRATADA: PR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com sede na **Rua Antônio Leopoldino Calado**, inscrita no CNPJ sob o nº **42.120.370/0001-02.**

OBJETO: contratação de serviços e aquisição de materiais para a realização do **Desfile Cívico de 07 de setembro**, em comemoração à **Independência do Brasil**, com o tema: **"TRADIÇÕES NORDESTINAS: RAÍZES QUE ENSINAM"**..

VALOR TOTAL: R$ 57.549,30 (cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 04/09/2025 a **04/11/2025**

ÁGUA PRETA/PE, 17 DE NOVEMBRO DE 2025

IRIS DE SOUZA CANTO BEZERRA
Contratante

Publicado por:
Patrícia Alves Dos Santos
Código Identificador:D69B86D5

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ALAGOINHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/2025/FMS – PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025 - AVISO DE PENALIDADE

O Fundo Municipal de Saúde de Alagoinha – PE, tendo em vista do que consta nos autos do Processo Licitatório N° 005/2025/FMS – Pregão Eletrônico N° 001/2025, resolve aplicar a sansão administrativa à empresa AL COMERCIO E SERVICOS LTDA, estabelecida à Avenida José Luna, Bairro AV José Luna, Cidade Garanhuns, Estado PE, CEP: 55.292-323, CNPJ nº. 53.634.346/0001-08, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora ZULENE MARIA SANTIAGO DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade nº. 1855598, CPF nº. 21344019404, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Alagoinha – PE e de com ele contratar pelo período de 03 (três) anos, a contar desta publicação, com fulcro no art. 155, II, cumulado com o art. 156, § 4º na forma da Lei nº 14.133/21. A penalidade decorre de reiterado descumprimento dos prazos para fornecimentos dos produtos, objeto dos pedidos. Assim, fica a empresa INTIMADA para, querendo, apresentar defesa no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar desta publicação.

Alagoinha - PE, 17 de Novembro de 2025.

GABRYELLA ALVES DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Nyedson Jose Galindo de Medeiros
Código Identificador:473AFBD2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/2025/FMS – PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025 - AVISO DE PENALIDADE

O Fundo Municipal de Saúde de Alagoinha – PE, tendo em vista do que consta nos autos do Processo Licitatório N° 005/2025/FMS – Pregão Eletrônico N° 001/2025, resolve aplicar a sansão administrativa à empresa VERVANA HORTI FRIOS, estabelecida à AV Júlio Brasileiro, Bairro Heliópolis, CEP: 55.295-475, cidade Garanhuns, Estado PE, CNPJ nº 28.384.489/0001-61, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora ANA CLAUDIA DOS S.S.S. OURO PRETO, portador da Cédula de Identidade nº 7925583, CPF nº 06216088408, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Alagoinha – PE e de com ele contratar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar desta publicação, com fulcro no art. 155, II, cumulado com o art. 156, § 4º na forma da Lei nº 14.133/21. A penalidade decorre de reiterado descumprimento dos prazos para fornecimentos dos produtos, objeto dos pedidos. Assim, fica a empresa INTIMADA para, querendo, apresentar defesa no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar desta publicação.

Alagoinha - PE, 17 de Novembro de 2025.

GABRYELLA ALVES DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Nyedson Jose Galindo de Medeiros
Código Identificador:7206ABB6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ALIANÇA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA – PE. AVISO LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Concorrência Eletrônica Nº 005/2025. Processo Licitatório N° 037/2025. Contratação de Empresa para Construção de uma Praça no Distrito de Macujê de Aliança - PE, através da execução indireta sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações contidas nos Projetos Básicos - Anexo V e Termo de Referência - Anexo I do Edital. Valor estimado máximo será de: R$ 273.348,23 (duzentos e setenta e três mil e trezentos e quarenta e oito reais e vinte e três centavos).

Data da abertura da sessão pública: 04 de Dezembro de 2025. www.bnc.org.br
Horário da abertura do recebimento das propostas: 12h (horário de Brasília) do dia 18/11/2025. www.bnc.org.br
Referência de Tempo: horário oficial de Brasília (DF).
Horário de encerramento de recebimento das propostas: 9:00h do dia 04 de Dezembro de 2025. www.bnc.org.br
Horário da disputa: 9h:30min (nove e trinta – horário de Brasília) do dia 04 de Dezembro de 2025. www.bnc.org.br
Tempo da disputa**:** Definido pelo Agente de Contratação no ato do certame.
Formalização de consultas: e-mail: licitalianca@gmail.com ou licitacao@alianca.pe.gov.br. sítio www.bnc.org.br, no campo "mensagens", no link correspondente a este Edital.

Aliança, 17 de novembro de 2025.

DANILO BRAZ DA CUNHA E SILVA -
Agente de Contratação de Aliança - Condutor do Certame

Publicado por:
Evandro Severino Barbosa
Código Identificador:81ACB789

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA – PE. AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

Pregão Eletrônico Nº 004/2025. Processo Licitatório N° 009/2025. Aquisição de Veículo para atender ao Cadastro Único – Programa Bolsa Família da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Mulher do Município da Aliança – PE, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. Valor R$ 119.500,00 (cento e dezenove mil e quinhentos reais).

Data da abertura da sessão pública: 02 de Dezembro de 2025. www.bnc.org.br
Horário da abertura do recebimento das propostas: 12h (horário de Brasília) do dia 18/11/2025. www.bnc.org.br
Referência de Tempo: horário oficial de Brasília (DF).
Horário de encerramento de recebimento das propostas: 9:00h do dia 02 de Dezembro de 2025. www.bnc.org.br

Horário da disputa: 9h:30min (nove e trinta – horário de Brasília) do dia 02 de Dezembro de 2025. www.bnc.org.br
Tempo da disputa: Definido pelo Pregoeiro no ato do certame.
Endereço eletrônico do Setor de Licitação do Fundo Municipal de Assistência Social de Aliança: licitalianca@gmail.com ou licitacao@alianca.pe.gov.br.com.

Aliança, 17 de novembro de 2025.

DANILO BRAZ DA CUNHA SILVA –
Pregoeiro - Condutor do Certame

Publicado por:
Evandro Severino Barbosa
Código Identificador:CC291138

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº016/2025

O Fundo Municipal de Saúde da Aliança torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, modo de disputa aberto, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Pregão Eletrônico Nº 016/2025. Processo Licitatório N° 025/2025. Objeto: Formalização de Ata de Registro de Preços para aquisição de fórmulas infantis e suplementos nutricionais para pacientes com risco nutricional aumentado, em atendimento a demandas judiciais e do Ministério Público, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Valor Máximo Admitido: R$ 446.559,00 (quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais).

Data da abertura da sessão pública: 03 de dezembro de 2025. www.bnc.org.br.
Horário da abertura do recebimento das propostas: a partir das 08h00min (horário de Brasília) do dia 18 de novembro de 2025.
Referência de Tempo: horário oficial de Brasília (DF).
Horário de encerramento de recebimento das propostas: 08:00h do dia 03 de dezembro de 2025. www.bnc.org.br.
Horário da disputa: 08h:10min (oito horas e dez minutos – horário de Brasília) do dia 03 de dezembro de 2025. www.bnc.org.br.
Tempo da disputa: Definido pelo Pregoeiro no ato do certame.

Aliança, 17 de novembro de 2025.

ELVIS O. FÉLIX -
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Elvis Olímpio Félix
Código Identificador:DA42FCD9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE AMOSTRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 023/2025
Órgão Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Aliança – PE

O Pregoeiro do Fundo Municipal de Saúde da Aliança – PE, no uso de suas atribuições legais e considerando o andamento do Pregão Eletrônico nº 014/2025, cujo objeto consiste na formalização de Ata de Registro de Preços para aquisição de fardamentos, sapatos, botas, macacões, bolsas e bonés destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e aos Programas de Endemias e ACS, **CONVOCA** os licitantes abaixo relacionados para apresentação das amostras dos itens ofertados, conforme previsto no Termo de Referência.

1. DA OBRIGATORIEDADE DA AMOSTRA
Nos termos do item "**DA AMOSTRA**" previsto no edital e no Termo de Referência, a apresentação de amostra é condição indispensável para verificação da compatibilidade do produto ofertado com as especificações técnicas exigidas, especialmente quanto aos padrões de qualidade, tais como:

a) tipo e gramatura do tecido;
b) acabamento das costuras;
c) resistência;
d) modelagem;
e) demais características técnicas que não podem ser aferidas apenas pela proposta comercial.

A não apresentação da amostra no prazo estabelecido implicará na desclassificação da proposta, por impossibilidade de avaliação técnica.

2. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA
As amostras deverão ser entregues no prazo improrrogável de 08 (oito) dias corridos, contados da data de recebimento desta convocação, no endereço:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALIANÇA – PE
Avenida Domingos Braga, S/N
CEP: 55890-000 – Aliança/PE

O recebimento será realizado mediante protocolo, no horário das 08h às 14h.

3. LICITANTES CONVOCADOS
Ficam convocadas as seguintes empresas:

EMPRESA	CNPJ
DISTRIBUIDORA M H LTDA	34.938.045/0001-23
HB PROTECTION LTDA	40.276.871/0001-57
J K COUTO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA	41.861.526/0001-43
L&J TRANSFER LTDA	07.046.164/0001-07
MASTERTECH COMÉRCIO SERVIÇOS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	35.405.739/0001-68
MERCONSUMO LTDA	05.215.437/0001-66
PROPAG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	51.402.529/0001-72
VESTIR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA	07.358.710/0001-37

4. ORIENTAÇÕES ADICIONAIS

As amostras deverão ser entregues **rigorosamente identificadas**, contendo: nome da empresa, CNPJ, item e lote correspondente.

O material será encaminhado à Comissão Técnica para análise e emissão de parecer.

O resultado da avaliação das amostras será devidamente divulgado nos autos do processo e no sistema eletrônico da BNC.

A aprovação da amostra não gera direito adquirido à contratação, permanecendo condicionada às demais fases do certame.

Aliança – PE, 17 de novembro de 2025.

ELVIS O. FÉLIX
Pregoeiro

Publicado por:
Elvis Olímpio Félix
Código Identificador:509F5C2E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATOS

Processo Licitatório nº 021/2025- Pregão Eletrônico nº 013/2025. cujo Objeto: contratação de empresa visando Aquisição de mobília, computadores, impressoras e itens de refrigeração (ares-condicionados e bebedouros) para equipar novo endereço do CAF – Centro de Administração de Fármacos do Município da Aliança - PE. **CONTRATO nº 041/2025, com validade até o dia 10/11/2026, D M**

R BICAS -CNPJ nº 41.141.952/0001-02. Valor Global: R$ 1.764,51,00 (mil setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) .

Processo Licitatório nº 021/2025- Pregão Eletrônico nº 013/2025. cujo Objeto: contratação de empresa visando Aquisição de mobília, computadores, impressoras e itens de refrigeração (ares-condicionados e bebedouros) para equipar novo endereço do CAF – Centro de Administração de Fármacos do Município da Aliança – PE. **CONTRATO nº 042/2025, com validade até o dia 10/11/2026, ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA . CNPJ nº 53.571.459/0001-01. Valor Global: R$ 4.346,25 (quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos) .**

Processo Licitatório nº 021/2025- Pregão Eletrônico nº 013/2025. cujo Objeto: contratação de empresa visando Aquisição de mobília, computadores, impressoras e itens de refrigeração (ares-condicionados e bebedouros) para equipar novo endereço do CAF – Centro de Administração de Fármacos do Município da Aliança – PE. **CONTRATO nº 043/2025, com validade até o dia 10/11/2026, GLOBAL TECH LTDA -. CNPJ nº 57.025.960/0001-23. Valor Global: R$ 6.209,70 (seis mil, duzentos e nove reais e setenta centavos) .**

Processo Licitatório nº 021/2025- Pregão Eletrônico nº 013/2025. cujo Objeto: contratação de empresa visando Aquisição de mobília, computadores, impressoras e itens de refrigeração (ares-condicionados e bebedouros) para equipar novo endereço do CAF – Centro de Administração de Fármacos do Município da Aliança – PE. **CONTRATO nº 044/2025, com validade até o dia 10/11/2026, M.K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS, CNPJ nº 21.062.777/0001-50. Valor Global: R$ 9.837,00 (nove mil, oitocentos e trinta e sete reais) .**

Processo Licitatório nº 021/2025- Pregão Eletrônico nº 013/2025. cujo Objeto: contratação de empresa visando Aquisição de mobília, computadores, impressoras e itens de refrigeração (ares-condicionados e bebedouros) para equipar novo endereço do CAF – Centro de Administração de Fármacos do Município da Aliança - PE. **CONTRATO nº 045/2025, com validade até o dia 10/11/2026, TAMA DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA LTDA -. CNPJ nº 33.039.726/0001-97. Valor Global: R$ 1.950,00 (mil novecentos e cinquenta reais).**

Aliança- PE, 17 de novembro de 2025.

PEDRO ERMÍRIO DE ALMEIDA FREITAS FILHO
Ordenador de Despesas do Fundo Mun. de Saúde

Publicado por:
Elvis Olímpio Félix
Código Identificador:64DC1C7B

GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO POR ATRASO DE ENTREGA

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA ALIANÇA, Estado de Pernambuco, CNPJ nº 46.168.650/0001-41, por meio do Setor de Compras e Contratos, vem, por intermédio deste, **NOTIFICAR** a empresa abaixo relacionada, para que, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), proceda com a entrega dos medicamentos a que se refere a respectiva ordem de fornecimento, sob pena de abertura de procedimento administrativo para aplicação das medidas previstas na Lei 14.133/2021.

ORDEM DE FORNECIMENTO: 40110/2025 – **EMPRESA:** BDL COMERCIO E SERVIÇO LTDA - CNPJ: 35.361.251/0001-86. **DATA DE EMISSÃO**: 23/09/2025.

Ademais, Informações adicionais e melhores esclarecimentos podem ser obtidos no e-mail: gcontratospma@gmail.com.

Aliança - PE, 17 de novembro de 2025.

ERIKA RAPHAELLA
Gestora de Contrato

Publicado por:
Elvis Olímpio Félix
Código Identificador:E6CFE355

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ANGELIM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 038/2022 - CPLC

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE ANGELIM/PE, através da Secretaria de Agricultura,** inscrito no CNPJ:**10.130.755/0001-64. Processo Licitatório n°014/2022, Pregão Eletrônico n° 009/2022.** CONTRATADA: **MULTI AUTO LOCAÇÕES EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ **nº 11.491.400/0001-63. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para **prestação de serviços de locação de veículos, com condutor combustível, destinados ao Transporte de Feirantes no Município de Angelim/PE. Vigência: 24/11/2025 á 24/11/2026. Angelim/PE, 13 de novembro de 2025.**

IVAN LUIZ DA SILVA.
Secretário de Agricultura.

Publicado por:
Joselma Carlos de Sales Maciel
Código Identificador:F0B2E2D7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE ANGELIM/PE CNPJ: 10.130.755/0001-64

RESULTADO DE JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2025 - PMA
O MUNICÍPIO DE ANGELIM, através da Comissão de Contratação, torna público o **RESULTADO DEFINITIVO** do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2025,** cujo objeto trata-se da Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados a manutenção da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino de Angelim-PE, no âmbito do PNAE, durante o 2º semestre do ano letivo 2025. Após análise dos documentos de Habilitação e Projeto de venda, foram declarados CLASSIFICADOS: o **GRUPO INFORMAL DE AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ANGELIM**, representado pela **Srª QUITÉRIA SILVA COSTA DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 906.287.994-20**, que atendeu as exigências contidas no Edital, para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, pelo valor de **R$ 139.018,40 (cento e trinta e nove mil dezoito reais e quarenta centavos), o GRUPO FORMAL – COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS E AGROPECUARIOS DE CORRENTES- PE - AGROCOPE**, **inscrita no CNPJ Nº 40.574.206/0001-40**, representada pelo Sr. **Romário Tenorio da Silva,** para fornecimento do item 22, pelo valor de **R$ 14.112,00(Quatorze mil cento e doze reais)**,e, o **GRUPO FORMAL– COOPECAR**, inscrito no **CNPJ nº 33.249.104/0001-93,** neste ato representado pelo Sr. José Edson Leite dos Santos, inscrito sob o CPF nº 060.161.344-90, que apresentou Projeto de Venda, para o item 22 – Ovo de Granja Médio – para 720 bandejas na importância de R$ 14.112,00(Quatorze mil e cento e doze reais). Considerando o empate entre os **GRUPOS FORMAIS**, atendendo as regras editalícias, está comissão conforme item 7.4 do edital, "7.4 No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica"**,** declara **CLASSIFICADO** o **GRUPO FORMAL– COOPECAR**, inscrito no **CNPJ nº 33.249.104/0001-93,** e, apto para entrega das amostras do produto ofertado (item 22) **na Prefeitura Municipal de Angelim – Sala de Licitações, com sede à Rua Cônego Carlos Fraga, S/N, Centro – Angelim-PE,** para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos, os quais deverão ser submetidos a testes necessários; data limite para entrega das amostras: 19/11/2025**,** até às 13:00hs. Angelim, 17 de novembro de 2025

MARIA JOSÉ GONÇALVES DE FREITAS PEREIRA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Joselma Carlos de Sales Maciel
Código Identificador:3204D8F0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA DE ANGELIM-PE CNPJ Nº 10.130.755/0001-64
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 031/2025-PMA; Processo Licitatório nº 035/2025-PMA. Objeto: Contratação de empresa especializada possuidora de licenças ambientais pertinentes para o recebimento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos gerados pelo município de Angelim/PE. **Valor Máximo Admitido: R$ 232.230,00**. **Início do recebimento de propostas: 21/11/2025 às 09:00h. Limite para recebimento das propostas: 03/12/2025 às 09:00h. Abertura da sessão pública de lances: 03/12/2025 às 10:00h (HORÁRIOS DE BRASÍLIA).** Edital disponível nos **sites: https://bnccompras.com/,**no Portal da Transparência Municipal: www.angelim.pe.gov.br/, pelo e-mail: licitacao.angelim@gmail.com, ou ainda, na Comissão Permanente de Contratação, sito à Rua Cônego Carlos Fraga, s/nº, Centro, Angelim/PE.

NÁDISON JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO
Secretário de Infraestrutura

Publicado por:
Joselma Carlos de Sales Maciel
Código Identificador:ED0FCC85

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE CULTURA EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2025 - PMA

OBJETO**:** Adesão a Ata de Registro de Preços para **aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Angelim/PE. Pregão Eletrônico n° 021/2025 - PMA**, **Processo Licitatório n° 022/2025** – **PMA**. CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE ANGELIM/PE**, através da Secretaria de Cultura, inscrita no CNPJ Nº **10.130.755/0001-64**. CONTRATADA**: R.J GONÇALVES DE OLIVEIRA,** inscrita no CNPJ N° **13.506.363/0001-45 Valor Global: R$ 49.189,00 (Quarenta e nove mil, cento e oitenta e nove reais)**. **Vigência**: 13/11/2025 á 13/11/2026. Angelim/PE, 13 de novembro de 2025.

MARCOS ALEXANDRE MARTINS DA SILVA.
Secretário de Cultura.

Publicado por:
Joselma Carlos de Sales Maciel
Código Identificador:B94BDF30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE CULTURA EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2025 - PMA

OBJETO**:** Adesão a Ata de Registro de Preços para **aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Angelim/PE. Pregão Eletrônico n° 021/2025 - PMA**, **Processo Licitatório n° 022/2025** – **PMA**. CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE ANGELIM/PE**, através da Secretaria de Cultura, inscrita no CNPJ Nº **10.130.755/0001-64**. CONTRATADA**: E P ALIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ N° **59.044.551/0001-08**. **Valor Global: R$ 25.904,00 (Vinte e cinco mil, novecentos e quatro reais)**. **Vigência**: 13/11/2025 á 13/11/2026. Angelim/PE, 13 de novembro de 2025.

MARCOS ALEXANDRE MARTINS DA SILVA.
Secretário de Cultura.

Publicado por:
Joselma Carlos de Sales Maciel
Código Identificador:E6F2413E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE CULTURA EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2025 - PMA

OBJETO**:** Adesão a Ata de Registro de Preços para **aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Angelim/PE. Pregão Eletrônico n° 021/2025 - PMA**, **Processo Licitatório n° 022/2025** – **PMA**. CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE ANGELIM/PE**, através da Secretaria de Cultura, inscrita no CNPJ Nº **10.130.755/0001-64**. CONTRATADA**: DIEGO PEREIRA DA SILVA CONDIMENTOS,** inscrita no CNPJ N° **39.650.937/0001-48**. **Valor Global: R$ 3.719,00 (três mil, setecentos e dezenove reais)**. **Vigência**: 13/11/2025 á 13/11/2026. Angelim/PE, 13 de novembro de 2025.

MARCOS ALEXANDRE MARTINS DA SILVA.
Secretário de Cultura.

Publicado por:
Joselma Carlos de Sales Maciel
Código Identificador:B2463F65

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2025

CONVOCA, PARA A FINALIDADE ESPECÍFICA DE AVERIGUAÇÃO DE RESIDÊNCIA, OS CANDIDATOS "APROVADOS E CLASSIFICADOS" NO CONCURSO PÚBLICO (EDITAL Nº 01/2025) PARA PROVIMENTO DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO QUADRO DE SERVIDORES PERMANENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELIM/PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE ANGELIM, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais que são conferidas na Lei Orgânica do Município, e, CONSIDERANDO, a HOMOLOGAÇÃO do CONCURSO PÚBLICO (EDITAL Nº 001/2025), exarado pelo DECRETO MUNICIPAL nº 26/2025 de 10 de novembro de 2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco da AMUPE na do dia 11 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam convocados os **CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS no CONCURSO PÚBLICO (EDITAL Nº 001/2025), PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, constantes no RESULTADO FINAL publicado no site da Fundação Vale do Piauí-FUNVAPI www.funvapi.com.br, conforme listados no ANEXO I, para enviar os documentos indicados no Anexo VIII, do Edital n.º 001/2025, referente ao Concurso Público em questão, com vistas à averiguação de residência como comprovação de residirem na área da Unidade Básica de Saúde que escolheram quando das suas inscrições no concurso público, em atendimento ao inciso I do Art. 6º da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, **NO PERÍODO DE 17 A 24 DE NOVEMBRO DE 2025**.

§1º - A Prefeitura de Angelim deverá enviar e-mail para os candidatos dando ciência do teor desse edital na data de sua publicação. O(s) candidato(s) que não enviarem sua documentação no período estabelecido, constarão na lista de eliminados, não podendo alegar desconhecimento do presente edital.

§2º - Os candidatos convocados deverão enviar sua documentação no seguinte endereço de e-mail: prefeituraangelim.dp@gmail.com, no período de 08h:00min do dia 17 de novembro de 2025 às 23h:59min:59ss do 24 de novembro de 2025.

Art. 2º - Os documentos e exames listados no ANEXO VIII poderão ser enviados em original ou cópia autenticada em cartório, com

exceção dos documentos emitidos pela internet que dispensam autenticação, desde que tenham código QRCODE ou código de verificação de autenticidade.

Art. 3º - Os candidatos autodeclarados como Pessoa Com Deficiência- PCD, deverão enviar além dos documentos listados no ANEXO VIII, laudo médico original atestando a sua deficiência, bem como, exames que julgar necessário.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Novembro de 2025

CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO LOPES LIMA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Laura Luana de Amorim Cysneiros
Código Identificador:505A8BA3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ARAÇOIABA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2025 PMA

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Nº: 250912PE00010. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00010/2025. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00010/2025, para Contratação de empresas especializadas no fornecimento de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CUJOS QUANTITATIVOS CONTRATADOS ANTERIORMENTE EXAURIRAM OU ENCONTRAM–SE PRESTES A EXAURIR PARA O MUNICÍPIO DE ARAÇOIABA–PE, com o fornecimento através de entrega parcelada, conforme especificações constantes do termo de referência. Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22: N T da Silva Comercio e Servicos, pelo valor de R$ 670.743,60. Araçoiaba, 09/10/2025.

FELIPE BARROS MELO.
Secretário de Infraestrutura.(*)(**)

Publicado por:
Juarez de Oliveira Gusmao Junior
Código Identificador:D155E45F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ARCOVERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 126/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 344/2025

Secretária Municipal de Educação – Portaria nº 008/2025, DE ARCOVERDE-PE, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

RATIFICAR a INEXIGIBILIDADE Nº 126/2025 que objetiva: Locação de um imóvel destinado ao funcionamento ***do anexo da ESCOLA LEONADO PACHECO DE ALBUQUERQUE*** *de Arcoverde-PE, com base no art. 74, inciso V, da Lei nº. 14.133/2021, e nos elementos constantes da Exposição de Motivos, a qual sugere a contratação da empresa: DIOCESE DE PESQUEIRA, inscrito(a) no CPF/CNPJ: sob nº 10.714.251/0038-83. VALOR PREVISTO: R$ 1.500,00 mensais, perfazendo o valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).*
para o período de 12 (doze) meses.

Publique-se e cumpra-se.

Arcoverde - PE, 31 de outubro de 2025.

GISLAIDE DE OLIVEIRA LIMA
Secretária Municipal de Educação – Portaria nº 008/2025

Publicado por:
Anderson Severiano Dos Santos
Código Identificador:03E8CD24

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RETIFICAÇÃO - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 0602025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e observadas às disposições constantes do artigo 71, IV da Lei Federal nº 14.133/21, **RESOLVE:**

ADJUDICAR a licitação que tem por objeto: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE BARRA DE GUABIRABA – PE** o processo licitatório, na forma abaixo:

Adjudicada:

AL OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº **47.094.894/0001-90**, localizada na Rua Durval Candido Costa, 288 Casa, Leão XIII, Barão de Cocais / MG**. Valor: R$ 58.859,54 (cinquenta e oito mil oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).**

LOTES: 2, 4, 5, 14, 16, 24, 27, 36, 37 e 38.
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº **53.571.459/0001-01**, localizada na Rodovia BR 423, SN Lot. Planalto do Quilombo Quadra06 Lote R, Dom Thiago Postma, Garanhuns / PE. **Valor: R$ 19.790,55 (dezenove mil setecentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos).**

LOTES: 8, 9, 10, 15, 18, 22, 26, 30, 34, 39 e 41.

COMERCIAL USUAL LTDA, CNPJ nº **14.050.075/0001-91**, localizada na Rua Plácido de Castro, 566 Casa 03 Cond Bella Vista Ii Cj Re, Guabirotuba, Curitiba / PR. **Valor: R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).**

CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº **39.581.101/0001-39**, localizada na Quadra Shcs Cr 516, Bloco B, 69 Pavmto01 Parte C099, Asa Sul, Brasília / DF**. Valor: R$ 17.740,02 (dezessete mil setecentos e quarenta reais e dois centavos).**

LOTES: 6 e 20.
Barra de Guabiraba, 13 de novembro de 2025.

ELIANE MARIA NUNES BENÍZIO
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
Juliana Oliveira de Moura Lima
Código Identificador:2CA5FDE4

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N.º 02, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025

Institui Comissão Fiscalizadora para acompanhamento, monitoramento e avaliação da conformidade das ações e serviços públicos de saúde prestados em caráter complementar no município de Barra de Guabiraba, através do Termo de Credenciamento 004/2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DE GUABIRABA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e**,**

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e padronizar os procedimentos de faturamento e fiscalização dos serviços de saúde complementares prestados ao Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município;

CONSIDERANDO que a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos são princípios fundamentais da Administração Pública, conforme a legislação brasileira, em especial a Lei Federal n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO que a contratação dos serviços de saúde complementar ocorreu por meio da do Termo de Credenciamento 004/2025, Inexigibilidade n.º 0016/2025, tornando-se imperativa a definição de regras claras para a execução e o pagamento dos serviços;

CONSIDERANDO que a gestão de saúde deve instituir mecanismos de transparência pública para prestação de contas das ações e serviços públicos de saúde, de acordo com Lei Complementar 141/2012;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir mecanismos de controle e fiscalização eficazes, por meio de uma Comissão Fiscalizadora, para garantir a conformidade dos serviços prestados com o Termo de Credenciamento;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 01, de 24 de outubro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Fiscalizadora para acompanhamento, monitoramento e avaliação da conformidade das ações e serviços públicos de saúde prestados em caráter complementar no município de Barra de Guabiraba, através do Termo de Credenciamento 004/2025.

Art. 2º A Comissão Fiscalizadora será composta pelos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	CPF	CARGO/FUNÇÃO
Waldiane Bezerra Soares da Silva	100178-2	049.xxx.xxx-23	Secretária Executiva de Saúde
Juliana Oliveira de Lima Moura	000489-1	012.xxx.xxx-07	Coordenadora de Contratos
Jozelia Maria de Lima	100688-1	031.xxx.xxx-81	Diretora da Unidade Mista Paulo Viana de Queiroz

Barra de Guabiraba, 24 de outubro de 2025.

SÉRGIO JOSÉ PEREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde de Barra de Guabiraba

Publicado por:
Anamarina Vasconcelos Coutinho
Código Identificador:F5493382

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 028/2025

"Decreta Ponto Facultativo no dia 21 de novembro de 2025 e dá outras providências.".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA, Estado de Pernambuco, **Diogo Carlos de Lima Silva**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o feriado do dia 20 de novembro, alusivo ao Dia da Consciência Negra, data nacionalmente reconhecida como marco relevante para a reflexão sobre a igualdade racial e valorização da cultura afro-brasileira;

CONSIDERANDO a importância de organizar o funcionamento das repartições públicas municipais para garantir melhor planejamento e eficiência administrativa;

CONSIDERANDO que o ponto facultativo contribui para a otimização dos serviços internos e para a racionalização das atividades da Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado **PONTO FACULTATIVO**, no âmbito da Administração Pública Municipal de Barra de Guabiraba, o **dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira)**.

Art. 2º Os serviços essenciais, de natureza contínua ou que não possam sofrer interrupção, deverão manter escalas de plantão, conforme orientação das respectivas secretarias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra de Guabiraba, 14 de novembro de 2025

DIOGO CARLOS DE LIMA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anamarina Vasconcelos Coutinho
Código Identificador:F5E80642

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2025, CREDENCIAMENTO Nº 007/2025 – Objeto: CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS LOCAIS DE DIFERENTES GÊNEROS MUSICIAS, MEDIANTE PAGAMENTO DE CACHÊ, PARA APRESENTAÇÕES NOS EVENTOS OFICIAIS DO MUNICIPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO/PE, EDITAL: https://belemdosaofrancisco.pe.gov.br/ - Início de recebimento de proposta: 18/11/2025 á partir das 10h. O presente credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses**,** contados da data de publicação do Edital.

Publicado por:
Nara Miranda de Araújo Cantarelli
Código Identificador:130F404C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BELO JARDIM

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BELO JARDIM – PE, COM A PAUTA: APRESENTAÇÃO DE PROJETOS E ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA.

Aos 06 (seis) dias do mês de novembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), reuniram-se no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social, sediado à rua João Franklin Cordeiro, nº 81, bairro Ayrton Maciel, nesta cidade, em caráter ordinário, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, com o intuito de deliberarem sobre o assunto supra descrito, que contou com a presença dos seguintes conselheiros: Fabrício Lins Fernandes (Secretaria Municipal de Assistência Social); Roberto Henrique Senhorinho Carmo (IDESPE) ; Nereuma de Araújo Souza Freitas (Secretaria da Educação, Esporte e Tecnologia); James Alan Leite Lira (CMBJ); Jonatas Mendes Barbosa (Associação Vale da Benção); Antônio Lira de Oliveira (ASAS); Evellyn Amorim Pereira(CMBJ); Maria Gabriela dos Santos Rodrigues (Instituto

Conceição Moura) e Antônio Maurilio Cavalcanti Filho (Instituto Fernando de Abreu); Mariane Eloisa da Silva Souza (SCTE); Fabio Luiz Portela de Siqueira (SMAS); Joana Gabriela Palermino da Silva (Instituto Conceição Moura); Leandro de G. N. N. Lyra (Instituto Conceição Moura) e Samara D'arc de Melo Silva (Fundação Bitury) . Iniciou-se a reunião às 09:20, com a palavra do Sr. Fabrício Lins Fernandes (Presidente do COMDICA), que presidiu a reunião, apresentou a pauta e aproveitou a oportunidade para agradecer a presença de todos e relembrar que na última reunião houve a aprovação do regimento interno. Neste momento, indagou se alguém tinha o interesse de formar uma chapa e consequentemente se candidatar, a qual todos os conselheiros presentes demonstraram total satisfação com a atual chapa e logo após foi aprovada a nova diretoria do COMDICA: Fabrício Lins Fernades (Presidente do COMDICA), Jonatas Mendes Barbosa (Vice-presidente), Antônio Maurilio Cavalcanti Filho (Tesoureiro) e Maria Gabriela dos Santos Rodrigues (Secretária). Além disso, o sr. Fábio e a sra. Gabriela ressaltaram a importância do selo UNICEF para que todas as metas atreladas ao município de Belo Jardim sejam cumpridas e bem aplicadas no meio social durante a gestão (4 anos). Outrossim, a sra. Gabriela se prestou a apresentação dos projetos da Primeira Infância 2026, a qual iniciou com o páreo percentual detalhado e atual de âmbito nacional, estadual e municipal tratando-se de saúde, mortalidade infantil, nutrição, educação, parentalidade, segurança e proteção e creches (sempre fazendo um recorte de acordo com cor/raça); Também relatou sobre a contribuição do Instituto Conceição Moura relacionada as crianças como: o Festival Adoleta (realizada na vila Taboquinha no ano de 2025), a Semana do Brincar, o Direito ao Brincar com a entrega de brinquedotecas (a meta é entregar 3 brinquedotecas no ano de 2026), Formação de educadores da infância e o FortaleSer; Por fim, foi exposto o orçamento de RS 411.915,000 que deverá ser utilizado para executar todas essas ações sendo devidamente aprovado por todos os presentes. Logo em seguida, o sr. Leandro principiou a exibição do projeto destinado ao campo de robótica ressaltando os mais variados desafios ao acesso dos jovens para o acesso pleno a tecnologia como: a baixa habilidade digital, infraestrutura e inferior educação imersiva tecnológica, identificando a grande importância dos projetos Programa de Monitoria (acompanhado por antigos jovens que já se formaram junto ao Instituto Conceição Moura), Curso de robótica livre, Iniciação à robótica/programação, Bj Bots Cup, Visite o Lab e Maratonas e oficinas. Em suma, foi exposto também o orçamento de RS 226.651,341 que necessitará para proporcionar essas diversas atuações sendo devidamente aprovado por todos os presentes. Adicionalmente, a sra. Joana apresentou o projeto Jovens do Futuro o qual tem como foco reduzir a defasagem e contribuir no desenvolvimento de competências socioemocionais, reforçando através de uma metodologia diferente com foco diretamente no aluno e na sua realidade diretamente por meio da educação dinâmica e inclusiva; Também foi identificado o quanto o ensino educador é muito tradicional e monótono o que diretamente influencia em um grande desinteresse e evasão escolar respingando no modo como as crianças e jovens enxergam a educação: chato e entediante; Por fim, foi exposto o orçamento de RS 84.360,40 para pôr em prática tal projeto, o qual foi adequadamente aprovado por todos. Não havendo nada mais assuntos a tratar, a reunião se encerrou às 11h40min. Eu, Maria Júlia Santos Cavalcante, declaro que lavrei essa ata que será por mim assinada e pele presidente.

FABRÍCIO LINS FERNANDES
Presidente

MARIA JULIA SANTOS CAVALCANTE
Secretaria Executiva

Publicado por:
Maria Gabriela Dos Santos Monteiro
Código Identificador:B7F27BEE

PREFEITURA DE BELO JARDIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 144/2025. DLIC. Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 78/2025. Objet Nat: Registro de preços para eventual aquisição de fardamento escolar, destinado a atender às necessidades dos estudantes e servidores das escolas municipais vinculadas à Secretaria de Educação, Esportes e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Belo Jardim, devendo cada peça ser embalada separadamente em sacos plásticos transparentes, de forma organizada, visando facilitar a distribuição nas unidades escolares. Quantidade de itens: 12; Adjudicação por grupo. Valor total: R$ 3.271.688,00. Data e Local da Sessão de Abertura: 02/12/2025 às 09:30h, no site gov.br/compras. O Edital, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Matriz de Riscos estão disponíveis em www.gov.br/compras/edital/982333-5-90078-2025 e na Av. Deputado José Mendonça Bezerra, 220 - Centro, Belo Jardim – PE. CEP: 55150-005. Correio Eletrônico da Secretaria Executiva de Compras/CPL: licitacao@belojardim.pe.gov.br. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Belo Jardim-PE, 18 de novembro de 2025.

RENATO DUARTE GOMES.
Secretária de Educação, Esporte e Tecnologia.

Publicado por:
Queyse Vitória de Freitas Santos
Código Identificador:3DDD1594

PREFEITURA DE BELO JARDIM
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BELO JARDIM-PE

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO

Art. 01. Este Regimento disciplina a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito do Município de Belo Jardim/PE, em consonância com a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Pernambuco e a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e demais normas correlatas.

Art. 02. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente ocorrerá mediante execução articulada das políticas públicas de educação, saúde, assistência social, lazer, cultura, esporte, profissionalização, trabalho protegido, segurança, habitação e demais políticas setoriais, assegurados a dignidade, o respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art. 03. É vedada a criação de programas de caráter exclusivamente compensatório para suprir ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas, sem prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA.

Art. 04. A política municipal de atendimento far-se-á por meio de ações governamentais e não governamentais, de âmbitos municipal, estadual e federal, em regime de cooperação e corresponsabilidade.

Art. 05. São linhas de ação da política municipal:
I – políticas sociais básicas;
II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo;
III – serviços especializados de prevenção e de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
IV – serviço de identificação e localização de pais e responsáveis, e de crianças e adolescentes desaparecidos;
V – proteção jurídico-social prestada por entidades de defesa de direitos.

Art. 06. Constituem diretrizes da política municipal:
I – municipalização do atendimento;
II – manutenção do COMDICA como órgão deliberativo e controlador, com participação paritária entre governo e sociedade civil;
III – descentralização político-administrativa e territorial;
IV – vinculação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDECA ao COMDICA;

V – integração operacional entre Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública, Assistência Social, Educação e Saúde, preferencialmente em espaço integrado;
VI – manutenção do Conselho Tutelar como órgão permanente, autônomo e não jurisdicional.

Art. 07. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção de suas unidades, bem como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducação destinados a crianças e adolescentes, nas seguintes modalidades:
I – orientação e apoio sociofamiliar;
II – serviço de convivência e fortalecimento de vínculos/apoio socioeducativo em meio
aberto;
III – colocação em família acolhedora;
IV – liberdade assistida;
V – semiliberdade;
VI – internação, nos termos da legislação;
VII – acolhimento institucional.

Art. 08. As entidades governamentais e não governamentais deverão inscrever seus programas junto ao COMDICA, especificando a modalidade de atendimento e mantendo atualizados seus dados cadastrais; o COMDICA comunicará as inscrições e alterações ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária competente.

Art. 09. As entidades não governamentais somente poderão funcionar após registro no COMDICA.

Parágrafo único. Será negado o registro à entidade que: I – não ofereça instalações em condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; II – não apresente plano de trabalho compatível com o ECA; III – esteja irregularmente constituída; IV – possua em seus quadros pessoas inidôneas ao trato com crianças e adolescentes.

Art. 10. As entidades que mantêm acolhimento institucional observarão os seguintes princípios:
I – preservação dos vínculos familiares;
II – integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
III – atendimento personalizado em pequenos grupos;
IV – coeducação;
V – manutenção de grupos de irmãos;
VI – excepcionalidade de transferências;
VII – participação comunitária;
VIII – preparação gradativa para o desligamento;
IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
Parágrafo único. O dirigente da entidade é equiparado a guardião para todos os efeitos legais, relativamente às crianças e adolescentes acolhidos.

Art. 11. Em caráter excepcional e de urgência, o acolhimento poderá ser efetivado sem prévia autorização da autoridade competente, devendo ser comunicado ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e à autoridade judiciária até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 12. As entidades que desenvolvam internação observarão, além do ECA, as seguintes obrigações:
I – respeito integral aos direitos e garantias;
II – vedação a restrições não previstas na decisão judicial;
III – atendimento personalizado em unidades e grupos reduzidos;
IV – preservação da identidade e da dignidade;
V – diligências para preservação/restabelecimento de vínculos familiares;
VI – comunicação periódica à autoridade judiciária sobre impossibilidade de reintegração familiar;
VII – instalações físicas adequadas e objetos de higiene;
VIII – vestuário e alimentação compatíveis com a faixa etária;
IX – atendimento médico, psicológico, odontológico e farmacêutico;
X – escolarização e profissionalização;
XI – atividades culturais, esportivas e de lazer;
XII – assistência religiosa facultativa;
XIII – estudo individual do caso;
XIV – reavaliação semestral com ciência à autoridade competente;
XV – informação periódica ao adolescente sobre sua situação processual;
XVI – comunicação de doenças infectocontagiosas às autoridades sanitárias;
XVII – programas de apoio a egressos;
XVIII – guarda segura de pertences;
XIX – obtenção de documentação civil;
XX – manutenção de arquivos e registros individualizados.
§ 1º. Aplicam-se, no que couber, as obrigações deste artigo aos programas de acolhimento institucional.

§ 2º. As entidades utilizarão, preferencialmente, recursos e parcerias comunitárias.

TÍTULO II

DA FISCALIZAÇÃO E DAS MEDIDAS APLICÁVEIS ÀS ENTIDADES

Art. 13. As entidades referidas neste Regimento serão fiscalizadas pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e COMDICA, nos limites de suas atribuições.

Art. 14. Planos de aplicação e prestações de contas serão apresentados ao Município, segundo a origem das dotações orçamentárias e convênios, sem prejuízo da atuação do
COMDICA.

Art. 15. O descumprimento das obrigações previstas sujeita as entidades às seguintes medidas, sem prejuízo de responsabilidades civil e criminal de dirigentes ou prepostos:

I – entidades governamentais: a) advertência; b) afastamento provisório de dirigentes; c) afastamento definitivo; d) interdição do programa ou fechamento da unidade;
II – entidades não governamentais: a) advertência; b) suspensão total ou parcial de repasses públicos; c) suspensão de programa ou interdição de unidade; d) cassação do registro.

Parágrafo único. Reiteradas infrações que coloquem em risco direitos assegurados em lei serão comunicadas ao Ministério Público e/ou representadas perante a autoridade judiciária, para providências cabíveis, inclusive suspensão de atividades ou dissolução da entidade.

TÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE GARANTIA DA POLÍTICA MUNICIPAL

4

Art. 16. A política municipal será garantida pelos seguintes órgãos:
I – COMDICA;
II – FUMDECA;
III – Conselho Tutelar.

TÍTULO IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

Art. 17. O COMDICA, órgão colegiado, normativo, consultivo, propositivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador, integra a Administração Pública Municipal e tem por finalidade formular, coordenar, controlar e fiscalizar a política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Art. 18. Compete ao COMDICA, entre outras atribuições:

I – expedir resoluções normativas;
II – emitir pareceres sobre matérias de sua competência;
III – deliberar em sessões plenárias por maioria simples;
IV – propor ao Executivo medidas e programas;
V – fiscalizar entidades públicas e privadas;

VI – receber e deliberar sobre comunicações, representações e reclamações relativas a violações de direitos;
VII – articular ações com órgãos governamentais e sociedade civil;
VIII – gerir o FUMDECA, na forma deste Regimento e da legislação.

Art. 19. Composição e mandato:
I – 6 (seis) representantes do Poder Executivo Municipal;
II – 6 (seis) representantes da sociedade civil, escolhidos em fórum próprio sob fiscalização do Ministério Público;
III – suplentes com atuação como conselheiros auxiliares, com direito a voto quando em substituição.

§ 1º. Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo concorrer à reeleição qunatas vezes forem necessárias.
§ 2º. A nomeação dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem emissão do ato, o COMDICA poderá, por resolução, nomear sua Diretoria eleita entre seus pares.
§ 3º. O COMIDCA contará com Secretaria Executiva para suporte técnico-administrativo.

Art. 20. Comissões Permanentes (paritárias entre governo e sociedade civil):
I – Política de Atendimento e Planos;
II – Gestão do FUMDECA;
III – Registro e Inscrição de Entidades e Programas;
IV – Apoio ao Conselho Tutelar;
V – Comunicação e Mobilização Social;
VI – Comissão de Ética.
§ 1º. A composição mínima de cada comissão será de 4 (quatro) membros e 1 (um) relator.

§ 2º. O funcionamento, competências específicas e prazos serão definidos em resolução.

§ 3º. Pareceres serão submetidos ao Plenário e poderão ser convertidos em Resolução.

Art. 21. Comissão de Ética:

I – compete zelar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; instaurar, instruir e relatar processos éticos; propor recomendações e sanções ao Plenário; orientar prevenção de conflitos de interesse e transparência;
II – terá composição paritária, mandato de 2 (dois) anos, com 1 (uma) recondução;
III – observará o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;
IV – as sanções vão de advertência ética à perda do mandato, sem prejuízo de
comunicações ao Ministério Público e a outros órgãos competentes.

Art. 22. Presidência e regra excepcional:

I – a Diretoria compor-se-á de Presidência, Vice-Presidência, Secretaria e tesoureiro;
II – em casos excepcionais de vacância, ausência prolongada ou impedimento simultâneo
da Diretoria, o Plenário poderá deliberar, por maioria absoluta, sobre permanência temporária do(a) Presidente ou recondução excepcional de integrante da Diretoria até a recomposição formal, mediante ato motivado, com prazo certo e revisável, regulamentado por resolução.

Art. 23. Órgãos do COMDICA: I – Plenário; II – Presidência e Vice-Presidência; III – Comissões; IV – Secretaria Executiva; V – Departamento de Assessoramento e Apoio Técnico-Administrativo.

Art. 24. Funcionamento:

I – sessões ordinárias mensais e extraordinárias quando convocadas;
II – quórum de instalação: maioria absoluta;
III – deliberação por maioria simples;
IV – atas assinadas e arquivadas;
V – publicidade das resoluções, observado o sigilo legal.

Art. 25. Compete à Secretaria Executiva: secretariar sessões; manter livros e registros; expedir certidões; gerir arquivo; providenciar publicação de atos; apoiar técnica e administrativamente as Comissões; executar as decisões do Plenário.

Art. 26. Compete ao Departamento de Assessoramento e Apoio Técnico-Administrativo: apoiar a gestão do FUMDECA; acompanhar prestações de contas; elaborar relatórios; manter controle documental e patrimonial; observar a dupla assinatura com a Presidência para movimentação financeira.

Art. 27. O Município assegurará dotação orçamentária, pessoal e meios materiais indispensáveis ao funcionamento do COMDICA.

TÍTULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUMDECA

Art. 28. O FUMDECA destina-se à captação e aplicação de recursos financeiros indispensáveis à política municipal de atendimento, segundo plano de aplicação aprovado pelo COMDICA.

Art. 29. Constituem recursos do FUMDECA: dotações orçamentárias; transferências; doações de pessoas físicas e jurídicas, incentivos fiscais previstos em lei; receitas de convênios; outras fontes legais.

Art. 30. Compete ao COMDICA, como gestor do FUMDECA:

I – definir critérios de utilização dos recursos;
II – aprovar editais, selecionar e monitorar projetos;
III – acompanhar e deliberar sobre prestações de contas;
IV – fiscalizar aplicações;
V – encaminhar demonstrativos financeiros ao Chefe do Executivo;
VI – providenciar a publicidade ativa dos atos e relatórios.

Art. 31. Receitas e despesas serão escrituradas por partidas dobradas, com balancetes mensais apresentados na sessão ordinária subsequente e balanço anual até 31 de janeiro de cada exercício, após o que serão publicados e arquivados.

Art. 32. A movimentação financeira ocorrerá por meio de conta bancária específica, com emissão de cheques nominais e dupla assinatura (Presidência e Tesouraria do COMDICA), vedado pagamento em espécie.

Art. 33. É vedada a utilização de recursos do FUMDECA para custeio de remuneração de conselheiros tutelares, servidores lotados no Conselho Tutelar, ou despesas ordinárias de funcionamento do órgão, respeitadas as previsões legais de apoio institucional por parte do Executivo.

Art. 34. O orçamento do FUMDECA integrará a proposta orçamentária anual do Município, evidenciando programas e metas compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 35. O FMDCA terá vigência por prazo indeterminado.

TÍTULO VI

DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 36. Fica mantido 1 (um) Conselho Tutelar, órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, administrativamente vinculado ao Poder Executivo para fins de suporte administrativo e orçamentário.

Art. 37. O Conselho Tutelar é composto por 5 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução, nos termos do ECA e deste Regimento.

Art. 38. A função de conselheiro tutelar exige dedicação exclusiva e percepção de subsídio fixado em lei municipal específica, compatível com a relevância da função.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do FMDCA para pagamento de subsídios de conselheiros tutelares ou custeio de pessoal do órgão.

Art. 39. O processo de escolha dos conselheiros tutelares será regulamentado e conduzido pelo CMDCA, fiscalizado pelo Ministério Público, com voto direto, secreto e facultativo dos cidadãos com domicílio eleitoral no Município.

Art. 40. Requisitos de candidatura (comprovação documental):

I – residência no Município por, no mínimo, 2 (dois) anos;
II – idoneidade moral;
III – idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
IV – escolaridade mínima de nível médio;
V – experiência/militância na defesa, promoção ou atendimento de direitos de crianças e adolescentes;
VI – aprovação em curso de habilitação de candidatos promovido pelo COMDICA.

§ 1º. Candidatos membros do COMDICA deverão afastar-se no ato da inscrição.

§ 2º. A candidatura é individual.

Art. 41. Propaganda, votação, apuração, proclamação, diplomação e posse observarão as regras do edital e deste Regimento, garantindo isonomia, transparência e publicidade dos atos. Os 5 (cinco) mais votados serão titulares; os seguintes, suplentes na ordem de votação.

Art. 42. Sede, estrutura e funcionamento:

I – instalação em local de fácil acesso, com mobiliário, equipamentos e pessoal administrativo;
II – funcionamento diário, inclusive fins de semana e feriados, com regime de plantões;
III – escalas de serviço e sobreaviso aprovadas mensalmente e publicizadas;
IV – acesso aos órgãos técnicos municipais para assessoramento.

Art. 43. Deliberações colegiadas: decisões por maioria dos membros em sessões deliberativas; em urgência, admite-se decisão monocrática do plantonista, com posterior ratificação pelo colegiado.

Art. 44. Direitos, deveres e licenças dos conselheiros observarão o ECA e a legislação municipal, assegurados, no mínimo: férias anuais remuneradas com 1/3; décimo terceiro; licenças previstas em lei; substituição por suplente durante afastamentos.

Art. 45. Deveres funcionais: assiduidade; ética e urbanidade; guarda de sigilo; observância das deliberações colegiadas; cumprimento de escalas; vedação ao uso da função em benefício próprio; observância do traje e conduta compatíveis com a função.

Art. 46. Sanções disciplinares, observado o devido processo legal: I – advertência; II – censura; III – suspensão até 90 (noventa) dias; IV – cassação do mandato.

§ 1º. A apuração será conduzida por Comissão de Ética, assegurados contraditório e ampla defesa.

§ 2º. Infrações que configurem ilícito penal serão comunicadas ao Ministério Público.

Art. 47. Perda do mandato: caracterizada por falta funcional grave, condenação penal transitada em julgado, reincidência em infrações graves, entre outras previstas em resolução específica. A decisão final caberá ao Plenário do COMDICA, convertida em ato do Chefe do Executivo.

Art. 48. Impedimentos: é vedado servir no mesmo Conselho Tutelar a cônjuges/companheiros, ascendentes, descendentes, sogros, genros, noras, irmãos, cunhados, tios e sobrinhos, padrastos e enteados.

Art. 49. Vacância e suplência: ocorrerá por falecimento, perda do mandato ou renúncia; o suplente será convocado em 48 (quarenta e oito) horas; é facultada justificativa de impossibilidade, convocando-se o suplente subsequente.

Art. 50. Diretoria do Conselho Tutelar: composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos entre seus membros para mandato de 6 (seis) meses, permitida 1 (uma) recondução; competências definidas em ato interno.

Art. 51. Competência territorial e critérios: I – domicílio dos pais ou responsáveis; II – local onde se encontra a criança/adolescente, à falta de responsáveis; III – local do fato, nos casos de ato infracional cometido por criança, observadas regras de conexão.

Art. 52. Procedimentos – registro de ocorrências: as comunicações poderão ser presenciais, escritas, eletrônicas ou anônimas; será lavrado registro em ordem cronológica; casos urgentes terão prioridade.

Art. 53. Distribuição e redistribuição: será alternada e igualitária entre conselheiros; admite-se distribuição por dependência; a redistribuição ocorrerá por impedimento, suspeição, acúmulo de casos, assunção do titular ou vacância, mediante decisão da maioria.

Art. 54. Expediente e instrução: o conselheiro responsável poderá instaurar expediente, contendo histórico, verificações, notificações, medidas adotadas, provas coletadas e parecer conclusivo, observando o sigilo legal.

Art. 55. Verificação: compreende estudo social, parecer técnico, constatação pessoal, oitiva de envolvidos, acareações e coleta de provas; medidas cautelares poderão ser adotadas de imediato, sujeitas à apreciação colegiada.

Art. 56. Sessões e votação: realizar-se-ão sessões ordinárias semanais e extraordinárias quando necessário; votação nominal por maioria simples; encerrada a apuração, o Presidente proclamará o resultado, com encaminhamento para execução, novas verificações ou arquivamento.

Art. 57. Execução e acompanhamento: as medidas protetivas e administrativas serão executadas com prioridade, cabendo ao Conselho Tutelar requisitar serviços públicos e encaminhar aos órgãos competentes; deverá haver acompanhamento e avaliação dos casos.

Art. 58. Sigilo e proteção de dados: os expedientes possuem caráter reservado; o acesso é restrito a quem de direito; será observada a legislação de proteção de dados pessoais.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. O COMDICA editará, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, resoluções regulamentares, com respaldo neste Regimento e na legislação vigente, dispondo sobre:

I – o regimento interno das Comissões Permanentes, inclusive a Comissão de Ética;
II – o manual de processos éticos;
III – os fluxos intersetoriais com o Conselho Tutelar, o Ministério Público e o Poder Judiciário;
IV – o manual de gestão e de transparência do FUMDECA.

Parágrafo único. As matérias referidas nos incisos I a IV serão obrigatoriamente disciplinadas por resoluções do COMDICA, com força normativa interna, observados os princípios da legalidade, publicidade e participação paritária entre governo e sociedade civil.

Art. 60. Ficam revogadas as disposições em contrário, preservados os atos regularmente praticados.

Art. 61. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo COMDICA e homologação na forma da legislação municipal aplicável.

Belo Jardim-PE, 18 de setembro de 2025

FABRICIO LINS FERNANDES

Publicado por:
Maria Gabriela Dos Santos Monteiro
Código Identificador:4E20585C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BETÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2025 CONCORRÊNCIA Nº 006/2025

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETÂNIA – PE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2025
CONCORRÊNCIA Nº 006/2025

A Prefeitura Municipal de Betânia, Estado de Pernambuco, por intermédio da autoridade competente, torna público que, após análise do procedimento licitatório referente à **CONCORRÊNCIA Nº 006/2025,** cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para execução de reforma no prédio do Açougue da sede na cidade de Betânia-PE**, em conformidade com as especificações constantes no edital e seus anexos, decidiu:
ADJUDICAR o objeto da licitação à empresa **CLAELMO XAVIER DOS SANTOS – ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.144.657/0001-72,** com sede no Povoado Santana de Almas, n° 100, Zona Rural, Flores/PE, CEP: 56.850-000, que apresentou a proposta vencedora no valor total de **R$ 212.286,92 (duzentos e doze mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos).**

Betânia/PE, 03 de novembro de 2025.

ERIVALDO SEVERINO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ellen Yasmin Gomes de Moura
Código Identificador:D18A7C01

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – INEX - PMB Nº 036/2025 – PL 154/2025

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – PMB Nº 036/2025 – PL 154/2025
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETÂNIA/PE, por meio do seu Prefeito, o Sr. **ERIVALDO SEVERINO BEZERRA**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no parecer jurídico constante dos autos, **HOMOLOGA** o **Processo Licitatório nº 154/2025 – Inexigibilidade nº 036/2025**, cujo objeto consiste na **locação de imóvel de propriedade de terceiros**, situado à **Praça Adailton Feitosa, s/n, Quadra 008, Lote 0170, Centro, Betânia/PE**, destinado **exclusivamente ao uso não residencial**, com a finalidade de abrigar as instalações administrativas da **Secretaria Municipal de Agricultura** do Município de Betânia/PE.
Em consequência, fica o objeto do presente procedimento **ADJUDICADO ao Sr. AGEU MAGALHÃES JÚNIOR**, inscrito no CPF nº **843..-91**, proprietário do referido imóvel, pelo valor mensal de **R$ 500,00 (quinhentos reais)**, totalizando **R$ 6.000,00 (seis mil reais)** durante a vigência de **12 (doze) meses**, conforme as condições constantes no Termo de Referência, com recursos próprios da municipalidade.
Betânia/PE, 17 de outubro de 2025.

ERIVALDO SEVERINO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ellen Yasmin Gomes de Moura
Código Identificador:21ECFE93

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2025

MODALIDADE Nº: CONCORRÊNCIA N° 006/2025
OBJETO NAT.: SERVIÇOS DE ENGENHARIA
OBJETO DESC.: CONTRATAÇÃO DE EMPTRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA NO AÇOUGUE PÚBLICO DA SEDE NA CIDADE DE BETÂNIA-PE.

CONTRATO DE OBRAS N° 259/2025
VALOR GLOBAL: R$212.286,92 (duzentos e doze mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos)
FONTE DE RECURSOS: Outras Transferências de Convênio ou Repasses da União

CONTRATADO: CLAELMO XAVIER DOS SANTOS – ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.144.657/0001-72, com sede no Povoado Santana de Almas, n° 100, Zona Rural, Flores/PE, CEP: 56.850-000, representada por CLAELMO XAVIER DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado no Povoado Santana de Almas, n° 100, Zona Rural, Flores/PE, CEP: 56.850-000, inscrito no RG nº 7127807 SDS/PE e CPF nº 021.982.125-95

PRAZO DE EXECUÇÃO: 06 meses, durante o período de 06 de novembro de 2025 até 06 de maio de 2026.
BETÂNIA, 06 de novembro de 2025.

ANDRÉ TEOTÔNIO DE ANDRADE
Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação

Publicado por:
Ellen Yasmin Gomes de Moura
Código Identificador:91F35D5A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2025

MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 030/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE LEITE E FÓRMULAS
OBJETO DESC.: AQUISIÇÃO DE LEITE E FÓRMULAS INFANTIS ESPECIAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES CADASTRADOS E ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BETÂNIA/PE.

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO N° 257/2025
VALOR GLOBAL: R$152.520,00 (cento e cinquenta e dois mil quinhentos e vinte reais)
FONTE DE RECURSOS: 15% de Impostos e Transferência para a Saúde

CONTRATADO: 232 MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ no 53.839.066/0001-36, com endereço Av Gerson Goncalves De Lima, 1671, Macambira, Custódia - PE, CEP: 56.640-000, Endereço Eletrônico: 232MEDICAMENTOS@GMAIL.COM, representada neste ato pelo(a) Sr(a) EVERTON RODRIGUES BEZERRA, Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente à Rua Dr Manoel Borba, 428, Centro, Custodia, PE, Cep 56.640-000, inscrito no CPF/MF sob o no 058.041.234-24, portador da carteira de identidade no 6686040 SDS-PE.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses, durante o período de 31 de outubro de 2025 até 31 de outubro de 2026.
BETÂNIA, 31 de outubro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
VALÉRIA APARECIDA DA SILVA

Publicado por:
Ellen Yasmin Gomes de Moura
Código Identificador:64FF6AFC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2025

MODALIDADE Nº: INEXIGIBILIDADE N° 037/2025
OBJETO NAT.: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
OBJETO DESC.: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PARA QUE PATROCINE DEMANDA JUDICIAL (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PROCESSO N. 0050616-27.1999.4.03.6100) VISANDO A RECUPERAÇÃO DOS VALORES QUE DEIXARAM DE SER REPASSADOS TEMPESTIVAMENTE AO MUNICÍPIO EM RAZÃO DA FIXAÇÃO A MENOR DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO – VMAA.

CONTRATO DE PRETAÇÃO DE SERVIÇOS N° 260 /2025
VALOR ESTIMADO: Estima-se que o valor total de recuperação em favor do Município é de R$ 10.150.100,00 (dez milhões, cento e cinquenta mil e cem reais), representando os honorários contratuais o montante estimado de R$ 2.030.020,00 (dois milhões trinta mil e vinte reais). Tendo em vista que, serão pagos ao CONTRATADO honorários advocatícios na proporção de R$ 0,20 (vinte centavos de real) para cada R$ 1,00 (um real) recuperado aos Cofres Municipais.
FONTE DE RECURSOS: 1236112022.3074 DESPESAS - PRECATÓRIOS DO FUNDEF
33903900 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, 33903900 - Outros Serviços de Terceiros –PessoaJurídica

CONTRATADO: MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, estabelecida na Rua Eng. Oscar Ferreira, no 47, Casa Forte, Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o no 35.542.612/0001-90, com endereço eletrônico intimacoes@monteiro.adv.br, através de seu representante legal BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PE sob o no 11.338, OAB/AL 3.726-A, OAB/RN 184-A, OAB/BA 840-A, OAB/PB 11.338-A, OAB/RJ 2.483-A, OAB/SP 161.899-A e inscrito no CPF/MF sob o no 377.377.244-00.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses, durante o período de 04 de novembro de 2025 até 04 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 04 de novembro de 2025.

Secretaria Municipal de Educação
MARIA DE LOURDES BEZERRA ARAÚJO

Publicado por:
Ellen Yasmin Gomes de Moura
Código Identificador:0C3988EA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BEZERROS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025 - EDUC CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90008/2025 – EDUC

PROCESSO LICITATÓRIO N° 013/2025 - EDUC, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90008/2025 – EDUC, UASG 982337, OBJETO: REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – CEMAIC, EM BEZERROS/PE. Valor total estimado**: R$ 3.110.245,62 (três milhões cento e dez mil duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).** A sessão acontecerá através do site www.comprasgovernamentais.gov.br e a abertura da sessão terá início no dia 03/12/2025 às 09:00h. Informação e obtenção do edital poderá ser solicitado através do e-mail: bezerroscpl@gmail.com, retirado no sítio https://bezerros.pe.gov.br, no portal de compras do governo federal – www.comprasgovernamentais.gov.br, ou no endereço: Praça Duque de Caxias – Empresarial José Ferraz n.º 9 A – 1º andar.

17 de novembro de 2025

CAYC ORIGE SENA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Cayc Orige Sena Silva
Código Identificador:F3590FA0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
ALTERA A DATA DA POSSE PREVISTA NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2025

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2025 – RETIFICAÇÃO 01

ALTERA A DATA DA POSSE PREVISTA NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 10.293.074/0001-17, com sede na Praça 19 de Julho, S/N, Centro, Bom Jardim/PE, representada pelo Prefeito Municipal, Senhor JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de adequação administrativa do cronograma estabelecido no Edital de Convocação nº 001/2025, publicado em 17 de outubro de 2025, torna pública a seguinte RETIFICAÇÃO:

1. DA ALTERAÇÃO
1.1. Onde se lê no item 2.1 do Edital de Convocação nº 001/2025:
"Data da Posse: 1º de dezembro de 2025"
1.2. Leia-se:
"Data da Posse: 5 de dezembro de 2025"

2. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
2.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e cronograma do Edital de Convocação nº 001/2025, que continuam produzindo seus efeitos legais.

2.3. A solenidade posse acontecerá às 8h, do dia 05 de dezembro de 2025, na EREF 19 de julho, localizado na Vila Noelândia, neste Município.

2.2. Este Edital de Retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim/PE, 17 de novembro de 2025.

JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO
Prefeito do Município de Bom Jardim – PE

Publicado por:
Josevaldo Jose de Santana
Código Identificador:D99A046C

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 00106/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00020/2025. Serviço de Engenharia. Tipo menor preço. REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO GERAL, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESBARATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS, E, CONTROLE E AFUGENTAMENTO DE POMBOS E MORCEGOS, COM O FORNECIMENTO DOS INSUMOS

NECESSÁRIOS E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES NOS DIVERSOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BOM JARDIM/PE. Valor: R$ 755.817,14.Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 05 de Dezembro de 2025. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site https://bnccompras.com/Home/Login. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: http://www.bomjardim.pe.gov.br/licitacoes; bomjardimeditais20@gmail.com; www.gov.br/pncp ou através do Fone: (81) 3638–1156, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Bom Jardim, 17/11/2025.

EDJASME MELQUISEDEC DE ANDRADE COSTA MONTE.
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Edjasme Melquisedec de Andrade Costa Monte
Código Identificador:C2E87170

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BUENOS AIRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 063/2025 - INEXIGIBILIDADE N° 046/2025

Referente Processo Administrativo n° 063/2025 - Inexigibilidade n° 046/2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA PARA GESTÃO DE OBRAS NA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO NO MUNICÍPIO DE BUENOS AIRES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONTRATO Nº 081/2025 - Vigência: será até 12(doze) meses. Contratada: **F A LUSTOSA ENGENHARIA,** CNPJ sob o n.º04.966.896/0001-19, no valor R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais). Data da assinatura: 24 de setembro de 2025.

HENRIQUE JOSÉ QUEIROZ COSTA
Prefeito.

Publicado por:
Fernando da Silva Nascimento
Código Identificador:F17EC75F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 066/2025 - DISPENSA ELETRÔNICA N° 011/2025

Referente Processo Administrativo n° 066/2025 - Dispensa Eletrônica n° 011/2025. Objeto: Contratação de empresa visando fornecimento e instalação de BRINQUEDOS EM MADEIRA DE EUCALIPTO (Playground, Balanço triplo e Gangorra) na Praça Padre Mário Leitão, localizada no Centro do município de Buenos Aires – PE, cujas especificações estão descritas no Anexo I – Termo de Referência.

CONTRATO Nº 103/2025 - Vigência: será até 06(seis) meses, a partir da assinatura do contrato. Contratada: JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR LTDA, CNPJ sob o n.º 08.973.569/0001-45, no valor R$ 25.999,07 (vinte e cinco mil e novecentos e noventa e nove reais e sete centavos). Data da assinatura: 15 de outubro de 2025.

HENRIQUE JOSÉ QUEIROZ COSTA
Prefeito.

Publicado por:
Fernando da Silva Nascimento
Código Identificador:70BA1817

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 068/2025 - DISPENSA ELETRÔNICA N° 012/2025

Referente Processo Administrativo n° 068/2025 - Dispensa Eletrônica n° 012/2025. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de instalação e montagem de aparelhos de ar-condicionado split (capacidade nominal 9.000, 12.000 e 24.000 BTUs), inclusive testes e garantia técnica, a ser executado nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Buenos Aires - PE, cujas especificações estão descritas no Anexo I – Termo de Referência.

CONTRATO Nº 104/2025 - Vigência: será de 06(seis) meses, a partir da assinatura do contrato. Contratada: CLIMA SERV COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ sob o n.º 30.946.326/0001-77, no valor R$ 19.999,98 (dezenove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos). Data da assinatura: 21 de outubro de 2025.

HENRIQUE JOSÉ QUEIROZ COSTA
Prefeito.

Publicado por:
Fernando da Silva Nascimento
Código Identificador:0B112DAF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 071/2025 - DISPENSA ELETRÔNICA N° 013/2025

Referente Processo Administrativo n° 071/2025 - Dispensa Eletrônica n° 013/2025. Objeto: FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROF. JULIANA MARTA CORREIA DOS SANTOS, NO MUNICÍPIO DE BUENOS AIRES - PE.

CONTRATO Nº 105/2025 - Vigência: será de 06(seis) meses, contados da Ordem de Serviço. Contratada: JM EMPREENDIMENTOS LIMITADA, CNPJ sob o n.º 32.507.681/0001-75, no valor R$ 19.999,98 (dezenove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos). Data da assinatura: 10 de novembro de 2025.

HENRIQUE JOSÉ QUEIROZ COSTA
Prefeito.

Publicado por:
Fernando da Silva Nascimento
Código Identificador:BEF33E92

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 550/2025

Dispõe sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito da Prefeitura Municipal de Buenos Aires-PE e designa autoridade responsável pela sua gestão.

O Prefeito Constitucional do Município De Buenos Aires-PE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO:

a) a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada *Lei de Acesso à Informação (LAI)*, que regula o acesso a informações públicas e se aplica aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes da Federação;

b) a necessidade de promover a transparência pública e assegurar o direito fundamental de acesso à informação aos cidadãos;

c) a importância de estruturar, no âmbito municipal, mecanismos que garantam a efetiva aplicação da referida Lei;

d) a necessidade de designar autoridade responsável pela gestão e implementação da Lei de Acesso à Informação no Município;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) Ouvidor(a) Municipal como autoridade responsável pela gestão da aplicação da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – no âmbito da Prefeitura Municipal de Buenos Aires/PE.

Parágrafo único. Das decisões do(a) Ouvidor(a) Municipal caberá recurso ao Prefeito Municipal.

Art. 2º A Ouvidoria Municipal ficará responsável pelo atendimento e pela orientação ao público externo e interno quanto às informações decorrentes da Lei nº 12.527/2011, por meio presencial, telefônico e eletrônico (via internet e e-mail institucional).

Parágrafo único. Todas as formas de contato com a Ouvidoria Municipal deverão ser amplamente divulgadas em locais de fácil acesso e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura.

Art. 3º Fica instituído o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, sob a coordenação da Ouvidoria Municipal, com a finalidade de:

I – atender e orientar o público sobre os procedimentos de acesso à informação;
II – receber e registrar os pedidos de acesso;
III – informar sobre a tramitação de solicitações;
IV – garantir a transparência ativa das informações previstas no art. 8º, §1º, da Lei nº 12.527/2011;
V – propor medidas e procedimentos para o aprimoramento da política de transparência e acesso à informação no Município.

Art. 4º As Secretarias Municipais deverão prestar todo o apoio necessário à Ouvidoria Municipal e ao SIC, garantindo o fornecimento das informações públicas sob sua responsabilidade.

Art. 5º Enquanto não editado regulamento específico no âmbito municipal, aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 e do Decreto Federal nº 7.724/2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Publique-se e Cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Buenos Aires, em 13 de novembro de 2025.

HENRIQUE JOSÉ QUEIROZ COSTA
Prefeito

Publicado por:
Fernando da Silva Nascimento
Código Identificador:8ABF1BE1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 551/2025

Dispõe sobre a designação de servidor para exercer as funções de supervisão, manutenção e acompanhamento do sistema de iluminação pública no âmbito da Prefeitura Municipal de Buenos Aires-PE.

O Prefeito Constitucional do Município De Buenos Aires-PE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor GLAUBER MATEUS DE ALMEIDA para exercer as funções de supervisão, manutenção e acompanhamento do sistema de iluminação pública do Município de Buenos Aires-PE.

Art. 2º Compete ao servidor designado:

I – Supervisionar a instalação, manutenção e substituição de lâmpadas e postes de iluminação pública, assegurando a correta funcionalidade do sistema de iluminação nas vias públicas, praças e áreas de lazer da cidade;
II – Monitorar o desempenho do sistema de iluminação pública, propondo melhorias e ações preventivas;
III – Atender a solicitações e demandas da população e das autoridades municipais, realizando inspeções e implementando ações corretivas para resolver problemas ou aprimorar a rede de iluminação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Buenos Aires, em 13 de novembro de 2025.

HENRIQUE JOSÉ QUEIROZ COSTA
Prefeito

Publicado por:
Fernando da Silva Nascimento
Código Identificador:9B03E049

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICIPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO

CAMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
PORTARIA Nº 202 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de pagamento de adicional de qualificação (AQ) ao servidor ADEILDO VICENTE MELO DA SILVA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE, no uso de suas atribuições regimentalmente constituídas, conforme o Regimento Interno desta Casa Legislativa e com base na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo servidor ADEILDO VICENTE MELO DA SILVA (matrícula nº 60374), referente à concessão do adicional de qualificação (AQ), acompanhado dos documentos comprobatórios de cursos realizados;

CONSIDERANDO a análise e deferimento do pedido pelo Departamento de Pessoal, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.926/24 e a Portaria nº 095, de 22 de outubro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor ADEILDO VICENTE MELO DA SILVA (matrícula nº 60374), ocupante do cargo de Motorista, o pagamento de adicional de qualificação (AQ), conforme previsto na Lei Municipal nº 3.926/24 e Portaria nº 095, de 22 de outubro de 2024.

Art. 2º. O adicional de qualificação será de 25% (Mestrado ou duas Pós graduações), com base no nível de formação comprovado por meio dos documentos anexados ao requerimento.

Art. 3º. A concessão do referido adicional deverá ser incluída na folha de pagamento do servidor, com todos os reflexos legais aplicáveis.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e retroage os seus efeitos à data de 29 de outubro de 2025.

Art. 5º. Fica revogada a Portaria nº 147, 08 de julho de 2025.

Cabo de Santo Agostinho-PE, 06 de novembro de 2025

MÁRIO ANDERSON DA SILVA BARRETO
Presidente

Publicado por:
Jose Carlos Amorim de Araujo
Código Identificador:0E314160

CAMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
PORTARIA Nº 203 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de pagamento de adicional de qualificação (AQ) à servidora EMANUELE DIAS DA SILVA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE, no uso de suas atribuições regimentalmente constituídas, conforme o Regimento Interno desta Casa Legislativa e com base na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora EMANUELE DIAS DA SILVA (matrícula nº 7000101), referente à concessão do adicional de qualificação (AQ), acompanhado dos documentos comprobatórios de cursos realizados;
CONSIDERANDO a análise e deferimento do pedido pelo Departamento de Pessoal, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.926/24 e a Portaria nº 095, de 22 de outubro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido à servidora EMANUELE DIAS DA SILVA (matrícula nº 7000101), ocupante do cargo de Secretária, o pagamento de adicional de qualificação (AQ), conforme previsto na Lei Municipal nº 3.926/24 e Portaria nº 095, de 22 de outubro de 2024.

Art. 2º. O adicional de qualificação será de 25% (Mestrado ou duas Pós Graduações), com base no nível de formação comprovado por meio dos documentos anexados ao requerimento.

Art. 3º. A concessão do referido adicional deverá ser incluída na folha de pagamento da servidora, com todos os reflexos legais aplicáveis.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e retroage os efeitos à data de 29 de outubro de 2025.

Art. 5º. Fica revogada a Portaria nº 131, de 04 de junho de 2024.

Cabo de Santo Agostinho-PE, 06 de novembro de 2025

MÁRIO ANDERSON DA SILVA BARRETO
Presidente

Publicado por:
Jose Carlos Amorim de Araujo
Código Identificador:F7505F88

CAMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
PORTARIA Nº 204 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de pagamento de adicional de qualificação (AQ) ao servidor CRISTIANO CARDOSO DE MELO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE, no uso de suas atribuições regimentalmente constituídas, conforme o Regimento Interno desta Casa Legislativa e com base na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo servidor CRISTIANO CARDOSO DE MELO (matrícula nº 7004101), referente à concessão do adicional de qualificação (AQ), acompanhado dos documentos comprobatórios de cursos realizados;
CONSIDERANDO a análise e deferimento do pedido pelo Departamento de Pessoal, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.926/24 e a Portaria nº 095, de 22 de outubro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor CRISTIANO CARDOSO DE MELO (matrícula nº 7004101), ocupante do cargo de Guarda de Patrimônio, o pagamento de adicional de qualificação (AQ), conforme previsto na Lei Municipal nº 3.926/24 e Portaria nº 095, de 22 de outubro de 2024.

Art. 2º. O adicional de qualificação será de 25% (Mestrado ou duas Pós Graduações), com base no nível de formação comprovado por meio dos documentos anexados ao requerimento.

Art. 3º. A concessão do referido adicional deverá ser incluída na folha de pagamento do servidor, com todos os reflexos legais aplicáveis.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e retroage os seus efeitos à data de 31 de outubro de 2025.

Art. 5º. Fica revogada a Portaria nº 142, 05 de novembro de 2024.

Cabo de Santo Agostinho-PE, 06 de novembro de 2025

MÁRIO ANDERSON DA SILVA BARRETO
Presidente

Publicado por:
Jose Carlos Amorim de Araujo
Código Identificador:D830F3BC

CAMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
PORTARIA Nº 211 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

EMENTA: Dispõe sobre a suspensão do expediente na Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho nos dias 20 e 21 de novembro de 2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o dia 20 de novembro é consagrado nacionalmente como o Dia da Consciência Negra, data destinada à reflexão sobre a igualdade racial e ao reconhecimento da contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do funcionamento administrativo da Casa Legislativa no referido feriado.

CONSIDERANDO que o dia 21 de novembro de 2025 será considerado ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica suspenso o expediente da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho no dia 20 de novembro de 2025 em razão do feriado nacional do Dia da Consciência Negra.

Art. 2º. Fica declarado ponto facultativo o dia 21 de novembro de 2025, sem prejuízo da prestação de serviços essenciais cujas atividades sejam incompatíveis com a suspensão.

Art. 3º O expediente normal será retomado no dia 24 de novembro de 2025.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cabo de Santo Agostinho-PE, 17 de novembro de 2025

MÁRIO ANDERSON DA SILVA BARRETO
Presidente

Publicado por:
Jose Carlos Amorim de Araujo
Código Identificador:07AA76FC

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
ATO Nº 1136/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho.

R E S O L V E:

NOMEAR: Alessandra Fernanda da Silva, ao Cargo, Coordenação – CC3, a partir de 17 de novembro de 2025, com lotação, Secretaria Municipal de Governo, Orçamento Participativo e Articulação Política, Símbolo CC3.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 17 de novembro de 2025.

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Thiago Jorge Alves de Oliveira
Código Identificador:7033B896

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
ATO Nº 1137/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições da Lei 2.467 de 11 de dezembro de 2008 e da Lei nº 2.610 de 29 de dezembro de 2010 que dispõem sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho.

R E S O L V E:

NOMEAR: Rildo José Gomes, ao Cargo, Chefe de Setor II – CC5, a partir de 17 de novembro de 2025, com lotação, Secretaria Executiva de Administração e Recursos Humanos , Símbolo CC5.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 17 de novembro de 2025.

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Thiago Jorge Alves de Oliveira
Código Identificador:123A0664

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
DECRETO Nº 2.715, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025.

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal do Município Crédito Suplementar no valor de R$ 200.000,00, em favor da FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO.

O Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe os artigos 8° e 9º, da Lei Municipal nº. 3.954, de 20 de janeiro de 2025, e, considerando a necessidade de reforçar dotações orçamentárias insuficientes para cobrir despesas com manutenção e/ou investimentos, não implicando em acréscimo ao Orçamento vigente, uma vez que os recursos serão deduzidos de dotações disponíveis;

DECRETA:

Art. 1º.: Fica aberto Crédito Suplementar em favor da **FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO,** no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária:	**31100 - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**	
Função:	**12 - Educação**	
Subfunção:	**364 - Ensino Superior**	
Programa:	**151 - APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**	
Ação:	**8.155 - APOIO AS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA FACULDADE**	
Despesa 186	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas 1 - 1.501.0000 Recursos ordinários não destinados a contrapartidas	30.000,00

Unidade Orçamentária:	**31100 - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**	
Função:	**12 - Educação**	
Subfunção:	**364 - Ensino Superior**	
Programa:	**154 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR**	
Ação:	**4.195 - PROMOÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**	
Despesa 198	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas 1 - 1.501.0000 Recursos ordinários não destinados a contrapartidas	170.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R$ 200.000,00

Art. 2º: Para abertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o recurso da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária:	**31100 - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**	
Função:	**12 - Educação**	
Subfunção:	**364 - Ensino Superior**	
Programa:	**154 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR**	
Ação:	**3.120 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO ESPAÇO FÍSICO DA FACULDADE**	
Despesa 192	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas 1 - 1.501.0000 Recursos ordinários não destinados a contrapartidas	200.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 200.000,00

Art.3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13.10.2025.

Palácio Conde da Boa Vista, 13 de outubro de 2025.

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
- Prefeito -

Chancelas:

BRUNO DE MORAES LISBÔA
Secretário Municipal de Gestão Pública

PAULO HENRIQUE TORRES FERREIRA DOS SANTOS
Secretário Executivo de Orçamento e Monitoramento

REGILENE C. DE SANTANA FEIJÓ
Superintendente de Orçamento Público

Publicado por:
Regilene Carmelita de Santana Feijó
Código Identificador:C7220972

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
PORTARIA GAPRE Nº 0564/2025

Ementa: Exonera o Servidor, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município do Cabo de Santo Agostinho.

Considerando ainda, o disposto no art. 1º Lei Municipal nº 1.554 de 30 de abril de 1990, bem como o estabelecido no Inciso I, do Art. 82 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968,

Considerando o Processo nº 41.283 - SEARH de 30/10/2025, Requerimento feito pelo servidor ENEIAS DA SILVA MORAIS de 30/10/2025 e Despacho SRH de 30/10/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO o Sr. **ENEIAS DA SILVA MORAIS,** mat. **32.915,** do cargo de **ASS ADM MUNICIPAL II,** com lotação na Secretaria Executiva de Finanças e Arrecadação – SEFA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 30 de outubro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 03 de novembro de 2025.

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:DD5DD849

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
PORTARIA GAPRE Nº 0565/2025

Ementa: Concede função gratificada, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município do Cabo de Santo Agostinho.

Considerando ainda, o disposto no Art. 1º da Lei Municipal 1.554, de 30 de abril de 1990, bem como o estabelecido no Art. 160 da Lei Estadual 6.123, de 20 de julho de 1968,

Considerando a C.I nº 0492/2025 SC.URB de 21/10/2025 e Despacho SRH de 03/11/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao Sr. **LEONARDO DA SILVA DOS SANTOS**, mat. **34.123**, no cargo de **TOPÓGRAFO,** função gratificada, símbolo **FGA- 2**, com lotação na Superintendência de Controle Urbano – SC.URB.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de novembro 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 04 de novembro de 2025.

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:16F715C3

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
PORTARIA GAPRE Nº 0566/2025

Ementa: Concede função gratificada, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município do Cabo de Santo Agostinho.

Considerando ainda, o disposto no Art. 1º da Lei Municipal 1.554, de 30 de abril de 1990, bem como o estabelecido no Art. 160 da Lei Estadual 6.123, de 20 de julho de 1968,

Considerando a C.I nº 0487/2025 – SC.URB de 21/10/2025, C.I nº 099/2025 – Gerência de Controle Urbano de 14/10/2025 e Despacho SRH de 03/11/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER função gratificada aos servidores listados no quadro abaixo:

MAT.	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	FG
35.021	REBECCA CASSIA CAVALCANTE DA SILVA	FISCAL DE CONTROLE URBANO	SC.URB	FGA-2
30.359	ANDRE LUIZ ALBUQUERQUE DE MENESES	FISCAL DE CONTROLE URBANO	SMCRSP	FGA-2
35.023	LUCAS DOUGLAS LUSTOSA BALBINO	AGENTE DE CONTROLE URBANO	SC.URB	FGA-2
35.022	MARCOS ANTONIO FEIJO CAVALCANTI	AGENTE DE CONTROLE URBANO	SC.URB	FGA-2
35.024	VICTOR HUGO AMARAL FONSECA DE LIMA	AGENTE DE CONTROLE URBANO	SC.URB	FGA-2

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de novembro 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 04 de novembro de 2025.

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:73F99BDE

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
PORTARIA GAPRE Nº 0567/2025

Ementa: Declarar Vacância de Cargo Efetivo, e dá outras Providências.

O **Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município do Cabo de Santo Agostinho.

Considerando o disposto no art.81, Inciso VII, da Lei 6.123, de 20 de julho de 1968, e o prazo de 03 (três) anos para aquisição da estabilidade, previsto no art. 41, *caput* da Constituição Federal.

Considerando o Processo nº 41.166 – SEARH de 23/10/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 41.166 - COLEG/SEARH de 05/11/2025, requerido pelo servidor JONATAS VINICIUS DE LIMA FERREIRA e Despacho SRH de 05/11/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARAR A VACÂNCIA do cargo efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL**, ocupado pelo servidor **JONATAS VINICIUS DE LIMA FERREIRA**, matrícula **33.663,** com lotação na Secretaria Municipal de Programas Sociais – SMPROS, em razão a outro cargo público inacumulável, pelo período de **03 (três) anos**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 23 de outubro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho, 06 de novembro de 2025.

LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:E2335079

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª E 2ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª E 2ª CPL
AVISO DE REPUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00021/2025

AVISO DE REPUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00021/2025

A Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE torna público, para conhecimento dos interessados, que **republica** o Aviso de Licitação referente à **Concorrência Eletrônica nº 00021/2025**, que será realizada sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis.
A licitação, do tipo **Menor Preço Global**, tem por objeto a **Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Recapeamento Asfáltico com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)** em vias com pavimento asfáltico no Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, com valor estimado de **R$ 29.718.896,20** (vinte e nove milhões, setecentos e dezoito mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte centavos.
A sessão pública de abertura será realizada por meio do **Portal BNC**, pelo endereço eletrônico **http://bnccompras.com,com nova data agendada para o dia 05 de dezembro de 2025, às 10h30**.
O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no **Portal da Transparência do Município** www.cabo.pe.gov.br, no **Portal BNC** http://bnccompras.come no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**.

Cabo de Santo Agostinho – PE, 17 de outubro de 2025.

Publicado por:
Ianá Carolina Basante de Albuquerque
Código Identificador:BC91B30E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DECISÃO -CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: PAAP N.º 004/2025.

EMPRESA: CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA, **inscrita no CNPJ sob o nº 42.753.718/0001-07**.

FUNDAMENTO: art. 156, inciso III, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CONCLUSÃO: Impedimento de Licitar e Contratar com o Poder Executivo do Município de Toritama, Estado de Pernambuco e o seu descredenciamento do Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município, **pelo período de 18 meses e a aplicação de multa no percentual de correspondente ao valor de R$883,07 (oitocentos e oitenta e três reais e sete centavos)**

RECURSO: Considera-se intimado da decisão para, querendo, apresentar recurso no prazo 15 (quinze) dias úteis, contados desta publicação.

O Processo terá sua continuidade independentemente de manifestação e encontra-se com vista franqueada ao interessado, no endereço Av. Boa Vista, n.°977, Centro de Cachoeirinha-PE, no horário das 8h às 14h, de segunda a sexta-feira ou por e-mail: setordesancoes.cachoeirinha@gmail.com

Cachoeirinha, 17 de novembro de 2025

ANDREA PAULA RAIMUNDO VALENÇA BRAGA
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
Camilly Valença da Silva
Código Identificador:EA762609

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025- AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS DE MÚLTIPLAS DISCIPLINAS E CONTEÚDO TRIDIMENSIONA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA/PE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 – CC/PMC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2025 – CC/PMC
A Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA todos os interessados em participar do procedimento licitatório, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, para que tomem conhecimento das condições, regras, prazos e especificações constantes no Edital do certame, disponibilizado nos canais oficiais da Administração. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais educativos de múltiplas disciplinas e conteúdo tridimensional, bem como laboratórios itinerantes de ciências (matemática), destinados aos estudantes dos anos iniciais e finais da Rede Municipal de Ensino de Cachoeirinha/PE, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Edital. TIPO: Menor preço por item. MODO DE DISPUTA: Aberto, com intervalo mínimo de lance de 0,01%. VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 633.241,44 (seiscentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos). RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 03/12/2025 às 08h00 (horário de Brasília). ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA: 03/12/2025 às 09h00 (horário de Brasília). LOCAL: Plataforma BNC – www.bnc.org.br (“acesso público”).
INFORMAÇÕES:
Agente de Contratação/Pregoeiro: Alexsandro Antônio da Silva
Telefone: (81) 3742-1156
E-mail: cachoeirinhacpl@gmail.com

Cachoeirinha/PE, 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Camilly Valença da Silva
Código Identificador:4211099D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
DECRETO Nº 084, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 084, DE 17DENOVEMBRO DE 2025.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, XVIII, da Lei Orgânica do Município,de 05/04/1990.

DECRETA:

Art. 1º.Fica decretado ponto facultativo o expediente do dia 21denovembro do corrente ano,nas repartições públicas e entidades da administração direta e indireta.
Parágrafo único.Será considerado ponto facultativo em todas as repartições públicas,com exceção daqueles serviços cujo funcionamento seja indispensável, a juízo do chefe do órgão.

Art. 2º.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ANDRÉ PEDRO VALENÇA DE MELO RAIMUNDO
Prefeito

Publicado por:
Thiago Guadagnano Almeida de Siqueira Vasconcelos
Código Identificador:264F2CE8

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAETÉS

PREFEITURA DE CAETÉS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
AVISO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

AVISO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICADA: FRANCIELE ELETRO MÓVEIS, inscrita sob o n° do CNPJ 47.646.580/0001-52, situada na Rua João Machado, n° 143, Bairro – Centro, na cidade de Balneário Barra do Sul/SC, CEP: 89.247-000 endereço eletrônico: licitacao.francieleeletro@gmail.com tel: (47) 9.9983-9919, representada neste ato pelo seu sócio administrador a Sr. Franciele Formigari.

Pelo presente instrumento e na melhor forma admitida em direito, a notificante, por seu representante legal que a esta subscreve, vem formalmente **NOTIFICAR** a ocorrência dos fatos que se seguem:

A notificada participou no dia 10 de junho do ano em curso, do Processo de Contratação 005/2025 – FMAS, referente ao Pregão Eletrônico 005/2025 – FMAS, o qual tem como objeto a aquisição de mobiliário e eletroeletrônicos para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do município de Caetés/PE, sendo classificada nos itens 12 e 33, os quais correspondem respectivamente a refrigerador duplex e freezer horizontal.

Por conseguinte, no dia 16 de julho do ano corrente, procedeu-se a formalização e envio do instrumento contratual nº 019/2025 – FMAS, através do e-mail licitacao.francieleeletro@gmail.com, para que o referido documento fosse devidamente assinado. Em ato contínuo, a empresa, ora notificada, promoveu a assinatura e devolução do referido documento em 17/07/2025.

É mister salientar que nos termos do item 11.0, subitem 11.1.2. do Termo de Referência – documento nexo e parte inseparável do Edital - o objeto deve ser entregue em até 30 dias, após a formalização do pedido. Vejamos:

10.0. DA EXECUÇÃO E DO PRAZO DE ENTREGA:
10.1. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço:

10.1.1. Local da entrega: Secretaria Municipal de Assistência Social, estabelecida à Pça. Presidente Castelo Branco, nº 10 – Caetés-PE, no qual formulará os pedidos via e-mail (ou outros meios adequados e legais), devidamente assinado pelo setor responsável, tendo a Contratada o PRAZO DE ENTREGA de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação pelo responsável legal.

Dito isto, no dia 14/10/2025, a secretaria demandante procedeu à formalização e envio da ordem de fornecimento através do e-mail anteriormente mencionado, solicitando a entrega do objeto contratado dentro do prazo acima descrito.

Ocorre que até a presente data, mesmo tendo transcorrido mais de 30 (trinta) dias, dado que o pedido foi realizado no dia 14/10/2025, a empresa não promoveu o adimplemento das suas obrigações contratuais (entrega do objeto), observando-se, portanto, o descumprimento do pacto avençado por parte da notificada.

Insta salientar que os itens contratados serão destinados a manutenção dos programas de políticas públicas que são desenvolvidos através da Secretaria de Assistência Social, a exemplo do Programa Cozinha Comunitária, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e Programa Criança Feliz. Denota-se, portanto, que se trata de itens de suma importância, assim, a inércia da empresa no que diz respeito a entrega do objeto tem o condão de ensejar transtornos na efetivação dos programas em comento.

Diante dos fatos expostos, denota-se que a empresa em epígrafe descumpriu com o pacto avençado, uma vez que até a presente data, a notificada não promoveu a entrega do pedido realizado, conforme informações acima transcritas.

Nessa senda, é de sumo relevo frisar que conforme a cláusula décima primeira, subitem 11.1, alínea "c" do instrumento contratual, comete infração administrativa, o contratado que "der causa à inexecução total do contrato." Trata-se de uma conduta que se encontra prevista no inciso III, do art. 155, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Para mais, os artigos 156 e seguintes disciplinam as sanções que serão aplicadas a quem, porventura, incorrer na infração administrativa acima mencionada, ressaltando que neste caso, o licitante/contratado poderá ser penalizado com as seguintes sanções:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
§ 2º A sanção prevista no inciso I do**caput**deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista noinciso I do**caput**do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II do**caput**deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas noart. 155 desta Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III do**caput**deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nosincisos II, III, IV, V, VI e VII do**caput**do art. 155 desta Lei,quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV do**caput**deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nosincisos VIII, IX, X, XI e XII do**caput**do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do**caput**do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Isto posto, em conformidade com as minhas atribuições legais e em cumprimento a regra estabelecida na cláusula XI do Termo de Referência, sirvo-me da presente para notificar a empresa **FRANCIELE ELETRO MÓVEIS**, **inscrita no CNPJ sob o no 47.646.580/0001-52,** para que em até 5 (cinco) dias, promova a entrega do objeto, nos moldes do pedido realizado no dia 14/10/2025.

Destarte, em respeito aos princípios constitucionais do Contraditório e Ampla Defesa, a supracitada empresa tem a prerrogativa de apresentar, no mesmo prazo, através do e-mail cplcaetes@gmail.com, defesa correspondente aos fatos descritos na presente notificação, oportunidade em que deverá juntar documentos comprobatórios de sua alegação, conforme as informações acima explanadas.

Insta salientar que o prazo acima estabelecido (cinco dias), se encontra amparado pelo princípio da proporcionalidade, uma vez que o prazo inicial para o adimplemento da obrigação foi de 30 (trinta) dias, como bem informado anteriormente, entretanto, o referido prazo já foi transcorrido, não havendo o cumprimento da obrigação por parte da contratada. Nessa senda, a dilação do aludido lapso temporal tem o condão de causar prejuízos a esta Administração Pública, particularmente, quando se observa que a Secretaria Municipal de Assistência Social necessita dos itens contratados para e efetivação das suas incumbências institucionais.

Por fim, reputa-se que o pedido deve ser entregue em sua totalidade, nos moldes da ordem de fornecimento, frisando que a entrega parcial e/ou o descumprimento da presente convocação ensejará a extinção do contrato, nos termos do inciso I, do art. 137, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, havendo, no presente caso, a possibilidade de a empresa notificada ser responsabilizada, conforme as disposições previstas nos arts. 155 e seguintes da legislação anteriormente destacada.

Caetés, 17 de novembro de 2025.

LUIZ ANTÔNIO DA SILVA
Matrícula no 14.451
Secretário de Assistência Social

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:A5AFB3FC

PREFEITURA DE CAETÉS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

1° Termo Aditivo ao Contrato Nº. 005/2025 - FMAS. Acréscimo de 23,89% no valor do contrato. Valor: R$ 2.630,72. Contratada: **ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA.** CNPJ: 53.571.459/0001-01.

Caetés/PE, 17/11/2025.

LUIZ ANTÔNIO DA SILVA
Secretário de Assistência Social

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:C43C06A2

PREFEITURA DE CAETÉS - GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PARCIAL

Com fundamento na Súmula 247 – TCU, procedo com a HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025 - PMC. OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino do município de Caetés/PE.

ADJUDICAÇÃO PARCIAL DE SEU OBJETO DA SEGUINTE MANEIRA:

EMPRESA: **ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ: 53.571.459/0001-01, VENCEDORA DOS ITENS: 01, 02 e 05. PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 147.000,00.

EMPRESA: **M. K. DE AZEVEDO ARAÚJO DUTRA DANTAS LTDA**, CNPJ: 21.062.777/0001-50, VENCEDORA DO ITEM: 03. PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 61.590,78.

Caetés/PE, 17 de novembro de 2025.

***NIVALDO DA SILVA MARTINS*.**
Prefeito

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:4FFF3AE5

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CALÇADO

GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DE DECRETO

DECRETO Nº 038/2025

EMENTA: Decreta PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais, no dia 21 de novembro de 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE CALÇADO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelas Constituições Federal e Estadual, sobretudo pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que no dia 20 de novembro, é comemorado o "Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra", conforme Lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, no dia 21 de novembro de 2025, nas repartições da administração direta do Município, dia que sucede o feriado nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Art. 2° - O ponto facultativo determinado no artigo 1º não atingirá os serviços de limpeza pública e os serviços de Saúde da Unidade Mista de Saúde Nossa Senhora de Lourdes.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação no lugar de costume.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de novembro de 2025

JOSÉ ELIAS MACENA DE LIMA FILHO
Prefeito do Município de Calçado

Publicado por:
Expedito Cláudio da Silva
Código Identificador:3F62AB99

GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

PORTARIA Nº 296/2025 de 31 de outubro de 2025.

EMENTA: Dispõe sobre a designação de Fiscal de Contratos dos Processos de Credenciamentos do Fundo Municipal de Saúde de Calçado e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Calçado, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, mediante o que dispõe o **inciso II do Artigo 93 da Lei Orgânica Municipal,** mediante o que dispõe o **Art. 117 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021** e Art. 96 do Decreto Municipal nº 004/2025, de 20 de janeiro de 2025**.**

RESOLVE:
Art. - 1º Nomear a partir desta data, o servidor ***Pedro Vaz Pinto***, matrícula nº 0125-103, **para exercer as atividades de Fiscal do(s) contrato(s) oriundos do Credenciamento nº 001/2025 (***Prestação de Serviços Especializados em Saúde da Família (Unidades Básicas de Saúde), Serviços Médicos Plantonista, Direção Médica, Evolução Clinica (hospital), Serviços Médicos Ambulatoriais Especializados (Hospital, Equipe Multi e CAPS), Programa Mais Especialidades com a Prestação de Serviço por OCI, Serviços Médicos Especializados, pelo período de 12 meses*) **e Credenciamento nº 002/2025 (***prestação de serviços na confecção e fornecimento de PRÓTESES DENTARIAS para atender as demandas da Secretaria de*

Saúde de Calçado-PE) **do Fundo Municipal de Saúde de Calçado**, durante a vigência dos mesmos.

Art. 2º - Ao fiscal de Contratos caberá dente outras as seguintes atribuições, conforme art. 97 do Decreto Municipal nº 004/2025:

I - Fiscalizar a execução do objeto do contrato, de acordo com o modelo de gestão previsto em contrato;

II - Apresentar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização;

III - Explicar ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;

IV – Quando for o caso, realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;

V - Avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos.

VI - Determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VII - Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual;

VIII - Determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;

IX - registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar o contratado acerca de irregularidades, assinalando prazo para correção;
X manter contato com o preposto do contratado, promovendo as reuniões necessárias para a resolução de problemas na execução do contrato;

XI - manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;

XII - verificar a qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução do contrato;

XIII - requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XIV - conferir as notas fiscais emitidas;

XV - receber o objeto do contrato; e

XVI - comunicar infrações não saneadas e solicitar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções à empresa contatada.

Art. 3° Em caso de necessidade eventual de substituição, será emitida Portaria específica para este fim.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito,

Calçado, 31 de outubro de 2025.

JOSÉ ELIAS MACENA DE LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Expedito Cláudio da Silva
Código Identificador:D1E2E12C

GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

PORTARIA Nº 295/2025 de 31 de outubro de 2025.

EMENTA: Dispõe sobre a designação de servidores para compor a Comissão de Avaliação de Bens Móveis inservíveis ao uso do Município e suas atribuições e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Calçado, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, mediante o que dispõe o **inciso II do Artigo 93 da Lei Orgânica Municipal,** mediante o que dispõe a **Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021** e alterações posteriores**.**

Considerando, a situação de alguns veículos e equipamentos pertencentes ao Município de Calçado, sendo que a recuperação dos mesmos causaria gastos antieconômicos ao Município;

Considerando, a necessidade do Município de adquirir novos veículos e equipamentos para atender a as necessidades desta municipalidade, e a indisponibilidade de recursos para custear tais aquisições.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir uma **Comissão de Avaliação de Bens Móveis inservíveis ao uso do Município,** composta pelos membros abaixo para atuarem junto a **Prefeitura Municipal de Calçado**, **Fundo Municipal de Saúde de Calçado - FMS**, **Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social de Calçado – FMAS** durante o exercício **2025,** cabendo à ***presidência ao primeiro***, e na sua ausência ou impedimento ao subsequente na ordem em que se apresenta:

Membro: ***Ailton Lucena da Silva***
Matrícula: **0125-010**
Presidente da Comissão

Membro: ***Adjoel Araújo do Nascimento***
Matrícula: **0225-055**
Membro da Comissão

Presidente: ***Maria Eliziane Tavares Lucena***
Matrícula: **3020-055**
Membro da Comissão

Art. 2º - A presente Comissão, deverá tratar, especificamente, do levantamento detalhado, avaliação e localização dos bens inservíveis em um só lugar para posterior alienação, realização de vistoria e leilão público, constantes do Patrimônio do Município, com a finalidade de emitir relatório, ata e laudo circunstanciado para fins de Alienação.

Art. 3º - Caso se faça necessário será designado um **suplente** para a substituição do(s) membro(s) da Comissão de Avaliação, o qual substituirá respectivamente, em caso de ausência ou impedimento de qualquer membro da comissão**.**

Art. 4º - As decisões da Comissão de Avaliação serão colegiadas com quórum mínimo de três membros.

Art. 5º - São atribuições da Comissão de Avaliação do **Município de Calçado**, mas não limitadas a:

coordenar os processos de avaliação, submetendo-os à apreciação e aprovação da assessoria jurídica;
competindo-lhes o cadastramento dos bens para baixa do patrimônio público municipal;
exceto responder por elaboração de Processos Administrativos de Licitação nas formas de **Leilão**;
definir e solicitar ao departamento competente as publicações necessárias na forma da legislação vigente;
esclarecer as dúvidas sobre o laudo de avaliação;

requisitar parecer técnico e/ou jurídico quando julgar necessário;
adotar outras providências que se fizerem necessárias;
promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveria constar originariamente do laudo de avaliação;
responder civil e criminal pelo inteiro teor do laudo de avaliação e das cópias de documentos apresentados juntamente com seus originais para o certame ou leilão na forma da Lei.

Art. 6º - Os membros da Comissão de Avaliação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se a posição individual divergente estiver fundamentada e registrada em Ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 7º - O mandato dos membros da Comissão de Avaliação, aqui nomeados será até o dia **31 de dezembro de 2025**;

Art. 8º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, nos locais de costume da Administração Municipal, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito,

Calçado, 31 de outubro de 2025.

JOSÉ ELIAS MACENA DE LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Expedito Cláudio da Silva
Código Identificador:DA4395DE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX

GABINETE DO PREFEITO
EMENTA: CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DA PORTARIA Nº 179, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023.

O **Prefeito de Camocim de São Félix/PE**, no uso das usas atribuições que lhes são conferidas:
CONSIDERANDO a homologação do concurso público registrado pelo Decreto nº 25/2024, de 04 de julho, haja vista terem sido efetivamente cumpridas todas as etapas do edital;
CONSIDERANDO que foram respeitados os princípios norteadores da administração pública;
CONSIDERANDO a necessidade de prover os cargos vagos e de atender ao interesse público,
CONSIDERANDO a necessidade de o Município disponibilizar em prol da sociedade a continuidade dos serviços públicos, com zelo e eficiência essenciais a boa Administração Pública;

RESOLVE:
Art. 1º - Convocar os candidatos aprovados abaixo discriminados, para se apresentarem perante o Departamento de Recursos Humanos - DPRH, localizado à Praça São Félix, 20, Centro, Camocim de São Félix – PE, CEP 55665-000, no período compreendido entre os dias 07/11/2025 a 07/12/2025, a partir das 07h e 30min até às 13h e 30min, munidos das documentações descritas no item 11.3.3.2 do edital, após cumpridas as exigências legais, para as respectivas nomeações.
I - ÁGUIDA KALINY DA SILVA SANTOS, INSCRIÇÃO Nº 106813, AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS, 21º COLOCADO;
II - ALISSON MATEUS DE SANTANA SIQUEIRA, INSCRIÇÃO Nº 105995, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 41º COLOCADO;
III - ANDREZA ESTEFANY DA SILVA OLIVEIRA, INSCRIÇÃO Nº 103843, AGENTE ADMINISTRATIVO, 12º COLOCADO;
IV - BIANCA LAIS DE ARAUJO SILVA, INSCRIÇÃO Nº 102394, AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS, 20º COLOCADO;
V - BRENNA VIEIRA DE MELO, INSCRIÇÃO Nº 101775, FISIOTERAPEUTA, 3º COLOCADO;
VI - DALVANIA DE MOURA SANTOS, INSCRIÇÃO Nº 108278, FISIOTERAPEUTA, 2º COLOCADO;
VII - DANILO VINICIUS LOURENÇO DE OLIVEIRA, INSCRIÇÃO Nº 108021, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 44º COLOCADO;
VIII - DEBORA DENISE DA SILVA LIMA, INSCRIÇÃO Nº 106141, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 43º COLOCADO;
IX - EDUARDO FRANCISCO DA SILVA, INSCRIÇÃO Nº 104220, MOTORISTA, 8º COLOCADO;
X - EDUARDO MANOEL DA SILVA, INSCRIÇÃO Nº 100593, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 45º COLOCADO;
XI - EDVAN DOS SANTOS FONSECA, INSCRIÇÃO Nº 105327, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40º COLOCADO;
XII - EVERSON NATANAEL VIEIRA DA SILVA, INSCRIÇÃO Nº 101629, AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS, 22º COLOCADO;
XIII – FRANCYELLE AMORIM SILVA, INSCRIÇÃO Nº 107565, NUTRICIONISTA, 4º COLOCADO;
XIV – IRANDIR MANOEL DA SILVA, INSCRIÇÃO Nº 106555, MOTORISTA, 9º COLOCADO;
XV – JOÁS FELIPE CORREIA DE ASSIS, INSCRIÇÃO Nº 104156, AGENTE ADMINISTRATIVO, 10º COLOCADO;
XVI – JOSÉ ALMIR SIPRIANO DA SILVA, INSCRIÇÃO Nº 105020, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 39º COLOCADO;
XVII – JOSÉ VANDSON DE MELO BEZERRA, INSCRIÇÃO Nº 100981, ATENDENTE EDUCACIONAL DE INCLUSÃO – AEI, 18º COLOCADO;
XVIII – MARIA ROSINEIDE DA SILVA, INSCRIÇÃO Nº 101325, ATENDENTE EDUCACIONAL DE INCLUSÃO – AEI, 19º COLOCADO;
XIX – REJANE KARLA DE LIMA, INSCRIÇÃO Nº 103932, ATENDENTE EDUCACIONAL DE INCLUSÃO – AEI, 20º COLOCADO;
XXI – TEOFILO MANOEL DE PAULA NETO, INSCRIÇÃO Nº 100410, ATENDENTE EDUCACIONAL DE INCLUSÃO – AEI, 17º COLOCADO;
XI – WELINALDO FERREIRA DA SILVA, INSCRIÇÃO Nº 100141, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 42º COLOCADO;
XII - WESLEY GABRIEL AMORIM CABRAL, INSCRIÇÃO Nº 100089, AGENTE ADMINISTRATIVO, 11º COLOCADO;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Camocim de São Félix/PE, 17 de novembro de 2025.

SÓSTENES RUBANO NEVES PONTES
Prefeito

Publicado por:
Mickael Regys Bezerra Dos Santos
Código Identificador:8CA9FFF3

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 699, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

LEI Nº 699, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

Institui o Plano Plurianual do Município de Camocim de São Félix, para o quadriênio 2026/2029.

Eu, **SOSTENES RUBANO NEVES PONTES**, Prefeito do Município de Camocim de São Félix – PE, no uso de minhas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I
Das Disposições Preliminares
Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Camocim de São Félix, PPA 2026/2029, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 165 da Constituição Federal e no art. 129, inciso I da Lei Orgânica Municipal.
Art. 2ºO Plano Plurianual/2026-2029 é o instrumento de planejamento governamental estratégico do Município que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
§ 1ºO PPA abrangerá, prioritariamente:
I - As despesas de capital, incluindo investimentos, inversões financeiras e transferências de capital;
II - As despesas correntes, necessárias à manutenção e operação dos bens e serviços; e
III - Os programas de duração continuada, que visam à perenidade e à efetividade das políticas públicas implementadas.
§ 2ºA elaboração e execução do PPA têm como propósito fundamental viabilizar a implementação, o monitoramento e a gestão eficiente e eficaz das políticas públicas municipais, assegurando a coerência entre o planejamento e a execução, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.
Seção II
Das Definições e Conceitos
Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:
I - Plano, conjunto de documentos elaborados com a finalidade de materializar o planejamento governamental por meio de programas e ações, compreendendo desde o nível estratégico até o nível operacional, bem como propiciar a avaliação e a instrumentalização do controle.
II - Programa, instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;
III - Ações, operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa, especificadas no orçamento público através de projetos e atividades;
IV - Projeto, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
V - Atividade, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
VI - Operação Especial, corresponde às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, consistindo em despesas financeiras com o pagamento de inativos, amortização e serviço da dívida, precatórios e outros;

VII - Programa Temático ou Finalístico, expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade;

VIII - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Estado, expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e a manutenção da atuação governamental;
IX - Órgão Orçamentário, representa onível mais elevado da classificação institucional no orçamento público, agrupa unidades orçamentárias com finalidades e competências comuns, facilitando a alocação de recursos e a responsabilização pela execução das políticas públicas sob sua jurisdição;
X - Unidade Orçamentária, menor nível da classificação institucional agrupada em órgãos orçamentários;
XI - Produto,bem ou serviço concreto e quantificável que resulta da execução de uma ação governamental;
XII - Primeira Infância, período que abrange do nascimento até os seis anos de idade, fase em que ocorrem os mais intensos processos de desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo na vida humana;
XIII - Políticas Públicas, conjunto de decisões, ações e programas formulados e implementados pelos entes federativos, por meio de instituições governamentais, com o objetivo de atender demandas coletivas, solucionar problemas sociais e promover o bem-estar público;
XIV - Agendas transversais, compreendem estratégias de planejamento e implementação de políticas públicas que demandam a articulação, cooperação e integração entre mais de um órgão ou entidade governamental.
CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL
Seção I
Do Conteúdo Estrutural do PPA 2026/2029
Art. 4º O Plano Plurianual (PPA) 2026/2029, fundamentado em uma base estratégica e um conjunto de programas, consolida as políticas públicas e direciona a atuação governamental, organizado em Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços do Município.
§ 1º O Anexo I estabelece a orientação estratégica do governo para o período de sua vigência, compreendendo os eixos, macro-objetivos e diretrizes estratégicas estabelecidas.
§ 2º O Anexo II especifica a estrutura programática do plano, detalhando os programas com seus atributos e as ações correspondentes, as quais são ordenadas em projetos e atividades que integrarão a programação orçamentária.
Seção II
Da Organização do Plano
Art. 5º O PPA está consubstanciado no plano de governo definido no ANEXO I, que orienta a atuação governamental de forma estratégica, com eixos, objetivos, diretrizes e metas e na programação do ANEXO II a ser executada anualmente de 2026 a 2029.
§ 1ºEixos Estratégicos do PPA 2026/2029:
I - EIXO 1 – Educação e Cultura;
II - EIXO 2 – Saúde e Qualidade de Vida;
III - EIXO 3 – Assistência Social e Direitos humanos;
IV - EIXO 4 – Segurança e Defesa Social;
V - EIXO 5 – Esporte e Lazer;
VI - EIXO 6 – Agricultura, Meio ambiente e Sustentabilidade;
VII - EIXO 7 – Infraestrutura, Transporte e Habitação.
§ 2ºNa programação observar-se-á a transversalidade, promovendo-se articulação entre os diferentes eixos e programas, especialmente nas seguintes áreas:
I - Políticas para as Mulheres;
II - Políticas para a Primeira Infância, Crianças e Adolescentes;
III - Igualdade Racial;
IV - Povos e Comunidades Tradicionais;
V - Meio Ambiente.
§ 3ºAs políticas públicas para a primeira infância são definidas nos instrumentos legais pertinentes, tendo as ações que serão executadas pelo Município programadas no Plano Plurianual e no Orçamento Anual de cada exercício.
§ 4º Poderão constar nos orçamentos anuais quadros com detalhamento das ações transversais relacionadas à primeira infância.
Art. 6º A estrutura programática, detalhada no Anexo II, apresenta os programas de trabalho do governo para o período, discriminando ações e alocando valores para projetos de investimento e atividades contínuas que viabilizam a atuação governamental, indicando os seguintes atributos de programas:
I - Eixo estratégico;
II - Nome do programa;
III - Período de duração do programa;
IV - Objetivo do programa;
V - Indicador do Programa;
VI - Órgão/Unidade responsável e participante do programa;
VII - Público-alvo;
VIII - Ações que serão realizadas no âmbito do programa, desdobradas em projetos e atividades;
IX - Produto da ação, medida do produto e indicação da meta física;
X - Fontes de recursos e
XI - Valores.
Art. 7º O programa Encargos Especiais compreende as despesas relativas às operações especiais, que não geram bens e nem serviços e tem atuação neutra no plano plurianual.
Art. 8º Os indicadores dos programas podem se apresentar:

I - Nos programas temáticos, com índices previstos para o início das ações e estimados para o final do período de vigência do plano;
II - Nos programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Município que podem ser estruturados sem mensuração por indicadores;
Parágrafo único. Os indicadores em construção e os índices em apuração poderão ser determinados a partir do início de 2026, por Decreto, com o detalhamento adequado.
Art. 9º Os programas e ações deste plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.
§ 1º A inclusão, transformação ou exclusão de programas serão feitas durante a revisão da parcela anual do plano, ou por lei específica.
§ 2º Lei que autorizar abertura de crédito adicional especial poderá criar ou modificar programas no PPA 2026/2029.
Art. 10. Os valores financeiros, metas físicas e períodos de execução estabelecidos neste plano para as ações orçamentárias são estimados, não se constituindo em limites à programação das despesas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.
CAPÍTULO III
DA GESTÃO E DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL
Seção I
Da Gestão do PPA 2026/2029
Art. 11. A gestão do PPA 2026/2029 observará os princípios de eficiência e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento e avaliação de programas.
Art. 12. Serão designados servidores que ficarão responsáveis pela gestão dos programas.
Art. 13. Além da execução diária dos projetos e atividades vinculados a cada programa, cabe ainda ao gestor do programa acompanhar, periodicamente, a evolução dos índices e indicadores que refletem o seu desempenho.
Seção II
Da Regulamentação e da Revisão do Plano Plurianual
Art. 14. O Poder Executivo estabelecerá normas complementares para a gestão do Plano Plurianual, consoante disposições desta Lei e da legislação aplicável.
Art. 15. Anualmente, nas datas estabelecidas em lei complementar federal, o plano plurianual será revisado.
Parágrafo único. Até a entrada em vigor da lei complementar prevista nos incisos I, II e III do art. 165 da Constituição Federal, serão observados os prazos estabelecidos no Inciso IV, do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco.
CAPÍTULO IV
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Seção Única
Da Agenda Transversal em Relação as Crianças e Adolescentes
Art. 16. Para os fins disposto no Capítulo IV, considera-se Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.
Art. 17. A Agenda Transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.
Art. 18. O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente as ações estratégicas da Agenda Transversal de que trata esta Lei.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção Única
Disposições Gerais e Transitórias
Art. 19. Durante a gestão do Plano Plurianual 2026/2029, o Poder Executivo poderá:
I - Acrescentar ou alterar indicadores de programas;
II - Compatibilizar os valores dos Programas e Ações do Plano Plurianual - PPA 2026/2029, aos ajustes que vierem a ser realizados na Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual;
III - Reduzir ritmo ou determinar redução de projetos e diminuição de atividades.
Art. 20. Havendo mudança na estrutura administrativa, poderá constar da lei específica a indicação dos programas que serão da responsabilidade de órgão com denominação e/ou atribuições modificadas ou de novo órgão criado.
Art. 21. O Poder Executivo disponibilizará a Lei do Plano Plurianual e seus anexos, no Portal da Transparência do Município, na internet.
Art. 22. A transparência da execução orçamentária dos programas será assegurada pela disponibilização pela Internet, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000 e alterações.
Art. 23. O Poder Executivo realizará, direta ou indiretamente, treinamentos e capacitações sobre planos e orçamentos públicos.
Art. 24.O Poder Executivo fica autorizado a promover os ajustes necessários nos planejamentos estratégicos dos órgãos municipais para alinhá-los à dimensão estratégica deste PPA e viabilizar o alcance das metas e objetivos específicos aqui declarados.
Art. 25. Esta Lei entra em vigor em 1° de janeiro de 2026.

Camocim de São Félix/PE, 17 de novembro de 2025.

SÓSTENES RUBANO NEVES PONTES
Prefeito

Publicado por:
José Hilquias Lourenço da Silva
Código Identificador:0423DE45

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 700, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

LEI Nº 700, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município para o exercício financeiro de 2026.

Eu, **SOSTENES RUBANO NEVES PONTES**, Prefeito do Município de Camocim de São Félix – PE, no uso de minhas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção Única
Do Valor Global do Orçamento para 2026
Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2026, no montante de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165 § 5˚ da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias:
I - Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta;
II - Orçamento da Seguridade Social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos responsáveis pela saúde, previdência e assistência social.
§ 1º Os valores constantes desta Lei e de seus anexos estão expressos em reais e a preços de junho de 2025.
§ 2ºA execução desta Lei observará as metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026-2029, bem como as diretrizes contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, em consonância com as normas de finanças públicas estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
CAPÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.
Seção I
Da Estimativa da Receita
Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), assim destinada:
I - Orçamento Fiscal R$ 84.733.000,00;
II - Orçamento da Seguridade Social R$ 15.267.000,00, onde:
a) R$ 13.700.000,00 compreende receitas de saúde;
b) R$ 1.567.000,00 refere-se às receitas de assistência social;
§ 1ºAs projeções de receitas foram elaboradas com base em metodologias e memórias de cálculo constantes no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026.

§ 2ºEm caso de frustração da receita estimada, o Poder Executivo deverá adotar medidas de contingenciamento de despesas, nos termos e limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, priorizando a manutenção dos serviços essenciais.

Art. 3º As receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que decorrerão da arrecadação de tributos, contribuições, de outras receitas correntes, de capital, e de transferências constitucionais e legais previstas na legislação vigente e discriminadas em anexos que integram esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

I - RECEITAS CORRENTES..... R$ 94.928.000,00
a) Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria..... R$ 4.359.000,00
b) Receita de Contribuições..... R$ 140.000,00
c) Receita Patrimonial..... R$ 963.000,00
d) Receita Industrial..... R$ 0,00
e) Receita de Serviços..... R$ 131.000,00
f) Transferências Correntes..... R$ 99.123.000,00
g) Outras Receitas Correntes..... R$ 749.000,00
h) Total das Receitas Correntes..... R$ 105.465.000,00
i) (-) Deduções Legais de Receitas..... R$ (10.537.000,00)
II - RECEITAS DE CAPITAL..... R$ 5.072.000,00
a) Operações de Crédito..... R$ 0,00
b) Alienação de Bens..... R$ 72.000,00
c) Transferências de Capital..... R$ 5.000.000,00
III - RECEITA TOTAL..... R$ 100.000.000,00

§ 1º As receitas estimadas no orçamento e discriminadas de forma consolidada neste artigo, estão detalhadas no Anexo 02, pela natureza, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º As fontes/destinação de recursos estão indicadas nos anexos desta Lei.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa total é fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em R$ 100.000.000,00 e desdobrada, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em:

I - Orçamento Fiscal R$ 67.871.000,00;
a) R$ 4.300.000,00 compreende despesas do Poder Legislativo;
b) R$ 63.571.000,00 corresponde às despesas do Poder Executivo;
II - Orçamento da Seguridade Social R$ 32.129.000,00, com o seguinte detalhamento:
a) R$ 28.083.000,00 compreende despesas com saúde;
b) R$ 4.046.000,00 são despesas com assistência social.

Parágrafo único. Do montante das despesas fixadas nas alíneas “a” e “b” do inciso II do caput deste artigo R$ 16.862.000,00 serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal, consoante art. 195, § 2º da Constituição Federal.

Seção III

Da Distribuição da Despesa por Função, Órgãos e Categorias Econômicas.

Art. 5º A despesa total fixada por funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais dos Poderes e Órgãos, está detalhada nos Anexos 06 a 09, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa, conforme discriminação abaixo:

I - DESPESAS CORRENTES..... R$ 87.948.000,00
a) Pessoal e Encargos Sociais..... R$ 41.079.000,00
b) Juros e Encargos de Dívida..... R$ 5.000,00
c) Outras Despesas Correntes..... R$ 46.864.000,00
II - DESPESAS DE CAPITAL..... R$ 10.156.000,00
a) Investimentos..... R$ 9.351.000,00
b) Inversões Financeiras..... R$ 0,00
c) Amortização de Dívida..... R$ 805.000,00
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... R$ 1.896.000,00

IV - TOTAL DA DESPESA..... R$ 100.000.000,00

Seção IV

Dos Anexos de Compatibilidade e de Compensação

Art. 7º Para atender a Lei de Diretrizes Orçamentárias, também integra a presente Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Compatibilidade da Programação com as Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - Demonstrativo de estimativa da Compensação da Renúncia de Receita decorrente de anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, estabelecido pelo § 6º do art. 165 da Constituição da República.

CAPÍTULO III

DAS AUTORIZAÇÕES E CRÉDITOS ADICIONAIS

Seção Única

Dos Créditos Adicionais Suplementares e Autorizações

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2026, mediante decreto:

I - a abrir créditos adicionais suplementares utilizando como recurso a anulação parcial ou total de dotação, até o limite correspondente a 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada na presente Lei, nos termos dos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atender insuficiência de dotações estabelecidas nesta Lei e em créditos adicionais;
II - a abrir créditos adicionais suplementares utilizando recursos de superávit financeiro, até o limite do valor do superávit apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
III - a abrir créditos adicionais suplementares, com recursos de excesso de arrecadação, até o limite do valor do excesso apurado, individualizado por fontes de recursos, observada a vinculação de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
IV - a reabrir os créditos especiais e extraordináriosabertos no último quadrimestre do exercício financeiro de 2025, cujos saldos não tenham sido utilizados, incorporando-os ao orçamento de 2026, nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição Federal.

§ 1º As inclusões e alterações de fontes de recursos e modalidades de aplicação, que não gerem acréscimo no valor das ações orçamentárias inicialmente contempladas nesta Lei e seus créditos adicionais, serão feitas mediante decreto.

§ 2º Havendo mudanças na codificação das fontes/destinação de recursos determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e/ou pela Secretaria do Tesouro Nacional, deverão ser atualizados, por decreto, nos anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2026.

§ 3º Fica autorizada a abertura de crédito adicional para utilização do saldo da conta do Fundeb do exercício anterior, para atendimento ao art. 25, § 3º da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

CAPÍTULO IV

DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Seção Única

Da Autorização para Realizar Operações de Crédito

Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para investimentos, modernização administrativa e tributária, consoante disposições do inciso II do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000, de Resoluções do Senado Federal e disposições da legislação pertinente.

§ 1º A Lei específica que autorizar a operação de crédito poderá reestimar a receita de capital de operações de crédito, prevista no orçamento.

§ 2º Na autorização estabelecida no caput deste artigo, inclui-se Operação de Crédito por Antecipação de Receita – ARO, cumpridas as exigências estabelecidas no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção Única

Das Disposições Gerais

Art.10. A utilização de dotações com recursos vinculados às transferências voluntárias, por meio de convênios e contratos de repasse, ou custeadas por operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos respectivos.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, adotará parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar a realização de despesas à efetiva arrecadação das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.

Art. 12. Poderão ser designadas como unidades gestoras de créditos orçamentários, por ato do Chefe do Executivo, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações consignadas às unidades orçamentárias, conforme disposições do parágrafo único do art. 14 e do art. 66 da Lei Federal nº 4.320/1964.
Art. 13. Os compromissos assumidos pelas unidades orçamentárias e fundos, deverão se limitar aos recursos orçamentários disponibilizados, priorizando à aplicação em despesas obrigatórias de natureza continuada.
Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos vigoram a partir de 1º de janeiro de 2026.

Camocim de São Félix/PE, 17 de novembro de 2025.

SÓSTENES RUBANO NEVES PONTES
Prefeito

Publicado por:
José Hilquias Lourenço da Silva
Código Identificador:B1252C0A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAMUTANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
EXTRATO DO CONTRATOS

EXTRATO DOS CONTRATOS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Camutanga/PE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 006/2025

Processo Licitatório n° 015/2025

Objeto: Aquisição de 03 (três) veículos novos, zero quilômetro, sendo um tipo van e dois tipo hatch, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga/PE, visando o transporte de pacientes no âmbito do programa de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e o apoio às atividades administrativas da referida unidade.

CONTRATO Nº 053/2025-FMS.
CONTRATADA: SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 29.987.662/0001-89.
VALOR DO CONTRATO: R$ 303.000,00 (Trezentos e três mil reais).
PRAZO DO CONTRATO: 12 meses.

CONTRATO Nº 054/2025-FMS.
CONTRATADA: DISVESA – DISTRIBUIDORA VELOSO SERVICOS E AUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 11.289.733/001-04.
VALOR DO CONTRATO: R$ 163.600,000 (Cento e sessenta e três mil e seiscentos reais).
PRAZO DO CONTRATO: 12 meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02 - Poder Executivo
02.006 - Fundo Municipal de Saúde de Camutanga
10.302.0005.2042 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente Fonte ou destinação de Recursos: 632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde e/ou 710 - Transferência Especial dos Estados.
Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária – CO: 3210 - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais.

Camutanga-PE, 17 de novembro de 2025.

LUCINEIDE DE ANDRADE PEREIRA
Gestora do Fundo Municipal Saúde de Camutanga-PE.

Publicado por:
Lucas Pereira Cabral Silva
Código Identificador:E3ED1E7E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga/PE, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto da Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021 e alterações, **HOMOLOGA** a licitação na modalidade **– Pregão Eletrônico n.º 006/2025,** cujo processo é **Processo Licitatório n.º 015/2025. OBJETO – Aquisição de 03 (três) veículos novos, zero quilômetro, sendo um tipo van e dois tipo hatch, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga/PE, visando o transporte de pacientes no âmbito do programa de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e o apoio às atividades administrativas da referida unidade, conforme demanda, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.**

EMPRESAS VENCEDORAS:

SOCIÉTÉ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° **29.987.662/0001-89,** perfazendo o valor total de **R$ 303.000,00 (trezentos e três mil reais);**

DISVESA - DISTRIBUIDORA VELOSO SERVIÇOS E AUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° **11.289.733/0001-04,** perfazendo o valor total de **R$ 163.600,00 (cento e sessenta e três mil reais);**

DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS:
Terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir desta publicação, para assinar o Contrato de Fornecimento, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no instrumento convocatório.

Camutanga/PE, 17 de novembro de 2025.

LUCINEIDE DE ANDRADE PEREIRA
Gestora do Fundo Municipal Saúde de Camutanga-PE.

Publicado por:
Lucas Pereira Cabral Silva
Código Identificador:EE7DBA5F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARNAIBA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -FMAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 011/2025 – Pregão Eletrônico nº. 008/2025 - Comissão: Pregoeiro. Nat.: aquisição – Objeto: **ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA ESTA ADMINISTRAÇÃO, VISANDO À AQUISIÇÃO DOS MAIS DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CUJAS RESIDÊNCIAS SE ENCONTRAM EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 961/2017, QUE INSTITUI O BENEFÍCIO EVENTUAL NO /ÃMBITO DO MUNICIPIO DE CARNAÍBA-PE, conforme especificações em anexo (TERMO DE REFERÊNCIA)**. Valor estimado total de R$ 1.439.043,72 (Um Milhão, Quatrocentos E Trinta E Nove Mil, Quarenta E Três Reais E Setenta E Dois Centavos). Início do acolhimento: 18/11/2025 às 12h:00min. Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: 02/12/2025 às 08h00min. Sessão de lances: Às 08h30min até às 14h30min do dia 02/12/2025. Editais completos no site: https://bnc.org.br/ ou https://carnaiba.pe.gov.br/transparencia/. Mais informações: Prefeitura Municipal de Carnaíba - PE situada à Rua Presidente Kennedy, nº

283, Centro, Carnaíba PE inscrita no CNPJ sob o nº. 11.367.414/0001-70 (CEP: 56.820-000) e e-mail: licitacaocarnaibape@gmail.com no horário de 07h00min às 13h00min de segunda a sexta-feira. Carnaíba - PE,17 de novembro de 2025.

VALDERIZA LINS DE OLIVEIRA -
Secretária Municipal de Assistência e Inclusão Social.

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:0ED3FADF

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -FMS
AVISO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS DO PL 001/2025 PE 001/2025

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 008/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 001/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **MARIA E FERREIRA** CNPJ Nº **45.357.178/0001-22.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 25.997,50 (vinte e cinco mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)** ora aditado corresponde a aproximadamente 25% **(vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato **n° 008/2025** e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 007/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 001/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **J.J. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** CNPJ Nº **07.187.827/0001-03.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 93.859,85 (noventa e três mil oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)** ora aditado corresponde a aproximadamente 25% **(vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato **n° 007/2025** e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2025

2º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 016/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 001/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **SERTAO MEDICAMENTOS & HOSPITALARES & ODONTOLOGICOS LTDA** CNPJ Nº **32.386.986/0001-76.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 62.029,86 (sessenta e dois mil e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos)** ora aditado corresponde a aproximadamente 25% **(vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato **n° 016/2025** e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 014/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 001/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **FABMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA** CNPJ Nº **05.400.006/0001-70.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 7.297,50 (sete mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)** ora aditado corresponde a aproximadamente **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato n° 014/2025 e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 009/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 001/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA** CNPJ Nº **01.722.296/0001-17.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 544,25 (quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)** ora aditado corresponde a aproximadamente **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato n° 009/2025 e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 015/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 001/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI** CNPJ Nº **12.418.191/0001-95.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais)** ora aditado corresponde a aproximadamente **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato n° 015/2025 e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 010/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 001/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 -** Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **SOARES & SANTOS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA** CNPJ Nº **97.532.879/0001-54.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 106,18 (cento e seis reais e dezoito centavos)** ora aditado corresponde a aproximadamente **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato n° 010/2025 e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 012/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 001/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 -** Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **CIRURGICA MONTEBELLO LTDA** CNPJ Nº **08.674.752/0001-40.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 27.395,60 (vinte e sete mil trezentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos)** ora aditado corresponde a aproximadamente 25% **(vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato **n° 012/2025** e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:4819B65D

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -FMS
AVISO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS DO PL 002/2025 PE 002/2022

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 029/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 002/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 -** Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE,CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) E CENTRO DE REABILITAÇÃO DR. JOSÉ LEITE DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **SERTAO MEDICAMENTOS & HOSPITALARES & ODONTOLOGICOS LTDA** CNPJ Nº **32.386.986/0001-76.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 33.241,48 (trinta e três mil duzentos e quarenta e um reais e quarenta e oito centavos)** ora aditado corresponde a aproximadamente 25% **(vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato **n° 029/2025** e passará a vigorar a partir de sua assinatura

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 039/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 002/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 -** Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE,CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) E CENTRO DE REABILITAÇÃO DR. JOSÉ LEITE DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **HORUS FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** CNPJ Nº **26.754.510/0001-48.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de R$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais) ora aditado corresponde a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor total dos itens relacionados ao Contrato n° 039/2025 e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 034/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 034/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 -** Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) E CENTRO DE REABILITAÇÃO DR. JOSÉ LEITE DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **INDUSTRIAS H A BARONE LTDA EPP** CNPJ Nº **04.040.383/0001-82.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta reais)** ora aditado corresponde a aproximadamente **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato n° 034/2025 e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:79536D9E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -FMS
AVISO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS DO PL 003/2025 PE 003/2025

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 022/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 003/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 -** Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS DESTINADOS À FARMÁCIA BÁSICA E O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** CNPJ Nº **03.652.030/0001-70.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$**

1.425,00 (mil quatrocentos e vinte e cinco reais) ora aditado corresponde a aproximadamente 25% **(vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato **n° 022/2025** e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 023/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 023/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 003/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS DESTINADOS À FARMÁCIA BÁSICA E O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA** CNPJ Nº **08.674.752/0001-40.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 4.336,25 (quatro mil trezentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos)** ora aditado corresponde a aproximadamente **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato n° 023/2025 e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 018/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 003/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS DESTINADOS À FARMÁCIA BÁSICA E O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **NNMED - DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA** CNPJ Nº **15.218.561/0001-39.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 3.480,00 (três mil quatrocentos e oitenta reais)** ora aditado corresponde a aproximadamente **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato n° 018/2025 e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 019/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 003/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS DESTINADOS À FARMÁCIA BÁSICA E O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **DROGAFONTE LTDA** CNPJ Nº **08.778.201/0001-26.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor do **item 24 (RISPERIDONA 1MG/ML FRASCO 30ML)** passará de **R$ 6,00 (seis reais)** para **R$ 10,91 (dez reais e noventa e um centavos)** representando equilíbrio econômico contratual conforme o que dispõe o inciso LVIII, no art. 6° ou Lei Federal n.º 14.133. O aditivo do contrato n° 019/2025 passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 14 de novembro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019/2025

2º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 019/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 003/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS DESTINADOS À FARMÁCIA BÁSICA E O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **DROGAFONTE LTDA** CNPJ Nº **08.778.201/0001-26.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 47.255,25 (quarenta e sete mil duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)** ora aditado corresponde a aproximadamente 25% **(vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato **n° 019/2025** e passará a vigorar a partir de sua assinatura

Carnaíba (PE), 14 de novembro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021/2025

1º TERMO ADITIVO AO **CONTRATO N° 021/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º** 003/2025 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025** - Objeto: **VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS DESTINADOS À FARMÁCIA BÁSICA E O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE.** Contratado: **OLIVEIRA E SOUSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** CNPJ Nº **20.743.363/0001-24.** O objeto deste Termo Aditivo é alterar a Cláusula Primeira do contrato original, que passa a vigorar com a seguinte redação: O valor de **R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais)** ora aditado corresponde a aproximadamente **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total dos itens relacionados ao Contrato n° 021/2025 e passará a vigorar a partir de sua assinatura.

Carnaíba (PE), 28 de outubro de 2025.

ALESSANDRA TADEIA NOÉ SANDES
Secretária de Saúde

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:D09E5800

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 274/2025

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 274/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 274/2025 relativo ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2025 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2025. Objeto: PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E HIGIENIZAÇÃO DE DIVERSOS VEICULOS JUNTO A PREFEITURA E SUAS DIVERSAS SECRETARIAS , FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA-PE DO ANO DE 2025 Contratado: 59.638.964 EDUARDO WILLIAN PEREIRA VASCONCELOS inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 59.638.964/00001-02. Valor total R$: 13.283,00 (treze mil duzentos e oitenta e três reais). Data de assinatura do contrato: 14/11/2025. Prazo de duração de 12 (doze) meses.

CARNAÍBA – PE, 14 de Novembro de 2025

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:96437C9E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
PORTARIA Nº 596/2025

O Prefeito do Município de Carnaíba, Estado de Pernambuco, no uso legal de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal e atendendo a solicitação da requerente;

RESOLVE:

Art. 1° - **CONCEDER** a Servidora: **MARIA EDINEUZA BEZERRA –PROFESSORA DE PORTUGUÊS** – o gozo de Licença Prêmio por 01 (UM) mês, referente ao 2º decênio, nos períodos de 07/02/2000 a 09/09/2023, nos termos que foi requerido e com apoio que dispõe o art. nº 171 da Lei n° 700/2006 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS) a partir do dia **17/11/2025.**

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário e efetuando-se a anotação na sua ficha funcional.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito em, 17 de novembro de 2025.

WAMBERG ANTONIO GOMES AMARAL
- Prefeito-

Publicado por:
Gabriela Oliveira da Silva
Código Identificador:3C6145FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
PORTARIA Nº 600/2025

O Prefeito do Município de Carnaíba, Estado de Pernambuco, no uso legal de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal e atendendo a solicitação da requerente;

RESOLVE:

Art. 1° - **CONCEDER** ao Servidor: **AUGUSTO ALVES DE ALMEIDA FILHO – AGENTE ADMINISTRATIVO** – o gozo de Licença Prêmio por 01 (UM) mês, referente ao 1º decênio, nos períodos de 02/09/2013 a 02/09/2023, nos termos que foi requerido e com apoio que dispõe o art. nº 171 da Lei n° 700/2006 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS) a partir do dia **10/11/2025.**

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagirão a partir do dia 10/11/2025, sendo revogadas as disposições em contrário e efetuando-se a anotação na sua ficha funcional.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito em, 17 de novembro de 2025.

WAMBERG ANTONIO GOMES AMARAL
- Prefeito-

Publicado por:
Gabriela Oliveira da Silva
Código Identificador:B531DE25

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
PORTARIA Nº 601/2025

O Prefeito do Município de Carnaíba, Estado de Pernambuco, no uso legal de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal e atendendo a solicitação da requerente;

RESOLVE:

Art. 1° - **CONCEDER** a Servidora: **ALESSANDRA VIEIRA DE SOUZA DIAS – PROFESSORA** – o gozo de Licença Prêmio por 02 (DOIS) meses, referente ao 3º decênio, nos períodos de 29/03/1995 a 29/03/2025, nos termos que foi requerido e com apoio que dispõe o art. nº 171 da Lei n° 700/2006 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS) a partir do dia **05/11/2025.**

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagirão a partir do dia 05/11/2025, sendo revogadas as disposições em contrário e efetuando-se a anotação na sua ficha funcional.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito em, 17 de novembro de 2025.

WAMBERG ANTONIO GOMES AMARAL
- Prefeito-

Publicado por:
Gabriela Oliveira da Silva
Código Identificador:90AA6748

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARPINA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 828/2025

PORTARIA Nº 828/2025

EMENTA: Designa e nomeia os membros da Comissão Organizadora do Programa IPTU PREMIADO, de acordo com a Lei nº 2.081/25 e com o Decreto nº 45/25 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARPINA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Organizadora do Programa IPTU PREMIADO.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I – Presidente: JOSÉ WINDERBUG GUSMÃO, matrícula nº 452.444;

II – Membros:
ANDERSON FILLIPE DA SILVA SANTANA, matrícula nº 452.462
MARLLUS FERRAZ DE OLIVEIRA MELO STIVAL, matrícula nº 151.875;
RANIELLE CARLA GUEDES DA SILVA, matrícula nº 453.335;
WALESKA MARIA SALES BEZERRA, matrícula nº 453.335.

Art. 3º As competências dos membros desta Comissão estão definidas na Lei nº 2.081/25 e no Decreto nº 45/25.

Art. 4º Esta Comissão encerrará suas atividades após a prestação de contas prevista nas Disposições Finais, do Decreto nº 45/25.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Carpina/PE, 10 de novembro de 2025.

MARIA EDUARDA BAIMA TEIXEIRA GOUVEIA
Prefeita

Publicado por:
Maria Christina Nascimento de Andrade
Código Identificador:71EFFEC5

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CEDRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO - COMISSÃO PERMANENTE DE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa nº 065/2025 – Processo Administrativo nº 10.11.25.001

A Prefeitura Municipal de Cedro – PE, torna público que está recebendo propostas referentes ao processo em epígrafe, com o seguinte Objeto: **Contratação de serviços especializados para a realização das informações DCTFWEB via E-Social e acompanhamento mensal da execução financeira e patrimonial das 08 (oito) associações mantenedoras das unidades escolares do município do Cedro/PE**. A sessão pública ocorrerá no dia 26 de novembro de 2025, às 09h00min.

Aviso de Dispensa de Licitação: disponível em https://cedro.pe.gov.br/
Local da Disputa: Rua Sete de Setembro, nº 68, Centro, CEP: 56.130-000

MARIA LINDIANA ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
João Paulo Silva
Código Identificador:61C7CF6D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CHÃ DE ALEGRIA

GABINETE DO PREFEITO
ALTERA CNAE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 0592025

EMENTA: Dispõe sobre autorização para alteração de Classificação Nacional de Atividade Econômica Principal - CNAE da Secretaria Municipal de Educação inscrita no CNPJ n° 06.087.991/0001-78 e dá outras providências. O PREFEITO DE CHÃ DE ALEGRIA, ESTADO PERNAMBUCO, no exercício de suas atribuições, em especial a que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHÃ DE ALEGRIA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica do Município, e demais deposições legais, e:
CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.° 807/2022- FNDE, de 29 de dezembro de 2022 que, dentre outras providências, Dispõe sobre as contas correntes, a migração de domicílio bancário, a publicidade da movimentação financeira dos recursos e as obrigações das instituições financeiras e entes subnacionais no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e dá outras providências;
CONSIDERANDO que os recursos financeiros da Educação são movimentados por meio de CNPJ específico da Secretaria Municipal de Educação, sob o n.° 06.087.991/0001-78;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar junto à Receita Federal a atividade econômica principal da Secretaria Municipal de Educação.
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Educação, autorizada a promover todas as alterações necessárias no seu Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ n.° 06.087.991/0001-78. inclusive a inclusão do código da atividade econômica principal para 84.12-4-00" regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais"
Art. 2º - Alterado o CNPJ, deverá a Secretaria Municipal de Educação, tomar as medidas necessárias com relação a atualização cadastral junto aos órgãos públicos, instituições bancárias, fornecedores e prestadores de serviços.
Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário
Gabinete do Prefeito
Chã de Alegria, 17 de novembro de 2025.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

MARCOS GOMES DO AMARAL
Prefeito

PUBLICADO EM 17/11/2025

SEVERINO BIONE DE ARAÚJO NETO
Procurador Geral Do Município

Publicado por:
Marcos Barbosa Teixeira
Código Identificador:F0137546

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO A NOTA FISCAL DE SERVIÇO

TERMO DE ADESÃO À NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA DE PADRÃO NACIONAL

Termo de Adesão do MUNICÍPIO DE CHÃ DE ALEGRIA/PE ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, entre as administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), objetivando a adesão ao padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica, bem como exercer opção por produtos disponíveis pelo Sistema Nacional da NFS-e, de acordo com o disposto no artigo 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

O **MUNICIPIO DE CHÃ DE ALEGRIA**, CNPJ nº 11.049.798/0001-82, neste ato representado pelo seu Prefeito, MARCOS GOMES DO AMARAL, CPF nº 800.617.614-00, tendo em vista o disposto no inciso IV do art.100 e no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ora denominado **ADERENTE**:

Considerando que o Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, que dispõe sobre as regras relativas à instituição de um padrão nacional para a Nota Fiscal de Serviço eletrônica (Protocolo ENAT nº 11, de 2015), institui o Sistema Nacional da NFS-e e estabelece o modelo deste Termo de Adesão ao Convênio,
resolve firmar, por seu representante legal, o presente Termo de Adesão ao Convênio da NFS-e que se regerá pelas cláusulas seguintes:
DO OBJETO
Constitui objeto do presente Termo a adesão ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, visando adotar o padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e), com o consequente compartilhamento dos documentos fiscais, e integrar o Sistema Nacional da NFS-e, sem prejuízo da legislação nacional referente aos sigilos comercial e fiscal.
DAS CONDIÇÕES
O aderente se obriga às cláusulas do CONVÊNIO.

DA VIGÊNCIA

O presente TERMO é parte integrante do Convênio e terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura.
Na ocorrência de ajustes ao convênio, este termo fica tacitamente ratificado, sem prejuízo ao direito ulterior de distrato.
DA PUBLICAÇÃO
A publicação do presente TERMO é de responsabilidade do ADERENTE, a ser formalizada em seus diários oficiais, ou em outros instrumentos de grande circulação.
O signatário firma o presente TERMO para que produza os efeitos legais e resultantes de direito.

Chã de Alegria/PE, 13 de novembro de 2025.

_____
Prefeito do Município de Chã de Alegria/PE

Publicado por:
Marcos Barbosa Teixeira
Código Identificador:195604CA

PREFEITURA MUNICIPAL
PEDIDO DE COTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ DE ALEGRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PEDIDO DE COTAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Chã de Alegria, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, manifesta o interesse em obter propostas, objetivando a **Contratação de EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DO ILUMINA PE**. As empresas especializadas no ramo poderão solicitar o termo de referência e enviar suas propostas via e-mail: compraschadealegriape@gmail.com, até o dia 21/11/2025.
Chã de Alegria, 17 de novembro de 2025.

MAURÍLIO DAS CHAGAS AMARAL
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Alyson Marcilio de Freitas Mendes
Código Identificador:DFC14BC0

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO ELETRÔNICO PMCA Nº 019/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ DE ALEGRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Chã de Alegria, através do seu Pregoeiro, informa o PROCESSO LICITATÓRIO PMCA Nº 043/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO PMCA Nº 019/2025, Objeto: Registro de preços consignado em ata pelo prazo de 12 meses, para futura aquisição com fornecimento parcelado de material Didático e Expediente destinados às Secretarias Municipais. Valor Total estimado R$ 901.956,80 (novecentos e um mil novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos). Descrição de quantidades, unidades e outras especificações relativas ao objeto encontram-se explicitados no Edital e seus anexos que poderão ser retirados no site: www.bnc.org.br/editais. Data de ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 01/12/2025, INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:10 horas do mesmo dia. Informações na Sede da Comissão de Contratação, sito à Rua Siqueira Campos, 109 – Centro – Chã de Alegria – PE ou através do e-mail: licitacaochadealegria@gmail.com
Chã de Alegria, 17 de novembro de 2025.

ALYSON MARCILIO DE FREITAS MENDES
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Alyson Marcilio de Freitas Mendes
Código Identificador:280AFD68

PREFEITURA MUNICIPAL
RESCISÃO UNILATERAL - CONTRATO PMCA Nº 064/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ DE ALEGRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO PMCA Nº 064/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Chã de Alegria, Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de controle sanitário integrado de vetores e pragas urbanas com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias, nos prédios públicos Municipais.
CONTRATADA: SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 33.614.013/0001-00.
BASE LEGAL: artigos 115, 137, I e 138, I, da Lei Federal nº 14.133/21, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Rescisão com efeitos a partir de 11 de novembro de 2025.
Chã de Alegria, 11 de novembro de 2025.

MARCOS GOMES DO AMARAL
Prefeito

MARIA JOSÉ DE MASSENA
Fundo Municipal de Assistência Social

VERÔNICA ALVES DE ALMEIDA
Secretária Municipal de Educação

ELISANGELA MARIA DE SANTANA AMARAL
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alyson Marcilio de Freitas Mendes
Código Identificador:AA690D1C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE
AVISO DE RESULTADO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 054/2025. Pregão Eletrônico nº 014/2025. **Objeto**: Registro de Preços, com validade de 12(doze) meses, visando a aquisição, parcelada, de Equipamentos, Peças e Suprimentos de Informática para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Chã Grande e demais Secretarias participantes, conforme especificações e estimativas de consumo dos itens que constituem o Termo de Referência. **Empresa**: **J & K COMERCIAL LTDA**, CNPJ Nº **04.338.231/0001-60**, localizada na Rua Serra de Jaire, nº 512, Quarta Parada, CEP 03175-010, São Paulo, SP. **Lote:** 1. **Valor Global**: R$ 16.368,90 (dezesseis mil, trezentos e sessenta e oito reais e noventa centavos). **Empresa: MICROTECNICA INFORMATICA LTDA**. CNPJ Nº **01.590.728/0009-30**, localizada na Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B, Sala 06, Bairro Planeta, Cariacica – ES, CEP 29.156-777 . **Lote:** 2. **Valor Global** R$ 101.440,32 (Cento e um mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e dois centavos). **Empresa: PROSPERAR PRODUTOS EIRELLI**. CNPJ Nº **30.802.043/0001-51**, localizada na R. Timburé N. 30 Qd.73 - Lt. 18 Santa Genoveva Goiânia GO CEP: 74670-340, **Lote:** 3. **Valor Global:** R$ 36.153,00 (Trinta e seis mil, cento e cinquenta e três reais). **Empresa**: **TAMA DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA LTDA**. CNPJ Nº **33.039.726/0001-97**, localizada na Travessa Antonio Ramos De Souza, 166 - Centro. CEP: 56800-000 / Afogados Da Ingazeira -PE. **Lote:** 4. **Valor Global** R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais). **Empresa: ANTONIO FERREIRA DE LIMA JUNIOR INFORMATICA - ME**. CNPJ **14.245.490/0001-09**, localizada à Rua Severino Câmara Da Cunha, Nº 25 – Sala B Cep:

58.230-000 – Centro – Cacimba De Dentro/PB. **Lotes:** 5 e 6. **Valor Global:** R$ 24.800,00 (Vinte e quatro mil e oitocentos reais). **Empresa: SANDRO VILMAR PIRES ME**. CNPJ Nº **09.253.952/0001-91**, localizada na Rua João Teófilo Deucher., n° 29 Bairro Centro, Bom Retiro – SC, CEP: 88680-000. **Lotes:** 7 e 8. **Valor Global:** R$ 37.750,00 (Trinta e sete mil e setecentos e cinquenta reais). **Empresa: ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA**. CNPJ **53.571.459/0001-01**, localizada na Rodovia Br 423, Lot Planalto Do Quilombo, Quadra 06 LoteR, Dom Thiago Postma, Garanhuns/PE. **Lotes:** 9, 14, 15, 16, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49 e 52. **Valor Global:** R$ 100.928,69 (Cem mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos). **Empresa: DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**. CNPJ Nº **40.708.647/0001-97**, localizada na Av. Canaã 3000, Andar 01, Sala 03, Setor 01- Ariquemes - Rondônia - Cep 76870-140. **Lotes:** 10 e 48. **Valor Global:** R$ 14.003,40 (Quatorze mil e três reais e quarenta centavos). **Empresa: 3P DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE INFORMATICA LTDA ME**. CNPJ Nº **11.957.607/0001-80**, localizada na Rua Elisa Leal Wanderley, 41A – Ipsep Recife/PE CEP: 51350-480. **Lotes:** 11,17, 18 e 19. **Valor Global:** R$ 3.498,00 (Três mil, quatrocentos e noventa e oito reais). **Empresa: RPS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LIMITADA**. CNPJ Nº **02.889.655/0001-98**, localizada na Rua Doutor Nemercio Freire De Mendonca, 365, Loja 2, Santa Rosa – Palmares/PE, CEP 55540-000. **Lotes:** 12 e 50. **Valor Global:** R$ 3.199,76 (Três mil, cento e noventa e nove reais e setenta e seis centavos). **Empresa: V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA**. CNPJ Nº **05.808.979/0001-42**, localizada na Rua Antônio Olímpio, nº 32, Vila Aurora, CEP: 15014-410, São José do Rio Preto - SP. **Lotes:** 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29. **Valor Global:** R$ 34.069,40 (Trinta e quatro mil, sessenta e nove reais e quarenta centavos). **Empresa: PUBLITEK TECNOLOGIA EIRELI**. CNPJ Nº **28.055.727/0001-95**, localizada na Av. T-10, nº 208, Sala 1111, Ed. New Times Square, Setor Bueno, Goiânia – GO, CEP 74223-060. **Lotes:** 30 e 31. **Valor Global:** R$ 48.500,00 (Quarenta e oito mil e quinhentos reais). **Empresa: CREATECH COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI**. CNPJ Nº **25.406.063/0001-73**, localizada na Rua Domingos Rodrigues, 341 – CJ. 65 – Lapa – CEP: 05075-000 – São Paulo – SP. **Lote:** 32. **Valor Global:** R$ 19.800,00 (Dezenove mil e oitocentos reais). **Empresa: 57950691 LUIZ HUMBERTO VIEIRA DO NASCIMENTO**. CNPJ Nº **57.950.691/0001-01**, localizada na Rua T-36, Sl 1403, Setor Bueno, Goiânia – GO, CEP 74223-055. **Lote:** 34. **Valor Global:** R$ 13.600,00 (Treze mil e seiscentos reais). **Empresa: GRIEBLER E GRIEBLER LTDA**. CNPJ Nº **30.195.733/0001-90**, localizada na Rua: João Bertani, 115 - Espírito Santo - Erechim/RS CEP: 99700-504. **Lote:** 42. **Valor Global:** R$ 7.899,99 (Sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). **Empresa: M3. BUSINESS GROUP LTDA**. CNPJ Nº **54.494.740/0001-50**, localizada na Rua Joci Jose Martins, n° 247 sala 1302, Palhoça, SC, CEP 88132148. **Lote:** 51. **Valor Global:** R$ 780,00 (Setecentos e oitenta reais). **Empresa GPB SOLUÇÕES EMPRESARIAIS**. CNPJ Nº **57.927.269/0001-35**, localizada na Av. Doutor Joaquim Nabuco, Empresarial Maria Eduarda, mº 1277, sala 01, Varadouro, Olinda/PE. **Lote:** 53. **Valor Global:** R$ 9.450,00 (Nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). **Empresa T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA**. CNPJ Nº **49.490.183/0001-60**, localizada na Rua Tocantins, 1704, Centro 85501-010 - Pato Branco – PR. **Lote:** 54. **Valor Global:** R$ 4.788,00 (Quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais). **Lotes fracassados:** 13. Classificadas e habilitadas no certame. Diante do resultado a Prefeitura Municipal de Chã Grande comunica a Adjudicação e Homologação do objeto em favor das empresas vencedoras em 17 de novembro de 2025.

MARIA NATIENE RAHYRA DOS SANTOS
Secretária de Finanças

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:99CAD731

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE
DISPENSA DE VALOR Nº 023/2025

Reconheço e ratifico a **Dispensa de Licitação nº 023/2025,** referente ao **Processo nº 075/2025**, com fulcro no Art. 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, que tem como **Objeto** a Contratação de Empresa para aquisição de 500 unidades de luminárias LED destinadas à substituição e/ou instalação imediata em vias públicas do município, com o objetivo de restabelecer e garantir a adequada iluminação urbana no município de Chã-Grande-PE, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. **Contratado:** CAMPELO & MAGALHAES DISTRIBUIDORA LTDA, **CNPJ nº** 09.467.823/0001-04**. VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R$265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil).

Chã Grande/PE, em 17 de novembro de 2025.

SANDRO CORRÊA DOS SANTOS
Prefeito do Município de Chã Grande

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:598B9010

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CUMARU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
– AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°012/2025 TERMO ADITIVO Nº. 001/2025-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025-FMS

O Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.319.452/0001-57, está renovando a Ata de Registro de Preços nº 07/2025, por mais 12 (doze) meses, a contar da data de hoje, 17 de novembro de 2025, com a empresa COBERMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.416.886/0001-63.

Objeto Nat: Aquisição – Objeto Descr.: prorrogação por 12 (doze) meses do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 012/2025 – Pregão Eletrônico nº 002/2025-FMS, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de medicamentos e materiais médicohospitalares, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Valor total: R$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais).

Da Vigência: Fica prorrogada a vigência da referida Ata por mais 12 (doze) meses, no período compreendido entre 17/11/2025 à 17/11/2026. Parágrafo único: O fundamento legal da prorrogação encontra-se no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Das Demais Condições: Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 02/2025, que continuam em pleno vigor.

Publica-se na forma da lei.

Cumaru, 17 de novembro de 2025.

Secretaria de Saúde
ANTÔNIO CLÁUDIO BORBA DE PAULA SOARES
Contratante

Publicado por:
Anthonny Eduardo Francisco da Silva Filho
Código Identificador:3F50CFBC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
- AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°07/2025 TERMO ADITIVO Nº. 001/2025-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025-FMS

O Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.319.452/0001-57, está renovando a Ata de Registro de Preços nº 07/2025, por mais 12 (doze) meses, a contar da data de hoje, 03 de novembro de 2025,

com a empresa Sarinomed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ nº 43.994.905/0001-37.

Objeto Nat: Aquisição – Objeto Descr.: prorrogação por 12 (doze) meses do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 07/2025 – Pregão Eletrônico nº 002/2025-FMS, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Valor total: R$ 904.889,74 (novecentos e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

Da Vigência: Fica prorrogada a vigência da referida Ata por mais 12 (doze) meses, no período compreendido entre 03/11/2025 à 03/11/2026. Parágrafo único: O fundamento legal da prorrogação encontra-se no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Das Demais Condições: Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 07/2025, que continuam em pleno vigor.

Publica-se na forma da lei.

Cumaru, 03 de novembro de 2025.

Secretaria de Saúde
ANTÔNIO CLÁUDIO BORBA DE PAULA SOARES
Contratante

Publicado por:
Anthonny Eduardo Francisco da Silva Filho
Código Identificador:B3B11932

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CUPIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DE ADITIVO

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO (EXECUÇÃO) AO CONTRATO Nº 011/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025 – DISPENSA EMERGENCIAL Nº 002/2025 - Objeto: O prazo de vigência contratual prorroga-se por um período de mais 03 (três) meses**, tendo como termo inicial a data de 23/07/2025, e por termo final 22/10/2025.** Empresa Contratada**: EMPRESA ANDRADE CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.753.698/0001-84.** A celebração do presente termo aditivo se dá em conformidade no art. 6º, da Lei 14.133/21. O mesmo encontra-se à disposição para qualquer interessado, na Sala da Licitação, localizada na Rua Desembargador Felismino Guedes, nº 135, 1º Andar, Centro, Cupira – PE.

Publicado por:
Nicolas Adam Luna de Holanda
Código Identificador:E21DAFBD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 080 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

REGULAMENTA OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO DE SELEÇÃO PARA A FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR, GESTOR ADJUNTO E COORDENADOR PEDAGÓGICO E SECRETÁRIO ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUPIRA, Estado do Pernanbuco, no uso das atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 206, estabelece a gestão democrática do ensino público;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 3º, inciso VIII, que dispõe sobre a gestão democrática no ensino público;
CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005/2014, no que se refere à gestão democrática;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 077/2014, de 17 de junho de 2014, que reformula o Plano de Cargos e Carreira do quadro permanente do Magistério Público do Municipio de Cupira e dá outras providencias**;**
CONSIDERANDO o compromisso com uma educação de qualidade social, inclusiva, democrática e participativa, alicerçada nos direitos e valores humanos;
CONSIDERANDO o papel das escolas e das famílias, bem como a necessária parceria com os diversos setores da sociedade civil e a intersetorialidade, para o fortalecimento da educação municipal;
CONSIDERANDO a importância de o gestor escolar assegurar, no âmbito da escola, um ambiente educativo de respeito às diferenças, apoiado em valores plurais, acolhedor e positivo, como condição essencial para promover a aprendizagem dos estudantes e reduzir as desigualdades educacionais;
CONSIDERANDO que o desenvolvimento das competências pedagógicas, administrativas e financeiras do gestor escolar constitui condição indispensável para a consolidação de uma escola autônoma e comprometida com a melhoria contínua da educação;

CONSIDERANDO a relevância da efetivação de uma gestão escolar democrática e participativa, com a ampla participação dos diversos atores, em especial dos membros do conselho escolar e demais órgãos colegiados.

DECRETA:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A investidura nas funções de Gestor escolar, Gestor escolar Adjunto, Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar das Escolas da Rede Municipal, dar-se-á através de processo seletivo, com critérios definidos no presente Decreto;
Art. 2º. O Processo de escolha será realizado através de Edital publicado e divulgado pela Secretaria Municipal de Educação, onde constará todos os esclarecimentos, determinados por esse Decreto.
Parágrafo Único – A Prefeitura de Cupira poderá contratar instituição especializada em seleção pública de pessoal para colaborar na organização, planejamento e execução (logistica) de todas as fases da seleção que trata este Decreto.
Art. 3º. Para participar do processo seletivo, o candidato(a) deverá obedecer aos seguintes critérios técnicos, conforme Art. 9º, § 1º ao § 11º da Lei Municipal nº 077/2014, de 17 de junho de 2014.
Possuir licenciatura plena em qualquer área.
Ter experiência mínima de 03 (três) anos em docência ou em gestão no magistério;
Não ter sofrido sanção administrativa disciplinar;
Não ter sido condenado(a) em processo criminal, com sentença transitada em julgado;
Não ocupar cargo eletivo.
Parágrafo Único – Outros critérios de seleção poderão ser definidos através de Edital de processo seletivo, respeitados os já dispostos no presente Decreto.

CAPÍTULO II - DAS VAGAS
Art. 4º. As vagas disponíveis no processo de seleção serão definidas em edital a ser publicado de acordo com a necessidade do município.
Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de educação levantará o quadro de necessidade de profissionais, conforme disposto na lei municipal nº 077/2014.

CAPÍTULO III - DAS ETAPAS DA SELEÇÃO
Art. 5º. O processo de seleção observará os princípios da gestão democrática do ensino público, sendo desenvolvido em cinco etapas de caráter eliminatório e classificatório, conforme quadro abaixo:

1ª ETAPA	**PROVA ESCRITA OBJETIVA**	Para todos os cargos
2ª ETAPA	**PROVA DISCURSIVA (REDAÇÃO)**	Para todos os cargos
3ª ETAPA	**PROVA DE TÍTULOS**	Para todos os cargos
4ª ETAPA	**APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO ESCOLAR**	Para os cargos de gestor escolar, gestor adjunto e coordenador

		pedagógico
5ª ETAPA	**PROVA PRÁTICA DE PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS**	Para o cargos de secretário escolar

Art. 6º. As demais regras de cada etapa constarão no edital da seleção a ser editado pela Comissão Organizadora da Seleção, nomeada pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO IV - DA APROVAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 7º. Deverá ser publicado na imprensa oficial o resultado final da seleção, devendo constar as notas de todas as etapas, indicando aprovadas e classificados.

§1º. O edital da seleção deverá garantir direito a recurso em todas as etapas em atendimento aos princípios da legalidade e transparência;

§ 2º. Os candidatos que não figurarem na lista de aprovados, ficarão em cadastro de reserva na lista de classificados, gerando mera expectativa de nomeação;

§3º. A nomeação e lotação dos profissionais dar-se-ão mediante o planejamento de necessidade da secretaria municipal de educação;

§4º. O ato legal de nomeação dos profissionais aprovados será de competência exclusiva do chefe do poder executivo, o qual procederá ao ato de posse respectivamente.

CAPÍTULO V - DO MANDATO, COMPETÊNCIAS E DESTITUIÇÃO

Art. 8º. O (a) candidato (a) aprovado(a) será nomeado para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ou não ser reconduzido por igual período, por decisão do chefe do poder executivo;

Art. 9º. A destituição dos cargos objeto dessa seleção deverá ocorrer motivadamente pelos seguintes motivos:

após sindicância, em que seja assegurado o direito de defesa em face da ocorrência de fatos que constituem ilícito penal, falta de idoneidade moral, de disciplina, de assiduidade, de dedicação ao serviço, deficiência ou infração funcional, prevista no Estatuto dos Servidores Público do Município;

por descumprimento deste decreto e da legislação do sistema da educação básica, no que diz respeito às atribuições e responsabilidades de cada cargo;

pelo Conselho Escolar, mediante decisão fundamentada e documentada pela maioria absoluta de seus membros, propondo ao Secretário de Educação, mediante despacho fundamentado, a instauração de sindicância, para os fins previstos neste artigo.

§1º. A Secretaria Municipal de Educação determinará o afastamento do indiciado durante a realização do processo de sindicância.

CAPÍTULO VI - DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 10. A avaliação de desempenho será feita com base nos indicadores que constam no anexo I deste Decreto.

§1º. A Secretaria Municipal de Educação nomeará comissão específica para avaliar o desempenho dos profissionais de que trata este Decreto.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A secretaria Municipal de educacão poderá editar outras regras complementares a este Decreto que se fizerem necessário para a execução da seleção.

Art. 12. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Cupira , Estado de Pernambuco, em 14 de novembro de 2025.

EDUARDO DA FONSECA LIRA
Prefeito de Cupira

ANEXO I - INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA O CARGO OU FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR E GESTOR ADJUNTO.

INDICADORES	PONTUAÇÃO
Indicador 01 – Planeja, elabora e orienta as diretrizes pedagógicas da escola de acordo com as políticas da Secretaria Municipal de Educação e com as necessidades diagnosticadas nos Planos Escolares, nas Reuniões Pedagógicas, Conselhos de Avaliação Pedagógica, Conselhos de Classe e Projeto Político Pedagógico da Escola.	Pontuação: 0 a 10
Indicador 02 – Participa da elaboração do Plano Municipal de Educação, orientando o acompanhamento do mesmo em todos os níveis, assegurando a articulação deste a Instituição Escolar e com os demais programas da Rede Municipal de Ensino.	Pontuação: 0 a 10
Indicador 03 – Garante a construção e execução do PPP – Projeto Político Pedagógico da escola, no decorrer do ano letivo, priorizando iniciativas com foco na aprendizagem dos alunos, principalmente aqueles com baixa autoestima, pouca aprendizagem e faltosos às aulas.	Pontuação: 0 a 10
Indicador 04 – Vivencia o Currículo de Pernambuco/BNCC em todas as modalidades de ensino que há na escola, possibilitando que os professores estejam realmente trabalhando de forma planejada.	Pontuação: 0 a 10
Indicador 05 – Realiza as atividades pedagógicas fundamentadas nas avaliações do SAEB e SAEPE.	Pontuação: 0 a 10
Indicador 06 – Promove atividades escolares (reuniões, palestras, rodas de conversas, oficinas, etc.) para os pais dos alunos, para as famílias, garantindo que estes momentos tenham resultados.	Pontuação: 0 a 10
Indicador 07 – Adota regras de convivência, que orientam os direitos e deveres de quem está na escola, propiciando um melhor relacionamento com a coletividade e o respeito ao patrimônio público.	Pontuação: 0 a10
Indicador 08 – Atua em articulação conjunta de gestão, com o coordenador escolar, o chefe de secretaria, os professores, e os demais funcionários da escola, enfim com a comunidade escolar, objetivando a democratização do ensino.	Pontuação: 0 a 10
Indicador 09 – Mantém a organização documental da escola, cumprindo com as exigências requeridas pela Secretaria Municipal de Educação, incentivando o uso de recursos tecnológicos e o aperfeiçoamento dos recursos humanos.	Pontuação: 0 a 10
Indicador 10 – Possibilita que as atividades de suporte escolar ocorram com normalidade: o serviço da merenda, a limpeza de todos os ambientes e a disciplina humanística dos alunos.	Pontuação: 0 a 10

Publicado por:
Sirley Oliveira Ribeiro de Melo
Código Identificador:99415231

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP N° 1551/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUPIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 80, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, para assumir o cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, deste Município, nos termos do Concurso nº 01/2024, o(a) candidato(a) abaixo nominado.

NOME	CPF
JOSÉ EMERSON MARTINS DOS SANTOS	067.XXX.XXX-94

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 17 de novembro de 2025.

EDUARDO DA FONSECA LIRA
Prefeito

Publicado por:
Sirley Oliveira Ribeiro de Melo
Código Identificador:C7902F42

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP N° 1552/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUPIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 80, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, para assumir o cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, deste Município, nos termos do Concurso nº 01/2024, o(a) candidato(a) abaixo nominado.

NOME	CPF
LUCAS GABRIEL DE OLIVEIRA GALVÃO	120.XXX.XXX-21

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 17 de novembro de 2025.

EDUARDO DA FONSECA LIRA
Prefeito

Publicado por:
Sirley Oliveira Ribeiro de Melo
Código Identificador:849C696D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP N° 1553/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUPIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 80, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR, para assumir o cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, deste Município, nos termos do Concurso nº 01/2024, o(a) candidato(a) abaixo nominado.

NOME	CPF
JEFFERSON ROBERTO DOS SANTOS COSTA	101.XXX.XXX-69

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de novembro de 2025.

EDUARDO DA FONSECA LIRA
Prefeito

Publicado por:
Sirley Oliveira Ribeiro de Melo
Código Identificador:F4A97943

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GP Nº 1550 /2025

CRIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE GESTOR ESCOLAR, GESTOR ADJUNTO, COORDENADOR PEDAGÓGICO E SECRETÁRIO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CUPIRA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE GESTOR ESCOLAR, GESTOR ADJUNTO, COORDENADOR PEDAGÓGICO E SECRETÁRIO ESCOLAR.
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para comporem a COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE GESTOR ESCOLAR, GESTOR ADJUNTO, COORDENADOR PEDAGÓGICO E SECRETÁRIO ESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA.

EDNA FERREIRA CALADO TORRES	Representante da Secretaria Municipal de Educação – PRESIDENTE
REJANE ANGELA DE LIMA	Representante da Secretaria Municipal de Educação – MEMBRO
SEBASTI ÃO ALC IDES LOURENÇO DE MELO	Presidente do Sindicato dos Professores – MEMBRO

Art. 2º - A Comissão será a instância consultiva e deliberativa do certame, e, terá as atribuições de acompanhar, opinar e deliberar em todas as fases, referente à execução do Processo de Seletivo, fazendo tudo em consonância com a Banca Executora (Fundação Vale do Piauí-FUNVAPI).
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CUPIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO.
CUPIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2025

EDUARDO DA FONSECA LIRA
Prefeito de Cupira

Publicado por:
Sirley Oliveira Ribeiro de Melo
Código Identificador:847AA06F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2025

OBJETO: Registro de Preço para fornecimento de motocicletas que serão destinadas à; Campanha do IPTU PREMIADO afim de incentivar o pagamento do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), a Secretaria de Segurança Cidadã, Trânsito e Defesa Civil e também o Fundo Municipal de Assistência Social para proporcionar um melhor atendimento aos usuários dos Programas e projetos sociais de nosso município. **Valor Total Estimado R$ 120.204,00** (cento e vinte mil, duzentos e quatro reais). **Abertura da sessão dia 01 de dezembro de 2025, às 10 horas.Informação e obtenções do edital:**na plataforma eletrônica da BNC sitio http://bnccompras.cloudapp.net/#/Home, ou no sitio http://cupira.pe.gov.br, ou no sitio PNCP https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1, ou no sitio https://tomeconta.tcepe.tc.br/, ou via e-mail: licitacao@cupira.pe.gov.br. Cupira-PE, 17 de novembro de 2025.

EDUARDO DA FONSECA LIRA -
Prefeito do Município de Cupira-PE.

Publicado por:
Andreia Maria da Silva Melo
Código Identificador:31247357

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços contínuos de manutenção predial e de infraestrutura urbana, nas modalidades preventiva, corretiva, de reparação/adequação e emergencial, abrangendo as edificações e praças sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cupira/PE, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social, com fornecimento de materiais, peças e mão de obra, conforme estabelecido nas planilhas vigentes de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. **Valor Total Estimado R$ 3.022.008,07** (três milhões, vinte e dois mil e oito reais e sete centavos) **. Abertura da sessão dia 03 de dezembro de 2025, às 10 horas.Informação e obtenções do edital:**na plataforma eletrônica da BNC sitio http://bnccompras.cloudapp.net/#/Home, ou no sitio http://cupira.pe.gov.br, ou no sitio PNCP https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1, ou no sitio https://tomeconta.tcepe.tc.br/, ou via e-mail: licitacao@cupira.pe.gov.br. Cupira-PE, 17 de novembro de 2025.

EDUARDO DA FONSECA LIRA -
Prefeito do Município de Cupira-PE.

Publicado por:
Andreia Maria da Silva Melo
Código Identificador:57378454

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
EDITAL DE CONVOCACAO N°. 025/2024

REFERENTE AO EDITAL N° 003/2024- CONCURSO PUBLICO Nº01/2024 PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS GUARDA MUNICIPAL.
Prefeito do Município de Cupira-PE, no uso das suas atribuições legais;
Considerando a homologação do resultado final do EDITAL N° 001/2024 – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DE GUARDA MUNICIPAL.
CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados no CONCURSO PÚBLICO n° 001/2024, para que no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos,** a contar da data de publicação deste Edital, a comparecer junto ao Departamento Pessoal e Recursos Humanos desta Prefeitura, situado na Rua Desembargador Felismino Guedes, 135, Centro, Cupira/PE nesta, objetivando a apresentação dos

documentos conforme o **ANEXO I , II E DECLARAÇÕES DESTE EDITAL**.
O não comparecimento no prazo previsto implicará na renúncia do candidato, que será substituído pelo seu sucessor na lista classificatória já publicada.

GUARDA MUNICIPAL		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CLASS.**
0113	JOSÉ EMERSON MARTINS DOS SANTOS	2° LUGAR/ AMP
0119	LUCAS GABRIEL DE OLIVEIRA GALVÃO	4° LUGAR/ AMP
1176	JEFFERSON ROBERTO DOS SANTOS COSTA	5° LUGAR/ AMP

Cupira/PE, 17 de novembro de 2025.

EDUARDO DA FONSECA LIRA
Prefeito

EDITAL DE CONVOCACAO N°. 025/2024
REFERENTE AO EDITAL N° 003/2024- CONCURSO PUBLICO Nº01/2024 PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS GUARDA MUNICIPAL.

ANEXO I
O **CONVOCADO** deverá apresentar documentação original e fotocópia, que comprove o que segue abaixo:

SER BRASILEIRO NATO OU NATURALIZADO, OU, AINDA, NO CASO DE ESTRANGEIRO, ESTAR COM SITUAÇÃO REGULAR NO PAÍS, POR INTERMÉDIO DE VISTO TEMPORÁRIO OU PERMANENTE;

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO;

ESTAR QUITE COM AS OBRIGAÇÕES ELEITORAIS: TÍTULO DE ELEITOR E COMPROVANTEDE VOTACÃO DA ÚLTIMA ELEIÇÃO E/OU CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL, SE NA ÉPOCA JÁ POSSU[A 16 ANOS;

CERTIFICADO DE RESERVISTA OU DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO
(sexo masculino);

TER IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 18 (dezoito) ANOS COMPLETOS NO MOMENTO DA POSSE;

POSSUIR APTIDÃO FÍSICA E MENTAL PARA O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO; CONFORME ANEXO II DESSE EDITAL

DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL
(Cédula de ldentidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito anos);

CPF - (Cadastro de Pessoa Física);

CTPS - (Carteira de trabalho e Previdência social), Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho) ou Carteira de trabalho digital;

NÚMERO DE INSCRIÇÃO PIS OU PASEP;

CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO;

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS E CPF DA CRIANÇA;

CNH (se exigida pelo cargo/ MOTORISTA NA CATEGORIA EXIGIDA);

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (mês atualizado);

TERMO DE COMPROMISSO (ATUALIZADA);

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO ATUALIZADA (caso possua outro vínculo, especificar);

DECLARACÃO DE AUSÊNCIA DE PENALIDADE, (no exercício da função) ATUALIZADA;

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES (ATUALIZADA);

CERTIDÃO DE ATECEDENTES CRIMINAIS (Estadual e Federal) ATUALIZADA;

FOTO 3X4

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE, ATRAVÉS DE HISTÓRICO ESCOLAR, DIPLOMA, CONFORME EXIGÊNCIA DO CARGO DEVIDAMENTE REGISTRADO PELO MEC;

REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO, QUANDO FOR O CASO;

Todos modelos de declarações, e Anexo II do edital constam presente neste edital, no site da Prefeitura Municipal de Cupira.
Cupira/PE, 17 de novembro de 2025.

EDUARDO DA FONSECA LIRA
Prefeito

Publicado por:
Sirley Oliveira Ribeiro de Melo
Código Identificador:304D5E73

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
EXTRATO DE ADITIVO

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 115/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023 - Objeto: O prazo de vigência e execução, contratual prorroga-se por um período de mais 12 (doze) meses**, tendo como termo inicial a data de 19/10/2025, e por termo final 18/10/2026.** Empresa Contratada**: ISNALDY CANDIDO DE SOUZA LTDA (CUPIRA ENTULHO), inscrito no CNPJ sob o nº 47.159.816/0001-26.** A celebração do presente termo aditivo se dá em conformidade no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93. O mesmo encontra-se à disposição para qualquer interessado, na Sala da Licitação, localizada na Rua Desembargador Felismino Guedes, nº 135, 1º Andar, Centro, Cupira – PE.

Publicado por:
Nicolas Adam Luna de Holanda
Código Identificador:2B38B544

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
EXTRATO DE ADITIVO

6º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 051/2022 – PROCESSO Nº 006/2022 – TOMADA DE PREÇO Nº 003/2022 - Objeto: O objeto do presente termo aditivo, consiste no aumento do valor contratual no importe de **R$ 151.617,71 (cento e cinquenta e um mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e um centavos),** referente a construção do centro de convenções e eventos do município de Cupira/PE, com material, equipamentos e mão de obra da contratada, em virtude dos acréscimo de serviços necessários e inicialmente não previstos (itens extraordinários/novos – itens extras), conforme documentação anexa ao ofício 281/2025 – SINFRA**.** Empresa **VG ENGENHARIA, CONSULTORIA E CONSTRUÇÃO LTDA, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 28.594.086/0001-47**. Fundamentado no no art. 65, I, "a", II, § 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993. O mesmo encontra-se à disposição para qualquer interessado, na Sala da Licitação, localizada na Rua Desembargador Felismino Guedes, nº 135, 1º Andar, Centro, Cupira - PE.

Publicado por:
Nicolas Adam Luna de Holanda
Código Identificador:9BC66A1B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
EXTRATO DE ADITIVO

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 041/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024 - Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 041/2024 por mais 5 (cinco) meses, a partir de 25 de outubro de 2025 até 24 de abril de 2026, que tem como objeto prestação de serviços parcelados em impressão gráfica, par a continuidade das atividades deste órgão. Empresa Contratada**: BJ SERVICOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.316.424/0001-37.** A celebração do presente termo aditivo se dá em conformidade no art. 6º, da Lei 14.133/21. O mesmo encontra-se à disposição para qualquer interessado, na Sala da Licitação, localizada na Rua Desembargador Felismino Guedes, nº 135, 1º Andar, Centro, Cupira – PE.

Publicado por:
Nicolas Adam Luna de Holanda
Código Identificador:69F865F5

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
EXTRATO DE ADITIVO

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 043/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024 - Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 043/2024 por mais 5 (cinco) meses, a partir de 25 de outubro de 2025 até 24 de abril de 2026, que tem como objeto prestação de serviços parcelados em impressão gráfica, par a continuidade das atividades deste órgão. Empresa Contratada**: AMAZONAS COMERCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.383.230/0001-01.** A celebração do presente termo aditivo se dá em conformidade no art. 6º, da Lei 14.133/21. O mesmo encontra-se à disposição para qualquer interessado, na Sala da Licitação, localizada na Rua Desembargador Felismino Guedes, nº 135, 1º Andar, Centro, Cupira – PE.

Publicado por:
Nicolas Adam Luna de Holanda
Código Identificador:99E29F22

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
EXTRATO DE ADITIVO

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 037/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024 - Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 037/2024 por mais 5 (cinco) meses, a partir de 25 de outubro de 2025 até 24 de abril de 2026, que tem como objeto prestação de serviços parcelados em impressão gráfica, par a continuidade das atividades deste órgão. Empresa Contratada**: GUSTAVO COSTA ARAUJO (DIGITAL GRÁFICA RÁPIDA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.520.308/0001-69.** A celebração do presente termo aditivo se dá em conformidade no art. 6º, da Lei 14.133/21. O mesmo encontra-se à disposição para qualquer interessado, na Sala da Licitação, localizada na Rua Desembargador Felismino Guedes, nº 135, 1º Andar, Centro, Cupira – PE.

Publicado por:
Nicolas Adam Luna de Holanda
Código Identificador:F119CA6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
EXTRATO DE ADITIVO

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 014/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025 – DISPENSA EMERGENCIAL Nº 005/2025 - Objeto: O prazo de vigência contratual prorroga-se por um período de mais 03 (três) meses**, tendo como termo inicial a data de 07/08/2025, e por termo final 06/11/2025.** Empresa Contratada**: EMPRESA ANDRADE CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.753.698/0001-84.** A celebração do presente termo aditivo se dá em conformidade no art. 6º, da Lei 14.133/21. O mesmo encontra-se à disposição para qualquer interessado, na Sala da Licitação, localizada na Rua Desembargador Felismino Guedes, nº 135, 1º Andar, Centro, Cupira – PE.

Publicado por:
Nicolas Adam Luna de Holanda
Código Identificador:ADD0BE69

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE DORMENTES

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DORMENTES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 016/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 023/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para a confecção de uniformes destinados aos funcionários da Câmara de Vereadores do Município de Dormentes - PE

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A **CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DORMENTES**, no exercício das suas atribuições, apresenta para os fins administrativos a que se destinam as suas considerações e decisões acerca do processo de dispensa de licitação.

HABILITADA: JNT FARDAMENTOS E PERSONALIZADOS LTDA ,inscrito no CNPJ: 37.800.431/0001-42

DA RELAÇÃO DE ITENS E VALORES:

O vencedor apresentou os seguinte valor, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant./ UND	Valor unitário	Valor Total
1	Camisa modelo gola polo no piquet 50% poliester e 50% algodão na cor vermelha, com gola de poliester na cor vermelha com friso na cor branca, viés na cor branca no ombro, brasão da republica brasileira e o nome câmara municipal bordado no peito esquerdo, tamanhos variados.	27	R$ 100,00	R$ 2.700,00

DA CONCLUSÃO
Ante o exposto, declaro habilitada e vencedora **JNT FARDAMENTOS E PERSONALIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ: **37.800.431/0001-42.** Com valor global de **R$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais)**
A contratação se formalizará através da emissão de Nota de Empenho.

Dormentes-PE, 17 de novembro de 2025.

LOMANTO JOSÉ FERREIRA
Presidente da Câmara de Vereadores de Dormentes

Publicado por:
Paola Bean
Código Identificador:31A34E38

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025

Processo Adm.: Nº 058/2025. Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LUMINÁRIAS DE LED PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Empresas vencedoras valor total: R$ 784.376,75(setecentos e oitenta e quatro mil e trezentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos):ALVO DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS LTDA(53628605000198) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 no valor total de R$ 784.376,75 (setecentos e oitenta e quatro mil e trezentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos). DORMENTES - PE, 13 de novembro de 2025. IARA CAVALCANTI DE MACEDO, CONDUTOR DE PROCESSOS.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:98DE4B71

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025

Processo Adm.: Nº 076/2025, Objeto:REGISTRO DE PREÇOS, visando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de projeção por meio de painéis de LED, modelos P10 e P5, incluindo montagem, desmontagem e transporte, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Dormentes/PE e suas secretarias. Empresas vencedoras valor total: R$ 347.710,00(trezentos e quarenta e sete mil e setecentos e dez reais):F A COELHO DISTRIBUICAO COMERCIO E SERVICOS(51619246000187) com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$ 347.710,00 (trezentos e quarenta e sete mil e setecentos e dez reais). DORMENTES - PE, 12 de novembro de 2025.

IARA CAVALCANTI DE MACEDO,
Condutor de Processos.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:E3AC65AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DA ARP N°032/2025

Processo Administrativo nº 076/2025, Pregão Eletrônico Nº 023/2025, ARP N°032/2025, Contratante: MUNICÍPIO DE DORMENTES, CNPJ: 35.667.377/0001-83. Contratada: F A COELHO DISTRIBUIÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS, CNPJ n.º 51.619.246/0001-87. OBJETO: presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS consiste para REGISTRO DE PREÇOS, visando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de projeção por meio de painéis de LED, modelos P10 e P5, incluindo montagem, desmontagem e transporte, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Dormentes/PE e suas secretarias. PRAZO DE VIGENCIA: 13/11/2025 à 12/11/2026. VALOR GLOBAL: R$ 347.710,00(trezentos e quarenta e sete mil e setecentos e dez reais). DORMENTES - PE, 13 de novembro de 2025.

LENISO COELHO CAVALCANTI,
Secretaria Municipal Cultura, Esporte e Turismo;

TALITA MIRELE RODRIGUES;
Secretaria Municipal de Saúde;

BENECIANA SANTANA DE MACEDO GRANJA,
Secretaria Municipal de Educação;

JOSEANE DAMASCENO DE ASSIS SOUSA,
Secretaria Municipal de Assistencia Social, Direitos Humanos e Combate à Fome.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:479C0F01

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DA ARP N° 033/2025

Processo Administrativo nº 058/2025, Pregão Eletrônico Nº 015/2025, ARP N° 033/2025, Contratante: MUNICÍPIO DE DORMENTES, CNPJ: 35.667.377/0001-83. Contratada: ALVO DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 53.628.605/0001-98. OBJETO: da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS consiste em Contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o FORNECIMENTO DE LUMINÁRIAS DE LED PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. PRAZO DE VIGENCIA: 17/11/2025 à 16/11/2026. VALOR GLOBAL: R$ 784.376,75 (setecentos e oitenta e quatro mil e trezentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

DORMENTES - PE, 17 de novembro de 2025.

JEOLANDIO JOSÉ COELHO,
Secretário Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:C5B388B3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ESCADA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO ADM. Nº 004/2025, DECORRENTE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 067/2025, MODALIDADE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2025.

Referente ao Processo Adm. Nº 004/2025, decorrente do Procedimento Licitatório nº 067/2025, modalidade Dispensa Eletrônica nº 008/2025.
À C3 REALIZA SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 21.856.029/0001-40.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Apuração, designada pela Portaria GP nº 016/2025/PME, da lavra da Prefeita Constitucional de Escada-PE, Cito V. Sa., para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, apresentar defesa escrita nos autos em epígrafe, sendo-lhe facultada vista dos autos. Desde já, cientificada da abertura do processo em destaque.
Segue abaixo os dados para o envio da defesa:
E-mail: proc.adm.escada@gmail.com
Endereço: Av. Dr. Antônio de Castro, nº680, Jaguaribe, Escada/PE. CEP: 55.500-000. Att. Setor de Licitação – Comissão de Instauração de Processos Administrativos

DADO E PASSADO ao 17 (décimo sétimo) dia do mês de novembro do ano de 2025, nesta cidade de Escada, Estado de Pernambuco. Eu,_____, Secretário da Comissão de Inquérito, digitei e subscrevo.
Segue em anexo: **Processo Adm. 004/2025 – completo.**

ALISSON DA SILVA LEMOS COELHO
Presidente da Comissão Processante
CPF: 131.525.744-01

Publicado por:
Thamires Emanuelle Dos Santos Silva
Código Identificador:83040982

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 011/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COM ENTREGA PARCELADA DE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2024). CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 26.896.517/0001-02. **CONTRATADA: 53.844.962 LUIS DA SILVA NETO**, CNPJ nº 53.844.962/0001-93. **ACRÉSCIMO:** Será acrescido do contrato supracitado, o percentual de **24,37% (vinte e quatro vírgula trinta e sete por cento),** perfazendo o valor total de **R$ 49.975,00 (quarenta e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais),** conforme justificativa da secretaria competente.

Escada/PE, 22 de outubro de 2025.

MARIA APARECIDA A. SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Lucas Gabriel Paiva Dos Santos
Código Identificador:D744EC98

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNDO MUN. EDUCAÇÃO DE ESCADA EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025 CONTRATO Nº 421/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (ITENS FRACASSADOS/DESERTOS NOS PREGÕES ELETRÔNICOS Nº 007/2025 E 027/2025). CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESCADA, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.896.517/0001-02. **CONTRATADA: R2 DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 34.140.249/0001-14. **Valor total:** R$ 39.122,90 (trinta e nove mil, cento e vinte dois reais e noventa centavos). **Vigência:** A vigência deste termo é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Escada/PE, 11 de setembro de 2025.

MARIA APARECIDA A. SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Daiany Valeria Lima da Silva
Código Identificador:8761896E

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
CITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO ADM. Nº 001/2025, DECORRENTE DO PROC. LICITATÓRIO Nº 069/2024 MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2024.

Referente ao Processo Adm. Nº 001/2025, decorrente do Proc. Licitatório nº 069/2024 modalidade Concorrência Eletrônica nº 014/2024.
À **JC3 ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ n° 27.263.594/0001-80.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Apuração, designada pela Portaria GP nº 014/2025/PME, da lavra da Prefeita Constitucional de Escada-PE, Cito V. Sa., para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, apresentar defesa escrita nos autos em epígrafe, sendo-lhe facultada vista dos autos. Desde já, cientificada da abertura do processo em destaque.
Segue abaixo os dados para o envio da defesa:
E-mail: proc.adm.escada@gmail.com
Endereço: Av. Dr. Antônio de Castro, nº680, Jaguaribe, Escada/PE. CEP: 55.500-000. Att. Setor de Licitação – Comissão de Instauração de Processos Administrativos

DADO E PASSADO ao 04 (quarto) dia do mês de novembro do ano de 2025, nesta cidade de Escada, Estado de Pernambuco. Eu,_____, Secretário da Comissão de Inquérito, digitei e subscrevo.
Segue em anexo: **Processo Adm. Nº 001/2025 – completo.**

ALISSON DA SILVA LEMOS COELHO
Presidente da Comissão Processante
CPF: 131.525.744-01

Publicado por:
Thamires Emanuelle Dos Santos Silva
Código Identificador:ECFACB8D

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
CITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO ADM. Nº 002/2025, DECORRENTE DO PROC. LICITATÓRIO Nº 097/2024 MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2024.

Referente ao Processo Adm. Nº 002/2025, decorrente do Proc. Licitatório nº 097/2024 modalidade Concorrência Eletrônica nº 017/2024.
À **JC3 ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ n° 27.263.594/0001-80.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Apuração, designada pela Portaria GP nº 016/2025/PME, da lavra da Prefeita Constitucional de Escada-PE, Cito V. Sa., para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, apresentar defesa escrita nos autos em epígrafe, sendo-lhe facultada vista dos autos. Desde já, cientificada da abertura do processo em destaque.
Segue abaixo os dados para o envio da defesa:
E-mail: proc.adm.escada@gmail.com
Endereço: Av. Dr. Antônio de Castro, nº680, Jaguaribe, Escada/PE. CEP: 55.500-000. Att. Setor de Licitação – Comissão de Instauração de Processos Administrativos

DADO E PASSADO ao 13 (décimo terceiro) dia do mês de novembro do ano de 2025, nesta cidade de Escada, Estado de Pernambuco. Eu,_____, Secretário da Comissão de Inquérito, digitei e subscrevo.
Segue em anexo: **Processo Adm. Nº 002/2025 – completo.**

ALISSON DA SILVA LEMOS COELHO
Presidente da Comissão Processante
CPF: 131.525.744-01

Publicado por:
Thamires Emanuelle Dos Santos Silva
Código Identificador:A5A08891

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
CITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO ADM. Nº 003/2025, DECORRENTE DO PROC. LICITATÓRIO Nº 029/2025 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025.

Referente ao Processo Adm. Nº 003/2025, decorrente do Proc. Licitatório nº 029/2025 modalidade Pregão Eletrônico nº 021/2025.
À **TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ n° 56.004.897/0001-86.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Apuração, designada pela Portaria GP nº 016/2025/PME, da lavra da Prefeita Constitucional de Escada-PE, Cito V. Sa., para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, compareça a Prefeitura Municipal de Escada, apresentando defesa escrita nos autos em epígrafe, sendo-lhe facultada vista dos autos. Desde já, cientificada da abertura do processo em destaque.
Segue abaixo os dados para o envio da defesa:
E-mail: proc.adm.escada@gmail.com
Endereço: Av. Dr. Antônio de Castro, nº680, Jaguaribe, Escada/PE. CEP: 55.500-000. Att. Setor de Licitação – Comissão de Instauração de Processos Administrativos

DADO E PASSADO ao 17 (décimo terceiro) dia do mês de novembro do ano de 2025, nesta cidade de Escada, Estado de Pernambuco. Eu,_____, Secretário da Comissão de Inquérito, digitei e subscrevo.
Segue em anexo: **Processo Adm. Nº 003/2025 – completo.**

ALISSON DA SILVA LEMOS COELHO
Presidente da Comissão Processante
CPF: 131.525.744-01

Publicado por:
Thamires Emanuelle Dos Santos Silva
Código Identificador:01E7CE0E

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 282/2025

Regulamenta no Município de Escada sobre o expediente nas Repartições Públicas e Secretarias Municipais pertencentes à Administração Pública Direta relativo aos dias que especifica.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ESCADA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:
Art. 1º - No dia 20 de novembro de 2025 (Quinta-Feira), não terá expediente por ser feriado pelo Dia da Consciência Negra.
Art. 2º - Fica facultativo o expediente nas repartições públicas e secretarias municipais pertencentes à Administração Pública Direta, relativo aos dias: 21 (sexta-feira) e 24 (segunda-feira) de novembro de 2025, referente as festividades da Padroeira Nossa Senhora Apresentação da Escada.
Art.3º. O disposto nesta portaria não se aplica as repartições e secretarias em que, por sua natureza, houver necessidade de funcionamento ininterrupto, bem como não se aplica a serviços públicos considerados essenciais e de interesse público.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Prefeita, 11 de novembro de 2025.

MARIA JOSÉ FIDELIS MOURA GOUVEIA
Prefeita do Município de Escada/PE

Publicado por:
Maria de Fátima Pereira da Silva
Código Identificador:604CE870

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025 CONTRATO Nº 470/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS TRADICIONAIS POR LUMINÁRIAS QUE UTILIZAM TECNOLOGIA LED COM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 2407 UN DE LUMINÁRIAS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED NO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: BM ILUMINAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 31.339.053/0001-65. **Valor total:** R$ 2.293.371,47 (dois milhões, duzentos e noventa e três mil, trezentos e setenta e um reais e quarenta e sete centavos). **Vigência:** A vigência deste termo é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por motivo relevante, desde que devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE.

Escada/PE, 12 de novembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Giovanna Letícia Salustiano da Silva
Código Identificador:76408CC7

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025 CONTRATO Nº 461/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, NO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE, FNDE ESCOLA 13 SALAS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESCADA, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.896.517/0001-02. **CONTRATADA: NORDESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.290.148/0001-69. **Valor total:** R$ 9.721.278,94 (nove milhões, setecentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos). **Vigência:** A vigência deste termo é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, podendo ser prorrogado por motivo relevante, desde que devidamente justificados e aceitos pelo contratante.

Escada/PE, 05 de novembro de 2025.

MARIA APARECIDA A. SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:5B988717

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2025 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 375/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PROJETO DE ARBORIZAÇÃO DO ACESSO AO DISTRITO INDUSTRIAL JOÃO GOUVEIA DA SILVA - ESCADA/PE. **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: AGROATLÂNTICO COMERCIAL AGRÍCOLA EIRELI ME**, inscrito no CNPJ sob o n° 36.125.248/0001-26. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 06 (seis) meses, iniciando-se no dia **09 de novembro de 2025,** encerrando-se no dia **07 de maio de 2026.** As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 06 de novembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Elyson Alves Monteiro Leão
Código Identificador:9FF52DBC

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 370/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE USO VETERINÁRIO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CLÍNICA VETERINÁRIA DO MUNICIÍPIO DE ESCADA/PE. **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: LYF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 53.000.455/0001-73. **PRAZO**: A prorrogação do prazo contratual por mais 12 (DOZE) meses, iniciando-se no dia **17 de outubro de 2025,** encerrando-se no dia **16 de outubro de 2026.** As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 14 de outubro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Elyson Alves Monteiro Leão
Código Identificador:0E50A477

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025 CONTRATO Nº 102/2025

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 102/2025– Pregão Eletrônico nº 008/2025 - Processo licitatório n° 011/2025 - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COM ENTREGA PARCELADA DE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2024)**. Contratante: **MUNICÍPIO DE ESCADA,** inscrito no CNPJ sob o nº 11.294.303/0001-80. Contratada:**53.844.962 LUIS DA SILVA NETO**, inscrita no CNPJ sob o n° 53.844.962/0001-93. Motivo: **ALTERAÇÃO DA DESTINAÇÃO DO QUANTITATIVO DO ITEM 1 DA PLANILHA, ANTERIORMENTE VINCULADO À PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA, O QUAL PASSA A SER DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESCADA**. Justificativa: Lei Federal n° 14.133/2021.

Escada/PE, 21 de Outubro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

MARIA APARECIDA A. SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Ordenadora de Despesas

Publicado por:
Lucas Gabriel Paiva Dos Santos
Código Identificador:947152AE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
MUNICÍPIO DE ESCADA EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025 CONTRATO Nº 472/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS POR LOTE, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ESCADA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 53.571.459/0001-01. **Valor total:** R$ 99.506,44 (noventa e nove mil, quinhentos e seis reais e quarenta e quatro centavos). **Vigência:** A vigência deste termo é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Escada/PE, 13 de novembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Daiany Valeria Lima da Silva
Código Identificador:D462A670

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE EXU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 774/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 774/2025, PROCESSO LICITATÓRIO N° 105/2025, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO GRANÍTICO DA RUA JOÃO GERALDO, RUA JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA, CONTINUAÇÃO DA RUA OSMAM OLIVEIRA CAMPOS E TRECHO QUE AS LIGA (RUA 1 E 2 ESPECIFICADO EM PROJETO), NO BAIRRO JOSMAR PARENTE, MUNICÍPIO DE EXU-PE, CONFORME PROJETO BÁSICO, ATRAVES DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 2025425200005 - FERNANDO DUEIRE, PLANO DE AÇÃO 09032025-079245/2025, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE, Contratado: CONSTRUTORA NOBRE LTDA, CNPJ: 59.811.837/0001-63, Valor: R$ 999.300,07 (Novecentos e noventa e nove mil e trezentos reais e sete centavos), Vigência: 06 (seis) meses, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado, contado a partir da data de expedição da respectiva Ordem de Serviço, Data de assinatura: 14/11/2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:B1C80565

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE

RESULTADO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2025, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025 – Abertura realizada em 14/11/2025 às 09:00h. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO GRANÍTICO DA RUA JOÃO GERALDO, RUA JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA, CONTINUAÇÃO DA RUA OSMAM OLIVEIRA CAMPOS E TRECHO QUE AS LIGA (RUA 1 E 2 ESPECIFICADO EM PROJETO), NO BAIRRO JOSMAR PARENTE, MUNICÍPIO DE EXU-PE, CONFORME PROJETO BÁSICO, ATRAVES DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 2025425200005 - FERNANDO DUEIRE, PLANO DE AÇÃO 09032025-079245/2025.** Licitante Vencedor: CONSTRUTORA NOBRE LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.811.837/0001-63, End.: Rua Dejesus Parente, nº 83 – Centro – Exu-PE. Maiores informações no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Exu-PE, localizado na Rua Eufrásio Alencar, nº 13 – Centro – Exu – PE. Exu (PE), 14 de novembro de 2025.

HEMERSON GALVÃO DE FRANÇA
Agente de Contratação

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:57FB9567

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE EXU – PE, no uso de suas atribuições no disposto no inciso VII do art. 17 c/c inciso IV do Art. 71. **ADJUDICA E HOMOLOGA** em favor da Empresa Licitante abaixo identificada, o Processo de Licitação n° 105/2025, modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025 para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO GRANÍTICO DA RUA JOÃO GERALDO, RUA JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA, CONTINUAÇÃO DA RUA OSMAM OLIVEIRA CAMPOS E TRECHO QUE AS LIGA (RUA 1 E 2 ESPECIFICADO EM PROJETO), NO BAIRRO JOSMAR PARENTE, MUNICÍPIO DE EXU-PE, CONFORME PROJETO BÁSICO, ATRAVES DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 2025425200005 - FERNANDO DUEIRE, PLANO DE AÇÃO 09032025-079245/2025, MUNICÍPIO DE EXU – PE.** Na forma a seguir: **CONSTRUTORA NOBRE LTDA, CNPJ: 59.811.837/0001-63**, Endereço na Rua Dejesus Parente, nº 83 – Centro – Exu-PE. Valor da Proposta: R$ 999.300,07 (Novecentos e noventa e nove mil e trezentos reais e sete centavos). Que esta ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO surtam seus efeitos legais, sendo cientificado o licitante vencedor e finalmente recomendada a expedição da competente nota de empenho de acordo com a dotação orçamentária pertinente, cumprindo regularmente as formalidades da Lei que rege a matéria. Exu – PE, 14 de novembro de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:10361834

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE FLORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES
PORTARIA Nº 255/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORES, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso IX do art. 60 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria Nº 218/2025, que concedeu 02 (DOIS) anos de Licença sem vencimentos a servidora Senhora **ANDYARA MARJORIE GOMES**, datada de 18 de agosto de 2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de novembro de 2025.

CICERO GILBERTO CAVALCANTI RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Adalto Sidney de Lima
Código Identificador:9D496B3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PROC.025/2025

PROCESSO FMSF Nº 025/2025, PREGÃO ELETRÔNICO FMSF Nº 016/2025. Objeto Nat.: Serviços Objeto Descr. **Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de programas de Educação Permanente em Saúde com prática em ABP (Aprendizagem baseado em problema), voltados à melhoria da gestão pública e das práticas assistenciais da Atenção Básica do Município de Flores/PE.** Julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** Valor máximo aceitável global para o certame **R$ 116.371,80 (cento e dezesseis mil trezentos e setenta e um reais e oitenta centavos).** Início do acolhimento das propostas: **18/11/2025 às 13:00h**. Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: **02/12/2025 às 08:00h**. Abertura da sessão de lances: **02/12/2025, às 11:00h** (horário de Brasília). Seguindo a Lei 14.133/21 o julgamento ocorrerá pelo Portal de Compras Públicas estando disponível no site: **www.comprasbr.com.br**. Flores, 17/11/2025.

NASSON ALEXANDRE BEZERRA NETO–
Pregoeiro.

Publicado por:
Nasson Alexandre Bezerra Neto
Código Identificador:285BE1F6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GAMELEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 017/2025 – PMG. Processo Licitatório nº. 020/2025, Pregão Eletrônico nº 009/2025. Objeto: Aquisição de 01 VEÍCULO ZERO QUILÔMETRO (TIPO PASSEIO HATCH 05 LUGARES), para atender as necessidades da Guarda Municipal da Gameleira/PE. CONTRATADA: ITALIANA AUTOMOVEIS DO RECIFE LTDA – CNPJ: 02.472.105/0001-79. Valor Global: R$ 89.990,00 (Oitenta e nove mil, novecentos e noventa reais). Vigência: 13/11/2025 a 13/11/2026.

Gameleira/PE, 13 de novembro de 2025.

FERNANDA MÁRCIA COSTA SILVA SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Flávio Rocha de Moura Silva
Código Identificador:42441BA9

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GARANHUNS

AESGA - AUTARQUIA DO ENSINO SUPERIOR DE GARANHUNS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2025

RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO E RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 022/2025, com fundamento no artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais alterações legais posteriores, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento e recarga de extintores de incêndio, destinados aos prédios da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns – AESGA, que tem como contratada a empresa **PRL EXTINTORES LTDA,** inscrita no CNPJ nº 14.215.199/0001-80, sediada na Rua Projetada I, 423, Loteamento Parque Alvorada, Quadra 2A, Lote 20, Boa Vista, Garanhuns - PE, CEP: 55.293-000, no valor total contratado de **R$ 3.930,00 (três mil, novecentos e trinta reais).**

Garanhuns, 13 de novembro de 2025.

ADRIANA PEREIRA DANTAS CARVALHO
Presidente da AESGA

Publicado por:
Mirian Alves
Código Identificador:5CC67C57

AESGA - AUTARQUIA DO ENSINO SUPERIOR DE GARANHUNS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2025

RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO E RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 023/2025, com fundamento no artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais alterações legais posteriores, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de mobília em geral para suprir as necessidades dos departamentos e faculdades mantidas pela Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns – AESGA, que tem como contratadas as empresas **PIMENTEL COMERCIO DE MOVEIS LTDA,** inscrita no CNPJ nº 14.432.482/0001-63, sediada no Sítio Baixa Funda, 450, Zona Rural, Canhotinho - PE, CEP: 55.420-000, no valor total de **R$ 54.591,00 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e um reais**), referente aos itens 2 a 5, e **IMPACTO MOVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 50.983.384/0001-88, sediada na Rua Nunes Machado de Assis, 312, Nossa Sra. das Dores, Caruaru – PE, CEP: 55.012-000, no valor total **R$ 2.629,37 (dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos),** referente ao item 1.

Garanhuns, 12 de novembro de 2025.

ADRIANA PEREIRA DANTAS CARVALHO
Presidente da AESGA

Publicado por:
Mirian Alves
Código Identificador:E76F6521

AESGA - AUTARQUIA DO ENSINO SUPERIOR DE GARANHUNS
EXTRATO CONTRATO

Processo de Contratação nº 028/2025; **Dispensa nº** 023/2025; **Contrato n**º 027/2025; **Contratada: PIMENTEL COMERCIAL DE MÓVEIS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 14.432.482/00021-63; Objeto: empresa especializada no fornecimento de mobília em geral para suprir as necessidades dos departamentos e faculdades mantidas pela Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns – AESGA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe. **Fundamento Legal:** Lei Federal nº **14.133/2021 e Decreto Municipal n° 049/2023**, **Valor** R$ 54.591,00 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e um reais), **Vigência contratual**: 13/11/2025 A 13/11/2026. **Empenhos n**° 449/2025. **Local e data da assinatura:** Garanhuns/PE, 13/11/2025.

Processo de Contratação nº 028/2025; **Dispensa nº** 023/2025; **Contrato n**º 028/2025; **Contratada: IMPACTO MÓVEIS LTDA**, inscrito no CNPJ 50.983.384/0001-88; Objeto: empresa especializada no fornecimento de mobília em geral para suprir as necessidades dos departamentos e faculdades mantidas pela Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns – AESGA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe. **Fundamento Legal:** Lei Federal nº **14.133/2021 e Decreto Municipal n° 049/2023**, **Valor** R$ 2.629,37(dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos), **Vigência contratual**: 13/11/2025 A 13/11/2026. **Empenhos n**° 450/2025. **Local e data da assinatura:** Garanhuns/PE, 17/11/2025.

Processo de Contratação nº 027/2025; **Dispensa nº** 022/2025; **Contrato n**º 029/2025; **Contratada: PRL EXTINTORES LTDA – ME**, CNPJ nº 14.215.199/0001-80; Objeto: Constitui objeto do presente **CONTRATO** fornecimento e recarga de extintores de incêndio, destinados aos prédios da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns – AESGA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe. **Fundamento Legal:** Lei Federal nº **14.133/2021 e Decreto Municipal n° 049/2023**, **Valor** R$ 3.930,00 (três mil, novecentos e trinta reais), **Vigência contratual**: 17/11/2025 A 17/11/2026. **Empenhos n**° 451 e 452/2025. **Local e data da assinatura:** Garanhuns/PE, 17/11/2025.

Publicado por:
Mirian Alves
Código Identificador:8079C0F4

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.410/2025

Autoria: Vereador José Juca de Melo Filho

EMENTA: Denomina de Rua Yeda D`Azevedo Santos, um logradouro localizado no Loteamento Brisa do Vale, Bairro Francisco Simão dos Santos Figueira, na sede deste Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARANHUNS, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de **Rua Yeda D`Azevedo Santos**, o logradouro Rua Projetada 13, com início na Avenida Deolinda Silvestre Valença, passando pelas quadras lado sul: Equipamento Público, A, B, C, D, E, F, Área Verde, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, com seu término na Rua Projetada 01, localizado no Loteamento Brisa do Vale. O trecho inicia-se ao Oeste, com coordenadas UTM 24L 777639 9013467, e finaliza ao Leste, com coordenadas UTM 24L 778380 9013984, Bairro Francisco Simão dos Santos Figueira, na sede deste Município.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Celso Galvão, em 14 de novembro de 2025.

SIVALDO RODRIGUES ALBINO
Prefeito

Publicado por:
Ricardo Coifman
Código Identificador:0F668463

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.411/2025

Autoria: Vereador Alcindo de Melo Correia

EMENTA: Denomina de Rua Silvino Francisco Campos, um logradouro localizado no Distrito de São Pedro, no Município de Garanhuns-PE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARANHUNS, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de **Rua Silvino Francisco Campos**, o logradouro Rua Projetada, com início na Rua José Eutímio Pereira da Silva, e com seu término na Avenida Cleto Campelo. O trecho inicia-se ao Oeste, com coordenadas UTM 24L 776736 9026651, e finaliza ao Leste, com coordenadas UTM 24L 776768 9026651, localizado no Distrito de São Pedro, no Município de Garanhuns-PE.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Celso Galvão, em 14 de novembro de 2025.

SIVALDO RODRIGUES ALBINO
Prefeito

Publicado por:
Ricardo Coifman
Código Identificador:3AFD31B9

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.412/2025

Autoria: Vereadora Luzia Cordeiro da Silva

EMENTA: Denomina de Luiza Bastos da Cruz, a UBS Magano III, que está sendo desmembrada, no Bairro do Magano, na sede deste Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARANHUNS, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de **Luiza Bastos da Cruz, a Unidade Básica de Saúde-UBS Magano III, que está sendo desmembrada**, localizada na Rua Julião Cavalcante, Bairro do Magano, na sede deste Município.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Celso Galvão, em 14 de novembro de 2025.

SIVALDO RODRIGUES ALBINO
Prefeito

Publicado por:
Ricardo Coifman
Código Identificador:47BBE3FB

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.413/2025

Autoria: Vereador José Juca de Melo Filho

EMENTA: Denomina de Rua Benício Laurentino de Souza, um logradouro localizado no Loteamento Brisa do Vale, Bairro Francisco Simão dos Santos Figueira, na sede deste Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARANHUNS, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de **Rua Benício Laurentino de Souza**, o logradouro Rua Projetada 09, com início na Rua Projetada 12, passando pela quadra lado oeste: J e quadra lado leste: K, com seu término na Rua Projetada 13, localizado no Loteamento Brisa do Vale. O trecho inicia-se ao Sul, com coordenadas UTM 24L 778153 9013681, e finaliza ao Norte, com coordenadas UTM 24L 778059 9013835, Bairro Francisco Simão dos Santos Figueira, na sede deste Município.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Celso Galvão, em 14 de novembro de 2025.

SIVALDO RODRIGUES ALBINO
Prefeito

Publicado por:
Ricardo Coifman
Código Identificador:5B989355

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.414/2025

Autoria: Vereador José Juca de Melo Filho

EMENTA: Denomina de Rua Juarez de Lima Silva (Prof. Júnior Lima), um logradouro localizado no Loteamento Brisa do Vale, Bairro Francisco Simão dos Santos Figueira, na sede deste Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARANHUNS, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de **Rua Juarez de Lima Silva (Prof. Júnior Lima)**, o logradouro Rua Projetada 10, com início na Rua Projetada 12, passando pela quadra lado oeste: I e quadra lado leste: J, com seu término na Rua Projetada 13, localizado no Loteamento Brisa do Vale. O trecho inicia-se ao Sul, com coordenadas UTM 24L 778110 9013656, e finaliza ao Norte, com coordenadas UTM 24L 778019 9013804, Bairro Francisco Simão dos Santos Figueira, na sede deste Município.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Celso Galvão, em 14 de novembro de 2025.

SIVALDO RODRIGUES ALBINO
Prefeito

Publicado por:
Ricardo Coifman
Código Identificador:7A46121B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2218/2025-GP

"Dispõe sobre exoneração a pedido do servidor, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Servidor(a) **JOÃO BOSCO CARACIOLO BATISTA JUNIOR,** portador(a) do CPF nº: **060.836.224-76**, ocupante do cargo de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, matrícula nº. **26.403**, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal, de acordo com o **Art. 82** e **inciso I** da **Lei nº. 6.123** de **20.07.68**, **ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO,** adotado pelo Município através da **Lei Municipal nº. 2.836** de **22.07.97,** com vigência retroativa a **14 de novembro de 2025**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a **14 de novembro de 2025**.

CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Palácio Municipal Celso Galvão, em 17 de novembro de 2025.

SIVALDO RODRIGUES ALBINO
Prefeito

Publicado por:
Ana Beatriz Maciel Alves
Código Identificador:CA8D08A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2219/2025-GP

"Dispõe sobre exoneração a pedido do servidor, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Servidor(a) **ALYSSON GUILHERME DOS SANTOS NOVATO,** portador(a) do CPF nº: **710.931.474-07**, ocupante do cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO**, matrícula nº. **26.588**, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação Social, de acordo com o **Art. 82** e **inciso I** da **Lei nº. 6.123** de **20.07.68**, **ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO,** adotado pelo Município através da **Lei Municipal nº. 2.836** de **22.07.97,** com vigência retroativa a **10 de novembro de 2025**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a **10 de novembro de 2025**.

CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Palácio Municipal Celso Galvão, em 17 de novembro de 2025.

SIVALDO RODRIGUES ALBINO
Prefeito

Publicado por:
Ana Beatriz Maciel Alves
Código Identificador:E6B06EFA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
ERRATA REFERENTE À SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PREVIAMENTE PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

ERRATA: Na publicação do dia 07/11/2025, realizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco - AMUPE, na página 181-182, Código Identificador: F933EED0, referente a publicação de Solicitação de Orçamento, portanto:

Câmera Instax Mini 11 – Branca 02 Unidades
Leia-se: 03 unidades.

Câmera Digital Preta 2025 Atualização 4K 44MP, Câmeras Digitais para Adolescentes, Câmera Digital Apontar e Fotografar para Crianças com Zoom 16x, Cartão SD de 64 GB, Câmera Pequena Compacta – 02 unidades
Leia-se: 03 unidades.

Mantêm-se inalteradas as demais especificações do documento.

Garanhuns/PE, 17 de novembro de 2025.

NEILTON CAVALCANTE SILVA FALCÃO
Secretário de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal.

Publicado por:
Paulo Sérgio Matos de Almeida
Código Identificador:4DA0CA78

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2025/SECP/PMG PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025/SECP/PMG AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2025/SECP/PMG - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025/SECP/PMG. Critério de julgamento: MAIOR DESCONTO. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para prestar os serviços, sob demanda, de manutenção, adequação e adaptação de infraestrutura urbana, conforme especificações e quantidades existentes no termo de referência. Valor Global Estimado R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), conforme descrito no edital e seus anexos. Início do acolhimento das propostas: 18/11/2025 a partir das 10:00 hrs. Local: Site https://bnccompras.com/. Limite para acolhimento das propostas e abertura das propostas: 03/12/2025 às 10:00hs. Início da sessão de disputa: 03/12/2025 às 11:00 hrs. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Modo de disputa: Aberto. A íntegra do edital poderá ser obtida através do site acima, do Portal da Transparência do município ou através do e-mail: cplgaranhuns@gmail.com (solicitações/envio das 08h às 13h). Informações na sala da Secretaria Executiva de Contratações Públicas, localizada na Rua Siqueira Campos, nº 56 Santo Antônio - Garanhuns/PE. Informações complementares através da Bolsa Nacional de Compras/BNC, Fone: (42) 3026- 4550, e-mail: contato@bnc.org.br.

Garanhuns/PE, 14 de novembro de 2025.

SINVAL RODRIGUES ALBINO
Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:A15E730D

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PE N° 022/2025-PMG

Pelo presente instrumento, com fundamento na legislação vigente, especialmente no artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3.878/2013, ADJUDICO E HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2025 – PMG, referente ao Processo nº 029/2025 – PMG, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual contratação de empresa para futura aquisição parcelada de equipamentos de proteção individual - EPIS, os mesmos destinados aos servidores da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, do município de Garanhuns/PE.
O edital do certame foi regularmente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco – AMUPE, no Diário de Pernambuco e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, com a sessão pública realizada na data previamente estabelecida.
Conforme relatórios extraidos do sistema, após a análise da documentação de habilitação e das propostas apresentadas, bem como as convocações realizadas, constatou-se que as empresas vencedoras atenderam integralmente às exigências do edital. Assim, declara-se como vencedoras as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:
CITY CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (48256518000117) com os lotes: 6 e 11 no valor total de R$ 27.330,00 (vinte e sete mil e trezentos e trinta reais).
RVDA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (41830614000188) com o lote: 28 no valor total de R$ 2.180,00 (dois mil e cento e oitenta reais).
OFICIO UNIFORMES LTDA (17756068000106) com o lote: 27 no valor total de R$ 7.250,00 (sete mil e duzentos e cinquenta reais).
FERREIRA & CONDE SERVICOS & INDUSTRIA LTDA (36545378000118) com os lotes: 19, 20 e 21 no valor total de R$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).
RGK PRODUTOS E SERVICOS LTDA (52815475000130) com o lote: 12 no valor total de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
FORTE SINAL EQUIPAMENTOS EIRELI EPP (26729755000115) com os lotes: 14 e 15 no valor total de R$ 9.000,00 (nove mil reais).
MAF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. (45000491000109) com os lotes: 1, 2, 8, 9, 10, 17, 18, 23, 24 e 25 no valor total de R$ 62.656,50 (sessenta e dois mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).
RA CONFECCOES E UNIFORMES LTDA (10963837000190) com o lote: 5 no valor total de R$ 55.080,00 (cinquenta e cinco mil e oitenta reais).
META EMPENHO SOLUÇÕES LTDA (35503809000110) com o lote: 13 no valor total de R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais).
CABANA MAGAZINE LTDA (51621518000183) com o lote: 3 no valor total de R$ 33.270,00 (trinta e três mil e duzentos e setenta reais).
Diante do exposto, determino a imediata elaboração dos contratos administrativos com as empresas vencedoras, conforme os termos da proposta vencedora e o edital, e autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP,

conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a devida publicidade e transparência do procedimento.

Garanhuns – PE, 17 de novembro de 2025.

SINVAL RODRIGUES ALBINO
Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:7BE5AD89

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 AVISO DE LICITAÇÃO

O **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GARANHUNS**, através da Secretaria de Educação, por intermédio do Pregoeiro Oficial deste Município, com base na Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 049, de 04 de setembro de 2023, Lei nº 3918/2013 e demais legislações aplicáveis, comunica a abertura do **Processo Licitatório nº 018/2025 – Pregão Eletrônico n.º 018/2025 - Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de utensílios e equipamentos de copa, cozinha e estoque para as escolas da Rede Municipal de Ensino de Garanhuns. Valor Global Máximo Admitido: **R$ 486.906,40.** Início do acolhimento das propostas: **19/11/2025** a partir das 09:00h. Local: Site https://bnc.org.br/. Limite para acolhimento das propostas e abertura das propostas: **04/12/2025** às 09:00h. Início da sessão de disputa: **04/12/2025** às 10:00h. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Modo de disputa: Aberto. Edital e anexos: à disposição dos interessados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, no sítio eletrônico: garanhuns.pe.gov.br

WILZA ALEXANDRA CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretária de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:F0EEFBDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

3º Termo Aditivo ao contrato Nº 032/2022 - FMS. Prorrogação da vigência do Contrato referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Hospedagem do sistema de Prontuário Eletrônico do cidadão – PEC – E-SUS para manter o controle e transmissão de dados diários para o Ministério da Saúde – MS. Tendo em vista a indispensabilidade da continuidade da execução dos serviços prestados pela a referida empresa, por se tratar de um serviço essencial, pois a paralisação causará danos irreparáveis aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Contratado: **BRASIL CLOUD SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM LTDA**. CNPJ: 07.951.563/0001-04. Prazo acrescido: 12 meses. Nova vigência: de 29/11/2025 a 29/11/2026.

Garanhuns, 17 de novembro de 2025.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO.
Secretária de Saúde.
Portaria 013/2025 GP

Publicado por:
Gabriela Pereira Leal Calado
Código Identificador:BCA0B0FA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (COMDICA-GG)
ERRATA Nº 001/2025

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GLÓRIA DO GOITÁ/PE

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Glória do Goitá – PE, por meio de sua Presidência e da Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, **torna pública a presente ERRATA**, destinada a ajustar o calendário da Fase de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 001/2025.

1. CONSIDERAÇÕES

• A Lei Federal nº **14.759/2023**, sancionada em **21 de dezembro de 2023**, declarou **feriado nacional** o dia **20 de novembro**, referente ao **Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**.

• O Edital de Chamamento Público nº 001/2025 estabeleceu, originalmente, o período de **20/10/2025 a 20/11/2025** para a entrega de projetos pelas Organizações da Sociedade Civil.

• Tendo em vista que **o último dia do prazo recai integralmente em feriado nacional**, fica **impossibilitado** o recebimento de protocolos na sede do CMDCA, uma vez que não há expediente público nessa data.

• A manutenção do prazo original poderia gerar **prejuízo às OSCs**, violando os princípios administrativos da **legalidade, razoabilidade, publicidade, eficiência, competitividade e isonomia** (art. 37 da CF/88 e art. 5º da Lei 13.019/2014).

• Para garantir a plena participação das entidades, evitar nulidades e assegurar a adequada execução do certame, mostra-se **necessária a prorrogação do prazo de entrega e a readequação de todas as etapas subsequentes**, mantendo a coerência e o encadeamento lógico do cronograma.

2. AJUSTE DO CALENDÁRIO (NOVA TABELA DE ETAPAS)

ETAPA 1 – Publicação do Edital de Chamamento Público
Data Mantida: 20/10/2025

ETAPA 2 – Entrega dos Projetos e Documentações pelas OSCs
Novo período: 20/10/2025 a 21/11/2025
(Prorrogado em 1 dia, em razão do feriado nacional de 20/11/2025.)

ETAPA 3 – Análise e Avaliação das Propostas pela Comissão de Seleção
Novo período: 24/11/2025 a 27/11/2025

ETAPA 4 – Publicação dos Resultados Preliminares
Data mantida: 28/11/2025

ETAPA 5 – Prazo para Interposição de Recursos
Período mantido: 01/12/2025 a 06/12/2025

ETAPA 6 – Análise e Resultado dos Recursos pela Comissão
Data mantida: 09/12/2025

ETAPA 7 – Homologação e Publicação dos Resultados Definitivos
Data mantida: 11/12/2025

ETAPA 8 – Apresentação da Documentação Complementar e Minuta Final
Período mantido: 12/12/2025 a 19/12/2025

ETAPA 9 – Assinatura dos Termos de Fomento
Data mantida: 22/12/2025

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

• Esta ERRATA passa a integrar o Edital de Chamamento Público nº 001/2025 para todos os fins.

• As demais cláusulas permanecem inalteradas.

• A presente publicação garante segurança jurídica ao processo, evita prejuízos às entidades, preserva a competitividade e assegura o cumprimento das normas do MROSC, em especial os princípios do art. 5º da Lei nº 13.019/2014.

Glória do Goitá – PE, 17 de novembro de 2025.

TACIANA VICENTE COSTA DA SILVA
Presidente da Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento
CMDCA/GG

GILSON DO AMARAL LEÃO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA/GG

Publicado por:
Ana Cláudia Araújo de Melo
Código Identificador:4B43C12A

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RELATORIO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICASSÃO

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Em atenção a Sra. Roberta Lúcia Ferreira da Silva

Assunto: Relatório de Classificação e Habilitação

Senhora Secretária,

Foi encaminhada a este Setor de Contratação Direta solicitação para instauração de processo administrativo de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, **em razão do valor**, visando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços informatizados de gestão acadêmica, englobando cessão de direito de uso, instalação, implantação, treinamento, suporte técnico e assistência técnica do sistema, visando a melhoria da eficiência no desempenho das atividades das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, cujas especificações e quantitativos estão descritos no Anexo I – Termo de Referência.

Após verificação da regular instrução processual, observou-se o atendimento aos documentos exigidos: Documento de Formalização da Demanda – DFD, Certidão de Dispensa de ETP, Mapa de Riscos, Metodologia de Cotação com a pesquisa de preços, Declaração de Dotação Orçamentária, Termo de Referência e Aprovação do termo de referência. O edital conforme regulamentação do Município, Decreto n° 09/2025 foi publicado no Diário Eletrônico do Município de Glória do Goitá (http://gloriadogoita.pe.gov.br), cujo edital foi disponibilizado em 08/10/2025. O prazo para apresentação das propostas e documentos de habilitação expirou em 13/10/2025.
Durante o período de divulgação, houve 01 (uma) empresa, qual seja:
SISTEMAS INTELIGENTES EM CONTROLE & AUTOMAÇÃO – CNPJ: 57.798.416/0001-14

Analisamos a proposta e documentos de habilitação das empresas, verificamos:
SISTEMAS INTELIGENTES EM CONTROLE & AUTOMAÇÃO – CNPJ: 57.798.416/0001-14

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR MENSAL R$	VALOR TOTAL R$
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços informatizados de gestão acadêmica, englobando cessão de direito de uso, instalação, implantação, treinamento, suporte técnico e assistência técnica do sistema, visando a melhoria da eficiência no desempenho das atividades das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino	Mês	5	R$ 5.000,00	R$ 25.000,00
VALOR TOTAL					**R$ 25.000,00**

Conforme verificado na planilha acima a empresa **SISTEMAS INTELIGENTES EM CONTROLE & AUTOMAÇÃO – CNPJ: 57.798.416/0001-14** apresentou proposta válida em termos de valor, assim como atendeu os pré-requisitos de documentações e prova de conceito conforme exigência do edital.

Conclusão
Informamos que a empresa **SISTEMAS INTELIGENTES EM CONTROLE & AUTOMAÇÃO**, com a proposta **de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), está com documentação habilitatória completa.**
Ressaltamos que a análise ora realizada por este setor limita-se à verificação formal e procedimental, não implicando juízo de valor quanto à conveniência ou oportunidade da contratação, tampouco quanto à capacidade técnica ou à veracidade das informações apresentadas pela contratada, cabendo à autoridade competente a decisão final quanto à contratação.

Assim, diante de todo o exposto, encaminha-se o presente processo administrativo à autoridade competente, para que, conforme os ditames da Lei nº 14.133/2021, seja dada a devida continuidade.

Glória do Goitá, 18 de novembro de 2025

VERIDIANA MARIA TEIXEIRA DA LUZ SILVA
Condutora de Contratação Direta
Prefeitura Municipal de Glória do Goitá

Publicado por:
Veridiana Maria Teixeira da Luz Silva
Código Identificador:DBA8D7F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas no processo, bem como, em consideração ao parecer jurídico referencial emitido e acostado nos autos do processo, referente a Dispensa n° 050/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços informatizados de gestão acadêmica, englobando cessão de direito de uso, instalação, implantação, treinamento, suporte técnico e assistência técnica do sistema, visando a melhoria da eficiência no desempenho das atividades das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, cujas especificações e quantitativos estão descritos no Anexo I – Termo de Referência.

Empresa: **SISTEMAS INTELIGENTES EM CONTROLE & AUTOMAÇÃO – CNPJ: 57.798.416/0001-14**

Do Valor: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Em conformidade com o presente processo de dispensa de licitação, com fulcro no Art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, considerando toda acostado nos autos do presente processo, dando cumprimento ao que dispõe o art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Glória do Goitá, 18 de novembro de 2025

ROBERTA LÚCIA FERREIRA DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Veridiana Maria Teixeira da Luz Silva
Código Identificador:C9264651

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ - GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO À NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA DE PADRÃO NACIONAL

Termo de Adesão do MUNICÍPIO DE Gloria do Goitá-PE ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, entre as

administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), objetivando a adesão ao padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica, bem como exercer opção por produtos disponíveis pelo Sistema Nacional da NFS-e, de acordo com o disposto no artigo 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

O **MUNICÍPIO DE GLORIA DO GOITÁ-PE**, CNPJ 11.049.814/0001-37, neste ato representado pelo seu Prefeito, Jaime de Lima Gomes Sobrinho, CPF nº 745.482.554-00, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 100 e no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ora denominado **ADERENTE**:
Considerando que o Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, que dispõe sobre as regras relativas à instituição de um padrão nacional para a Nota Fiscal de Serviço eletrônica (Protocolo ENAT nº 11, de 2015), institui o Sistema Nacional da NFS-e e estabelece o modelo deste Termo de Adesão ao Convênio,
resolve firmar, por seus representantes legais, o presente Termo de Adesão ao Convênio da NFS-e que se regerá pelas cláusulas seguintes:

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a adesão ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, visando adotar o padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e), com o consequente compartilhamento dos documentos fiscais, e integrar o Sistema Nacional da NFS-e, sem prejuízo da legislação nacional referente aos sigilos comercial e fiscal.

DAS CONDIÇÕES

O aderente se obriga às cláusulas do CONVÊNIO.

DA VIGÊNCIA

O presente TERMO é parte integrante do CONVÊNIO e terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura.
Na ocorrência de ajustes ao CONVÊNIO, este termo fica tacitamente ratificado, sem prejuízo ao direito ulterior de distrato.

DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente TERMO é de responsabilidade do ADERENTE, a ser formalizada em seus diários oficiais, ou em outros instrumentos de grande circulação.

O signatário firma o presente TERMO para que produza os efeitos legais e resultantes de direito.

Gloria do Goitá-PE, 17 de novembro de 2025

JAIME DE LIMA GOMES SOBRINHO

Publicado por:
Ana Cláudia Araújo de Melo
Código Identificador:001E47BE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GOIANA

AUTARQUIA MUNICIPAL DO ENSINO SUPERIOR DE GOIANA
PORTARIA N° 101/2025.

Constitui Banca Técnica para Análise e Consolidação do Edital e do Processo Simplificado para Provimento do Cargo de Diretor(a) Interino(a) da FADIMAB.

A **Presidente da Autarquia Municipal de Ensino Superior de Goiana – AMESG**, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº 2.755/2025 e o Regimento Interno da Autarquia,

CONSIDERANDO a vacância dos cargos de Diretora e Vice-Diretora da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Goiana – FADIMAB, em razão dos pedidos de destituição apresentados pelas servidoras ocupantes;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade administrativa, acadêmica e institucional da FADIMAB, assegurando a legalidade, transparência e regularidade do processo de escolha da nova Direção;

CONSIDERANDO a urgência de análise técnica do edital, das normas internas vigentes e dos procedimentos eleitorais aplicáveis, diante das recomendações emitidas pela empresa Orienta Consultoria e da inexistência de quadro técnico suficiente na Autarquia para realização exclusiva desta tarefa;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público e a competência da Presidência para designar comissões, bancas e grupos técnicos de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Banca Técnica de Análise do Edital e do Processo Seletivo Simplificado para provimento do cargo de Diretor(a) Interino(a) da FADIMAB, com a seguinte composição:

I – Camila Ingrid Pereira Santana dos Santos, Assessora Jurídica da AMESG;
II – Arquimedes Mercedes de Oliveira Júnior, representante da Escola de Governo da AMESG;
III – Carlos Henrique Tenório Almeida do Nascimento, representante técnico da Empresa Orienta Consultoria.

Art. 2º. Compete à Banca Técnica:
I – Analisar a legislação municipal, o regimento interno da FADIMAB e normas correlatas;
II – Revisar, ajustar e validar o edital do processo eleitoral para escolha do Diretor(a) Interino(a);
III – Propor critérios objetivos, transparentes e compatíveis com as exigências acadêmicas e administrativas da Autarquia;
IV – Consolidar parecer técnico conjunto para apreciação da Presidência;
V – Acompanhar e orientar os trâmites necessários para a execução regular do processo eleitoral.

Art. 3º. A Banca Técnica deverá apresentar relatório conclusivo no prazo de até 10 (dez) dias, prorrogável mediante justificativa.

Art. 4º. Os trabalhos da Banca terão caráter técnico, consultivo e temporário, extinguindo-se após a conclusão do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goiana, 17 de novembro de 2025.

MARIA DANYELLE SENA FALCÃO DE MELO
Presidente da AMESG

Publicado por:
Tiago José Oliveira de Barros
Código Identificador:F5D27359

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL
INEXIGIBILIDADE Nº 672/2025

EXTRATO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Espécie: Inexigibilidade nº 672/2025
Base Legal: Art. 74, inc. II, da lei nº 14.133/2021

Processo Administrativo: 730/2025
Contratante: José Ítalo César Cunha, Secretário de Turismo e Desenvolvimento Cultural.
Contratada: TBC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o N.º 21.233.393/0001-53.
Atração: Baile do Menino Deus.
Objeto: Aquisição de cota de patrocínio apresentador do espetáculo cultural "Baile do Menino Deus – Edição Goiana 2025".
Preço Global: R$ 450.00,00 (Quatrocentos e Cinquenta Mil reais).
Prazo: A execução do serviço se dará no dia 06 de novembro de 2025, de acordo com o Termo de Referência.
Dotação Orçamentária: Dotação: 13.392.0098.2162.0000 – Realizações de Festividades do Calendário de Eventos
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Ratificação: 10 de novembro de 2025, por José Ítalo César da Cunha, Secretário de Turismo e Desenvolvimento Cultural.
Fiscal: Izabela Henrique Nunes Machado, Portaria nº 1198/2025.
Recurso Financeiro: Recurso Próprio
Goiana, 17 de novembro de 2025.

Publicado por:
Pedro Onofre da Rocha Ferraz
Código Identificador:C0937998

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GRANITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO
DECRETO N° 053 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 ALTERA A DATA DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL DE GRANITO, EM RAZÃO DO FERIADO NACIONAL DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO N° 053 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

ALTERA A DATA DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL DE GRANITO, EM RAZÃO DO FERIADO NACIONAL DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRANITO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, declarou feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro;

CONSIDERANDO que o feriado nacional recairá em uma quinta-feira, data ordinária da feira livre municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o regular funcionamento da feira livre, bem como assegurar a organização logística de feirantes, consumidores e da estrutura administrativa municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada para o dia 19 de novembro de 2025 (quarta-feira) a realização da Feira Livre Municipal de Granito, em virtude do feriado nacional do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro**.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Granito-PE, 17 de novembro de 2025.

GEORGE WASHINGTON PEREIRA ALENCAR
Prefeito

PREFEITURAMUNICIPALDEGRANITO-PE

*Matéria publicada no mural de avisos da sede da Prefeitura Municipal de Granito (PE), no dia**17/11/2025**, atendendo as disposições do Art. 97, I, "b" da CE/PE.*
Doufé,

Publicado por:
Mikaelly Ramos Barros
Código Identificador:79238175

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GRAVATÁ

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PL 196/2025 - PE 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N° 196/2025 – PREGÃO ELETRONICO N° 072/2025 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE RUA EM PARALELOS GRANÍTICOS NA RUA PRIMEIRO DE JANEIRO, NO BAIRRO DO CRUZEIRO NO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ/PE, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO E PLANILHAS, ANEXOS AO EDITAL. **Valor Máximo Estimado:** R$ 606.872,43 (seiscentos e seis mil oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos). **Portal:** www.bnc.org.br **Início de Acolhimento de proposta**: 18/11/2025 as 08:30. **Abertura de Propostas:** 02/12/2025 as 08:30. **Disputa de Preços**: 02/12/2025 as 09:30. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados através do *e-mail*: cpl@gravata.pe.gov.br.

Gravatá, 17 de outubro de 2025.

VICTOR HUGO DE MENEZES
Pregoeiro - PMG

Publicado por:
Victor Hugo de Menezes
Código Identificador:991A085C

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PL 199/2025 - PE 075/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N° 199/2025 – PREGÃO ELETRONICO N° 075/2025 – **Objeto:** FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO VISANDO À AQUISIÇÃO DE **UM VEÍCULO URBANO DE CARGA (VUC)**, COM CARROCERIA PARA TRANSPORTE DE CARGA SECA, DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL, ESPECIFICAMENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CONDIÇÕES E DEMAIS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I, DO EDITAL.**Valor Máximo Estimado:** R$ 239.913,33 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e treze reais e trinta e três centavos). **Portal:** www.bnc.org.br **Início de Acolhimento de proposta**: 18/11/2025 as 08:30. **Abertura de Propostas:** 02/12/2025 as 08:30. **Disputa de Preços**: 02/12/2025 as 11:30. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados através do *e-mail*:cpl@gravata.pe.gov.br.

Gravatá, 17 de novembro de 2025.

VICTOR HUGO DE MENEZES
Pregoeiro - PMG

Publicado por:
Victor Hugo de Menezes
Código Identificador:EDE46A4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 063/2025

EMENTA: Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais da administração direta e Indireta no dia 21 de novembro de 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, Estado de Pernambuco no uso das atribuições legais, e no uso do que lhe confere o inciso V, do Art. 59, da Lei Orgânica do Município e,
CONSIDERANDO que em consonância com a Lei Orgânica Municipal compete privativamente ao Prefeito dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Decreta ponto facultativo no dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira) nas repartições públicas municipais da administração direta e indireta.
Art. 2º O disposto no Art. 1º deste decreto não se aplica aos seguintes serviços essenciais:
I – Urgência e emergência;
II – Serviços de saneamento;
III – Serviços de coleta de volumosos;
IV – Serviços de terraplanagem;
V – Outras atividades que não possam sofrer descontinuidade.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Joaquim Didier, 17 de novembro de 2025.

JOSELITO GOMES DA SILVA
Prefeito do Município de Gravatá

Publicado por:
Idelfonso da Silva Júnior
Código Identificador:27F5D7C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - SECRETARIA DE SAÚDE
AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 179/2025-CPL. Pregão Eletrônico nº 063/2025. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REMANEJAMENTO E INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS DO TIPO SPLIT, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS A INSTALAÇÃO, A SEREM EXECUTADOS NOS APARELHOS PERTENCENTES ÀS UNIDADES DA REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I, DO EDITAL. **Empresa**: BRUNO DA SILVA BARROS. CNPJ nº 44.696.196/0001-76, localizada a AV. da Republica, nº 28, bairro Mauricio De Nassau, Caruaru/PE. **Lote Único**. **Valor Global**: R$201.500,00 (duzentos e um mil e quinhentos reais). Classificada e habilitada no certame. Diante do resultado a secretaria de Saúde comunica a Adjudicação e Homologação do objeto em favor da empresa vencedora em 17 de novembro de 2025.

VIVIANE RIBEIRO SALGADO SANJURJO –
Secretária de Saúde.

Publicado por:
Alice Bernardino da Silva
Código Identificador:761F307A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IATI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 364/2025

PORTARIA No 364/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IATI, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no Art. 79, inciso XLII da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e a Lei Municipal n.º 127/97 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais, de 31 de março de 1997.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Férias ao servidor abaixo relacionado, no período de 30 dias, referente ao exercício 2024 de acordo com a Lei Municipal n.º 127/97.

NOME	SECRETARIA
JOSE ANTONIO ALVES VIEIRA	SAUDE

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, cumpre-se e publique-se.

Iati - PE, em 17 de junho de 2025.

CAMILA APARECIDA TENÓRIO SOUTO DE SOUZA
- Prefeita-

Publicado por:
Flávia Ramos Barros
Código Identificador:27DD1564

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 365/2025

PORTARIA No 365/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IATI, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no Art. 79, inciso XLII da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e a Lei Municipal n.º 127/97 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais, de 31 de março de 1997.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Férias ao servidor abaixo relacionado, no período de 30 dias, referente ao exercício 2024 de acordo com a Lei Municipal n.º 127/97.

NOME	SECRETARIA
EDILENE MARTINS DE ALBUQUERQUE	SAUDE

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, cumpre-se e publique-se.

Iati - PE, em 17 de junho de 2025.

CAMILA APARECIDA TENÓRIO SOUTO DE SOUZA
- Prefeita-

Publicado por:
Flávia Ramos Barros
Código Identificador:2EB46A5B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 366/2025

PORTARIA No 366/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IATI, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no Art. 79, inciso XLII da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e a Lei Municipal n.º 127/97 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais, de 31 de março de 1997.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Férias ao servidor abaixo relacionado, no período de 30 dias, referente ao exercício 2024 de acordo com a Lei Municipal n.º 127/97.

NOME	SECRETARIA
JOSEFA ARGEMIRA BASTOS DA SILVA	SAUDE

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, cumpre-se e publique-se.

Iati - PE, em 17 de junho de 2025.

CAMILA APARECIDA TENÓRIO SOUTO DE SOUZA
- Prefeita-

Publicado por:
Flávia Ramos Barros
Código Identificador:0B79B4E5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 367/2025

PORTARIA No 367/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IATI, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no Art. 79, inciso XLII da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e a Lei Municipal n.º 127/97 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais, de 31 de março de 1997.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Férias ao servidor abaixo relacionado, no período de 30 dias, referente ao exercício 2024 de acordo com a Lei Municipal n.º 127/97.

NOME	SECRETARIA
SUELI SOUZA COSTA CORDEIRO	SAUDE

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, cumpre-se e publique-se.

Iati - PE, em 17 de junho de 2025.

CAMILA APARECIDA TENÓRIO SOUTO DE SOUZA
- Prefeita-

Publicado por:
Flávia Ramos Barros
Código Identificador:207ACCC2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 368/2025

PORTARIA No 368/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IATI, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no Art. 79, inciso XLII da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e a Lei Municipal n.º 127/97 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais, de 31 de março de 1997.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Férias ao servidor abaixo relacionado, no período de 30 dias, referente ao exercício 2024 de acordo com a Lei Municipal n.º 127/97.

NOME	SECRETARIA
CARLOS ANDRE RUFINO COSTA	SAUDE

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, cumpre-se e publique-se.

Iati - PE, em 17 de junho de 2025.

CAMILA APARECIDA TENÓRIO SOUTO DE SOUZA
- Prefeita-

Publicado por:
Flávia Ramos Barros
Código Identificador:E6A19DE1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 369/2025

PORTARIA No 369/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IATI, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no Art. 79, inciso XLII da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e a Lei Municipal n.º 127/97 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais, de 31 de março de 1997.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Férias ao servidor abaixo relacionado, no período de 30 dias, referente ao exercício 2024 de acordo com a Lei Municipal n.º 127/97.

NOME	SECRETARIA
MARIA APARECIDA SOARES RAMOS	SAUDE

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, cumpre-se e publique-se.

Iati - PE, em 17 de junho de 2025.

CAMILA APARECIDA TENÓRIO SOUTO DE SOUZA
- Prefeita-

Publicado por:
Flávia Ramos Barros
Código Identificador:FE6863E9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 370/2025

PORTARIA No 370/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IATI, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no Art. 79, inciso XLII da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e a Lei Municipal n.º 127/97 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais, de 31 de março de 1997.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Férias ao servidor abaixo relacionado, no período de 30 dias, referente ao exercício 2024 de acordo com a Lei Municipal n.º 127/97.

NOME	SECRETARIA
ANSELMA PEREIRA DOS SANTOS	SAUDE

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, cumpre-se e publique-se.

Iati - PE, em 17 de junho de 2025.

CAMILA APARECIDA TENÓRIO SOUTO DE SOUZA
- Prefeita-

Publicado por:
Flávia Ramos Barros
Código Identificador:63A4C779

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IBIMIRIM

COMISSÃO PREMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE RETIFICAÇÃO

Na publicação do PROCESSO LICITATÓRIO N° 113/2025. CONCORRÊNCIA N ° 008/2025 veiculada no Diário Oficial dos Municípios - AMUPE do dia 17/11/2025, na página 64, Edição número 3.973, ALTERA-SE o seguinte: Onde lê-se: INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 17/11/2025; FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 03/12/2025; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 03/12/2025. Leia-se: INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 18/11/2025; FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 04/12/2025; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 04/12/2025. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Ibimirim - PE, 18 de novembro de 2025.

JASIEL SOUZA SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jasiel Souza Santos
Código Identificador:3C058E9B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IGARASSU

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº6860/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IGARASSU, no Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a determinação do Governo do Estado de Pernambuco, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o ponto facultativo no dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira), em virtude do feriado nacional do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado no dia 20 de novembro de 2025 (quinta-feira), em todas as Secretarias, Órgãos Municipais e Entidades da Administração Direta e Indireta, exceto os órgãos que, em razão da sua natureza e do serviço prestado, precisem funcionar ininterruptamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e,
Publique-se.

Palácio de Afonso Gonçalves – Igarassu/PE, em 14 de novembro de 2025.

ELCIONE DA SILVA RAMOS PEDROZA BARBOSA
Prefeita do Município de Igarassu

Publicado por:
Adriana Teotonio Bezerra Rodrigues
Código Identificador:2931CBBA

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2025, COMISSÃO: CPL I, MODALIDADE/N°: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2025,

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS SEGUINTES LOGRADOUROS: ESTRADA DE PITANGA, SÍTIO LIRA, ESTRADA DE INHAMÃ E AVENIDA JOÃO DE DEUS, NO MUNICÍPIO DE IGARASSU/PE.** Valor Máximo Aceitável: **R$ 1.681.653,50 (um milhão seiscentos e oitenta e um mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).** RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 09h00 do dia **18.11.2025**; FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h59 do dia **02.12.2025**; ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h00 do dia **02.12.2025**; **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00 do dia 02.12.2025**; REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF); LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).
Igarassu, 17 de novembro de 2025.

RAFAELA GALDINO DA SILVA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Rafaela Galdino da Silva
Código Identificador:C8B9B250

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 1° ADITIVO DO CONTRATO Nº 291/2024, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO Nº 138/2024, INEXIGIBILIDADE Nº 135/2024.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a renovação da vigência, pelo prazo por 12 (doze) meses, e reajuste, proporcional a 5,625080%, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), do Contrato nº **291/2024,** referente à **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ASSESSORIA CONTÁBIL, TAMBÉM COMO CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS DE CONVÊNIOS, EMENDA PARLAMENTAR DE ESFERA ESTADUAL; PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS REPASSADOS ÀS CONTAS ESPECÍFICAS DO FEM; PROGRAMAS DO MEC/FNDE DO SISTEMA DE GESTÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS-SIGPC E NO SISTEMA DE GESTÃO BB ÁGIL, INERENTE AOS RECURSOS REPASSADOS PELO FNDE; ELABORAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO – SIOPE; DEMONSTRATIVOS DOS RECURSOS TRANSFERIDOS À CONTA ESPECÍFICA DO FUNDEB PARA ATENDER A EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO; ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS NO AGILIZA SUAS/BB GESTÃO ÁGIL, FACE AOS RECURSOS REPASSADOS PELO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS, PREENCHIMENTO DO**

RESUMO EXECUTIVO DO PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINACIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL; E ELABORAÇÃO DE CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS E DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS.. Iniciando seus efeitos em **27/08/2025 a 26/08/2026. CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA. **CONTRATADA: ALBUQUERQUE E CORREIA CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA**, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **20.538.480/0001-56. VALOR DO ADITIVO:** R$ 354.900,24 (trezentos e cinquenta e quatro mil e novecentos reais, e vinte e quatro centavos). **ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0207, Unidade Orçamentária: 020701, Ação Governamental: 2.054; Despesa Orçamentária: 3.3.90.35.00, Fonte de Recurso: 1.500.0000. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 22 de agosto de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:58A60388

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 1° ADITIVO DO CONTRATO Nº 296/2024, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2024.

OBJETO: Constitui o objeto do presente instrumento a renovação, por 12 (doze) meses, e o reajuste de aproximadamente 6,333790% - de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE) - do valor total do Contrato nº 296/2024, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS A LOCOMOÇÃO DE SERVIDORES, TRANSPORTE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, BEM COMO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE MUNÍCIPES USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IGARASSU.** Iniciando seus efeitos entre **31/08/2025 e 30/08/2026. CONTRATANTE:** Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas. **CONTRATADA: OFILOC LOCADORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº **05.531.022/0001-10**. **VALOR DO ADITIVO:** R$ 41.470,20 (quarenta e um mil, quatrocentos e setenta reais, e vinte centavos. **ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0206, Unidade Orçamentária: 020602; Ação Governamental: 2.037; Despesa Orçamentária: 3.3.90.39.00, Fonte de Recurso: 1.500.0000. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 29 de agosto de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:9BF9C165

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 2° ADITIVO DO CONTRATO Nº 483/2023 FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2023.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a renovação da vigência, pelo prazo de 12 (doze) meses, e as alterações da gestão e da fiscalização do Contrato nº **483/2023,** referente à **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE PRESTAM SERVIÇOS COM SEDE NO MUNICÍPIO DE IGARASSU PARA REALIZAÇÃO DE VENDAS DE FORMA CONSIGNADA AOS SERVIDORES, EFETIVOS, COMISSIONADOS, CONTRATADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS VINCULADOS AO MUNICÍPIO DE IGARASSU.** Iniciando seus efeitos em **12/09/2025 a 11/09/2026. CONTRATANTE:** Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas. **CONTRATADA: ODONTOPREV S.A.,** inscrita no **CNPJ nº 58.119.199/0014-76**. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 07 de outubro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:B56D7992

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 2° ADITIVO DO CONTRATO Nº 496/2023, REALIZADA ATRAVÉS DA INEXIGIBILIDADE Nº. 089/2023 – PROCESSO Nº. 091/2023.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a renovação da vigência, pelo prazo por 12 (doze) meses, do Contrato nº **496/2023,** referente à **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DESTINADOS À GESTÃO INTEGRADA PÚBLICA, ENVOLVENDO OS SERVIÇOS DE CONVERSÃO, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DO SIAFIC.** Iniciando seus efeitos em **20/09/2025 a 19/09/2026. CONTRATANTE:** DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO DE IGARASSU. **CONTRATADA: ROBERVANIA ALVES OLIVEIRA MENDONÇA INFORMATICA LTDA, INSCRITA NO CNPJ nº 49.889.364/0001-63. VALOR DO ADITIVO: R$ 60.000,00** (sessenta mil reais). **ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0403, Unidade Orçamentária: 040300; Ação Governamental: 2.027; Despesa Orçamentária: 3.3.90.39.00, Fonte de Recurso: 1.500.0000. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 05 de setembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:20F9529B

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 3° ADITIVO DO CONTRATO Nº 418/2023, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2022, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2022 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2022, ADESÃO Nº 006/2023.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento o acréscimo de aproximadamente 25% das quantidades do item 1 e do item 2, este último equivalente a 6 (seis) meses de locação de 1 (uma) impressora, do Contrato nº **418/2023,** referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE INSUMOS, EXCETO PAPEL, SOB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, PARA APARELHAR AS DEPENDÊNCIAS DA DECONUR – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO. CONTRATANTE:** DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO DE IGARASSU. **CONTRATADA: INFORPRINT MATERIAIS LTDA, CNPJ Nº 35.529.023/0001-72. VALOR DO ADITIVO:** R$ 8.785,86 (oito mil, setecentos e oitenta e cinco reais, e oitenta e seis centavos). **ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0403, Unidade Orçamentária: 040300; Ação Governamental: 2.027; Despesa Orçamentária: 3.3.90.39.00, Fonte de Recurso: 1.500.0000. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 01 de setembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:A1C88957

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 3° ADITIVO DO CONTRATO Nº 663/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2022, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a renovação no prazo de 12(doze) meses do Contrato nº **663/2022,** referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE, INCLUINDO, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO PARA GESTÃO ESCOLAR, COM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM PARA ALUNOS E PROFESSORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS DE IGARASSU-PE. Iniciando seus efeitos em **28/10/2025 à 27/10/2026. CONTRATANTE:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **CONTRATADA: SOFTVALLE SOLUÇÕES INOVADORAS LTDA**, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.721.113/0001-00. **VALOR DO ADITIVO: R$ 11.533,28** (onze mil quinhentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos)**,** totalizando um valor anual de **R$ 138.399,36** (cento e trinta e oito mil trezentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos). **ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0302, Unidade Orçamentária: 030200; Ação Governamental: 2.000; Despesa Orçamentária: 3.3.90.39.00, Fonte de Recurso: 1.500.1001. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 22 de outubro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:20F27780

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS ELÉTRICAS E MANUAIS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU E SEUS ANEXOS. **CONTRATANTE**: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO DE IGARASSU. **CONTRATADA: D'TERRA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº **46.702.360/0001-36**. **VALOR DO CONTRATO: R$ 818,39** (oitocentos e dezoito reais, e trinta e nove centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ORGÃO: 0403; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 040300; AÇÃO GORVERNAMENTAL: 2.027; DESPESA ORÇAMENTARIA: 3.3.90.30.00; FONTE DE RECURSO: 1.500.0000. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 15 de setembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:C8079E92

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS ELÉTRICAS E MANUAIS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU E SEUS ANEXOS. **CONTRATANTE**: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO DE IGARASSU. **CONTRATADA: G. F. DA SILVA COMÉRCIO, SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº **32.457.597/0001-94. VALOR DO CONTRATO: R$ 3.151,12 (três mil, cento e cinquenta e um reais, e doze centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ORGÃO: 0403; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 040300; AÇÃO GORVERNAMENTAL: 2.027; DESPESA ORÇAMENTARIA: 3.3.90.30.00; FONTE DE RECURSO: 1.500.0000. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 15 de setembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:2BD53BDF

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 340/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS ELÉTRICAS E MANUAIS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU E SEUS ANEXOS. CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO DE IGARASSU. **CONTRATADA: GM COMÉRCIO LTDA**, CNPJ Nº **50.547.931/0001-82. VALOR DO CONTRATO:** R$ 1.305,40 (um mil, trezentos e cinco reais, e quarenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ORGÃO: 0403; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 040300; AÇÃO GORVERNAMENTAL: 2.027; DESPESA ORÇAMENTARIA: 3.3.90.30.00; FONTE DE RECURSO: 1.500.0000. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 15 de setembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:B4871356

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 341/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2024, PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2024.

OBJETO: a eventual Aquisição de Água Mineral Sem Gás para atender as necessidades das unidades públicas da Prefeitura Municipal de Igarassu-PE, acondicionada em galões de 20 litros sob o regime de comodato, garrafas de 500ml e copos de 200ml**. CONTRATANTE**: Secretaria de Políticas Sociais e Educação Profissional. **CONTRATADA: A & J COMÉRCIO DE GÁS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.765.516/0001-39**. VALOR DO CONTRATO:** R$ 17.712,10 (dezessete mil, setecentos e doze reais, e dez centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

ÓRGÃO	UNIDADE	AÇÃO GOVERNAMENTAL	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO
0217	021700	2.122	3.3.90.30.00	1.500.0000
0217	021701	2.129	3.3.90.30.00	1.500.0000
0217	021702	2.123	3.3.90.30.00	1.500.0000
0303	030300	2.133	3.3.90.30.00	1.660.0000
0303	030300	2.138	3.3.90.30.00	1.660.0000
0303	030300	2.135	3.3.90.30.00	1.660.0000
0303	030300	2.160	3.3.90.30.00	1.500.0000

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 15 de setembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:D75F517C

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 342/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2024, PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2024.

OBJETO: eventual fornecimento contínuo e sob demanda de Gás Liquefeito de Petróleo-GLP, acondicionado em botijões de 13 kg e cilindro de 45 kg, para abastecer as cozinhas e copas dos prédios públicos da Prefeitura Municipal de Igarassu-PE. **CONTRATANTE**: Secretaria de Políticas Sociais e Educação Profissional. **CONTRATADA: A & J COMERCIO DE GAS LTDA**, inscrita no

CNPJ sob o nº 08.765.516/0001-39**. VALOR DO CONTRATO:** R$ 10.116,90 (dez mil, cento e dezesseis reais, e noventa centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

ÓRGÃO	UNIDADE	AÇÃO GOVERNAMENTAL	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO
0217	021700	2.122	3.3.90.30.00	1.500.0000
0217	021701	2.129	3.3.90.30.00	1.500.0000
0303	030300	2.133	3.3.90.30.00	1.660.0000
0303	030300	2.138	3.3.90.30.00	1.661.0000
0303	030300	2.160	3.3.90.30.00	1.500.0000

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 15 de setembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:A6F1DFFC

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 404/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2025.

OBJETO: aquisição de instrumentos musicais para as Bandas marciais das Escolas vinculadas a rede Municipal de Ensino de Igarassu e do projeto da AFROTECA. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARASSU. **CONTRATADA: BR3 COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o Nº 46.700.625/0001-67. **VALOR DO CONTRATO:** R$ 69.949,32 (sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais, e trinta e dois centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0302, Unidade Orçamentária: 030201; Ação Governamental: 1.001; Despesa Orçamentária: 4.4.90.52.00; Fonte de Recurso: 1.50.1001. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO**: 3 de novembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:245DBF36

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 405/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2025.

OBJETO: aquisição de instrumentos musicais para as Bandas marciais das Escolas vinculadas a rede Municipal de Ensino de Igarassu e do projeto da AFROTECA. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARASSU. **CONTRATADA: GS COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.559.500/0001-47. **VALOR DO CONTRATO:** R$ 66.519,38 (sessenta e seis mil, quinhentos e dezenove reais, e trinta e oito centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0302, Unidade Orçamentária: 030201; Ação Governamental: 1.001; Despesa Orçamentária: 4.4.90.52.00; Fonte de Recurso: 1.50.1001. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO**: 3 de novembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:1B9A55FF

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 406/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2025.

OBJETO: aquisição de instrumentos musicais para as Bandas marciais das Escolas vinculadas a rede Municipal de Ensino de Igarassu e do projeto da AFROTECA. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARASSU. **CONTRATADA: R&A ELETROELETRONICO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº **24.112.017/0001-07. VALOR DO CONTRATO:** R$ 54.427,86 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais, e oitenta e seis centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0302, Unidade Orçamentária: 030201; Ação Governamental: 1.001; Despesa Orçamentária: 4.4.90.52.00; Fonte de Recurso: 1.50.1001. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO**: 3 de novembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:44B078AF

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 407/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2025.

OBJETO: aquisição de instrumentos musicais para as Bandas marciais das Escolas vinculadas a rede Municipal de Ensino de Igarassu e do projeto da AFROTECA. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARASSU. **CONTRATADA: SERESTA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 45.557.614/0001-07**. VALOR DO CONTRATO:** R$ 32.906,78 (trinta e dois mil, novecentos e seis reais, e setenta e oito centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0302, Unidade Orçamentária: 030201; Ação Governamental: 1.001; Despesa Orçamentária: 4.4.90.52.00; Fonte de Recurso: 1.50.1001. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO**: 3 de novembro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:56BF03B8

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO TERMO DE RECISÃO/DISTRATO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 482/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2023 – DISPENSA Nº 016/2023.

OBJETO: Fica rescindido a partir da assinatura do presente termo, o Contrato nº 482/2023 tem como contratado o Sr. **JOSÉ JURANDIR ALVES SÁ**, inscrito no CPF sob o nº 029.***.***-88 e portador do RG n°. 5.***.090 SSP/PE, residente e domiciliado à Rua João Santos Filho, 14-A, Nova Cruz II – Igarassu/PE, CEP: 53660-000, que originou o Contrato de Locação de Imóvel nº 482/2023, cujo objeto é **LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOÃO SANTOS FILHO, 14/A, NOVA CRUZ II, IGARASSU/PE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CUJA FINALIDADE É O FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA-USF NOVA CRUZ II, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, iniciando seus efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2025, conforme solicitação da Contratante, consoante disposto no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93. **CONTRATANTE**: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARASSU/PE. **CONTRATADA: Sr. JOSÉ JURANDIR ALVES SÁ**, inscrito no CPF sob o nº 029.***.***-88. **DATA DA ASSINATURA:** 28 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:95873EDB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IGUARACY

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 039/2025.

DECRETO N° 039/2025.

EMENTA: Decreta Ponto Facultativo e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **DECRETADO** Ponto Facultativo, o dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira), para as repartições públicas e autárquicas do Município, em virtude das comemorações alusivas ao Dia da Consciência Negra.

Art. 2º - Os órgãos e repartições públicas municipais não funcionarão na data mencionada no artigo anterior, ressalvados os serviços essenciais, tais como: unidades de saúde de urgência e emergência; limpeza pública; segurança e defesa civil; e outros serviços que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção.

Art. 3º - Este Decreto não se aplica às atividades da iniciativa privada, que poderão funcionar a critério de seus responsáveis.

Art. 4º - Este Decreto entrará em virgor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de novembro de 2025.

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA NETO
Prefeito

Publicado por:
Gladstone Ramos da Silva Junior
Código Identificador:41B880EE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE INGAZEIRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 391/2025

Lei nº 391/2025.

Ementa: Dispõe sobre o Plano Plurianual do município para o quadriênio 2026/2029 e dá outras providências.

LUCIANO TORRES MARTINS, Prefeito Municipal de Ingazeira, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e eu **SANCIONO** o seguinte Ato Normativo:

CAPÍPULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção I
Das disposições Preliminares

Art.1º Ficam estabelecidos o Plano Plurianual do Município de Ingazeira para o período de 2026 a 2029 em cumprimento ao dispositivo do inciso I do art. 165 da constituição Federal.

Art.2º O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

Seção II
Das Definições e Conceitos

Art.3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:
Plano, o conjunto de documentos elaborados com a finalidade de materializar o planejamento governamental por meio de programas e ações, compreendendo desde o nível estratégico até o nível operacional, bem como propiciar a avalição e a instrumentalização do controle.
Programa, o instrumento de organização de atuação governamental que articula um conjunto de ações, que concorrem para a caracterização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual, visando a solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;
Ações, operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa;
Projeto, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo;
Atividade, e o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, dos quais resulta um produto necessário a manutenção da ação de governo;
Operação Especial, corresponde às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resultam um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, constituindo em despesas financeiras com o pagamento de inativos, amortização e serviços da dívida, precatórios e outros;
Programa Temático, expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade;
Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado, expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e a manutenção da atuação governamental;
Objetivo, expressa o propósito de solucionar demandas, carências ou problemas da sociedade, por meio de programas de trabalho que integram o Plano Plurianual, onde são discriminadas as ações que serão realizadas;
Metas, são os objetivos quantificados;
Órgão Orçamentário, maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentarias;
Unidade orçamentaria, menor nível de classificação institucional agrupada em órgãos orçamentários;
Produto, resultado de cada ação especifica, expresso sob a forma de bem ou serviço posto à disposição da sociedade.
Indicadores, instrumentos que contribuem para identificar, medir e descrever aspectos relacionados a um determinado fenômeno, utilizado para mensurar resultados de programas de trabalho de governo em determinado período.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL
Seção I
Do Conteúdo Estrutural do Plano Plurianual
Art.4º O Plano Plurianual 2026/2029 contém os objetivos, diretrizes e metas destinadas a execução das políticas públicas, por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado.

Seção II
Da Organização do Plano

Art.5º O Plano de Governo anexo orienta a atuação governamental através de objetivos estratégicos, diretrizes e metas que contemplam as escolhas da sociedade e estão detalhados em programas de trabalho.

Art.6º A programação discrimina, detalhadamente, os programas, ações, projetos, atividades, e operações especiais em demonstrativos que seguem a classificação orçamentaria estabelecida na legislação vigente.

Art.7º Cada Programa de trabalho está estruturado com as seguintes informações;

Número do programa;
Nome dos programas;
Diretriz/macro objetivos;
Órgão/unidade responsável pelo programa;
Órgão/unidade participante;
Objetivo do programa;
Indicador do programa;
Público-alvo;
Classificação orçamentaria;
Período de duração do programa;
Ações que serão realizadas no âmbito do programa, desdobradas em projetos e atividades;
Produto da ação;
Unidade de medida;
Metafísica;
Valor;
Fontes de recursos.

Art.8º O programa Encargos Especiais compreende as despesas relativas às operações especiais, que não geram bens e nem serviços.

Art.9º Os indicadores dos programas temáticos podem ser apresentados com índices previstos para o início das ações e estimados para o final do período de vigência do plano.

Art.10 Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços de Estado podem ser estruturados sem mensuração por indicadores e produto.

Art.11 Os Indicadores em construção e os indicies em apuração serão determinados por ato administrativos a partir do início de 2026.

Art.12 Os programas e ações deste plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentarias, nas leis orçamentarias anuais e nas leis que as modificarem.

§ 1º A inclusão, transformação ou exclusão de programas serão feitas durante a revisão da parcela anual, ou por meio de lei específica.

§ 2ª Lei que autoriza abertura de crédito adicional especial poderá criar ou modificar programas, que passaram a integrar o Plano Plurianual 2026/2029.

Art.13 Os valores financeiros, metas físicas e períodos de execução estabelecidos neste plano para as ações orçamentarias são estimados, não se constituindo em limites à programação das despesas nas leis orçamentarias e em seus créditos adicionais.

CAPÍTULO III
DA GESTÃO E DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL
Seção I
Da Gestão do Plano Plurianual

Art.14 A gestão do Plano Plurianual observa os princípios de eficiência e efetividade e compreendera a implementação, monitoramento e avaliação de programas.

Art.15 Serão designados servidores que ficarão responsáveis pela gestão dos programas.

Art.16 Além da execução diária dos projetos e atividades vinculadas a cada programa, cabe ainda ao gestor do programa acompanhar, periodicamente, a evolução dos índices e indicadores que refletem o desempenho do programa e atestar execução de serviços, obras e fornecimentos.

Seção II
Da regulamentação e da revisão do Plano Plurianual
Art.17 O Poder executivo estabelecerá normas complementares para a gestão do Plano Plurianual, consoante disposições desta Lei e da Legislação aplicável.

Art.18 Anualmente, nas datas estabelecidas em lei complementar federal, o plano plurianual será revisado.

Parágrafo único. Até a entrada em vigor da lei complementar prevista nos incisos I, II e III do art. 165 da constituição Federal, serão observados os prazos estabelecidos no Inciso IV, do § 1º do art. 124 da constituição do estado de Pernambuco.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção Única
Disposições Gerais e transitórias

Art.19 Durante a gestão do Plano Plurianual o Poder Executivo poderá;
Acrescentar e/ou alterar indicadores de programas e seus índices;
Adequar metas físicas de ação orçamentaria para compatibilizá-las com alterações no seu valor, produto ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentarias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem a o Plano Plurianual;
Reduzir ritmo e/ou determinar paralização de projetos e diminuição de atividades.

§1º Ocorrendo insuficiências ou retardamento da liberação de recursos, o chefe do poder executivo poderá contingenciar despesas e determinar a redução do ritmo e/ou paralização de projetos e atividades.

§2º Será dada prioridade as obras em andamento e as atividades essenciais.

Art.20 Havendo mudanças na estrutura administrativa, poderá constar da lei especifica a indicação dos programas que serão da responsabilidade do órgão com nova denominação e/ou atribuições modificadas ou de novo órgão criado.

Art.21 O poder Executivo disponibilizará a Lei do Plano Plurianual e seus anexos, no Portal da Transparência do Município, na internet.

Art.22 A execução orçamentaria dos programas será disponibilizada pela internet, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000 e alterações.

Art.23 O Poder Executivo realizara, direta ou indiretamente, treinamentos e capacitações sobre planos e orçamentos públicos, assim como sobre a gestão dos programas.

Art.24 Considera-se Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam criança e adolescente no município.

Art.25 A Agenda Transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de diretos de crianças e adolescentes, em conformidade com Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

Art. 26 O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dia, a contar publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente a Agenda Transversal de que trata esta lei.

Art.27 Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Art.28 Revogam – se as disposições em contrário.

Ingazeira/PE, em 10 de novembro de 2025.

LUCIANO TORRES MARTINS
Prefeito de Ingazeira/PE

Publicado por:
Lilia Raiany Alves da Silva
Código Identificador:C69E627F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IPOJUCA

PREFEITURA DO IPOJUCA-IPOJUCAPREV
NOVO AVISO DE RECEBIMENTO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A AUTARQUIA PREVIDENCIARIA DO IPOJUCA - IPOJUCAPREV torna público para conhecimento dos interessados que estará recebendo até o dia **25/11/2025 às 12h00min, COTAÇÕES DE PREÇOS** para a **Contratação de empresa especializada para ORNAMENTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL e SERVIÇOS DE CERIMONIALISTA, para Conferência Anual do IPOJUCAPREV, a ser realizada em 04 de dezembro de 2025,** Maiores informações na Sede do IPOJUCAPREV**,** situada na Rua do Comércio, nº 152 – Centro – Ipojuca – PE, CEP: 55.590-132, ou através do Fone: 3551-2523, E-mail: ipojucaprev.cpl@gmail.com, no horário das 08h00min às 14h00min, de segunda a sexta-feira.

Ipojuca/PE, 17/11/2025

EDUARDO JOSÉ DA SILVA
Presidente Executivo

Publicado por:
Allan Carlos Mendonça
Código Identificador:DDDBD21F

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 259/2025

Contrato nº 259/2025. Concorrência Eletrônica n° 01/2025 – Lei n° 14.133/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil, para fins de execução de obra de construção da UBS tipo II, localizada na Rodovia Baltazar de Souza Leão, s/n, situada no distrito de Nossa Senhora do Ó, Gleba B, no Bairro Sítio Canoas – Ipojuca/PE. Contratada: AMBIENTAL EMPREENDIMENTOS LTDA. CNPJ: 21.636.958/0001-43. Vigência: 07/10/2025 à 06/10/2026. Ipojuca (PE), 07/10/2025.

ANTÔNIO GUERRA BARRETO NETO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Daniele Patrícia de Souza Tintino
Código Identificador:7E58D316

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 267/2025

Contrato nº 267/2025. Processo nº 85/2025. Inexigibilidade nº 74/2025 – Lei 14.133/2021. Objeto: Contratação da atração artística, Albatroz, para apresentações artísticas do projeto Criança em Cena nos Engenhos, Dourado, Usina Salgado, Água Fria, no mês das crianças conforme programação cultural do município do Ipojuca 2025. Contratada: Cleciano Jose Batista Produções LTDA. CNPJ: 52.279.314/0001-79. Valor total: R$ 10.500,00. Vigência: 13/10/2025 à 11/11/2025. Ipojuca (PE), 13/10/2025.

AMANDA MARIA DA COSTA ARAÚJO
Secretária Especial da Cultura

Publicado por:
Daniele Patrícia de Souza Tintino
Código Identificador:353B874E

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2025

Contrato nº 264/2025. Processo nº 85/2025. Inexigibilidade nº 074/2025. – Lei 14.133/2021. Objeto: Contratação da atração artística UELITON GYAN conforme programação cultural da conforme programação cultural na Festividade em Comemoração ao Dia do Evangélico-2025. Contratada: UELITON MANOEL DA SILVA SANTOS. CPF: 036.919.954-54. Valor total: R$ 4.500,00. Vigência: 10/10/2025 à 09/11/2025. Ipojuca (PE),30/10/2025.

AMANDA MARIA DA COSTA ARAÚJO
Secretaria Especial de Cultura

Publicado por:
Taciana Guimarães Duarte
Código Identificador:E696A1A3

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
TERMO DE RETIFICAÇÃO AO 4º TA-CT Nº 210/PMI/SEINFRA/2022

Termo de Retificação do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 210/PMI/SEINFRA/2022. Objeto: Corrigir erro material de digitação, constante da cláusula segunda, subitem "b" do 4º termo aditivo ao contrato nº **210/PMI/SEINFRA/2022, referente ao valor da supressão contratual**. Contratada: L&R Santos Construções LTDA-EPP. CNPJ nº 07.408.234/0001-11. Ipojuca (PE), 12/11/2025.

LUCAS FELIPE FERREIRA
Secretário de Infraestrutura e Serviços Municipais

Publicado por:
Taciana Guimarães Duarte
Código Identificador:C37E1494

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2025

Comissão: CPL/PMI. Objeto Nat. Material. Tipo: Menor Preço Por Lote. A Agente de Contratação, instituída pela Portaria nº 005/2025, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, o Decreto Municipal nº 1.051/2023, demais legislações pertinentes, e com as condições estabelecidas no edital. O **Processo Administrativo nº 247/2025, Processo Licitatório nº 247/2025 sob a Modalidade Pregão Eletrônico nº 036/2025**, cujo objeto **Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene pessoal para o Serviço de acolhimento Institucional Casa de Acolhida Raio de Luz, conforme demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social do Ipojuca**. Informa-se que o processo licitatório acima identificado, **suspenso na fase de análise da documentação de habilitação**, será retomado com a continuidade da referida fase no dia: **19/11/2025 (quarta-feira), às 13h30min** (horário de Brasília/DF), por meio do sistema eletrônico Bolsa Nacional de Compras – BNC (http://bnc.org.br/sistema/).

Ipojuca, 17 de novembro de 2025.

NATALIA MARIA DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Clarisse Alexandre Teixeira Lopes
Código Identificador:3CADF161

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
SUSPENSÃO SINE DIE-CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 – SMS

COMISSÃO DE SELEÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 – SMS
A Comissão de Seleção, no exercício de suas atribuições e considerando o teor do Relatório Preliminar de Auditoria emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, referente ao Processo Interno de Fiscalização nº PI2501368, vem a público informar a SUSPENSÃO SINE DIE do Chamamento Público nº 001/2025 – Secretaria Municipal de Saúde de Ipojuca.

A Comissão ressalta que a medida visa resguardar o interesse público, garantir a regularidade do processo e assegurar a observância das normas que regem a gestão e execução de ações e serviços de saúde prestados no âmbito da rede municipal, em estrita consonância com as recomendações do Tribunal de Contas do Estado.
Ipojuca, 17 de novembro de 2025.

DANILO JOSÉ DE OLIVEIRA FRANÇA
Presidente da Comissão de Seleção

Publicado por:
Givalnildo Medeiros do Nascimento
Código Identificador:D139F137

SECRETARIA DE SAÚDE DO IPOJUCA
COMISSÃO DE SELEÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 – SMS

A Comissão de Seleção, no exercício de suas atribuições e considerando o teor do Relatório Preliminar de Auditoria emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, referente ao Processo Interno de Fiscalização nº PI2501368, vem a público informar a **SUSPENSÃO *SINE DIE* do Chamamento Público nº 001/2025** – Secretaria Municipal de Saúde de Ipojuca.

A Comissão ressalta que a medida visa resguardar o interesse público, garantir a regularidade do processo e assegurar a observância das normas que regem a gestão e execução de ações e serviços de saúde prestados no âmbito da rede municipal, em estrita consonância com as recomendações do Tribunal de Contas do Estado.

Ipojuca, 17 de novembro de 2025.

DANILO JOSÉ DE OLIVEIRA FRANÇA
Mat. 70408
Presidente da Comissão de Seleção

Publicado por:
Thiago Henrique de Almeida Bastos
Código Identificador:72ECBB6E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAÍBA

GABINETE DO PREFEITO
- DECRETO Nº. 47, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 -

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NO DIA 21.11.2025 (SEXTA-FEIRA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXMO. SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAÍBA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Feriado Nacional do dia 20 de novembro (quinta-feira), data em que se comemora o Dia da Consciência Negra;

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir despesas de custeio,

CONSIDERANDO por fim que o ato próprio para se estabelecer Ponto Facultativo é o decreto;

DECRETA:

Art. 1º. Ponto Facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal o dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira).

Parágrafo Único - Os serviços considerados essenciais e imprescindíveis a população do município, tais como, Atendimento Hospitalar e Setor de Limpeza Urbana, não se beneficiam do ponto facultativo, ficando a critério do secretário da pasta a concessão de qualquer benefício ou compensação que achar necessário.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Itaíba/PE em 17 de novembro de 2025.

PEDRO TEOTÔNIO DA SILVA NETO
Prefeito

Publicado por:
Ana Paula Santana da Silva
Código Identificador:5186714A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA 002/2025

O Secretário Municipal de Educação de Itaíba - PE, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, decide ADJUDICAR o Objeto e HOMOLOGAR a licitação nos termos do art. 71, inciso IV da lei 14.133/2024, o objeto da Dispensa Eletrônica nº 002/2025, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS AUTOMOTIVAS DIVERSAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR, em favor das vencedoras do certame, as empresas: IMPERIUM SANTOS DISTRUIBUIDOR LTDA, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 52.890.773/0001-94, vencedora do item 07, no valor total de R$ 1.716,00 (um mil, setecentos e dezesseis reais), e a empresa COMERCIAL LUB 10 LTDA, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 62.638.397/0001-07, vencedora dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 38, no valor total de R$ 15.732,71 (quinze mil, setecentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos). Tendo como fracassados os itens 22, 23 e 37 e deserto o item 30.

Itaíba/PE, 13 de novembro de 2025.

PAULO BRUNO JOSÉ FERREIRA DE BRITO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:20A54E1E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAMBÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ- CPL
AVISO DE DISPENSA DE VALOR Nº 019/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2025

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ - PE
AVISO DE DISPENSA DE VALOR Nº 019/2025
(Processo Administrativo N° 033/2025)

Torna-se público que O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ - PE, por meio da agente de contratações, realizará Dispensa de valor, com critério de julgamento (menor preço GLOBAL), na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.
Data da sessão: 21/11/2025
Horário da Fase de abertura: 09:00 (Nove horas).
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
A presente contratação tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de serralheria, visando reparos/conserto de bancas (carteiras) escolares da rede municipal de ensino vinculadas ao Fundo Municipal de Educação de Itambé - PE. Por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
A estimativa de preços para esta contratação será realizada concomitantemente a seleção do fornecedor, consoante prerrogativa do §4º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.
PERÍODO DE PROPOSTAS
De 18/11/2025 às 9h
Até 24/11/2025 às 9h

A proposta de Preços e as documentações deverão ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Itambé, situado a Rua Josué de Castro, 84, centro, Itambé-PE, CEP: 55.920-000, no horário de 08:00 às 13:00, em dias úteis ou pelo Email: pmilicitacao2024@gmail.com até a data limite.
O Aviso de Dispensa/Termo de Referência e anexos estará disponível através do E-mail: pmilicitacao2024@gmail.com. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, sito a Rua Josué de Castro, 84, centro, Itambé-PE, no horário das 08h:00 às 13h:00 de segunda a sexta feira.
Itambé-PE, 17 de novembro de 2025.

FÁTIMA CRISTINA MATIAS DE ANDRADE
Agente de Contratação

Publicado por:
Camila Cavalcante de Melo Rocha
Código Identificador:EF72F024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ- CPL
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ - PE
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025

Processo Licitatório Nº 034/2025 – Pregão Eletrônico Nº 007/2025. Aquisição. Tipo Menor Preço Global. A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada na aquisição parcelada de Projeto Pedagógico estruturado com foco na inclusão, destinado aos alunos matriculados na Educação Infantil, da rede municipal de ensino em atendimento ao Fundo Municipal de Educação do município de Itambé-PE, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**.** Valor estimado de R$ 1.543.747,00 (Hum Milhão Quinhentos e quarenta e três mil setecentos e quarenta e sete reais). Recebimento das propostas no dia 18 de novembro de 2025 a partir das 17:00h, abertura e encerramento das propostas dia 03 de dezembro de 2025 a partir das 09:15 h, início da sessão de disputa dia 03 de dezembro de 2025 às 09:30hrs, pelo sistema BNC (Banco Nacional de Compras). Maiores Informações na Sala de Licitações localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Itambé-PE, situado à Rua Josué de Castro, n°84, Centro – Itambé – PE. Os editais e anexos e outras informações podem ser obtidos no site www.itambe.pe.gov.br ou no mesmo endereço da sessão de abertura no horário das 08:00 às 14:30, segunda a quinta e na sexta-feira das 08:00 às 14:00, ou, ainda através do email:pmilicitacao2024@gmail.com.

CAMILA CAVALCANTE DE MELO –
Agente de Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Camila Cavalcante de Melo Rocha
Código Identificador:39F7ABB7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA COMPLEMENTAR Nº 261/2025 - NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI, PARA O BIÊNIO 2025–2027

PORTARIA COMPLEMENTAR Nº 261/2025

Dispõe sobre a complementação da **Portaria nº 226/2025**, que nomeia os membros do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI**, para o **biênio 2025–20**27.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ – PE**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Complementar a Portaria nº 226/2025, a fim de identificar as funções dos membros nomeados para compor a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, que passa a ter a seguinte composição:

Presidente: Suzete Souza Rodrigues Cavalcante;
Vice-Presidente: Sirlene Maria Gondim;
1ª Secretária: Maria de Fátima Gomes Passos;
2ª Secretária: Maria de Fátima de C. Carvalho.

Art. 2º Esta Portaria Complementar entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições da Portaria nº 226/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itambé-PE, 31 de Outubro de 2025

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
Prefeito

Publicado por:
Sthefany Pontes do Nascimento França
Código Identificador:42139137

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 262/2025 - DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA MARIA DE FÁTIMA GOMES PASSOS PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DO CONSELHO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI DE ITAMBÉ – PE

PORTARIA Nº 262/2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal, e
consubstanciado na Lei Municipal nº 1.758, de 11 de junho de 2015, que *"Institui o Fundo Municipal do Idoso de Itambé – Pernambuco e dá outras providências"*,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **MARIA DE FÁTIMA GOMES PASSOS**, ocupante do cargo efetivo de **Assistente Social**, para exercer a função de **Gestora do Fundo Municipal do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Itambé – PE**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itambé-PE, 31 de Outubro de 2025

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
Prefeito

Publicado por:
Sthefany Pontes do Nascimento França
Código Identificador:46291541

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 263/2025 - DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA SUZETE SOUZA RODRIGUES CAVALCANTE, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DO CONSELHO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI DE ITAMBÉ – PE

PORTARIA Nº 263/2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal, e
consubstanciado na Lei Municipal nº 1.758, de 11 de junho de 2015, que *"Institui o Fundo Municipal do Idoso de Itambé – Pernambuco e dá outras providências"*,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **SUZETE SOUZA RODRIGUES CAVALCANTE**, ocupante do cargo de **Coordenação de Vigilância Sociassistencial**, para exercer a função de **Gestor do Fundo Municipal do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Itambé – PE**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itambé-PE, 31 de Outubro de 2025

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
Prefeito

Publicado por:
Sthefany Pontes do Nascimento França
Código Identificador:531CD652

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAPETIM

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Nº: 90159/2025. AGC. Dispensa Eletrônica Nº 90019/2025-982473. Compra. Tipo menor preço. Contratação da aquisição de material esportivo para implementação de programa de formação de atletas, neste município de Itapetim–Pe. Valor: R$41.879,13.Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 21 de Novembro de 2025. Período para envio de lances: das 08:00 às 14:00, nessa mesma sessão pública. No site comprasnet.gov.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 67 SEGES/ME/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Aviso de Dispensa, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: http://itapetim.pe.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes; www.gov.br/pncp ou através do Fone: (087) 3853–1374, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Itapetim, 17/11/2025.

JUSSARA LOPES DE ARAÚJO.
Agente de Contratação.(*)(**)

Publicado por:
Luiz Alberto Patriota Lopes da Silva
Código Identificador:B06218C9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º. 717/2025.

Designa o Gestor e o Fiscal do Contrato n.º 00160/2025, firmado entre o a Prefeitura Municipal de Itapetim e a empresa Volkswagem Truck & Bus Industria e Comércio de Veículos Ltda e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Itapetim, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e
CONSIDERANDO o previsto na Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, quanto às determinações legais para realização de contratações pela administração pública e ainda quanto às determinações legais para acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos;
CONSIDERANDO a regulamentação prevista na Lei Municipal n.º 530/2023, de 22 de março de 2023;
CONSIDERANDO o previsto no Decreto Municipal n.º 260, de 11 de agosto de 2023, que dispõe sobre os procedimentos de execução contratual e estabelece regras quanto as atividades de gestão e fiscalização da execução dos contratos e do acompanhamento e fiscalização dos contratos;

Faz saber que RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores infra como Gestor e Fiscal do Termo de Contrato n.º 160/2025 – Processo Administrativo n.º 00129/2025, Adesão a ata n° 0001/2025 firmado entre a Prefeitura Municipal de Itapetim e a empresa Volkswagem Truck & Bus Industria e Comércio de Veículos Ltda - CNPJ n.º 06.020.318/0001-10:

I – Gestor: Joelinne Rafaella Pereira Gomes – **Mat. 1040**; e
II – Fiscal Administrativo: José Jailton Alves de Souza – **Mat. 5744**

Art. 2º Ao Gestor(a) caberá as seguintes atribuições:
I - Convocar e coordenar reunião inicial, registrada em ata, com a participação da contratada e do(s) fiscal(is), a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual e da forma de apresentação dos documentos exigíveis para pagamento mensal ou eventual;
II – Instaurar o processo administrativo de execução contratual, numera-lo com o tombamento de ordem, rubricar e numerar suas páginas, iniciando com a cópia do contrato e de suas atualizações, juntando todos os demais documentos relacionados aos contratos a exemplos das ordens de fornecimento/serviço, empenhos orçamentários, faturas de liquidação, empenhos de pagamentos, relatórios, notificações etc.;
III - emitir ordens de serviço/fornecimento e solicitar à contratada a correção de pendências constatadas na execução do contrato;
IV - avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratado e submetê-las à autoridade superior para deliberação;
V- receber, manifestar-se e dar o encaminhamento devido a dúvidas ou questionamentos feitos pela contratada e pela fiscalização, centralizando as informações;
VI - Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado sob sua supervisão e, sempre que requerido, submeter previamente à deliberação da Presidência pedido de alteração;
VII - controlar o prazo de vigência do contrato para que a execução seja tempestiva;
VIII - encaminhar à Diretoria de Contratações e Compras da Prefeitura, no prazo de trinta dias do vencimento do contrato, o pedido devidamente justificado de prorrogação de vigência acompanhado da anuência da contratada, pesquisa de mercado e avaliação dos resultados obtidos que comprovem a necessidade e a vantagem econômica da contratação;
IX - informar à Diretoria de Contratações e Compras da Prefeitura, tempestivamente, o descumprimento contratual por parte da contratada e sugerir a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e/ou no contrato após o devido processo administrativo;
X - acompanhar o saldo das notas de empenho e, quando necessário, requerer os respectivos reforços, mantendo a Secretaria de Finanças informada acerca dos pagamentos eventualmente pendentes;
XI - Informar ao financeiro, até 15 de dezembro de cada ano, as obrigações não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho a conta de restos a pagar;
XII - assinar, juntamente com o Gestor da Área Requisitante, atestado de capacidade técnica referente à execução e desempenho da contratada; e
XIII - encaminhar aos seus superiores a decisão de providências relativas ao contrato que ultrapassarem a sua competência/atribuição, para a adoção tempestiva das medidas cabíveis.

Art. 3º Ao Fiscal Administrativo caberá as seguintes atribuições:
I - participar das reuniões iniciais, de trabalho e de conclusão da execução contratual;
II - organizar arquivos específicos para acompanhar a execução e fiscalização do contrato e registrar as ocorrências que impactem a execução do contrato;
III - manter organizada no início e durante a vigência cópia do contrato e suas alterações, devendo informar ao gestor as pendências constatadas;
IV - Analisar, juntamente com o fiscal técnico, os documentos apresentados para pagamento, conferi-los com as condições estabelecidas no contrato e atestar a Nota Fiscal ou enviar notificação para contratada para regularização de impropriedade constatada;

V - devolver, mediante justificativa e notificação formal, nota fiscal apresentada pela contratada quando for observada irregularidade que inviabilize o ateste e pagamento do serviço/fornecimento prestado;
VI - acompanhar os resultados alcançados quanto à execução da obrigação do contrato para receber e atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento, após conferência completa da documentação exigida no contrato;
VII - controlar os pagamentos efetuados em ordem cronológica e observar o saldo do contrato com auxílio da unidade de orçamento;
VIII - encaminhar o processo de contratação ao Gestor do Contrato, quando houver solicitação de repactuação, reajuste, reequilíbrio, acréscimos/supressões e prorrogação, observado o prazo de vigência contratual;
IX - Propor ao Gestor do Contrato, quando terminar a vigência do contrato e desde que não haja pendência, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, se for o caso;
X - receber definitivamente, mediante recibo, no prazo estabelecido no edital e na hipótese de não ter sido designada comissão de recebimento, as aquisições, obras ou serviços contratados;
XI - Realizar, em conjunto com o gestor e fiscal técnico, pesquisa de mercado visando à comprovação da vantagem econômica da contratação, na periodicidade prevista no contrato;
XII - instruir e submeter ao gestor do contrato o pedido de prorrogação contratual, mediante a juntada da documentação que habilitou a contratada devidamente atualizada, bem como da pesquisa de mercado e avaliação dos resultados obtidos que comprovem a necessidade e a vantagem econômica da contratação; e
XIII - informar ao gestor do contrato a execução dos saldos empenhados e as questões previdenciárias, trabalhistas e fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Esta portaria revoga a portaria de n° 679/2025.

Itapetim (PE), em 17 de novembro de 2025.

ALINE KARINA ALVES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Elisangela Maria Soares da Silva
Código Identificador:9264BE17

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 718/2025.

Designa o Gestor e o Fiscal do Contrato n.º 00190/2025, firmado entre o a Prefeitura Municipal de Itapetim e a empresa VILARTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Itapetim, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e
CONSIDERANDO o previsto na Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, quanto às determinações legais para realização de contratações pela administração pública e ainda quanto às determinações legais para acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos;
CONSIDERANDO a regulamentação prevista na Lei Municipal n.º 530/2023, de 22 de março de 2023;
CONSIDERANDO o previsto no Decreto Municipal n.º 260, de 11 de agosto de 2023, que dispõe sobre os procedimentos de execução contratual e estabelece regras quanto as atividades de gestão e fiscalização da execução dos contratos e do acompanhamento e fiscalização dos contratos;

Faz saber que RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores infra como Gestor e Fiscal do Termo de Contrato n.º 00190/2025 – Processo Administrativo n.º 00130/2025, pregão eletrônico n° 00023/2025 firmado entre a Prefeitura Municipal de Itapetim e a empresa VILARTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ n.º 32.605.390/0001-10:
I – Gestor: José Ítalo Mariano de Brito – Mat. 5814; e
II – Fiscal Administrativo: Allisson Macena Sousa – CREA PE n.°182220996-0

Art. 2º Ao Gestor(a) caberá as seguintes atribuições:
I - Convocar e coordenar reunião inicial, registrada em ata, com a participação da contratada e do(s) fiscal(is), a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual e da forma de apresentação dos documentos exigíveis para pagamento mensal ou eventual;
II – Instaurar o processo administrativo de execução contratual, numera-lo com o tombamento de ordem, rubricar e numerar suas páginas, iniciando com a cópia do contrato e de suas atualizações, juntando todos os demais documentos relacionados aos contratos a exemplos das ordens de fornecimento/serviço, empenhos orçamentários, faturas de liquidação, empenhos de pagamentos, relatórios, notificações etc.;
III - emitir ordens de serviço/fornecimento e solicitar à contratada a correção de pendências constatadas na execução do contrato;
IV - avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratado e submetê-las à autoridade superior para deliberação;
V- receber, manifestar-se e dar o encaminhamento devido a dúvidas ou questionamentos feitos pela contratada e pela fiscalização, centralizando as informações;
VI - Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado sob sua supervisão e, sempre que requerido, submeter previamente à deliberação da Presidência pedido de alteração;
VII - controlar o prazo de vigência do contrato para que a execução seja tempestiva;
VIII - encaminhar à Diretoria de Contratações e Compras da Prefeitura, no prazo de trinta dias do vencimento do contrato, o pedido devidamente justificado de prorrogação de vigência acompanhado da anuência da contratada, pesquisa de mercado e avaliação dos resultados obtidos que comprovem a necessidade e a vantagem econômica da contratação;
IX - informar à Diretoria de Contratações e Compras da Prefeitura, tempestivamente, o descumprimento contratual por parte da contratada e sugerir a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e/ou no contrato após o devido processo administrativo;
X - acompanhar o saldo das notas de empenho e, quando necessário, requerer os respectivos reforços, mantendo a Secretaria de Finanças informada acerca dos pagamentos eventualmente pendentes;
XI - Informar ao financeiro, até 15 de dezembro de cada ano, as obrigações não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho a conta de restos a pagar;
XII - assinar, juntamente com o Gestor da Área Requisitante, atestado de capacidade técnica referente à execução e desempenho da contratada; e
XIII - encaminhar aos seus superiores a decisão de providências relativas ao contrato que ultrapassarem a sua competência/atribuição, para a adoção tempestiva das medidas cabíveis.

Art. 3º Ao Fiscal Administrativo caberá as seguintes atribuições:
I - participar das reuniões iniciais, de trabalho e de conclusão da execução contratual;
II - organizar arquivos específicos para acompanhar a execução e fiscalização do contrato e registrar as ocorrências que impactem a execução do contrato;
III - manter organizada no início e durante a vigência cópia do contrato e suas alterações, devendo informar ao gestor as pendências constatadas;
IV - Analisar, juntamente com o fiscal técnico, os documentos apresentados para pagamento, conferi-los com as condições estabelecidas no contrato e atestar a Nota Fiscal ou enviar notificação para contratada para regularização de impropriedade constatada;
V - devolver, mediante justificativa e notificação formal, nota fiscal apresentada pela contratada quando for observada irregularidade que inviabilize o ateste e pagamento do serviço/fornecimento prestado;
VI - acompanhar os resultados alcançados quanto à execução da obrigação do contrato para receber e atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento, após conferência completa da documentação exigida no contrato;

VII - controlar os pagamentos efetuados em ordem cronológica e observar o saldo do contrato com auxílio da unidade de orçamento;
VIII - encaminhar o processo de contratação ao Gestor do Contrato, quando houver solicitação de repactuação, reajuste, reequilíbrio, acréscimos/supressões e prorrogação, observado o prazo de vigência contratual;
IX - Propor ao Gestor do Contrato, quando terminar a vigência do contrato e desde que não haja pendência, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, se for o caso;
X - receber definitivamente, mediante recibo, no prazo estabelecido no edital e na hipótese de não ter sido designada comissão de recebimento, as aquisições, obras ou serviços contratados;
XI - Realizar, em conjunto com o gestor e fiscal técnico, pesquisa de mercado visando à comprovação da vantagem econômica da contratação, na periodicidade prevista no contrato;
XII - instruir e submeter ao gestor do contrato o pedido de prorrogação contratual, mediante a juntada da documentação que habilitou a contratada devidamente atualizada, bem como da pesquisa de mercado e avaliação dos resultados obtidos que comprovem a necessidade e a vantagem econômica da contratação; e
XIII - informar ao gestor do contrato a execução dos saldos empenhados e as questões previdenciárias, trabalhistas e fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapetim (PE), em 17 de novembro de 2025.

ALINE KARINA ALVES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Elisangela Maria Soares da Silva
Código Identificador:0C25051C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : ALUS COMERCIO E SERVICOS LTDA(56.770.251.0001-00) com os lotes: 65, 66 e 81 no valor total de R$ 6.192,10 (seis mil e cento e noventa e dois reais e dez centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:F47EEF50

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : **A R DE AZEVEDO NETO COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZACAO**(50.858.717.0001-47) com o lote: 74 no valor total de R$ 4.450,00 (quatro mil e quatrocentos e cinquenta reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:2FDA9FB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : D'TERRA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.(46.702.360.0001-36) com os lotes: 12, 55, 93, 118 e 129 no valor total de R$ 2.006,70 (dois mil e seis reais e setenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:0E90668F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA

FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : DISTRIBUIDORA UNIMAR BRASIL LTDA(54.008.435.0001-01) com o lote: 130 no valor total de R$ 9.648,00 (nove mil e seiscentos e quarenta e oito reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:8AC92E11

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : **EMYLI NATALIA DOS SANTOS BARBOSA EIRELE**(41.768.205.0001-07) com os lotes: 2, 9, 35, 75, 90, 91, 92, 96, 97, 102 e 116 no valor total de R$ 47.824,25 (Quarenta E Sete Mil E Oitocentos E Vinte E Quatro Reais E Vinte E Cinco Centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:C797553F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CAMPINENSE(08.158.664.0001-95) com os lotes: 27, 28, 34, 59 e 70 no valor total de R$ 18.095,44 (dezoito mil e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:1221DB55

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : KARLA KAROLINE FONTES MENESES(37.937.325.0001-05) com o lote: 106 no valor total de R$ 131,20 (cento e trinta e um reais e vinte centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:7F6BE237

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : LUCK EXPRESS PRODUTOS LTDA(52.229.383.0001-78) com os lotes: 1, 5, 6, 30, 48, 105 e 110 no valor total de R$ 2.229,80 (dois mil e duzentos e vinte e nove reais e oitenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:B6A034CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : M TESTA ATACADO LTDA(43.044.418.0001-03) com o lote: 120 no valor total de R$ 3.580,00 (três mil e quinhentos e oitenta reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:55FB1A50

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : MAF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.(45.000.491.0001-09) com os lotes: 41 e 42 no valor total de R$ 39.337,00 (trinta e nove mil e trezentos e trinta e sete reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:30DF5583

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : MAX BIG COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL EIRELI(20.081.283.0001-50) com os lotes: 111, 113, 115, 126 e 127 no valor total de R$ 14.964,60 (quatorze mil e novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:CA8D9435

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : MAXCON CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA(36.401.890.0001-90) com o lote: 8 no valor total de R$ 516,00 (quinhentos e dezesseis reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:DF129F2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO

AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : **MASSIMO MIGUEL DELFINO CHAVES MERCEARIA,** (05.868.223.0001-99), com os lotes: 3, 4, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 31, 32, 38, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 68, 69, 71, 72, 73, 76, 79, 80, 82, 83, 84, 87, 88, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 108, 112, 114, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 131 e 132 no valor total de R$ 552.435,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e trinta e cinco reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:AF0A8B48

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : SUPRA DISTRIBUIDORA(30.294.882.0001-06) com os lotes: 16, 20, 24, 25, 33, 39, 40, 43, 44, 45, 50, 61, 67, 107 e 109 no valor total de R$ 118.638,81 (cento e dezoito mil e seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:AD19057F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : WILLAMES DE FRANÇA DAMASCENA(11.166.062.0001-94) com os lotes: 94 e 104 no valor total de R$ 37.451,00 (trinta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e um reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:D98C9E39

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : **UNICA SANEANTES LTDA**(43.392.983.0001-61) com os lotes: 7, 10, 11, 14, 15, 26, 29, 36, 37, 77, 78, 85, 86 e 125 no valor total de R$ 37.495,96 (Trinta E Sete Mil E Quatrocentos E Noventa E Cinco Reais E Noventa E Seis Centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:33600B7F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 PROCESSO Nº 128/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE; DISTRITAL DE BOTAFOGO; CONTROLE INTERNO; SEGURANÇA, CIDADANIA E TRÂNSITO; COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; EDUCAÇÃO; ASSISTENCIA SOCIAL; EVENTOS, ESPORTE E LAZER; ADMINISTRAÇÃO; GABINETE DO PREFEITO E PLANEJAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Empresa Vencedora : **RPS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LIMITADA**(02.889.655.0001-98) com o lote: 89 no valor total de R$ 504,00 (quinhentos e quatro reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos

apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Segunda Feira, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:F7A04CE2

SETOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO– CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA004/2025 PROCESSO 169/2025
Objeto: OBRA DE CONTENÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS, LOCALIZADO NO DISTRITO DE BOTAFOGO, NO MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA-PE.
Empresa Vencedora Valor R$ 372.799,95 (Trezentos e Setenta e Dois Mil, Setecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Cinco Centavos): **DUARTE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, (11.963.541/0001-31), com os Lotes: 01 no Valor Total de R$ 372.799,95 (Trezentos e Setenta e Dois Mil, Setecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Cinco Centavos)
Itapissuma 14 de novembro de 2025.

KLEBESON EDSON SO NASCIMENTO SENA
Condutor de Processos

Publicado por:
Josélia Batista da Silva
Código Identificador:133DEA1D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAQUITINGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA
PROMULGACÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 34, parágrafo 2°, da Lei Orgânica do Municipio de Itaquitinga, concomitantemente como art.8º, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução n.º004/91); considerando que o Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.° 001/2025, PROMULGA a:

Emenda à Lei Orgânica N.° 014/2025

EMENTA: Modifica o §8° e o §14° do Artigo 128 da Lei Orgânica do Municipio de Itaquitinga-PE, alterado pela Emenda à Lei Orgânica 012/2021, que modificou normas do "orçamento impositivo", na Lei Orgânica e dá outras providéncias.

Art. 1º - O §8°, do Art. 128 da Lei Orgânica do Municipio de Itaquitinga-PE, passará a ter a seguinte redação:

Art. 128.....

§8°. - Fica assegurada a execução orçamentária e financeira, de forma obrigatória, das programações decorrentes de emendas parlamentares individuais; apresentadas por membros do Poder Legislativo, até o limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Liquida realizada no ano anterior e o percentual previsto neste artigo, sendo 1% (hum por cento) destinados às ações e serviços da área da saúde. Devendo ser dividido pelo número de Vereadores da Câmara Municipal de Itaquitinga, de modo que o quociente dessa divisão corresponderá ao percentual que cada vereador poderá utilizar, por meio de apresentação de emenda individual ao Projeto de Lei Orçamentária, encaminhado ao Poder Executivo.

...

§14 - É brigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o §8° deste artigo em montante correspondente a 2 % da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme critérios para execução equitativa das programações definidos na Lei Complementar de que trata o §9º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2° Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 ° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Itaquitinga-PE, em 11 de novembro de 2025.

VER. VALDECIR BARBOSA DE ARAÚJO NETO
Presidente

VER. ADERITO JAIME NEVES
1º Vice-Presidente

VER. GIVANILDO VICENTE DE ARAÚJO
2° Vice-Presidente

VER. IZAEL PEDRO DA SILVA
1º Secretário

VER. SILVIO ELIAS DA SILVA
2º Secretário

Publicado por:
Edimilson Balbino de Sena
Código Identificador:AD75F059

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAQUITINGA
SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAQUITINGA– PE, e, em cumprimento ao que determina o art. 75, §3º da Lei 14.133/21 solicita proposta depreços para a **CONTRATAÇÃO 43INSCRIÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO: ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PRÁTICA, AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE ITAQUITINGA – PE**, Os interessados deverão solicitar, o Projeto Básicoatravés do e-mail: cpllicitaitaquitinga2021@gmail.comPor fim, informamos que este procedimento de simples solicitação de cotação estará recebendo ofertas de propostas por 3 (três) dias úteis.

Itaquitinga, 17de novembro de 2025

WANESSA JULIANY MENDES PEREIRA
Gestora

Publicado por:
Lúcio Fernando de Araujo Aguiar
Código Identificador:1B1F8541

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Na Publicação de Portaria 228/2025 publicado no Diário Oficial dos Municípios (Amupe) no dia 14/11/2025, .**Onde se Lê:R$ Fundo Municipal de Educação Leia-se:R$ Secretaria Municipal de Educação** Permanecendo o restante do texto da mencionada publicação.

PATRICK JOSÉ DE OLIVEIRA MORAES
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Lúcio Fernando de Araujo Aguiar
Código Identificador:36F324AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2025 INEXIGIBILIDADE 040/2025

RATIFICAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE: Reconheço e ratifico a Inexigibilidade no 040/2025, Processo Licitatório n' 057/2025, Contratação da Empresa E**CLIPSE - PROMOCOES E EVENTOS LTDA, CNPJ: 51.737.756/0001-59.,**para apresentação de show artístico a ser realizado em praça pública, em comemoração a festa de São Francisco de Assis, Padroeiro da comunidade da Chã do Fogo, no dias 23 de novembro de 2025, com a **Banda Amigas do Brega**, conforme condições e especificações contidas no termo de referência., no valor abaixo de acordo a dotação orçamentária anexa ao processo:

Item	Descrição	unidade	quantidade	V. total
01	Banda Amigas do Brega,	hora	1:30	R$ 37.500,00

R$ 37.500,00
Para que esta cumpra com apresentação. Objeto da contratação. com base no Art. 74. Inciso ll. da Lei Federai no 14.133/2021.

Itaquitinga 17de novembro de 2025

PATRICK JOSÉ DE OLIVEIRA MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lúcio Fernando de Araujo Aguiar
Código Identificador:60E22738

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2025 INEXIGIBILIDADE 041/2025

RATIFICAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE: Reconheço e ratifico a Inexigibilidade no 041/2025, Processo Licitatório n' 058/2025, Contratação da Empresa **G 2 PROMOCOES LTDA, CNPJ: 00.714.836/0001-58**. para apresentação de show artístico a ser realizado em praça pública, em comemoração a festa de São Francisco de Assis, Padroeiro da comunidade da Chã do Fogo, no dias 22 de novembro de 2025, com a Cantora Eduarda Alves, conforme condições e especificações contidas no termo de referência, conforme condições e especificações contidas no termo de referência., no valor abaixo de acordo a dotação orçamentária anexa ao processo:

Item	Descrição	unidade	quantidade	V. total
01	CANTORA EDUARDA ALVES	hora	1:30	R$ 100.000,00

R$ 100.000,00
Para que esta cumpra com apresentação. Objeto da contratação. com base no Art. 74. Inciso ll. da Lei Federai no 14.133/2021.

Itaquitinga 17de novembro de 2025

PATRICK JOSÉ DE OLIVEIRA MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lúcio Fernando de Araujo Aguiar
Código Identificador:152BAE66

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JAQUEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório PMJ nº 016/2025. **Pregão Eletrônico nº 013/2025**. Compras. Homologação do Pregão nº 013/2025, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE DUAS MOTOCICLETAS 0 KM, MODELO MÍNIMO 2025/2026, DESTINADAS À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAQUEIRA/PE**, consoante especificações, quantidades e condições estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), e adjudicação do objeto a empresa **COLINAS COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº26.238.304/0001-85, que sagrou-se vencedora do **item único**, pelo valor total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos transcritos nas atas das sessões públicas, no relatório de lances do sistema BNC e na proposta readequada apresentada.

Jaqueira (PE), 17 de novembro de 2025.

RIDETE CELLIBE PELLEGRINO DE MACEDO OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaqueira

Publicado por:
Cristiano Gustavo de Andrade
Código Identificador:91460080

FUNDO MUNICIPAL DE SÁUDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 028/2025. **Pregão Eletrônico nº 018/2025**. Aquisição de bens. Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes destinados à estruturação e ao fortalecimento dos serviços do Hospital Municipal Maria Helena Silva de Andrade, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, por meio do Fundo Municipal de Saúde do Município de Jaqueira – PE, com recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº 09471844000123010, observadas as especificações, quantidades e condições estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência). **Valor global estimado dos itens 01 a 14: R$ 288.058,92**. Data para cadastro da proposta: **a partir do dia 18/11/2025 até às 09h:30min do dia 02/12/2025.** Abertura da Sessão de lances: **02/12/2025 às 10h:00min** (horários de Brasília), site www.bnc.org.br. Edital no site www.bnc.org.br, no site https://www.jaqueira.pe.gov.br/, e no Portal Nacional de Contratações Públicas. Outras informações podem ser obtidas através do fone/fax (81) 3689-1583/1585, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira, ou, ainda, através do e-mail cplsaudejaqueira@gmail.com.

Jaqueira (PE), 18 de novembro de 2025.

LUIZ FREIRE DE SANTANA NETO
Agente de Contratação | Pregoeiro.

Publicado por:
Luiz Freire de Santana Neto
Código Identificador:3ABD84F8

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA
GABINETE DA PREFEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA
GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 44, DE 17DE NOVEMBRO DE 2025.

Revoga o Decreto nº 43, de 14 de novembro de 2025, que determinou ponto facultativo no dia 21 de novembro de 2025.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JATAÚBA,Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDOa necessidade de atendimento ao interesse público e de manutenção da regular prestação dos serviços administrativos municipais;
CONSIDERANDOque se mostra conveniente e oportuno revogar o Decreto nº 44, de 14 de novembro de 2025;
DECRETA:
Art. 1ºFicarevogadooDecreto nº 43, de 14 de novembro de 2025, que determinou ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 21 de novembro de 2025.
Art. 2ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jataúba,17de novembro de 2025.

CÁTIA JUNSARA RODRIGUES AQUILINO
Prefeita do Município de Jataúba/PE

Publicado por:
Fábio Luiz Nunes Chaves Filho
Código Identificador:244D0915

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATOBÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2025-PMJ.

PROCESSO Nº 036/2025/PJM
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2025

A PREFEITURA MUNICÍPAL DE JATOBÁ, em conformidade com o art. **Art. 75.** II 14.133/2021 *do Caput*, Decreto Nº 12343 DE 30/12/2024, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar a Dispensa Eletrônica de Licitação Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis. Objeto: Contratação de locação de um veículo frigorifico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural**.**
O Edital bem como o Termo de Referência pode ser obtido através do Sistema Bolsa Nacional de Compras - BNC: **https://bnc.org.br/**
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas e Documentos de Habilitação deverão ser Cadastradas no sistema **https://bnc.org.br/**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS - INÍCIO 18/11/2025 08:00H
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS – FINAL 24/11/2025 08:00H
ABERTURA DE PROPOSTAS 24/11/2025 08:30H
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS 24/11/2025 09:00H
Os interessados em apresentar proposta, realizar cadastro, através do sistema: **https://bnc.org.br/**
Valor estimado dos serviços é de: de **R$ 30.000,00** (Trinta Mil Reais).
JATOBÁ/PE, 17 de novembro de 2025.

GIRLEIDE MARIA MANDU
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisca Alderi Pontes do Nascimento
Código Identificador:E690A191

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
ERRATA TERMO REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2025-PMJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2025-PMJ
O MUNICÍPIO DE JATOBÁ/PE, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção no Processo Licitatório supracitado, assim como se segue:

ONDE SE LÊ:
NO TR, ITENS DE 1 a 8 – Manutenção por conta da CONTRATANTE;

LEIA-SE:
NO TR, ITENS DE 1 a 8 – Manutenção por conta da CONTRATADA;

Jatobá/PE, 17 de novembro de 2025.

GIRLEIDE MARIA MANDU
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisca Alderi Pontes do Nascimento
Código Identificador:896B6B67

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 008/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2025
INEXIGIBILIDADE 008/2025

O Prefeito do Município de JATOBÁ, no uso de suas atribuições legais, através da Secretaria Municipal de Secretária de Cultura, Lazer, Turismo e Esporte, devidamente representada pela Senhora Secretária, Francisca Aldelânia do Nascimento, **RATIFICAeAUTORIZA** a Inexigibilidade de Licitação Nº 008/2025 com base no resultado do Processo Licitatório Nº 035/2025, obedecendo os prazos. Objeto: **Contratação de serviços para realização de pintura de um painel artístico a ser realizada na fachada externa do Mercado Público de Jatobá-PE.** Pela empresa **JOSE FLAVIO ALVES DA SILVA 04767777470** CNPJ: 33.258.204/0001-86. Valor**: R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais),** com fundamentação legal do **art. 74, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** *D*eterminando que se proceda a publicação do devido extrato.
Vigência: 60 (sessenta) dias.
Isto posto, procede-se a **CONVOCAÇÃO**, para comparecer no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, para assinatura do CONTRATO.

JATOBÁ, 17 novembro de 2025.

ROGÉRIO FERREIRA GOMES DA SILVA

Publicado por:
Francisca Alderi Pontes do Nascimento
Código Identificador:7EC45E20

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA - PORTARIA DE N° 205/2025

A Prefeitura Municipal de Jatobá/PE, através de seu Gabinete, informa que na publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco, publicado no dia 13/11/2025, Edição 3971, Código Identificador A14B1FA3.

ONDE SE LÊ:

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de outubro de 2025, revogadas as disposições em contrário. Registre-se e publique-se.

LEIA-SE:

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2025, revogadas as disposições em contrário. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito de Jatobá/PE, em 17 de novembro de 2025.

ROGÉRIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Prefeito

Esta Errata foi publicada nos termos do art. 101 da Lei Orgânica Municipal.

FRANCISCA ADERI PONTES DO NASCIMENTO
Secretária de Administração e Gestão
Portaria 001/2025

Publicado por:
Francisca Alderi Pontes do Nascimento
Código Identificador:DCC344FB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE N° 207/2025

EMENTA: Dispõe sobre a destituição de membro da Comissão de Avaliação e Monitoramento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JATOBÁ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 80 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição da Comissão de Avaliação e Monitoramento do contrato de gestão celebrado com a OSS.

CONSIDERANDO a exoneração do servidor Alessandro Silva Feitosa, matrícula nº 3976, anteriormente designado como membro da referida comissão, conforme Portaria nº 112/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica destituído o servidor, Sr. **Alessandro Silva Feitosa**, matrícula nº 3976, da função de membro da Comissão de Avaliação e Monitoramento, em razão de sua exoneração do cargo comissionado, em conformidade com a portaria de n° 193/2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 28 de outubro de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Jatobá-PE, 13 de novembro de 2025.

ROGÉRIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Prefeito

Esta Portaria foi publicada, conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 37º e nos termos do art. 101 da Lei Orgânica do Município de Jatobá/PE.

FRANCISCA ALDERI PONTES DO NASCIMENTO
Secretária de Administração e Gestão
Port. 001/2025.

Publicado por:
Francisca Alderi Pontes do Nascimento
Código Identificador:3915AE0F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE N° 208/2025

EMENTA: Dispõe sobre prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da comissão de sindicância e procedimento administrativo disciplinar.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JATOBÁ**, o Sr. **Rogério Ferreira Gomes da Silva**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 80, XXVIII, **RESOLVE**:

1º. Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Procedimento Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria 139/2025, referente ao Processo Administrativo 002/2025 , instaurado pela portaria 148/2025.

2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos para o dia 04 de novembro de 2025, revogadas as disposições em contrário. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 17 de novembro de 2025.

ROGÉRIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Prefeito

Esta Portaria foi publicada nos termos do art. 101, §1°, da Lei Orgânica do Município de Jatobá-PE.

FRANCISCA ALDERI PONTES DO NASCIMENTO
Secretária de Administração e Gestão
Portaria 001/2025

Publicado por:
Francisca Alderi Pontes do Nascimento
Código Identificador:3CF9007E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO ALFREDO

Processo Nº: 00081/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00015/2025. Compra. Tipo menor preço. Visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras. REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (ITENS REMANESCENTES), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO ALFREDO–PE. Valor: R$208.920,70.Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 03 de Dezembro de 2025. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site www.bnccompras.com. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: https://bnccompras.com/; www.gov.br/pncp ou através do Fone: (81) 3648–1156, no horário das 07:30 as 13:30 horas dos dias úteis.

João Alfredo, 17/11/2025.

PRISCYLLA SUELLEN DOS SANTOS SILVA.
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Emanuelle Vanessa de Melo Barbosa
Código Identificador:8B3603EA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JUREMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , CULTURA E ESPORTE
ERRATA

Errata: Na publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco – AMUPE, datada do dia 11 de novembro de 2025, do extrato de contrato nº 156/2025, na página 111, sob o Código Identificador: 3D479337, - **Onde se lê: VIGÊNCIA 06/11/2025 a Vigência 06/11/2025, Leia-se: VIGÊNCIA 06/11/2025 a Vigência 06/11/2026**

LEANDRO PAULO DOS SANTOS
Secretário de Educação

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:CF8971CE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
TERMO DE NOTIFICAÇÃO - ASSINATURA DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 053/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2025 - PML

A Pregoeira do Município de Lagoa do Carro/PE, vem por meio deste, **NOTIFICAR** a empresa: **MRC SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 27.015.710/0001-41,** estabelecida na Est. Margens da BR- 101 – Sul – KM, 155, 612 - Sala 08 – Centro - Ribeirão–PE, e com o seguinte E-mail: eduardosfslicitacao@gmail.com, a enviar seu representanteno **PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS úteis contados a partir do recebimento deste documento**, para assinatura do **CONTRATO**, referente ao Processo Licitatório Nº 053/2025- PML - Pregão Eletrônico Nº 012/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS MÓVEIS, DESTINADOS PARA**

ATENDER AOS DIVERSOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO/PE, a qual foi declarada vencedora do certame o **LOTE: 2,** conforme constante no auto do **Processo Licitatório**.

Informamos que caso a empresa não cumpra o prazo ora estipulado, a Pregoeira deste Município encaminhará a Cópia do Processo Licitatório para a Procuradoria jurídica para que sejam tomadas as devidas providências previstas em lei e no edital.

Informamos ainda que a empresa **MRC SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 27.015.710/0001-41**, foi convocada para assinatura do **CONTRATO** no dia **05/11/2025,** através do E-mail: eduardosfslicitacao@gmail.com**,** conforme publicação constante nos autos do Processo Licitatório.

Lagoa do Carro, 17 de novembro de 2025.

MARIA REGINA MACIEL DE ARRUDA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Regina Maciel de Arruda
Código Identificador:632BA612

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 502, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 502, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

Altera composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, mais especificamente, com base na Lei Municipal nº 003, de 15/05/2003, e em conformidade com a Lei 15.446, de 29/12/2014, considerando a saída de membros por motivo superior, **RESOLVE:**

Art. 1º - Alterar a composição dos membros, Titulares e Suplentes abaixo, para representação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS
EDNAIARA XAVIER DE ANDRADE AMORIM TITULAR
MARIA DO SOCORRO DA SILVA NASCIMENTO SUPLENTE

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC
JENICLEIA NUNES CARVALHO DA SILVA TITULAR
ANTÔNIO SIDNEI RIBEIRO CARDOSO SUPLENTE

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde – SESAU
GLÓRIA LEANDRA GOMES TITULAR
CLAUDIA THAYNA LIMA CARRILHO SUPLENTE

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados (as) Rurais de Lagoa Grande/PE – STTAR
MARCOS JOSÉ DOS SANTOS TITULAR
NAPOLIANA ROCHA DA SILVA SUPLENTE

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Lagoa Grande/PE – STR
MARINEIDE PEREIRA DOS SANTOS TITULAR
ELIANE DE SOUZA MENDES SUPLENTE

Representantes da Associação Centro de Atividades de Mulheres Agricultoras do Rio Pontal
JOSILENE AMORIM NUNES TITULAR
JURACI ALMEIDA DA SILVA VIEIRA SUPLENTE

Art. 2º - A duração do mandato dos Conselheiros ora nomeados obedecerá ao Art. 9º da Lei nº 003/2003.

Art. 3º - Nos termos da Lei 15.446, de 29 de dezembro de 2014, Art. 1º, a eleição dos representantes das organizações da sociedade civil que atuam na promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, será realizada no primeiro e terceiro ano do mandato do cargo do Poder Executivo do Estado, sempre na última semana de outubro, visando a regular adequação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com a CI nº 13/2025, Casa dos Conselhos, de 14 de novembro de 2025, revogando-se todas as disposições em sentido contrário.

Gabinete da Prefeita de Lagoa Grande – PE, em 14 de novembro de 2025.

ANA CATHARINA GARZIERA MORENO
Prefeita

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:D971F9E1

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, CNPJ: 01.613.731/0001-75,com sede na Avenida da Uva e do Vinho, nº40, 1º Andar, Centro, Lagoa Grande-PE, através da**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recreação, animação, serviços de fornecimento de pipoca, algodão doce e picolé para atender as ações da Secretaria de Educação do Município de Lagoa Grande-PE.
Contratada:DO RE MI ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ: 56.975.496/0001-73.
Valor Contratado:O valor global apresentado é de**$ 264.367,82 (duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos),**com duração de 12 (doze) meses. Sendo que a empresa apresentou menor valor, conforme sua proposta de preços.
Processo Licitatório: Nº 057/2025
Pregão Eletrônico: Nº 047/2025-SRP
Ata de Registro de Preços Nº 082/2025.

Lagoa Grande/PE, 17 de novembro de 2025.

JOSEILDE PAULINO DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Claudenice Marta Santos de Mendonça
Código Identificador:33AD3575

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057-2025-FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047-2025

Considerando que o Processo Licitatório nº 057-2025, sob análise guardou obediência às disposições legais que regem os processos licitatórios.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recreação, animação, serviços de fornecimento de pipoca,

algodão doce e picolé para atender as ações da Secretaria de Educação do Município de Lagoa Grande-PE.
Após o Processo Licitatório nº 057/2025, comunica-se sua **HOMOLOGAÇÃO,** ficando o objeto desta licitação em favor das empresas: **R$ 264.367,82(duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos):DO RE MI ENTRETENIMENTO LTDA(56975496000173) com os itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6 no valor total de R$ 264.367,82 (duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos). DECIDO HOMOLOGAR** o processo de licitação Pregão Eletrônico nº 047-2025-Processo Licitatório nº 057-2025.

Lagoa Grande/PE, 17 de novembro de 2025.

JOSEILDE PAULINO DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Claudenice Marta Santos de Mendonça
Código Identificador:5ED679D5

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAJEDO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAJEDO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 022/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 008/2025 – SRP. Objeto Nat.: Compras.Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de medicamentos em atendimento às determinações judiciais constantes nos processos nº 0002086-90.2023.8.17.2910, nº 1042-37.2024 e nº 0000054-44.2025.8.17.2910, contemplando itens fracassados do Pregão Eletrônico FMS nº 006/2025 e novos itens destinados às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Lajedo/PE. Em razão da ocorrência de itens desertos e fracassados, o Fundo Municipal de Saúde de Lajedo/PE torna pública a republicação do edital, comunicando que o sistema estará disponível para recebimento das propostas a partir do dia 18/11/2025, às 15h00, com encerramento em 01/12/2025, às 07h00. A sessão de disputa ocorrerá em 01/12/2025, às 09h00. Maiores informações poderão ser obtidas na Praça Joaquim Nabuco, nº 44, 2º andar, Centro, Lajedo/PE, setor de licitações, pelo site bnccompras.com ou também pelo portal da transparência do município, www.lajedo.pe.gov.br.

Lajedo, 17/11/2025,

JOSÉ ERONALDO DE MELO -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Jose Eronaldo de Melo
Código Identificador:AB320A8C

PREFEITURA MUNICPAL DE LAJEDO
EXTRATO DE CONTRATO SME Nº 099/2025

Em cumprimento às disposições legais, constantes na norma inscrita na Lei Federal Nº 14.133/21, comunicamos aos interessados o **EXTRATO DE CONTRATO, ORIGINADO DO PROCESSO SME N° 024/2025 - DISPENSA Nº 013/2025.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de utensílios de cozinha destinados às escolas da rede municipal de ensino de Lajedo/PE, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

EMPRESA: ALICITA SOLUCOES INTEGRADOS LTDA - ME
CNPJ: 57.734.381000150
CONTRATO: 099/2025
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR: R$ 32.756,00 (trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais)

Lajedo/PE, 14 de novembro de 2025.

GEORGE SOBRAL DE MELO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Jose Eronaldo de Melo
Código Identificador:89F1EDD5

PREFEITURA MUNICPAL DE LAJEDO
RATIFICAÇÃO - DISPENSA SME Nº 013/2025

A Secretaria Municipal de Educação, através do Secretário Municipal de Educação Reconhece e Ratifica a **Dispensa nº 013/2025 - Processo SME nº 024/2025**, tendo como objeto: **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de utensílios de cozinha destinados às escolas da rede municipal de ensino de Lajedo/PE, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, através** da seguinte empresa: **ALICITA SOLUCOES INTEGRADOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 57.734.381000150,** com valor global de **R$ 32.756,00 (trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais).**

Lajedo/PE, 14 de novembro de 2025.

GEORGE SOBRAL DE MELO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Jose Eronaldo de Melo
Código Identificador:481CAD9F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LIMOEIRO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 297, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

EMENTA: DESIGNA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 93, IX, da Lei Orgânica Municipal e considerando a Lei Federal 8.666/93 e Lei 14.133/2021

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores elencados abaixo para desempenharem a função de gestor e fiscal de contratos da Prefeitura Municipal de Limoeiro-PE, conforme disposto abaixo:

Objeto	Número do Contrato	Fiscal	Gestora
Aquisição de alimentos	171/2025	Pedro Lucas Rocha de Araújo Pereira, CPF nº 119.494.074-97, Agente Administrativo	Camila de Araújo Pereira Souza, CPF nº 113.971.504-67, Agente Administrativo

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° Ficam revogadas as demais disposições em contrário.
Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito
Limoeiro, 17 de novembro de 2025.

ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Sergio Murilo Bezerra Junior
Código Identificador:D7D9C555

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 298, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

EMENTA: NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE

INSPETOR CHEFE DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 93, IX, da Lei Orgânica Municipal e artigo 12 da Lei Complementar Municipal nº 174/2025

CONSIDERANDO o Ofício nº 316/2025 da Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o servidor **EDILSON ALVES DA SILVA**, matrícula nº 82.069, ocupante do cargo efetivo de Guarda Civil Municipal, pertencente ao símbolo GCM4, para ocupar a função gratificada de Inspetor Chefe da GCM-LIM.

Art. 2° Determinar à Secretaria de Administração e Tecnologia a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2025.

Art. 4° Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito
Limoeiro, 17 de novembro de 2025.

ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Sergio Murilo Bezerra Junior
Código Identificador:02F5F402

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 299, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 93, IX, da Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o art. 112 e ss, da Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, de aplicação subsidiária à Lei Complementar Municipal nº 001/93.

CONSIDERANDO o requerimento de licença-prêmio formulado pela servidora, a expedição de certidão pela Coordenação de Recursos Humanos, o Parecer da Gestão de Apoio Jurídico e a deliberação favorável da secretaria de origem através do Ofício nº 1.325/2025;

RESOLVE:

Art.1º Conceder, a pedido, **LICENÇA PRÊMIO**, pelo período de 2 (dois) meses, à servidora **MARIA VIRGÍNIA DA SILVA FREIRE**, matrícula nº 82.169, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de 17/11/2025 a 17/01/2026.

Art.3º Ficam revogadas as demais disposições em sentido contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito
Limoeiro, 17 de novembro de 2025.

ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Sergio Murilo Bezerra Junior
Código Identificador:6B23F6A6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MACHADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHADOS
PORTARIA Nº 064/2025

Ementa: Dispõe sobre exoneração a pedido de servidor efetivo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACHADOS, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA E PELO REGIMENTO INTENRO,

Considerando, o pedido de exoneração apresentado pelo servidor;

RESOLVE,

Art. 1º Exonerar a pedido**, Janailson Luiz de Lima Silva** do cargo de agente administrativo deste Poder Legislativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Machados, em 22 de setembro de 2025.

JOÃO SOARES DE MORAIS
Presidente

Publicado por:
Joseleide Salustiano de Andrade
Código Identificador:07ABBEE0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MIRANDIBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2025 - ADITIVO DE QUANTITATIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2025 - ADITIVO DE QUANTITATIVO. Objeto: Serviços de Pavimentação com Paralelepípedo em diversas ruas. Processo Administrativo nº 104/2024. Modalidade: Concorrência - Eletrônica nº 005/2024. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Infraestrutura, CNPJ nº 11.043.312/0001-07, CONTRATADO: CONSTRUTORA SANTOS E BEZERRA LTDA, CNPJ nº 35.175.305/0001-19. Valor Global: R$ 160.213,39 (cento e sessenta mil, duzentos e treze reais e trinta e nove centavos). Vigência Inicial: 8 de Janeiro de 2025. Vigência Final: 8 de Janeiro de 2026.

EVALDO BEZERRA DE CARVALHO -
Prefeito.

Mirandiba - PE, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Jefferson Jailson da Silva
Código Identificador:0EA9CE44

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MOREILÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOREILÂNDIA-PE
Aviso de licitação

Processo Licitatório nº 006/2025-FMEM – Concorrência Eletrônica nº 001/2025-FMEM.
Objeto: contratação de empresa de engenharia especializada para execução integral das obras de construção de uma Creche Tipo 1 com 10 (dez) salas de aula, localizada no Distrito de Caririmirim, Município de Moreilândia/PE, destinada ao atendimento da educação infantil no âmbito do Fundo Municipal de Educação de Moreilândia/PE (FME) com recursos do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira Nº 33/2025 do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação, e o Município de Moreilândia, conforme condições, projeto básico, planilhas orçamentárias e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Data da Sessão: 05/12/2025 as 09h00min. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no site através do site: www.licitacaomoreilandia.com.br, outras informações podem ser obtidas através do e-mail licitacao@moreilandia.pe.gov.br, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-

JOÃO FERREIRA LEMOS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:9213EBB2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação
Processo Licitatório n° 004/2025-FMASM - Dispensa n° 001/2025-FMASM
Torna-se público que o Fundo Municipal de Ação Social de Moreilândia-PE, por meio da Comissão de Contratação, realizará licitação, na modalidade DISPENSA, na forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, Tipo menor preço, Para Aquisição de material permanente para equipar cozinha comunitária do distrito de Cariri-mirim que promoverá o atendimento alimentar continuado e diário da população local, fortalecendo as ações de assistência social do município de Moreilândia/PE, conforme especificações constantes no termo de referência. Data da Sessão: 25/11/2025 as 09h00min. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no site através do site: www.portalcompraspublicas.com.br, outras informações podem ser obtidas através do e-mail licitacao@moreilandia.pe.gov.br, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta

-JOÃO FERREIRA LEMOS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:1A0D0442

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREILÂNDIA-PE
Aviso de licitação
Processo Licitatório nº 027/2025-PMM – Pregão Eletrônico nº 012/2025-PMM.
Objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de 01 (uma) máquina retroescavadeira nova, zero hora, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Moreilândia - PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Data da Sessão: 02/12/2025 as 09h00min. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no site através do site: www.portalcompraspublicas.com.br, outras informações podem ser obtidas através do e-mail licitacao@moreilandia.pe.gov.br, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-

JOÃO FERREIRA LEMOS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:E3054BAF

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MORENO

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA EDITAL Nº 001/2024 DE 20 DE JUNHO DE 2024 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, de acordo com as atribuições que lhes são conferidas, torna pública a convocação para o preenchimento das vagas de acordo com o Edital nº 001/2024 - SEDUC, oriundo da Seleção Pública Simplificada do corrente ano.

Moreno/PE, 10 de outubro de 2025.

MARINALVA CONCEIÇÃO DE VÉRAS
Secretária de Educação

COLOCAÇÃO	CARGO	NOME	MATRÍCULA
150º	PROFESSOR I	MELANIA ROCHA DE ARAUJO	3412

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:94C9A4A6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 990 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DO MORENO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE R$ R$ 196.000,00 (CENTO E NOVENTA E SEIS MIL REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, regulamenta as disposições constantes na Lei Municipal nº 745 de 27 de dezembro de 2024, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2025 e dá outras providências.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2025, conforme art. 8º § 1º, da Lei nº 745 de 27 de dezembro de 2024, crédito suplementar no valor de R$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I.
Art.2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art.1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 03 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
16.001 - Fundo Municipal de Assistência Social		
824312022.517 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CRAS/PAIF 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACCIONAL DE ASSISTÊNC IA SOCIAL - FNAS	**660**	**84.000,00**

824412042.536 – MANUTENÇÃO DO CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS IGD-PBF 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 660000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACCIONAL DE ASSISTÊNC IA SOCIAL - FNAS	**660**	**90.000,00**
824312022.517 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CRAS/PAIF 31900400 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 660000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACCIONAL DE ASSISTÊNC IA SOCIAL - FNAS	**660**	**18.000,00**
824312022.517 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CRAS/PAIF 31901300 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS 660000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACCIONAL DE ASSISTÊNC IA SOCIAL - FNAS	**660**	**4.000,00**
Total		**196.000,00**

ANEXO II **(ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)**		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
16.001 - Fundo Municipal de Assistência Social		
830612172.996 – MANUTENÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE PERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 701000 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**701000**	**174.000,00**
812212042.509 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 33909300 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**5.000,00**
812212042.509 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 33903000 – MATERIAL DE CONSUMO 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**4.000,00**
824312022.230 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS 31901300 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS 660000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	**660000**	**5.000,00**
824312022.517 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CRAS/PAIF 44905200 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 660000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	**660000**	**2.000,00**
812212042.509 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 33903600 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**6.000,00**
Total		**196.000,00**

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:25FE26EA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 991 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DO MORENO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE R$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, regulamenta as disposições constantes na Lei Municipal nº 745 de 27 de dezembro de 2024, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2025 e dá outras providências.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2025, conforme art. 7º, da Lei nº 745 de 27 de dezembro de 2024, crédito suplementar no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I.
Art.2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art.1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Moreno, 05 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

ANEXO I **(CRÉDITO SUPLEMENTAR)**		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
42001 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
154518101.192 – PAVIM. ASFÁLTICA, CONSTRU/RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO, CALÇADAS E MEIO FIO **44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES** **500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**	**500000**	**70.000,00**
Total		**70.000,00**

ANEXO II **(ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)**		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
42001 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
154518101.192 – PAVIM. ASFÁLTICA, CONSTRU/RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO, CALÇADAS E MEIO FIO **44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES** **700000 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS**	**700000**	**70.000,00**
Total		**70.000,00**

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:262FD22A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 992 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DO MORENO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE R$ 565.585,30 (QUINHENTOS E SESSENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E OITENTA E CINCO REAIS, TRINTA CENTAVOS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, regulamenta as disposições constantes na Lei Municipal nº 745 de 27 de dezembro de 2024, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2025 e dá outras providências.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2025, conforme art. 7º, da Lei nº 745 de 27 de dezembro de 2024, crédito suplementar no valor de R$ 565.585,30 (quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais, trinta centavos), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I.
Art.2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art.1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 06 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
42001 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
154528102.293 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**180.000,00**
154518101.192 – PAVIM. ASFÁLTICA, CONSTRU/RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO, CALÇADAS E MEIO FIO 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**385.585,30**
Total		**565.585,30**

ANEXO II (ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
42001 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
154518102.995 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E VIAS URBANAS NÃO PAVIMENTADAS 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**565.585,30**
Total		**565.585,30**

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:992EC8E4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 993 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DO MORENO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE R$ 151.540,00 (CENTO E CINQUENTA E UM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, regulamenta as disposições constantes na Lei Municipal nº 745 de 27 de dezembro de 2024, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2025 e dá outras providências.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2025, conforme art. 7º, da Lei nº 745 de 27 de dezembro de 2024, crédito suplementar no valor de R$ 151.540,00 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta reais), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I.

Art.2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art.1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 06 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
15.001 – Fundo Municipal de Saúde		
1030313032.319 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA 33903200 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 621000 – TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS	**621000**	**151.540,00**
Total		**151.540,00**

ANEXO II (ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
15.001 – Fundo Municipal de Saúde		
Total		

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:56B66F65

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 994 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DO MORENO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE R$ 390.000,00 (TREZENTOS E NOVENTA MIL REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, regulamenta as disposições constantes na Lei Municipal nº 745 de 27 de dezembro de 2024, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2025 e dá outras providências.

DECRETA:
Art.1º Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2025, conforme art. 8º, § 1º, da Lei nº 745 de 27 de dezembro de 2024, crédito suplementar no valor de R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I.
Art.2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art.1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 06 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
15.001 – Fundo Municipal de Saúde		
1030113011.310 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENÇÃO BÁSICA Á SAÚDE (EMENDA 006) 44905200 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 600000 – TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS	**600000**	**390.000,00**
Total		**390.000,00**

ANEXO II (ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
15.001 – Fundo Municipal de Saúde		
1030113011.311 – CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE IMÓVEIS VINCULADOS Á ATENÇÃO BÁSICA (EMENDAS) 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 600000 – TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS	**600000**	**390.000,00**
Total		**390.000,00**

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:13CE59D8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 996 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DO MORENO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE R$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, regulamenta as disposições constantes na Lei Municipal nº 745 de 27 de dezembro de 2024, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2025 e dá outras providências.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2025, conforme art. 7º, da Lei nº 745 de 27 de dezembro de 2024, crédito suplementar no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I.
Art.2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art.1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 10 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
41001 – Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social		
412215132.555 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**100.000,00**
27001 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes		
1339211032.60 – PROMOÇÃO DE EVENTOS DO CALENDÁRIO CULTURAL DO MUNICÍPIO 44905200 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**10.000,00**
Total		**110.000,00**

ANEXO II (ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
41001 – Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social		
412215131.569 – ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**10.000,00**
412215132.555 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL 33903500 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**10.000,00**
412215132.555 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL 33903600 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**10.000,00**
412215132.555 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL 33904800 – OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS Á PESSOAS FÍSICAS 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**50.000,00**
412215132.555 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL	**500000**	**10.000,00**
44905200 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		
61839022.279 – MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA PREVENTIVA VIA SISTEMA INTEGRADO 33903000 – MATERIAL DE CONSUMO 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**10.000,00**
61839022.279 – MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA PREVENTIVA VIA SISTEMA INTEGRADO 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**10.000,00**
Total		**110.000,00**

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:8113DE1A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 998 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DO MORENO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, regulamenta as disposições constantes na Lei Municipal nº 745 de 27 de dezembro de 2024, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2025 e dá outras providências.

DECRETA:
Art.1º Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2025, conforme art. 8º, §1º, da Lei nº 745 de 27 de dezembro de 2024, crédito suplementar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I.
Art.2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art.1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 13 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
15.001 – Fundo Municipal de Saúde		
1030113011.311 – CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE IMÓVEIS VINCULADOS Á ATENÇÃO BÁSICA (EMENDAS) 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 500102 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500102**	**200.000,00**
Total		**200.000,00**

ANEXO II (ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
15.001 – Fundo Municipal de Saúde		
1030113011.210 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENÇÃO BÁSICA Á SAÚDE (EMENDA 006) 44905200 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 600000 – TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS	**600000**	**200.000,00**
Total		**200.000,00**

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:B41167E7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 999 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO, NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a importância histórica e cultural do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, instituído pela Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, como reconhecimento da luta do povo negro, da resistência de Zumbi dos Palmares à escravidão e da promoção da igualdade racial;
CONSIDERANDO que o Governo de Pernambuco, por meio da Secretaria de Administração (SAD), decretou ponto facultativo na próxima sexta-feira, dia 21 de novembro;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo, nas repartições públicas e entidades da administração direta e indireta no dia 21 de novembro de 2025.
Art. 2º Os serviços essenciais, que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos, deverão funcionar normalmente, sob responsabilidade dos respectivos secretários ou dirigentes das unidades administrativas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Moreno-PE, 17 de novembro de 2025

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito de Moreno

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:28C5EBE7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 050 DE 19 DE SETEMBRO DE 2025

Republicado por incorreção no original. Data 22/09/2025. Edição 3933.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO COMITÉ GESTOR INTERSETORIAL

PARA O PROGRAMA BUSCA ATIVA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MORENOE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Comitê Gestor Intersetorial do Programa Busca Ativa Escolar, para o quadriênio de 2025 a 2028, nos termos das diretrizes estabelecidas pelo referido programa.
Art. 2º Farão parte do Comitê Gestor Intersetorial do Programa Busca Ativa Escolar os seguintes membros::
I – Edmilson Cupertino de Almeida – Prefeito;
II – Marinalva Conceição de Véras – Gestor(a) Político(a);
III – Alessandra Emily de Oliveira Sotero – Supervisora Institucional;
IV – Cleiton Lopes da Silva – Coordenador Operacional;
V – Taynara Pereira da Silva – Técnico Verificador;
VI – Alexsandro Silva Emiliano – Técnico Verificador;
VII – Fernando Correia de Almeida – Técnico Verificador;
VIII – Desiane Jacqueline Barbosa – Técnico Verificador;
IX – Nelida Silva de Andrade – Técnico Verificador;
X – Elissandra Cleonice Nascimento de Santana – Técnico Verificador;
XI – Mikaella Silva Paiva – Técnico Verificador;
XII – Silvino Santos Anjos – Técnico Verificador;
XIII – Túlio José Ferreira Nolasco – Técnico Verificador;
XIV – João Paulo Araújo Pinto – Técnico Verificador;
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Moreno-PE, 19 de setembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito de Moreno

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:A35E5372

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL
EDITAL Nº 001/2024 ATO DE RETIFICAÇÃO – CONVOCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORENO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL
CONCURSO PÚBLICO – GUARDA CIVIL MUNICIPAL
EDITAL Nº 001/2024
ATO DE RETIFICAÇÃO – CONVOCAÇÃO
O Prefeito do Município de Moreno, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de correção de dados constantes no **Ato de Convocação** publicado em **04 de novembro de 2025**, referente ao Concurso Público da Guarda Civil Municipal (Edital nº 001/2024), **RETIFICA** os nomes de dois candidatos convocados, conforme segue:
1. Retificações
Onde se lê:
"2º – *Diêgo Gabriel Sá dos Santos*"
Leia-se:
"2º – **Dyêgo Gabriel Sá dos Santos**"
Onde se lê:
"16º – *Leandro de Araújo Oliveira*"
Leia-se:
"16º – **Leandro de Araújo Teixeira**"
2. Demais disposições
Ficam **mantidas e inalteradas** todas as demais informações constantes no Ato de Convocação original, incluindo prazos, documentos exigidos e procedimentos admissionais.
Este Ato será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco, para que produza seus efeitos legais.
Moreno/PE, 17 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal de Moreno-PE

JOSÉ ERIGERSON NEGROMONTE DE BARROS
Secretário Municipal de Administração e Defesa Social

Publicado por:
Ágata Melissa Sobral da Silva
Código Identificador:20119FE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL
EDITAL Nº 001/2025 – DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DAS AVALIAÇÕES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORENO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL
EDITAL Nº 001/2025 – DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DAS AVALIAÇÕES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Divulga o Resultado Preliminar da Avaliação de Desempenho dos Guardas Civis Municipais, referente ao Edital Avaliativo nº 001/2025, de 07 de maio de 2025, e abre prazo para interposição de recursos.

A **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MORENO**, por meio da Comissão Avaliadora instituída nos termos da **Lei Municipal nº 724/2024,** da **Lei Municipal nº 729/2024,** e em conformidade com **o Edital Avaliativo de Desempenho nº 001/2025,**

TORNA PÚBLICO o **RESULTADO PRELIMINAR** da Avaliação de Desempenho dos Guardas Civis Municipais referente ao ciclo avaliativo regulamentado, e abre **prazo para interposição de recursos**, conforme disposições a seguir:

1. DO RESULTADO PRELIMINAR
Fica divulgada, abaixo, a relação nominal dos servidores avaliados, contendo matrícula e situação no resultado preliminar:

TABELA DE RESULTADO PRELIMINAR –AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO 2025

Nº	Nome do Servidor	Matrícula	Situação (Preliminar)
1	Aldemir Nascimento da Silva	25.765	**Apto**
2	Gerônimo Felício da Cruz	25.953	**Apto**
3	Gilson Paes Barreto	25.952	**Apto**
4	José da Paz Ferreira	25.957	**Apto**
5	José Pedro Augusto da Silva	25.584	**Apto**
6	Josuel Ferreira Silva	25.974	**Apto**
7	Jurandir Costa de Oliveira	25.956	**Apto**
8	Manoel Gomes da Silva	25.942	**Apto**
9	Manoel José de Lima	25.692	**Apto**
10	Marcos Antônio da Silva	25.948	**Apto**
11	Paulo Henrique da Silva	25.954	**Apto**
12	Paulo Henrique Dias	25.944	**Apto**
13	Reginaldo Alfredo da Silva	25.949	**Apto**
14	Rivaldo Batista Cavalcanti Filho	25.978	**Apto**
15	Roberto Vicente Rodrigues	25.976	**Apto**
16	Vanderley Antônio Gomes da Silva	25.950	**Apto**
17	Eron Soares da Silva	25.977	**Não apto (preliminar)**
18	Severino José da Silva	25.938	**Não apto (preliminar)**

2. DA POSSIBILIDADE DE RECURSO
2.1. Os servidores que não alcançaram a pontuação mínima para progressão poderão interpor **recurso contra o resultado preliminar** no prazo de **03 dias úteis**, contados da data de publicação deste Edital.
2.2. Os recursos deverão ser apresentados **por escrito**, assinados, e protocolados no **Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração e Defesa Social,** no horário das 08h às 15h.
2.3. Não serão conhecidos recursos que:

I – forem apresentados fora do prazo;
II – estiverem sem fundamentação clara e objetiva;
III – forem enviados por meios distintos dos previstos neste Edital.

3. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS
3.1. A Comissão Avaliadora analisará os recursos, no prazo máximo de 7 dias e emitirá decisão fundamentada.
3.2. O **Resultado Definitivo** da Avaliação de Desempenho será publicado, oportunamente, no **Diário Oficial dos Municípios**, após o encerramento da fase recursal.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. Este Edital tem caráter **público e oficial**, produzindo efeitos legais retroativos a 30 de outubro de 2025.
4.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração e Defesa Social, respeitada a legislação aplicável.

Moreno/PE, 10 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal de Moreno

JOSÉ ERIGERSON NEGROMONTE DE BARROS
Secretário de Administração e Defesa Social

Publicado por:
Ágata Melissa Sobral da Silva
Código Identificador:3B0F5018

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL
PORTARIA Nº 122/2025 - SADS

MUNICÍPIO DE MORENO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL
PORTARIA 122/2025 – SADS

Publica a relação nominal dos Guardas Civis Municipais de Moreno aprovados no Curso de Formação Profissional realizado pela Banca IGEDUC.

O **Secretário de Administração e Defesa Social do Município de Moreno**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 370/2014, alterada pela Lei Complementar nº 729/2024,
CONSIDERANDO a necessidade de complementação da formação técnica dos servidores integrantes da Guarda Civil Municipal admitidos em concurso público anterior, no qual não foi exigida a realização de curso de formação inicial;
CONSIDERANDO a importância da capacitação continuada e da padronização do conhecimento técnico-operacional entre os integrantes da Corporação;
CONSIDERANDO a conclusão do Curso de Formação Profissional realizado conjuntamente entre os Guardas Civis Municipais veteranos e os novos convocados do Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Fica publicada a **relação nominal dos Guardas Civis Municipais aprovados** no Curso de Formação Profissional promovido pela Banca IGEDUC, conforme **Anexo Único** deste Ato.
Art. 2º O curso teve por objetivo a regularização e atualização da formação técnica e legal dos integrantes da Guarda Civil Municipal, conferindo-lhes o respectivo **Certificado de Conclusão de Curso de Formação**.
Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 23 de outubro de 2025.

JOSÉ ERIGERSON NEGROMONTE DE BARROS
Secretário de Administração e Defesa Social
Prefeitura Municipal de Moreno

RELAÇÃO DOS SERVIDORES VETERANOS APROVADOS NO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nº	NOME COMPLETO	MATRÍCULA	SITUAÇÃO
01	ALDEMIR NASCIMENTO DA SILVA	25.765	APROVADO
02	DANIEL JOSÉ DO NASCIMENTO JUNIOR	32.549	APROVADO
03	FAGNER RAMOS FIGUEIREDO	32.952	APROVADO
04	GERÔNIMO FELÍCIO DA CRUZ	25.953	APROVADO
05	GILSON PAES BARRETO	25.952	APROVADO
06	PAULO HENRIQUE DIAS	25.944	APROVADO
07	RODRIGO GUERRA CABRAL	31.263	APROVADO
08	ROGÉRIO PEDRO DA SILVA	31.234	APROVADO
09	TARCÍSIO ADRIANO TAVARES FERREIRA	31.276	APROVADO
10	TARLYTON PONTES DOMINGOS	31.277	APROVADO
11	WELLINGTON JOSÉ CARDOSO	31.279	APROVADO

Publicado por:
Ágata Melissa Sobral da Silva
Código Identificador:59EFD257

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2025

TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2025

Considerando a análise da legalidade do procedimento, da conveniência e oportunidade da contratação, bem como pelas atribuições a mim conferidas estou de acordo com o ato de reconhecimento realizado pela Agente de Contratações e RATIFICO,

em todos os seus termos, o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 160/2025 - Processo Eletrônico 1Doc nº. 1.533/2025 - Dispensa Nº. 063/2025 em favor da empresa GABRIELLY DA SILVA DOMINGOS 13469438420, inscrita no CNPJ nº 31.052.226/0001-60, no valor total R$ 20.088,00 (Vinte mil e oitenta e oito reais, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Nessa oportunidade, determino a publicação deste ato e AUTORIZO o empenho dos Recursos que farão face às despesas da contratação.

Moreno, 14 de Novembro de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
CIRO REIS DE FREITAS
Secretário de Assistência Social
Mat. 36306

Publicado por:
Elaine Silva Dos Santos Pereira
Código Identificador:C20D4095

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA ERRATA A PUBLICAÇÃO –EXTRATO DE CONTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº006/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 CONTRATO Nº 060/2025

Objeto: Fornecimento eventual e futuro de material de limpeza, para atender à demanda desta Prefeitura e demais secretarias, por um período de 12 (doze) meses. Onde se lê: EXITO LICITACOES COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.991.190/0001-24. Leia-se: DIFERENCIAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.617.964/0001-58.

Nazaré da Mata, 17 de Novembro de 2025.

ADRIANA ANDRADE LIMA VASCONCELOS COUTINHO
Prefeita

Publicado por:
Gesanias Maximo Ribeiro da Paz
Código Identificador:05F162B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAZARÉ DA MATA PROCESSO LICITATÓRIO 006/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 006/2025 -EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2025.

Extrato de Contrato Nº 053/2025. CPL. Objeto: Fornecimento eventual e futuro de material de limpeza, para atender à demanda desta Prefeitura e demais secretarias, por um período de 12 (doze) meses. Contratado: empresa DIFERENCIAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 09.617.964/0001-58. Valor Total: R$ 2.302,65 (Dois mil, trezentos e dois reais e sessenta e cinco centavos). Mais informações através do site: http://www.nazaredamata.pe.gov.br. Vigência: 19/08/2025 à 19/08/2026.

Nazaré da Mata,17 de Novembro de 2025.

MÁRCIA MARIA ALMEIDA CAMPOS DIOGO DE ANDRADE
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Gesanias Maximo Ribeiro da Paz
Código Identificador:63177229

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - GABINETE DO PREFEITO DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA 2ª E 3ª ETAPAS – APRESENTAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR E ENTREVISTAS COM BANCA EXAMINADORA

PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA DIRETORES ESCOLARES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA/PE
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA 2ª e 3ª ETAPAS – APRESENTAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR E ENTREVISTAS COM BANCA EXAMINADORA

Escolas	Candidato(a)	2ª etapa: Plano de Gestão Escolar	3ª etapa: Entrevista	Média aritmética: 2ª e 3ª etapas
Escola Municipal Henrique Floriano Coutinho	Marister Moura Badaró	80	95	**87,5**
Colégio Municipal Dom Mota	Ana Paula Cabral de Oliveira Melo	45	94	**69,5**
Colégio Municipal Monsenhor Carlos Neves Calábria	Severina José de Souza Freitas	100	99	**99,5**
	Josilene Jorge da Silva	85	80	**82,5**
Grupo Escolar Municipal Dep Torquato Ferreira Lima	Roseane Cabral da Silva Bahé	50	69	**59,5**
Colégio Municipal Presidente Tancredo de Almeida Neves	Ítala Luziara de A. Melo Marcolino	55	60	**57,5**
Escola Municipal Dom Carlos Coelho	Roselma Franklin de Lira	95	78	**86,5**
	Laudicéia Franco de Oliveira	65	80	**72,5**
	Maria Cleide Xavier de Almeida	90	45	**67,5**
Escola Municipal Natércia Azevedo de Andrade Pereira	Sônia Maria de Freitas	100	90	**95**
	Gerline José Silva de Lima Oliveira	55	64	**59,5**

Publicado por:
Ulisses Matheus Braga de Freitas Melo
Código Identificador:FE8C7A85

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA

CÂMARA DE VEREADORES DE OLINDA PORTARIA Nº 252/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO o Requerimento de Nº 470/25, datado de 16 de outubro de 2025;

CONSIDERANDO a autorização do Presidente desta Casa Legislativa,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor **MARCIO ALEXANDRE DE SOUZA COSTA**, matrícula de nº 089 – 1, Guarda Legislativo, **30 (trinta) dias de licença prêmio**, a partir de 03 de novembro do ano em curso.
Art. 2º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CASA BERNARDO VIEIRA DE MELO, GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 30 de outubro de 2025.

SAULO HOLANDA RABELO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Fabiane Maria Souza Macêdo de Paula
Código Identificador:582A3B4E

OLINPREV
PENSÃO POR MORTE - ATO Nº 136/2025

ATO Nº 136 de 11 de novembro de 2025.

A **DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLINDA (OLINPREV)**, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 10, inciso VI, da Lei Municipal de nº 6188/2021, **RESOLVE**:

Conceder pensão por morte, a contar de 18 de agosto de 2025, a **SEVERINO CANDIDO DA SILVA**, beneficiário(s) do(a) ex-segurado(a) **NEUZA FERREIRA DA SILVA**, que ocupou o cargo de Professora Magistério 200h, MATRIZ I, CLASSE B, FAIXA IX , matrícula/inscrição 11492-8, falecido(a) em 18 de agosto de 2025, conforme informações constantes no processo nº 2025/10/024412 de 23 de outubro de 2025, nos seguintes termos:

1. Para **SEVERINO CANDIDO DA SILVA**, inscrito(a) no CPF sob o nº 075.383.404-91, na qualidade de Cônjuge / Companheira, com fundamento no art. 40, §7º, Inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda à Constituição nº41/2003, c/c o art. 9º, inciso I, art. 47, inciso I e art. 48, inciso I, todos da Lei Complementar Municipal nº14/2002, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº023/2004.

Este ato produzirá efeitos a partir de 18 de agosto de 2025.

Código de Autenticação: OLINPREV-960463-3RBP

CLÁUDIA MARIA SILVA TABOSA
Diretora Presidente - OLINPREV

Publicado por:
José Valmir da Silva
Código Identificador:37D42A37

OLINPREV
PENSÃO POR MORTE - ATO Nº 137/2025

ATO Nº 137 de 11 de novembro de 2025.

A **DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLINDA (OLINPREV)**, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 10, inciso VI, da Lei Municipal de nº 6188/2021, **RESOLVE**:

Conceder pensão por morte, a contar de 23 de outubro de 2025, a **MARLENE MARIA DO NASCIMENTO NOBERTO**, beneficiário(s) do(a) ex-segurado(a) **SEVERINO LEONEL NOBERTO**, que ocupou o cargo de Auxiliar de Manutenção e Obras, NÍVEL 03, REFERÊNCIA 11, matrícula/inscrição 25804-0, falecido(a) em 23 de outubro de 2025, conforme informações constantes no processo nº 2025/10/024579 de 28 de outubro de 2025, nos seguintes termos:

1. Para **MARLENE MARIA DO NASCIMENTO NOBERTO**, inscrito(a) no CPF sob o nº 500.012.994-68, na qualidade de Cônjuge / Companheira, com fundamento no art. 40, §7º, Inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda à Constituição nº41/2003, c/c o art. 9º, inciso I, art. 47, inciso I e art. 48, inciso I, todos da Lei Complementar Municipal nº14/2002, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº023/2004.

Este ato produzirá efeitos a partir de 23 de outubro de 2025.

Código de Autenticação: OLINPREV-748057-HX1F

CLÁUDIA MARIA SILVA TABOSA
Diretora Presidente - OLINPREV

Publicado por:
José Valmir da Silva
Código Identificador:89D9689D

OLINPREV
PENSÃO POR MORTE - ATO Nº 138/2025

ATO Nº 138 de 11 de novembro de 2025.

A **DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLINDA (OLINPREV)**, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 10, inciso VI, da Lei Municipal de nº 6188/2021, **RESOLVE**:

Conceder pensão por morte, a contar de 14 de agosto de 2025, a **MARCELA SILVANA TRAJANO DE ARAÚJO**, beneficiário(s) do(a) ex-segurado(a) **MARIA TRAJANO FERREIRA**, que ocupou o cargo de Professora de praticas profissionais, NÍVEL 01, REFERÊNCIA I, matrícula/inscrição 27435-6, falecido(a) em 06 de abril de 2024, conforme informações constantes no processo nº 2025/08/018779 de 14 de agosto de 2025, nos seguintes termos:

1. Para **MARCELA SILVANA TRAJANO DE ARAÚJO**, inscrito(a) no CPF sob o nº 720.383.494-87, na qualidade de Filho(a), com fundamento no art. 40, §7º, Inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda à Constituição nº41/2003, c/c o art. 9º, inciso II, art. 47, inciso II e art. 48, inciso I, todos da Lei Complementar Municipal nº14/2002, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº023/2004.

Este ato produzirá efeitos a partir de 14 de agosto de 2025.

Código de Autenticação: OLINPREV-322650-1YBL

CLÁUDIA MARIA SILVA TABOSA
Diretora Presidente - OLINPREV

Publicado por:
José Valmir da Silva
Código Identificador:F28855BE

SECRETARIA DA FAZENDA
PORTARIA SEFAZ Nº 071/2025

PORTARIA SEFAZ Nº 071/2025

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 316, da Lei Complementar nº 03, de 30 de dezembro de 1997 - Código Tributário do Município de Olinda,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor José Emerson Araujo da Silva, matrícula nº 63407-7/1, para responder como Gerente de Atendimento ao Contribuinte, em substituição a servidora Patricia Matos de Assis, matrícula nº 63400-0/1, em gozo de licença prêmio no período de 11 a 19 de novembro de 2025, em conformidade com as informações constantes no processo nº 2025/10/24240 de 21 de outubro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 11 de novembro de 2025.

Secretaria da Fazenda, Gabinete do Secretário, em 09 de novembro de 2025.

JACKSON ANTÔNIO DA TRINDADE ROCHA
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado por:
Ebe Groeschel de Gusmão
Código Identificador:FB3944FD

SECRETARIA DA FAZENDA
PORTARIA SEFAZ Nº 072/2025

PORTARIA SEFAZ Nº 072/2025.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 316, da Lei Complementar nº 03, de 30 de dezembro de 1997 - Código Tributário do Município de Olinda,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Itamires Maria de Oliveira, matrícula nº 66951-2/1, para responder como Chefe do Departamento de Controle de Arrecadação, em substituição a servidora Valéria Bezerra Duarte da Silva, matrícula nº 66662-9/1, em gozo de férias no período de 20/10 a 06/11 de 2025, em conformidade com as informações constantes no processo nº 2025/10/23865 de 14 de outubro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de outubro de 2025.

Secretaria da Fazenda, Gabinete do Secretário, em 09 de novembro de 2025.

JACKSON ANTÔNIO DA TRINDADE ROCHA
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado por:
Ebe Groeschel de Gusmão
Código Identificador:F4952E94

SECRETARIA DA FAZENDA
PORTARIA SEFAZ Nº 073/2025

PORTARIA SEFAZ Nº 073/2025

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 316, da Lei Complementar nº 03, de 30 de dezembro de 1997 - Código Tributário do Município de Olinda,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Maxwell Medeiros de Morais, matrícula nº 66930-0/1, para integrar a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis (CAVAL), ficando dispensada da referida comissão, a servidora Patrícia Maria Souto Fontes, matrícula nº 66660-2/1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 21 de novembro de 2025.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Secretário da Fazenda, Gabinete do Secretário, em 07 de novembro de 2025.

JACKSON ANTÔNIO DA TRINDADE ROCHA
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado por:
Ebe Groeschel de Gusmão
Código Identificador:0B87ADB3

SECRETARIA DA FAZENDA
PORTARIA SEFAZ Nº 074/2025

PORTARIA SEFAZ Nº 074/2025

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 316, da Lei Complementar nº 03, de 30 de dezembro de 1997 - Código Tributário do Município de Olinda,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Patrícia Maria Souto Fontes, matrícula nº 66660-2/1, para responder como Chefe do Departamento do Foral-FG-CH, no âmbito da Diretoria Geral de Tributos Imobiliários-DGTI, ficando dispensado do cargo o servidor Victor Alberto Freire Siqueira Alves, matrícula nº 63412-3/1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 21 de novembro de 2025.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Secretário da Fazenda, Gabinete do Secretário, em 07 de novembro de 2025.

JACKSON ANTÔNIO DA TRINDADE ROCHA
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado por:
Ebe Groeschel de Gusmão
Código Identificador:B612DD10

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 420/2025-GS/SGPA

Portaria nº 420/2025GS/SGPA

A Secretária Executiva de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 6144/2021, cumulada com o Decreto Municipal nº 010/09, e Portaria nº 044-A/09-GS-SEFAD e de acordo com o disposto no art. 104 da Lei Complementar Municipal nº 01/90 e suas alterações.

Art. 1º – Conceder o gozo da Licença Prêmio aos servidores constantes desta portaria.

Ord.	Processo	Nome	Matrícula	Secretaria	Período
01	2025/23705	Solange Oliveira Silva	19378-0/1	Saúde	2013/2018
02	2025/23939	Roberta Amorim Rêgo	17422-0/1	Saúde	2013/2018
03	2025/23186	Rogério Gonçalves da Silva	18889-1/1	Educação	2017/2022
04	2025/23891	Maria Betânia Morais dos S. Silva	19729-7/1	Saúde	2018/2023

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração da Prefeitura Municipalde Olinda, em 11 de novembro de 2025.

•

MARA REGINA DE CARVALHO ANNUNCIATO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ezinete Felismina de França
Código Identificador:619FAF0E

SECRETARIA DE GESTÃO URBANA
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO AUTORIZADO PELO DECRETO N° 105/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE OLINDA E O SR° IVANILDO LINS PINTO FILHO

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO AUTORIZADO PELO DECRETO N° 105/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE OLINDA E O Sr° IVANILDO LINS PINTO FILHO

O MUNICÍPIO DE OLINDA, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 10.404.184/0001-09, por intermédio da Secretaria de Gestão Urbana, com sede à Av. Romeu Jacobino Figueiredo, s/n, Ouro Preto, Olinda/PE neste ato representado pelo Secretário de Gestão Urbana, por força do Ato n° 2311/2025, o Sr.°, MANOEL CARLOS DOS SANTOS, brasileiro, casado, Contador, inscrito no CPF/MF sob o n°

305.769.704-68, e portador da cédula de identidade n° 2.006.433, SDS/PE, residente e domiciliado na Cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal n° 105/2022 de 18/07/2022, doravante denominado CONTRATANTE, e o Sr.° IVANILDO LINS PINTO FILHO, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no CPF/MF sob o n° 765.159.824-53 e portador da cédula de identidade n° 3.365.711 SDS/PE, residente e domiciliado na Olinda/PE, doravante denominado CONTRATADO, por esta e na melhor forma de Direito, resolvem rescindir unilateralmente o contrato n° 020/2022 tendo como objeto a prestação de serviços de Engenharia Civil.

Olinda, 31 de outubro de 2025.

MANOEL CARLOS DOS SANTOS
Secretário de Gestão Urbana

Publicado por:
Felipe de Souza Brandão
Código Identificador:F199E562

SECRETARIA DE SAUDE
REPUBLICAÇÃO POR ALTERAÇÃO

REGIMENTO ELEITORAL DA 17ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OLINDA

CAPÍTULO I

DO BJETIVO

Art. 1º Este Regimento tem por objetivo normatizar a eleição dos(as) delegados(as) que participarão da **17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda** que será realizada nos dias 05 e 06 de dezembro de 2025 no auditório da Faculdade de Medicina de Olinda (FMO).

CAPÍTULO II

DA DELEGAÇÃO

Art. 2º Conforme o regulamento da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Olinda, haverá participação de **160 (cento e sessenta)** delegados(as), designados(as) de forma paritária, sendo **80 (oitenta)** delegados(as) representantes dos usuários(as), **40** (**quarenta**) delegados (as) representantes dos(as) trabalhadores(as) e **40** (**quarenta**) delegados(as) representantes da gestão.

I - Os (As) membros(as) titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde de Olinda, bem como os membros titulares e suplentes dos Conselhos Locais de Saúde, serão delegados(as) natos(as) na 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, conforme Regulamento da Conferência aprovado pelo pleno do Conselho Municipal de Saúde.
II - Serão **eleitos(as) 80** (oitenta) delegados(as) representantes dos(as) usuários(as), **40 (quarenta)** delegados(as) representantes dos(as) trabalhadores(as) e **40 (quarenta)** delegados(as) indicados(as) representantes da gestão.

CAPÍTULO III

DAS ELEIÇÕES

Art. 3º As eleições para os(as) delegados(as) da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda ocorrerão durante a 1ª e 2ª etapas da Pré-Conferência, sendo a 1ª etapa para o segmento trabalhador(a) e a 2ª etapa para o segmento usuário(a), ambas realizadas no auditório do Centro Unuversitário Mauricio de Nassau (UNINASSAU), sendo dia **24 de outubro de 2025,** das 08h às 13:00h, **para o segmento Trabalhador(a)** e dia **25 de outubro**, das 08h às 13:00h, para o **segmento usuário(a).**

§ 1º Serão eleitos(as) 55 delegados(as) representantes dos(as) usuários(as), 26 delegados(as) representantes dos(as) trabalhadores(as) e indicados 30 delegados(as) representantes da gestão.

§ 2º A Comissão Eleitoral da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda será composta por (04) membros(as) direcionados(as) pelo pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo: 01 (um) representante do seguimento do(a) trabalhador(a), 02 (dois) representantes do segmento do(a) usuário(a) e 01 (um) representante da gestão.

§ 3º Na ausência dos (as) membros(as) da comissão supracitada, assumirão os(as) membros(as) da Comissão de Organização da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.

§ 4º Os(as) trabalhadores(as) da saúde de Olinda só poderão ser candidatos(as) a delegados(as) na ocasião da 1ª etapa da pré-Conferência da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, do segmento trabalhador(a) e **não** poderão votar no segmento usuário(a).

§ 5º Os nomes dos(as) delegados as) representantes da gestão deverão ser oficializados(as) à Comissão de Organização da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda até o dia 31 de outubro de 2025

§ 6º A programação das plenárias ocorrerão da seguinte forma:

08:00h às 10:30h – Credenciamento/lanche
09:00h às 09:30h - Mesa de Abertura
09:30h às 10:00h - Leitura do Regulamento e Regimento Eleitoral da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda

10:00h às 11:00h - Debate

11:00h às 12:00h - Eleições

12:00h às 13:00h – Encerramento

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 4º O processo eleitoral será iniciado às 11 horas do dia 24 de outubro de 2025 para o segmento trabalhador(a) e às 11 horas do dia 25 de outubro de 2025 para o segmento usuário(a), sendo ambos encerrados às 13:00h.

Parágrafo Único: Em caso de vagas remanescentes para delegados(as) dos segmentos trabalhador(a) ou usuário(a), o Conselho Municipal de Saúde encaminhará comunicado às entidades, às quais elegerão os demais delegados(as), conforme decisão da Comissão de Organização da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.
Art. 5º As inscrições para a candidatura de delegados(as) para o segmento trabalhador(a) na 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda obedecerão aos seguintes critérios e orientações:
I - Apresentar documento comprobatório de ser trabalhador(a) da saúde ou forma de vinculação com a Secretaria de Saúde de Olinda.

II - Preencher o formulário de inscrição online disponível através do endereço virtual para segmento trabalhador(a) ou realizar o preenchimento presencialmente no dia da realização da respectiva plenária, indicando ser candidato(a) para delegado(a) do segmento trabalhador(a).

III - Apresentar qualquer documento de identificação com foto.

Art. 6º As inscrições para a candidatura de delegados(as) do segmento usuário(a) da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda obedecerão aos seguintes critérios e orientações:

I - Apresentar comprovante de residência no município de Olinda ou ser representante comprovado (a) de órgão, associação de moradores, de bairro, ou de outra entidade comprovadamente existente no município.
II - Preencher o formulário de inscrição online disponível através do endereço virtual para segmento usuário (a) ou realizar o preenchimento presencialmente no dia da realização da respectiva plenária, indicando ser candidato(a) para delegado(a) do segmento usuário(a).
III - Apresentar qualquer documento de identificação com foto.

IV - Ser maior de 16 anos e não possuir vínculo trabalhista com a Secretaria de Saúde de Olinda e/ou cargos de confiança na gestão, conforme previsto no Regulamento da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º As eleições serão realizadas por voto direto através do crachá de identificação e não serão permitidos votos por procuração. Em caso de empate vence o(a) de maior idade comprovadamente. Mantido o empate, repete-se a votação.

Art. 8º Só serão aceitas as inscrições de candidatos(as) que tiverem preenchido o formulário padrão do seu segmento com todas as informações obrigatórias: nome completo do(a) candidato(a), endereço, número da Identidade, CPF e assinatura.
Art. 9º formato de votação será definido para cada segmento previamente às eleições.
Art. 10 º. Não serão votados (as) candidatos (as) ausentes das etapas da Pré-Conferência municipal de Saúde de Olinda.
Art. 11 º. Não serão aceitas inscrições que não obedeçam aos critérios e orientações previstas nos Art. 5º e 6º.
Art. 12 º. Em caso de empate, a definição do (a) candidato (a) eleito (a) seguirá o critério previsto no § 5 do Art. 3º.
Art. 13 º. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão eleitoral da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.
Regimento apreciado e aprovado no pleno do Conselho Municipal de Saúde e publicado em Diário Oficial dez dias antes da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.

Olinda, 09 de outubro de 2025.

Publicado por:
Ranulfo Gambôa Batista Júnior
Código Identificador:1F332001

SECRETARIA DE SAUDE
REPUBLICAÇÃO POR ALTERAÇÃO

REGIMENTO INTERNO DA 17ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OLINDA

Tema: ***Saúde em Movimento: Fortalecendo a Implementação do SUS Municipal com a Participação do Controle Social***

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art.1º- A 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, convocada pelo Conselho Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde de Olinda, homologada através do Decreto de nº Decreto de nº 112/2025 de 14 de novembro de 2025 expedido pela Prefeita da Cidade, tem como tema central: *"Saúde em movimento: Fortalecendo a implementação do SUS Municipal com a participação do Controle Social"*, e por objetivo discutir, elaborar e propor políticas públicas de saúde voltadas à construção do Plano Municipal 2026/2029, a partir das seguintes diretrizes:

I - Consolidar estratégias de implementação dos Conselhos Locais de Saúde (CLS).

II - Implementar estratégias de atenção integral à saúde das pessoas: negras, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+ e vivendo com HIV e Aids.

III - Avaliar a política de saúde municipal mediante o cumprimento das ações propostas no Plano Municipal de Saúde 2022-2025.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º- A 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda será realizada na cidade de Olinda nos dias 05 e 06 de dezembro do corrente, no auditório da Faculdade de Medicina de Olinda e mais 03 salas para realização de trabalho em grupos e mais uma sala de apoio.
Art. 3º- A 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda será coordenada pelo Conselho Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde de Olinda.

Art. 4º- Para organização e desenvolvimento de suas atividades, a 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda contará com a seguinte estrutura organizacional:

I - Comissão de Organização.

II - Comissão de Mobilização e comunicação.

III - Comissão de Relatoria.

IV - Comissão Eleitoral.

V - Comitê Deliberativo (Pleno do Conselho Municipal de Saúde).

§1º- A comissão de relatoria será composta pelos relatores (as) das oficinas de debates, conselheiros (as) e representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

§2°- As atribuições das cinco comissões citadas neste artigo estão descritas no **Regulamento da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda**, previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Olinda.

CAPÍTULO III DOS MEMBROS

Art.5º- A 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda será constituída dos seguintes participantes:

I - Delegados (as).

II - Convidados(as).

III - Observadores(as).

Parágrafo Único – Os (As) membros (as) inscritos (as) como **DELEGADOS(AS)** terão direito a voz e voto; os **CONVIDADOS (AS) E OBSERVADORES (AS)** terão direito a voz e **acesso a infraestrutura necessária à sua permanência no evento**, sendo dado a todos (as) os (as) inscritos (as) **03 (três) minutos**, para uso da palavra durante os debates.

Art.6º- São delegados (as) na 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, conforme a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal 5.276/01, todos (as) os (as) eleitos (as), de forma paritária, **nas etapas da pré-conferência de Saúde** de Olinda, em conformidade com **Regulamento da Conferência** aprovado pelo pleno do Conselho Municipal de Saúde de Olinda.

Art.7º- São convidados (as) à 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, conforme aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Olinda, **entidades, instituições e personalidades, inscritos (as) no limite de até 20% do número de Delegados (as),** ou seja**, 32 (trinta e dois) convidados (as).**

Art. 8º - São observadores (as) na 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, inscritos (as) no limite de **até 20% do número de Delegados (as),** ou seja**, 32 (trinta e dois) observadores (as).**

Parágrafo Único – Os(as) membros(as) titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde de Olinda, bem como os(as) membros(as) titulares e suplentes dos Conselhos Locais de Saúde em funcionamento, **serão delegados (as) natos (as)** na 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.

Art. 9º – A 17ª Conferência Municipal de Saúde contará com um total de **160 delegados (as)**, representantes dos usuários (as), representantes dos trabalhadores (as) e representantes dos, Gestores, Prestadores e instituição de ensino integrantes do SUS/Olinda e terá como condição para a abertura do evento a **presença de 50% + 1** de delegados (as) dentre os (as) presentes, no 1º dia de trabalho, e prosseguirá nos demais dias dentro do horário previsto na programação.

§ 1º - A representação dos (as) usuários; (as) **será de 50% dos (as) delegados** (as); trabalhadores(as) **25% dos delegados (as);** gestores (as), instituições de ensino e prestadores (as) de serviços de saúde**, 25% dos delegados (as)**

§ 2º Qualquer delegado que não confirmar presença na 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, **até às 10 horas do dia 06 de dezembro de 2025 (2º dia)** terá a vaga repassada para os **observadores presentes**.

CAPÍTULO IV DO TEMÁRIO

Art. 10º - A 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda terá como tema central: "Saúde em Movimento:Fortalecendo a Implementação do SUS Municipal com a Participação Social".

§1º - A mesa de exposição e debate irá explanar sobre o tema central da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda:"**Saúde em Movimento: Fortalecendo a Implementação do SUS Municipal com a Participação Social".**

Art. 11 - Será facultado a quaisquer dos (as) membros (as) da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, por ordem limitada a 15 pedidos e mediante prévia inscrição à mesa coordenadora dos trabalhos, manifestar-se verbalmente ou por escrito, durante o período dos debates, através de perguntas ou observações pertinentes ao tema. **As falas terão duração máxima de 03 (três) minutos.**

Art. 12 - A mesa de debate será composta, por 01 expositor(a), 1 debatedor(a) e dirigida por um coordenador(a), previamente indicado pelo Conselho Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde de Olinda. O(a) expositor(a) terá **20 (vinte) minutos** para sua fala, o(a) debatedor(a) terá até **10 minutos**, e, em seguida,
a plenária terá **50 (cinquenta) minutos** para colocar seus questionamentos/considerações e a mesa retomará com **15 (quinze) minutos para esclarecimentos.**

Art. 13 - Cada grupo de trabalho terá um(a) facilitador(a), identificado pela Comissão Organizadora, um(a) coordenador(a) eleito pelo próprio grupo, com a função de presidir e mediar os trabalhos em grupo, conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação de todos (as) os (as) membros (as) do grupo, e dois relatores (as) designados (as) pela Comissão Organizadora, que se encarregará de sintetizar as conclusões do grupo, participando posteriormente da consolidação do Relatório Final.

Art. 14 - Os pontos polêmicos levantados nos Grupos de Trabalho só serão encaminhados à Plenária Final se aprovados por no mínimo **30% +1**, dos delegados (as) do referido grupo.

§ 1º A programação da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda ocorrerá da seguinte forma:

Primeiro Dia (05/12/2025)

13 às 17h - Credenciamento dos Delegados(as), inscrição dos(as) convidados(as) e observadores(as)

14h - Apresentação Cultural
14h30min - Mesa de abertura
15h - Coffee

15h30min - Leitura e aprovação do Regimento Interno da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.

16h às 17h - Mesa de exposição e debate com o Tema: "Saúde em Movimento: Fortalecendo a Implementação do SUS Municipal com a Participação Social".

18h - Encerramento do 1º dia.

Segundo Dia (06/12/2025)

08h às 10h - Credenciamento e substituição dos(as) delegados(as) ausentes
09h às 10h - Coffee
10h às 12h - Trabalhos em Grupo
12h às 13h - Almoço
14h às 16h - Plenária Final
18h - Encerramento

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 - O credenciamento (obrigatório) dos(as) delegados(as) ocorrerá com **início no dia anterior da abertura da Conferência, por meio remoto, através de link específico, até as 14 horas do primeiro dia** da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.

Art. 17 - Serão conferidos certificados específicos aos participantes da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda de acordo com a sua condição.

Art. 18 - A apreciação e votação das propostas concernentes ao temário da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, constantes nos relatórios dos grupos de trabalho, terão o seguinte encaminhamento:

I - A coordenação da mesa da plenária final, composta por representantes do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Olinda que procederá à leitura geral de modo que os pontos de divergência possam ser identificados como **destaques** a serem apreciados;

II - Os pontos não destacados serão considerados aclamados pela **Plenária Final**;
III - A aprovação das propostas será por maioria simples dos Delegados (as) presentes.

Art. 19 - A apresentação de moções deverá ser realizada, por escrito, em formulários específico, à Comissão Organizadora, até às 13 horas **do segundo dia da 17º Conferência Municipal de Saúde de Olinda**

§1º- Para serem aceitas, as moções deverão estar assinadas por, **pelo menos, 20%** dos delegados(as) inscritos(as) na 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, ou seja**, 32 (trinta e dois) delegados**(as)**.**

§2º- As moções serão lidas e submetidas à aprovação da Plenária, logo após a aprovação do Relatório Final.

Art. 20 - Durante o período de votação das propostas não serão permitidos levantamento de questões de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos.

Art. 21 – Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 17ª Conferência Municipal de Saúde, se necessário consultando a plenária.

Regimento apreciado e aprovado no pleno do Conselho Municipal de Saúde de Olinda e publicado em Diário Oficial dez dias antes da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda

Olinda, 09 de Outubro de 2025.

Publicado por:
Ranulfo Gambôa Batista Júnior
Código Identificador:D6442691

SECRETARIA DE SAUDE
REPUBLICAÇÃO POR ALTERAÇÃO

REGULAMENTO DA 17ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OLINDA

Tema: ***Saúde em Movimento: Fortalecendo a Implementação do SUS Municipal com a Participação do Controle Social***

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Artigo 1º - A 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, convocada pela Prefeita do município e homologada através do Decreto de nº 112/2025 de 14 de novembro de 2025, a ser realizada nos dias 05 e 06 de dezembro de 2025 no auditório da Faculdade de Medicina de Olinda (FMO), tem por objetivo discutir, elaborar e propor políticas públicas voltada à construção do Plano Municipal 2026/2029, a partir das seguintes diretrizes:

I - Consolidar Estratégias de Implementação dos Conselhos Locais de Saúde (CLS).
II - Implementar Estratégias de Atenção Integral à Saúde das pessoas negras, com deficiência, LGBTQIAPN+ e vivendo com HIV e Aids.
III - Avaliar a política de saúde municipal mediante o cumprimento das ações propostas no Plano Municipal de Saúde 2022-2025.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º- A 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda será realizada na cidade de Olinda no Auditório da Faculdade de Medicina de Olinda (FMO) e em mais 03 (três) salas para realização de Trabalhos em grupo.

Art. 3º- A 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda será coordenada pelo Conselho Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde de Olinda.

Artigo 4º - Para organização e desenvolvimento de suas atividades, a 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda contará com a seguinte estrutura organizacional:

I - Comitê Deliberativo (Pleno do CMSO).
II - Comissão de Infraestrutura e Organização.
III - Comissão Eleitoral.
IV - Comissão de Mobilização e Comunicação.
V - Comissão de Relatoria.

Artigo 5º - São atribuições do Comitê Deliberativo :

I - Coordenar a 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de Olinda.
II - Deliberar sobre questões organizativas durante a Conferência de Saúde.

Artigo 6º - São atribuições da comissão Infraestrutura Comissão de Organização:

I - Propor o regulamento, regimento interno, regimento eleitoral e programação da 17ª Conferência de Saúde de Olinda, para apreciação e deliberação do Comitê Deliberativo (Pleno do Conselho Municipal de Saúde).

II - Zelar pela organização da conferência nos seus aspectos técnicos e políticos.
III - Organizar as comissões de trabalho, quando necessário.
IV - Organizar e coordenar a relatoria da conferência.
V- Garantir a divulgação do relatório final da conferência.
VI - Realizar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de Olinda, as etapas das pré- conferências de Saúde.
VII - Providenciar e/ou elaborar os documentos técnicos oficiais do temário.
VIII - Responsabilizar-se pela rotina de secretaria da conferência, assim como por toda correspondência.

IX - Providenciar, conjuntamente com a secretaria de saúde , toda divulgação da conferência.

X - Fornecer certificado aos participantes da conferência.

Artigo 7º - São atribuições da Comissão de Mobilização e comunicação:
I - Promover articulação com a sociedade civil organizada, para participação das Plenárias de Saúde e da Conferência de Saúde.
II - Divulgar as Plenárias de Saúde e Conferência nos meios de comunicação.

Artigo 8º - São atribuições da Comissão de Relatoria:
I - Sistematizar as propostas aprovadas nas oficinas temáticas, para levar à plenária final.

II - Consolidar o relatório final.

Parágrafo Único. Após a consolidação do relatório final, o mesmo deverá ser apreciado pelo pleno do Conselho, em um prazo de até 45 dias.

Artigo 9º - São atribuições da Comissão eleitoral :
I - Organizar o processo de eleição dos (as) delegados(as do segmento usuários(as) e trabalhadores (as) da saúde;
II - Elaborar as regras da eleição dos delegados (as) que irão participar da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda apresentando-as ao Pleno do Conselho;
III - Garantir a manutenção das regras durante os processos de eleição dos Delegados(as).

CAPÍTULO III

DOS
MEMBROS

Artigo 10º - A 17ª Conferência de Saúde de Olinda terá a participação de:

I - Delegados (as).

II - Observadores (as).

III - Convidados (as).

Parágrafo Único - Os membros inscritos como **Delegados (as)** terão direito a voz e voto, e os membros inscritos como **Convidados(as)** e **Observadores(as),** terão direito a voz em todas as etapas da 17ª Conferência.

Artigo 11º - Serão delegados (as) nessa Conferência de Saúde, conforme a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal 5.276/01 os (as) eleitos (as) nas etapas das pré- Conferências de Saúde:
I - **Usuários(as**): Moradores do município de Olinda, maiores de 16 anos, que não possuem vínculo trabalhista com a Secretaria de Saúde de Olinda, nem cargos de confiança na gestão municipal.
II - **Trabalhadores(as)**: Entidades que representam os (as) trabalhadores (as) de saúde: sindicatos, associações, conselhos profissionais e outras reconhecidas pelo segmento.
III - **Gestores(as) e Prestadores de Serviços de Saúde** (Governo, Instituições de Ensino e Prestadores): Representantes da gestão municipal, de entidades conveniadas ou contratadas pelo município e Instituições de Ensino.
IV - **Convidados(as):** Personalidades e instituições previamente indicadas pelo Conselho Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde.
V - **Observadores(as)**: Serão observadores(as) as pessoas e entidades, previamente inscritas através do link oficial da Conferência.

Seção I

DOS(AS) DELEGADOS(AS)

Artigo 12 - A 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda contará com um total de 160 delegados(as) representantes dos usuários(as), trabalhadores(as) gestores, prestadores de serviço de saúde instituições de ensino integrantes do SUS/Olinda, e terá como condição para a abertura do evento a presença de 50% +1 de delegados dentre os presentes, no 1º dia de trabalho e prosseguirá nos demais dias dentro do horário previsto na programação.
§ 1º - A representação dos (as) usuários (as) será de 50%, governo e prestadores 25% e trabalhadores de saúde 25%.
§ 2º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde de Olinda, bem como os membros dos Conselhos Locais em pleno funcionamento são **delegados(as) natos (as) nessa conferência.**

Artigo 13 - Para eleição dos(as) delegados(as) deverão ser observadas a seguintes regulamentação:

§1º - Os (as) delegados representantes dos (as) **usuários** (as) serão eleitos (as) na ocasião da pré- conferência, a ser realizada no dia **25 de outubro 2025, das 8 às 13 horas**, no auditório da UNINASSAU, conforme aprovado no pleno Conselho Municipal de Saúde de Olinda. Serão eleitos (as) **55 (as) delegados(as)** e posteriormente oficializados à Comissão de Organização da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda, até o dia 31 de Outubro de 2025.
§ 2º - Os (as) delegados (as) representantes dos **trabalhadores** serão eleitos(as) na ocasião da pré- conferência, a ser realizada no dia **24 de outubro 2025, das 8 às 13 hora**s, no auditório da UNINASSAU,conforme aprovado no Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Olinda. Serão eleitos **26 delegados** e, posteriormente, oficializados à Comissão de Organização da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda , até o dia 31 de Outubro de 2025.
§ 3º - Os(as) delegados(as) representantes da **gestão** deverão ser oficializados(as) à Comissão de Organização da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda até o dia 31 de outubro de 2025 **,** sendo um total de **30 delegados(as).**

§ 4º - Todos os(as) delegados(as) deverão preencher ficha de inscrição, sendo as mesmas disponibilizadas após as plenárias de cada segmento contendo as seguintes informações: **nome completo, endereço, telefone para contato, nome da organização, entidade ou setor que representa, e o segmento que irá representar na Conferência.**
§ 5º - O tema das Plenárias de Usuários(as) e Trabalhadores(as) será: Saúde em Movimento: Fortalecendo a Implementação do SUS Municipal com a participação do Controle social.

CAPÍTULO IV

DO TEMÁRIO

Artigo 14 - A 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda terá como tema: Saúde em Movimento: Fortalecendo a implementação do SUS municipal com a participação do controle social.
Artigo 15 – Os Eixos Temáticos a serem trabalhados nos grupos da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda são:
I. Fortalecimento do SUS norteado a partir da implementação das políticas estratégicas de atenção à saúde física e mental das pessoas.
II. O controle social como sujeito de direito para construção de políticas públicas de saúde pertinentes à atenção primária e especializada à saúde.
III. Atuação da vigilância em saúde na prevenção e promoção da saúde.

IV. Financiamento do SUS: acompanhamento e ações junto aos órgãos competentes em conformidade com a Lei Complementar no 141/2012.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 16 - O credenciamento (obrigatório) dos delegados (as) ocorrerá com **início antes da abertura da Conferência, até as 10 horas do segundo dia** da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.

Artigo 17º - os certificados serão enviados aos(as) participantes da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda Via email ou disponibilizado na sede do Conselho Municipal de Saúde de Olinda 15 dias após a Conferência, desde que comprovada o mínimo de 75% de participação no evento, de acordo com a condução de delegados(as), Convidados (as)observadores(as).

Artigo 18º- Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pela Comissão de Organização da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.

Regulamento apreciado e aprovado no Pleno do Conselho Municipal de Saúde e publicado em Diário Oficial dez dias antes da 17ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda.

Olinda, 09 de outubro de 2025.

Publicado por:
Ranulfo Gambôa Batista Júnior
Código Identificador:9873B03C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OROBÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE OROBÓ
DECRETO Nº 38, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, um terreno com área medindo 49.049,473 m² ou 4,9049 ha, situado em Orodongo, deste município, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OROBÓ**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso XI do Art. 18 da Lei Orgânica do Município, cuja redação estabelece que privativamente compete ao Município adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social, na forma da legislação federal, especialmente de acordo com os arts. 5º, XXIII e XXIV, 170, inciso III, 184 e parágrafos da Constituição Federal e nos termos dos artigos 1º, 2º, 5º e letras, 6º e 15 do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação um terreno medindo, com área de 49.049,473 m² ou 4,9049 ha, e perímetro de 1.191,615 metros, situado em Orodongo, deste município de Orobó, com as seguintes medidas e confrontações: Do vértice V-01 segue até o vértice V-02, de coordenada U T M E= 206.820,3844 m e N= 9.147.482,9533 m, no azimute de 96°28'54", na extensão de 35,5533 m; Do vértice V 02 segue até o vértice V-03, de coordenada U T M E= 206.885,7800 m e N= 9.147.477,8226 m, no azimute de 94°29'10", na extensão de 65,5966 m; Do vértice V-03 segue até o vértice V-04, de coordenada U T M E= 206.902,7618 m e N= 9.147.192,6364 m, no azimute de 176°35'32", na extensão de 285,6913 m; Do vértice V-04 segue até o vértice V-05, de coordenada U T M E= 206.914,6614 m e N= 9.146.992,7975 m, no azimute de 176°35'32", na extensão de 200,1928 m; Do vértice V-05 segue até o vértice V-06, de coordenada U T M E= 206.844,4618 m e N= 9.146.994,3948 m, no azimute de 271°18'12", na extensão de 70,2178 m; Do vértice V-06 segue até o vértice V-07, de coordenada U T M E= 206.814,9740 m e N= 9.146.984,5738 m, no azimute de 251°34'46", na extensão de 31,0803 m; Finalmente do vértice V-07 segue até o vértice V-01, (início da descrição), no azimute de 356°35'32", na extensão de 503,2828 m, fechando assim o polígono acima descrito, abrangendo uma área de 49.049,473 m² ou 4,9049 ha ou 2,0268 Alqs e um perímetro de 1.191,615 m. 1. Confrontações: Do vértice V-01 ao vértice V-04 limita-se por divisa com LIMITE, confrontando com José Jorge Cabral de Lima; Do vértice V-04 ao vértice V-05 limita-se por divisa com LIMITE, confrontando com Prefeitura Municipal de Orobó; Do vértice V-05 ao vértice V-07 limita-se por divisa com LIMITE, confrontando com Estrada Municipal Carroçável; Finalmente do vértice V-07 ao vértice V-01 limita-se por divisa com LIMITE, confrontando com José Pereira de Moura. **Título aquisitivo** – Escritura Pública de Compra e Venda no

Registro Geral de Imóvel, Translado 1, Livro 121, Prenotação 5422, Matrícula 571, Registro 6, Livro 2-P4, Ficha 92, de titularidade de JOSE PEREIRA DE MOURA, agricultor, nascido em 29/11/1966, filho de João Manoel de Moura e Nilda Pereira Pedrosa, portador do RG nº 1.107.893-SDSPB e CPF nº 806.380.314-00, casado com MARIA SEVERINA MOURA, agricultora, nascida em 13/11/1971, filha de Severino Manoel da Silva e Josefa Severina da Silva, portadora do RG nº 2.587.743-SDSPE e CPF nº 806.380.914-00, residente na rua Israel Bezerra, Bairro Sagrada Família, 91, Umbuzeiro/PB, CEP 58.497-000.

Art. 2° O imóvel de que trata o art. 1° deste decreto, foi avaliado em **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)** pela Comissão Especial de Avaliação de Bens do Município de Orobó.

Art. 3º O terreno a que se refere o artigo 1° deste decreto será destinado para a extração de piçarra para manutenção das estradas vicinais e demais necessidades do município de Orobó.

Art. 4º É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de imissão provisória do Município de Orobó na posse do bem referido no Art. 1º deste Decreto, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º Fica o Departamento Jurídico do Município autorizado a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando as indenizações à conta das dotações orçamentárias próprias na Lei Orçamentária Anual– LOA/2025 - Lei Municipal nº 1.186, de 06/11/2024, acrescentada pela Lei Municipal nº 1.214, de 28 de outubro de 2025, na seguinte função programática: 02.080 – Sec. de Obras e Serviços Públicos // 15 451 1015 1018 – DESAPROPRIAÇÕES // 4590.61 99 – Aquisição de Imóveis // Fonte de Recursos: 17100000 – Transferência Especial dos Estados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Orobó, 30 de outubro de 2025; 97º da Emancipação.

SEVERINO LUIZ PEREIRA DE ABREU
Prefeito

Publicado por:
Ronaldo Jose Barbosa de Oliveira
Código Identificador:F3ADC144

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OURICURI

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PE 055/2025

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 249/2025

A Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde do município de Ouricuri/PE, no uso das atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Federal 14.133/21, resolve **ADJUDICAR** e **HOMOLOGAR** o presente processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 055/2025, Processo Administrativo nº. 249/2025, tipo Menor Preço, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE.** Empresas: 01 - CRAJUBAR GASES LTDA – CNPJ Nº. 17.705.448/0001-03, Item nº 01 - pelo valor global de **R$ 3.528,00 (Três mil, quinhentos e vinte e oito reais).** 02 – DAMIAO NERE DELMONDES –ME 24.140.006/0001-22, item 02 **– R$ 80.388,000 (Oitenta mil, trezentos e oitenta e oito reais)**. Ratificando todos os atos praticados pelo Pregoeiro, para que produza seus efeitos jurídicos e legais e convocação das empresas vencedoras do certame para contratações. Ouricuri/PE, 17 de novembro de 2025.

ANA MARIA PARENTE DE BRITO -
Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde.

Publicado por:
Jose Adriano Pereira Filho
Código Identificador:CDE3EF48

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PALMARES

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO - PALMARES
PORTARIA Nº. 012/2025

Cria o Grupo de Análise Técnica responsável pela avaliação dos projetos submetidos ao Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 896, de 08 de julho de 1983, bem como pela Lei Municipal nº 1.930/2013 e suas alterações, e **CONSIDERANDO** a necessidade de garantir rigor técnico, transparência e adequada instrução processual na análise dos projetos submetidos ao **Edital de Chamamento Público nº 001/2025**;

CONSIDERANDO que a avaliação técnica de projetos culturais demanda qualificação específica, incluindo formação continuada em análise documental, parecer técnico, interpretação jurídica e aferição de conformidade de propostas culturais;

CONSIDERANDO o interesse público na implementação correta, isonômica e eficiente das políticas culturais conduzidas pela Fundação Casa da Cultura Hermilo Borba Filho;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o **Grupo de Análise Técnica – GAT**, com competência para **avaliar, emitir parecer técnico e verificar a conformidade dos projetos** inscritos no **Edital de Chamamento Público nº 001/2025**, observando estritamente o regramento previsto no referido edital, seus anexos e demais dispositivos legais aplicáveis.

Art. 2º - O Grupo de Análise Técnica terá caráter **consultivo, avaliativo e não deliberativo**, cabendo-lhe:

I – analisar a conformidade documental das propostas apresentadas;
II – verificar a aderência dos projetos às exigências técnicas, jurídicas e culturais estabelecidas no edital;
III – emitir pareceres circunstanciados, objetivos e fundamentados, observando critérios de avaliação, pontuação e eliminatórios previstos no instrumento convocatório;
IV – recomendar diligências quando necessárias;
V – assegurar o julgamento impessoal, técnico e isonômico de todos os proponentes.

Art. 3º - Ficam nomeados para compor o Grupo de Análise Técnica os seguintes membros, todos com formação continuada em avaliação técnica e emissão de pareceres sobre projetos culturais:

Jobson Joaquim Batista da Silva, solteiro, empresário cultural, RG nº 11.101.234 SDS/PE, CPF nº 163.403.084-22, residente à Rua Padre Felix Barreto nº 220, 1º Andar, Palmares-PE, CEP 55.540-000;
Jadeilda Maria de Lima, solteira, produtora cultural, RG nº 003.741.175 SESPDS/RN, CPF nº 115.642.674-07, residente à Rua Travessa José Marques de Almeida nº 48, 1º Andar, Bairro Santo Antônio, Palmares-PE, CEP 55.540-000;

Mikaelly Jhenefyr de Lima Albuquerque, casada, universitária, RG nº 8.729.634 SDS/PE, CPF nº 095.245.244-81, residente à Rua Aras Santa Quitéria nº 02, Engenho São Manoel, Palmares-PE, CEP 55.540-000;

Zayne Wendel de Araújo, divorciada, bacharel em Direito, RG nº 8.646.510 SDS/PE, CPF nº 097.613.534-51, residente à Rua Poeta Fábio Silva nº 91, Bairro São Sebastião, Palmares-PE, CEP 55.540-000;

Inês Eduarda Oliveira Silva, solteira, servidora pública, RG nº 9.989.124 SDS/PE, CPF nº 127.860.834-60, residente à Rua Antonieta Miranda nº 165 "A", Bairro Santa Luzia, Palmares-PE, CEP 55.540-000.

Art. 4º - A atuação do Grupo de Análise Técnica restringe-se à apreciação do **mérito técnico**, **conformidade documental** e **adequação normativa** dos projetos, sendo vedada qualquer interferência na decisão final da Administração, que continuará sendo de competência exclusiva da Fundação Casa da Cultura Hermilo Borba Filho.

Art. 5º - Os membros ora nomeados poderão ser convocados sempre que necessário, inclusive para emissão de parecer complementar, reavaliações ou esclarecimentos técnicos.

Art. 6º - O Grupo de Análise Técnica poderá ser **dissolvido** ou ter seus membros **substituídos**, total ou parcialmente, conforme conveniência administrativa ou interesse público, a qualquer tempo, por ato da Presidência da Fundação.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Senhor Presidente da Fundação Casa da Cultura Hermilo Borba Filho,

Palmares, 14 de novembro de 2025.

CÍCERO NONATO RODRIGUES DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Diego da Silva e Pereiral Gomes
Código Identificador:D502D59B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PANELAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 211.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: MEDIAC MEDICAMENTOS E ACESSORIOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ nº: 39.691.295/0001-25
Objeto: Aquisição de INSTRUMENTAL CIRÚRGICO, destinado à Policlínica Municipal e ao Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), para substituição dos mesmos instrumentos danificados/em desuso, unidades vinculadas ao Serviço de Média e Alta Complexidade (MAC), da Secretaria Municipal de Saúde, de Panelas/PE.
Valor: R$ 15.877,00 (quinze mil oitocentos e setenta e sete reais)
Secretaria solicitante: Secretaria de Saúde
Orçamento: 4 – Fundo Municipal de Saúde de Panelas; 30 – Entidade Supervisionada; 30 06 – Secretaria Municipal de Saúde; 30 06 04 – Fundo Municipal de Saúde – FMS; 10 – Saúde; 10 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial; 10 302 1002 – Assistência Hospitalar Especializada; 10.302.1002.2170.0000 – Desenvolvimento das Ações de Média e Alta Complexidade e Atenção Especializada; 3.3.90.39.00 – Material de Consumo
Panelas/PE, 10 de novembro de 2025

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:D2949580

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 430.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: COMPUTECHWARE COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ nº: 30.173.297/0001-58
Objeto: Aquisição de cabo de rede cat5e 100% cobre para uso na Secretaria Municipal de Educação.
Valor: R$ 5.949,30 (cinco mil novecentos e quarenta e nove reais e trinta centavos)
Secretaria solicitante: Secretaria de Educação
Orçamento: 02.05 - Secretaria de Educação; 02.05.15 -M.D. E com Impostos e Transferência; 12.122.1201.2053 – Governança e Gestão administrativa da Unidade; 3.3.90.30 – Material de Consumo
Panelas/PE, 13 de novembro de 2025.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:5F1F7C04

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 431.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: COMPUTECHWARE COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ nº: 30.173.297/0001-58
Objeto: Serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em equipamentos de infraestrutura elétrica (estabilizadores e no-breaks) e em equipamentos de informática (placa - mãe) utilizados nas unidades e departamentos da secretaria municipal de educação.
Valor: R$ 4.963,00 (quatro mil novecentos e sessenta e três reais)
Secretaria solicitante: Secretaria de Educação
Orçamento: 02.05 - Secretaria de Educação; 02.05.15 -M.D. E com Impostos e Transferência; 12.361.1211.2062 – Governança e Gestão administrativa da Unidade de Ensino Médio; 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Panelas/PE, 13 de novembro de 2025.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:938CF48F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 433.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: COMPUTECHWARE COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ nº: 30.173.297/0001-58
Objeto: Serviços de manutenção preventiva e corretiva para impressoras utilizadas nas unidades e departamentos da Secretaria Municipal de Educação.
Valor: R$ 4.387,10 (quatro mil trezentos e oitenta e sete reais e dez centavos)
Secretaria solicitante: Secretaria de Educação
Orçamento: 02.05 - Secretaria de Educação; 02.05.15 -M.D. E com Impostos e Transferência; 12.361.1211.2062 – Governança e Gestão administrativa da Unidade de Ensino Médio; 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Panelas/PE, 13 de novembro de 2025.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:5378F907

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 434.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: COMPUTECHWARE COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ nº: 30.173.297/0001-58
Objeto: Aquisição de Kits de Sonorização Portáteis (compostos por amplificadores de voz e caixas de som bluetooth) para serem utilizados como prêmios/recompensas para os alunos vencedores e equipes de destaque da Gincana de Matemática da Escola Municipal Joaquim Nabuco.
Valor: R$ 2.129,90 (dois mil cento e vinte e nove reais e noventa centavos)
Secretaria solicitante: Secretaria de Educação
Orçamento: 02.05 - Secretaria de Educação; 02.05.15 -M.D. E com Impostos e Transferência; 12.122.1201.2053 – Governança e Gestão administrativa da Unidade; 3.3.90.32 – Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Panelas/PE, 13 de novembro de 2025.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:19068A67

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 434.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: COMPUTECHWARE COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ nº: 30.173.297/0001-58
Objeto: Aquisição de Kits de Sonorização Portáteis (compostos por amplificadores de voz e caixas de som bluetooth) para serem utilizados como prêmios/recompensas para os alunos vencedores e equipes de destaque da Gincana de Matemática da Escola Municipal Joaquim Nabuco.
Valor: R$ 2.129,90 (dois mil cento e vinte e nove reais e noventa centavos)
Secretaria solicitante: Secretaria de Educação
Orçamento: 02.05 - Secretaria de Educação; 02.05.15 -M.D. E com Impostos e Transferência; 12.122.1201.2053 – Governança e Gestão administrativa da Unidade; 3.3.90.32 – Material, vem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Panelas/PE, 13 de novembro o de 2025.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:68C8CE95

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 435.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: COMPUTECHWARE COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ nº: 30.173.297/0001-58
Objeto: Aquisição de Kits de Sonorização Portáteis (compostos por amplificadores de voz para serem utilizados pelos professores da Escola Municipal Ruí Barbosa.
Valor: R$ 6.119,55 (seis mil cento e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos)
Secretaria solicitante: Secretaria de Educação
Orçamento: 02.05 - Secretaria de Educação; 02.05.15 -M.D. E com Impostos e Transferência; 12.122.1201.2053 – Governança e Gestão administrativada Unidade; 3.3.90.30 – Material de Consumo
Panelas/PE, 13 de novembro o de 2025.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:95F989ED

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 399/2025– GABINETE DO PREFEITO

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PANELAS**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 82, inciso XVII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Ceder a Servidora **RAYRA LISANDRA DA SILVA**, inscrita no CPF de nº **099.446.184-46** e matrícula de nº **37486**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para atuar perante o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no período de 01/01/2026 a 31/12/2026.
Parágrafo único A presente cessão decorre de cooperação e ação conjunta entre o Município de Panelas e o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, relativamente a cessão reciproca de pessoal especializado e de apoio técnico administrativo, conforme convênio nº 022/2023, sendo que durante a cessão a servidora não receberá verbas de caráter remuneratório pelo órgão de origem.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Panelas - PE, 03 de novembro de 2025.

RUBEN DE LIMA BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Marcella Maria Fernandes Vieira Ferreira
Código Identificador:F68BCB65

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PARANATAMA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 531/2025-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivo da Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a verba indenizatória no percentual de 72,5% por cento a servidora, **MICHELINE MIRANDA SOUZA,** portador do CPF: 642.199.253-68, para exercer a função complementar de apoio junto à Secretária Municipal de Saúde, conforme lei municipal 191/2018 art.1º, com exercício a partir de 01 de setembro 2025, com remuneração prevista em lei municipal 139/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025.
Registre-se, Publique-se na forma da Lei.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2025.

HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS
Prefeito

Publicado por:
Gicélia Almeida
Código Identificador:73F0BCA8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 532/2025-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivo da Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a verba indenizatória no percentual de 41,2% por cento a servidora, **PAULA KALLYNNE DOS SANTOS OLIVEIRA,** portador do CPF: 088.570.494-008, para exercer a função complementar de apoio junto à Secretária Municipal de Saúde, conforme lei municipal 191/2018 art.1º, com exercício a partir de 01 de setembro 2025, com remuneração prevista em lei municipal 139/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025.
Registre-se, Publique-se na forma da Lei.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2025.

HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS
Prefeito

Publicado por:
Gicélia Almeida
Código Identificador:EF6F59C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 533/2025-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivo da Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a verba indenizatória no percentual de 85,9% por cento a servidora, **ANA PAULA XAVIER BARBOSA,** portador do CPF: 082.867.724-74, para exercer a função complementar de apoio junto à Secretária Municipal de Saúde, conforme lei municipal 191/2018 art.1º, com exercício a partir de 01 de setembro 2025, com remuneração prevista em lei municipal 139/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025.
Registre-se, Publique-se na forma da Lei.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2025.

HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS
Prefeito

Publicado por:
Gicélia Almeida
Código Identificador:32970DD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 541/2025-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivo da Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a verba indenizatória no percentual de 39,6% por cento a servidora, **ROSANA GOMES DA SILVA SANTOS,** portador do CPF: 088.500.214-88, para exercer a função complementar de apoio junto à Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme lei municipal 191/2018 art.1º, com exercício a partir de 01 de setembro 2025, com remuneração prevista em lei municipal 139/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025.
Registre-se, Publique-se na forma da Lei.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2025.

HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS
Prefeito

Publicado por:
Gicélia Almeida
Código Identificador:6F2B2A73

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 542/2025-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivo da Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a verba indenizatória no percentual de 39,6% por cento a servidora, **JOSEFA VIEIRA DA SILVA,** portador do CPF: 046.073.784-88, para exercer a função complementar de apoio junto à Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme lei municipal 191/2018 art.1º, com exercício a partir de 01 de setembro 2025, com remuneração prevista em lei municipal 139/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025.
Registre-se, Publique-se na forma da Lei.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2025.

HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS
Prefeito

Publicado por:
Gicélia Almeida
Código Identificador:9CCBF674

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 543/2025-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivo da Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a verba indenizatória no percentual de 23,1% por cento a servidora, **MANOEL CARLOS ALVES MACHADO FILHO,** portador do CPF: 169.318.164-97, para exercer a função complementar de apoio junto à Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme lei municipal 191/2018 art.1º, com exercício a partir de 01 de setembro 2025, com remuneração prevista em lei municipal 139/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025.
Registre-se, Publique-se na forma da Lei.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2025.

HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS
Prefeito

Publicado por:
Gicélia Almeida
Código Identificador:6724C0AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 544/2025-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivo da Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a verba indenizatória no percentual de 100% por cento a servidora, **JOSELITA MARIA DOS SANTOS CORREIA,** portador do CPF: 065.592.284-95, para exercer a função complementar de apoio junto à Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme lei municipal 191/2018 art.1º, com exercício a partir de 01 de setembro 2025, com remuneração prevista em lei municipal 139/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025.
Registre-se, Publique-se na forma da Lei.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2025.

HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS
Prefeito

Publicado por:
Gicélia Almeida
Código Identificador:E81E3D8F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 545/2025-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivo da Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a verba indenizatória no percentual de 79,1% por cento a servidora, **DAVI CORREIA DE BARROS FILHO,** portador do CPF: 810.328.204-97, para exercer a função complementar de apoio junto à Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme lei municipal 191/2018 art.1º, com exercício a partir de 01 de setembro 2025, com remuneração prevista em lei municipal 139/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025.
Registre-se, Publique-se na forma da Lei.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2025.

HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS
Prefeito

Publicado por:
Gicélia Almeida
Código Identificador:BE2F3AB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 546/2025-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivo da Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a verba indenizatória no percentual de 50% por cento a servidora, **NOELMA SOARES DE MELO,** portador do CPF: 074.255.474-06, para exercer a função complementar de apoio junto à Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme lei municipal 191/2018 art.1º, com exercício a partir de 01 de setembro 2025, com remuneração prevista em lei municipal 139/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025.
Registre-se, Publique-se na forma da Lei.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2025.

HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS
Prefeito

Publicado por:
Gicélia Almeida
Código Identificador:E77207E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 547/2025-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivo da Legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a verba indenizatória no percentual de 46,2% por cento a servidora, **MARIA EDJANE DO NASCIMENTO SOUZA,** portador do CPF: 041.886.514-07, para exercer a função complementar de apoio junto à Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme lei municipal 191/2018 art.1º, com exercício a partir de 01 de setembro 2025, com remuneração prevista em lei municipal 139/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025.
Registre-se, Publique-se na forma da Lei.

Gabinete do Prefeito, em 25 de setembro de 2025.

HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS
Prefeito

Publicado por:
Gicélia Almeida
Código Identificador:52FFADDD

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PASSIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 CHAMADA PÚBLICA 001/2025

O Fundo Municipal de Assistência Social de Passira/PE, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público que foi ANULADO o Processo Licitatório nº 012/2025, modalidade Chamada Pública nº 001/2025, cujo objeto previa a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis oriundos da agricultura familiar para atendimento de todas as unidades e programas socioassistenciais vinculados ao FMAS.
A anulação decorre de ilegalidade insanável verificada no objeto, uma vez que a chamada pública somente poderia ser realizada para atender à cota destinada à Cozinha Comunitária, conforme delimitação legal e orçamentária específica, não sendo possível juridicamente ampliar o chamamento para abranger todas as unidades e demais programas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Assim, constatada a amplitude indevida e incompatível com o objeto permitido para este tipo de chamamento, foi formalizado Termo de Anulação pela Secretaria demandante, com fundamento no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, em razão de fato superveniente devidamente comprovado e que torna o certame inviável em sua forma publicada.

Os esclarecimentos adicionais estarão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Passira, em dias úteis, das 8h às 12h, pelo telefone (81) 3651-1124 ou pelo e-mail licitacao@passira.pe.gov.br,

Passira, 17 de novembro de 2025.

MARIA GORETE DA CONCEIÇÃO
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Passira

Publicado por:
Eduardo Manoel da Cruz
Código Identificador:BB9554A2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PAUDALHO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 094/2025 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAUDALHO/PE.
AVISO DE LICITAÇÃO – UASG: 982511

Processo Licitatório Nº 094/2025. **Pregão Eletrônico** Nº 038/2025. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA E COMPACTADOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO/PE. **Valor Máximo Aceitável:** R$ 1.938.139.56**. Início do Acolhimento das Propostas:** 18/11/2025, através do Sistema do Portal de Compras do Governo Federal "COMPRAS.GOV.BR". **Abertura das Propostas**: 05/12/2025, 09:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através no Sistema COMPRAS.GOV.BR do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras e também no site Oficial do Município: www.paudalho.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Av. Raul Bandeira, 21, Centro, Paudalho-PE.

Paudalho, 17/11/2025.

RAFAEL SOARES DE LIMA,
Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Celeste Aguiar da Silva
Código Identificador:D274DD9E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 464 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

EMENTA: Nomeia os membros da Comissão Eleitoral responsável pela condução do processo de eleição dos representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paudalho (CONDEMA) para o biênio 2026/2027.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 53, X, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as disposições da **Lei Municipal nº 626, de 27 de agosto de 2009**, que criou o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA);

CONSIDERANDO o dever do Poder Executivo Municipal de garantir a paridade e a continuidade das atividades do CONDEMA, órgão colegiado consultivo e deliberativo, essencial para a gestão ambiental local;

CONSIDERANDO a necessidade de dar início, com a devida antecedência, ao processo eleitoral para a renovação dos membros do CONDEMA para o **Mandato 2026/2027**, conforme solicitação interna;

CONSIDERANDO a indicação de servidores para compor o corpo técnico que conduzirá o pleito eleitoral, garantindo a transparência e a legitimidade do processo;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR os seguintes servidores para comporem a **Comissão Eleitoral**, que conduzirá o processo de eleição do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paudalho (CONDEMA) para o biênio 2026/2027:

I. JOSÉ DENÍCIO JACINTO RIBEIRO FILHO, Mat. nº 49.434, como Presidente;

II. JACILENE ÂNGELA DE SANTANA, Mat. nº 47.409, como Secretária;

III. JEFFERSON JOSÉ VIEIRA DE ANDRADE, Mat. nº 51.136, como Membro.

Art. 2º. A Comissão Eleitoral terá como competência principal:

I. Elaborar e divulgar o Edital de Convocação, o Cronograma Eleitoral e as Regras do Processo de Escolha, nos termos da Lei Municipal nº 626/2009 e do Regimento Interno do CONDEMA;

II. Receber, analisar e homologar as candidaturas;

III. Conduzir e fiscalizar a votação;

IV. Apurar e divulgar o resultado final do pleito, encaminhando-o à Autoridade Municipal para a respectiva nomeação dos membros eleitos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete da Prefeita
Paudalho/PE, 13 de novembro de 2025.

PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Edmauro César Andrade de Lima
Código Identificador:B770C699

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAUDALHO/PE
NORMATIVA Nº 01/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE DO PAUDALHO – PE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025

Dispõe sobre a regulamentação da inclusão de componentes curriculares transversais voltados à valorização da cultura, da história e do patrimônio local, bem como à educação na área rural, em atenção à política nacional da educação do campo, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Paudalho, em cumprimento às diretrizes do Conselho Nacional de Educação e ao Acórdão nº 779/2022 exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

PREÂMBULO
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE DE PAUDALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, em especial nos artigos 205, 206 e 216;
CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que estabelece as bases da educação nacional e valoriza a identidade local e regional no currículo escolar;

CONSIDERANDO as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Resolução CNE/CP nº 1/2004);
CONSIDERANDO as Resoluções CNE/CEB nº 01/2002 e nº 02/2008, que tratam da educação básica nas escolas do campo;
CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), especialmente as metas relacionadas à valorização da diversidade sociocultural no ambiente escolar;

CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação do Paudalho (Lei nº 747/2015), especialmente as metas relacionadas à valorização da diversidade sociocultural no ambiente escolar;

CONSIDERANDO a Lei que institui o Sistema Municipal de Ensino do Paudalho (Lei nº 818/2018);
CONSIDERANDO os termos constantes no Acórdão nº 779/2022 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que determina ao Município de Paudalho a adoção de medidas normativas e pedagógicas voltadas à valorização da história e da cultura local no currículo escolar;

RESOLVE expedir a presente Instrução Normativa, com a finalidade de regulamentar, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Paudalho – PE, a inclusão de componentes curriculares transversais destinados à promoção da identidade cultural, da memória coletiva e do pertencimento territorial, bem como o atendimento às diretrizes específicas para a educação na área rural, em atenção à política nacional da educação do campo.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem por inviolável finalidade regulamentar a incorporação de componentes curriculares de natureza transversal no Sistema Municipal de Ensino do Paudalho, com foco na valorização da cultura local, da história do município, da educação patrimonial e da educação na área rural, em atenção à política nacional da educação do campo, em consonância com as diretrizes normativas emanadas do Conselho Nacional de Educação e com os termos do Acórdão 779/2022 proferido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. As diretrizes ora instituídas integram o esforço de reestruturação curricular voltado à promoção de uma educação contextualizada, cidadã, territorialmente situada e comprometida com os valores históricos, identitários e socioculturais do Paudalho.

CAPÍTULO II – DO COMPONENTE CURRICULAR TRANSVERSAL “ENSINO DA CULTURA E DA HISTÓRIA DE PAUDALHO”

Art. 2º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino do Paudalho, o componente curricular transversal denominado “Ensino da Cultura e da História de Paudalho”, a ser inserido na matriz curricular da Educação Básica, em todas as suas etapas (Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental) e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

§1º O referido componente deverá compõe os Projetos Político-pedagógicos das escolas da Rede Municipal, como caráter interdisciplinar, dialógico e articulado aos conteúdos curriculares obrigatórios.

§2º A abordagem pedagógica contempla, entre outros temas, os ciclos históricos do município, o patrimônio arquitetônico e imaterial, as manifestações populares e religiosas, os marcos históricos e políticos, os movimentos sociais locais e a memória das comunidades tradicionais.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação e Juventude assegurará suporte técnico e pedagógico para a formação continuada de professores, produção de materiais didáticos contextualizados e articulação com instituições locais de cultura, museus e centros de memória, visando garantir a efetividade e qualidade da implementação do referido componente curricular.

CAPÍTULO III – DA INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Art. 4º Fica instituída a Educação Patrimonial como componente curricular transversal, a ser implementado de forma integrada ao Projeto Político-pedagógico das escolas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e àquelas que ofertam turmas da Educação de Jovens e Adultos, com base na abordagem interdisciplinar e formativa.

Art. 5º A Educação Patrimonial deverá contemplar ações educativas voltadas ao reconhecimento, à valorização, à preservação e à fruição do patrimônio cultural material e imaterial existente no território municipal, promovendo a consciência crítica e o pertencimento histórico-cultural entre os estudantes.

§1º A integração da Educação Patrimonial ao currículo escolar se dará por meio de projetos interdisciplinares, roteiros pedagógicos, visitas técnicas, oficinas, feiras culturais e outras estratégias didático-metodológicas compatíveis com a faixa etária e com a realidade escolar.

§2º A Secretaria Municipal de Educação poderá firmar parcerias com instituições públicas e privadas, universidades, ONGs e demais entidades ligadas à promoção do patrimônio cultural, para apoio na implementação das ações pedagógicas.

CAPÍTULO IV – DO ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Art. 6º A Rede Municipal de Ensino deverá observar as diretrizes contidas nas Resoluções CNE/CEB nº 01/2002 e nº 02/2008, no que tange à organização curricular, metodologia de ensino, formação docente, gestão democrática e práticas pedagógicas contextualizadas para as escolas localizadas na área rural, em conformidade à metodologia das escolas do campo.

Art. 7º As unidades escolares localizadas em áreas rurais deverão adaptar seus Projetos Político-pedagógicos às especificidades socioculturais, econômicas e geográficas da população camponesa, assegurando o direito à educação de qualidade com respeito à diversidade territorial.

§1º A implementação das diretrizes para as escolas rurais em atenção aos preceitos da educação do campo será acompanhada por equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, que prestará assessoramento pedagógico e promoverá formação continuada para os profissionais envolvidos.

§2º A proposta curricular das escolas rurais deverá incluir os componentes de que tratam os Capítulos II e III desta Instrução Normativa, com as devidas adequações à realidade do campo.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A implementação dos componentes curriculares instituídos por esta Instrução Normativa deverá ocorrer de forma progressiva, com planejamento articulado entre as unidades escolares e os setores pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação e Juventude , a partir do ano letivo de 2025.

Art. 9º A responsabilidade de acompanhar, monitorar e avaliar a implementação desta Instrução Normativa caberá à Gerência de Desenvolvimento da Educação- GDE. O objetivo é assegurar que as ações estejam sendo realizadas de forma eficiente e assertiva, promovendo um desempenho adequado dos estudantes e estabelecendo parâmetros claros para a aferição de resultados. Além disso, essa gestão deverá produzir relatórios periódicos para fins de prestação de contas junto aos órgãos de controle, garantindo transparência e o alinhamento das ações com as metas estabelecidas.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paudalho, 26 de junho de 2025.

José Dionízio de Araújo Júnior
Secretário Municipal de Educação e Juventude/Paudalho – PE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE DE PAUDALHO – PE
NOTA TÉCNICA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA

Assunto: Fundamentação técnica da Instrução Normativa que regulamenta a inclusão de componentes curriculares transversais voltados à cultura local, história, educação patrimonial e educação do campo no Sistema Municipal de Ensino de Paudalho.
Origem: Secretaria Municipal de Educação e Juventude
Destinatário: Arquivo Institucional; Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE); Conselho Municipal de Educação; Equipes Técnicas, Pedagógicas, Gestores da Rede Municipal de Ensino, órgãos de controle externo.

CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETO

A presente Nota Técnica tem por finalidade apresentar as fundamentações legais, pedagógicas e operacionais que justificam a emissão da Instrução Normativa nº 01/2025 da Secretaria Municipal de Educação e Juventude do Paudalho – PE, a qual dispõe sobre a inclusão de componentes curriculares transversais voltados à valorização da cultura local, história do município, educação patrimonial e educação patrimonial na área rural, em atenção à política nacional da educação do campo no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino.

Trata-se, contudo, de medida corretiva e propositiva adotada em atendimento às determinações contidas em Acórdão sob o nº 779/2022 proferido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que, em sede de análise de fiscalização e controle externo, identificou a ausência de dispositivos normativos locais e práticas curriculares que assegurem o cumprimento de dispositivos legais federais vinculados à promoção da identidade histórico-cultural e à implementação das Diretrizes da Educação do Campo aplicadas às escolas situadas em área rural do município do Paudalho.

•
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

A Instrução Normativa está ancorada num sólido arcabouço jurídico e normativo, que confere plena legalidade e legitimidade à sua instituição:

•
Constituição Federal de 1988 – art. 205 (direito à educação), art. 206 (valores culturais e pluralismo de ideias) e art. 216 (preservação do patrimônio cultural).

•
Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB) – art. 26, §§ 4º, 5º e 6º, que preveem a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relativos à história e cultura local, afro-brasileira e indígena, e asseguram o respeito à diversidade regional e territorial.

•
Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) – especialmente as metas 7, 10 e 12, que tratam da qualidade da educação, do atendimento ao campo e da valorização da diversidade.

•
Lei nº 747/2015 – Plano Municipal de Educação (PME) – especialmente as metas 7, 10 e 12, que tratam da qualidade da educação, do atendimento ao campo e da valorização da diversidade.

•
Resolução CNE/CP nº 1/2004 – estabelece diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.

•
Resoluções CNE/CEB nº 01/2002 e nº 02/2008 – estabelecem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

•
Parecer CNE/CEB nº 36/2001 – reconhece a necessidade de que os sistemas de ensino desenvolvam políticas curriculares que valorizem a identidade local e os saberes territoriais.

•
Parecer CNE/CP nº 11/2020 – reforça a necessidade da "territorialização do currículo" e do respeito às culturas locais e regionais.

•
JUSTIFICATIVA PEDAGÓGICA E ESTRATÉGICA

A medida adotada por meio da Instrução Normativa ora fundamentada atende a objetivos estratégicos que transcendem a mera adequação legal. Nesse sentido, entre seus fundamentos pedagógicos, destacam-se:

•
A promoção do sentimento de pertencimento e identidade local, por meio do reconhecimento dos elementos históricos, culturais e patrimoniais que constituem a memória coletiva de Paudalho.

•
O fortalecimento de uma pedagogia situada, que respeita o território como espaço de formação e aprendizagem, conforme as premissas da educação contextualizada e crítica.

•
A consolidação da transversalidade curricular, nos termos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, ampliando o escopo formativo dos estudantes para além dos componentes tradicionais.

•
A efetivação do direito à educação diferenciada e contextualizada para os sujeitos residentes no campo, superando as lacunas ainda existentes na Rede Municipal no tocante ao cumprimento das diretrizes do CNE/CEB.

•
A articulação entre educação formal e políticas de cultura, patrimônio e cidadania, promovendo maior integração intersetorial e interdisciplinar nas ações pedagógicas do município.

•
AÇÕES IMPLEMENTADAS E PREVISTAS

Com vistas à implementação das medidas previstas na Instrução Normativa, a Secretaria Municipal de Educação e Juventude do Paudalho já adotou, ou prevê adotar, as seguintes ações estruturantes:

•
Elaboração de guias pedagógicos temáticos sobre a história e a cultura local, em parceria com historiadores, mestres populares e pesquisadores locais.

•
Realização de formação continuada com docentes da Rede Municipal sobre transversalidade curricular, educação patrimonial e metodologias específicas para as escolas rurais, à luz dos pressupostos da educação do campo.

•
Criação de um Comitê Técnico Interdisciplinar, com representantes da educação, cultura, comunidades tradicionais e universidades parceiras, para assessoramento técnico e acompanhamento da implementação.

•

Articulação com o Conselho Municipal de Educação para inserção formal das diretrizes nos instrumentos normativos do sistema (como Regimento Comum, Projeto Político-Pedagógico e Matrizes Curriculares).

•
Monitoramento contínuo e elaboração de relatórios de acompanhamento, para fins de prestação de contas junto ao TCE-PE e demais órgãos de controle.

•
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Nota Técnica visa conferir robustez institucional e segurança jurídica à implementação de Instrução Normativa, reafirmando o compromisso da gestão municipal com o respeito às normativas nacionais, com a valorização do território e com a promoção de uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada e enraizada na cultura e na realidade local.

Tais medidas representam, ainda, resposta objetiva e tecnicamente qualificada às deliberações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, demonstrando o alinhamento da Secretaria Municipal de Educação e Juventude às exigências legais e ao princípio da eficiência administrativa.

Paudalho/PE, 18 de junho de 2025.

_____
Procuradoria Geral- Paudalho/PE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE/PAUDALHO-PE
End.: Praça Pedro Coutinho, nº 69, Centro, Paudalho-PE
Fone: 3636-4949 / CEP: 55825-000 - CNPJ: 29.355.454/0001-67

Ofício nº 131/2025 – PAUDALHO

Aos Senhores: Eduardo França e José Odilo de Caldas Brandão Filho
Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE/PE - Praça da República, s/n – Santo Antônio-Recife – PE / CEP: 50.010-450

Assunto: Encaminhamento de Instrução Normativa e Nota Técnica – Cumprimento de Acórdão
Senhor Conselheiro Presidente,
À medida que cordialmente o cumprimento, venho por meio deste encaminhar, para conhecimento e demais providências que se fizerem pertinentes, a Instrução Normativa nº 01/2025, expedida por esta Secretaria Municipal de Educação e Juventude, que regulamenta a inclusão de componentes curriculares transversais voltados à valorização da cultura local, da história do município do Paudalho, da educação patrimonial e da educação rural na perspectiva da educação do campo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

A referida I.N. foi elaborada com base nas diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei nº 9.394/1996 (LDB), pelo Plano Nacional de Educação, pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, e, sobretudo, em atendimento às determinações constantes do Acórdão sob o nº 779/2022 proferido por esse Egrégio Tribunal, que apontou a necessidade de regulamentação local sobre a matéria no sistema de ensino municipal.

Para fins de fundamentação e transparência dos atos administrativos, encaminhamos também, anexa, a Nota Técnica nº 01/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE/PAUDALHO, que apresenta os fundamentos legais, pedagógicos e estratégicos que embasam a edição da Instrução Normativa ora apresentada.

Ressaltamos o comprometimento desta Secretaria com o cumprimento integral das determinações deste Tribunal, com a valorização do patrimônio histórico-cultural de nosso município e com a oferta de uma educação pública de qualidade, democrática e territorialmente comprometida com as realidades locais.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
Paudalho, __ de _____ de 2025.
Atenciosamente,

José Dionízio de Araújo Júnior
Secretário Municipal de Educação e Juventude/Paudalho – PE

Anexos:

•
Instrução Normativa nº 01/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Juventude do Paudalho

•
Nota Técnica nº 01/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Juventude do Paudalho

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE/PAUDALHO-PE
End.: Praça Pedro Coutinho, nº 69, Centro, Paudalho-PE
Fone: 3636-4949 / CEP: 55825-000 - CNPJ: 29.355.454/0001-67

Ofício nº 132/2025 – PAUDALHO/PE

Ao Senhor André Felipe Santiago
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Paudalho – CME Paudalho – PE
Assunto: Encaminhamento de Instrução Normativa para ciência, análise, aprovação e registro no âmbito do Sistema Municipal de Ensino

Senhor Presidente,
Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, encaminhar a Nota Técnica, Instrução Normativa nº 01/2025, recentemente editada por esta Secretaria Municipal de Educação e Juventude, que regulamenta a inclusão de componentes curriculares transversais voltados ao ensino da cultura local, da história de Paudalho, da educação patrimonial e das escolas rurais à luz dos preceitos da educação do campo, no contexto do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

A referida Instrução Normativa foi elaborada com respaldo no ordenamento jurídico vigente, notadamente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Resoluções do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, o Plano Nacional de Educação, bem como em atenção às recomendações oriundas de Acórdão nº 779/2022, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

Trata-se de importante avanço na consolidação de uma política curricular que reconhece e valoriza a identidade cultural, a memória histórica e a diversidade territorial de nosso município, em consonância com os princípios de gestão democrática, equidade e relevância pedagógica.

Para fins de ciência, análise, aprovação, registro e eventual deliberação complementar, segue em documento anexo, além da Instrução Normativa, a respectiva Nota Técnica nº 01/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE/PAUDALHO, que apresenta a fundamentação técnico-pedagógica e normativa da medida adotada.

Reiteramos a importância do papel deste Conselho no acompanhamento, validação e assessoramento das políticas públicas educacionais de nosso território, e nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais ou encaminhamentos conjuntos que se façam necessários.
Paudalho, 27 de junho de 2025.

Atenciosamente,

JOSÉ DIONÍZIO DE ARAÚJO JÚNIOR
Secretário Municipal de Educação e Juventude/Paudalho – PE

Anexos:

•
Instrução Normativa nº 01/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Juventude do Paudalho

•
Nota Técnica nº 01/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Juventude do Paudalho

Publicado por:
Ana Catarina Barros da Silva e Sousa
Código Identificador:CF5454A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAUDALHO/PE
NORMATIVA Nº 02/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DO PAUDALHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 02, DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o uso de celulares e equipamentos eletrônicos durante as aulas, recreios, intervalos e demais atividades nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Paudalho.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PAUDALHO, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO:

•
A Lei Federal nº 15.100, de 2025, que regula o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes nos estabelecimentos de ensino públicos e privados da educação básica;

•
A Lei Estadual nº 15.501, de 2015, que regulamenta a utilização de celulares e equipamentos eletrônicos em salas de aula, bibliotecas e outros espaços de estudo das instituições de ensino públicas e particulares do Estado de Pernambuco;

•
A Recomendação CME nº 03/2025, que trata da restrição do uso de celulares nas unidades educacionais integrantes do Sistema Municipal de Ensino do Paudalho;

RESOLVE:

Art. 1º Fica restrito o uso de celulares e equipamentos eletrônicos durante as aulas, recreios, intervalos e demais atividades realizadas no âmbito das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino do Paudalho – PE.

Parágrafo único. A restrição se aplica a todas as etapas da Educação Básica, incluindo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, bem como às modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Art. 2º A utilização do celular será permitida nas seguintes situações:

I - Para fins pedagógicos e didáticos;
II - Para garantir a acessibilidade;
III - Para promover a inclusão;
IV - Para atendimento às condições de saúde dos estudantes;
V - Para garantir direitos fundamentais;
VI - Na chegada ou saída dos estudantes, antes do início ou após o término das aulas.

Parágrafo único. Nas situações mencionadas no caput, o celular deverá permanecer junto aos pertences pessoais do estudante.

Art. 3º O uso de celulares para fins pedagógicos e didáticos deverá ser previsto no planejamento docente e ter a ciência da Equipe Gestora da unidade escolar.

Art. 4º A utilização de celulares para acessibilidade, inclusão, saúde ou garantia de direitos fundamentais (incisos II a VI do art. 2º) dependerá de solicitação formal dos responsáveis e de análise da Equipe Gestora.

Parágrafo único. Para deferir ou indeferir a solicitação, a Equipe Gestora poderá requerer manifestação das Gerências de Gestão Escolar e de Desenvolvimento da Educação.

Art. 5º A Equipe Gestora, o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil deverão promover ações de sensibilização e conscientização sobre os impactos negativos do uso excessivo de celulares, envolvendo estudantes e familiares.

Art. 6º Em caso de uso inadequado do celular, caberá ao professor solicitar que o estudante:

I - Desligue e guarde o dispositivo junto aos seus pertences; ou
II - Desligue e entregue o celular à gestão escolar, sendo devolvido ao final do período letivo.

§ 1º O professor deverá registrar a ocorrência no livro da Unidade Escolar e comunicar à Coordenação Pedagógica.

§ 2º Em caso de reincidência, os responsáveis serão convocados para serem cientificados da situação e das normas do regimento escolar.

Art. 7º A Equipe Gestora e os profissionais da escola deverão divulgar o número de telefone institucional para que pais e responsáveis possam entrar em contato com os estudantes em caso de necessidade.

Art. 8º O conteúdo desta Instrução Normativa deverá ser abordado em reuniões de pais e responsáveis, Dias da Família e outras atividades promovidas pela escola.

Art. 9º Os servidores das Unidades Educacionais estão proibidos de utilizar celulares durante o expediente na presença dos estudantes, exceto quando em atividades didáticas previamente autorizadas.

Art. 10 As Equipes Gestoras, em conjunto com os Conselhos Escolares, poderão elaborar normas complementares sobre a utilização de celulares, bem como deliberar sobre casos omissos, respeitando a legislação vigente.

Art. 11 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Paudalho – PE , 01 de setembro de 2025.

JOSÉ DIONÍZIO DE ARAÚJO JÚNIOR
Secretário Municipal de Educação e Juventude

ANA CATARINA BARROS DA SILVA E SOUSA
Gerente de Gestão Escolar

Publicado por:
Ana Catarina Barros da Silva e Sousa
Código Identificador:47646A1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAUDALHO/PE
NORMATIVA Nº 03/2025

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2025

Estabelece os Parâmetros de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino do Paudalho/PE e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONTEXTUAL

A elaboração da presente Instrução Normativa, que estabelece os Parâmetros de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino do Paudalho/PE, emana de uma exigência constitucional primordial e se consolida como um compromisso ético, político e pedagógico com a infância paudalhense. Seu arcabouço técnico-jurídico é concretamente forjado a partir de uma leitura hermenêutica e integrada dos marcos legais nacionais, estaduais e municipais, articulando-se de modo a transcender a mera conformidade formal e assumir caráter de vanguarda na garantia do direito à educação de qualidade desde a primeira infância.
A presente normativa fundamenta-se, entre outros, nos seguintes referenciais:

•
Constituição Federal de 1988, do Art. 205 ao Art. 214, que estabelecem o direito à educação como dever do Estado e da família;

•
Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), do Art. 29 ao Art. 31, trazendo à tona a definição da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e a garantia do desenvolvimento integral da criança;

•
Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao doutrinar a proteção integral e a prioridade absoluta de atendimento;

•
Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), à luz dos princípios éticos, políticos e estéticos e da indissociabilidade entre educar e cuidar;

•
Resolução CNE/CP nº 2/2017, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao definir os direitos de aprendizagem e campos de experiências;

•
Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2020), evidenciando a valorização da diversidade cultural, territorial e social;

•
Lei nº 13.005/2014, Plano Nacional de Educação (PNE), especificamente suas Metas 1 e 17, que tratam da universalização da Educação Infantil com qualidade e da valorização profissional;

•
Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil (MEC, 2024), ao estabelecer indicadores e estratégias nacionais de equidade e inclusão;

•
Lei 747/2015, Plano Municipal de Educação do Paudalho, apontando Metas e Estratégias locais de qualificação da oferta educacional.

No cômpito do arcabouço supra explicitado, é mister elucidar que o conjunto desses dispositivos constitui a base jurídica e pedagógica da presente norma, que busca estabelecer padrões referenciais de qualidade e equidade, garantindo às crianças do Paudalho o direito a espaços educativos seguros, inclusivos, significativos e culturalmente contextualizados.
A Educação Infantil é reconhecida como primeira etapa da Educação Básica e direito social da criança. Esta Instrução Normativa visa orientar a oferta municipal, garantindo qualidade e equidade, promovendo práticas inclusivas, respeitando a diversidade cultural e socioeconômica e fortalecendo vínculos afetivos e comunitários, em consonância com a BNCC, DCNEI, Currículo de Pernambuco e Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil (MEC, 2024).

PREÂMBULO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO PAUDALHO, Estado de Pernambuco, no estrito cumprimento de suas atribuições legais e no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas educacionais,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, na LDB, no ECA, nas DCNEI (Res. CNE/CEB nº 5/2009), na BNCC (Res. CNE/CP nº 2/2017), no Currículo de Pernambuco (2020), nos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil (MEC, 2024), no PNE (Lei nº 13.005/2014) e no PME do Paudalho;

CONSIDERANDO a necessidade de orientar as instituições de Educação Infantil públicas e privadas quanto a padrões de qualidade que promovam o desenvolvimento integral da criança, a equidade educacional e o respeito à diversidade;

RESOLVE, com fundamento nos princípios constitucionais e legais que regem a educação nacional, editar a seguinte Instrução Normativa:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Ficam instituídos, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Paudalho/PE, os Parâmetros de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, aplicáveis a todas as instituições públicas e privadas que ofertam a primeira etapa da educação básica no território municipal.

Parágrafo único. Tais parâmetros constituem referencial obrigatório para a garantia de padrões de excelência que integrem dimensões pedagógicas, infraestruturais, gestoras e socioculturais, assegurando condições objetivas para o desenvolvimento integral da criança, em conformidade com o art. 29 da LDB.

Art. 2.º A qualidade e a equidade na Educação Infantil, para os fins desta norma, fundamentam-se nos seguintes princípios norteadores:
I – respeito à dignidade humana e à singularidade da criança, considerando suas identidades culturais, origens étnico-raciais, diversidades de gênero, linguísticas e físicas;
II – indissociabilidade entre o cuidar, o educar e o brincar como eixos integradores da ação pedagógica;
III – equidade e inclusão, assegurando acesso e permanência de todas as crianças, inclusive aquelas com deficiência;
IV – gestão democrática e participativa, garantindo o envolvimento da comunidade escolar;
V – valorização e formação dos profissionais da Educação Infantil;
VI – articulação intersetorial entre Educação, Saúde, Assistência Social e Cultura;
VII – o brincar como direito humano fundamental e linguagem estruturante da infância;
VIII – respeito aos contextos socioculturais e saberes locais.

Art. 3.º Para os efeitos desta Instrução Normativa, aplicam-se as definições constantes das DCNEI, da BNCC e dos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade.

CAPÍTULO II – DOS PILARES E DIMENSÕES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Art. 4º A qualidade e a equidade na Educação Infantil configuram-se como direito subjetivo da criança, nos termos do ordenamento jurídico brasileiro, materializando-se por meio de um constructo multidimensional que articula, de forma sistêmica e integrada, as condições objetivas e subjetivas indispensáveis à promoção de experiências educativas fundantes para seu desenvolvimento integral.

Parágrafo único. Entende-se por desenvolvimento integral o processo contínuo, singular e indissociável de construção de conhecimentos, habilidades, identidades, valores e afetos pela criança, abarcando as

dimensões física, emocional, cognitiva, social, estética e cultural, em ambientes que respeitem sua condição de sujeito histórico de direitos, protagonista de suas aprendizagens e produtora de cultura.

Art. 5º A avaliação e a garantia da qualidade e da equidade, para os fins desta Instrução Normativa, serão orientadas pela análise de seis dimensões interdependentes, cuja efetiva implementação constitui condição para a excelência e a justiça na oferta educacional, conforme os referenciais estabelecidos nas DCNEI, BNCC, Currículo de Pernambuco e Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil (MEC, 2024), quais sejam:

I – Dimensão Pedagógica
Refere-se ao núcleo fundamental da ação educativa, compreendendo a qualidade das interações adulto-criança e criança-criança, a intencionalidade didática manifesta no planejamento, na observação e na documentação pedagógica, e a apropriação crítica aludida na BNCC e no Currículo de Pernambuco.

Abrange, ainda, a organização do tempo, do espaço e dos agrupamentos como elementos pedagógicos indutores de aprendizagens significativas, assegurando que o brincar, o cuidar e o educar sejam dimensões indissociáveis do cotidiano educativo.

A ação pedagógica, nessa perspectiva, deve estar alicerçada na escuta sensível, na mediação dialógica e na valorização das múltiplas linguagens da infância, reconhecendo a criança como centro e sujeito de direitos.

II – Dimensão da Gestão Democrática e Institucional
Compreende os processos de governança participativa, de transparência administrativa e pedagógica, e a efetivação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do Plano Estratégico e Situacional (PES) como expressão da autonomia e identidade da unidade educativa.

Inclui a gestão de pessoas, os recursos e os processos, articulando-se com as políticas públicas setoriais (educação, saúde, assistência e cultura) de forma a garantir planejamento participativo, prestação de contas pública e espaços colegiados de decisão, em consonância com o princípio da gestão democrática previsto no art. 14 da LDB e reafirmado pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade (MEC, 2024).

III – Dimensão da Formação e Valorização dos Profissionais
Abrange as políticas e práticas voltadas à formação inicial e continuada, à valorização e às condições dignas de trabalho dos profissionais da Educação Infantil, assegurando remuneração compatível, plano de carreira e jornada com tempo destinado ao planejamento, estudo e reflexão.

A formação deve ser permanente, contextualizada e crítica, articulando saberes teóricos e experienciais, em regime de colaboração entre União, Estado e Município, conforme preconizam o PNE (Meta 17), as DCNEI (2009) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade (2024).
Inclui-se, ainda, o cuidado com a saúde física e mental dos trabalhadores da educação, compreendidos como sujeitos formadores e corresponsáveis pela efetivação da política pública educacional.

IV – Dimensão da Infraestrutura Física e Recursos
Define os padrões de adequação, segurança, funcionalidade, acessibilidade e estética dos ambientes internos e externos, contemplando mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos diversificados (naturais, culturais e tecnológicos), em conformidade com as normas da ABNT NBR 9050/2015 e as recomendações do FNDE.

A infraestrutura deve garantir ambientes saudáveis, acolhedores, desafiadores e inclusivos, com espaços que estimulem o movimento, o brincar, a experimentação, a descoberta e a convivência.
A estética, enquanto dimensão educativa, deve promover o sentido de pertencimento, cuidado e beleza, favorecendo a vivência de experiências sensoriais e simbólicas significativas.

V – Dimensão da Relação Família-Escola-Comunidade
Estabelece a necessária parceria ética e dialógica entre as instituições de Educação Infantil, as famílias e a comunidade local, reconhecendo a corresponsabilidade educativa e o papel das famílias como primeiras e permanentes educadoras.

Prevê mecanismos de participação efetiva nos processos decisórios, projetos pedagógicos e avaliações institucionais, assegurando comunicação acessível e contínua e valorizando os diferentes arranjos familiares e contextos socioculturais da comunidade paudalhense. Alinha-se às orientações do Currículo de Pernambuco (2020) e dos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade (2024), que reforçam o fortalecimento de vínculos afetivos, culturais e comunitários.

VI – Dimensão de Acessibilidade e Inclusão
Garante a equiparação de oportunidades e o pleno direito à participação, à aprendizagem e à convivência de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas, linguísticas, sociais, culturais ou religiosas.

Implica a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, programáticas e atitudinais, e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, que valorizem a diversidade e combatam toda forma de preconceito ou discriminação.
Alinha-se à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), às DCNEI (2009) e aos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil (2024), reafirmando o compromisso com uma educação justa, democrática e equitativa.

Art. 6.º. As dimensões previstas neste capítulo deverão ser implementadas de forma articulada e interdependente, sendo vedada qualquer interpretação que implique hierarquização ou dissociação entre elas, sob pena de comprometer a visão sistêmica e humanizadora de qualidade e equidade que esta Instrução Normativa se propõe a instituir.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 7º Os ambientes educativos devem ser seguros, acessíveis, inclusivos e estimulantes, contemplando áreas para movimento, descanso, alimentação, higiene, arte e brincadeira, com intencionalidade pedagógica e respeito aos ritmos infantis, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade (MEC, 2024) e o Currículo de Pernambuco (2020).

Art. 8º O planejamento pedagógico será intencional, coletivo e articulado às prerrogativas da BNCC e do Currículo de Pernambuco, promovendo práticas lúdicas e inclusivas, com respeito aos contextos socioculturais e aos ritmos de desenvolvimento infantil.

Art. 9º A avaliação terá caráter diagnóstico, contínuo e formativo, vedadas práticas seletivas, classificatórias ou promocionais. A documentação pedagógica, em que pese portfólios, registros narrativos, audiovisuais e produções infantis, constitui procedimento essencial para o acompanhamento do desenvolvimento das crianças, o diálogo com as famílias e o replanejamento docente.

Art. 10 A organização das turmas seguirá os parâmetros de qualidade e equidade nacionais, respeitando a faixa etária, a proporção de profissionais e as necessidades de desenvolvimento infantil, conforme tabela a seguir:

Etapa	Faixa Etária	Composição Profissional	Nº Máx. de Crianças
Berçário	0 a 12 meses	1 professor + 2 auxiliares	10
Creche I	12 a 24 meses	1 professor + 2 auxiliares	10
Creche II	24 a 36 meses	1 professor + 1 auxiliar	12
Creche III	36 a 48 meses	1 professor + 1 auxiliar	15
Pré I	4 anos	1 professor + 1 auxiliar	20
Pré II	5 anos	1 professor + 1 auxiliar	20

§1º Para fins do cálculo etário alusivo à matrícula na Educação Infantil, deve ser considerada a data-corte de 31 de março, conforme

Instrução Normativa nº 01/2019 do Sistema Municipal de Ensino do Paudalho;

§2º Esses parâmetros observam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade (MEC, 2024), visando assegurar atenção individualizada, segurança e qualidade no processo educativo.

CAPÍTULO IV – DA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Art. 11 Fica instituída a Política Municipal de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Infantil, regida pelos princípios da educação continuada, valorização profissional, equidade educacional e qualidade social do magistério, articulada em regime de colaboração com a União e o Estado.

Art. 12 A formação inicial dos profissionais observará os seguintes parâmetros: formação superior em Licenciatura em Pedagogia ou curso equivalente; reconhecimento dos auxiliares de docência como parte da equipe pedagógica com formação mínima técnica; oferta de programas de indução formativa pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13 A coordenação pedagógica e a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação oferecerão apoio, supervisão e orientação contínua às unidades educativas, com foco na reflexão sobre a prática e na qualificação das interações.

Art. 14 A formação continuada será ofertada em caráter permanente e sistemático, em horário de contraturno, assegurando participação efetiva.

Art. 15 A valorização profissional concretizar-se-á por meio de políticas que assegurem plano de carreira, condições adequadas de trabalho e reconhecimento das boas práticas pedagógicas.

CAPÍTULO V – DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA-COMUNIDADE

Art. 16 As famílias são reconhecidas como corresponsáveis pelo processo educativo, devendo a instituição assegurar comunicação acessível e contínua, escuta qualificada e participação nos projetos pedagógicos.

Art. 17 As unidades educativas promoverão estratégias de acolhimento e vínculos positivos com todas as configurações familiares, valorizando a diversidade dos arranjos e dos contextos socioculturais.

Art. 18 A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir programação anual específica de integração família-escola-comunidade, com avaliação de resultados.

CAPÍTULO VI – DO SISTEMA MUNICIPAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E EQUIDADE

Art. 19 Fica instituído o Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação da Qualidade e Equidade da Educação Infantil, com finalidade formativa e orientadora, vedado o ranqueamento entre instituições.

Art. 20 O sistema utilizará como referência os Indicadores de Qualidade e Equidade da Educação Infantil (MEC) e os parâmetros definidos nesta Instrução Normativa.

Art. 21 O acompanhamento e a fiscalização do Sistema competem à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação, que emitirão pareceres técnicos e deliberações complementares quando necessário.

Art. 22 O relatório consolidado de monitoramento deverá ser publicado bienalmente, garantindo transparência e participação social.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 As instituições de Educação Infantil terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Instrução Normativa, para adequar seus Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos Escolares e demais instrumentos institucionais aos parâmetros aqui estabelecidos.

Art. 24 A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará, no prazo de 60 (sessenta) dias, orientações técnicas e materiais de apoio à implementação desta Instrução Normativa.

Art. 25 O acompanhamento e a fiscalização competem à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação, garantindo transparência e controle social.

Art. 26 Esta Instrução Normativa será revisada a cada cinco anos, ou sempre que houver atualização das diretrizes nacionais ou estaduais da Educação Infantil, dos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade (MEC, 2024), ou de normas correlatas.

Art. 27 As despesas decorrentes da implementação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 28 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido o Conselho Municipal de Educação.

Art. 29 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paudalho, 30 de outubro de 2025

JOSÉ DIONÍZIO DE ARAÚJO JÚNIOR
Secretário Municipal de Educação e Juventude

ANA CATARINA BARROS DA SILVA E SOUSA
Gerente de Gestão Escolar

ANA MARGARETE CARNEIRO
Gerente de Desenvolvimento da Educação

Publicado por:
Ana Catarina Barros da Silva e Sousa
Código Identificador:BDCA5EB3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PESQUEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE RESULTADO DE SORTEIO PROCESSO LICITATORIO – Nº 073/2025/PMP CHAMADA PUBLICA Nº 001/2025/PMP

-Processo Nº: 073/2025/PMP
-Comissão: CPL.
-Modalidade/CHAMADA PUBLICA Nº 001/2025/PMP.
-Objeto Descr. o presente **Chamamento Público**, com a finalidade de realizar o **cadastramento de profissionais** com formação e/ou atuação profissional nas áreas de **comunicação, marketing, publicidade e propaganda**, interessados em compor lista a ser utilizada para **sorteio** dos membros da **Subcomissão Técnica**, que atuará no julgamento das propostas técnicas da Concorrência Pública nº 001/2025, cujo objeto é a **contratação de serviços de publicidade institucional**, a ser regida pela Lei nº 12.232/2010, que disciplina as contratações de serviços de publicidade pela Administração Pública, pela Lei nº 14.133/2021, no que for compatível, e demais normas pertinentes.
A Comissão Permanente de Licitação do Município de [nome do município], em atendimento aos princípios da publicidade, transparência e isonomia previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o resultado do Sorteio Público realizado no dia [data], às

[hora], destinado à seleção de 03 (três) representantes dentre os seis inscritos.
Após a realização do sorteio, utilizando-se cédulas físicas e procedimento devidamente registrado em ata, foram sorteados os seguintes participantes:
Victória Maria Oliveira Lopes – CPF nº 059.784.794-02
Wagner Antônio França – CPF nº 107.366.289-52
Fábio Henrique de Lima Cavalcanti – CPF nº 107.299.084-96
A ata do sorteio encontra-se anexada aos autos e disponível para consulta pública.
PESQUEIRA - PE, 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

JULIANA MOURA PINHEIRO
Pregoeiro

Publicado por:
Juliana Moura Pinheiro
Código Identificador:46D3DD4E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2025/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2025/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, em conformidade com o art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Decreto 10.922/21, torna-se público a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL A ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LEGALIZADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS), ACONDICIONADO EM BOMBONAS DE 200 LITROS (25 KG), DISPONIBILIZADAS PELA CONTRATADA (COMODATO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PESQUEIRA. SALIENTA-SE QUE A EMPRESA DEVE TER LICENÇA AMBIENTAL PARA TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DESSES RESÍDUOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**,** valor estimado da contratação de R$ 26.433,60 (vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos**)**. Eventuais interessados podem apresentar suas propostas de preços no prazo estabelecido: DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO, DIA 25/11/2025 até ÀS 17h00min. Referência de tempo: horário de Brasília. Sistema Eletrônico Utilizado: http://www.bnc.org.br/sistema, Informações adicionais: Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura ou através do Fone (87)3835-8708, E-mail cplpesqueira@gmail.com, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Pesqueira-PE, 17 de novembro de 2025.

PAULO FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Moura Pinheiro
Código Identificador:E3E72C47

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1090/ 2025

PORTARIA Nº 1090/ 2025

Dispõe sobre cessão de servidor público municipal para exercer suas funções na Secretaria de Educação do Município de Alagoinha-PE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA, Estado de Pernambuco, **MARCOS LUÍDSON DE ARAÚJO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

CONSIDERANDO que a Cessão do servidor deve ser realizada por meio de Portaria, conforme recomendação do Tribunal de Contas de Pernambuco;
RESOLVE:
Art. 1º- CEDER a servidora pública municipal DÉBORA RENATA DE ALMEIDA SIMÕES, matrícula nº 028136, PROFESSORA A, lotada na Secretaria de Educação, para o exercício de atividades inerentes ao seu cargo perante a Secretaria de Educação do Município de Alagoinha-PE, com ônus para o Município de origem, conforme CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESQUEIRA-PE E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA-PE.

Art. 2º- A cessão de que trata o art.1º desta Portaria terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2025, com possibilidade de revogação a critério das partes.
Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 11 de novembro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Pesqueira/PE, 17 de novembro de 2025

MARCOS LUÍDSON DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
Código Identificador:42E0ED00

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1091/ 2025

PORTARIA Nº 1091/ 2025

Dispõe sobre cessão de servidor público municipal para exercer suas funções na Câmara de Vereadores.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA, Estado de Pernambuco, **MARCOS LUÍDSON DE ARAÚJO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais,
CONSIDERANDO que a Cessão do servidor deve ser realizada por meio de Portaria, conforme recomendação do Tribunal de Contas de Pernambuco;
RESOLVE:
Art. 1º- CEDER a servidora pública municipal **ANA CRISTINA SOARES DOS SANTOS, matrícula nº 22512, AGENTE DE TURISMO**, para o exercício de atividades como Agente de Contratação na Câmara Municipal de Pesqueira, com ônus para a Câmara Municipal de Pesqueira, conforme CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESQUEIRA-PE E A CÂMARA MUNICIPAL DE PESQUEIRA-PE.

Art. 2º- A cessão de que trata o art.1º desta Portaria terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2026, com possibilidade de revogação a critério das partes.
Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Pesqueira/PE, 17 de novembro de 2025

MARCOS LUÍDSON DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
Código Identificador:1B91DD40

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2025.

NÚMERO DO CONTRATO**: 067/2025.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.106.235/0001-16, com sede na rua Praça dos Três Poderes, nº 141, Bairro Centro, Cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

CONTRATADO: CONSTRUTORA IPOJUCA LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 47.305.575/0001-86, sediado na Rua Germano Magalhães, nº 176 – 2º Pavimento Superior, Sala nº 06, Bairro Centro, Cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco, CEP: 56.506-550.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DA AGROVILA 07 DO BLOCO 03 ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA-PE**

VIGÊNCIA: O prazo de entrega dos serviços será **360 (trezentos e sessenta) dias,** contados da solicitação pela Secretaria competente.

VALOR GLOBAL: R$ 1.499.701,03 (Um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e um reais e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 07 de Novembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:07F9BFB7

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2025.

NÚMERO DO CONTRATO**: 063/2025.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.106.235/0001-16, com sede na rua Praça dos Três Poderes, nº 141, Bairro Centro, Cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

CONTRATADO: VM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 28.796.562/0001-02**, sediado na Rua José Belarminio Teixeira, Nº 41, Bairro Centro, Cidade de Capoeiras, Estado de Pernambuco, CEP: 55.365-000.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM VIAS URBANAS LOCALIZADAS NO BAIRRO NOVA ESPERANÇA (AVENIDA 02, RUA 08, RUA 09 E RUA 10), NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA-PE.**

VIGÊNCIA: O prazo de entrega dos serviços será **180 (Cento e oitenta) dias,** contados da solicitação pela Secretaria competente.

VALOR GLOBAL: R$ 905.997,75 (Novecentos e cinco mil, novecentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 07 de Novembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:5AE07EB2

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2025.

NÚMERO DO CONTRATO**: 064/2025.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.106.235/0001-16, com sede na rua Praça dos Três Poderes, nº 141, Bairro Centro, Cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

CONTRATADO: VM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 28.796.562/0001-02**, sediado na Rua José Belarminio Teixeira, Nº 41, Bairro Centro, Cidade de Capoeiras, Estado de Pernambuco, CEP: 55.365-000.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM VIAS URBANAS LOCALIZADAS NO BAIRRO NOVA ESPERANÇA (AVENIDA 02, RUA 08, RUA 09 E RUA 10), NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA-PE.**

VIGÊNCIA: O prazo de entrega dos serviços é de **90 (Noventa) dias**, contados da solicitação pela Secretaria competente.

VALOR GLOBAL: R$ 243.730,24 (Duzentos e quarenta e três mil, setecentos e trinta reais e vinte e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 07 de Novembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:B77AF599

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2025.

NÚMERO DO CONTRATO**: 065/2025.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.106.235/0001-16, com sede na rua Praça dos Três Poderes, nº 141, Bairro Centro, Cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

CONTRATADO: VM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 28.796.562/0001-02**, sediado na Rua José Belarminio Teixeira, Nº 41, Bairro Centro, Cidade de Capoeiras, Estado de Pernambuco, CEP: 55.365-000.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM VIAS URBANAS LOCALIZADAS NO BAIRRO NOVA ESPERANÇA (AVENIDA 02, RUA 08, RUA 09 E RUA 10), NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA-PE.**

VIGÊNCIA: O prazo de entrega dos serviços será **90 (Noventa) dias**, contados da solicitação pela Secretaria competente.

VALOR GLOBAL: R$ 86.698,74 (Oitenta e seis mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 07 de Novembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:5C7685A8

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2025.

NÚMERO DO CONTRATO**: 066/2025.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.106.235/0001-16, com sede na rua Praça dos Três Poderes, nº 141, Bairro Centro, Cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

CONTRATADO: VM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 28.796.562/0001-02**, sediado na Rua José Belarminio Teixeira, Nº 41, Bairro Centro, Cidade de Capoeiras, Estado de Pernambuco, CEP: 55.365-000.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM VIAS URBANAS LOCALIZADAS NO BAIRRO NOVA ESPERANÇA (AVENIDA 02, RUA 08, RUA 09 E RUA 10), NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA-PE.**

VIGÊNCIA: O prazo de entrega dos serviços será **120 (Cento e vinte) dias**, contados da solicitação pela Secretaria competente.

VALOR GLOBAL: R$ 348.592,29 (Trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 07 de Novembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:33BC1A29

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE POÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO Nº 001/2025 - CONTRATO Nº 065/2025/FMS

Processo Nº: 023/2025/FMS
-Comissão: CPL.
-Modalidade/Nº: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025.
-Objeto Descr.: Contratação de empresa para fornecimento, parcelado, de material médico destinados a atenção básica do fundo municipal de saúde de Poção - PE.
-Contrato Nº: 065/2025/FMS.
-Contratado: COSTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.
– CNPJ nº 32.644.237/0001-00.
-Valor Contratado: R$ 8.950,00 (oito mil e novecentos e cinquenta reais), o que corresponde ao fornecimento dos itens de nº 33 e 54.
-Vigência: 12 (doze) meses.
- Valor acrescido: R$ 2.237,75 (dois mil e duzentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), que corresponde ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

Poção, 08 de outubro de 2025.

ALINE CORDEIRO DE VASCONCELOS SILVA
Secretária Municipal de Saúde (*)

Publicado por:
Lizandra Helena de Meneses Estevão Mergulhão
Código Identificador:1C334CFF

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE POMBOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - EQUIPE DE APOIO.
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Fundo Municipal de Saúde de Pombos – PE
REPUBLICAÇÃO APÓS AJUSTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 17/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2025. OBJETO: Sistema de Registro de Preços para o fornecimento parcelado Medicamentos essenciais destinados ao abastecimento do Hospital Municipal, das Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e demais serviços integrantes da rede municipal de saúde de Pombos-PE. Valor total estimado: R$ 5.040.190,80. Sessão dia **05/12/2025** às **09:00h**. Edital, anexos e demais informações podem ser obtidos no: Sistema Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC, Endereço Eletrônico: www.bnc.org.br. O texto integral do edital (contendo todas as informações sobre o certame) encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico retromencionado e www.pombos.pe.gov.br ou na Sala da Comissão de Licitação, Av. Joaquim Facão, 119 – Centro – Pombos -PE, CEP 55.630-000.
Pombos, 18 de novembro de 2025.

LADJANE ROBERTO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Fábio Ferreira da Silva
Código Identificador:5F825748

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PRIMAVERA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 008/2025 ORIUNDO DO PROCESSO DE CONTRATAÇAO Nº 017/2025 – PREGAO ELETRÔNICO Nº 005/2025,

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 008/2025 ORIUNDO DO PROCESSO DE CONTRATAÇAO Nº 017/2025 – PREGAO ELETRÔNICO Nº 005/2025, cujo o objeto é AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO E CORRELATOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETRIA DE INFRAESTRUTURA, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E O DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PRIMAVERA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 008/2025 – EMPRESA CONTRATADA: A CASA DA CONSTRUÇAO LTDA **CNPJ sob o N°:**20.899.515/0001-82**.**
VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 1.269.128,49 (UM MILHÃO, DUZENTOS E SESSENTA E NOVE MIL, CENTO E VINTE E OITO REAIS E QUARENTA NOVE CENTAVOS).
VIGENCIA DO CONTRATO: 12 **(**DOZE**)** MESES
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 05.06.2025.

Primavera, 17 de novembro de 2025.

JEYSON CAVALCANTI DE ALMEIDA FALCÃO
Prefeito

Publicado por:
Julio Creyson da Silva
Código Identificador:AC3F7468

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL REFERENTE AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 03/2025 DO FMAS - PREGÃO

ELETRÔNICO Nº 03/2025. Cujo o objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para, contratação de empresa para fornecimento de frango congelado, para distribuição gratuita destinados às famílias durante a semana do Natal no Município de Primavera/PE, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I);
"*O processo em questão está em republicação devido a correção de valores no edital, referente ao preço unitário, pois no portal de compras o valor unitário ficou a menor de acordo com as cotações e valores do banco de preço".*
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM;> MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO;> O valor Global, Máximo Admitido, R$ 222.880,00 (Duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta reais)*;>* INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 18/11/2025 às 09h.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: Dia 03/12/2025 às 09:30h.
CERTAME REALIZADO NO SÍTIO: www.licitaprimaverape.com.br.
LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o edital completo está disponível para consulta e cópia na internet no Portal da Transparência Municipal e no endereço: www.licitaprimaverape.com.br e https://transparencia.primavera.pe.gov.br/

Primavera/PE, 17 de novembro de 2025.

PAULA PATRÍCIA GOMES DA SILVA FALCÃO
Secretária de Assistência Social
Portaria Nº 003/2025

Publicado por:
Luís Paulo Dos Santos
Código Identificador:0B4192EE

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 281/2025

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PRIMAVERA (PE), no uso de suas atribuições legais, após submeter à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, faz saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 017/2025 e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 o Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder Abertura Créditos Adicionais Especial para a Prefeitura Municipal ao Orçamento Geral, de acordo com a funcional programática abaixo:

FONTE DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS:

a) Anulação total ou parcial de dotações e/ou excesso de arrecadação;

Art. 2.º - Fica pelo presente Projeto adicionados ao PPA Municipal o Programa 0084- Saúde Com Qualidade e a Atividade 2143 – Manutenção do Programa Saúde Com Qualidade – a modalidade 50 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos – o elemento 43 – Subvenções Sociais.

Art. 3.º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Primavera, Gabinete do Prefeito, 17 de novembro de 2025.

JEYSON CAVALCANTI DE ALMEIDA FALCÃO
Prefeito

Publicado por:
Geovana Maria da Silva
Código Identificador:8690A6F9

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE QUIXABA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 399, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

CEDE SERVIDOR MUNICIPAL AO INSTITUTO DE PESQUISAS AGRONÔMICAS DE PERNAMBUCO – IPA/PE.

O Prefeito do Município de Quixaba, Estado de Pernambuco, no uso regular de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e de acordo com o artigo 58, incisos VII, VIII e XIX da Lei Orgânica Municipal, e ainda a Lei municipal nº 419, de 24 de março de 2023,

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização administrativa e a movimentação de pessoal no âmbito da Prefeitura;

CONSIDERANDO o interesse público na cessão de servidor para cooperação institucional junto ao Instituto de Pesqisas Agronômicas de Pernambuco – IPA/PE;

RESOLVE:

Art. 1º. Ceder o servidor **FÁBIO JÚNIOR DE LIMA**, matrícula nº 1193, para prestar serviços junto ao Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA/PE, enquanto perdurar o interesse da Administração Municipal.

Art. 3º. O servidor permanecerá sujeito às normas do órgão cessionário durante o período de cessão, sem prejuízo de seu vínculo funcional com o Município.

Art. 4º. A qualquer tempo, a cessão poderá ser revogada por interesse da Administração Municipal.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01/11/2025.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de novembro de 2025.

JOSÉ PEREIRA NUNES
Prefeito

Publicado por:
Rhaniel Cordeiro Nunes
Código Identificador:64FBF748

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE RIACHO DAS ALMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CHAMAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL Nº 001/2025

CHAMAMENTO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA SE HABILITAREM NO PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA, BIÊNIO 2026/2027.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA de Riacho das Almas/PE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela Lei Municipal nº 891/2000 e Lei Municipal nº 1.222/2018, torna público o presente Edital de Convocação das Entidades da Sociedade Civil legalmente constituídas, que atuem nas áreas de defesa, promoção, proteção e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, para efetuar seu cadastro e participar do processo de composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, biênio 2026/2027.

Para participar do processo eleitoral, a entidade representante da sociedade civil interessada deverá estar devidamente legalizada, em funcionamento ou com representação no município de Riacho das Almas, e possuir atuação comprovada nas áreas mencionadas acima.

As entidades interessadas deverão proceder à inscrição mediante o preenchimento da ficha de cadastro (Anexo I) e apresentação de cópia dos documentos relacionados no Anexo II. As inscrições ocorrerão de 17 de novembro a
10 de dezembro de 2025, podendo ser realizadas presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas para Mulhere de Riacho das Almas – PE, das 8h às 13h, ou de forma eletrônica através doe- mail:cmdicariacho@gmail.com.

No ato da inscrição, a entidade deverá indicar o nome de 02 (dois) representantes, sendo um titular e um suplente, para atuarem no COMDICA durante o biênio 2026/2027. Não será permitido que uma mesma pessoa represente mais de uma entidade.

Caso haja mais entidades interessadas do que vagas disponíveis para composição do COMDICA, será convocada uma assembleia entre todas as entidades inscritas e os membros titulares representantes do Poder Público Municipal, com o objetivo de eleger os representantes da sociedade civil, garantindo isonomia e igualdade de condições entre todos os participantes.

A nomeação e posse dos conselheiros titulares e suplentes ocorrerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a divulgação oficial do resultado do processo de seleção, e será presidida pelo Prefeito ou pessoa por ele designada.

O mandato dos membros do COMDICA será de 02 (dois) anos, admitindo-se uma recondução por igual período, conforme previsto na legislação municipal pertinente.

Riacho das Almas-PE, 17 de novembro de 2025.

ALINY GOMES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Wêdja Nayane Santos
Código Identificador:DD008EE9

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE CREDENCIADOS E HABILITADOS Nº 002/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2025 -
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2025

OBJETO: Credenciamento objetivando a contratação de Leiloeiro Oficial, para realização de Leilões Públicos, visando a alienação de bens inservíveis, incluindo nesta contratação, o levantamento dos bens, a avaliação, a elaboração e publicação do edital, a divulgação (propaganda e marketing) do leilão, a realização do leilão e todos os procedimentos decorrentes do mesmo obedecidas às especificações e normas constantes do presente Edital.

Aos dias 17 de novembro de 2025, às 10h00min, a Comissão Permanente de Licitações e Contratações do Município de Riacho das Almas/PE reuniu-se à Rua Justo Fernandes da Mota, nº 68, Centro, CEP 55.120-000, Riacho das Almas/PE, com a finalidade de receber as documentações alusivas ao Chamamento Público nº 004/2025.

O Chamamento foi amplamente divulgado, sendo publicado:**No Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco (AMUPE), no Portal da Transparência do Município de Riacho das Almas/PE,https://transparencia.riachodasalmas.pe.gov.br, afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Riacho das Almas/PE.**

Após esta divulgação manifestou interesse em participar do presente credenciamento conforme Constituição Federal 88/98, e Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e pelas Instruções Normativas nº 113/2010/DNRC, no dia 13 de novembro de 2025 os seguintes Leiloeiros que atenderam os requisitos de habilitação:

Leiloeiro Osman Sobral e Silva,devidamente inscrito no**RG sob o nº 98001306872 SSP/AL E CPF sob nº 164.023.324-53,** residente e domiciliado a Rua Aviador Severino Lins, nº 182, Ap. 201, Boa Viagem, RECIFE/PE, apresentou documentação para os serviços de Leiloeiro.
Leiloeiro Gervasio Vasconcelos de Albuquerque,devidamente inscrito no**RG sob o nº 482771 SSP/AL E CPF sob n° 352.054.074-68** residente e domiciliado a Rua Irene Ramos Gomes de Mattos, nº 204, apto. 902, Pina – RECIFE/PE, apresentou documentação para os serviços de Leiloeiro.

A Comissão passa para a fase de análise da documentação dos Leiloeiros interessados que apresentou sua respectiva documentação e posteriormente toda documentação foi minuciosamente analisada pela**Comissão Permanente de Licitações e Contratações da Prefeitura Municipal de Riacho das Almas/PE,**posteriormente todas as certidões apresentadas tiveram suas autenticidades verificadas via internet. Após as análises das documentações a Comissão Permanente de Licitações e Contratações declarou **HABILITADA PARA O CREDENCIAMENTO**: o **Leiloeiro Osman Sobral e Silva,**devidamente inscrito no**RG sob o nº 98001306872 SSP/AL E CPF sob nº 164.023.324-53,** residente e domiciliado a Rua Aviador Severino Lins, nº 182, Ap. 201, Boa Viagem, RECIFE/PE, apresentou documentação para os serviços de Leiloeiro. E O **Leiloeiro Gervasio Vasconcelos de Albuquerque,**devidamente inscrito no**RG sob o nº 482771 SSP/AL E CPF sob n° 352.054.074-68** residente e domiciliado a Rua Irene Ramos Gomes de Mattos, nº 204, apto. 902, Pina – RECIFE/PE, apresentou documentação para os serviços de Leiloeiro.

Todos os Leiloeiros ora mencionados encontram-se **APTOS**a prestar o serviço solicitado neste Credenciamento e todos os documentos apresentados comprovam que estão declarados**HABILITADOS**nos termos da lei nº 14.133/2021 e do edital.Então, a Comissão Permanente de Licitação e Contratações, concluiu através do Processo Licitatório nº 118/2025, para o Chamamento público nº 004/2025 para realização de Credenciamento objetivando a contratação de Leiloeiro Oficial, para realização de Leilões Públicos, visando a alienação de bens inservíveis, incluindo nesta contratação, o levantamento dos bens, a avaliação, a elaboração e publicação do edital, a divulgação (propaganda e marketing) do leilão, a realização do leilão e todos os procedimentos decorrentes do mesmo obedecidas às especificações e normas constantes do presente Edital, podendo ser prorrogado nos moldes da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, aprazados conforme art. 165, I da Lei nº 14.133/21 o prazo recursal de 03 (Três) dias úteis contados da publicação da presente Ata, observando-se as demais condições atinentes ao processo, tais como: parecer jurídico, ratificação e publicação.

É importante também registrar que o credenciamento segue aberto por um período de 12(Doze) MESES, a contar da data de publicação, onde todos os interessados puderam vir até a sala da Comissão e se credenciar.

Não tendo mais nada a ser apreciado no momento, a Agente de Contratação deu por encerrada a presente sessão, datando e assinando esta Ata, juntamente com os demais Membros da Equipe de Contratação.

Riacho das Almas/PE. 17 de novembro de 2025.

MARCIA HELENA CARDOSO SOARES
Agente de Contratação

GABRIELLE PAULA DE LIMA
Membro da Comissão de Contratação

MARIA APARECIDA DOS SANTOS
Membro da Comissão de Contratação

Publicado por:
Gabrielle Paula de Lima
Código Identificador:B0BC62FC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO
EXTRATO DE 2° TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato nº. 016/2024 – CPL/PMR. Objeto: Aditamento para acréscimo de quantitativo com percentual de 24,48% (vinte e quatro vírgula quarenta e oito por cento) ao Contrato 016/2024 – CPL/PMR. Contratado: CONSTRUTORA REGIO LTDA ME – CNPJ: 07.808.854/0001-48. Valor acrescido: *R$ 292.183,32 (Duzentos e noventa e dois mil cento e oitenta e três reais e trinta e dois centavos). Valor Atualizado do Contrato:* R$ 1.485.861,28 (Um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos).

Ribeirão, 18 de setembro de 2025.

ANA CAROLINA COELHO JORDÃO
Prefeita

Publicado por:
Célio Roberto da Silva
Código Identificador:8879CD45

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SALGUEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITAÓRIO Nº 225/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 087/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO-PE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES, COMUNICA QUE, FICOU RATIFICADA E HOMOLOGADA NO DIA 17/11/2025 o **Processo Licitatório Nº 225/2025 Inexigibilidade de Licitação Nº 087/2025**. Fica inexigível o presente objeto de acordo com o ART. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21. Objeto: **Contratação direta da empresa ASSOCIAÇÃO DE ARTES CÊNICAS DE SALGUEIRO para apresentação cultural do Espetáculo Espelho de Oxum, do projeto Cultural Dançaterapia, para o evento em alusão ao Dia da Consciência Negra, realizado no dia 19 de Novembro de 2025, na cidade de Salgueiro – PE.** CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE ARTES CÊNICAS DE SALGUEIRO CNPJ 16.678.587/0001-22 ENDEREÇO: GUILHERME FERREIRA NETO, 267 – BAIRRO: SANTA MARGARIDA CEP–56.000-000, SALGUEIRO-PE. Valor Global: R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Salgueiro/PE, 17 de Novembro de 2025.

ÉRICA DOS SANTOS OLIVEIRA
Secretária de Cultura e Esportes

Publicado por:
Maria Das Graças Barros
Código Identificador:EA3CD8F7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SALOÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALOÁ/PE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025 - Objeto: Aquisição de materiais, reagentes, equipamentos e consumíveis laboratoriais de uso geral, necessários para a realização de análises clínicas, exames laboratoriais para as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Saloá PE, em conformidade com o disposto da Lei Federal N° 14.133, de 1° de abril de 2021. Data da Sessão: 02/12/2025 às 10:00h. Valor Global R$ 136.984,79. Referência de tempo de Brasília. O edital completo será disponibilizado no endereço: http://bnc.org.br/sistema/. Informações na Comissão de Contratação, de segunda a sexta-feira de 08:00h às 13:00h, Praça São Vicente, 43, Centro, Saloá/PE, Fone:(87) 3782-1181, e-mail: saloalicitacao@gmail.com**.** Saloá/PE, 17/11/2025.

RICARDO FERNANDO DE SOUZA SEGUNDO **-**
Pregoeiro

Publicado por:
Marcos Flávio Alves de Melo
Código Identificador:DB2F8175

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANHARÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARÓ - GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL DE CONVOCAÇÃO EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL

O Município de Sanharó, Estado de Pernambuco, tendo em vista o Edital do Concurso Público nº 001/2022, para provimento de cargos vagos existentes no Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura e o Decreto nº 29/2022 de 24 de agosto de 2022, de Homologação do resultado, RESOLVE:

CONVOCAR oaprovadono Concurso Público nº 001/2022, para se apresentar no dia 21de novembrode 2025 às 16h, na Clínica MEDCENTER, localizada à Rua Adalberto de Freitas, nº 53, Centro, PESQUEIRA-PE, munidode documento original de Identidade com foto e assinatura, Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF, a fim de ser encaminhadaà Avaliação Médica Pré-admissional, de caráter eliminatório, onde será emitido Parecer "APTO" ou "NÃO APTO" para exercer a função pretendida.
Se possuir exames médicos com prazo inferior a 6 meses deveráapresentá-los no ato do exame pré-admissional.

Sanharó, 17 de novembrode 2025.

CÉSAR AUGUSTO DE FREITAS
Prefeito

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022
EDITAL DE CONVOCAÇÃO EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL

ANEXO ÚNICO

Escala de Atendimento para Exame Médico Pré-admissional
DIA 21 DE NOVEMBRO(SEXTA-FEIRA)
Horário: 16:00 horas

Cargo	Classificação	Inscrição	Nome
AGENTE C. DE SAÚDE - BOI MANSO	1º	102.307	BRENO MARCEL DE SOUZA SIMÕES

Sanharó, 17de novembrode 2025.

CÉSAR AUGUSTO DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Tamires da Silva Soares
Código Identificador:94FD35EC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO N°062/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO – 036/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO – 031/2025
CONTRATO – 062/2025

FUNDAMENTAÇÃO: A fundamentação jurídica da contratação em tela encontra-se prevista no no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

OBJETO: Aquisição de material de consumo (CAFÉ) para a Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe – PE, conforme especificações e quantitativos contidos no termo de referência do Processo nº 036/2025.

CONTRATADO: ELIAS GOMES MIRANDA DE ARAUJO
CNPJ/CPF: 69.965.523/0001-79

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses, cujo início dar-se-á na data da sua assinatura contratual.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe-PE, na seguinte classificação programática:

129002 - Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe
1001 - Corpo Deliberativo e Secretaria
1 31 1 2.9 – Manutenção das Atividades Administrativas
3.3.90.30 – Material de Consumo

VALOR TOTAL DO CONTRATO: Atribui-se a esse Contrato o valor de R$ 2.698,50 (dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) referentes ao valor total do objeto previsto na Cláusula Primeira para o período mencionado na Cláusula Terceira.

LINK DE ACESSO AO CONTRATO NA ÍNTEGRA: https://transparencia.santacruzdocapibaribe.pe.leg.br/contratos.php

JOSE AUGUSTO MAIA JÚNIOR
Presidente da Câmara

Publicado por:
Maria Juliana da Silva
Código Identificador:BB9D502F

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO N°063/2025

CONTRATO Nº 063/2025
PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 007/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

FUNDAMENTAÇÃO: A execução do presente Contrato, está plenamente vinculado a Concorrência e à proposta, rege-se pelo artigo 28, II da Lei Federal nº 14.133/21.

OBJETO: Aquisição de material de consumo (CAFÉ) para a Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe – PE, conforme especificações e quantitativos contidos no termo de referência do Processo nº 036/2025.

CONTRATADO: ATILA ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ/CPF: 18.546.265/0001-55

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 120 (Cento e vinte) dias, a partir de sua assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe-PE, na seguinte classificação programática:

129002 - Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe
1001 - Corpo Deliberativo e Secretaria
1 31 1 1.234 – Ampliação e Restauração, Reforma e Reequipamento do Prédio da Câmara
4.4.90.51 – Obras e Instalações

VALOR TOTAL DO CONTRATO: Contratante pagará à Contratada, de forma parcelada os valores no total até R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), referente a prestação de serviço efetivamente executado nos termos e condições do Processo de Licitação.

LINK DE ACESSO AO CONTRATO NA ÍNTEGRA: https://transparencia.santacruzdocapibaribe.pe.leg.br/contratos.php

JOSE AUGUSTO MAIA JÚNIOR
Presidente da Câmara

Publicado por:
Maria Juliana da Silva
Código Identificador:8F2420DA

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Aviso de pré-qualificação – PROCESSO N° 101/2025 – pré-qualificação Nº 001/2025

O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE,** inscrito no CNPJ sob o nº 10.091.569/0001-63, através da Secretaria de Educação e Cultura, PROCESSO n° 101/2025 – PRÉ-QUALIFICAÇÃO 001/2025, visando a contratação de empresa para Reforma Predial atendendo as demandas do Munícipio de Santa Cruz do Capibaribe, durante um período de 12 (doze) meses. Em 17/11/2025, após análise e pareceres do setor técnico de engenharia e técnico contábil, a agente de contratação considerou PRÉ-QUALIFICADA na presente pré-qualificação por ter apresentado toda a documentação exigida no instrumento convocatório a empresa: VG CONSTRUCAO, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 28.594.086/0001-47. Interposição de recursos poderão ser feitas no prazo de 03 (três) dias úteis, no setor de protocolos da prefeitura, localizada na Av. Padre Zuzinha, 244/248, Centro, 55192.000, Santa Cruz do Capibaribe/PE, direcionados ao setor de licitação ou através do e-mail: cpl@santacruzdocapibaribe.pe.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas na sala da Central de Compras e Licitações, localizada no endereço acima citado, ou através do e-mail: cpl@santacruzdocapibaribe.pe.gov.br. Santa Cruz do Capibaribe-PE, 17 de novembro de 2025.

MARIA BEATRIZ FERREIRA SILVESTRE –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Jefferson Lopes de Araújo
Código Identificador:E9C66580

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Aviso de pré-qualificação – PROCESSO N° 101/2025 – pré-qualificação Nº 001/2025

O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE,** inscrito no CNPJ sob o nº 10.091.569/0001-63, através da Secretaria de Educação e Cultura, PROCESSO n° 101/2025 – PRÉ-QUALIFICAÇÃO 001/2025, visando a contratação de empresa para Reforma Predial atendendo as demandas do Munícipio de Santa Cruz do Capibaribe, durante um período de 12 (doze) meses. Em 17/11/2025, após análise e pareceres do setor técnico de engenharia e técnico contábil, a agente de contratação considerou PRÉ-QUALIFICADA na presente pré-qualificação por ter apresentado toda a documentação exigida no instrumento convocatório a empresa: PRISMA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 12.644.934/0001-45. Interposição de recursos poderão ser feitas no prazo de 03 (três) dias úteis, no setor de protocolos da prefeitura, localizada na Av. Padre Zuzinha, 244/248, Centro, 55192.000, Santa Cruz do Capibaribe/PE, direcionados ao setor de licitação ou através do e-mail: cpl@santacruzdocapibaribe.pe.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas na sala da Central de Compras e Licitações,

localizada no endereço acima citado, ou através do e-mail: cpl@santacruzdocapibaribe.pe.gov.br. Santa Cruz do Capibaribe-PE, 17 de novembro de 2025.

MARIA BEATRIZ FERREIRA SILVESTRE –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Jefferson Lopes de Araújo
Código Identificador:A14B5F5A

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Aviso de pré-qualificação – PROCESSO N° 101/2025 – pré-qualificação Nº 001/2025

O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE,** inscrito no CNPJ sob o nº 10.091.569/0001-63, através da Secretaria de Educação e Cultura, PROCESSO n° 101/2025 – PRÉ-QUALIFICAÇÃO 001/2025, visando a contratação de empresa para Reforma Predial atendendo as demandas do Munícipio de Santa Cruz do Capibaribe, durante um período de 12 (doze) meses. Em 17/11/2025, após análise e pareceres do setor técnico de engenharia e técnico contábil, a agente de contratação considerou PRÉ-QUALIFICADA na presente pré-qualificação por ter apresentado toda a documentação exigida no instrumento convocatório a empresa: MD CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 35.978.627/0001-04. Interposição de recursos poderão ser feitas no prazo de 03 (três) dias úteis, no setor de protocolos da prefeitura, localizada na Av. Padre Zuzinha, 244/248, Centro, 55192.000, Santa Cruz do Capibaribe/PE, direcionados ao setor de licitação ou através do e-mail: cpl@santacruzdocapibaribe.pe.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas na sala da Central de Compras e Licitações, localizada no endereço acima citado, ou através do e-mail: cpl@santacruzdocapibaribe.pe.gov.br. Santa Cruz do Capibaribe-PE, 17 de novembro de 2025.

MARIA BEATRIZ FERREIRA SILVESTRE –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Jefferson Lopes de Araújo
Código Identificador:1625CA41

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Aviso de pré-qualificação – PROCESSO N° 101/2025 – pré-qualificação Nº 001/2025

O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE,** inscrito no CNPJ sob o nº 10.091.569/0001-63, através da Secretaria de Educação e Cultura, PROCESSO n° 101/2025 – PRÉ-QUALIFICAÇÃO 001/2025, visando a contratação de empresa para Reforma Predial atendendo as demandas do Munícipio de Santa Cruz do Capibaribe, durante um período de 12 (doze) meses. Em 17/11/2025, após análise e pareceres do setor técnico de engenharia e técnico contábil, a agente de contratação considerou PRÉ-QUALIFICADA na presente pré-qualificação por ter apresentado toda a documentação exigida no instrumento convocatório a empresa: CONSTRUTORA INGAZEIRA LTDA, inscrita no CNPJ n° 00.749.205/0001-74. Interposição de recursos poderão ser feitas no prazo de 03 (três) dias úteis, no setor de protocolos da prefeitura, localizada na Av. Padre Zuzinha, 244/248, Centro, 55192.000, Santa Cruz do Capibaribe/PE, direcionados ao setor de licitação ou através do e-mail: cpl@santacruzdocapibaribe.pe.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas na sala da Central de Compras e Licitações, localizada no endereço acima citado, ou através do e-mail: cpl@santacruzdocapibaribe.pe.gov.br. Santa Cruz do Capibaribe-PE, 17 de novembro de 2025.

MARIA BEATRIZ FERREIRA SILVESTRE –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Jefferson Lopes de Araújo
Código Identificador:273C5A95

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 116/2025

EMENTA: DISPÕE sobre a obrigatória retirada de animais de grande e médio porte das vias e logradouros públicos do Município de Santa Filomena – PE e autoriza a apreensão dos que forem encontrados em situação de desrespeito às posturas municipais, na forma que especifica, e dá outras providências.

.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA – PE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei e,
CONSIDERANDO a competência do Município para legislar sobre **assuntos de interesse local** e para **promover o adequado ordenamento territorial** mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (art. 30, I e VIII, CF);
CONSIDERANDO a **supremacia do interesse público** na garantia da **saúde pública**, da **segurança viária** e da **salubridade** no perímetro urbano do Município;
CONSIDERANDO a constatação de **elevada incidência** de animais soltos nas vias e logradouros públicos, o que **compromete a ordem urbana e o controle sanitário** da cidade;
CONSIDERANDO a necessidade de **agir preventivamente** para evitar a **proliferação de zoonoses** e **doenças endêmicas;**

DECRETA:

Art. 1º - FICA DETERMINADA aos proprietários de animais de grande e médio porte – a exemplo de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos e muares – a imediata retirada e o **permanente recolhimento** desses animais das vias e logradouros públicos urbanos do Município, **no prazo improrrogável de 72 (setenta e duas) horas**, a contar da data da publicação deste Decreto;
Art. 2º - O descumprimento da determinação prevista no artigo 1º, que configura **infração administrativa** às posturas municipais, **autorizará o Município a proceder imediatamente** à **apreensão** e ao **recolhimento** do animal encontrado disperso, nos termos do art. 66 do Código de Posturas Municipal (Lei nº 068/2001);
Art. 3º - As despesas decorrentes da apreensão, guarda, transporte e manutenção do animal serão de **responsabilidade exclusiva do proprietário**, nos termos da legislação aplicável;
Art. 4º - Não sendo retirado os animais pelos seus respectivos proprietários no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, a contar da efetiva data de apreensão, com o consequente pagamento das taxas de apreensão e das despesas com manutenção, conforme imposto pelo Artigo 66, do Código Municipal de Posturas, fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças promover a venda desses animais em hasta pública, através da prévia publicação de edital de leilão;
Parágrafo Único – O produto da venda dos animais apreendidos será utilizado prioritariamente para cobrir as despesas do Poder Público com as taxas e demais custos de manutenção com a apreensão, e somente se houver saldo remanescente após a liquidação dessas referidas despesas, é que será procedido com o seu repasse ao proprietário do animal apreendido e vendido;
Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Filomena – PE, em 17 de novembro de 2025.

PEDRO GILDEVAN COELHO MELO
Prefeito do Município de Santa Filomena - PE

Publicado por:
Josimara Melo Alves Macedo
Código Identificador:26B5D548

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 117 , DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 - LEI N.533

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE Santa Filomena, no uso de suas atribuições legais.

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 150.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020801 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha: 802 - 12.361.0012.2018.0000 Mais Educação..... 150.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:
Local: 020801 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha: 825 - 12.361.0012.2022.0000 Mais Educação..... -150.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Filomena, 18 de novembro de 2025

PEDRO GILDEVAN COELHO MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josimara Melo Alves Macedo
Código Identificador:46396032

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 090, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Ementa: Decreta ponto facultativo, nas repartições públicas municipais, no próximo dia 21 de novembro de 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.759 de 21 de dezembro de 2023, decretando feriado nacional, o Dia da Consciência Negra, no próximo dia 20 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.561 de 18 de dezembro de 2012, que consagra no dia 20 de novembro feriado Municipal o Dia da Consciência Negra;

CONSIDERANDO a determinação da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no dia 14 de novembro de 2025, que estabelece ponto facultativo no próximo dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira), em razão do feriado do dia da Consciência Negra;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** no próximo dia **21 de novembro de 2025 (sexta-feira)** nos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal, relativo ao Dia da Consciência Negra.

Art. 2º. O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços e atividades consideradas essenciais e de natureza contínua, como os de urgências e emergências médicas, limpeza pública e a segurança/vigilância dos prédios públicos municipais, cujas equipes deverão ser escaladas normalmente, de modo a não prejudicar o interesse público e o atendimento à população.

Art. 3º. Excepcionalmente, a Secretaria Municipal de Educação e Esporte e as escolas da rede municipal de ensino funcionarão em regime de trabalho remoto no dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira), conforme orientações a serem expedidas pela própria Secretaria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, em 17 de novembro de 2025.

GEORGE RODRIGUES DUARTE
Prefeito do Município

Publicado por:
Marília Parente Granja
Código Identificador:C36B9A42

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO CAMBUCÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO CAMBUCÁ - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2025-PM

Processo Nº: 250909PE00063. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00008/2025. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00008/2025, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS PARA A MANUTENÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO CAMBUCÁ.

Itens 12, 49: Anjos Distribuidora Limitada. CNPJ: **.***.923/0001-**, pelo valor de R$5.590,50 (cinco mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta centavos);

Itens 9, 14, 50, 52, 53, 58, 59, 76: Carlos Roberto da Silva Representações. CNPJ: **.***.418/0001-**, pelo valor de R$222.676,00 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais);

Itens 2, 3, 4, 6, 11, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74: Jose Everton Figueiredo Gomes. CNPJ: **.***.383/0001-**, pelo valor de R$379.609,72 (trezentos e setenta e nove mil, seiscentos e nove reais e setenta e dois centavos);

Itens 1, 5, 7, 8, 10, 13, 19, 20, 21, 28, 35, 51, 61, 75: Melo Distribuidora Ltda. CNPJ: **.***.128/0001-**, pelo valor de R$205.694,60 (duzentos e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos).

Santa Maria do Cambucá, 12 de novembro de 2025.

ALEX ROBEVAN DE LIMA.
Prefeito

Publicado por:
Gleidjane Catarine Souza Melo Almeida
Código Identificador:884630A3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO SUL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 063/2025 e **Pregão Eletrônico – SRP nº 015/2025**. Compras. Homologação do Pregão nº 015/2025, que tem por objeto **O Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas e veículos tipo carreta prancha e escavadeira hidráulica para atender as necessidades do município de São Benedito do Sul/PE**, consoante especificações, quantidade e condições estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), e adjudicação a empresa **TRANSPORMAQ LOGISTICA E GESTAO AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o **nº 48.486.845/0001-65**, que sagrou-se vencedora do lote **2,** totalizando o valor global de R$ **27.475,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais)** e a empresa **VALE BENTO TRANSPORTE ESCOLAR E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° **11.757.223/0001-14**, que sagrou-se vencedora do lote **1** totalizando o valor global de R$ **124.250,00 (cento e vinte quatro mil, duzentos e cinquenta reais).** Nos termos transcritos na ata da sessão pública, no relatório de lances do sistema BNC e na proposta readequada apresentada. Com a publicação do presente, fica a empresa vencedora **CONVOCADA** a comparecer na sede da CPL para assinar o reflexivo contrato.

São Benedito do sul (PE), 17 de Novembro de 2025

JOSÉ RINALDO DE FIGUEREDO LOPES
Prefeito do Município de São Benedito do Sul /PE

Publicado por:
Jackson Fernando Torres Teodozio da Silva
Código Identificador:A81983A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO SUL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 014/2025 e **Pregão Eletrônico nº 006/2025**. Compras. Homologação do Pregão nº 006/2025, que tem por objeto **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES (CORRELATOS), PARA USO DO SAMU, UNIDADE MISTA SANTA RITA E PSF DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL/PE. A AQUISIÇÃO DOS CORRELATOS VISA SUPRIR AS NECESSIDADES DE TODO O MUNICÍPIOS E ZONA RURAL, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES,** em conformidade com as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e anexo do edital, e adjudicação a empresa **MIX DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **55.492.463/0001-00**, que sagrou-se vencedora de todos os itens do **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84** totalizando o valor global de R$ **450.287,56 (Quatrocentos e cinquera mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos** e a empresa **PHARMAPLUS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **03.817.043/0001-52**, que sagrou-se vencedora dos itens **14, 60 e 82** Totalizando o valor global de R$ **18.838,00 (Dezoito mil oitocentos e trinta e oito reais)**, nos termos transcritos na ata da sessão pública, no relatório de lances do sistema BNC e na proposta readequada apresentada. Com a publicação do presente, fica a empresa vencedora **CONVOCADA** a comparecer na sede da CPL para assinar o reflexivo contrato.

São Benedito do sul (PE), 17 de novembro de 2025.

EVONEIDE GOMES DE CERQUEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jackson Fernando Torres Teodozio da Silva
Código Identificador:7AF36769

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE DE SÃO BENTO DO UNA
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 005/2025, Concorrência Eletrônico nº 002/2025. Objeto**: Obras e Serviços:** constitui objeto do presente, a contratação de empresa para **REFORMA DO PRÉDIO DA ANTIGA CADEIA PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DE UM ALOJAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL DA UNATTRAN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA**. valor máximo admitido pela ug **R$ 709.612,02 (setecentos e nove mil seiscentos e doze reais e doze centavos).** RECEBIMENTO DE PROPOSTA: será até as **09h00min do dia 04 de dezembro de 2025**. **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: será às **09h20min do dia 04 de dezembro de 2025**. **INÍCIO DA DISPUTA: será às 09h30min do dia 04 de dezembro de 2025** (Horário de Brasília). A cópia do Edital pode ser acessada na íntegra no portal da transparência do município, através do site https://transparencia.saobentodouna.pe.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br ou ainda www.portaldecompraspublicas.com.br, onde acontecerá a disputa. Outras informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Una – PE, localizada na Praça Historiador Adalberto Paiva, nº 01, sala de Licitações, 2º andar (CEP. 55.370-000) ou através do fone/fax: 081-97914-8421, no horário das 07h30m às 13h30m, de segunda à sexta-feira, ou ainda através de solicitação pelo e-mail: cpl.saobento2@hotmail.com.
São Bento do Una/PE, 18 de novembro de 2025.

WILIANE CAMILA PAES DE LIRA
Pregoeira

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:9CBD81C2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CPL/FMAS
EXTRATO DE CONTRATO 046/2025 - PROC. LICIT. 058/2025 - PREG. ELET. 017/2025 - FMAS.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO UNA
Extrato de contrato nº 046/2025 – Processo 058/2025 – Pregão Eletrônico 017/2025 - FMAS.
Contrato nº046/2025 – Processo 058/2025 – Pregão Eletrônico 017/2025. Objeto: Fornecimento continuo e fracionado de combustíveis para a frota de veículos do Fundo Municipal de Assistência Social, neste Município. Contratado (a) FARIAS E LIRA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA; inscrita no CNPJ: sob o nº 10.015.517/0001-08. Valor Global R$ 200.110,70 (duzentos mil cento e dez reais e setenta centavos). Vigência do contrato: 12 (doze) meses... de: 12/11/2025 a 12/11/2026 - São Bento do Una, 12/11/2025 –

MARTHONY DORNELAS SANTANA –
Secretário do F.M.A.S.

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:FA559FC6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N°101/2025.

Dispõe sobre a decretação de ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Municipal de São Bento do Una e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito Municipal De São Bento Do Una, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o dia **20 de novembro** é feriado nacional alusivo ao **Dia da Consciência Negra**, data de relevância histórica, social e cultural em todo o País;

CONSIDERANDO que o **Governo do Estado de Pernambuco**, por ato formal já publicado, também decretou **ponto facultativo** no dia **21 de novembro de 2025**, em razão do referido feriado;

CONSIDERANDO ainda a conveniência administrativa em ajustar o expediente sem prejuízo dos serviços públicos essenciais;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado **PONTO FACULTATIVO**, no âmbito das repartições públicas municipais, no dia **21 de novembro de 2025**.

Art. 2º O disposto neste Decreto **não se aplica aos serviços essenciais**, que deverão funcionar regularmente, conforme escalas definidas pelos respectivos gestores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Bento do Una, 04 de NOVEMBRO de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Heloisa Almeida Maciel
Código Identificador:D0A77C99

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.173/2025, 18 DE SETEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 2.173/2025, 18 DE SETEMBRO DE 2025.

Estabelece o valor mínimo da Terra Nua por hectare de imóvel rural para fins de cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Rurais (ITBI) e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de São Joaquim do Monte**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais, em especial as de conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal e demais normas legais pertinentes.
CONSIDERANDO a avaliação fiscal que deverá ser apurada para definição da base de cálculo do Imposto sobre Transmissão *inter vivos* de Bens Imóveis, apresentada no artigo 58 e artigo 59, *caput* e parágrafo 9°, da Lei 416/2003, código tributário municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de definir critérios técnicos para apuração da base de cálculo na transmissão de imóveis rurais.

CONSIDERANDO que relativo às terras rurais, os valores são apurados limitando o atribuído aos valores estabelecidos no Relatório de análise de mercados de terras realizado pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria, referente ao estado de Pernambuco;
DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o valor mínimo de referência para a terra nua por hectare de imóveis rurais, no Município de São Joaquim do Monte, para fins de cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Rurais (ITBI):

Produto	Unidade	Ano	Valor (R$)
Lavoura – aptidão boa	ha	2025	30.170,82
Lavoura – aptidão regular	ha	2025	29.500,00
Lavoura – aptidão restrita	ha	2025	28.338,55
Pastagem Plantada	ha	2025	27.386,11
Silvicultura ou pastagem natural	ha	2025	28.500,00
Preservação da Fauna ou Flora	ha	2025	28.000,00

§1 º Nos termos da Lei 416/2003, código tributário municipal, a impugnação do valor fixado como base de cálculo do Imposto será endereçada à repartição municipal que efetuar o cálculo, acompanhada de laudo técnico de avaliação do imóvel ou do direito transmitido.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Joaquim do Monte/PE**, 18** de setembro de 2025.

EDUARDO JOSÉ DE OLIVEIRA LINS
Prefeito

Publicado por:
Raiana Paula da Silva
Código Identificador:88DDDF70

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 001/2025

EMENTA: Orienta as escolas integrantes do Sistema Municipal de Educação de São José do Belmonte quanto ao processo de matrícula, permanência e transferência de alunos da rede, e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através da Diretoria de Gestão de Rede, no uso de suas atribuições e considerando a Lei Federal nº 9.394/96, a Lei Nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto na Lei Municipal Nº 1030/2008, a Resolução CEB nº 6/2010, a Minuta da Instrução Normativa SEE nº004/2022.

RESOLVE:

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 1º Esta Instrução dispõe sobre a orientação a todas as Escolas integrantes do Sistema Municipal de Educação sobre o procedimento de matrícula, permanência, transferência, remanejamento e emissão de declarações de todos os alunos da rede, através da utilização do Sistema SICAP, visando a informação atualizada e um trabalho unificado da rede.

Art 2º São Competências institucionais no processo de matrícula e transferência:

I- À Secretaria Municipal de Educação:
a) Supervisionar e monitorar o cumprimento das normas;
b) Fornecer suporte técnico e operacional às unidades escolares;
c) Centralizar os dados no Sistema Municipal de Educação.

II- Às Escolas Municipais:
a) Executar os procedimentos de matrículas, permanência e transferências;
b) Manter registros atualizados e documentação organizada;
c) Emitir declarações, históricos e outros documentos escolares.
d) Manter o registro do diário eletrônico atualizado, com a monitoria da secretaria escolar.
e) Alimentar a Plataforma BAE;

f) Comunicar ao Conselho Tutelar maus tratos envolvendo alunos, reiteração de faltas injustificadas e evasão escolar- esgotando-se os recursos escolares.
g) Reclassificar o estudante a qualquer tempo, através da realização de Exames Especiais, conforme Instrução Normativa do Sistema Municipal de Ensino.

III - Aos Diretores Escolares:
a) Validar a disponibilidade de vagas;
b) Autorizar transferências e resolver casos excepcionais;
c) Entregar as Atas de Resultado Final, protocoladas, ao Setor de Normatização desta Secretaria, assinadas e carimbadas pelo diretor, secretário escolar e/ou responsável pela informação até o final de fevereiro do ano seguinte;
d) Garantir a conformidade com as normas estabelecidas.

CAPITULO II - DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Seção I- Da matrícula e rematrícula

Art 3º A matrícula deverá ser realizada na própria escola, pelos pais ou responsáveis do aluno menor de 18 anos, ou pelo próprio aluno quando maior de idade, munido dos seguintes documentos (todas as cópias devem estar legíveis):
I - Cópia da certidão de nascimento ou certidão de casamento;
II - cópia do CPF e RG;
III - cópia da carteira de vacinação do estudante (para alunos até o 9 ano, conforme Lei Estadual Nº 13.770, de 18 de maio de 2009);
IV - cópia do comprovante do tipo sanguíneo (conforme Lei Estadual Nº 15.058, de 03 de setembro de 2013);
V - uma foto 3x4
VI - cópia de comprovante de residência
VII - NIS - Número de Identificação Social - (Resumo do cadastro familiar)
VIII - histórico escolar de origem (não devendo conter emendas e/ou rasuras);
IX - termo de cor ou raça assinado pela mãe, pelo pai, ou responsável;
X - laudo médico identificando o aluno com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, caso possua;
XI - Cópia de RG e CPF da mãe, pai ou responsável (com identificação do grau de parentesco do responsável);
XII - Endereço residencial completo (nome da rua, número, bairro, CEP e telefone para contato);
XIII- termo de responsabilidade assinado pela mãe, pelo pai, ou responsável legal pelo estudante menor, para efeito de compromisso e acompanhamento de frequência escolar, e participação no processo de aprendizagem dos estudantes.
XIV - Comprovante de Tutela ou Guarda Legal, se aplicada.

Parágrafo único: No caso de alunos sem documentação a escola deverá orientar o responsável a regularizar a situação, com prazo de 30 dias, para efetivar a matrícula oficialmente. Se necessário, encaminhar o caso ao Conselho Tutelar.

Art 4º A matrícula deverá obedecer à data corte para o ingresso na Educação Infantil:
I - Maternal – completar 3 anos até 30 de junho;
II - Pré I – completar 4 anos até 30 de junho;
III - Pré II – completar 5 anos até 30 de junho.

Art 5º A matrícula para o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental deverá ser realizada na própria escola, obedecendo a idade de 6 anos completos ou a completar até 30 de junho.

Art 6º A rematrícula será realizada anualmente, mediante:
a) Assinatura dos pais ou responsável no formulário de renovação de matrícula;
b) Atualizar cadastro (endereço, contato e situação de vacina);
c) Atualização de pendências (biblioteca e matérias de empréstimos ao aluno).

Parágrafo único: A escola deverá manter todas as informações da renovação de matrícula preenchida e assinada, em tempo hábil, pelo responsável legal.

Seção II- Das transferências escolares

Art 7º Em caso de transferência recebida de outra rede municipal/estadual, a escola deverá:
a) garantir vaga e atendimento mediante recebimento de declaração de transferência, com prazo determinado;
b) efetivação da matrícula mediante histórico escolar.

Art 8º Em caso de transferência emitida por uma escola da rede municipal, o responsável deverá:
a) solicitar ao responsável pelo estudante a declaração de vaga na escola de destino;
b) emitir o histórico após o recebimento da declaração de vaga. Enquanto não regulariza a declaração de vaga, a escola emitirá uma declaração de transferência temporária.
c) Transferências no período letivo devem ser acompanhadas de relatório pedagógico para alunos do infantil e ficha individual para alunos do ensino fundamental.

Parágrafo único: A escola deverá manter todas as informações registradas no caderno de registro de transferências conforme anexo.

Seção III- Das Declarações

Art 9º As declarações solicitadas pelos pais ou responsável deverão ser realizadas na própria escola, conforme normatizações vigentes.

Seção IV- Das Disposições Finais

Art 10º Os casos omissos ou controversos serão submetidos à apreciação do Setor da Diretoria de Gestão de Rede da Secretaria Municipal de Educação.

Art 11 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Belmonte, 17 de Novembro de 2025.

KELSON MARCIONILO DE MEDEIROS BARROS
Secretário Municipal de Educação e Esportes
Portaria n° 002/2025

Publicado por:
Romualdo de Carvalho Falcão
Código Identificador:EFA92E97

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 082/2025

CONTRATO Nº 082/2025, assinado em 17/11/2025.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar-condicionado e climatizadores para atender à Secretária de Saúde, Unidade Mista Leônidas Pereira de Menezes, Centro de Referência em Atendimento às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (CRA-TEA), Centro Evolutivo e Unidades Básicas de Saúde do Município.

Processo Administrativo nº SESAU-13042/2025.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº SESAU-PE-024/2025.

CONTRATANTE: Secretaria de Saúde, CNPJ nº 11.238.483/0001-83,

CONTRATADO: MAIS DISTRIBUIÇÕES COMERCIO E SERVICO -LTDA, CNPJ nº 45.579.602/0001-83.

Valor Global: R$ 66.600,00 (sessenta e seis mil e seiscentos reais).

Vigência Inicial: 17 de Novembro de 2025.

Vigência Final: 17 de Novembro de 2026.

Saulo Alves Gomes Barros - Secretário Municipal de Saúde.

São José do Belmonte - PE, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Romualdo de Carvalho Falcão
Código Identificador:83387D75

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 530, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ementa: Dispõe sobre Exoneração de Servidor Municipal das suas funções na Prefeitura Municipal de São José do Egito/PE e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito de São José do Egito/PE, Ilmo. ***Fredson Henrique de Oliveira Brito***, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, *resolve:*

Art. 1º - Exonerar, **a pedido**, a Senhora **NÁDIA ARAÚJO DA SILVA,** do cargo efetivo de **PROFESSORA**, **lotada na Secretária Municipal de Educação**, conforme Legislação Municipal.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário a presente norma.

Publique-se
Registre-se
Cumpra-se

São José do Egito/PE, 17 de novembro de 2025.

FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO
Prefeito Municipal de São José do Egito/PE

Publicado por:
Mirella Campos Leite de Siqueira
Código Identificador:5F42E3E6

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 531, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ementa: Dispõe sobre Nomeação de Chefe de Setor para exercer suas funções na Prefeitura Municipal de São José do Egito/PE e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito de São José do Egito/PE, Ilmo. Fredson Henrique de Oliveira Brito, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **FLÁVIO MAX DE LUCENA LIRA** para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DE SETOR**, simbologia CC6, lotado na **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, conforme Legislação Municipal.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2025.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário a presente norma.

Publique-se
Registre-se
Cumpra-se

São José do Egito/PE, 17 de novembro de 2025.

FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO
Prefeito Municipal de São José do Egito/PE

Publicado por:
Mirella Campos Leite de Siqueira
Código Identificador:A0E86A88

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 532, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ementa: Dispõe sobre Nomeação de Chefe de Setor para exercer suas funções na Prefeitura Municipal de São José do Egito/PE e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito de São José do Egito/PE, Ilmo. Fredson Henrique de Oliveira Brito, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **ADRIANA PEREIRA BARBOSA** para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DE SETOR**, simbologia CC6, lotado na **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE**, conforme Legislação Municipal.
Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2025.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário a presente norma.

Publique-se
Registre-se
Cumpra-se

São José do Egito/PE, 17 de novembro de 2025.

FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO
Prefeito Municipal de São José do Egito/PE

Publicado por:
Mirella Campos Leite de Siqueira
Código Identificador:9A836F41

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº: 062/2025. CDC. CREDENCIAMENTO Nº 00011/2025

Processo Nº: 062/2025. CDC. Credenciamento Nº 00011/2025. Serviço. Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços de Feira da Saúde, com procedimentos médicos de consultas e diagnósticos, realiações de exames de média e alta complexidade, e de outros profissionais da saúde, com todos as despesas do evento inclusa, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de São José do Egito – PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos Recursos Federais – Emenda Parlamentar Dotação prevista no QDD 2025 Fundo Municipal de Saúde. Contrato Nº: 00102/2025. Contratado: Instituto de Gestao Social de Pernambuco - Igespe. CNPJ: 35.667.831/0001-04. Valor R$168.602,40. Vigência: de 17/11/2025 a 31/12/2025. São José do Egito, 17/11/2025. Contrato Nº: 00103/2025. Contratado: Italo Silva da Cruz Ltda. CNPJ: 55.167.379/0001-10. Valor R$168.602,40. Vigência: de 17/11/2025 a 31/12/2025. São José do Egito, 17/11/2025.

HUGO LEONARDO VALADARES RABELO.
Secretário Municipal de Saúde.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:06D0C0A4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 030/2025

DECRETO Nº 030/2025, 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Declara ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 21 de novembro de 2025.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e, nos termos do artigo 60, XXVII, da Lei Orgânica Municipal, e das disposições da Constituição Federal de 1988 e;
CONSIDERANDO que o dia 20 de novembro é feriado nacional em razão do **Dia da Consciência Negra**, instituído pela Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de permitir a compensação das atividades no dia subsequente ao feriado, visando à racionalização dos serviços públicos e ao descanso dos servidores;
DECRETA:
Art. 1º Fica declarado **ponto facultativo** nas repartições públicas municipais no dia **21 de novembro de 2025 (sexta-feira)**.
Art. 2º O disposto neste Decreto **não se aplica** aos órgãos e entidades que desempenham atividades essenciais e que, por sua natureza, não possam ser paralisadas.
Art. 3º Caberá aos titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta assegurar a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço da Mata, 13 de novembro de 2025.

LUCCA KEHRLE PEREIRA ALBANEZ LABANCA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:0044A1B8

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.152/2025

LEI N° 3.152/2025

Institui o Código de Ética e Conduta dos Servidores Públicos Municipais de São Lourenço da Mata, dispõe sobre princípios, deveres, vedações, responsabilidades e sanções aplicáveis, cria a Comissão Municipal de Ética Pública e dá outras providências.

O Prefeito de São Lourenço da Mata, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 60, XII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores do Município aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Lei institui o Código de Ética e Conduta dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de São Lourenço da Mata, estabelecendo os princípios éticos, normas de conduta e diretrizes que devem orientar suas ações no exercício da função pública.
Art. 2º São objetivos deste Código:
I – Promover a conduta ética e responsável na Administração Pública Municipal;
II – Prevenir a prática de atos incompatíveis com a moralidade administrativa;
III – Fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas;
IV – Servir como referência interpretativa das normas de conduta funcionais e disciplinares.
CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
Art. 3º A atuação do servidor municipal deverá pautar-se pelos seguintes princípios:
I – Legalidade;
II – Impessoalidade;
III – Moralidade;
IV – Publicidade;
V – Eficiência;
VI – Probidade;
VII – Urbanidade;
VIII – Lealdade institucional;
IX – Respeito aos direitos humanos, à diversidade e à dignidade da pessoa humana.
CAPÍTULO III – DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO SERVIDOR
Art. 4º São deveres éticos do servidor público municipal, sem prejuízo das disposições legais:
I – Desempenhar com zelo, presteza e eficácia as atribuições do cargo;
II – Tratar com respeito, cortesia e urbanidade os colegas, superiores, subordinados e o público em geral;
III – Guardar sigilo sobre informações de natureza confidencial;
IV – Agir com equidade, justiça e transparência em suas decisões;
V – Recusar vantagens indevidas, direta ou indiretamente;
VI – Utilizar os recursos públicos exclusivamente para o serviço;
VII – Zelar pela boa imagem da Administração Pública.
CAPÍTULO IV – DAS VEDAÇÕES ÉTICAS
Art. 5º É vedado ao servidor público municipal:
I – Prevalecer-se do cargo para obter favorecimento pessoal ou de terceiros;
II – Discriminar pessoas em razão de sexo, raça, religião, orientação sexual, idade, deficiência ou qualquer outro fator;
III – Participar de atividade político-partidária durante o horário de trabalho ou utilizando recursos públicos;
IV – Aceitar presentes, vantagens ou favores de partes interessadas em processos que tramitem no órgão em que atue;
V – Praticar assédio moral, sexual ou qualquer forma de intimidação;
VI – Fazer uso de informações privilegiadas para fins particulares.
CAPÍTULO V – DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ÉTICA PÚBLICA
Art. 6º Fica criada a **Comissão Municipal de Ética Pública**, de caráter permanente, consultivo e fiscalizador, vinculada à Controladoria Geral do Município, com a finalidade de orientar, prevenir e apurar condutas em desacordo com este Código.
Art. 7º A Comissão será composta por **05 (cinco) membros titulares** e **02 (dois) suplentes**, designados por ato do Prefeito Municipal, sendo:
I – 01 servidor indicado pela Procuradoria Geral do Município;
II – 01 servidor indicado pela Controladoria Geral do Município;
III – 01 servidor indicado pela Secretaria de Administração;
IV – 01 representante da sociedade civil, de notório saber em ética pública;
V – 01 servidor efetivo estável, eleito por seus pares.
Parágrafo único. Os membros terão **mandato de 2 (dois) anos**, permitida **uma recondução**, e deverão manter conduta ilibada e formação compatível com a função.
Art. 8º Compete à Comissão de Ética:
I – Orientar os servidores quanto à interpretação e aplicação deste Código;
II – Receber, instruir e relatar denúncias ou representações sobre condutas éticas;
III – Sugerir medidas corretivas e recomendar ações disciplinares, quando couber;
IV – Realizar ações de educação e sensibilização ética no serviço público;
V – Elaborar relatórios anuais de atividades
CAPÍTULO VI – DO PROCEDIMENTO ÉTICO
Art. 9º O processo ético será instaurado mediante:
I – Denúncia formal com identificação do denunciante;
II – Relatório interno da Comissão de Ética;

III – Requisição do Chefe do Poder Executivo.
§1º O servidor será notificado para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis.
§2º A Comissão poderá realizar diligências, ouvir testemunhas e requisitar documentos.
§3º Concluída a apuração, será emitido **parecer conclusivo fundamentado**.
§4º As denúncias de que trata o inciso I deste artigo deverão ser acompanhadas de indícios mínimos de autoria e materialidade da suposta infração, a fim de evitar a instauração de procedimentos baseados em acusações infundadas.
CAPÍTULO VII – DAS SANÇÕES ÉTICAS

Art. 10 A infração ética poderá resultar nas seguintes sanções, observada a gravidade do ato:
I – Advertência ética por escrito;
II – Recomendação de medidas disciplinares à autoridade competente;
III – Divulgação da recomendação, quando for de interesse público.
Parágrafo único. A aplicação de sanção ética não exclui a possibilidade de responsabilização administrativa, civil ou penal.
CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 11 O descumprimento das disposições deste Código poderá ensejar, conforme o caso, apuração disciplinar nos termos da legislação aplicável.
Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço da Mata, 10 de outubro de 2025

VINÍCIUS LABANCA
-Prefeito-

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:315C9B7D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.169/2025

LEI Nº 3.169/2025

EMENTA: Institui o Dia Municipal do Voluntariado no Município de São Lourenço da Mata/PE, e dá outras providências.

O Prefeito de São Lourenço da Mata, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 60, XII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores do Município aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de São Lourenço da Mata, o Dia Municipal do Voluntariado, a ser celebrado, anualmente, em 5 de dezembro, em consonância com o Dia Internacional do Voluntariado instituído pela Organização das Nações Unidas – ONU.
Art. 2º O Dia Municipal do Voluntariado tem por objetivo:
I – Homenagear e valorizar pessoas físicas e jurídicas que atuem em ações voluntárias;
II – Incentivar a prática do voluntariado em diversas áreas, como saúde, educação, cultura, meio ambiente, esportes e assistência social;
III – Promover a cidadania ativa e o engajamento comunitário;
IV – Estimular a integração entre sociedade civil, entidades comunitárias e órgãos públicos.

Art. 3º As ações alusivas ao Dia Municipal do Voluntariado poderão incluir:
I – Realização de palestras, campanhas educativas e seminários sobre o tema;
II – Divulgação de boas práticas de voluntariado realizadas no município;
III – Entrega de certificados de reconhecimento a voluntários e entidades parceiras;
IV – Promoção de atividades comunitárias com caráter social, educativo ou ambiental.

Art. 4º A celebração do Dia Municipal do Voluntariado não acarretará custos adicionais ao Poder Público, tratando-se de iniciativa de mobilização e reconhecimento social, podendo contar com a colaboração de instituições públicas, privadas e da sociedade civil.
Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo Municipal.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço da Mata, PE, 03 de novembro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
-Prefeito-

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:429AA8B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 514/2025

PORTARIA Nº 525/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. VINÍCIUS LABANCA, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR, o **Sr. FLAVIO PEDRO DA SILVA,** inscrito no CPF/MF sob o nº 032.560.884-90, para ocupar o Cargo de Assessor de Gabinete II, Símbolo CC12, lotado no Hospital Petronila Campos.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua assinatura, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:CCADC0A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 516/2025

PORTARIA Nº 516/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. **VINÍCIUS LABANCA**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. VANESSA ALVARENGA DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob o nº 071.730.954-17, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotada na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo nº 1822, datado em 25 de setembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a data de 25 de setembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:6FBA8ADD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 527/2025

PORTARIA Nº 527/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. **VINÍCIUS LABANCA**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. LAÍS SANTOS HONÓRIO FERNANDES, inscrita no CPF/MF sob o nº 114.962.704-28, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotada na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo nº 1836, datado em 26 de setembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a data de 26 de setembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:DAB04950

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 528/2025

PORTARIA Nº 528/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. **VINÍCIUS LABANCA**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, o Sr. JOSÉ ALBERTO DE CASTRO, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.160.484-60, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotado na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo nº 1838, datado em 26 de setembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a data de 26 de setembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:E2648068

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 529/2025

PORTARIA Nº 529/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. **VINÍCIUS LABANCA**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. RÚBIA MARIA DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 088.882.934-50, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotada na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo nº 1840, datado em 29 de setembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a data de 29 de setembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:F68DFE54

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 530/2025

PORTARIA Nº 530/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. **VINÍCIUS LABANCA**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. GISELE RANGEL DE SOUZA BARROS, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.269.794-46, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotada na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo nº 1839, datado em 29 de setembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a data de 29 de setembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:4F0B65FB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 532/2025

PORTARIA Nº 532/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. VINÍCIUS LABANCA, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. BARBARA ROBERTA PONTES ARAÚJO, inscrita no CPF/MF sob o nº 112.371.646-30, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotada na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo n° 1733, datado em 15 de setembro de 2025.

Art. 2°- Esta Portaria tem efeitos retroativos a data de 15 de setembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:078530ED

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 533/2025

PORTARIA Nº 533/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. **VINÍCIUS LABANCA**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. BARBARA CRISTINA BEZERRA CAMPOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 099.078.634-08, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotada na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo nº 1857, datado em 30 de setembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a data de 30 de setembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:078611CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 534/2025

PORTARIA Nº 534/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. VINÍCIUS LABANCA, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, o Sr. PEDRO HENRIQUE DA SILVA SANTOS FERREIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 113.193.184-01, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotado na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo n° 1886, datado em 06 de outubro de 2025.

Art. 2°- Esta Portaria tem efeitos retroativos a data de 06 de outubro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:D1BE563A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 535/2025

PORTARIA Nº 535/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. VINÍCIUS LABANCA, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. VANESSA EMANUELLE DE OLIVEIRA MACIEL, inscrita no CPF/MF sob o nº 086.817.344-40, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotada na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo n° 1950, datado em 13 de outubro de 2025.

Art. 2°- Esta Portaria tem efeitos retroativos a data de 13 de outubro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:30144E3C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 536/2025

PORTARIA Nº 536/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. VINÍCIUS LABANCA, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. MARIA CAMILA DOS SANTOS ROCHA, inscrita no CPF/MF sob o nº 709.171.744-96, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotada na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo n° 1969, datado em 17 de outubro de 2025.

Art. 2°- Esta Portaria tem efeitos retroativos a data de 17 de outubro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:9AF2F3B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 537/2025

PORTARIA Nº 537/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. VINÍCIUS LABANCA, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. ISABELLA DE LIMA PAULINO, inscrita no CPF/MF sob o nº 052.671.254-66, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotada na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo n° 1970, datado em 17 de outubro de 2025.

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua assinatura.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 17 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:AFE41F22

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 538/2025

PORTARIA Nº 538/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, o Sr. VINÍCIUS LABANCA, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal no Art. 60 inciso l.

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. EUNICE CÂNDIDA GOMES, inscrita no CPF/MF sob o nº 643.826.724-49, do Cargo de Professor Efetivo Municipal, lotada na Secretaria de Educação Municipal.

Parágrafo único: A exoneração de que se trata este artigo se dá a pedido do próprio servidor, conforme Requerimento/Protocolo n° 2071, datado em 31 de outubro de 2025.

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua assinatura.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Lourenço da Mata/PE, 31 de outubro de 2025.

VINÍCIUS LABANCA
Prefeito do Município de São Lourenço da Mata/PE

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:D4821F08

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 15/2025 – CMDCA/SÃO LOURENÇO DA MATA

Resolução Nº 15/2025 – CMDCA/São Lourenço da Mata

Dispõe sobre a substituição do(a) Vice-Presidência do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Lourenço da Mata e dá outras providências, para o biênio 2025/2027.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Lourenço da Mata/PE, no uso de suas atribuições legais e instância de deliberação colegiada de controle permanente e composição paritária entre Governo e Sociedade Civil, no que confere a Lei Municipal nº 2.674/2019,

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 09 de outubro de 2025, registrada em ata;
CONSIDERANDO a necessidade de substituição do(a) Vice-Presidente do CMDCA em razão do afastamento do conselheiro Anderson Gomes Coutinho.

RESOLVE

Art. 1º - Fica substituído(a) o(a) membro(a) abaixo relacionado para compor a Vice-Presidência do CMDCA no biênio 2025/2027:

• **Vice-Presidente: Mirella Nascimento**, representante do Poder Público.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Lourenço da Mata, 17 de novembro de 2025.

ANA LÚCIA SOARES –
Presidente CMDCA

Publicado por:
Nathalia Domingos Ferreira da Silva
Código Identificador:580DDA63

SECRETARIA DE SAÚDE
AVISO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS - PREGÂO ELETRÔNICO Nº 045/2025.

AVISO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de uniformes e camisas personalizadas, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Secretaria de Saúde de São Lourenço da Mata, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
A Secretaria de Saúde, por meio da sua Pregoeira, informa aos participantes do processo em epígrafe e demais interessados que a análise das amostras apresentada pela empresa **NOVO HORIZONTE COMERCIO LTDA**, ocorrerá no dia 25 de novembro de 2025, às 13:00 (treze horas), na sala de Licitações, no seguinte endereço: Avenida Dr. Francisco Correia, 1594. Pixete. São Lourenço da Mata/PE CEP. 54725-000, REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
São Lourenço da Mata, 17 de novembro de 2025.

JOSELANE MARIA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Joselane Maria Silva
Código Identificador:BC3FD991

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
RESOLUÇÃO Nº 014/2025

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS ORIENTADORES PARA A PROVISÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER/PE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de São Vicente Férrer-PE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei Municipal Nº 608/1996 alterado pela Lei Nº 1.001/2023, que institui o CMAS, e:

CONSIDERANDO que a concessão de benefícios eventuais é um direito garantido em lei ao longo do alcance social;

CONSIDERANDO que os benefícios eventuais da Assistência Social, previsto no art. 22º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que integram o conjunto de proteções da política de Assistência Social e neste sentido inserem-se no processo de garantia do acesso à proteção, ampliando e qualificando as ações protetivas;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que versa sobre a responsabilidade pela regulamentação dos benefícios eventuais em seu art. 22º, § 1°;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais e define em seu art. 9º que as "provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo de saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais na Assistência Social";

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 212, de 19 de outubro de 2006, que propõe os critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 39, de 9 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

CONSIDERANDO o art. 6º da Resolução CNAS nº 12, de 11 de julho de 2013, que aprova os parâmetros e critérios para transferência de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.049/2024, e a necessidade de estabelecer critérios orientadores para a provisão dos benefícios eventuais, no âmbito da Política de Assistência Social, no município de São Vicente Férrer/PE.

Resolve:

Art. 1º - Os Benefícios Eventuais, consistem em uma modalidade de provisão de Proteção Social de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, na forma prevista nesta lei.
Parágrafo único: A concessão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido no art. 22º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435/2011.

Art. 2° - Os Benefícios Eventuais destinam-se à cidadãos residentes no município de São Vicente Férrer/PE, onde estas famílias e/ou pessoas se encontram com impossibilidades de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingência sociais que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa, e será concedido mediante preenchimento dos requisitos constantes no presente Decreto.
§1° - A comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual será assegurada por profissional técnico que integre uma das equipes de referência das Unidades Públicas do SUAS que ofertam Proteção Social, ou profissional de nível superior responsável pela concessão dos benefícios eventuais vinculado ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, sendo vedada qualquer comprovação complexa e vexatória de pobreza além de situações que provoquem constrangimento, que se refere ao ato de privar o indivíduo de sua liberdade de ação ou obriga-lo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa que contrarie a sua vontade.
§2º - Em situações de Calamidade Pública e Emergência, os benefícios eventuais poderão ser concedidos nas Unidades de acolhimento temporário do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, devido à excepcionalidade ocasionada pelos desastres de em virtude de forças da natureza, da ação humana e em virtude de alterações climáticas, ordem estrutural, incêndios, sinistros (quando qualquer evento em que o bem segurado sofre um acidente ou prejuízo material), efeitos da natureza em virtude de escassez ou excesso de água.
§3° - Deve ser assegurado o acompanhamento da família ou da pessoa conforme o estabelecido no SUAS, em serviço constante da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e indicada outras provisões que auxiliem as famílias no enfrentamento das situações de vulnerabilidade.
§4°- A família e/ou pessoa beneficiada poderá estar cadastrada na base de dados do Governo Federal Cadastro Único – Cad'Único, havendo exceções somente em casos onde o profissional responsável pelo acompanhamento assegure por meio de documento técnico, emitido por meio de profissionais que compõem as equipes de referência do SUAS, ficando a critério do profissional o instrumento a ser utilizado para justificar a necessidade de concessão, devendo-se também realizar o imediato encaminhamento para a inclusão no Cad'Único.

Art. 4°- O Benefício Eventual tem a finalidade de auxiliar no enfrentamento, com presteza, de situação de força maior e ou caso fortuito e se aplica as situações de vulnerabilidade temporária pertinentes à Política de Assistência Social, devendo estar interligado aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social.
Parágrafo Único: não são provisões da Política de Assistência Social os itens referentes à programas, projetos e serviços da Saúde (medicamentos, próteses, órteses, cadeira de roda, fraldas geriátricas, muletas, transporte para tratamento de saúde, pagamento de exames médicos, leites e dietas especiais, entre outros), Educação (material escolar, transporte escolar, passe escolar ou outro), Esporte (material esportivo, uniforme e etc.) e demais políticas setoriais.

Art. 5° - Nas Situações de **vulnerabilidade temporária e calamidade pública** será dada prioridade a criança, a família, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante e a nutriz.
Parágrafo Único: a calamidade pública deve ser reconhecida pelo poder público, mediante decreto, explicitando a situação anormal resultante de tempestades, enchentes, deslizamentos, desabamentos, incêndios, inversões térmicas, baixas ou altas temperaturas e epidemias identificando os sérios danos causados às famílias e pessoas afetadas, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes, com as medidas a serem adotadas, independente dos benefícios eventuais.

Art. 6° - Os Benefícios Eventuais, conforme descritos no presente Decreto, serão oferecidos em bens de consumo, na forma de pecúnia e/ou prestação de serviço, no intuito de garantir as seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência aos indivíduos e as famílias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Art. 7º - Para a concessão dos benefícios eventuais, exceto em situação de calamidade pública, ficam estabelecidos os seguintes critérios:
I - Apresentar os seguintes documentos:

Documentos pessoais do requerente e todos os membros da referida família;
Comprovante de residência no município de São Vicente Férrer/PE;
§1º - Com exceção de casos excepcionais, que serão expostos no presente Decreto, a depender do benefício eventual a ser concedido/solicitado.
Outros documentos que se fizerem pertinentes, a depender dos critérios específicos do benefício solicitado, e expostos nesta legislação.
§2º - Os benefícios de transferência de renda do Governo Federal não serão contabilizados para fins de renda durante o processo de concessão de benefício eventual.
I - Documento técnico do profissional responsável pelo acompanhamento, justificando a concessão, e este profissional deve ser:
§1º - Integrante das equipes de referência das Unidades Públicas do Sistema Único de Assistência Social, considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, ou;
§2º - Profissional de nível superior, responsável pela concessão dos benefícios eventuais vinculado ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social.
§3º - O procedimento do respectivo instrumento para subsidio na elaboração do documento técnico, poderá ser realizada in loco, ou na sede da Unidade Pública do SUAS, ficando a critério do profissional responsável qual metodologia adotar.
I - Os benefícios poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 8°- São formas de Benefícios Eventuais:
Por situação de nascimento;
Por situação de morte;
Vulnerabilidade temporária;
Situação de emergência e calamidade pública.

Art. 9º - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:
Riscos: situações de padecimento;
Perdas: privação de bens e de segurança material;
Danos: agravos sociais e psicológicos.

§1° – Os riscos, as perdas e os danos podem ocorrer:
Falta de alimentação;
Falta de documentação;
Falta de domicílio, quando:
Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situação de ameaça à vida;
De desastres e de calamidade pública;
De outras situações que comprometam a sobrevivência.

Art. 10°- Serão considerados Benefícios Eventuais em âmbito municipal, com critérios específicos, que irão além dos especificados anteriormente:
Documentação civil, para obtenção da segunda via de documento que exigem o pagamento de taxa de emissão, depois de verificada a inexistência de gratuidade para este fim;
Benefício de Segurança Alimentar e Nutricional, para complementar a alimentação fornecida para a criança, idoso, gestante e nutriz, compreendendo os itens da cesta básica;

Parágrafo único. Dentre as possibilidades da concessão de benefícios para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, esporadicamente, existe a possibilidade de concessão de gêneros alimentícios tidos como culturais do período compreendido de Semana Santa no País.
Locomoção no valor até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), passagens intermunicipais e interestaduais, aéreas ou terrestres, para atender situações emergenciais e pontuais necessárias à superação da adversidade enfrentada momentaneamente, desde que esteja residente no município.
§1º - poderá ser concedido em forma de pecúnia ou em passagem; observando-se que, na hipótese de concessão em pecúnia, o valor deverá corresponder à média atualizada dos preços vigentes no mercado local.
§2º - poderá ser concedido em vitude do processo de reintegração familiar e comunitária;
§3º - concessão mediante a necessidade de acompanhamento de crianças, indivíduo em situação de rua e pessoas idosas e com deficiência;
§4º - O benefício eventual para custeio de passagem, também abrangerá situações em que se fizer necessário em virtude de migração;
§5º - Em situações excepcionais, quando um indivíduo residir em outro município/Estado, porém, for vicentino ou tiver vínculos familiares nesta municipalidade, e estiver em situação de vulnerabilidade e risco social, havendo a negativa formal da concessão de benefício eventual em virtude de locomoção onde este estiver domiciliado, mediante a indisponibilidade de prover o benefício, o município de São Vicente Férrer/PE, poderá realizar a concessão do beneficio para custear as passagens, mediante a comprovação técnica da vulnerabilidade social e parecer da Procuradoria Municipal quanto à referida concessão.
§6º - outras situações que viabilizem garantir a convivência familiar e comunitária.
Aluguel Social no valor até R$ 250,000 (duzentos e cinquenta reais), como ajuda de custo para pagamento de aluguel de imóvel, as famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social que não possuem imóvel próprio, ou em casos de comprometimento da infraestrutura da residência.
§1º - Em casos em que a concessão do aluguel social for em virtude do comprometimento da infraestrutura da residência, em virtude de sinistros de evento da natureza, incêndios ou calamidades, fica estabelecido a necessidade da apresentação de parecer técnico de profissional da Secretaria de Obras ou congênere e/ou Defesa Civil, além de documento técnico elaborado por parte das equipes de referência das Unidades Públicas do SUAS.
§2º - O benefício aluguel social será cancelado quando:
I. O beneficiário deixar de morar no município;
II. Adquirir imóvel próprio;
III. Utilizar o imóvel para fins ilícitos ou uso, exclusivamente, não residencial.
§3º - Em casos de concessão de benefício eventual aluguel social em virtude de danos estruturais do imóvel do beneficiário, e haja a restauração deste imóvel, deverá haver uma avaliação técnica por parte de profissional técnico da Secretaria Municipal de Obras ou congênere, no intuito de garantir a ausência de riscos na estrutura física do imóvel;
§3º - Famílias acompanhadas pelas Unidades Públicas do SUAS e beneficiarias por meio de benefício socioassistencial Aluguel Social serão público prioritário em casos de Programa Habitacionais (doação de terrenos e imóveis, ou isenção parcial de financiamento de casas por meio de Programas Habitacionais).
Outros benefícios eventuais diversos no valor até R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), na forma de pecúnia, para atender situações de caráter eventual e emergencial, no intuito de garantir as seguranças sociais e a dignidade de famílias e/ou indivíduos, e pontuais de forma a assegurar o preparo dos alimentos em famílias com crianças, pessoas idosas, gestantes e nutrizes.
Benefício eventual em forma de Material de construção no valor até R$ 5.000,00 (cinco mil reais): devendo-se observar o caráter da eventualidade e da contingência, e analisando o evento apresentado, no intuito de avaliar a forma mais adequada para a prestação dos serviços; a partir da identificação da vulnerabilidade e risco em que se encontra a família.
Benefício eventual por situação de emergência e/ou calamidade pública até 1 salário mínimo, no intuito de garantir todas as proteções afiançadas pelo SUAS as famílias e/ou indivíduos afetados, sendo a oferta na forma de pecúnia ou bens, na concessão, podendo ser, entre outros: enxoval incluindo itens básicos de vestuário, cama, banho e material de higiene pessoal e kit limpeza para residências.
§1º - Famílias (ou com membros) em situação de desabrigamento/ desalojados, serão públicos prioritários em casos de Programa Habitacionais (doação de terrenos e imóveis), caso permaneçam em condições de residir em imóvel alugado.

§2º - Famílias (ou com membros) em situação de desabrigamento/ desalojamento, serão públicos prioritário em casos de oferta de cursos profissionalizantes (de geração e renda).
§3º - Estes usuários deverão ser contemplados com os benefícios eventuais que se fizerem pertinentes, a depender do documento técnico, emitido por um profissional de nível superior, que companha as equipes do SUAS, por um período de seis (06) meses, ou enquanto perdurar a situação de vulnerabilidade social que originou a concessão do benefício.
Por situação de morte no valor de até R$ 4.000,00 (quatro mil reais), o benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidade advindas da morte de um de seus provedores ou membros, podendo ser ofertado em forma de pecúnia, bens ou prestação de serviço.
§1º - O Benefício por situação de morte deverá ser requerido até cinco (05) dias úteis após o funeral.
§ 2º - São documentos essenciais para solicitar o benefício por situação de morte:
Atestado de óbito;
Documentos pessoais do (a) requerente;
Guia de sepultamento.
§3º - As despesas com velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas e colocação de placas de identificação também poderão ser requeridos por meio dos familiares, compreendendo despesas em virtude da situação de morte.
§4º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social do município, que estiver em Serviço de Acolhimento, na proteção social especial de alta complexidade, o responsável pela entidade deverá solicitar o benefício eventual por situação de morte.
§ 5º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social, em situação de abandono ou de rua, a Secretaria de Assistência Social será a responsável pelo custeio do funeral, quando não tiver direito a nenhum tipo de seguro, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer o benefício.
§6º - Em situações excepcionais, quando um indivíduo residir em outro município/Estado, porém, for vicentino ou tiver vínculos familiares nesta municipalidade e o sepultamento for neste município, havendo a negativa formal da concessão de benefício eventual por situação por morte no local em que o falecido domiciliava, mediante a indisponibilidade de prover o benefício, o município de São Vicente Férrer/PE, poderá realizar a concessão e translado do benefício eventual por situação por morte, mediante a comprovação técnica da vulnerabilidade social do (a) requerente e parecer da Procuradoria Municipal quanto à referida concessão.
§ 7º - Em casos não previstos no parágrafo anterior, passarão por analise pela equipe técnica da Assistência Social Municipal.
§8º - O benefício eventual decorrente de situação de morte poderá ser concedido em pecúnia ou em bens, observando-se que, na hipótese de concessão em pecúnia, o valor deverá corresponder à média atualizada dos preços vigentes no mercado local.
Benefício eventual por situação de nascimento no valor até de 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), o benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública, além de considerar os seguintes aspectos:
Apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;
Apoio à família no caso de morte da mãe.
§ 1º - São documentos essenciais para a concessão do benefício por situação de nascimento:
Se o benefício for solicitado antes do nascimento, o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional, ou o cartão gestante;
Se for após o nascimento, o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;
No caso de natimorto, deverá apresentar certidão de óbito;
Outros documentos pessoais do requerente.
§ 2º - O benefício poderá ser solicitado a partir do 6º mês de gestação e até o 30º dia após o nascimento.
§ 3º - A concessão do benefício compreende também para famílias adotantes de crianças, desde que a solicitação ocorra no prazo de até 30 dias à adoção.

Art. 11º – Os benefícios por situação de morte e nascimento serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art. 12°- A situação de calamidade pública é reconhecida pelo Poder Público, como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos de natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, pandemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidades.
§ 1º - Nas situações de calamidade pública quando o número de beneficiados for superior à média dos benefícios concedidos nos últimos 6 meses, no aluguel social, deverá o item de despesa do Fundo Municipal de Assistência Social ser suplementado, pelo valor e período previsto de forma a não prejudicar o direito das demais famílias e pessoas conforme a presente resolução.
§ 2º - Nas situações de calamidade pública os benefícios serão concedidos mediante a constatação de que a pessoa e/ou família foi afetada pela situação anormal na forma prevista neste artigo, por meio de relatório encaminhado pela Coordenação da Defesa Civil Municipal.
§3º - Poderá ser concedido para atendimento às famílias em situação decorrente de calamidade pública:
O valor de até um salário mínimo vigente convertido em bens materiais:
Alimentação;
Vestuário de cama e banho;
Emissão de documentos;
Utensílios para cozinha;
Colchões;
Quaisquer outros bens identificados pela equipe de referência a partir da entrevista junto à família.
§ 4º - Os documentos essenciais explícitos para concessão de benefícios explícitos no teor do presente Decreto, poderão ser dispensados em caso de perda de todos os pertences pessoais.

Art. 13º - Famílias (ou com membros) beneficiários de benefícios eventuais, deverão ser públicos prioritário em casos de oferta de cursos profissionalizantes (de geração e renda).

Art. 14º - Os benefícios eventuais previstos neste Decreto poderão ser suspensos ou cancelados, entre outras, nas seguintes hipóteses:
Cessação da vulnerabilidade e/ou contingência social que justificou a concessão do benefício;
Desvio de finalidade na utilização do benefício eventual pelo beneficiário;
Concessão indevida do benefício eventual;
A pedido do beneficiário;
Por decisão administrativa fundamentada do Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social;
Por ausência de recursos orçamentários para custeio da despesa pública; e,
Por decisão judicial.

Art. 15°- A Secretaria de Assistência Social compete:
Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários á operacionalização dos benefícios eventuais;
Articular as políticas sociais e de defesa de direitos no município para o atendimento integral da família beneficiada de forma a ampliar o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar ou a sobrevivência de seus membros.

Art.16°- O Conselho Municipal de Assistência Social compete:
Acompanhar e avaliar a concessão dos benefícios eventuais;
Acompanhar, avaliar e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para este fim.

Art.17°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Vicente Férrer-PE, 16 de outubro de 2025.

ALICE CAVALCANTI CORREIA DE OLIVEIRA
- Presidente do CMAS -

Publicado por:
Gabriel Nunes da Silva
Código Identificador:48C664BD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 044/2025

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER-PE, EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO PADRE TADEU PABIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o falecimento do **Padre Tadeu Pabis**, ocorrido em 16 de novembro de 2025, aos 95 anos, sacerdote com 62 anos de ordenação e reconhecido por sua dedicação pastoral, humana e comunitária;
CONSIDERANDO que o Padre Tadeu Pabis foi **Pároco Emérito da Paróquia São Vicente Férrer**, tendo marcado de forma profunda a vida religiosa, social e cultural do município;
CONSIDERANDO que sua trajetória como missionário da Sagrada Família, sua presença contínua junto ao povo de São Vicente Férrer e sua atuação pastoral zelosa fizeram dele uma figura de grande respeito, estima e afeto por toda a população;
CONSIDERANDO a comoção pública gerada por seu falecimento e a necessidade de reconhecer oficialmente seus relevantes serviços prestados à comunidade;
DECRETA:
Art. 1º Fica decretado Luto Oficial por 3 (três) dias no Município de São Vicente Férrer-PE, a contar de 16 de novembro de 2025, em homenagem póstuma ao Padre Tadeu Pabis.

Art. 2º Durante o período de Luto Oficial, a Bandeira do Município deverá permanecer hasteada a meio-mastro, nos termos do protocolo oficial.

Art. 3º Ficam suspensas as aulas da Rede Municipal de Ensino no dia 17 de novembro de 2025, em respeito ao falecimento do sacerdote e para permitir que servidores, estudantes e comunidade possam participar das cerimônias religiosas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Vicente Férrer – PE, 16 de novembro de 2025.

MARCONE VICENTE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Nunes da Silva
Código Identificador:91D33C2B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 029/2025

Objeto: **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇO Nº 029/2025**, tento por objetivo as **SUPLEMENTAÇÃO QUANTITATIVA** do serviço relativos ao referido contrato, no percentual de **20% (vinte por cento)**, com repercussão financeira anual de R$ 6.240,00 (Seis mil, duzentos e quarenta reais), ajustando o valor inicialmente contratado, par o montante de **R$ 37.440,00 (Trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais). Data de assinatura 27/08/2025**.

MARCONE VICENTE DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Robson de Lima Silva
Código Identificador:2448B876

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SERTÂNIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISOS DE LICITAÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO. **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÂNIA. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025** - Serviço. Secretaria de Educação. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Construção de (02) duas Salas de Aulas e Quadra de Vôlei na Escola Municipal Sérgio Vera Cruzeiro do Nordeste Sertânia - PE. ONDE SE LER: Data da Abertura: 24 de novembro de 2025, às 08:00h. LEIA-SE: Data da Abertura: 01 de dezembro de 2025 às 08:00h. Informações: Segunda à Sexta – feira, de 08:00 às 14:00h. no prédio da Prefeitura/Setor de Licitações, Praça Dr. João Pereira Vale, Nº 20, Centro – Sertânia – PE. E nos E-mails: sertanialicitacoes2025@gmail.com e licitacaosertania2025@gmail.com.

GABRIEL SOUSA SOARES **-**
Pregoeiro.

Edital disponível em www.portaldesertania.com.br

ESTADO DE PERNAMBUCO. **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÂNIA. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 213/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2025** - Serviço. Secretaria de Educação. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Reforma da Quadra Poliesportiva e Construção de (01) uma Quadra de Vôlei Escola Laura Alves Feitosa - Distrito de Algodões no Município de Sertânia – PE. ONDE SE LER: Data da Abertura: 25 de novembro de 2025, às 08:00h. LEIA-SE: Data da Abertura: 01 de dezembro de 2025, às 13:00h. Informações: Segunda à Sexta – feira, de 08:00 às 14:00h. no prédio da Prefeitura/Setor de Licitações, Praça Dr. João Pereira Vale, Nº 20, Centro – Sertânia – PE. E nos E-mails: sertanialicitacoes2025@gmail.com e licitacaosertania2025@gmail.com.

GABRIEL SOUSA SOARES **-**
Pregoeiro.

Edital disponível em www.portaldesertania.com.br

Publicado por:
Luciana Estelita Lafayette Rabelo
Código Identificador:399ECEA2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRINHAÉM - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PORTARIA 003/2025 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 - CAAPCE

PORTARIA N.º 003 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

O Secretário de Cultura, Juventude, Esportes e Eventos, no uso das atribuições que lhe foram conferidas,
RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo de Apuração e Aplicação de Penalidade com o objetivo de apurar a infração abaixo citada, decorrente do Processo Licitatório abaixo relacionado, que será conduzido pela Comissão de Apuração e Aplicação de Penalidades a Licitantes e Contratados, Cancelamento de Registro de Preços e Extinção Contratual – CAAPCE, designado pela Portaria GP nº 440/2025.

Nº do Processo	Empresa/CNPJ	Proc. Licitatório	Conduta
PAAP N.º 002/2025	**VELHA GRAFICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.664.811/0001-48**	Processo Licitatório nº 042/2025, Pregão Eletrônico nº 020/2025	Inexecução total da Autorização de Fornecimento

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Sirinhaém, 17 de novembro de 2025

ADAIL VERAS DA SILVA JUNIOR
Secretário de Cultura, Juventude, Esportes e Eventos

Publicado por:
Adail Veras Gadelha
Código Identificador:99687013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRINHAÉM - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PORTARIA 004/2025 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 - CAAPCE

PORTARIA N.º 004 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

O Secretário Adail Veras da Silva Junior, no uso das atribuições que lhe foram conferidas,
RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo de Apuração e Aplicação de Penalidade com o objetivo de apurar a infração abaixo citada, decorrente do Processo Licitatório abaixo relacionado, que será conduzido pela Comissão de Apuração e Aplicação de Penalidades a Licitantes e Contratados, Cancelamento de Registro de Preços e Extinção Contratual – CAAPCE, designado pela Portaria GP nº 440/2025.

Nº do Processo	Empresa/CNPJ	Proc. Licitatório	Conduta
PACARP N.º 002/2025	**VELHA GRAFICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.664.811/0001-48**	Processo Licitatório nº 042/2025, Pregão Eletrônico nº 020/2025	Descumprimento da ata de registro de preços.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Sirinhaém, 17 de novembro de 2025

ADAIL VERAS DA SILVA JUNIOR
Secretário de Cultura, Juventude, Esportes e Eventos

Publicado por:
Adail Veras Gadelha
Código Identificador:3EA7915C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRINHAÉM - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 068/2025

DECRETO Nº 068/2025

Dispõe sobre a decretação de ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 21 de novembro de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que o dia **20 de novembro** é feriado nacional, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, que instituiu o **Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa e o interesse público de permitir a organização interna das repartições públicas municipais, bem como a possibilidade de compensação de expediente;
CONSIDERANDO que compete ao Município dispor sobre o funcionamento dos órgãos da administração pública local, inclusive quanto à decretação de ponto facultativo, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal;
DECRETA:
Art. 1º Fica **decretado ponto facultativo** nas repartições públicas municipais de Sirinhaém no dia **21 de novembro de 2025 (sexta-feira)**, em **complementação ao feriado nacional** do **Dia da Consciência Negra**, celebrado em **20 de novembro de 2025 (quinta-feira)**.
Art. 2º Ficam ressalvados os serviços públicos **essenciais e de natureza contínua**, a exemplo de **limpeza urbana, saúde, guarda municipal, vigilância e outros que, por sua natureza, não possam ser suspensos**, os quais deverão funcionar normalmente, mediante escala organizada pelos respectivos secretários.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Sirinhaém, em 14 de novembro de 2025.

MANOEL SOARES DE SOUZA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Samuel Paula de Brito
Código Identificador:1256495E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRINHAÉM - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FME Nº 028/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA FME Nº 004/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE TIPO 2 NA AGROVILA, MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM/PE, INSTRUMENTO Nº 962707/FNDE. **Valor Estimado**: R$ **3.402.210,73**. **Início do acolhimento das propostas**: 17 de novembro de 2025. **Limite para acolhimento das propostas**: 08h30 do dia 02 de dezembro de 2025. **Início da sessão de disputa**: 09h00 do dia 02 de dezembro de 2025. Informações pelo e-mail: sirinhaem.cpl@gmail.com ou na sala da CPL, no endereço: Rua Marquês de Olinda, 822, Centro, Sirinhaém – PE, CEP: 55580-000. Material disponível em: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC. www.bnc.org.br ou www.sirinhaem.pe.gov.br, local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital.

Sirinhaém/PE, 14 de novembro de 2025.

MARILENE MARIA DOS SANTOS
Agente de Contratação.

Publicado por:
Adail Veras Gadelha
Código Identificador:46EA634B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRINHAÉM - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FME Nº 029/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA FME Nº 005/2025. OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL EM SIRINHAÉM/PE - FNDE ESCOLA DE 5 SALAS, INSTRUMENTO Nº 962005/FNDE. **Valor Estimado**: R$ **7.834.180,77. Início do acolhimento das propostas**: 17 de novembro de 2025. **Limite para acolhimento das propostas**: 08h30 do dia 03 de dezembro de 2025. **Início da sessão de disputa**: 09h00 do dia 03 de dezembro de 2025. Informações pelo e-mail: sirinhaem.cpl@gmail.com ou na sala da CPL, no endereço: Rua Marquês de Olinda, 822, Centro, Sirinhaém – PE, CEP: 55580-000. Material disponível em: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC. www.bnc.org.br ou www.sirinhaem.pe.gov.br, local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital.

Sirinhaém/PE, 14 de novembro de 2025.

MARILENE MARIA DOS SANTOS
Agente de Contratação.

Publicado por:
Adail Veras Gadelha
Código Identificador:7D973557

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SOLIDÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDAO - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESULTADO DE JULGAMENTO

Pregão Eletrônico Nº 030/2025

Processo Nº: 074/2025. Comissão de Contratação. Serviço. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de próteses odontológicas visando a manutenção e continuidade do serviço disponibilizado à população pela Secretaria Municipal de Saúde de Solidão. Data do julgamento: Início em 29/10/2025 as 08:00 hs e finalizado em 17/11/2025. Empresas participantes: CENTRO DE SAUDE BUCAL LTDA, CNPJ: 51.749.306/0001- 86 e FRANCISCO VALERIO FERREIRA DA SILVA, CNPJ: 19.011.263/0001- 24. Resultado do Julgamento: CENTRO DE SAUDE BUCAL LTDA, CNPJ: 51.749.306/0001- 86, vencedora e habilitada para o lote único: 1, no valor global de: R$ 108.000,00. Empresa inabilitada/desclassificada: FRANCISCO VALERIO FERREIRA DA SILVA, CNPJ: 19.011.263/0001- 24. Lotes Desertos/fracassados: Não Houve. Recurso: Houve. Informações: na Sede da Prefeitura de Solidão/PE, pelo fone (87) 3830-1141 / 1140; e-mail: cplprefeiturafms@hotmail.com; site: www.solidao.pe.gov.br. 17/11/2025.

RAFAELA ALVES GOMES LEITE.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Laiza Thainá Martins da Silva
Código Identificador:0DF56584

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDÃO - GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônica Nº 030/2025

Processo Nº: 074/2025. Comissão de contratação. Serviço. Homologação do Pregão Eletrônico nº 030/2025, para contratação de empresa especializada para fornecimento de próteses odontológicas visando a manutenção e continuidade do serviço disponibilizado à população pela Secretaria Municipal de Saúde de Solidão. E a adjudicação de seu objeto da seguinte maneira: CENTRO DE SAUDE BUCAL LTDA, CNPJ: 51.749.306/0001- 86, vencedora e habilitada para o lote único: 1, no valor global de: R$ 108.000,00. Solidão-PE, 17/11/2025.

MAYCO PABLO SANTOS ARAUJO.
Prefeito.

Publicado por:
Laiza Thainá Martins da Silva
Código Identificador:936ED27C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDÃO - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 193, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO, ESTADO DE PERNAMBUCO, no exercício e suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO requerimento da servidora interessada, datado de 17/11/2025;

RESOLVE:
Art. 1º -EXONERAR a pedido, do cargo de Assessora Jurídica, a Servidora MARIA GABRIELA RAMOS DE LIMA, inscrita no CPF sob o Nº XXX.268.564-XX, Matricula 2025094, conforme requerimento da servidora.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 17 de Novembro de 2025.

MAYCO PABLO SANTOS ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria do Socorro Gomes de Lima
Código Identificador:E16753D7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SURUBIM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM
AVISO DE EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00013/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00216/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00013/2025. Serviços. Contratação de empresa do ramo de engenharia para execução dos serviços de pavimentação em paralelepípedos de diversas ruas nos sítios: Furnas, Mimoso, Lério de Baixo e Lério de Cima. Valor R$ 2.951.299,65 (dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos). Abertura da sessão pública: 09:00horas do dia 29 de dezembro de 2025. Início da fase de lances para concorrer nessa mesma sessão pública. No site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidas através dos endereços eletrônicos:http://www.prefeiturasurubim.pe.gov.br/;www.gov.br/pncp ou através do Fone: (81) 3634-1156, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Surubim, 17 de novembro de 2025.

ANA LÚCIA SILVA DE SANTANA
Agente de Contratação

Publicado por:
Clara Lopes de Assis
Código Identificador:B687BB6D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO PARCIAL NA ENTREGA DE MERENDA ESCOLAR.

R. João Batista, 80 – Centro
Surubim - PE, 55750-000
Surubim, 17 de Novembro de 2025

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO PARCIAL NA ENTREGA DE MERENDA ESCOLAR.
Processo Licitatório de nº 00182/2025 – Pregão Eletrônico nº 00052/2025.
A empresa **MEGA ATACADOS LTDA,** inscrita no CNPJ n° **43.862.007/0001-25**, situada à **Rua Filhas de Santana, 455, Quadra I1;Lote 14/16, Madre Rosa** CEP: **55817-720** UF: **PE- Município de CARPINA**.
Prezado(a) Senhor(a), a PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM, por meio desta, notifica a **MEGA ATACADOS LTDA**, acerca da inexecução parcial no fornecimento de merenda escolar, descritos nos contratos n° 00273/2025 .
Na data de 05 de Novembro de 2025, foi enviado pedido para a empresa. O prazo de entrega definido na contratação foram de 05 (cinco) dias úteis.

Não sendo efetuada a entrega, será aplicada penalidades conforme o artigo 155 da Lei nº 14.133/21, que pode incluir multa e outras sanções previstas no contrato, constantes na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do instrumento contratual.
Reiteramos a importância do cumprimento dos prazos acordados, visto que o atraso na entrega do material compromete a efetividade dos serviços, prejudicando diretamente à população. Aguardamos a regularização da situação no prazo estabelecido, a fim de evitar a adoção de medidas administrativas e jurídicas cabíveis.
Atenciosamente,

VINICIUS MORAIS DA SILVA
Coordenador de Contratos

Publicado por:
Érika Fernanda Silva
Código Identificador:D0E57166

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO PARCIAL NO FORNECIMENTO DE MATERIAL MEDICO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM
R. João Batista, 80 – Centro
Surubim - PE, 55750-000
Surubim, 17 de Novembro de 2025

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO PARCIAL NO FORNECIMENTO DE MATERIAL MEDICO.
PREGÃO ELETRÔNICO 006/2025 PROCESSO LICITATÓRIO N° 00018/2025.
A empresa **T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° 32.380.176/0001-02, situada à RUA NOBRE DE LACERDA - MADALENA. CEP: 50720040 -UF: PE - Município: RECIFE.
Prezado(a) Senhor(a), a PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM, por meio desta, notifica a **T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS,** acerca da inexecução parcial no fornecimento de Material Medico Hospitalar, descritos no contrato n° 00060/2025, para a entrega de material medico hospitalar.
Na data de 31 de Outubro de 2025, foi enviado pedido para a empresa. O prazo de entrega definido na contratação foram de 10(dez) dias úteis.

Não sendo efetuada a entrega, será aplicada penalidades conforme o artigo 155 da Lei nº 14.133/21, que pode incluir multa e outras sanções previstas no contrato, constantes na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do instrumento contratual.
Reiteramos a importância do cumprimento dos prazos acordados, visto que o atraso na entrega do material compromete a efetividade dos serviços, prejudicando diretamente à população. Aguardamos a regularização da situação no prazo estabelecido, a fim de evitar a adoção de medidas administrativas e jurídicas cabíveis.
Atenciosamente,

VINICIUS MORAIS DA SILVA
Coordenador de Contratos

Publicado por:
Érika Fernanda Silva
Código Identificador:A0166FE0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO PARCIAL NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM
R. João Batista, 80 – Centro
Surubim - PE, 55750-000
Surubim, 17 de novembro de 2025

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO PARCIAL NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.
PREGÃO ELETRÔNICO 0005/2025 PROCESSO LICITATÓRIO N° 00017/2025.
A empresa **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BANDEIRANTE LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° 40.328.532/0001-77, situada à (SEM DENOMINAÇÃO) - CEP: 56800000 -UF: PE - Município: AFOGADOS DA INGAZEIRA.
Prezado(a) Senhor(a), a PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM, por meio desta, notifica a **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BANDEIRANTE LTDA,** acerca da inexecução total no fornecimento de Medicamentos, descritos no contrato n° 00065/2025, para a entrega de medicamentos.
Na data de 31 de Outubro de 2025, foi enviado pedido para a empresa. O prazo de entrega definido na contratação foram de 5 (cinco) dias úteis.
Não sendo efetuada a entrega, será aplicada penalidades conforme o artigo 155 da Lei nº 14.133/21, que pode incluir multa e outras sanções previstas no contrato, constantes na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do instrumento contratual.
Reiteramos a importância do cumprimento dos prazos acordados, visto que o atraso na entrega do material compromete a efetividade dos serviços, prejudicando diretamente à população. Aguardamos a regularização da situação no prazo estabelecido, a fim de evitar a adoção de medidas administrativas e jurídicas cabíveis.
Atenciosamente,

VINICIUS MORAIS DA SILVA
Coordenador de Contratos

Publicado por:
Érika Fernanda Silva
Código Identificador:AF6FA61A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO PARCIAL NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM
R. João Batista, 80 – Centro
Surubim - PE, 55750-000
Surubim, 17 de Novembro de 2025

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO PARCIAL NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.
PREGÃO ELETRÔNICO 0005/2025 PROCESSO LICITATÓRIO N° 00017/2025.
A empresa **T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° 32.380.176/0001-02, situada à RUA NOBRE DE LACERDA - MADALENA. CEP: 50720040 -UF: PE - Município: RECIFE.
Prezado(a) Senhor(a), a PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM, por meio desta, notifica a **T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS,** acerca da inexecução parcial no fornecimento de Medicamentos, descritos no contrato n° 00071/2025, para a entrega de medicamentos.
Na data de 31 de Outubro de 2025, foi enviado pedido para a empresa. O prazo de entrega definido na contratação foram de 10(dez) dias úteis.

Não sendo efetuada a entrega, será aplicada penalidades conforme o artigo 155 da Lei nº 14.133/21, que pode incluir multa e outras sanções previstas no contrato, constantes na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do instrumento contratual.
Reiteramos a importância do cumprimento dos prazos acordados, visto que o atraso na entrega do material compromete a efetividade dos serviços, prejudicando diretamente à população. Aguardamos a regularização da situação no prazo estabelecido, a fim de evitar a adoção de medidas administrativas e jurídicas cabíveis.
Atenciosamente,

VINICIUS MORAIS DA SILVA
Coordenador de Contratos

Publicado por:
Érika Fernanda Silva
Código Identificador:578A1655

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando a fase de finalização do procedimento licitatório referente a **Contratação de empresas para o fornecimento de fórmulas infantis especiais, em cumprimento a ordem judicial, destinadas ao atendimento de crianças do Município de Surubim – PE, devidamente beneficiárias de decisão judicial que garante o fornecimento contínuo e adequado desses insumos alimentares, conforme prescrição médica individualizada.** Convocamos a empresa **INNOVAKIR IMPORTAÇÃO EM SAUDE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **39.509.826/0001-16,** para realizar a assinatura do Contrato. **Prazo para assinatura:** 05 (cinco) dias, a contar da data de circulação desta convocação. Vale ressaltar que o arquivo do contrato foi enviado através do e-mail: **licitacao@innovakir.com.br**. A não assinatura ensejará na abertura de procedimento administrativo para apuração das infrações.

Surubim – PE, 17 de novembro de 2025.

FRANCINALDA SILVA DA COSTA XAVIER
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Érika Fernanda Silva
Código Identificador:77DE0712

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando a fase de finalização do procedimento licitatório referente a **Contratação de empresas para o fornecimento de fórmulas infantis especiais, em cumprimento a ordem judicial, destinadas ao atendimento de crianças do Município de Surubim – PE, devidamente beneficiárias de decisão judicial que garante o fornecimento contínuo e adequado desses insumos alimentares, conforme prescrição médica individualizada.** Convocamos a empresa **MVL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **47.171.769/0001-69,** para realizar a assinatura do Contrato. **Prazo para assinatura:** 05 (cinco) dias, a contar da data de circulação desta convocação. Vale ressaltar que o arquivo do contrato foi enviado através do e-mail: **mvlhospitalarltda@gmail.com**. A não assinatura ensejará na abertura de procedimento administrativo para apuração das infrações.

Surubim – PE, 17 de novembro de 2025.

FRANCINALDA SILVA DA COSTA XAVIER
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Érika Fernanda Silva
Código Identificador:8113BE4C

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando a fase de finalização do procedimento licitatório referente a **Contratação de empresas para o fornecimento de fórmulas infantis especiais, em cumprimento a ordem judicial, destinadas ao atendimento de crianças do Município de Surubim – PE, devidamente beneficiárias de decisão judicial que garante o fornecimento contínuo e adequado desses insumos alimentares, conforme prescrição médica individualizada.** Convocamos a empresa **NUTRIMARCAS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **44.343.055/0001-70** para realizar a assinatura do Contrato. **Prazo para assinatura:** 05 (cinco) dias, a contar da data de circulação desta convocação. Vale ressaltar que o arquivo do contrato foi enviado através do e-mail: **nutrimarcassaude@gmail.com**. A não assinatura ensejará na abertura de procedimento administrativo para apuração das infrações.

Surubim – PE, 17 de novembro de 2025.

FRANCINALDA SILVA DA COSTA XAVIER
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Érika Fernanda Silva
Código Identificador:468C29A8

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TABIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES TABIRA
PORTARIA N.º 41, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE TABIRA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Municipal n.º 19/1997),
CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora **Paula Regina da Silva**, matrícula n.º 161, ocupante do cargo de **Técnico em Controle Interno**, atualmente em estágio probatório, pelo qual requer sua exoneração do cargo em razão de aprovação e posse em outro cargo público;
CONSIDERANDO que a servidora foi aprovado, nomeada e será empossada no cargo público de **Agente de Investigação**, junto à polícia civil do Estado de Pernambuco;
CONSIDERANDO a previsão contida no artigo 84.º da Lei Municipal 019/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
RESOLVE:
Art. 1.º - EXONERAR, à pedido, a servidora **Paula Regina da Silva**, matrícula 161, do cargo de **Técnico em Controle Interno,** com fundamento no artigo 84 da Lei Municipal n.º 019/1997.
Art. 2.º - Determinar o pagamento à servidora, ora exonerada, das verbas salarias devidas e não pagas, se existentes, compreendidas em saldo de salário, 13.º salário e férias integrais ou proporcionais.
Art. 3.º - Determinar que seja realizada a anotação da presente exoneração na respectiva pasta funcional e anexada cópia desta Portaria na pasta do concurso público realizada por esta Câmara Municipal.
Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos á partir desta data, 17 de novembro de 2025.
Art.º 5.º - Ficam revogadas às disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Tabira, 17 de novembro de 2025.

MARIA DO SOCORRO VERAS DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Tabira

Publicado por:
Jéssika Mayara Ferreira da Rocha
Código Identificador:4E8D8126

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 015/2025. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2025

Processo Nº: 015/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00013/2025. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00013/2025, para Aquisição imediata e urgente de Veículo 0 Km para atender as demandas do Programa Bolsa Família da Secretaria Municipal de Assistência Social de Tabira/PE. Item 1: Gvel Garanhuns Veiculos Limitada. CNPJ: 10.675.197/0001-12, pelo valor de R$95.000,00. Tabira, 17/11/2025.

ÍTALA JAMÁBIA FEITOSA SANTOS.
Secretária de Assistência Social.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:9BC3A9A3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 050/2025. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2025

Processo Nº: 050/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00021/2025. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00021/2025, para Aquisição parcelada de Asfalto Frio Ensacado de Aplicação Instantânea, por período de 12 (doze) meses, visando atender a Prefeitura Municipal de Tabira/PE. Item 1: Mais Usinagem de Asfaltos Ltda. CNPJ: 24.500.544/0001-80, pelo valor de R$91.800,00. Tabira, 17/11/2025.

FLÁVIO FERREIRA MARQUES.
Prefeito.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:05638FA5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 052/2025. CDC. CREDENCIAMENTO Nº 00005/2025

Processo Nº: 052/2025. CDC. Credenciamento Nº 00005/2025. Serviço. Homologação do Credenciamento Nº 00005/2025, para Contratação de Profissional e/ou Empresa Especializada para prestação de serviços de Confecção de Prótese Dentária, por período de 12 (doze) meses, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Tabira/PE, e adjudicação dos seus objetos da seguinte maneira: Item 1: Antonia da Silva Vieira Patriota. CNPJ: 62.477.837/0001-83, pelo valor de R$135.000,00 Item 1: Francisco Valerio Ferreira da Silva. CNPJ: 19.011.263/0001-24, pelo valor de R$135.000,00. Tabira, 17/11/2025.

MARIA JOSÉ ALMEIDA DA SILVA.
Secretária de Saúde.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:5BD91D22

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 00064/2025. PROCESSO Nº: 045/2025. CDC. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00036/2025

Contrato Nº: 00064/2025. Processo Nº: 045/2025. CDC. Pregão Eletrônico Nº 00036/2025. Compra. Aquisição parcelada Fraldas descartáveis Geriátricas e Infantil, por período de 12 (doze) meses, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Tabira/PE. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Fundo Municipal de Saúde Despesa 613 3.3.90.32.00 Fonte de Recurso: 16000000 Despesa 635 3.3.90.32.00 Fonte de Recurso: 15001002 Despesa 636 3.3.90.32.00 Fonte de Recurso: 16210000 . Contratado: Medvida Distribuidora de Medicamentos Hospitalar Eireli. CNPJ: 06.132.785/0001-32. Valor R$130.000,00. Vigência: de 17/11/2025 a 17/11/2026. Tabira, 17/11/2025.

MARIA JOSÉ ALMEIDA DA SILVA.
Secretária de Saúde. (*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:E821393E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 015/2025. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2025

Processo Nº: 015/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00013/2025. Compra. Aquisição imediata e urgente de Veículo 0 Km para atender as demandas do Programa Bolsa Família da Secretaria Municipal de Assistência Social de Tabira/PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores Ítala Jamábia Feitosa Santos, Secretária de Desenvolvimento e Mulher, como Gestor; e Glauber Lima Barbosa Muniz, Diretor de Compras, para Fiscal, do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 00013/2025, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente. Tabira, 17/11/2025.

ÍTALA JAMÁBIA FEITOSA SANTOS.
Secretária de Assistência Social.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:2E7D7C2F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 050/2025. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2025.

Processo Nº: 050/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00021/2025. Compra. Aquisição parcelada de Asfalto Frio Ensacado de Aplicação Instantânea, por período de 12 (doze) meses, visando atender a Prefeitura Municipal de Tabira/PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores José Robério da Silva, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, como Gestor; e Glauber Lima Barbosa Muniz, Diretor de Compras, para Fiscal, do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 00021/2025, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente. Tabira, 17/11/2025.

FLÁVIO FERREIRA MARQUES.
Prefeito.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:679C59A1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 052/2025. CDC. CREDENCIAMENTO Nº 00005/2025

Processo Nº: 052/2025. CDC. Credenciamento Nº 00005/2025. Serviço. Contratação de Profissional e/ou Empresa Especializada para prestação de serviços de Confecção de Prótese Dentária, por período de 12 (doze) meses, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Tabira/PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores Maria José Almeida da Silva, Secretária Municipal de Saúde, como Gestora; e Glauber Lima Barbosa Muniz, Diretor de Compras, para Fiscal, dos contratos decorrentes do Credenciamento nº 00005/2025, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos contratos, respectivamente. Tabira, 17/11/2025.

MARIA JOSÉ ALMEIDA DA SILVA.
Secretária de Saúde.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:ED38A7BE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Nº: 00052/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00018/2025. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00018/2025, para Contratação de empresa para o fornecimento de Cadeiras Odontológicas, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Tacaimbó – PE. Item 1: Odontomaster Equipamentos Ltda, pelo valor de R$26.000,00.

Tacaimbó, 17/11/2025.

JOSIVALDO ALVES DO NASCIMENTO.
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:EA24F90C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TERRA NOVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

PROCESSO Nº. 103/2025 - DISPENSA Nº. 018/2025
ATA DE REUNIÃO Nº 01 PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTAS

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no prédio sede da Prefeitura Municipal de Terra Nova (PE), sediado à Praça Coronel Jeremias Parente de Sá, nº 21, Centro, Terra Nova/PE, reuniu-se a CPL designada pela Portaria nº 002/2025 de 02/01/2025, para juntos deliberarem sobre os trabalhos de abertura de propostas pertinentes ao presente certame. A Presente licitação trata-se do atendimento da solicitação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e tem como objetivo **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL POR 12 (DOZE) MESES, DE 06 (SEIS) VEÍCULOS DO TIPO ONIBUS E MICRO ÔNIBUS PERTENCENTES À PARTE DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA/PE, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.** O Agente de Contratação deu início a sessão, as 09h00min (nove) horas, constatando que não havia sido protocolado nenhuma proposta, nem tão pouco recebido via e-mail qualquer outra proposta, dessa forma A Agente de Contratação declarou o processo deserto**,** por fim solicitou que fosse confeccionada uma ata relatando todo o ocorrido na sessão, e que a mesma deveria ser assinada pela equipe de apoio e a mesma publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco – AMUPE. O Agente de Contratação sem nada mais a tratar na reunião a encerrou a mesma e dispôs que se fizesse ciência ao Sr. Prefeito.

VALDENICE PEREIRA DOS SANTOS
Agente de Contratação

SARA NAYDJANE LOPES PIRES
Equipe de Apoio

MARIA EDUARDA PEREIRA DE ANDRADE
Equipe de Apoio

Publicado por:
Valdenice Pereira Dos Santos
Código Identificador:7752D6E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 33/2025 - CONCURSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 033/2025

CONCURSO PÚBLICO (EDITAL Nº 001/2023)

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA**, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 65 da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto do art. 37 da Constituição Federal, levando em conta a Homologação do Resultado Final de parte das vagas ofertadas em concurso público realizado pelo município de Terra Nova/PE, que se deu por meio do Decreto Municipal nº 05, de 03 de janeiro de 2024, e considerando a necessidade de atendimento do serviço público inerente à Administração Municipal, TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no ANEXO I deste Edital de Convocação, para apresentação de documentos relativos ao provimento de cargos do quadro efetivo municipal.

Os candidatos relacionados no ANEXO I do presente Edital **deverão comparecer à Secretaria Municipal de Administração, situada na Praça Cel. Jeremias Parente de Sá, 21, Centro, Terra Nova/PE, no horário de 08:00 ás 14:00 horas, no prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação deste**, munidos dos documentos exigidos no CAPÍTULO XIII, ITEM 9, do Edital do Concurso Público nº 001/2023, com vista à formação de pasta funcional e eventual e futura confecção do termo de posse no respectivo cargo, cumpridas as condições descritas.

Deverão, ainda, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente instrumento, apresentar os exames laboratoriais e de imagem constantes no CAPÍTULO XIII, ITEM 9.1, do Edital do Concurso Público nº 001/2023, com vista a obtenção de parecer médico necessário à posse efetiva no respectivo cargo, observando as condições descritas.

Os candidatos constantes no presente Edital estão sendo convocados para atender as vagas imediatas existentes no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Terra Nova/PE, de acordo com a ordem de classificação, desistências, não comparecimento de convocados, exonerações e eventuais decisões judiciais.

Gabinete do Prefeito, aos 14 de novembro de 2025.

ESDRAS ENILDO PIRES DE CARVALHO COELHO MORORÓ
Prefeito Municipal

ANEXO I

AJUDANTE DE PEDREIRO	
Classificação / Inscrição	**Nome completo**
4°	VINICIOS GOMES DA SILVA

Secretaria Municipal de Administração, aos 14 de novembro de 2025.

ALEX CLEITON FILGUEIRA ARAÚJO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Alex Cleiton Filgueira Araujo
Código Identificador:509BF8AE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TORITAMA

COMISSÃO DE APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES A LICITANTES E CONTRATADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA – CAAP/PMT
EXTRATO DE DECISÃO DO PAAP N.º 029/2025

EXTRATO DE DECISÃO

Empresa: SONIA GOMES DOS SANTOS MARCOLINO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.174.700/0001-17

FUNDAMENTO: PAAP Nº 029/2025; artigo 155º e 156º da Lei Federal 14.133/2021**;** e, Decreto Municipal n.º 294/2024.

PENALIDADE: Impedimento de Licitar e Contratar com o Poder Executivo do Município de Toritama, Estado de Pernambuco e o seu descredenciamento do Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município, pelo período de 01 (um) ano e a aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento), correspondente ao valor de R$ 10.065,86 (dez mil, sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), tendo em vista a conduta tipificada, os agravantes e atenuantes, os fatos e fundamentos jurídicos.

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: Considera-se intimado da decisão para, querendo, apresentar pedido de reconsideração no prazo 15 (quinze) dias úteis, contados desta publicação.

O Processo terá sua continuidade independentemente de manifestação e encontra-se com vista franqueada ao interessado, no endereço Av.

Dorival José Pereira, n° 464, Loteamento Tavares Martins Toritama/PE – CEP: 55125-000, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira ou por e-mail: **caapce@toritama.pe.gov.br** ou através do telefone celular (81) 9 9168-8579.

Toritama-PE, 17 de novembro de 2025.

ELAIRTON SABINO DA SILVA
Secretário Executivo de Planejamento em Saúde

Publicado por:
Ellen Gabrielly Vieira Silva
Código Identificador:CEFC0735

COMISSÃO DE APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES A LICITANTES E CONTRATADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA – CAAP/PMT
EXTRATO DE DECISÃO DO PAAP N.º 032/2025

EXTRATO DE DECISÃO

Empresa: MT COMERCIAL MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.946.534/0001-54

FUNDAMENTO: PAAP Nº 032/2025; artigo 155º e 156º da Lei Federal 14.133/2021**;** e, Decreto Municipal n.º 294/2024.

PENALIDADE: Impedimento de Licitar e Contratar o Poder Executivo do Município de Toritama, Estado de Pernambuco e o seu descredenciamento do Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município, pelo período de 01 (um) ano e aplicação de multa no valor de R$ 176,00 (cento e setenta e seis reais), equivalente a 10% do inadimplemento das Autorizações de Fornecimento, tendo em vista a conduta tipificada, os agravantes e atenuantes, os fatos e fundamentos jurídicos.

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: Considera-se intimado da decisão para, querendo, apresentar pedido de reconsideração no prazo 15 (quinze) dias úteis, contados desta publicação.

O Processo terá sua continuidade independentemente de manifestação e encontra-se com vista franqueada ao interessado, no endereço Av. Dorival José Pereira, n° 464, Loteamento Tavares Martins Toritama/PE – CEP: 55125-000, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira ou por e-mail: **caapce@toritama.pe.gov.br** ou através do telefone celular (81) 9 9168-8579.

Toritama-PE, 17 de novembro de 2025.

ELAIRTON SABINO DA SILVA
Secretário Executivo de Planejamento em Saúde

Publicado por:
Ellen Gabrielly Vieira Silva
Código Identificador:5E89B0CF

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURAS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Às,

Empresas: **COMERCIAL VITAL LTDA**, Inscrita No CNPJ Nº **13.400.219/0001-20, E P ALIMENTOS LTDA**, Inscrita No CNPJ Nº **59.044.551/0001-08, HM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**, Inscrita No CNPJ Nº **42.702.640/0001-93, INNOVAKIR IMPORTACAO EM SAUDE LTDA**, Inscrita No CNPJ Nº **39.509.826/0001-16, YMS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº **45.277.978/0001-33, JOSE EDSON TAVARES DOMINGOS DE FREITAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **19.097.521/0001-37.**

CONSIDERANDO o **Processo Licitatório PMT nº 058/2025**, na modalidade **Pregão Eletrônico PMT SRPC nº 021/2025**, cujo objeto é o **Registro de Preços Corporativo de Gêneros Alimentícios (não perecível, origem animal, refrigerantes e fórmula infantil) complementar para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Toritama-PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

CONSIDERANDO o ato de homologação realizado no dia 12/11/2025, que teve como licitante vencedor: **COMERCIAL VITAL LTDA** no valor total de **R$ 37.450,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais),** a empresa **E P ALIMENTOS LTDA**, no valor total de **R$ 7.327,50 (sete mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos),** a empresa **HM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**, no valor total de **R$ 182.597,19 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e dezenove centavos),** a empresa **INNOVAKIR IMPORTACAO EM SAUDE LTDA**, no valor total de **R$ 41.605,20 (quarenta e um mil, seiscentos e cinco reais e vinte centavos),** a empresa **YMS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA**, no valor total de **R$ 12.461,68 (doze mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos),** a empresa **JOSE EDSON TAVARES DOMINGOS DE FREITAS**, no valor total de **R$ 448,50 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)**.

Convocamos as empresas supramencionadas para assinatura das Atas de Registro de Preços, que de acordo com o subitem 3.4 do edital, as referidas empresas terão o prazo de 05 (dias) consecutivos para assinatura das Atas, contados a partir da data desta convocação oficial.

Ressalte-se que o não atendimento a essa convocação implica na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

SECRETÁRIA VERIDIANA BARBOSA RODRIGUES
Secretaria de Administração

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:061AB43E

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRADO DO ADITIVO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2024
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 013/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ORGÃO GERENCIADOR: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE inscrito no CNPJ/MF sob o nº **11.073.548/0001-88.**

DETENTOR: LUCAS DE ASSIS NEVES, inscrita no CNPJ **nº 43.173.599/0001-78.**

OBJETO: O presente aditivo tem como objeto o acréscimo dos itens 66 e 87 da Ata de Registro de Preços**.**

VALOR ACRESCIDO: R$ 10.886,40 (dez mil oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).

DATA DA ASSINATURA:13/11/2025

Fundo Municipal de Saúde
SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:F301CDBD

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRADO DO ADITIVO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 004/2025
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 003/2025

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.256.054/0001-39, por meio da **SECRETARIA DE SAÚDE.**

DETENTOR: GEMELI MEDICAL LTDA, inscrita no **CNPJ nº 42.198.801/0001-53.**

OBJETO: O presente aditivo tem como objeto o acréscimo do item 21 da Ata de Registro de Preços.

VALOR ACRESCIDO: R$ 607,80 (seiscentos e sete reais e oitenta centavos.)

DATA DA ASSINATURA:**13/11/2025**

Secretaria de Saúde
ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:CF56AE61

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRADO DO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 012/2025
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 007/2025

ORGÃO GERENCIADOR: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE inscrito no CNPJ/MF sob o nº **11.073.548/0001-88.**

DETENTOR: OLIVEIRA E SOUZA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ **nº 20.743.363.0001/24.**

OBJETO: O presente aditivo tem como objeto o acréscimo do item 158 da Ata de Registro de Preços**.**

VALOR ACRESCIDO: R$ 4.603,20 por extenso é quatro mil seiscentos e três reais e vinte centavos

DATA DA ASSINATURA:13/11/2025

Fundo Municipal de Saúde
SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:D4BCDE00

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **29.043.834/0001-66**.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 56.797,04 (cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e sete reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:222FCB02

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 145/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.099.392/0001-35.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 509.720,95 (quinhentos e nove mil, setecentos e vinte reais e noventa e cinco centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:EDF072D0

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:ASM DE SIQUEIRA MEDICAMENTOS LTDA , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.441.607/0001-24.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 150.189,90 (cento e cinquenta mil, cento e oitenta e nove reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:4C115851

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 147/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:BELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.388.280/0001-86.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 124.039,32 (cento e vinte e quatro mil, trinta e nove reais e trinta e dois centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:0A3801FB

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 148/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:BIOVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.406.720/0001-31.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 1.605,00 (um mil, seiscentos e cinco reais)

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:03BD6AA3

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 149/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.729.178/0006-53.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 72.139,95 (setenta e dois mil, cento e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:F84FD9A9

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 150/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:CONEXÃO MÉDICA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.359.481/0001-40.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 19.188,00 (dezenove mil cento e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:040CBB69

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 151/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:DROGAFONTE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.778.201/0001-26.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 73.357,20 (setenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:E335069C

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 152/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:EREMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.340.103/0001-88.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 3.998,40 (três mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:2E2C4911

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 153/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOSLTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.905.502/0001-76.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 22.007,04 (vinte e dois mil, sete reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:6E235297

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 154/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:EXOMED COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOSLTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.882.932/0001-94.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 49.777,20 (quarenta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:68801E24

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 155/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:G.O MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.795.674/0001-84.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 203.651,28 (duzentos e três mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:40BE7A35

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 156/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:GALLI E LIOTTO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.092.374/0001-24.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:38C114B6

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 157/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:GIRASSOL REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.982.062/0001-09.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 216.026,10 (duzentos e dezesseis mil, vinte e seis reais e dez centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:4CF7B9D7

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 158/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:HORUS FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOSLTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.754.510/0001-48.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 86.623,04 (oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:ADBFEDFD

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 159/2025

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:KALK DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.144.389/0001-42.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 9.584,00 (nove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:1E46C313

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 160/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.685.649/0001-24.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:9A82BC3F

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 161/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:MEDMAX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **16.553.940/0001-48**.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 6.885,20 seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:95E45A17

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 162/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:OLIVEIRA E SOUSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº **20.743.363/0001-24**.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 4.587,00 (quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:F478E452

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 163/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:PHARMAPLUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **03.817.043/0001-52**.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 65.520,00 (sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte reais).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:C8D9CBEE

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 164/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº 37.676.047/0001-80.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 36.989,75 (Trinta e seis mil, novecentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:0F210633

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 165/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº **94.389.400/0001-84**.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 36.360,00 (trinta e seis mil trezentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:5B5FFA91

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 166/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:MS HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **36.191.620/0001-00**.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 323.657,36 (trezentos e vinte e três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:F7D792CF

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 167/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **48.368.182/0001-84.**

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 56.854,94 (cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:92D855D8

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 168/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:PHOENIX DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS ECORRELATOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.107.793/0001-80.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:31C738D8

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 169/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:SONIA GOMES DOS SANTOS MARCOLINO LTDA – CNPJ nº 40.174.700/0001-17**.**

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 22.385,88 (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:3F7A061E

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 170/2025
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 019/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS SRP Nº 012/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.073.548/0001-88**.**

DETENTORA:W D DISTRIBUIDORA E COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº **28.013.023/0001-50**.

OBJETO:O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Medicamentos Gerais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama - PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

VALOR GLOBAL:R$ 2.736,00 (dois mil, setecentos e trinta e seis reais).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2025

SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Fundo Municipal de Saúde de Toritama

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:E47B2EEF

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N° 053/2023
PROCESSO FMS N° 023/2023
INEXIGIBILIDADE FMS Nº 002/2023

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE TORITAMA, através da **SECRETARIA DE SAÚDE** inscrita no CNPJ sob o nº. **11.073.548/0001-39.**

DETENTOR: ISABELLA CORDEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ nº. 39.360.619/0001-42**.**

OBJETO: Esse aditamento tem por objeto a prorrogação do prazo por mais 12 (meses) meses, da prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica à Secretaria Municipal de Saúde, com ênfase no suporte jurídico consultivo ao Gabinete do Secretário, bem como auxiliar juridicamente nas demandas dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL: R$ 6.000,00 (seis mil reais), perfazendo o valor total de **R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)**.

VIGÊNCIA: A vigência desse aditivo será de 12 (doze) meses, de 05 de Dezembro de 2025 à 04 de Dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA:14/11/2025

Fundo Municipal de Saúde de Toritama
SECRETÁRIO ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:F6CDD4DB

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CTTU Nº 001/2024
PROCESSO LICITATÓRIO CTTU Nº 001/2024
PREGÃO ELETRÔNICO CTTU SRP Nº 001/2024

ORGÃO GERENCIADOR: **O Município de Toritama/PE**, inscrito no CNPJ 11.256.054/0001-39, através da através da **COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DE TORITAMA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.587.971/0001-61**.**

DETENTORA: TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **17.592.525/0001-66.**

OBJETO:O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 001/2024, decorrente do Pregão Eletrônico CTTU nº 001/2024, cujo objeto é o Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sinalização viária horizontal, com implantação de dispositivos auxiliares (LOTE I), e fornecimento de sinalização vertical (LOTE II), para as vias do município de Toritama - PE.

VALOR GLOBAL: R$ 236.400,00 (duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (Doze Meses), 17 de Novembro de 2025 à 16 de Novembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 17/11/2025.

Companhia de Trânsito e Transporte Urbano de Toritama
DANIEL BEZERRA DA SILVA NETO
Diretor Presidente

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:E339699F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 386, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Cria o Sistema e a Regulamentação das Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais no Sistema Público Municipal de Ensino de Toritama/PE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DA CIDADE DE TORITAMA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica do Município e,
CONSIDERANDO as disposições das seguintes Leis: - Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial das redes de ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira"; - Lei nº 11.645/2008: altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena". - Lei nº 12.288/2010: institui o Estatuto da Igualdade Racial, que tem como objetivo combater a discriminação racial e promover a igualdade de oportunidades; - Lei nº 7.716/1989: define os crimes resultantes de preconceito de raça/cor, tornando crime a prática de discriminação racial; - Lei nº 13.146/2015: estabelece a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, que promove a igualdade de oportunidades e a inclusão social, incluindo medidas para combater todas as formas de discriminação, incluindo a racial;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Este Decreto cria o Sistema e a Regulamentação das Ações, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Toritama, de medidas efetivas para o combate ao racismo, à discriminação racial e às desigualdades étnico-raciais nas escolas, com a finalidade de efetivar os direitos e garantias fundamentais de todos(as) os(as) estudantes, independentemente de sua raça/cor, descendência ou origem étnica.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURAÇÃO E DIVISÃO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
Art. 2º Visando executar o disposto no art. 1º deste Decreto, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia disporá obrigatoriamente de divisão responsável pelas ações pensadas na Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), a ser composta por especialistas, mestres e/ou doutores nas temáticas étnico-raciais (africana, afro-brasileira, indígenas e imigrantes), dentro da estrutura organizacional do núcleo pedagógico.
§1º A divisão deverá ser composta, prioritariamente, por profissionais negros (pretos e pardos) e indígenas.
§2º Na ausência de profissionais especialistas, mestres e/ou doutores nas temáticas étnico-raciais, poderá a Secretaria contratar profissionais externos ou atribuir as atividades aos professores com maior afinidade sobre o tema.
§3º O núcleo pedagógico será responsável pela idoneidade e lisura dos processos seletivos para composição desta equipe.
§4º A divisão deverá estabelecer e articular um repositório virtual de boas práticas como política de valorização, reconhecimento e compartilhamento da ERER.

CAPÍTULO III
DOCUMENTAÇÃO, PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
Art. 3º O Currículo Municipal, bem como os Planos de Ensino dos Professores, deverão considerar a inclusão do ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nos termos das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNS) para Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.
I - as unidades escolares deverão incorporar a dimensão étnico-racial na construção de seus devidos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), incluindo suas particularidades geográficas, sociais, econômicas e culturais;
II - a divisão da educação para as relações étnico-raciais deverá produzir materiais orientadores pedagógicos sobre as temáticas, de acordo com as diretrizes da Secretaria.
Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, na aquisição de materiais pedagógicos, deverá priorizar livros paradidáticos, gibis, fantoches, materiais audiovisuais (filmes e desenhos), jogos, bonecas(os), brinquedos, entre outros, com a finalidade de promover a diversidade étnico-racial.

CAPÍTULO IV
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE GESTORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Art. 5º As práticas de formação e formação continuada capacitarão os profissionais da Educação a revisarem e aprimorarem suas práticas pedagógicas nas temáticas de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, e serão realizadas anualmente, durante o período letivo, conforme os seguintes incisos:
I - Ofertar cursos de, no mínimo, 30 horas de formação continuada para professores(as), auxiliares de creche, diretores(as), vice-diretores(as), coordenadores(as) pedagógicos(as) e técnicos(as) da secretaria de educação, incluindo supervisores(as) de ensino, voltados para temáticas étnico-raciais;
II - Ofertar cursos de, no mínimo, 30 (trinta) horas de formação continuada para técnicos(as) das secretarias de escolas sobre o preenchimento do censo escolar;
III - Oferecer palestras, oficinas, workshops, seminários, visitas a espaços culturais (afro-brasileiros, africanos e indígenas) e/ou cursos

de pouca duração para profissionais da educação sobre equidade racial e relações étnico-raciais garantidos no calendário escolar;
IV - Instituir parcerias externas e intersetoriais com instituições públicas de ensino superior, movimentos sociais e organizações da sociedade civil;
V - Construir encontros municipais intersetoriais (congressos, fóruns, semanas etc.) para discussão desta temática no município;
VI - Garantir e orientar que as equipes gestoras das unidades escolares incluam as discussões sobre a ERER nos Horários de Trabalho Pedagógicos Coletivos (HTPC).

CAPÍTULO V
IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS
Art. 6º Para efeito deste Decreto, são atribuições da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia para com os profissionais da Educação deste Município:
I – Estabelecer diretrizes e procedimentos para a prevenção, identificação, enfrentamento e acompanhamento de casos de racismo e discriminação racial no ambiente escolar, promovendo uma cultura institucional antirracista e a valorização da diversidade étnico-racial na Rede Municipal de Educação de Toritama, com a criação do Protocolo Antirracista que tem como objetivo reconhecer e combater práticas racistas nas Escolas;
II – Inclusão de ações afirmativas no Projeto Político Pedagógico (PPP) das Unidades Escolares, tais como projetos interdisciplinares com enfoque nas temáticas étnico-raciais, visitas guiadas a espaços culturais, históricos e de memória das populações negras e indígenas, exposições, eventos com a comunidade escolar, palestras, e demais ações que promovam o combate à discriminação e a promoção da igualdade.

CAPÍTULO VI
FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO
Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia estabelecerá mecanismos de monitoramento e fiscalização para garantir o cumprimento deste Decreto.
§1º A pasta poderá criar comissão, comitê ou órgão responsável por receber denúncias, investigar evidências e aplicar as penalidades previstas em lei.
§2º Caberá ao departamento de ensino e às Secretarias Executivas, em colaboração com o núcleo pedagógico, fiscalizar e monitorar as ações voltadas às práticas da ERER desenvolvidas pelas escolas através de acompanhamentos e mentorias in loco.
§3º A Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNS) para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira, bem como das diretrizes operacionais para a inserção da história e culturas dos povos indígenas na educação básica, conforme a lei nº 11.645/2008, será considerada um dos critérios de avaliação de desempenho dos(as) profissionais da educação da Rede durante o estágio probatório.
Art. 8º É de competência da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia o levantamento e acompanhamento dos dados "raça/cor" dos estudantes matriculados no Sistema Público Municipal de Ensino, considerando as características da Lei nº 14.113/20, bem como observando as seguintes orientações:
I - Inserir o campo "raça/cor" na ficha de matrícula dos(as) estudantes de acordo com as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): branco(a), preto(a), pardo(a), amarelo(a) e indígena.
II - Caberá às Unidades Escolares, no momento da matrícula e rematrícula dos(as) estudantes, orientar o(a) responsável legal a responder ao item "raça/cor";
III - Caberá ao departamento de demanda escolar apurar e manter atualizados estes dados dos(as) estudantes do Município;
IV - A Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia deverá monitorar os indicadores de aprendizagem/desempenho considerando a raça/cor e gênero dos(as) estudantes.
Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, definir sanções aplicáveis em caso de descumprimento das disposições previstas em Lei.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9º As despesas relativas à implementação das iniciativas presentes neste Decreto correrão por dotações orçamentárias próprias do orçamento, suplementadas em caso de necessidade.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Toritama, 17 de novembro de 2025, 72º ano da emancipação.

SÉRGIO PROCÓPIO COLIN DA SILVA CARVALHO
Prefeito

Publicado por:
Bruna Rebeca Silva Pedrosa
Código Identificador:2B0AFBE4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TRIUNFO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TRIUNFO - PE
EXTRATO DE CONTRATO N° 019/2025

Lei Federal nº 14.133 de 21 de abril de 2025.

Ref: PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025.

OBJETO: Aquisição de veículo automotor zero quilômetro de fabricação nacional, tipo pick-up, cabine dupla 1.3 flex 2025, devidamente emplacado, e as demais referências e características contidas no termo de referência, necessidades do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, executado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Triunfo.

Os recursos para fazer face às despesas decorrentes, deste processo, correrão por conta dos créditos orçamentários consignadas no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Triunfo para o exercício de 2025.

Órgão: 02 – Poder Executivo.
Unidade: 11– Entidade Supervisionada.
Programa de Trabalho: 08.244.1009.2062.0000 BLOCO DE GESTÃO PROGRAMA BOLSA FAMILIAE CADASTRO ÚNICO.
Elemento: 4.4.90.00.00– APLICAÇÕES DIRETAS
Entidade: 04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Valor do contrato: **R$ 130.200,00 (cento e trinta mil e duzentos reais)**;

Prazo de vigência: 17/11/2025 a 17/11/2026;

Data de assinatura do contrato: 17/11/2025;

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ nº 11.977.570/0001-52, com sede na Praça Júnior Veríssimo, nº 04, Centro, Triunfo – PE, representado por seu titular, Paula Cristiane Bezerra Xavier de Sousa, casada, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, portadora de cédula de identidade nº 4.952.324 SSP/PE inscrita no CPF sob nº 022.579.134-00, residente e domiciliada à Rua Teodolino Rodrigues, nº 88, Bairro da Saudade, Cidade de Triunfo, Estado de Pernambuco, CEP: 56.870-000;

Contratada: **SERVEL SERRA TALHADA VEICULOS LTDA,** CNPJ n° 69.923.621/0001-43, estabelecida na Avenida Joao Gomes de Lucena, n° 4715, Bomba, Serra Talhada/ PE, neste ato representada pelo Sr. Domingos Savio de Oliveira Pereira, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3300643 inscrito no CPF n° 454.686.134-68, com endereço profissional acima citado.

Declaro para os devidos fins, que o extrato de contrato foi publicado no quadro de avisos da e diário oficial do município, para efeito de cumprimento das disposições da lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

Por ser verdade firmo o presente para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Triunfo, 17 de Novembro de 2025.

PAULA CRISTIANE BEZERRA XAVIER DE SOUSA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:6B051E3D

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO/FMS Nº 034/2023

Extrato 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 034/2023. Prorrogação do prazo e execução do contrato referente à Contratação de Empresa para prestação de serviços de Gerenciamento de RSS (Resíduos de Serviços de Saúde) através de: coleta, transporte e destinação final, para atender a secretaria de saúde do município de Triunfo – PE; **Contratada**: **BRASCON GESTÃO AMBIENTAL LTDA - CNPJ:** 11.863.530/0001-80; **Prazo Inicial**: 12 (doze) meses; **Nova Vigência**: Até 12 de Setembro de 2026; **Fundamentação Legal**: Amparo o art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores.

Triunfo em 15 de Setembro de 2025.

MARÍLIA GABRIELA DOS SANTOS
Secretaria de Saúde

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:7B29C052

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TUPANATINGA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICIPIO DE TUPANATINGA
PORTARIA Nº 022, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

PORTARIA IPRETU Nº 022/2025

A Diretora Presidente do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA - IPRETU**, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

Considerando todo o teor do Processo Administrativo instaurado e que tramitou no **IPRETU.**

RESOLVE:

Art.1º - Conceder, Aposentadoria Compulsória, conforme dispõe o art. 40, § 1º, inciso II da Constituição Federal c/c inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar no 152/2015, ao servidor/segurado **WALDEMIR CURSINO GALVÃO**, Médico, matrícula nº 819, com proventos proporcionais e sem paridade aos servidores ativos.

Art. 2º - Os proventos equivalerão à proporção de 66% da média aritmética simples das remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor desde a do início da contribuição.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpre-se e Publique-se.

MARIA IZABEL DA SILVA RODRIGUES
Diretor Presidente do IPRETU

Tupanatinga/PE, 03 de novembro de 2025.

Publicado por:
Maria Izabel da Silva Rodrigues
Código Identificador:ED1E7E90

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICIPIO DE TUPANATINGA
PORTARIA Nº 023, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

PORTARIA IPRETU Nº 023/2025

A Diretora Presidente do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA - IPRETU**, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

Considerando todo o teor do Processo Administrativo instaurado e que tramitou no **IPRETU.**

RESOLVE:

Art.1º - Conceder, **PENSÃO POR MORTE**, conforme dispõe o § 7º, do Art. 40 da Constituição Federal, o caput e nos §§ 1º a 6º do art. 23 da Emenda Constitucional nº 103/2019 c/c art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 570/2022, em razão do falecimento da segurada **EURIDES SANTINA DE CARVALHO NETO**, servidora inativa, aposentada no cargo de Professora, Nível III, Faixa E, ao seu cônjuge **JOSÉ FIRMINO NETO**.

Art. 2º – Os proventos serão equivalentes a 60% do valor da dos proventos recebidos pela segurada falecida, não podendo ser inferior ao salário-mínimo, e sem paridade com os servidores ativos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 21 de setembro de 2025, data do óbito da segurada.

Cumpre-se e Publique-se.

MARIA IZABEL DA SILVA RODRIGUES
Diretora Presidente do IPRETU

Tupanatinga/PE, 12 de novembro de 2025.

Publicado por:
Maria Izabel da Silva Rodrigues
Código Identificador:4CCBD71C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TUPARETAMA

PROCURADORIA MUNICÍPAL DE TUPARETAMA/PE
DECRETO NO 026 DE 017 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO No 026 DE 017 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ementa: Declara adiado o feriado do Dia 20 de novembro – "Dia da Consciência Negra" - no âmbito do município de Tuparetama-PE, e dá outras providências.

O Senhor DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA, Prefeito do município de Tuparetama, localizado no Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal:
CONSIDERANDO que o "Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra" é um feriado nacional instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, celebrado em 20 de novembro que, neste ano, cai na quinta-feira."
CONSIDERANDO a conveniência de prorrogação dos feriados que caírem nos dias de semana para as sextas-feiras;
CONSIDERANDO que os demais ententes da federação, estão prorrogando o referido feriado para sexta-feira, dia 21.11.2025.
DECRETA:
Art. 1º. Fica adiado para o dia 21 de novembro de 2025 o feriado do "Dia 20 de novembro **–** ***Dia da Consciência Negra*****"** - no âmbito do município de Tuparetama-PE.
Parágrafo único. No dia referido no "caput" deste artigo, poderá ser instituído plantão, a critério dos titulares dos órgãos da Administração Direta, nos casos julgados necessários, decisão que vinculará as entidades da Administração Indireta a eles subordinadas.

Art.2º Exclui-se da declaração que trata o artigo 1º deste Decreto, os serviços essenciais, cujas atividades não podem sofrer interrupção de continuidade, ficando a cargo dos responsáveis as convocações que se fizerem necessárias e, em especial, o Pronto Atendimento Hospitalar Municipal.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito,
aos 17 dias do mês de novembro de 2025.

DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA
Prefeito

Publicado por:
Jonathan Nascimento Oliveira
Código Identificador:1F438E02

PROCURADORIA MUNICÍPAL DE TUPARETAMA/PE
DECRETO NO 027 DE 017 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO No 027 DE 017 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ementa: DISPÕE SOBRE AS CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE TUPARETAMA-PE, e dá outras providências.

O Senhor DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA, Prefeito do município de Tuparetama, localizado no Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal:
DECRETA:
Art.1º-Este Decreto autoriza o Município de Tuparetama-PE a celebrar convênio com instituições financeiras para a concessão de empréstimos e financiamentos a servidores públicos municipais e agentes políticos, mediante desconto em folha de pagamento de valores por eles devidos e previamente contratados, devendo haver autorização expressa nesse sentido nos contratos supra referenciados.
Parágrafo único – para os efeitos deste decreto, considera-se:
I - Contratante: o município de Tuparetama-PE, assim qualificado como Pessoa Jurídica de Direito Público Interno;
II - Servidor público municipal: ocupantes de cargos efetivos ou em comissão da prefeitura municipal e da câmara municipal, das autarquias e fundações públicas, além dos que se acham contratados por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos do Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal;
III - Agentes políticos: os ocupantes de cargos eletivos no âmbito do Poder Executivo e Poder Legislativo;
IV - Instituição consignatária: a instituição financeira autorizada a conceder empréstimo ou financiamento mencionado no caput do Art. 1º;
V - Verbas rescisórias: as importâncias devidas em dinheiro pelo contratante ao servidor público municipal ou agente político em razão de rescisão de seu contrato de trabalho ou término do mandato eletivo por qualquer motivo.
Art. 2º - As autorizações constantes dos contratos referentes a empréstimos e financiamentos indicados no caput do artigo anterior serão de caráter irrevogável e irretratável, desde que assim previsto nos respectivos contratos.
§1º - o limite somatório dos descontos objeto das autorizações contempladas por este Decreto não poderá, em hipótese alguma, ultrapassar 35% (trinta por cento) do vencimento bruto do servidor público municipal.
§2º - o prazo máximo de contratação será de, até, 144 meses;
Art. 3º - Cabe ao contratante informar, no demonstrativo de pagamento do servidor, de forma discriminada, o valor do desconto mensal decorrente de cada operação de empréstimo ou financiamento, bem como os custos operacionais, se optar por cobrá-los.
Art. 4º – Para a realização das operações referidas neste decreto, deve o servidor municipal ou agente político optar por instituição consignatária que tenha firmado acordo com o Contratante, ficando este último obrigado a proceder aos descontos e repasses contratados e autorizados pelo servidor ao agente público.
Art. 5º – Até o integral pagamento do empréstimo ou financiamento, as autorizações dos descontos somente poderão ser canceladas mediante prévia aquiescência da instituição consignatária e do empregado.
Art. 6º – Em caso de rescisão do contrato de trabalho do servidor antes do término da amortização do empréstimo, serão mantidos os prazos e encargos originalmente previstos, cabendo ao servidor ou agente político efetuar o pagamento mensal das prestações diretamente a instituição consignatária, ficando claro que no momento da rescisão, deverá ser observado pelo Contratante os descontos percentuais de 35% sobre as verbas rescisórias de seus Servidores Públicos Municipais.
Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 004 de 14 de fevereiro de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito,
aos 17 dias do mês de novembro de 2025.

DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA
Prefeito

Publicado por:
Jonathan Nascimento Oliveira
Código Identificador:0A0C0C06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 00074/2025.
PROCESSO Nº: 028/2025

Contrato Nº: 00074/2025. Processo Nº: 028/2025. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00003/2025. Obra. Contratação de Empresa Especializada para prestação de Serviços de Execução de continuidade da Ciclovia que interliga o Centro à Vila Bom Jesus, localizada às margens da PE–275, por período de 150 (cento e cinquenta) dias, visando atender a Prefeitura Municipal de Tuparetama – PE. DOTAÇÃO: Recurso Federal – Emenda Parlamentar Transferência Especial Secretaria Municipal de Obras Dotação prevista no QDD2025 . Contratado: J & M Incorporadora Ltda. CNPJ: 42.341.485/0001-27. Valor R$425.621,94. Vigência: de 17/11/2025 a 17/04/2026. Tuparetama, 17/11/2025

DIOGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA.
Prefeito. (*)(**)

Publicado por:
Iuri Roberto Pereira da Silva
Código Identificador:37F24F5C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 00075/2025.
PROCESSO Nº: 029/2025.

Contrato Nº: 00075/2025. Processo Nº: 029/2025. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00004/2025. Obra. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Execução de Pista de Cooper no Centro da Cidade, por período de 60 (sessenta) dias, visando atender a Prefeitura Municipal de Tuparetama – PE. DOTAÇÃO: Recurso Federal – Emenda Parlamentar Transferência Especial Secretaria Municipal de Obras Dotação prevista no QDD2025. Contratado: Essencial Construtora Ltda. CNPJ: 55.274.025/0001-75. Valor R$170.272,84. Vigência: de 17/11/2025 a 17/01/2026. Tuparetama, 17/11/2025.

DIOGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA.
Prefeito. (*)(**)

Publicado por:
Iuri Roberto Pereira da Silva
Código Identificador:252576A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 00076/2025.
PROCESSO Nº: 030/2025

Contrato Nº: 00076/2025. Processo Nº: 030/2025. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00005/2025. Obra. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Execução de Reforma e Revitalização de diversas Praças da Cidade, por período de 120 (cento e vinte) dias, visando atender a Prefeitura Municipal de Tuparetama – PE. DOTAÇÃO: Recurso Federal – Emenda Parlamentar Transferência Especial Secretaria Municipal de Obras Dotação prevista no QDD2025. Contratado: Essencial Construtora Ltda. CNPJ: 55.274.025/0001-75. Valor R$287.739,96. Vigência: de 17/11/2025 a 17/03/2026. Tuparetama, 17/11/2025.

DIOGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA.
Prefeito. (*)(**)

Publicado por:
Iuri Roberto Pereira da Silva
Código Identificador:6F08FA6F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VICÊNCIA

CENTRAL DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO (PRAZO E VALOR) AO CONTRATO Nº 177/2022

Extrato de 3º Termo Aditivo de prazo e valor ao Contrato 177/2022, oriundo do Proc. Licitatório nº 66/2022 – Inexigibilidade nº 29/2022, o qual tem como **objeto** a Locação de parte do imóvel situado no Engenho Água Doce, contendo poço artesiano com vazão de no mínimo 3.500l por hora e capacidade de abastecimento diário de até 10 caminhões de 10.000 litros, para atender as necessidades da população em situação de vulnerabilidade de abastecimento pela Compesa, bem como para abastecimento dos prédios públicos do município de Vicência/PE.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE VICÊNCIA
Contratada: MÁRIO RAMOS DE ANDRADE LIMA FILHO
CPF nº 091.823.064-00

Fica prorrogado o prazo inicialmente contratado pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 14/10/2025, com vigência prevista até 14/10/2026.

Fica reajustado o valor do presente Contrato em 6,11% (seis vírgula onze por cento) conforme cláusula terceira do contrato original pelo IGP-M, passando o valor mensal de R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) para R$ 6.578,00 (seis mil, quinhentos e setenta e oito reais).
Demais cláusulas permanecem inalteradas.

Vicência/PE, 14 de outubro de 2025.

EDER WALTTER JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Sabrina Ferreira Sabino
Código Identificador:1857C27E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 590/2025

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE**, no uso das atribuições que são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a substituição e correção de alguns membros do **Conselho Municipal de Alimentação Escolar**, designados pela Portaria Nº 1.765/2023, do CAE Município da Vitória de Santo Antão – Estado de Pernambuco. A saber:

1- REPRESENTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

• TITULAR: **JARBAS JOSÉ GOMES DA SILVA**, CPF: 053.722.584-62, Endereço: Rua Teixeira de Albuquerque nº 26, Livramento, Vitória de Santo Antão, PE, em SUBSTITUIÇÃO a Sérgio de Lima Santos,
• SUPLENTE: **MAYANA STELY SILVA SALES**, CPF: 059.869.574-58, Endereço: Rua Dr. Arthur Albuquerque Lima,145, apt. 101, Edifício Geraldo Maranhão, São Vicente de Paulo, Vitória de Santo Antão PE, em SUBSTITUIÇÃO a Givaldo José dos Santos.

2- REPRESENTANTES DOS DOCENTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO:
• TITULAR: **ANA PAULA DA SILVA FREITAS**, CPF: 036.528.694-00, RG 5.988.592 SSP PE, Endereço: Rua 07, nº41 Loteamento Major Expedito CAIC, Vitória de Santo Antão PE em SUBSTITUIÇÃO a Damaris Pereira da Silva.
• SUPLENTE: **SALETE ROSENDO DE SOUZA**, CPF: 290.718.874-72, RG: 2.275770 SDS PE, Endereço: Rua Prefeito Manoel de Holanda, nº 49, Alto José leal Vitória de Santo Antão PE em SUBSTITUIÇÃO a Evandro Moreira da Silva.

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 1.765/2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
Prefeito

399 Anos da Fundação da Vitória de Santo Antão
380 Anos da Batalha das Tabocas

Publicado por:
Gesiel Gomes Tavares de Araújo
Código Identificador:422ABFAB

SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2025

"NATAL DA VITÓRIA"

A Prefeitura da Cidade da Vitória de Santo Antão - PE, através da Secretaria de Cultura, Turismo e Economia Criativa, no uso das atribuições que lhe conferem, torna público o presente Edital de Chamamento Público, que visa convocar para habilitação e seleção de propostas, além de definir os requisitos e procedimentos para compor a programação das **Apresentações Natalinas da Cidade da Vitória de Santo Antão – PE "NATAL DA VITÓRIA"**, que será destinada as atrações musicais, corais, orquestras, dança, contações de histórias, peças teatrais e personagens natalino, domiciliados na cidade da Vitória de Santo Antão, que tenham como gênero apresentações para o seguimento natalino e tenham atuação de no mínimo 02 (dois) anos. Os interessados deverão apresentar suas propostas mediante formulário eletrônico disponível no site da prefeitura *www.prefeituradavitoria.pe.gov.br*, do dia 18 a até às 23h 59min do dia 27 de novembro de 2025, por meio do link https://docs.google.com/forms/d/11BLRMcUl09-4ESK04NKTnwwMfss_b1hRPlOQzRZ8eQ4/edit Informações presenciais, das 8h 00min às 13h 00min, na Secretaria de Cultura, Turismo e Economia Criativa que se situa na Avenida Silva Jardim, 209, Matriz, Vitória de Santo Antão - PE.

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Edital de Chamamento Público a especificação dos requisitos e procedimentos para seleção de proposta, que possam a vir compor a programação das **Apresentações Natalinas da Cidade da Vitória de Santo Antão – PE**, serão destinadas às atrações musicais, corais, orquestras, dança, contações de histórias, peças teatrais e personagens natalino, que tenham como gênero apresentações para o seguimento natalino.

Parágrafo Único: As apresentações para o seguimento natalino, ocorreram no período do dia 14 de dezembro de 2025 a 20 de janeiro de 2026.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste edital: **PESSOA FÍSICA** e **PESSOA JURÍDICA** (microempreendedor individual – MEI ou entidade com ou sem fins lucrativos) que tenham como referência atrações musicais, corais, orquestras, dança, contações de histórias, peças teatrais e personagens natalino e congêneres, que tenham como gênero apresentações para o seguimento natalino, e que o proponente seja domiciliado ou sediado na Cidade da Vitória de Santo Antão – PE.

3 - DO VALOR PARA REALIZAÇÕES DAS LIVES:

3.1 - O valor mínimo será de R$ 300,00 (trezentos reais) e o máximo de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para apresentações no segmento natalino da Cidade da Vitória de Santo Antão – PE, **"NATAL DA VITÓRIA"**.

3.2 - O proponente deverá propor o valor da sua apresentação, que poderá ser aceito na integra ou sofrer alterações, solicitadas pela Comissão de Análise e ou pela Secretaria de Cultura, Turismo e Economia Criativa, ficando o valor final da apresentação definido em comum acordo por ambas as partes.

4 - DAS ETAPAS DO EDITAL

4.1 - O presente Edital compreenderá as seguintes etapas:

4.1.1 - Publicação do Edital
4.1.2 - Inscrição;
4.1.3 – Validação das Inscrições;
4.1.4 - Análise documental e enquadramento por categoria;
4.1.5 - Publicação do resultado dos habilitados e inabilitados;
4.1.6 - Prazo para apresentação de recurso pelos interessados;
4.1.7 - Julgamento dos recursos;
4.1.8 - Publicação do resultado do julgamento dos recursos e do resultado final;
4.1.9 - Início do processo de contração;
4.1.10 - Divulgação da programação para realização das apresentações **"NATAL DA VITÓRIA"**;
4.1.11 - Pagamento.

4.2 - As etapas do Edital seguirão o seguinte cronograma:

DESCRIÇÃO DAS ETAPAS	DATA/PERÍODO
Publicação do Edital no site da Prefeitura.	14 de novembro 2025
Período de Impugnação	14 à 17 de novembro de 2025
1 - Inscrições	18 a 27 de novembro de 2025
2 - Validação das inscrições: Habilitação	
Análise documental e enquadramento por categoria	28 de novembro 2025
Publicação do resultado dos habilitados e inabilitados	01 de dezembro 2025
Prazo para apresentação de recurso pelos interessados	03 e 04 de dezembro 2025
Julgamento dos recursos	05 de dezembro 2025
Publicação do resultado do julgamento dos recursos e do resultado final.	06 de dezembro 2025
3 - Início do processo de contratação	07 de dezembro 2025
4 - Divulgação da programação (As apresentações ocorreram no período do dia 13 de dezembro de 2025 à 06 de janeiro de 2026)	10 de dezembro 2025
5 - Início do processo de pagamento dos cachês.	27 de Fevereiro de 2026

5 - DAS INSCRIÇÕES
5.1 - As inscrições serão **iniciadas às 08h 00min do dia 18 de novembro de 2025 e finalizadas às 23h 59min horas do dia 27 de novembro de 2025**, devendo ser realizadas exclusivamente de forma on-line, ficha de inscrições e seus anexos, disponível no seguinte sítio eletrônico: www.prefeituradavitoria.pe.gov.br.

5.2 - O proponente deverá realizar sua inscrição na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Economia Criativa, localizado na Av. Silva Jardim, nº 209, Matriz, nesta cidade.

5.3 - Não serão aceitas inscrições enviadas por fax, correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outra forma diferente das especificadas neste Edital.
5.4 - Para conclusão da inscrição, o proponente obrigatoriamente deverá entregar os documentos exigidos neste Edital.

5.5 - Os interessados poderão se inscrever uma única vez como Pessoa Física ou Pessoa Jurídica.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 - As inscrições só serão aceitas mediante cópias legíveis dos documentos solicitados neste Edital, conforme itens abaixo:

6.2 - PESSOA FÍSICA:

6.2.1 - CPF, RG ou CNH (original e cópia);
6.2.2 - Número do NIT / NIS / PIS OU PASEP;
6.2.3 - Comprovante de endereço com data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias antecedentes à inscrição. Serão aceitos os seguintes documentos: 1- Contas de água, energia elétrica, telefone fixo ou móvel; 2- Correspondência expedida por órgãos oficiais das esferas municipais, estaduais ou federal; 3- Correspondência de entidades bancárias, públicas ou privadas ou administradoras de cartão de crédito; 4- Contrato de locação; 5- Declaração de endereço por terceiro, acompanhada de cópia de documento oficial do proprietário ou locatário do imóvel (Anexo III);
6.2.4 - Prova da consagração: no mínimo 02 (Exemplos: matérias no jornal, Blogs, Sites, folders, panfletos e programações).
6.2.5 - Comprovante de conta bancária (conta poupança ou corrente no nome do proponente, não podendo ser conta em banco digital).
6.2.6 - Declaração que está de acordo (Anexo V);
6.2.7 - Declaração de Grupo Anexo (VII)

6.3 - PESSOA JURÍDICA (Microempreendedor Individual - MEI):

6.3.1 - CPF e RG ou CNH do titular da empresa;
6.3.2 - Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
6.3.3 - Comprovante de endereço com data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias antecedentes à inscrição. Serão aceitos os seguintes documentos: 1- Contas de água, energia elétrica, telefone fixo ou móvel; 2- Correspondência expedida por órgãos oficiais das esferas municipais, estaduais ou federal; 3- Correspondência de entidades bancárias, públicas ou privadas ou administradoras de cartão de crédito; 4- Contrato de locação; 5- Declaração de endereço por terceiro, acompanhada de cópia de documento oficial do(a) proprietário(a) ou locatário(a) do imóvel (Anexo III);
6.3.4 - Comprovante de conta corrente da Pessoa Jurídica;
6.3.5 - Prova da consagração: no mínimo 02 (Exemplos: matérias no jornal, Blogs, Sites, folders, panfletos e programações).
6.3.6 - Declaração que está de acordo (Anexo V);
6.3.7 - Carta de Exclusividade (Anexo IV)
6.3.8 - Cartão do CNPJ atualizado, emitido no ano vigente, que poderá ser emitido no site:
https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

6.4 - PESSOA JURÍDICA (Com ou Sem Fins Lucrativos):

6.4.1 - Estatuto Social em vigor, com a última ata de eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal;
6.4.2 - Comprovante de endereço com data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias antecedentes à inscrição. Serão aceitos os seguintes documentos: 1- Contas de água, energia elétrica, telefone fixo ou móvel; 2- Correspondência expedida por órgãos oficiais das esferas municipais, estaduais ou federal; 3- Correspondência de entidades bancárias, públicas ou privadas ou administradoras de cartão de crédito; 4- Contrato de locação; 5- Declaração de endereço por terceiro, acompanhada de cópia de documento oficial do(a) proprietário(a) ou locatário(a) do imóvel (Anexo III);
6.4.3 - RG e CPF (ou CNH) do (a) presidente em exercício; original e cópia (xerox)

6.4.4 - Comprovante de conta corrente da Pessoa Jurídica;
6.4.5 - Prova da consagração: no mínimo 02 (Exemplos: matérias no jornal, Blogs, Sites, folders, panfletos e programações).
6.4.6 - Declaração que está de acordo (Anexo V);
6.4.7 - Carta de Exclusividade (Anexo IV)
6.4.8 - Cartão do CNPJ atualizado, emitido no ano vigente, que poderá ser emitido no site:
https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

7 - DA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS(AS) HABILITADOS(AS) E RECURSOS.
7.1 - A validação da inscrição para concorrer à composição da programação do "**NATAL DA VITÓRIA"** será de competência da comissão de análise documental e artística, que atuará de forma voluntária e sem remuneração, sendo composta por 03 (três) representantes indicados (as) pelos seguintes órgãos:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Cultura, Turismo e Economia Criativa;
II - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Turismo
III - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Cultura.
IV - A comissão poderá promover diligências destinadas à comprovação da documentação apresentada, solicitando outros documentos que julgar necessários.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de alguns dos órgão acima, ficará a Cargo da Secretaria de Cultura, Turismo e Economia Criativa, indicar o substituo para compor a comissão Avaliadora.

7.2 - O resultado dos habilitados e inabilitados será publicado no site eletrônico: www.prefeituradavitoria.pe.gov.br.

7.3 - Caberá recurso contra as decisões da comissão de análise no prazo estipulado no item 4.2 deste edital.

7.4 - Os recursos enviados fora do período estabelecido no item 4.2 deste edital não serão reconhecidos ou considerados como válidos.

7.5 - Para o julgamento dos recursos, a comissão de análise poderá solicitar documentação complementar de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a documentação necessária.

7.6 - O resultado do julgamento dos recursos e o resultado final dos (as) habilitados (as) serão publicados no sítio eletrônico: www.prefeituradavitoria.pe.gov.br.

7.7 - Caberá pedido de reconsideração às decisões da comissão de análise quanto ao resultado parcial/preliminar e final deste Chamamento Público, através de documento assinado pelo (a) proponente e encaminhado à comissão de análise documental e artística, em até 24h (vinte e quatro horas) após a publicação do referido resultado, não sendo permitido anexar documentos novos, em nem uma das fazes, após a inscrição, cingindo-se apenas a exposição de motivos e justificativas. O pedido deverá ser dirigido à comissão de análise documental e artística, cujo pleito será analisado em conjunto com o Secretário de Cultura, Turismo e Economia Criativa.

7.8 - O indeferimento da solicitação para composição da programação do **"NATAL DA VITÓRIA"** somente ocorrerá quando o (a) interessado (a) não preencher os requisitos estabelecidos neste edital.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os valores da programação do **"NATAL DA VITÓRIA"** são aqueles definidos no item 3.1 deste edital.

8.2 - Os proponentes que não cumprirem todas as exigências deste Edital terão os respectivos requerimentos indeferidos.

8.3 - É vedada a participação na programação do "**NATAL DA VITÓRIA"** os interessados que não cumprirem com as exigências deste edital.

8.4 - É vedada a participação na programação do **"NATAL DA VITÓRIA"** os interessados impedidos por decisão judicial ou por procedimentos administrativos de receber recursos e subvenções públicos.

8.5 - O pagamento será realizado após comprovação da apresentação artística, bem como, assinatura do termo de compromisso e apresentação da nota fiscal, obedecendo o cronograma do item 4.2.

8.5 - O pagamento será realizado após comprovação da apresentação artística, bem como, assinatura do termo de compromisso e apresentação da nota fiscal, obedecendo o cronograma do item 4.2.

Parágrafo Único – Os valores pagos terão dedução de impostos conforme estipulados por lei, sendo de responsabilidade do proponente.

9 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1 - Os recursos para o pagamento da programação do "**Natal da Vitória"** correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento do Município da Cidade da Vitória de Santo Antão – PE.

9.2 - Serão considerados desistentes os proponentes que não aceitarem o valor do cachê estabelecido neste edital.

9.3 - A desistência tácita ou expressa importará na renúncia automática ao recebimento do cachê de que trata este edital.

10 - DAS APRESENTAÇÕES NATALINAS

10.1 - As apresentações natalinas serão, no máximo, 1:00 hora (uma hora) para cada atração.

10.2 - As apresentações de personagens natalinos serão, no máximo, de 4:00 horas (quatro horas) a cada dia.

10.3 - A apresentação poderá ser realocada na programação, por motivo de força maior que impossibilite a sua realização no dia e horário estabelecido, desde que seja comunicado no período compreendido de 72:00 horas (setenta e duas horas) antes da data da sua apresentação.
10.4 – Cada proponente/artista selecionado, poderá realizar mais de uma apresentação de acordo com a necessidade da programação estabelecida pela Prefeitura da Vitória de Santo Antão, através da Secretaria de Cultura, Turismo e Evento.

11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - A inexatidão ou a apresentação de documentação falsa pelo proponente, ainda que constatada posteriormente à realização deste Edital, implicará no cancelamento da inscrição, sendo declarados nulos de pleno direito todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial, resguardado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - No interesse da Cidade da Vitória de Santo Antão, sem que caiba aos proponentes qualquer tipo de indenização, fica assegurado à autoridade competente anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Chamamento Público, a qualquer tempo.

12.2 - A inscrição do Proponente neste Edital Chamamento Público implica na aceitação integral e irretratável pelos participantes, dos termos, cláusulas, condições e anexos do presente instrumento, que passarão a integrar as obrigações do proponente da programação do "**Natal da Vitória"**, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo.

12.3 - Os casos omissos e as eventuais dificuldades que impactem na execução deste Edital e qualquer uma de suas etapas, serão resolvidos pelas autoridades citadas no item 7.7;

12.4 - Outras informações ou esclarecimento de dúvidas poderão ser obtidas presencialmente (de segunda a sexta-feira, das 08:00 horas às 13:00 horas na Secretaria de Cultura, Turismo e Economia Criativa, situada à Avenida Silva Jardim, nº 209, Matriz, Vitória de Santo Antão – PE.

Vitória de Santo Antão - PE, 13 de novembro de 2025.

DEMÉTRIUS JOSÉ DA SILVA LISBOA
Secretária de Cultura, Turismo e Economia Criativa

Publicado por:
Gesiel Gomes Tavares de Araújo
Código Identificador:6E8100B5

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE XEXÉU

PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXEU
LEI Nº 409, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

Estima a receita e fixa a despesa do Orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026.

O Prefeito do Município de Xexéu, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições constitucionais legais, *faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei*
Art. 1º. Fica estimada a receita e fixada a despesa do Município para o exercício financeiro de 2026, na importância de R$ 90.191.000,00 (Noventa Milhões, cento e noventa e um mil reais), discriminadas pelos anexos integrantes desta Lei.
Art. 2º. A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo n.º 02 da Lei n.º 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

CÓDIGO		PREVISTO
11	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.004.002,66
12	Contribuições	162.000,00
13	Receita Patrimonial	993.497,34
16	Receita de Serviços	1.860.000,00
17	Transferências Correntes	81.071.500,00
19	Outras Receitas Correntes	100.000,00
24	Transferências de Capital	3.000.000,00
TOTAL		90.191.000,00

Art. 3º. A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros, programa de trabalho e natureza da despesa, integrantes desta Lei, que apresentam o seguinte desdobramento:

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO
01	Legislativa	3.135.000,00
04	Administração	12.520.123,08
08	Assistência Social	5.328.200,00
09	Previdência Social	169.000,00
10	Saúde	17.312.099,55
12	Educação	41.023.153,83
13	Cultura	1.720.000,00
14	Direitos da Cidadania	9.000,00
15	Urbanismo	639.000,00
16	Habitação	21.000,00
17	Saneamento	2.226.000,00
18	Gestão Ambiental	25.500,00
20	Agricultura	2.412.000,00
25	Energia	198.000,00
26	Transporte	162.000,00
27	Desporto e Lazer	306.500,00
28	Encargos Especiais	2.118.423,54
99	Reserva de Contingência	866.000,00
TOTAL		90.191.000,00

Art. 4º O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Municipal nº 403, Lei das Diretrizes Orçamentária, a:
I – Abrir créditos adicionais suplementares, mediante decreto, até o limite correspondente a 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na presente Lei, nos termos dos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, com finalidade de atender insuficiência de dotações estabelecidas na presente Lei em créditos adicionais e inserir categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos na programação de cada ação (projeto, atividade e operação especial).
II – Abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentária;
III - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.
IV – Contingenciar parte das dotações, quando a realização da receita demonstrar se aquém da prevista, comprometendo assim, os resultados nominal e primário estabelecidos nesta Lei.
Art 5º. Excluem do limite estabelecido no artigo anterior, suplementações de dotações do mesmo grupo, para atendimento das despesas conforme o Art. 23º, §2º, da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2026.
Art. 6º. Nas autorizações e aberturas de créditos adicionais, além dos recursos indicados no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, para cobertura das respectivas despesas, considerar-se-ão os resultados de convênios celebrados ou reativados e não computados na receita prevista na Lei Orçamentária Anual de 2026.
Art. 7º. Os créditos adicionais suplementares que se destinarem ao reforço das dotações do grupo de pessoal e encargos sociais e fontes de recursos dos órgãos e entidades da administração indireta, inclusive fundos serão abertos através de decreto do Poder Executivo não tendo vinculação ao percentual disposto no art. 4º, inciso I, desta Lei.
Art. 8º. Os créditos adicionais suplementares que apresentarem como fontes de financiamento recursos provenientes de convênios a fundo perdido, operações de crédito e transferências voluntárias e recursos provenientes de excesso de arrecadação, ou superávit financeiro, até o limite do total apurado, individualizado por fontes de recursos, observada a vinculação de que trata o parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, serão abertos através de decreto do Poder Executivo.
Art. 9º. Para efeito da execução orçamentária, o remanejamento e a inclusão dos elementos em cada grupo de natureza de despesa de ações constantes da presente Lei e de créditos adicionais, serão efetuados mediante registro contábil diretamente no sistema de execução financeira do orçamento, independentemente de formalização legal específica.
Art. 10. Os ajustes entre categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos de dotações constantes de uma mesma ação, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, serão formalizados através de Portaria da Secretaria da Fazenda e/ou da Administração, por não constituírem mudança de categoria de programação, na forma do art. 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.
Art. 11. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas nesta Lei em seus créditos adicionais em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

Art. 12. Para cumprimento do § 2º do art. 167 da Constituição Federal, os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses de 2025, reabertos no exercício de 2026, poderão ter a classificação orçamentária ajustada para compatibilizar com o orçamento vigente, não sendo computados nos limites estabelecidos no inciso I do art. 7º da presente Lei.
Art. 13 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos a partir do dia 02 janeiro de 2026.
Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de novembro de 2025.

THIAGO GONÇALVES DE LIMA
- Prefeito -

Os anexos referentes a esta lei estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Xexéu para consulta no seguinte endereço eletrônico:

https://transparencia.xexeu.pe.gov.br/app/pe/xexeu/1/planejamento-orcamentario/33

Publicado por:
Aryanne Socorro Tavares de Lima
Código Identificador:20C7793C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DO PAULISTA

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033 /2022

10º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 033/2022
PROCESSO LICITATÓRIO N° 153/2021
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 011/2021
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, § 1º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores
CONTRATADA: **GEOSISTEMAS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA.**
CNPJ/MF Nº 70.073.275/0001-30
OBJETO: **Décimo Termo Aditivo de prorrogação de prazo de execução** ao **Contrato nº 033/2022**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURAS VIÁRIA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DRENAGEM E URBANISTICO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, NO BAIRRO DE MARANGUAPE I - MUNICÍPIO DO PAULISTA-PE.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Considerando os motivos expostos no **Ofício nº 1392/2025 – SEIN, CI n° 017/2025 - RF** e **Parecer Técnico** emitido pela Secretaria de Infraestrutura do Município do Paulista, que solicita e ratifica a elaboração do presente **Décimo Termo Aditivo de prorrogação de prazo de execução** ao **Contrato nº 033/2022**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURAS VIÁRIA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DRENAGEM E URBANISTICO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, NO BAIRRO DE MARANGUAPE I - MUNICÍPIO DO PAULISTA-PE**, fica prorrogado o **prazo de execução** pelo período de **4 (quatro) meses**, a partir **de 04 de novembro de 2025 a 03 de março de 2026**, com fundamento no art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.
Parágrafo Único – Conforme Ofício nº 1392/2025 – SEIN, CI n° 017/2025 e **Parecer Técnico,** justifica-se a prorrogação do prazo de execução considerando que a contratada depende da aprovação dos projetos referentes ao Contrato nº 033/2022, por parte de determinados órgãos públicos, onde a empresa não possui ingerência sobre os prazos.
CLÁUSULA SEGUNDA – Integram e complementam o presente instrumento com todos os seus informes e despachos o **Ofício nº 1392/2025 – SEIN, CI n° 017/2025** e **Parecer Técnico**, que solicita e justifica o presente **Termo Aditivo de Prorrogação de prazo de execução** ao **Contrato nº 033/2022**, firmado com a sua respectiva justificativa emitida pelo Gestor/Fiscal do contrato o servidor, **Sr. Luiz Cosme da Silva Neto**, devidamente autorizado pela Secretária Executiva e Ordenadora de Despesa da Secretaria de Infraestrutura do Município do Paulista, Sr.ª **Jaina Poesí da Silva Gonzaga**, para produzir os regulares efeitos legais, independente do traslado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas, produzindo todos os efeitos legais, todas as demais cláusulas e condições do **Contrato nº 033/2022**, de 05 de abril de 2021, naquilo em que não conflitarem com o presente termo aditivo.

ASSINATURA: 22/10/2025

JAINA POESÍ DA SILVA GONZAGA
Secretária Executiva e Ordenadora de Despesa de Infraestrutura

Publicado por:
Cláudia Brandão de Paula
Código Identificador:A71466C2

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DO PAULISTA

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 338/2025 – OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 70 (SETENTA) UNIDADES DE TABLETS**, COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DESCRITAS NESTE DOCUMENTO, DESTINADOS AO USO DOS CADASTRADORES DO **CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO)**, LOTADOS NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE.

VALOR MÁXIMO GLOBAL ESTIMADO**: R$ 125.907,60 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e sete reais e sessenta centavos).**

DISPUTA: 03/12/2025 às 10h00min. **Edital disponível nos sites:** http://www.bnc.org.br e http://transparencia.paulista.pe.gov.br. **Maiores informações:** no horário das 08h às 16h na Avenida: Prefeito José Eustáquio de Queiroz, nº 500, Loja 01, Nobre, Quadra: C, Lote: 5A, Centro – Paulista/PE.
Paulista-PE, 18 de novembro de 2025.

CARLOS HENRIQUE MOREIRA DANTAS
Agente de Contratação.

Publicado por:
Mylena Maria Lucena Regis
Código Identificador:BC4F0135

SECRETARIA DE SAÚDE
1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 044/2024 - FMS

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 044/2024 - FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO Nº 006/2024

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: MONITORE TECNOLOGIA LTDA
CNPJ/MF sob o nº 16.607.018/0001-96

Considerando os motivos expostos na **C.I nº 80/2025** da **Diretoria de Tecnologia da Informação** da Secretaria de Saúde, que solicita e justifica a elaboração do presente Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo de Vigência ao **Contrato n° 044/2024 - FMS**, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, E SERVIDORES, INCLUSIVE MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PAULISTA**, fica prorrogado o prazo do referido instrumento contratual por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir de **18 de novembro de 2025 a 17 de novembro de 2026**, bem como seu valor, correspondendo ao valor total anual estimado de **R$ 723.073,17 (setecentos e vinte e três mil, setenta e três reais, dezessete centavos).**

Paulista/PE, 12 de novembro de 2025.

SÔNIA DE ARRUDA OLIVEIRA MOURA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Tatiane Regina de Jesus Dos Santos
Código Identificador:3270EA43

SECRETARIA DE SAÚDE
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025
Processo Adm: Nº 050/2025
Objeto: Contratação de pessoa jurídica responsável por fornecimento de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, visando atender a demanda de usuários nas unidades de saúde da família, programas especiais e componentes da assistência farmacêutica da Secretaria de Saúde do município do Paulista.
Empresas vencedoras valor total: R$ 4.268.348,00(quatro milhões e duzentos e sessenta e oito mil e trezentos e quarenta e oito reais):**TECNOVIDA COMERCIAL LTDA**(01884446000199) com o lote: 257 no valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).**SELENIUM MEDICAL LTDA**(46762527000154) com o lote: 151 no valor total de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).**EUTICA ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA**(04780117000196) com os lotes: 31, 32, 43, 58, 145, 188, 219, 249 e 250 no valor total de R$ 114.756,60 (cento e quatorze mil e setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).**M TESTA ATACADO LTDA**(43044418000103) com os lotes: 142 e 278 no valor total de R$ 61.530,00 (sessenta e um mil e quinhentos e trinta reais).**T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS**(32380176000102) com os lotes: 9, 21, 22, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 107, 109, 110, 111, 112, 119, 120, 121, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 139, 143, 160, 163, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 262, 267, 268, 269, 270, 272, 276, 277, 279 e 280 no valor total de R$ 1.526.135,30 (um milhão e quinhentos e vinte e seis mil e cento e trinta e cinco reais e trinta centavos).**FIELDS-MED COMERCIO EIRELI ME**(29186223000177) com os lotes: 2, 8, 23, 118, 140, 141, 149, 150, 152, 158, 192, 244 e 245 no valor total de R$ 53.971,50 (cinquenta e três mil e novecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos).**SUEVIT DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA HOSPITALAR LTDA**(39339941000190) com os lotes: 1, 3, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36, 50, 51, 52, 54, 60, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 94, 95, 103, 106, 108, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 144, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 180, 181, 184, 198, 261, 266 e 275 no valor total de R$ 548.944,28 (quinhentos e quarenta e oito mil e novecentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos).**FACIMED COMERCIO LTDA**(15161670000167) com os lotes: 258 e 263 no valor total de R$ 118.500,00 (cento e dezoito mil e quinhentos reais).**MEDICAL MERCANTIL DE APARELHAGEM MEDICA LTDA**(10779833000156) com os lotes: 264 e 281 no valor total de R$ 964.492,50 (novecentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).**MIX DISTRIBUIDORA LTDA**(55492463000100) com os lotes: 4, 7, 42, 44, 49, 53, 65, 66, 70, 74, 77, 79, 80, 90, 102, 104, 105, 113, 125, 175, 179, 182, 183, 185, 186, 196, 220, 230, 240, 251, 265, 271, 273 e 274 no valor total de R$ 843.417,82 (oitocentos e quarenta e três mil e quatrocentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos).
PAULISTA - PE, 17 de novembro de 2025

ELIZA MARIA ALVES DE ARAÚJO
Condutor de Processos

Publicado por:
Eliza Maria Alves de Araujo
Código Identificador:EE92AE5E

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- FMS AVISO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 025/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO 068/2025.

O MUNICÍPIO DE PAULISTA-PE TORNA PÚBLICO **AVISO DE ABERTURA DE EDITAL DA LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP 025/2025** – PROCESSO LICITATÓRIO 068/2025 CUJO OBJETO CONSISTE na PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, COM O OBJETIVO DE ELABORAR O LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT) E O PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP) DOS SERVIDORES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO PAULISTA/PE, EM ESTRITA CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA VIGENTES**
O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM,**com o valor estimado em **R$ 12.486,00 (doze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais**), observadas as exigências contidas no edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

Os editais deverão ser adquiridos no portal**BNC: https://bnc.org.br** e no Portal da Transparência do Município do Paulista: **https://transparencia.paulista.pe.gov.br**.

Local da sessão:**Bolsa Nacional de Compras (BNC) – https://bnc.org.br**

DATA DE INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 04/12/2025, ÀS 10:00 HS.

CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A LICITAÇÃO:
ELETRONICO: comissao3.saude@gmail.com

Paulista, 17 de novembro de 2025.

KLEBER MARTINS DA SILVA FERREIRA LOPES
Agente de Contratação/ Pregoeiro

Publicado por:
Kleber Martins da Silva Ferreira Lopes
Código Identificador:F2060624

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BELO JARDIM

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL RETIFICADO Nº 002/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Prefeito Constitucional do Município de Belo Jardim/PE, no uso de suas atribuições legais, por meio do presente edital torna público que será realizado Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo neste Município, conforme portaria instituída. Além disso, tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, bem como demais legislações pertinentes, resolve tornar o presente Edital (com seus anexos) único regulamento do Processo seletivo simplificado destinado ao provimento de funções temporárias, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Belo Jardim - PE.

O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento de vagas temporárias, sob responsabilidade técnica e operacional da **Informs Consultoria**, conforme contrato estabelecido, e será regido pelo presente Edital e seus anexos, o qual consistirá da seguinte forma:
ETAPAS:

NÍVEL FUNDAMENTAL (Completo ou Cursando) e NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO:
1ª ETAPA: Entrevista oral inerente à função pretendida **(CARÁTER ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO)**
2ª ETAPA: Avaliação Curricular - Experiência Profissional **(CARÁTER CLASSIFICATÓRIO**
3ª ETAPA: Prova Prática – Avaliação prática para os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50 pontos na entrevista e avaliação curricular, obedecendo à ordem de classificação, em número igual a 3 (três) vezes o número de vagas oferecidas no presente Processo Seletivo.
(CARÁTER ELIMINATÓRIO e CLASSIFICATÓRIO) SOMENTE PARA A FUNÇÃO de MOTORISTA e OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATOR, RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA).

NÍVEL MÉDIO:
1º ETAPA: Entrevista oral inerente à função pretendida **(CARÁTER ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO)**
2º ETAPA: Avaliação Curricular - Experiência Profissional **(CARÁTER CLASSIFICATÓRIO)**
As funções ofertadas constam em quadro no item 2, capítulo II deste edital.
O cronograma com as datas previstas consta no **ANEXO I** deste edital.
O formulário para envio de recursos consta no **ANEXO II** deste edital.
O formulário para entrega das experiências profissionais e outras atividades consta no **ANEXO III.**
Atribuições das funções constam no **ANEXO V.**
O referido Edital Retificado nº 002/2025 será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Belo Jardim-PE, https://belojardim.selecaopublica.online/ a partir do dia 31 de outubro de 2025.

CAPÍTULO II – DAS FUNÇÕES E REQUISITOS

Todas as funções ofertadas pela Prefeitura Municipal de Belo Jardim-PE - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, para este Processo Seletivo Simplificado, são regidas por este edital, conforme denominação, número de vagas, escolaridade mínima exigida, carga horária semanal e salário base inicial, conforme legislação específica.
O quadro abaixo contém a relação das funções ofertadas, a quantidade de vagas por função e os requisitos mínimos que obedecem às seguintes especificações:

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO						
ESCOLARIDADE E REQUISITOS MÍNIMOS						
FUNÇÃO	**REQUISITOS MÍNIMOS**	**VENCIMENTO (R$)**	**CARGA HORÁRIA**	**VAGAS**		
				AC	**RPD**	**TOTAL**
AGENTE ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO + COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES NA ÁREA.	R$1.800,00	44H	01	-	01
AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO + COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES NA ÁREA.	R$ 1.518,00	44H	123	07	130
AJUDANTE DE PEDREIRO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO + COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES NA ÁREA.	R$ 1.518,00	44H	11	01	12
ASSENTADOR DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO (BATEDOR DE PEDRA)	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO + COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES NA ÁREA.	R$ 2.500,00	44H	01	01	02
FISCAL DE LIMPEZA PÚBLICA	ENSINO MÉDIO COMPLETO + CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH) CATEGORIA "AB" OU SUPERIOR + COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES NA ÁREA.	R$ 2.000,00	44H	05	01	06
MOTORISTA DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO OU CURSANDO (DECLARAÇÃO ESCOLAR QUE ESTÁ MATRICULADO) + CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH) CATEGORIA "D" ou E + COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES NA ÁREA.	R$ 2.500,00	44H	02	01	03
OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATOR, RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA)	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO OU CURSANDO (DECLARAÇÃO ESCOLAR QUE ESTÁ MATRICULADO) + CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH) CATEGORIA C, "D" OU E + COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES NA ÁREA + CERTIFICAÇÃO VÁLIDA DE CURSO DE OPERADOR DE MÁQUINAS, EMITIDO POR INSTITUIÇÃO RECONHECIDA + CONHECIMENTO BÁSICOS EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS PESADOS.	R$2.500,00	44H	01	-	01
PEDREIRO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO OU CURSANDO (DECLARAÇÃO ESCOLAR QUE ESTÁ MATRICULADO) + COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES NA ÁREA.	R$ 2.000,00	44H	01	01	02
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	ENSINO MÉDIO COMPLETO + CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES CONCLUÍDO E RECONHECIDO PELO MEC + COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES NA ÁREA.	R$ 2.000,00	44H	01	01	02
VIGILANTE	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO OU CURSANDO (DECLARAÇÃO ESCOLAR QUE ESTÁ MATRICULADO) + COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES NA ÁREA.	R$1518,00	44H	04	01	05
TOTAL DE VAGAS						164

VAGAS: AC - AMPLA CONCORRÊNCIA
RPD - RESERVADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As vagas para as funções previstas no quadro do item anterior serão distribuídas e oferecidas para a área urbana e a área rural.
A comprovação dos requisitos mínimos para investidura da função será exigida no ato da contratação do candidato.
Jornada de trabalho dos servidores temporários do município será de acordo com o quadro do item 2 do capítulo II do presente Edital.
A remuneração observará os pisos salariais e condições estabelecidas nas convenções coletivas de trabalho vigentes, acrescida dos adicionais e encargos previstos na legislação trabalhista, tais como insalubridade, periculosidade, adicional noturno e horas extras, quando aplicáveis ao regime de contratação.

A comprovação da habilitação e das exigências para o provimento da função deverá ser apresentada no momento da contratação do candidato aprovado. A não apresentação de qualquer dos documentos comprobatórios das condições exigidas neste edital implicará a exclusão do candidato, de forma irrecorrível.

CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA DA FUNÇÃO

São condições para a investidura função pública:
Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, ou ser naturalizado;
No caso de nacionalidade portuguesa, o candidato deve estar amparado pelo Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 12 da Constituição Federal.
Efetuar o pagamento do valor referente a taxa de inscrição conforme disposto no item 3.2 do Capítulo IV;
Para todos as funções os requisitos mínimos e a idade mínima de 18 (dezoito) anos deverão ser comprovados na data da contratação;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
Não ter vínculo com outros órgãos públicos conforme a Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

CAPÍTULO IV - DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Os candidatos não poderão pertencer aos quadros da empresa **Informs Consultoria**, responsável pela organização do presente Processo Seletivo.

A emissão do boleto de pagamento poderá ser feita no setor de tributação da Prefeitura Municipal de Belo Jardim- PE, localizada à R. Cel. Adjar Maciel - Centro, Belo Jardim - PE, no horário das 07:00h as 13:30h de segunda a sexta até o dia 19 de Novembro de 2025, para os candidatos que preferirem pagar através de boleto bancário.
A taxa de inscrição também poderá ser quitada, por meio de transferência via PIX: pssbelojardim2025@gmail.com dados Banco do Brasil – Agência 0721-8 – Conta Corrente nº 56.849-X, devendo o pagamento ser realizado em nome do próprio candidato, até o dia 19 de Novembro de 2025, conforme previsto no Anexo I – Cronograma.
Após o deferimento da inscrição, não será aceita, em hipótese alguma, solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição.
O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, ser pessoa com deficiência (se for o caso), entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Processo Seletivo. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando cientes também os candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.
Todos os candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - deverão acompanhar a publicação da listagem de inscrições deferidas, conforme Anexo I deste edital.

DO PROCEDIMENTO PARA REALIZAR A INSCRIÇÃO:

O valor da taxa de inscrição correspondente ao nível da função será de:

ESCOLARIDADE	VALOR DA INSCRIÇÃO
Nível Fundamental Completo	R$50,00
Nível Médio	R$60,00

ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO - Lei Nº 13.656/2018 (condições para isenção da taxa)
Para solicitar a isenção da taxa de inscrição é necessário que o núcleo familiar do candidato tenha uma renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo nacional e que esteja inscrito no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.
O candidato deverá:
preencher o formulário para a solicitação de isenção da taxa de inscrição e declaração de hipossuficiência financeira (Anexo IV deste edital);
Comprovar mediante apresentação do Comprovante de Cadastro no CadÚnico, que contenha a data da consulta realizada, chave de segurança e QR Code para verificação da autenticidade, emitido em data posterior a publicação deste Edital, por meio de um dos seguintes canais:

- Web: https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-comprovante-do-cadastro-unico ou https://cadunico.dataprev.gov.br/

- Aplicativo móvel: Aplicativo Cadastro Único https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e- programas/cadastro-unico/paginas/app-cadunico. O aplicativo pode ser obtido gratuitamente pelas lojas Google Play (Android) ou Apple Store (IOS).
O formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição deverá conter o nome completo do candidato, número do NIS, RG, CPF, endereço e está devidamente assinada informações requeridas;
O candidato que se encaixam nesses critérios e ainda não é inscrito no CadÚnico, poderá dirigir-se a um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de seu município para realizar o cadastro.
Os candidatos deverão encaminhar o formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição e a certidão que comprove inscrição no NIS com respectivo número do NIS para o e-mail: pssinfrabelojardim@gmail.com até o dia 12 de Novembro de 2025.
Os candidatos que solicitaram a isenção da taxa de inscrição devem acompanhar a divulgação do resultado através do site da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM-PE, https://belojardim.selecaopublica.online/ no dia 13 de Novembro de 2025.
Os(as) candidatos(as) que tiverem seus pedidos de isenção deferidos **não estarão automaticamente inscritos(as) no certame**, devendo, obrigatoriamente, **realizar a inscrição** por meio do site https://belojardim.selecaopublica.online/.
O (a) candidato(a) que tiver a solicitação indeferida poderá realizar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 19 de Novembro de 2025.
É de **responsabilidade exclusiva do candidato,** verificar a confirmação de sua inscrição. A divulgação da relação nominal dos candidatos inscritos estará disponível no site da Prefeitura Municipal de Belo Jardim - PE a partir do dia 21 de Novembro de 2025.
Após confirmação de sua inscrição, o candidato deverá acompanhar o cronograma de datas constantes no Anexo I – Cronograma deste edital.
Os candidatos inscritos no Processo Seletivo passam a estar cientes do conhecimento e aceitação das normas através do Edital do Processo Seletivo e automaticamente se declaram estar de acordo com as condições e os documentos exigidos pelo edital.

CONDIÇÕES ESPECIAIS.

É assegurado o direito de inscrição a pessoa com deficiência, no presente Processo Seletivo, conforme o artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, o artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro, desde que as atribuições da função sejam compatíveis com a deficiência declarada, submetendo-se, quando convocadas, a exame oficial, o qual terá decisão terminativa sobre o exercício da função.
A pessoa com deficiência deverá especificar o teor da deficiência apresentando documento médico, de modo que comprove ser portador de deficiência.
O candidato que se inscrever para concorrer a uma das vagas reservadas às pessoas com deficiência (RPD) deverá apresentar o laudo médico LEGÍVEL, original ou autenticado, devidamente assinado e identificado com o CRM do médico responsável, emitido dentro dos últimos 12 (doze) meses, atestando deficiência, a espécie e o grau ou o nível da mesma, com EXPRESSA referência ao código correspondente da CLASSIFICAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL DE DOENÇAS E PROBLEMAS RELACIONADOS À SAÚDE (CID), devidamente acompanhado de cópia simples do CPF.
Os candidatos deverão encaminhar o seu laudo médico e documentação exigida para o e-mail: pssinfrabelojardim@gmail.com até o dia 12 de Novembro de 2025.
O candidato com deficiência que não realizar o procedimento citado no item 4.3 no período estabelecido terá inscrição indeferida para concorrer à vaga mencionada anteriormente e passará a concorrer às vagas da ampla concorrência (AC).
Nos termos do art. 4º do Decreto nº 3.298/1999 e alterações posteriores são considerados pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas seguintes categorias:
Deficiência Física: perda completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob forma de paraplegia, paraparésia, monoparésia, tetraplegia, tetraparésia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.
Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.
Deficiência visual: Cegueira na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho e com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; nos casos em que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60%; ou ainda, ocorrer simultaneamente quaisquer das condições anteriores.
Deficiência intelectual: Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização de recursos da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.
Caso o grau de deficiência, a capacidade física e/ou mental seja incompatível com o exercício das atividades, o candidato será eliminado;
4.6 O candidato inscrito que não se enquadre como pessoa com deficiência na avaliação do laudo anexado, não comprovar e atender rigorosamente as disposições mencionadas neste capítulo nos prazos previstos para inscrição, deixando de comprovar sua deficiência, perderá o direito de concorrer às vagas reservadas as Pessoas com Necessidades Especiais (RPD) e passarão a concorrer às vagas ofertadas na Ampla Concorrência (AC).
4.7 A reserva destinada às Pessoas com Deficiência corresponderá ao mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas ofertadas para cada função, aplicando-se o arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, conforme o **Decreto Federal nº 3.298/99.**

CAPÍTULO V – ENTREVISTAS, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO

Todos os candidatos de nível fundamental e nível médio deverão participar da etapa de entrevista.
A entrevista será gravada em áudio e vídeo, com uso exclusivo da comissão, a fim de garantir a lisura e a rastreabilidade do processo seletivo.
O Edital de convocação para a entrevista, contendo local, data e horário, será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Belo Jardim – PE (www.belojardim.pe.gov.br) no **dia 27 de** Novembro **de 2025**.
Os candidatos inscritos para as funções de Nível Fundamental Completo e Médio devem levar Cópia do Diploma, Certificado Escolar ou Declaração de Escolaridade emitido por instituição de ensino reconhecida, devidamente autenticada e Currículos atualizados em envelope com a identificação do candidato no dia da entrevista.
Os candidatos inscritos para as funções de Nível Fundamental Incompleto devem levar o Histórico Escolar do Ensino Fundamental, ainda que incompleto, emitido por instituição de ensino reconhecida, ou por Declaração Escolar devidamente assinada e carimbada, contendo a indicação da última série ou ano cursado pelo candidato e Currículos atualizados em envelope com a identificação do candidato no dia da entrevista.
Os candidatos que estiverem cursando o Ensino Fundamental deverão apresentar Declaração atualizada de que estão matriculados.
As entrevistas serão realizadas por uma banca avaliadora que terá profissionais capacitados, que utilizam dos seus conhecimentos para contribuir na estruturação do processo e na análise dos candidatos, bem como na identificação dos perfis comportamentais e técnicos dos profissionais contratados.
A entrevista será realizada em formato de Avaliação Oral Estruturada, composta por 05 (cinco) perguntas padronizadas e previamente definidas, iguais para todos os candidatos da mesma função, valendo 10,0 ponto cada pergunta, com o intuito de avaliar os seguintes critérios: Domínio técnico na área específica, Capacidade de análise , Previsão Técnica, Capacidade de resoluções de problemas e Coerência da resposta.
O Entrevistado poderá obter a nota de 0 a 50 pontos, onde: 0 pontos: resposta incorreta, incompatível com a função ou não apresentada, 2,5 pontos: resposta apresenta apenas 1 elemento técnico correto, sem articulação suficiente com as atribuições da função. 5,0 pontos: resposta apresenta parte dos elementos técnicos necessários (aproximadamente 50% do conteúdo esperado). 7,5 pontos: resposta apresenta a maior parte dos elementos técnicos esperados, com coerência e aplicação parcial às atividades da função. 10 pontos: resposta apresenta todos os elementos técnicos essenciais, de forma completa, correta, coerente e aplicável às atribuições da função. Conforme quadro abaixo:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
1. **Domínio técnico na área específica**	0 pontos: resposta incorreta, incompatível com a função ou não apresentada. 2,5 pontos: resposta apresenta apenas 1 elemento técnico correto, sem articulação suficiente com as atribuições da função. 5,0 pontos: resposta apresenta parte dos elementos técnicos necessários (aproximadamente 50% do conteúdo esperado). 7,5 pontos: resposta apresenta a maior parte dos elementos técnicos esperados, com coerência e aplicação parcial às atividades da função. 10 pontos: resposta apresenta todos os elementos técnicos essenciais, de forma completa, correta, coerente e aplicável às atribuições da função.
2. Capacidade de análise	0 pontos: resposta incorreta, incompatível com a função ou não apresentada. 2,5 pontos: resposta apresenta apenas 1 elemento técnico correto, sem articulação suficiente com as atribuições da função. 5,0 pontos: resposta apresenta parte dos elementos técnicos necessários (aproximadamente 50% do conteúdo esperado). 7,5 pontos: resposta apresenta a maior parte dos elementos técnicos esperados, com coerência e aplicação parcial às atividades da função. 10 pontos: resposta apresenta todos os elementos técnicos essenciais, de forma completa, correta, coerente e aplicável às atribuições da função.
Previsão técnica.	0 pontos: resposta incorreta, incompatível com a função ou não apresentada. 2,5 pontos: resposta apresenta apenas 1 elemento técnico correto, sem articulação suficiente com as atribuições da função. 5,0 pontos: resposta apresenta parte dos elementos técnicos necessários (aproximadamente 50% do conteúdo esperado). 7,5 pontos: resposta apresenta a maior parte dos elementos técnicos esperados, com coerência e aplicação parcial às atividades da função. 10 pontos: resposta apresenta todos os elementos técnicos essenciais, de forma completa, correta, coerente e aplicável às atribuições da função.
Capacidade de resoluções de problemas.	0 pontos: resposta incorreta, incompatível com a função ou não apresentada. 2,5 pontos: resposta apresenta apenas 1 elemento técnico correto, sem articulação suficiente com as atribuições da função.

	5,0 pontos: resposta apresenta parte dos elementos técnicos necessários (aproximadamente 50% do conteúdo esperado). 7,5 pontos: resposta apresenta a maior parte dos elementos técnicos esperados, com coerência e aplicação parcial às atividades da função. 10 pontos: resposta apresenta todos os elementos técnicos essenciais, de forma completa, correta, coerente e aplicável às atribuições da função.
5. **Coerência da resposta**	0 pontos: resposta incorreta, incompatível com a função ou não apresentada. 2,5 pontos: resposta apresenta apenas 1 elemento técnico correto, sem articulação suficiente com as atribuições da função. 5,0 pontos: resposta apresenta parte dos elementos técnicos necessários (aproximadamente 50% do conteúdo esperado). 7,5 pontos: resposta apresenta a maior parte dos elementos técnicos esperados, com coerência e aplicação parcial às atividades da função. 10 pontos: resposta apresenta todos os elementos técnicos essenciais, de forma completa, correta, coerente e aplicável às atribuições da função.
Total	**Pontos**

As respostas serão avaliadas exclusivamente por critérios objetivos, conforme tabela de pontuação divulgada acima.
No quadro a seguir constam as informações da Entrevista, Avaliação Curricular e os seus pesos correspondentes para cada função:

NÍVEL FUNDAMENTAL	**AVALIAÇÃO**	**CRITÉRIOS**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA AJUDANTE DE PEDREIRO ASSENTADOR DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO (BATEDOR DE PEDRA) MOTORISTA DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATOR, RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA) PEDREIRO VIGILANTE	**Entrevista**	Avaliação oral inerente a função pretendida.	**50**
	Demais pontuações obedecerá os critérios de pontuação de experiência profissional e qualificações que constam no item 12, 13 e 14, capítulo V deste edital.		
TOTAL	100 PONTOS		
NÍVEL MÉDIO	**AVALIAÇÃO**	**CRITÉRIOS**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
AGENTE ADMINISTRATIVO FISCAL DE LIMPEZA PÚBLICA TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	Entrevista	Avaliação oral inerente a função pretendida.	50
	Demais pontuações obedecerá os critérios de pontuação de experiência profissional e qualificações que constam no item 12, 13 e 14, capítulo V deste edital.		
TOTAL	PONTOS		

Para as funções de Nível Fundamental Completo, Cursando, Incompleto e Nível Médio serão analisados os currículos referente à experiência profissional em área objeto da função pretendida. A Comprovação da atividade profissional far-se-á através de certidão ou declaração emitida pela gestão municipal, estadual ou federal da unidade de exercício do interessado, especificando o período do efetivo exercício ou quando tratar de experiência em instituição particular comprovar por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e/ou declaração comprobatória de tempo de serviço firmada por instituição, emitida em papel timbrado, especificando a função desempenhada e contendo dia, mês e ano de início e de fim da atividade, sendo necessário que o documento contenha código de autenticação/verificação ou assinatura digital ou manual com carimbo;
Será considerado a experiência profissional efetivamente exercida e devidamente comprovada, não concomitante, em atividade em área objeto a função que concorrerá. Será atribuída a pontuação de 10 (dez) pontos para experiência comprovada de 6 (seis) meses; 20 (vinte) pontos para experiência comprovada de 1 (um) ano; e 30 (trinta) pontos para experiência comprovada de 2 (dois) anos. Sendo contabilizado, para fins de pontuação, o tempo máximo de 2 (dois) anos de experiência profissional, correspondente à nota máxima de 30 (trinta) pontos.
Para comprovação da qualificação profissional, os candidatos deverão apresentar os certificados de cursos de capacitação, palestras, conferências e aperfeiçoamento na área da função, realizados nos últimos dois anos, com frequência e duração mínima de 08 horas. Para garantir a veracidade dos documentos, os certificados deverão ser entregues em cópia autenticada em cartório. Alternativamente, o candidato poderá apresentar o certificado original juntamente com uma cópia simples, que será conferida e autenticada no ato pela comissão responsável pelo processo seletivo. Serão atribuídos 10 pontos para cada curso que atender aos critérios, sendo possível contabilizar no máximo 2 cursos, totalizando 20 pontos na nota de qualificação.
Caso ocorra alteração da data prevista para a realização das entrevistas, será publicado comunicado com as informações bem como previsão de nova data no site Prefeitura Municipal de Belo Jardim/PE.
O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das entrevistas no horário fixado para o seu início, munido de documento oficial de identificação original com foto. Sendo considerado documento válido para sua identificação a cédula de identidade (RG), documentos oficiais fornecidos por conselhos de classe, válidos em território nacional, carteira de trabalho, carteira de reservista, passaporte ou carteira nacional de habilitação válido na data de realização da avaliação. Não será permitida a entrada do candidato que apresentar-se após 30min do horário previsto para o início das entrevistas.
Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da avaliação, documento oficial de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias, sendo ainda, neste caso, submetido à identificação especial, através de coleta de assinatura, impressão digital e se necessária foto para identificação.
Os recursos referentes à entrevista serão analisados com base na tabela objetiva de pontuação, nos registros oficiais da etapa e gravações, assegurando a verificação dos critérios técnicos aplicados pela banca avaliadora.
Não serão aceitos como documento de identidade: certidões de nascimento, título de eleitor, CPF, carteira de estudante, nem documentos ilegíveis e/ou não identificáveis.

SERÁ EXCLUÍDO DO PROCESSO SELETIVO O CANDIDATO QUE:

Apresentar-se após 30min do horário previsto para o início das entrevistas.
Não comparecer para realização da entrevista.
Quem não obter a pontuação mínima de 30 pontos somando as notas das entrevistas, títulos e experiências.
Não obter escolaridade exigida para a função.
Não comparecer para realização da prova Prática.
Estiver portando arma, mesmo que possua o respectivo porte.
Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.
Não assinar a lista de frequência.

CAPÍTULO VI – PROVA PRÁTICA

A Informs Consultoria reserva-se ao direito de realizar as provas práticas na cidade de Belo Jardim-PE ou em cidades próximas à determinada não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alojamento e alimentação dos candidatos convocados para sua realização.

Para a prova prática, referente a função de **MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS**, serão convocados os candidatos classificados na entrevista e avaliação curricular que obtiverem nota igual ou superior a 50 pontos obedecendo à ordem de classificação, em número igual a 3 (três) vezes o número de vagas oferecidas no presente Processo Seletivo.
A Prova Prática será gravada em áudio vídeo, com uso exclusivo da comissão.
O candidato para a função de Motorista e Operador de Máquinas de Máquinas deverá, caso seja aprovado, comprovar que exerce atividade remunerada, comprovando através de anotação específica na CNH.
Os candidatos para a função de **MOTORISTA** devem ficar atentos ao edital de convocação que será publicado no dia **12 de DEZEMBRO de 2025** para realização da prova prática. No Edital de convocação constará a data, local e horário de apresentação dos candidatos que forem convocados para realização da prova prática.
A avaliação terá início no horário previsto no edital de convocação e se estenderá até o momento em que todos os candidatos presentes realizarem a prova prática.
Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.
Não será permitida, em hipótese alguma, realização das provas em outro dia, horário ou fora do local designado.
A nota de corte da Prova prática será de 50,00 (cinquenta) pontos.
Os candidatos à vaga deverãocomparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 30 minutos, munido de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria exigida para a função (original e uma cópia), devendo o documento em questão estar devidamente dentro do prazo de validade, de acordo com a legislação vigente (Código de Trânsito Brasileiro). Não serão aceitos protocolos fornecidos pelo DETRAN em substituição à CNH válida para realização da Prova Prática.
A nota máxima da prova prática é de 100,00 pontos.
12. A nota máxima a função de Motorista C ou D será de 200,00 pontos.
13. A Prova Prática constará em estacionar um veículo em vaga delimitada por balizas removíveis (caráter eliminatório) e conduzir o veículo em via pública, urbana ou rural.
14. Para realização da referida Prova Prática será disponibilizado o veiculo da Prefeitura Municipal de Belo Jardim-PE.
15. A prova referente ao estacionamento em uma vaga delimitada por balizas removíveis terá a duração máxima de 04 minutos.
15.1 A delimitação da vaga balizada obedecerá as seguintes especificações:
O comprimento total do veículo, acrescido de mais 40% (quarenta por cento); e
A largura total do veículo, acrescido de mais 40% (quarenta por cento);
15.2 Será automaticamente desclassificado o candidato que cometer (quando da realização da baliza), qualquer uma das faltas abaixo discriminadas:
Avançar sobre o meio fio.
Não colocar o veículo na área balizada, no tempo estabelecido.
15.5 Avançar sobre o balizamento demarcado quando do estacionamento do veículo na vaga.
16. O candidato ao executar a prova prática (condução do veículo em via pública), terá descontado de sua pontuação o valor corresponde a:
- Faltas Graves: 6 (seis) pontos cada uma:
Desobedecer a sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito;
Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;
16.4 Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;
Manter a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dele;
- Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;
- Não usar devidamente o cinto de segurança;
- Perder o controle da direção do veículo em movimento;
- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.
17. Faltas Médias: 3,5 (três ponto e meio) cada uma:
Executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
17. 2 Trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima;
Interromper o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova;
Fazer conversão incorretamente;
Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
Desengrenar o veículo nos declives;
Colocar o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias;
Usar o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens;
Entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro
Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso;
Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.
Faltas Leves: 1,5 (um ponto e meio) cada uma:
Provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado;
Ajustar incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor;
Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;
Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
Utilizar ou Interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo;
Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;
Tentar movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutra;
Cometer qualquer outra infração de natureza leve.
Buzinar em locais proibidos.
Será automaticamente desclassificado o candidato que cometer qualquer uma das faltas abaixo:
Desobedecer à sinalização semafórica e de parada obrigatória;
Transitar em contramão de direção;
Não completar a realização de todas as etapas do exame;
Avançar a via preferencial;
Provocar acidente durante a realização do exame;
Exceder a velocidade regulamentada para a via;
Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima.

CAPÍTULO VII - CLASSIFICAÇÃO E APROVAÇÃO

Será considerado classificado o candidato aprovado cujo número representativo de sua classificação for menor ou igual ao número de vagas oferecidas, para o respectivo a função.
Os candidatos aprovados e classificados deverão comprovar no ato da contratação os requisitos exigidos para a ocupação da função.
O candidato convocado que não comprovar integralmente os requisitos mínimos previstos neste Edital no momento da assinatura do contrato temporário será eliminado do processo seletivo, ficando impossibilitada sua contratação.
A classificação dos candidatos dar-se-á na ordem decrescente das notas obtidas nas avaliações, calculada na forma estabelecida neste Edital.
Do desempate: na hipótese de igualdade de nota, terá preferência, sucessivamente, o candidato:

ESCOLARIDADE	ORDEM DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
NÍVEL FUNDAMENTAL	Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal n.º 10.741 de 1º de outubro de 2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada; O (a) candidato (a) que tenha efetivamente exercido a função de jurado terá preferência no caso de empate, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal. Obtiver maior nota na Prova Prática. Obtiver maior pontuação na experiência profissional. Persistindo o empate, o desempate se dará pela maior idade.
NÍVEL MÉDIO COMPLETO	Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal n.º 10.741 de 1º de outubro de 2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada; O (a) candidato (a) que tenha efetivamente exercido a função de jurado terá preferência no caso de empate, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal; Obtiver maior tempo de experiência Profissional. Persistindo o empate, o desempate se dará pela maior idade.

CAPÍTULO VIII - DOS RECURSOS

Será admitida a interposição de recurso pelo candidato que se achar prejudicado em cada etapa da seleção, desde que devidamente fundamentado e de acordo com as datas estabelecidas em **cronograma no anexo I** deste edital. Para interpor o respectivo recurso o candidato deverá utilizar formulário conforme modelo constante no anexo **II**.
Os recursos deverão ser enviados por e-mail: pssinfrabelojardim@gmail.com
O recurso interposto fora do respectivo prazo especificado no cronograma (Anexo I) não será aceito, sendo considerada, para tanto a data de envio.
Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.
Não serão aceitos recursos interpostos por outro meio que não seja especificado neste Edital.
Compete à Comissão Especial de Coordenação, Supervisão e Acompanhamento do Processo Seletivo, julgar, em instância única administrativa, no prazo de recebimento, os recursos interpostos de acordo como Edital.
Recursos inconsistentes e/ou intempestivos serão indeferidos.

CAPÍTULO IX- DA HOMOLOGAÇÃO

As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos serão dadas diretamente via e-mail ao candidato. Não serão respondidos aos candidatos recursos ou questionamentos às questões de terceiros. Caso o candidato queira esclarecimentos acerca de seu desempenho, cálculo de notas ou quaisquer outros assuntos. Deverá entrar em contato via e-mail pssinfrabelojardim@gmail.com da empresa organizadora.
Apreciada a regularidade do Processo Seletivo, mediante relatório sucinto, a Informs Consultoria encaminhará ao Prefeito Municipal que homologará e fará publicar no Boletim Oficial do Município e em Diário Oficial do Estado o seu resultado.

CAPÍTULO X– DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

A contratação dos candidatos aprovados será realizada **em ordem decrescente de classificação**, observada a quantidade de vagas oferecidas, devendo o candidato apresentar no ato da Contratação, os seguintes documentos:
Cópia do Diploma ou Certificado Escolar;
Cópia da Cédula de Identidade (RG);
Cópia da Carteira do Trabalho e Previdência Social (das páginas de identificação);
Cópia do Título Eleitoral, com comprovante de quitação perante a Justiça Eleitoral;
Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Cópia do Cartão de Inscrição do PIS/PASEP (se já foi ou é empregado registrado);
Cópia do Certificado de alistamento militar ou de reservista (se do sexo masculino);
Cópias das Certidões de nascimento de filhos menores de 14 anos, caso existam;
Cópia da Certidão de nascimento ou de casamento, conforme o caso;
Declaração de bens e outros cargos públicos (obter na Prefeitura);
Uma foto recente tamanho 3x4;
Laudo de Médico do Trabalho, atestando que o candidato está APTO ao exercício da função.
Certidão de antecedentes criminais.
Os candidatos que não comprovarem os requisitos mínimos exigidos conforme quadro do Capítulo II, estará eliminado do Processo Seletivo.
Os candidatos classificados deverão apresentar certidão de antecedentes criminais. A Administração poderá avaliar a compatibilidade da conduta com o exercício das funções, observando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
A contratação dos candidatos será realizada pela Prefeitura Municipal de Belo Jardim – PE, observando-se a ordem de classificação final e a quantidade de vagas temporárias disponíveis durante o prazo de validade do Processo Seletivo.
A convocação será realizada pela Secretaria Municipal de Administração, por meio de Edital de Convocação e comunicação enviada ao e-mail informado pelo candidato, determinando dia, horário e local para apresentação e formalização da contratação.
O Edital de Convocação será publicado no Diário Oficial do Município, cabendo ao candidato acompanhar todas as publicações oficiais.
Os candidatos aprovados terão 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de publicação do edital de convocação para se apresentarem com as entregas de documentos na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Belo Jardim-PE.
O candidato contratado para ocupar a função deve exercer no prazo legal as funções inerentes, ficando proibido qualquer ato que possa desviar as funções relativas ao emprego temporário para o qual o mesmo logrou êxito no processo seletivo, ressalvadas as situações excepcionais e autorizadas pelo órgão superior competente.

CAPÍTULO XI- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os documentos resultantes desse Processo Seletivo serão arquivados até que o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco examine e se pronuncie sobre a legalidade do Certame.

Será admitida concessão de vista ou revisão das avaliações, desde que tenha como finalidade o exercício do direito de recurso.
A Comissão Especial de Supervisão e Acompanhamento, bem como **Informs Consultoria**, poderá em qualquer fase do certame alterar datas apresentadas no cronograma previsto, sem que haja ressarcimento da taxa de inscrição de quaisquer dos candidatos inscritos.
A inexatidão das afirmativas e irregularidades de documentos ou outras irregularidades constatadas no decorrer do certame, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se os atos decorrentes da inscrição.
A inscrição importa no conhecimento e aceitação das normas do presente edital.
O Processo seletivo terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação de sua homologação no Boletim Oficial do Município, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que permaneça a necessidade temporária e excepcional que justificou a contratação, observado o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses.
Não poderá ser fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de aprovação no Processo Seletivo, valendo para esse fim o resultado publicado.
É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais, aditivos e comunicados referentes a este Processo Seletivo no site da Prefeitura Municipal de Belo Jardim-PE, Boletim do Município e no Diário Oficial do Estado e quadros de avisos na sede da Prefeitura.
A classificação no Processo Seletivo assegurará aos candidatos aprovados dentro das vagas oferecidas, o direito de ser contratado, seguindo a ordem classificatória do certame.
O candidato aprovado deve manter seu endereço e meios de contato atualizados junto à Secretaria Municipal de Administração, para fins de convocação relacionada à formalização da contratação temporária.
Além dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas neste edital, os demais aprovados no Processo Seletivo Simplificado, integrarão lista de classificados que poderá ser utilizada conforme a necessidade da Prefeitura Municipal de Belo Jardim-PE, no período de validade do presente certame.
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de supervisão e acompanhamento do Processo Seletivo, juntamente com a empresa Informs Consultoria.

COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

INFORMS CONSULTORIA & TREINAMENTO

Belo Jardim – PE, 14 de Novembro de 2025.

ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM – PE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CRONOGRAMA	
DESCRIÇÃO DAS FASES	**PERÍODOS/DATAS/PRAZOS**
Período de Inscrições - As inscrições serão realizadas no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM-PE, https://belojardim.selecaopublica.online/ **por meio de PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIO de inscrição.**	**31 de Outubro a 17 de Novembro.**
Período para envio do formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição e a certidão que comprovem inscrição no CadUnico e número do NIS. Formulário Anexo IV - E-mail: pssinfrabelojardim@gmail.com	**31 de Outubro a 12 de Novembro de 2025.**
Período para envio da documentação comprobatória - Reservada às pessoas com deficiência. E-mail: pssinfrabelojardim@gmail.com	**31 de Outubro a 12 de Novembro de 2025.**
Divulgação das solicitações deferidas e indeferidas de isenção da taxa de inscrição e para as vagas reservadas as pessoas com deficiência	**13 de Novembro de 2025.**
Prazo para interposição de recursos quanto às inscrições indeferidas – para os candidatos que solicitaram a isenção da taxa de inscrição. Formulário do Anexo II - E-mail: pssinfrabelojardim@gmail.com	**14 a 17 de Novembro de 2025.**
Prazo para interposição de recursos quanto às inscrições indeferidas – para os candidatos que se inscreveram para concorrer a uma das vagas reservadas às pessoas com deficiência (RPD). **Formulário do Anexo II - E-mail:** pssinfrabelojardim@gmail.com	**14 a 17 de Novembro de 2025.**
Divulgação dos recursos referente à solicitação de isenção da taxa de inscrição e para os para os candidatos que se inscreveram para concorrer a uma das vagas reservadas às pessoas com deficiência (RPD).	**18 de Novembro de 2025.**
Data limite para o pagamento da inscrição – Para o candidato que optou pagar via boleto bancário e/ou candidato que optou pagar via transferência PIX .	**19 de Novembro de 2025.**
Data limite para o pagamento da inscrição – Para os candidatos que tiveram solicitação indeferida da taxa de inscrição após recursos.	**19 de Novembro de 2025.**
Divulgação das inscrições deferidas – AC e RPD.	**21 de Novembro de 2025.**
Prazo para interposição de recursos quanto às inscrições indeferidas - apenas para candidatos que comprovem inscrição mediante comprovante de pagamento. Formulário do Anexo II - E-mail: pssinfrabelojardim@gmail.com	**24 e 25 de Novembro de 2025.**
Divulgação das inscrições deferidas após prazo de recursos.	**26 de Novembro de 2025.**
Lista de concorrência.	**26 de Novembro de 2025.**
ENTREVISTA E AVALIAÇÃO CURRÍCULAR - NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROVA PRÁTICA.	
Edital de convocação para as Entrevistas (Data, local e horário)	**27 de Novembro de 2025.**

Resultado preliminar da entrevista e análise curricular.	**09 de Dezembro de 2025.**
Interposição de eventuais recursos referente à nota da avaliação curricular e da entrevista. Formulário do Anexo II - E-mail: pssinfrabelojardim@gmail.com	**10 e 11 de Dezembro de 2025.**
Julgamento dos recursos referente à nota da avaliação curricular e da entrevista.	**12 de Dezembro 2025.**
Divulgação do resultado definitivo da entrevista e análise curricular.	**12 de Dezembro 2025.**
Edital de convocação para a Prova prática (para as funções com Prova Prática).	**12 de Dezembro 2025.**
Resultado Preliminar da prova Prática	**19 de Dezembro 2025.**
Interposição de eventuais recursos referente à nota da Prova Prática	**22 e 23 de Dezembro 2025.**
Julgamento dos recursos referente à nota da Prova Prática	**24 de Dezembro 2025.**
Resultado final de todas as fases	**26 de Dezembro 2025.**

ANEXO II
MODELO DE FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE EVENTUAIS RECURSOS.
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM – PE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO

NOME COMPLETO:
E-MAIL:
FUNÇÃO:
Fundamentação e argumentação lógica:
DATA: / /
ASSINATURA:

ANEXO III
ATIVIDADES PROFISSIONAIS E OUTRAS ATIVIDADES

1. ATIVIDADES PROFISSIONAIS	
Discriminação e Requisitos	**Ano por efetivo Exercício**
Efetivo exercício profissional, não concomitante, em atividade em área objeto a função que concorrerá; **10 (dez) pontos** – para experiência comprovada de **6 (seis) meses**; **20 (vinte) pontos** – para experiência comprovada de **1 (um) ano**; **30 (trinta) pontos** – para experiência comprovada de **2 (dois) anos**. Contabiliza no máximo 2 (dois) anos; Nota máxima 30 (trinta) pontos.	
2. OUTRAS ATIVIDADES	
Discriminação e Requisitos	**Quantidade de cursos**
Curso de Formação, Capacitação, palestras, conferências e Aperfeiçoamento na área objeto a função que concorrerá, realizado dentro dos últimos dois anos e com exigência de frequência e duração mínima de 08 horas. 10 (dez) pontos para cada curso; Contabiliza no máximo 2 (dois) cursos; Nota máxima 20 (vinte) pontos.	
FUNÇÃO:	
CANDIDATO:	

ANEXO IV
SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nos termos do Edital do Processo Seletivo nº 001/2025 da Prefeitura Municipal de Belo Jardim-PE, solicito a isenção do pagamento da taxa de inscrição.			
IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE			
NOME:			
FUNÇÃO PRETENDIDO:			
ENDEREÇO:		Nº	
BAIRRO		CEP:	
CIDADE/UF:		CONTATO:	
CPF:		RG	
E-MAIL:			
NIS – NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL			
OBSERVAÇÃO: Não serão acatados pedidos de isenção que não se enquadrem nos itens 4, 4.1, 4,2 4,3 4,5 do Edital Processo Seletivo nº 001/2025 da Prefeitura Municipal de Belo Jardim-PE, seja qual for o motivo alegado. Somente o preenchimento da solicitação de isenção não implica na efetivação da inscrição.			
DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição do Processo Seletivo, que atendo plenamente à condição estabelecida nos itens 4, 4.1, 4,2 4,3 4,5 do Edital Processo Seletivo nº 001/2025 da Prefeitura Municipal de Belo Jardim-PE, bem como a lei federal nº 13.656/2018. Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de inteira responsabilidade minha, podendo a Comissão de acompanhamento e fiscalizadora, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do certame, podendo adotar as medidas cabíveis contra a minha pessoa. Belo Jardim- - PE, de de 2025. **Assinatura do Candidato**			
PROTOCOLO: Para uso exclusivo da Comissão de acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo ( ) Deferido( ) Indeferido			

ANEXO V
ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES - PROCESSO SELETIVO

AGENTE ADMINISTRATIVO: Prestar informações e orientações ao público sobre serviços, trâmites e procedimentos administrativos; Realizar atendimento presencial, telefônico, por e-mail ou por sistemas eletrônicos de informação; Registrar e encaminhar solicitações, reclamações e demandas da população ou de outros setores. Receber, conferir, protocolar e encaminhar documentos, ofícios, memorandos e processos administrativos; Controlar prazos e acompanhar o andamento de processos internos e externos; Manter registros atualizados de entrada e saída de correspondências e documentos oficiais. Classificar, organizar, arquivar e desarquivar documentos conforme normas técnicas e legislação aplicável; Zelar pela integridade e sigilo de documentos sob sua guarda; Apoiar ações de digitalização e gestão eletrônica de documentos. Redigir minutas de documentos, ofícios, atas, memorandos, relatórios e e-mails oficiais; Alimentar e manter atualizados os sistemas informatizados de gestão pública

(ex: protocolo, recursos humanos, financeiro, saúde, educação, etc.); Realizar controle e conferência de dados, planilhas, cadastros e formulários administrativos. Apoiar no controle de frequência de servidores, férias, licenças e outras rotinas de recursos humanos; Auxiliar no controle de estoque de materiais de escritório e bens patrimoniais; Solicitar, registrar e acompanhar requisições de materiais e serviços. Auxiliar na elaboração de documentos administrativos para processos de compras e licitações; Conferir documentos fiscais, empenhos, contratos e relatórios financeiros; Cumprir prazos legais e normativos no envio e controle de documentos contábeis e administrativos. Executar suas atividades conforme legislação vigente, regulamentos internos, normas técnicas e orientações superiores; Observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no serviço público; Zelar pelo bom uso dos equipamentos e materiais sob sua responsabilidade.

AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA: Efetuar a varrição de ruas, praças, calçadas, avenidas, parques, feiras e demais logradouros públicos, reunindo e ensacando resíduos e detritos; Realizar a coleta de resíduos sólidos (domésticos, comerciais e recicláveis), acondicionando e transportando o material até os veículos coletores; Auxiliar na limpeza de bocas de lobo, bueiros, sarjetas e outras estruturas de drenagem urbana; Lavar, quando necessário, vias públicas, monumentos, mobiliário urbano e áreas de grande circulação; Remover cartazes, faixas e materiais afixados irregularmente em espaços públicos; Executar a limpeza de pontos de descarte irregular de lixo e entulhos; Comunicar à chefia imediata ocorrências anormais identificadas durante a execução do serviço (acidentes, animais mortos, resíduos perigosos, etc.); Zelar pela integridade dos equipamentos, ferramentas e materiais utilizados no desempenho de suas funções; Utilizar corretamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e observar normas de segurança e higiene do trabalho; Desenvolver outras atividades correlatas, conforme determinação da chefia imediata.

AJUDANTE DE PEDREIRO: Limpar e organizar canteiros de obras; Transportar ferramentas, materiais de construção e equipamentos; Montar e desmontar andaimes, estruturas provisórias e barreiras de segurança (sob supervisão). Preparar massas de cimento, concreto, argamassa e outros materiais; Passar e manusear ferramentas como pás, enxadas, marretas, baldes, carrinhos de mão, entre outros; Auxiliar no assentamento de tijolos, colocação de blocos, concreto, pisos e revestimentos; Contribuir na execução de reboco, chapisco e demais serviços sob orientação do pedreiro. Ajudar na demolição e remoção de estruturas danificadas; Realizar a limpeza pós-serviço das áreas trabalhadas; Recolher entulhos e resíduos de construção, descartando corretamente; Apoiar na abertura de valas, escavações e preparação de solo para fundações ou drenagem. Utilizar corretamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Cumprir normas de segurança e colaborar para a prevenção de acidentes; Comunicar à chefia imediata qualquer condição de risco identificada no ambiente de trabalho. Apoiar outras equipes de obras públicas em demandas correlatas; Auxiliar em pequenos reparos ou manutenções emergenciais de prédios e vias públicas; Cumprir ordens de serviço e rotinas operacionais definidas pelos superiores.

ASSENTADOR DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO (BATEDOR DE PEDRA): Fazer a limpeza da área destinada à pavimentação; Executar a escavação, terraplanagem e nivelamento do solo; Compactar o subleito com ferramentas manuais ou mecânicas; Auxiliar na instalação de meio-fio, sarjetas e elementos de drenagem. Realizar o posicionamento manual de paralelepípedos de acordo com o traçado e alinhamento definidos; Assentar as pedras sobre camada de pó de pedra, brita ou areia, observando o nivelamento e o encaixe entre as peças; Aplicar o rejuntamento com areia ou outro material especificado; Utilizar ferramentas como marreta, régua, nível, linha de pedreiro e outras de construção civil. Identificar e remover paralelepípedos danificados ou fora de nível; Refazer a base ou sub-base comprometida antes da reposição das pedras; Reassentar trechos deteriorados, corrigindo buracos, desníveis e afundamentos. Seguir especificações técnicas e orientações superiores sobre tipos de materiais, padrões de calçamento e acabamento; Utilizar adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Isolar áreas de trabalho em via pública para segurança de pedestres e veículos. Transportar materiais, ferramentas e equipamentos até o local da obra; Carregar e descarregar paralelepípedos, areia, brita e demais insumos; Auxiliar na execução de outras atividades de infraestrutura urbana, como drenagem pluvial, assentamento de meio-fio ou construção de passeios públicos, quando necessário.

FISCAL DE LIMPEZA PÚBLICA: Acompanhar a execução dos serviços de varrição, capina, poda, coleta de resíduos e demais atividades de limpeza urbana; Verificar a frequência, qualidade e adequação dos serviços executados ao que foi contratado ou determinado; Vistoriar áreas públicas para identificar acúmulo de lixo, descarte irregular ou necessidades de limpeza. Supervisionar e conferir a atuação de empresas terceirizadas responsáveis pela limpeza urbana; Verificar cumprimento de cronogramas, rotas e padrões de execução contratados; Relatar não conformidades e sugerir providências administrativas à chefia. Preencher relatórios diários de fiscalização, com registros fotográficos e descrição das situações encontradas; Emitir notificações, autos de infração ou advertência, quando autorizado por legislação municipal; Manter registros atualizados de ocorrências e demandas da população. Esclarecer dúvidas de munícipes sobre horários de coleta, descarte adequado de resíduos, limpeza de terrenos e normas municipais; Atuar em campanhas educativas de conscientização sobre limpeza urbana, reciclagem e descarte regular; Mediar conflitos e reclamações relacionadas à limpeza pública, zelando pelo interesse público. Solicitar apoio de outros setores da Prefeitura (como Meio Ambiente, Obras, Saúde ou Trânsito) quando necessário; Encaminhar demandas que exijam intervenção de outros órgãos, como retirada de entulhos, limpeza de terrenos particulares ou remoção de animais mortos. Assegurar o cumprimento de leis, decretos e normas municipais relacionadas à limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos; Colaborar na elaboração de relatórios técnicos, pareceres e sugestões de melhoria nos serviços urbanos; Atuar com ética, transparência e respeito no atendimento à população e no exercício do poder de fiscalização.

MOTORISTA DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO: Dirigir o caminhão compactador nas rotas previamente definidas para a coleta de lixo domiciliar e resíduos urbanos; Manobrar o veículo em ruas estreitas, ladeiras e outros locais de difícil acesso, com atenção à segurança de pedestres e da equipe de coleta; Cumprir os itinerários, horários e escalas estabelecidos pela chefia imediata. Verificar as condições de funcionamento do veículo antes do início da jornada (freios, luzes, pneus, nível de óleo, combustível, sistema de compactação, etc.); Acionar o sistema hidráulico de compactação, sempre que necessário e com segurança; Comunicar à equipe de manutenção qualquer falha ou defeito identificado no veículo. Coordenar, junto com o encarregado, a movimentação do veículo para facilitar a carga de resíduos pelos coletores; Auxiliar na organização da coleta, respeitando os limites de carga e as normas sanitárias; Manter postura colaborativa e respeitosa com os garis e demais servidores da equipe. Manter registro diário das atividades realizadas, incluindo quilometragem, consumo de combustível, pontos de coleta atendidos e eventuais ocorrências; Preencher relatórios de uso do veículo, quando exigido pela administração. Manter o caminhão limpo e em bom estado de conservação, interna e externamente; Conduzir o veículo de forma econômica e preventiva, reduzindo riscos de acidentes e desgaste prematuro. Observar as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), leis ambientais e regulamentações específicas do serviço público; Usar obrigatoriamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos; Respeitar normas internas da administração e orientações superiores.

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS (TRATOR, RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA): Operar as máquinas em conformidade com os procedimentos técnicos e operacionais definidos, executando tarefas como escavações, abertura de valas, movimentação de terra, remoção de entulhos, reaterros e outras atividades pertinentes; Inspecionar diariamente as condições do equipamento antes do início das atividades, verificando níveis de óleo, água, combustível, estado dos pneus ou esteiras, sistema hidráulico e demais componentes; Preencher registros de controle de operação e manutenção, comunicando à supervisão imediata quaisquer anomalias ou necessidade de manutenção preventiva ou corretiva; Zelar pela conservação e bom estado de funcionamento da máquina, adotando práticas adequadas de operação e cuidados durante a jornada de trabalho; Executar as atividades conforme as normas de segurança do trabalho, meio ambiente e saúde ocupacional, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) obrigatórios e respeitando a sinalização e os procedimentos estabelecidos; Apoiar as equipes de campo no desenvolvimento das frentes de trabalho, atuando de forma colaborativa e contribuindo para o cumprimento dos cronogramas físicos da obra; - Interpretar orientações técnicas e croquis operacionais, assegurando a execução correta dos serviços conforme os projetos ou instruções da fiscalização/supervisão; Realizar pequenos deslocamentos com a máquina dentro da área de trabalho ou em vias públicas, quando devidamente autorizado e habilitado, obedecendo às regras de trânsito e segurança; Participar de treinamentos periódicos e reuniões de segurança, mantendo-se atualizado quanto às boas práticas de operação e às diretrizes da organização.

PEDREIRO: Assentar tijolos, blocos e outros materiais para construção de paredes, muros, divisórias e outras estruturas; Preparar e aplicar argamassa, concreto e outros materiais de ligação ou acabamento; Montar formas para concretagem de colunas, vigas, lajes e fundações; Realizar trabalhos de chapisco, emboço, reboco e acabamento em superfícies internas e externas. Construir e reparar calçadas, meios-fios, rampas de acesso e pavimentações em geral; Participar da execução de obras de drenagem (bocas de lobo, sarjetas, canaletas, caixas de inspeção, etc.); Consertar estruturas danificadas em prédios públicos, escolas, postos de saúde, praças, entre outros; Auxiliar na execução de pequenas reformas hidráulicas ou sanitárias quando necessário. Medir e cortar materiais conforme as dimensões do projeto; Preparar e aplicar massas de assentamento e acabamento (cimento, areia, cal, argamassa, etc.); Utilizar ferramentas e equipamentos manuais e elétricos (nível, prumo, régua, betoneira, trena, etc.); Zelar pela conservação, limpeza e guarda das ferramentas e equipamentos utilizados. Ler e interpretar plantas, croquis e esquemas técnicos simples; Executar as obras conforme especificações e orientações da equipe técnica (engenheiros, arquitetos ou chefia imediata); Ajustar medidas e corrigir imperfeições nas estruturas durante o processo de construção. Utilizar corretamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho em canteiros de obra; Isolar áreas de risco e sinalizar devidamente os locais de trabalho em via pública ou prédios. Auxiliar no treinamento de ajudantes e serventes designados para apoio nas obras; Apoiar outros serviços de infraestrutura urbana, quando solicitado; Executar outras tarefas correlatas a função, conforme designação superior.
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES: Elaborar, interpretar e atualizar projetos de edificações, plantas, desenhos técnicos e croquis; Acompanhar e fiscalizar obras e serviços de construção, reforma e manutenção de edificações públicas, verificando a conformidade com os projetos, cronogramas, memoriais e normas técnicas; Efetuar levantamentos topográficos, medições de áreas, volumes e distâncias, e realizar cálculos de materiais e custos; Preparar orçamentos, planilhas de quantitativos, memoriais descritivos e relatórios técnicos; Inspecionar a qualidade dos materiais empregados, o desempenho das equipes e o cumprimento das normas de segurança do trabalho; Controlar a execução físico-financeira das obras, elaborando relatórios de acompanhamento e progresso; Vistoriar imóveis públicos e privados, emitindo pareceres técnicos sobre condições estruturais, regularizações e manutenções necessárias; Operar softwares técnicos específicos (CAD, planilhas, ferramentas BIM e outros); Colaborar com engenheiros, arquitetos e demais profissionais na elaboração de projetos e planejamento de obras; Cumprir e fazer cumprir as normas técnicas da ABNT, o Código de Obras e demais legislações municipais, estaduais e federais pertinentes à construção civil.
VIGILANTE: Controlar o acesso de pessoas, veículos e materiais a áreas públicas restritas; Vigiar e proteger instalações públicas, bens móveis e imóveis sob responsabilidade do órgão; Observar e identificar movimentações suspeitas e adotar medidas preventivas para evitar furtos, danos ou invasões. Realizar rondas periódicas internas e externas, a pé ou com auxílio de veículos, seguindo roteiros definidos pela chefia; Verificar portas, janelas, grades, portões, sistemas de iluminação e câmeras, assegurando que estejam em perfeito estado; Acionar autoridades competentes em caso de ocorrências fora da sua alçada (como Polícia Militar, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros). Identificar, registrar e orientar visitantes, servidores, prestadores de serviço e fornecedores; Registrar entradas e saídas em livro próprio ou sistemas eletrônicos, quando disponíveis; Impedir o acesso não autorizado e aplicar medidas previstas nos protocolos de segurança. Identificar riscos de acidentes, incêndios, alagamentos ou situações de emergência e comunicar imediatamente à chefia; Acionar alarmes e dispositivos de segurança, se necessário; Prestar primeiros socorros básicos até a chegada de atendimento especializado, quando capacitado. Informar a chefia sobre ocorrências como quebra de equipamentos, extravio de materiais ou movimentações fora do comum; Preencher relatórios de ocorrências, livros de ronda e registros de irregularidades; Conservar os equipamentos de segurança e comunicação sob sua responsabilidade.

Publicado por:
Maria Gabriela Dos Santos Monteiro
Código Identificador:7BB6EA05

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE DORMENTES

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DORMENTES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 015/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 022/2025

Objeto: Contratação de serviços de confecção, inclusos arte gráfica e instalação de vinil autoadesivos perfurados, placas em acrílico, quadro de galeria de vereadores em acrílico, quadro do presidente em acrílico e crachás de identificação dos servidores.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A **CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DORMENTES**, no exercício das suas atribuições, apresenta para os fins administrativos a que se destinam as suas considerações e decisões acerca do processo de dispensa de licitação.

HABILITADA: JNT INTELIGÊNCIA GRÁFICA LTDA ,inscrito no CNPJ: 14.183.866/0001-90

DA RELAÇÃO DE ITENS E VALORES:

O vencedor apresentou os seguintes valores, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant./ UND	Valor unitário	Valor Total
1	Confecção e instalação de vinil autoadesivo perfurado, com qualidade de impressão digital a base de solvente, com resolução mínima 1440 dpi, aplicação interna em superfície de vidro liso, tecnologia que permite visibilidade unilateral (para fora do ambiente), medindo 3,00 x 2,20 m	01	R$ 1.140,00	R$ 1.140,00
2	Confecção e instalação de vinil autoadesivo perfurado, com qualidade de impressão digital a base de solvente, com resolução de no mínimo 1440 dpi, aplicação interna em superfície de vidro liso, tecnologia que permite visibilidade unilateral (para fora do ambiente), medindo 2,10 x 2,15 m	01	R$ 857,85	R$ 857,85
3	Confecção e instalação de vinil autoadesivo perfurado, com qualidade de impressão digital a base de solvente, com resolução de no mínimo 1440 dpi, aplicação interna em superfície de vidro liso, tecnologia que permite visibilidade unilateral (para fora do ambiente), medindo 2,10 x 2,50 m	01	R$ 997,50	R$ 997,50
4	Confecção de quadro galeria de vereadores em acrílico transparente 3mm, arte e design com fotos impressas em adesivo vinil de alta durabilidade, impressão digital a base de solvente. Tamanho 1,00 x 0,80 cm	01	R$ 1.120,00	R$ 1.120,00
5	Confecção de quadro galeria do presidente em acrílico transparente 3mm, arte e design com foto impressa em adesivo vinil de alta durabilidade, impressão digital a base de solvente. Tamanho 1,00 x 0,80	01	R$ 1.120,00	R$ 1.120,00
6	Confecção de placas em acrílico 3mm com medidas de 30cm x 10cm com nome de identificação para vereadores escrita em cor preta com duas linhas, na primeira linha o nome do vereador e na segunda o termo vereador ambos em caixa alta 3D	11	R$ 75,00	R$ 825,00
7	Confecção de crachás de identificação em pvc laminado de alta qualidade medindo 5,4 cm x 8,6 cm, espessura 0,75 mm, orientação vertical com contos arredondados, impressão digital em alta qualidade, com brasão da república e personalização a definir, itens complementares: cordão com prendedor do tipo jacaré e porta crachá.	19	R$ 25,00	R$ 475,00

DA CONCLUSÃO
Ante o exposto, declaro habilitada e vencedora **JNT INTELIGÊNCIA GRÁFICA LTDA**, inscrita no CNPJ: **14.183.866/0001-90.** Com valor global de **R$ 6.535,35 (Seis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos)**
A contratação se formalizará através da emissão de Nota de Empenho.

Dormentes-PE, 17 de novembro de 2025.

LOMANTO JOSÉ FERREIRA
Presidente da Câmara de Vereadores de Dormentes

Publicado por:
Paola Bean
Código Identificador:F6757520

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ESCADA

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 091/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2025

Ao 13º (décimo terceiro) dia do mês de novembro de 2025, de um lado o **MUNICÍPIO DE ESCADA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e Foro da Comarca da Escada, Estado de Pernambuco, localizada à Avenida Doutor Antônio de Castro, nº 680, Jaguaribe, Escada-PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.294.303/0001-80, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Finanças e Ordenador de Despesas o Sr. **JANDELSON GOUVEIA DA SILVA**, brasileiro, casado, agrônomo, portador da Cédula de Identidade n° 2.410.089 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob n° 401.268.204-06, residente na Rua Flora do Santos Silveira, nº 115, Bela Vista, Escada-PE, CEP 55.500-000, no uso da atribuição que lhe confere o ORIGINAL, neste ato denominados simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025** e de outro lado, a(s) Empresa(s) adjudicatária(s) nos itens abaixo, Homologada em 12/11/2025, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Decreto nº 11.462/2023 de 31/03/2023, que regulamenta os Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as Cláusulas que se seguem:

DO OBJETO
1.1 **REGISTRO DE PREÇOS POR LOTE, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVO PARA USO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DA ESCADA.**
1.2 Conforme especificações do Processo Originário, a prestação dos serviços será realizada continuamente.
1.3 A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a DETENTORA DA ATA ou a contratar a totalidade dos serviços registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à DETENTORA DA ATA a preferência em igualdades de condições.

DA(S) DETENTORA(S) DA ATA
Empresa: ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ Nº 53.571.459/0001-01, com sede à Rodovia BR 423, S/N, Lot. Planalto do Quilombo, Quadra 06, Lote R – Dom Thomaz Postma - Garanhuns/PE, CEP: 55.293-000, e-mail: elloelladistribuidora@hotmail.com, Telefones: (87) 3025-0632 / 08836-3257, neste ato representada pela Sra. **LETÍCIA RABÊLO FERREIRA**, brasileira, empresária, portadora do RG. Nº 40072029 – SDS/AL, e do CPF nº 136.619.234-63, conforme ato constitutivo da empresa ou procuração apresentada nos autos.

DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS
3.1. Figura como PARTICIPANTE da presente Ata de Registro de Preços a Fundo Municipal de Saúde, de Desenvolvimento Social e da Educação, com os quantitativos estimados abaixo definidos:
3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

DO PREÇO
4.1. A **DETENTORA DA ATA** se compromete a executar o(s) serviço(s) registrados, de acordo com os seguintes preços:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Marca	Modelo	QTD	Vl. Unit.	Vl. Total
4	36	CONJUNTO PARA JOGO DE XADREZ, OFICIAL. ACOMPANHA TABULEIRO EM CORVIN COM CASA DE 5X5, PEÇAS EM PLÁSTICO MACIÇO, COM REI DE 9,5CM, MAIS SACOLINHA PARA GUARDAR AS PEÇAS.	Unidades	XALINGO	CONJUNTO XADREZ OFICIAL	130	R$ 53,86	R$ 7.001,80
4	37	JOGO DE XADREZ GIGANTE COM TABULEIRO. PRODUZIDO EM PLÁSTICO RESISTENTE COM TRATAMENTO UV, 32 PEÇAS DE 25 CM DE DIÂMETRO; ALTURA VARIÁVEL 62 CM A PEÇA MAIOR (REI) E 30 CM A PEÇA MENOR (PEÃO). CORES: PRETO, BRANCO, VERMEHO E AZUL.	Unidades	JAEHRIG	XADREZ GIGANTE 32 PEÇAS	2	R$ 3.675,50	R$ 7.351,00
4	38	MURAL XADREZ CONVENCIONAL. ESPECIFICAÇÕES: MEDIDAS DO TABULEIRO: 70CM X 80CM MEDIDAS DAS CASAS: 7,5CM X 7,5CM TABULEIRO: COURVIN PEÇAS: PVC.	Unidades	JAEHRIG	MURAL XADREZ CONVENCIONAL	15	R$ 312,96	R$ 4.694,40
4	39	RELÓGIO DE XADREZ ANALÓGICO COM ESTRUTURA MECÂNICA COM BOTÃO DE INÍCIO TEMPORIZADO. FÁCIL OPERAÇÃO. TEMPO PRECISO. TELA GRANDE PARA LER. ADEQUADO PARA TODOS OS TIPOS DE CRONOMETRAGEM DE JOGOS DE XADREZ. MATERIAL RESISTENTE.	Unidades	JAEHRIG	RELÓGIO XADREZ ANALÓGICO	24	R$ 214,65	R$ 5.151,60
5	40	MESA DE TÊNIS DE MESA	Unidades	KLOPF	MESA TÊNIS MESA	15	R$ 1.711,80	R$ 25.677,00

		DOBRÁVEL COM SUPORTE PARA REDE, TÊNIS DE MESA PING PONG EM MDP COM MEDIDAS OFICIAIS.			DOBRÁVEL			
5	41	KIT TÊNIS DE MESA. INCLUI 2 RAQUETES DE MADEIRA REVESTIDAS DE BORRACHA E 3 BOLAS DE POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPESSURA E PRECISÃO IDEAL.	Unidades	KLOPF	KIT TÊNIS MESA 5 PEÇAS	30	R$ 51,90	R$ 1.557,00
5	42	KIT DE BADMINTON COM 05 PEÇAS, 2 RAQUETES E 3 PETECAS. ESPECIFICAÇÃO DA RAQUETE: PRODUZIDA EM GRAFITE DE ALTA MODULAÇÃO, PESANDO 90G, MEDINDO 662 MM DE COMPRIMENTO, EQUILÍBRIO DE 295MM, FLEXIBILIDADE: MÉDIA. ESPECIFICAÇÃO DA PETECA: TAMANHO 3, EM NYLON, COR BRANCA. COM BOLSA PARA TRANSPORTE.	Unidades	VOLLO	KIT BADMINTON 5 PEÇAS	60	R$ 153,80	R$ 9.228,00
5	43	FUTMESA: TAMPO EM MDF DE 15MM RESISTENTE A ÁGUA COM LAMINAÇÃO FOSCA PARA PROTEÇÃO NA LATERAL PROTEÇÃO DE BORRACHA, REDE FEITA EM VIDRO DE 10MM, TEMPERADO DE ALTISSIMA RESISTENCIA, TODA A BASE FEITA EM AÇO, PINTURA COM TINTA AUTOMOTIVA FOSCA. AS MEDIDAS SÃO: O PONTO MAIS BAIXO É DE 56CM E O PONTO MAIS ALTO DE 76CM. COM 2,75M DE COMPRIMENTO E 1,70M DE LARGURA.	Unidades	FÁCIL ESPORTES	MESA FUTMESA COMPLETA	10	R$ 3.492,68	R$ 34.926,80
7	48	MALETA PARA PRIMEIROS SOCORROS - EM PVC – COM ALÇA PARA TRANSPORTE, COR BRANCA COM DETALHES VERMELHOS. COM PELO MENOS 2 BANDEJAS ARTICULADAS. MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 30 CM, LARGURA 20 CM, ALTURA 15CM.	Unidades	ARQPLAST	MALETA PRIMEIROS SOCORROS	10	R$ 40,20	R$ 402,00
7	49	BOLSA TÉRMICA PARA MASSAGISTAS. ESPECIALMENTE PARA OS PROFISSIONAIS QUE CUIDAM DE ATLETAS E FAZEM ATENDIMENTO NO CAMPO/QUADRA. FECHAMENTO COM ZÍPER. 4 BOLSOS LATERAIS EXTERNOS, ALÇA PARA TRANSPORTE, MATERIAL POLIÉSTER ESTILO NYLON, MEDIDAS MÍNIMAS: 28CM ALT. X 40CM LARG. X 23CM COMP. ACOMPANHA: 1 BALDE DE ISOPOR PARA GELO + 2 GARRAFINHAS PLÁSTICAS DE ÁGUA + 2 BISNAGAS PLÁSTICAS.	Unidades	MERCUR	BOLSA TÉRMICA MASSAGISTA	10	R$ 172,30	R$ 1.723,00
7	50	SUPORTE GARRAFÃO DE ÁGUA 20 LITROS. NÃO REFRIGERADO, EM POLIPROPILENO RESISTENTE, COM TORNEIRA.	Unidades	HERC	SUPORTE GARRAFÃO 20L	20	R$ 33,20	R$ 664,00
7	51	TAPETE (TIPO CAPACHO) FEITO EM FIBRA DE VINIL (PVC), ESPESSURA 0,12MM, COMPRIMENTO 1,20M, LARGURA 0,60. CORES VERMELHO/AZUL.	Unidades	KAPAZI	TAPETE PVC 1,20M X 0,60M	8	R$ 141,23	R$ 1.129,84
VALOR TOTAL								R$ 99.506,44

4.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da Ata será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que exista saldo disponível na ata e seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

5.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.3. As quantidades registradas poderão ser renovadas, desde que haja previsão na fase de planejamento da contratação e no ato convocatório.

DO REAJUSTE

6.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE.

6.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

6.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 10 (dez) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

6.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 7.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

7.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 7.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.
7.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:
Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.
7.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.
7.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.
7.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 7.3, a **DENTENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.
7.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados. Caso a proposta de redução tenha repercussão na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, somente será aceita se:
a) respeitar o intervalo mínimo de 20% em relação ao preço registrado.
b) houver comunicação às detentoras dos demais itens/lotes espelhados, facultando-lhes oportunidade de apresentar nova proposta.
7.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.
7.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA ATA

8.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, consumindo-se os demais lotes nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.
8.2. Se a mesma empresa vencer a licitação nas cotas ampla e reservada, ou vencer em mais de um item/lote espelhado, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, devendo ser contratados os demais itens/lotes em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.
8.3. Se empresas distintas vencerem cotas ampla e reservada com preços iguais, a cota reservada terá prioridade de contratação.
8.4. Se empresas distintas venceram itens/lotes espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.
8.5. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no item 8.4, o **GERENCIADOR** deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.
9.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, respeitado o prazo de vigência da Ata.
9.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 03 dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.
9.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.
9.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas no Edital.
9.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.
9.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.
9.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.
9.7. Nas hipóteses do item 9.5 e 9.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.
9.8. A contratação individual de itens registrados em lotes de forma aglutinada somente será admitida se o edital previu critério de aceitabilidade dos preços unitários máximo e se for comprovada a vantajosidade da contratação mediante prévia pesquisa de mercado ou demonstração de que o deságio obtido no valor do item é igual ou superior ao do lote globalmente considerado.

DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

10.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:
10.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
10.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Portal Nacional de Contratações Públicas;
10.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;
10.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;
10.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;
10.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
10.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
10.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
10.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

11.1. A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a:
11.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
11.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação;
11.1.3. Assinar os contratos decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.
11.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
11.1.5. Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR.
12.2. Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.
12.3. A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
12.4. A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.
12.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do GERENCIADOR.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:
13.1.1. Descumprir as condições nela previstas;
13.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;
13.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;
13.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
13.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;
13.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Escada-PE, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.
13.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.
13.3. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.
13.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 13.1.6.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:
14.1.1. não assinar o contrato decorrente desta Ata dentro do prazo estipulado;
14.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;
14.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.
14.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:
14.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 14.1.1 desta Ata;
14.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 14.1.2 e 14.1.3. desta Ata.
14.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Município de Escada, nos seguintes casos e condições:
14.3.1. na infração prevista no item 14.1.1: de 6 a 12 meses;
14.3.2. nas infrações previstas nos itens 14.1.2. e 14.1.3: até 6 meses.
14.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.
14.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito da Comissão Permanente de Apuração e Aplicação de Penalidades – CPAAP, instituída pela Secretaria de Gestão Integrada, no caso de cometimento da infração prevista no item 14.1.1, e do **GERENCIADOR,** quando se tratar das infrações previstas nos itens 14.1.2 e 14.1.3.

DA PUBLICAÇÃO

15.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Escada-PE para os litígios decorrentes deste instrumento, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Escada-PE, 13 de novembro de 2025.

Município De Escada	Elloella Distribuidora LTDA
CNPJ Nº 11.294.303/0001-80	CNPJ Nº 53.571.459/0001-01
JANDELSON GOUVEIA DA SILVA	***LETÍCIA RABÊLO FERREIRA***
Secretário Municipal de Finanças	Representante legal
Ordenador de Despesas	Empresa Registrada
Órgão Gerenciador	

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF :	CPF :

R.G. :	R.G :

Publicado por:
Daiany Valeria Lima da Silva
Código Identificador:AD23C047

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00038/2025

Aos 07 dias do mês de Novembro de 2025, na sede do Setor de Contratação do Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, Estado de Pernambuco, localizada na Rua Santos Dumont - Centro - Feira Nova - PE, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Decreto Municipal nº 73 PMFN/PE, de 17 de Novembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00016/2025 que objetiva o registro de preços para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA–PE; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA - CNPJ nº 11.472.134/0001-21.

VENCEDOR: GDA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA.						
CNPJ: 08.281.458/0001-78						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
6	ROTEADOR TIPO LINHA: IP SEM FIO, PROTOCOLO LAN: 4 PORTAS LAN 10, PROTOCOLO WAN: 1 PORTA 10/100/1000MBPS, VELOCIDADE: 1.266MBPS, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220V, RECURSO SEGURANÇA: WPA – WPA2 – WPS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 4 ANTENAS, COBERTURA ATÉ 200M, TIPO ARQUITETURA: DUAL BAND: PADRÃO WIFI 2,4GHZ (ATÉ 400MBPS) E 5GHZ	Archer C6 | Roteador Wi–Fi Gigabit Dual–	UND	15	245,00	3.675,00
TOTAL						3.675,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00016/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representado pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem

como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00016/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- GDA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA..
08.281.458/0001-78
Valor: R$ 3.675,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Feira Nova.

DANIELLE CHAVES GOMES DA SILVA	***GDA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA.***
Secretária Municipal De Saúde	

Publicado por:
Edilson Severino da Silva
Código Identificador:58E6C439

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00040/2025

Aos 07 dias do mês de Novembro de 2025, na sede do Setor de Contratação do Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, Estado de Pernambuco, localizada na Rua Santos Dumont - Centro - Feira Nova - PE, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Decreto Municipal nº 73 PMFN/PE, de 17 de Novembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00016/2025 que objetiva o registro de preços para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA–PE; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA - CNPJ nº 11.472.134/0001-21.

VENCEDOR: 3S SECURITY TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA						
CNPJ: 19.140.331/0001-55						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
11	TABLET TELA: 9.1 A 10POL, MEMÓRIA RAM: ATÉ 4GB, ARMAZENAMENTO INTERNO: SUPERIOR A 32GB, ARMAZENAMENTO EXTERNO: SEM ARMAZENAMENTO EXTERNOGB, PROCESSADOR: OCTA CORE OU SUPERIOR, CÂMERA FRONTAL: ATÉ 8MPX, CÂMERA TRASEIRA: ATÉ 8MPX, CONECTIVIDADE: WI–FI / 3G / 4G / BLUETOOTH, SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: MODELO DE REFERÊNCIA O SAMSUNG TAB A9.	SAMSUNG	UND	5	740,00	3.700,00
TOTAL						3.700,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00016/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representado pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por

acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00016/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- 3S SECURITY TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA.
19.140.331/0001-55
Valor: R$ 3.700,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Feira Nova.

DANIELLE CHAVES GOMES DA SILVA	***3S SECURITY TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA***
Secretária Municipal De Saúde	

Publicado por:
Edilson Severino da Silva
Código Identificador:1BBEB54A

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00041/2025

Municipal de Saúde de Feira Nova, Estado de Pernambuco, localizada na Rua Santos Dumont - Centro - Feira Nova - PE, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Decreto Municipal nº 73 PMFN/PE, de 17 de Novembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00016/2025 que objetiva o registro de preços para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA–PE; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA - CNPJ nº 11.472.134/0001-21.

VENCEDOR: HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA						
CNPJ: 19.729.347/0001-06						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
10	SCANNER TIPO: MESA, CROMATISMO: POLICROMÁTICO, RESOLUÇÃO: 600DPI, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 100/240VCA, VELOCIDADE DIGITALIZAÇÃO: 30 PPM, PROFUNDIDADE BIT: 24, TIPO DIGITALIZAÇÃO: CORES, TIPO DRIVES: TWAIN E ISIS, INTERFACE: USB 2.0, TIPO ALIMENTADOR PAPEL: AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF) PARA 50 FOLHAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TECNOLOGIA CCD DUPLO, ÁREA MÁXIMA DIGITALIZAÇÃO: 216 X 356MM, SOFTWARE: OCR, COMPATIBILIDADE: WINDOWS XP/VISTA/7, TIPO ESCANEAMENTO: FRENTE E VERSO UMA ÚNICA PASSAGEM.	CANON	UND	2	1.886,00	3.772,00
TOTAL						3.772,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00016/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representado pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00016/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.
19.729.347/0001-06
Valor: R$ 3.772,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Feira Nova.

DANIELLE CHAVES GOMES DA SILVA	***HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA***
Secretária Municipal De Saúde	

Publicado por:
Edilson Severino da Silva
Código Identificador:DCBBBE4D

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00042/2025

Aos 07 dias do mês de Novembro de 2025, na sede do Setor de Contratação do Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, Estado de Pernambuco, localizada na Rua Santos Dumont - Centro - Feira Nova - PE, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Decreto Municipal nº 73 PMFN/PE, de 17 de Novembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00016/2025 que objetiva o registro de preços para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA–PE; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA - CNPJ nº 11.472.134/0001-21.

VENCEDOR: CAROLINE DISQUE DA SILVA 43529436810						
CNPJ: 40.260.072/0001-92						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
2	NOTEBOOK TELA: SUPERIOR A 14POL, INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE, MEMÓRIA RAM: MINIMO 8GB, NÚCLEOS POR PROCESSADOR: MÍNIMO 6 NÚCLEOS, ARMAZENAMENTO: SSD SUPERIOR ACIMA 240 GB, BATERIA: ATÉ 4 CÉLULAS, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICA, GARANTIA MÍNIMA DO PRODUTO:12 MESES.DECIMA GERAÇÃO	POSITIVO	UND	1	2.540,00	2.540,00
3	NOTEBOOK TELA: SUPERIOR A 14POL, INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE, MEMÓRIA RAM: MINIMO 8GB, NÚCLEOS POR PROCESSADOR: MÍNIMO 4 NÚCLEOS, E 8 THREADS, ARMAZENAMENTO: SSD SUPERIOR ACIMA 240	ASUS	UND	6	2.420,00	14.520,00

	GB, BATERIA: ATÉ 4 CÉLULAS, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICA, GARANTIA MÍNIMA DO PRODUTO:12 MESES.DECIMA GERAÇÃO					
TOTAL						17.060,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00016/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representado pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00016/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- CAROLINE DISQUE DA SILVA 43529436810.
40.260.072/0001-92
Valor: R$ 17.060,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Feira Nova.

DANIELLE CHAVES GOMES DA SILVA	***CAROLINE DISQUE DA SILVA 43529436810***
Secretária Municipal De Saúde	

Publicado por:
Edilson Severino da Silva
Código Identificador:9F60A4BF

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00043/2025

Aos 07 dias do mês de Novembro de 2025, na sede do Setor de Contratação do Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, Estado de Pernambuco, localizada na Rua Santos Dumont - Centro - Feira Nova - PE, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº

123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Decreto Municipal nº 73 PMFN/PE, de 17 de Novembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00016/2025 que objetiva o registro de preços para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA–PE; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA - CNPJ nº 11.472.134/0001-21.

VENCEDOR: DASP COMERCIO E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA						
CNPJ: 52.918.773/0001-55						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
9	PROJETOR MULTIMÍDIA TIPO LÂMPADA: UHE POTÊNCIA LÂMPADA: 200 W VOLTAGEM: 100/240 V FREQÜÊNCIA: 50 A 60 HZ QUANTIDADE ENTRADAS VÍDEO: 1 UN TAMANHO MÍNIMO IMAGEM: 30 POL TIPO ZOOM: MANUAL QUANTIDADE AUTOFALANTES: 1 UN TIPO: TETO E MESA LUMINOSIDADE MÍNIMA: 3.400 LM TIPO FOCO: MANUAL TIPO PROJEÇÃO: FRONTAL/RETROPROJEÇÃO/TETO RESOLUÇÃO: 1920 X 1080 FULL HD CONTRASTE MÍNIMO: 16.000:1	Projetor MSE 4000 HD 4000 Lumens	UND	1	2.289,96	2.289,96
TOTAL						2.289,96

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00016/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representado pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00016/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- DASP COMERCIO E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA.
52.918.773/0001-55
Valor: R$ 2.289,96

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Feira Nova.

DANIELLE CHAVES GOMES DA SILVA	***DASP COMERCIO E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA***
Secretária Municipal De Saúde	

Publicado por:
Edilson Severino da Silva
Código Identificador:F4CB1F24

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00044/2025

Aos 07 dias do mês de Novembro de 2025, na sede do Setor de Contratação do Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, Estado de Pernambuco, localizada na Rua Santos Dumont - Centro - Feira Nova - PE, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Decreto Municipal nº 73 PMFN/PE, de 17 de Novembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00016/2025 que objetiva o registro de preços para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA–PE; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA NOVA - CNPJ nº 11.472.134/0001-21.

VENCEDOR: LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA						
CNPJ: 53.867.026/0001-06						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	MICROCOMPUTADOR MEMÓRIA RAM: NO MÍNIMO 8GB, NÚCLEOS POR PROCESSADOR: MÍNIMO 4 NÚCLEOS, E 8 THREADS ; ARMAZENAMENTO HDD: SEM DISCO HDDGB, ARMAZENAMENTO SSD: MINIMO 240 GB NVME, MONITOR: MINIMO 21 , COMPONENTES ADICIONAIS: COM TECLADO E MOUSE, GABINETE: SLIM; GARANTIA MÍNIMA DO PRODUTO:12 MESES. DECIMA GERAÇÃO	TPLAN	UND	35	1.499,00	52.465,00
TOTAL						52.465,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00016/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Fundo Municipal de Saúde de Feira Nova, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representado pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo

de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00016/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA.
53.867.026/0001-06
Valor: R$ 52.465,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Feira Nova.

DANIELLE CHAVES GOMES DA SILVA	_____
Secretária Municipal De Saúde	***LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA***

Publicado por:
Edilson Severino da Silva
Código Identificador:E5D174F4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE INGAZEIRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 392/2025

Lei nº 392/2025.

Ementa: Orça a Receita e fixa a Despesa do Município de Ingazeira -PE para o exercício de 2025 ea dá outras providências.

LUCIANO TORRES MARTINS, Prefeito Municipal de Ingazeira, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e eu **SANCIONO** o seguinte Ato Normativo:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Ingazeira para o exercício de 2026, determinado pelos anexos integrantes desta Lei, orça a Receita e fixa a Despesa em R$ 62.856.766,00 (sessenta e dois milhões oitocentos e cinquenta e seis mil setecentos e sessenta e seis reais.)

Orçamento Fiscal, referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração Pública Municipal direta e indireta.
Orçamento da seguridade social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos, responsáveis pela saúde, previdência e assistência social.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação na forma da legislação em vigor, especificada em anexos e de acordo com os seguintes desdobramentos:

Receitas Correntes.	**R$**	51.630.766,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R$	1.721.274,00
Contribuições	R$	1.184.000,00
Receita Patrimonial	R$	371.190,00
Receita de Serviços	R$	1.190,00
Transferências Correntes	R$	47.642.112,00
Outras Receitas Correntes	R$	711.000,00
Receitas de Capital	**R$**	6.105.000,00
Operações de Crédito	R$	100.000,00
Alienação de Bens	R$	100.000,00
Transferências de Capital	R$	5.905.000,00
Receitas Correntes. (Intra-Orçamentária)	**R$**	5.121.000,00
Contribuições (Intra-Orçamentária)	R$	4.486.000,00
Outras Receitas Correntes (Intra-Orçamentária)	R$	635.000,00
Total.		**62.856.766,00**

Art. 3º - A Despesa será realizada através das Unidades Orçamentárias, mediante o Programa de Trabalho, assim discriminada por Funções e Categorias Econômicas:

POR FUNÇÕES	**R$**	**62.856.766,00**
01 - Legislativa	R$	3.000,000,00
02 – Judiciária	R$	392.000,00
04 - Administração	R$	6.171.545,00
08 - Assistência Social	R$	3.854.700,00
09 - Previdência Social	R$	6.200.000,00
10 - Saúde.....	R$	15.473.753,00
12 - Educação	R$	14.449.500,00
13 - Cultura	R$	2.032.500,00
15 - Urbanismo	R$	5.461.000,00
16 - Habitação	R$	120.000,00
17 - Saneamento	R$	1.329.870,00
18 - Gestão Ambiental	R$	6.820,00

19 – Ciência e Tecnologia.....	R$	189.200,00
20 - Agricultura	R$	1.317.715,00
24 – Comunicações	R$	188.500,00
25 - Energia.....	R$	112.000,00
26 - Transporte	R$	658.500,00
27 - Desporto e Lazer	R$	195.000,00
28 – Encargos Especiais.....	R$	300.000,00
99 - Reserva de Contingência.....	R$	1.404.164,00
Despesas por Categoria Econômica		
Despesas Correntes	R$	50.341.060,00
Despesas Correntes	R$	11.111.542,00
Reserva de Contingência	R$	1.404.164,00
Total		**62.856.766,00**

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite o valor correspondente a 30% (trinta por cento) da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta lei, mediante a utilização de recursos permitidos no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64 e disposições da LDO para 2026.
§1º Para efeito da execução orçamentária, a discriminação, o remanejamento e a inclusão dos elementos em cada grupo de despesa das atividades, projetos e operações especiais, constantes da presente Lei e de créditos adicionais, serão efetuados mediante registo contábil diretamente no sistema informatizado de execução financeira do orçamento, independentemente de formalização legal específica.

§2º Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades administrativas e gestoras, na forma de crédito especial.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como, a execução de programas de habitação, saneamento e outros investimentos públicos, respeitados os limites da Lei complementar nº 101/2000, de resoluções do Senado Federal, disposições da legislação pertinente e compatibilidade com programas federais.

Art. 6º - A presente Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação contando-se seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ingazeira/PE, em 10 de novembro de 2025.

LUCIANO TORRES MARTINS
Prefeito de Ingazeira/PE

Publicado por:
Lilia Raiany Alves da Silva
Código Identificador:D8C220C6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAÍBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG x.xxx.xxx SDS/PE** e **CPF nº xxx.xxx.xx-xx**, residente e domiciliada na xxxxxx, nº xxx, xxx, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA LTDA,** sediada na Rua Profª Zelda C. Cursi Mastriani, 265-A, Jd. Davilla, Cambé – PR, inscrita no **CNPJ nº 06.175.908/0001-12**, neste ato representada pelo Sr. **LUIS CARLOS DOS SANTOS**, Administrador/Empresário, portador da Carteira de Identidade **RG nº x.xxx.xxx-x SSP -PR**, e inscrito no **CPF/MF nº xxx.xxx.xxx-xx**, residente e domiciliado na xxxxxxxx, xxx, Bairro xxxxx, Cambé – PR, CEP: xx.xxx-xxx.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
687	431409	ESCOVA DE ROBSON	AF do BRASIL	UND	1440	R$ 2,24	R$ 3.225,60	
688	403387	BROCA CIRURGICA ALTA ROTAÇÃO 701	MICRODONT	UND	120	R$ 9,92	R$ 1.190,40	

697	391582	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% GEL	AF do BRASIL	UND	750	R$ 2,59	R$ 1.942,50	
TOTAL: SEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS							**R$ 6.358,50**	

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
ONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº xxx.xxx.xxx-xx
Contratante

BIO Lógica Distribuidora LTDA
CNPJ Nº 06.175.908/0001-12
LUIS CARLOS DOS SANTOS
CPF/MF Nº xxx.xxx.xxx-xx
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:152C5A11

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXX, nº XXX, Centro, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**UPMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE LTDA,** com sede na Avenida Joaquim Nabuco, nº 487, Centro, Arcoverde - PE, CEP: 56.506-470, inscrita no **CNPJ nº 52.946.774/0001-03**, neste ato representada pelo Sr. **VINICIUS FREIRE LIMA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no **CPF nº XXXXXXXXX, RG nº XXXXX, SDS - PE**, residente e domiciliado na XXXXXXX nº XXX, XXXXXXX, Arcoverde - PE, CEP: XXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	348807	ABAIXADOR DE LÍNGUA ABAIXADOR DE LINGUA (ESPATULA DE MADEIRA), DESCARTAVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO, SUPERFICIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA A SUA EXTENSAO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14 CM DE COMPRIMENTO; 1,4 CM DE LARGURA; 0,5 MM DE ESPESSURA,	THEOTO	PCT	300	R$ 5,50	R$ 1.650,00

		EMBALADO EM PACOTE COM 100 PEÇAS					
2	439812	AGULHA 13X4,5 (MARROM) CX COM 100 UNID	WILTEX	CX	2000	R$ 6,60	R$ 13.200,00
3	439804	AGULHA 25X8 (VERDE) CX COM 100	WILTEX	CX	2000	R$ 6,70	R$ 13.400,00
4	279726	ALGODAO HIDRÓFILO - PC 500GR	NATHY	PCT	4500	R$ 12,40	R$ 55.800,00
5	279727	ALGODAO HIDRÓFILO - PC 500GR	NATHY	PCT	1500	R$ 12,40	R$ 18.600,00
6	444355	ATADURA CREPON 100% ALGODÃO, 10 CM, CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM INDIVIDUAL	ANAPOLIS	ROLO 4,5M	10000	R$ 0,40	R$ 4.000,00
16	621740	CATETER TIPO ÓCULOS - ADULTO	CPL MEDICAL	UND	2500	R$ 1,00	R$ 2.500,00
17	621741	CATETER TIPO ÓCULOS - INFANTIL	CPL MEDICAL	UND	1500	R$ 1,15	R$ 1.725,00
18	461738	PAPEL PARA ECG BOBINA ECG BIONET CARDIOCARE CARDIOTOUCH PAPEL TÉRMICO MILIMIETRADO PARA ELETROCARDIÓGRAFO ECG BIONET - 216MM X 30M PAPEL TÉRMICO PARA ECG. FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE ALTA QUALIDADE	TECNOPRINT	UND	100	R$ 24,10	R$ 2.410,00
19	451325	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,5	LABOR IMPORT	UND	200	R$ 3,45	R$ 690,00
20	451314	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,5	LABOR IMPORT	UND	200	R$ 3,35	R$ 670,00
21	437171	ESCALPE Nº 23	DESCARPACK	UND	20000	R$ 0,23	R$ 4.600,00
22	437169	ESCALPE Nº 25	DESCARPACK	UND	20000	R$ 0,23	R$ 4.600,00
23	446603	ESPARADRAPO 10CM X 4,5M	CRAL	ROLO 4,5M	5000	R$ 8,25	R$ 41.250,00
24	439004	ESPARADRAPO 5CM X4,5M	CRAL	ROLO 4,5M	4000	R$ 4,10	R$ 16.400,00
25	332343	FITA AUTO-CLAVE 19MM X 30M	CRAL	UND	150	R$ 4,18	R$ 627,00
29	338605	LANCETAS AUTOMÁTICAS ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO - ÓXIDO DE ETILENO; AUTOMÁTICA: ACIONAMENTO POR CONTATO; ESPESSURA ULTRAFINA PARA PUNÇÃO INDOLOR; NÃO PERMITE REUTILIZAÇÃO; DESCARTE SEGURO; USO ÚNICO; AGULHA: AÇO INOXIDÁVEL TIPO 304;	ACCUMED	CX	500	R$ 12,00	R$ 6.000,00
30	319690	MALHA TUBULAR 15CM X 15M MALHA TUBULAR ORTOPEDICA 15M CIRCUNFERÊNCIA 06CM	TERCELAGEM MINAS	ROLO 15M	1000	R$ 14,65	R$ 14.650,00
33	439626	SERINGA 10ML	SR	UNID	50000	R$ 0,25	R$ 12.500,00
36	439624	SERINGA 5ML	SR	UND	50000	R$ 0,18	R$ 9.000,00
37	439622	SERINGA 1ML	SR	UND	300000	R$ 0,09	R$ 27.000,00
45	619857	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO TAMANHO P, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO, CAIXA C/100 UNIDADES	MEDIX	CX	3000	R$ 19,40	R$ 58.200,00
46	619859	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO TAMANHO G, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO, CAIXA C/100 UNIDADES	MEDIX	CX	2000	R$ 19,40	R$ 38.800,00
47	487445	FIO NYLON 3,0 C/AG	TECHNO FIO	UNID	24000	R$ 1,20	R$ 28.800,00
48	487429	FIO NYLON 4,0 C/AG	TECHNO FIO	UNID	24000	R$ 1,20	R$ 28.800,00
50	269943	ÁLCOOL 70% 500 ML GEL	JALLES MACHADO	FR 500ML	1000	R$ 6,65	R$ 6.650,00
53	299242	LÂMINA BISTURI AÇO CARBONO DESCARTAVEL Nº 21 CX COM 100	LABOR IMPORT	CX	500	R$ 22,29	R$ 11.145,00
54	313571	LÂMINA BISTURI AÇO CARBONO DESCARTAVEL Nº 11 CX COM 100	LABOR IMPORT	CX	500	R$ 21,30	R$ 10.650,00
57	620076	LUVA ESTÉRIL Nº 7	LIFE PLUS	PAR	50000	R$ 1,15	R$ 57.500,00
58	620077	LUVA ESTÉRIL Nº 7,5	LIFE PLUS	PAR	50000	R$ 1,18	R$ 59.000,00
62	439809	AGULHA DESCARTAVEL 23GX1 25MMX0,6MM CX C/ 100 UNIDS	WILTEX	CX	1000	R$ 6,00	R$ 6.000,00
63	439812	AGULHA DESCARTAVEL 26GX1 13MMX045MM CX C/ 100 UNIDS	WILTEX	CX	1000	R$ 6,85	R$ 6.850,00
68	243466	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) UNI Nº 24G	SOLIDOR	UNID	15000	R$ 0,90	R$ 13.500,00
73	267328	ENEMA	JP	BISN	800	R$ 6,30	R$ 5.040,00
74	435986	SONDA URETRAL Nº 12	MEDSONDA	UND	2400	R$ 0,55	R$ 1.320,00
75	436042	SONDA URETRAL Nº 10	MEDSONDA	UND	24000	R$ 0,52	R$ 12.480,00
76	438409	SONDA URETRAL Nº 8	MEDSONDA	UND	6000	R$ 0,49	R$ 2.940,00
77	467745	PINÇA CLÍNICA PINÇA ANATOMICA DISSECÇÃO SEM DENTE 14CM	GOLGRAN	UND	50	R$ 13,30	R$ 665,00
79	373715	FIXADOR CITOLÓGICO SPRAY	KOLPLAST	FRASCO 100ML	300	R$ 8,80	R$ 2.640,00
81	272821	CABO DE BISTURI Nº 3	GOLGRAN	UND	60	R$ 9,90	R$ 594,00
82	616138	FRALDA DESCARTÁVEL G (ACIMA DE 90 KG)	PLENA FRALDAS	UND	10000	R$ 1,30	R$ 13.000,00
83	435801	TERMÔMETRO CLÍNICO AXILAR E ORAL TERMÔMETRO CLÍNICO, AJUSTE:DIGITAL, ESCALA:ATÉ 45 °C, TIPO :USO AXILAR E ORAL, COMPONENTES:C/ ALARMES, MEMÓRIA:MEMÓRIA ÚLTIMA MEDIÇÃO, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	ACCUMED	UND	60	R$ 12,05	R$ 723,00
84	397502	AGULHA HIPODÉRMICA 21G X 1	WILTEX	UND	12000	R$ 0,12	R$ 1.440,00
85	405739	KIT PAPANICOLAU MÉDIO	KOLPLAST	UND	10000	R$ 3,80	R$ 38.000,00
92	440573	IODO EM SOLUÇÃO DE ÀLCOOL ETÍLICO 0,1%	MULTILAB	LT	48	R$ 21,15	R$ 1.015,20
97	437180	CATETER PERIFÉRICO 24 GAU	M2LIFE	UND	1200	R$ 0,94	R$ 1.128,00
98	373528	ÓCULOS PROTEÇÃO ÓCULOS DE PROTEÇÃO QUE POSSIBILITE A SOBREPOSIÇÃO A ÓCULOS DE GRAU, CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO E VISOR EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR E HASTES TIPO ESPÁTULA. HASTES CONFECCIONADAS EM MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO, POSSUINDO FENDAS PARA VENTILAÇÃO E FIXADAS Á ARMAÇÃO ATRAVÉS DE PINOS PLÁSTICOS. TAMANHO ÚNICO APRESENTAR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO/MTE	SSPLUS	UND	200	R$ 3,80	R$ 760,00
99	436857	SAPATILHA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TNT, 50 G/M2, ÚNICO, 0,15 MM PCT EMB C/ 100UND	ABL	PCT	200	R$ 6,90	R$ 1.380,00
100	481789	LENÇOL DESCARTÁVEL PAPEL, ROLO 50 X 70 M	ASTROMED	UNID	500	R$ 6,20	R$ 3.100,00

101	609453	EQUIPO DE INFUSÃO, PVC CRISTAL 140 CM	ASTROMED	UND	2400	R$ 0,99	R$ 2.376,00
102	319852	MACACÃO DE SEGURANÇA - VESTUÁRIO PROTEÇÃO, 100% POLIETILENO MACACÃO HOSPITALAR IMPERMEÁVEL, COM CAPUZ, ELASTICO NOS PUNHOS E PERNAS, DESCARTÁVEL, TAMANHO EXTRA GRANDE	DEJAMARO	UND	300	R$ 19,50	R$ 5.850,00
103	485532	MÁSCARA N95, CLASSE PFF-2, TIPO USO:DESCARTÁVEL, TIPO FIXAÇÃO:TIRAS ELÁSTICAS COM CLIPE NASAL E HIPOALÉRGICO, APLICAÇÃO:PROTEÇÃO CONTRA BACILO DA TUBERCULOSE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BFE 99%, PARA PARTÍCULAS 0,1MICRON SEM VALVULA	DESCARPACK	UND	5000	R$ 0,86	R$ 4.300,00
109	267282	BUSCOPAN SIMPLES 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HYPOFARMA	AMP 1ML	3000	R$ 0,90	R$ 2.700,00
111	442701	CEFTRIAXONA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	EUROFARMA	FR/AMP	15000	R$ 3,85	R$ 57.750,00
112	442701	CEFTRIAXONA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	EUROFARMA	FR/AMP	5000	R$ 3,85	R$ 19.250,00
115	410023	DIPIRONA 1G/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	TEUTO	AMP 2ML	25000	R$ 0,50	R$ 12.500,00
118	268115	HIDRALAZINA 20MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	CRISTÁLIA	AMP 1ML	1000	R$ 5,75	R$ 5.750,00
119	342135	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 100 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	BLAU	FR/AMP	4000	R$ 2,90	R$ 11.600,00
120	342134	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	BLAU	FR/AMP	2000	R$ 4,70	R$ 9.400,00
124	268160	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	CRISTÁLIA	FR/AMP	6000	R$ 8,20	R$ 49.200,00
126	271687	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HYPOFARMA	AMP 5ML	8000	R$ 0,75	R$ 6.000,00
137	272089	SULFADIAZINA DE PRATA 1% 10 MG CREME	PRATI DONADUZZI	BISN 30G	500	R$ 5,05	R$ 2.525,00
138	448845	CETOPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR	AMP 2ML	2400	R$ 1,25	R$ 3.000,00
139	292419	CLINDAMICINA 150 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	UNIÃO QUÍMICA	AMP 4ML	2000	R$ 2,65	R$ 5.300,00
143	446263	AMBROXOL 6MG/ML XAROPE	FARMACE	FRASCO 120ML	1440	R$ 2,50	R$ 3.600,00
144	269958	BROMOPRIDA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS KABI	AMP 2ML	10000	R$ 1,35	R$ 13.500,00
147	335100	CLORANFENICOL 1000 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS KABI	FR/AMP	500	R$ 5,29	R$ 2.645,00
149	271003	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FURP	AMP 3ML	8000	R$ 0,75	R$ 6.000,00
150	272198	ETILEFRINA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	UNIÃO QUÍMICA	AMP 1ML	1000	R$ 1,95	R$ 1.950,00
153	270495	COLAGENASE + CLORAFENICOL 0,6 UG + 0,01 G/G - POMADA	CRISTÁLIA	BISN 30G	120	R$ 13,50	R$ 1.620,00
154	268488	MEROPENEM 1 G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL	FR/AMP	600	R$ 15,90	R$ 9.540,00
158	271725	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4MG + 0,5 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS KABI	FR/AMP	500	R$ 15,80	R$ 7.900,00
159	267743	PREDNISONA 20 MG	HIPOLABOR	COMP	10000	R$ 0,17	R$ 1.700,00
160	412963	SIMETICONA 40 MG	HIPOLABOR	COMP	2000	R$ 0,09	R$ 180,00
161	412966	SIMETICONA 75 MG/ML EMULSÃO ORAL	HIPOLABOR	FRASCO 10ML	2000	R$ 1,25	R$ 2.500,00
162	268236	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO) 0,9% 500 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	EUROFARMA	FR	12000	R$ 4,60	R$ 55.200,00
165	352192	SORO RINGER 500 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS KABI	BOLSA 500ML	3500	R$ 6,20	R$ 21.700,00
167	270092	GLICOSE 50 MG/ML (5%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	HALEX ISTAR	BOLSA 500ML	9700	R$ 5,50	R$ 53.350,00
170	268498	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS KABI	FRASCO 100ML	1000	R$ 4,15	R$ 4.150,00
172	352317	AGUA DESTILADA 250 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS KABI	FRASCO 250ML	4800	R$ 4,15	R$ 19.920,00
180	268370	ACICLOVIR 200 MG	UNIÃO QUÍMICA	COMP	6000	R$ 0,18	R$ 1.080,00
181	268375	ACICLOVIR 50 MG/G (5%) CREME	PRATI DONADUZZI	BISN 10G	300	R$ 2,60	R$ 780,00
182	268374	ACICLOVIR 250 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	UNIÃO QUÍMICA	FR/AMP	300	R$ 6,70	R$ 2.010,00
183	267502	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	EUROFARMA	COMP	156000	R$ 0,03	R$ 4.680,00
184	267501	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG	BAYER S.A.	COMP	500	R$ 0,19	R$ 95,00
185	267503	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	NATULAB	COMP	100000	R$ 0,03	R$ 3.000,00
186	278489	ÁCIDO FÓLICO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	NATULAB	FRASCO 30ML	50	R$ 3,85	R$ 192,50
187	395558	ÁCIDO SALICÍLICO 50 MG/G (5%) (FN)* POMADA	LACLEAN	BISN 30G	50	R$ 11,85	R$ 592,50
193	267507	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	TEUTO	FRASCO 10ML	1200	R$ 1,25	R$ 1.500,00
194	459822	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	PRATI DONADUZZI	COMP	6000	R$ 0,39	R$ 2.340,00
195	308721	ALENDRONATO DE SÓDIO 10 MG	SEM	COMP	200	R$ 0,78	R$ 156,00
196	269462	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG	SEM	COMP	96	R$ 0,25	R$ 24,00
197	267508	ALOPURINOL 100 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	1080	R$ 0,13	R$ 140,40
198	267509	ALOPURINOL 300 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	1080	R$ 0,22	R$ 237,60
199	271111	AMOXICILINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	FRASCO 150ML	1200	R$ 5,80	R$ 6.960,00
204	272434	ANLODIPINO 5 MG	GEOLAB	COMP	192000	R$ 0,02	R$ 3.840,00
205	268896	ANLODIPINO 10 MG	CIMED	COMP	162000	R$ 0,04	R$ 6.480,00
206	267517	ATENOLOL 50 MG	VITAMEDIC	COMP	108000	R$ 0,04	R$ 4.320,00
207	267518	ATENOLOL 100 MG	VITAMEDIC	COMP	48000	R$ 0,09	R$ 4.320,00
211	270612	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI SUSPENSÃO INJETÁVEL	TEUTO	FR/AMP	15000	R$ 6,10	R$ 91.500,00
212	270613	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI SUSPENSÃO INJETÁVEL	TEUTO	FR/AMP	5000	R$ 6,10	R$ 30.500,00
237	267625	CEFALEXINA 500 MG	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL	CAPS	10000	R$ 0,59	R$ 5.900,00
238	267625	CEFALEXINA 500 MG	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL	COMP	36000	R$ 0,58	R$ 20.880,00
247	269988	CLARITROMICINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	EMS S/A	FRASCO 60ML	50	R$ 42,00	R$ 2.100,00
249	335097	CLORANFENICOL 250 MG	FURP	CAPS	500	R$ 2,45	R$ 1.225,00
250	335097	CLORANFENICOL 250 MG	FURP	COMP	500	R$ 2,30	R$ 1.150,00
251	267162	CLORETO DE POTÁSSIO 2,56 MEQ/ML (19,1%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	FARMARIN	AMP 10ML	1000	R$ 0,40	R$ 400,00
252	267163	CLORETO DE POTÁSSIO 3,4 MEQ/ML (20%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	FARMARIN	AMP 10ML	1000	R$ 0,35	R$ 350,00
253	437160	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (9 MG/ML) SOLUÇÃO NASAL	HIPOLABOR	FRASCO 30ML	1080	R$ 0,90	R$ 972,00
254	271710	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR	AMP 3ML	300	R$ 2,70	R$ 810,00

255	267510	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200 MG	SANOFI MEDLEY	COMP	200	R$ 0,32	R$ 64,00
257	276333	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 75 MG	SANOFI MEDLEY	COMP	2000	R$ 0,20	R$ 400,00
258	270140	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG	UNIÃO QUÍMICA	COMP	24000	R$ 0,26	R$ 6.240,00
259	448634	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 4 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	BAGO	COMP	200	R$ 0,76	R$ 152,00
271	268960	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	TEUTO	AMP 10ML	100	R$ 3,20	R$ 320,00
284	267312	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	COMP	24000	R$ 0,06	R$ 1.440,00
285	267311	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	CIMED	FRASCO 10ML	2600	R$ 1,45	R$ 3.770,00
291	268506	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG	BIOLAB SANUS	COMP	1080	R$ 0,35	R$ 378,00
292	419016	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG COMPRIMIDO ORODISPERSÍVEL	BIOLAB SANUS	COMP	1080	R$ 0,25	R$ 270,00
293	268505	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8 MG	BIOLAB SANUS	COMP	1080	R$ 0,40	R$ 432,00
294	419015	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8 MG COMPRIMIDO ORODISPERSÍVEL	BIOLAB SANUS	COMP	1080	R$ 0,40	R$ 432,00
295	271353	CLORIDRATO DE PILOCARPINA 20 MG/ML (2%) SOLUÇÃO OFTÁLMICA	CRISTÁLIA	FRASCO 10ML	1080	R$ 18,00	R$ 19.440,00
296	448582	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 40 MG	CRISTÁLIA	COMP	1080	R$ 0,65	R$ 702,00
297	269833	CLORIDRATO DE PRILOCAÍNA + FELIPRESSINA 30 MG/ML (3%) + 0,03 UI ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	DFL	TUBETE 1,8ML	200	R$ 3,20	R$ 640,00
298	267768	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG	TEUTO	COMP	36000	R$ 0,09	R$ 3.240,00
299	384894	CLORIDRATO DE PROPAFENONA 150 MG	LIBBS	COMP	1080	R$ 0,40	R$ 432,00
300	272412	CLORIDRATO DE PROPAFENONA 300 MG	LIBBS	COMP	1080	R$ 0,50	R$ 540,00
301	267771	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 10 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	1080	R$ 0,09	R$ 97,20
302	267772	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	168000	R$ 0,04	R$ 6.720,00
303	272362	CLORIDRATO DE PROTAMINA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	CELLERA	AMP 5ML	200	R$ 3,60	R$ 720,00
304	267735	CLORIDRATO DE RANITIDINA 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	TEUTO	AMP 2ML	2500	R$ 2,20	R$ 5.500,00
305	398701	CLORIDRATO DE RANITIDINA 15 MG/ML XAROPE	TEUTO	FRASCO 120ML	50	R$ 10,00	R$ 500,00
306	267736	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150 MG	TEUTO	COMP	500	R$ 0,50	R$ 250,00
307	267393	CLORIDRATO DE TETRACICLINA 500 MG	PRATI DONADUZZI	CAPS	1000	R$ 0,40	R$ 400,00
308	272341	CLORIDRATO DE TIAMINA 300 MG	HIPOLABOR	COMP	1000	R$ 0,18	R$ 180,00
309	267425	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG	GERMED	COMP	1000	R$ 0,30	R$ 300,00
310	267424	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 2,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	EMS S/A	AMP 2ML	200	R$ 10,50	R$ 2.100,00
311	267573	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 120 MG	EMS S/A	COMP	1000	R$ 0,85	R$ 850,00
313	267643	DEXAMETASONA 1 MG/G (0,1%) CREME	HIPOLABOR	BISN 10G	2400	R$ 1,60	R$ 3.840,00
314	446495	DEXAMETASONA 1 MG/G (0,1%) POMADA OFTÁLMICA	HIPOLABOR	BISN 3,5G	100	R$ 29,00	R$ 2.900,00
315	267187	DEXAMETASONA 1 MG/ML (0,1%) SUSPENSÃO OFTÁLMICA	PRATI DONADUZZI	FRASCO 5ML	50	R$ 9,35	R$ 467,50
316	269388	DEXAMETASONA 4 MG	TEUTO	COMP	6000	R$ 0,19	R$ 1.140,00
317	268243	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR	FARMACE	FRASCO 100ML	200	R$ 2,30	R$ 460,00
320	341174	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 0,12% SOLUÇÃO BUCAL	RIOQUIMICA	FRASCO 250ML	200	R$ 7,05	R$ 1.410,00
321	269880	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% A 4% SOLUÇÃO PARA USO TÓPICO	RIOQUIMICA	FRASCO 1000ML	240	R$ 17,00	R$ 4.080,00
323	267648	DIGOXINA 0,05 MG/ML ELIXIR	PRATI DONADUZZI	FRASCO 60ML	50	R$ 11,70	R$ 585,00
326	267203	DIPIRONA 500 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	30000	R$ 0,14	R$ 4.200,00
328	346586	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	CHIESI	FRASCO 200 DOSES	200	R$ 21,00	R$ 4.200,00
329	267582	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50 MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	CHIESI	FRASCO 200 DOSES	200	R$ 23,00	R$ 4.600,00
335	267585	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 400 MCG/DOSE CÁPSULA PARA INALAÇÃO ORAL	CHIESI	FRASCO 200 DOSES	100	R$ 76,00	R$ 7.600,00
337	268255	EPINEFRINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HYPOFARMA	AMP 1ML	1500	R$ 0,85	R$ 1.275,00
338	267653	ESPIRONOLACTONA 25 MG	GERMED	COMP	30000	R$ 0,19	R$ 5.700,00
339	267654	ESPIRONOLACTONA 100 MG	GERMED	COMP	3600	R$ 0,50	R$ 1.800,00
340	269997	ESTOLATO DE ERITROMICINA 25 MG/MLSUSPENSÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	FRASCO 60ML	100	R$ 6,70	R$ 670,00
341	269998	ESTOLATO DE ERITROMICINA 50 MG/MLSUSPENSÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	FRASCO 60ML	300	R$ 7,00	R$ 2.100,00
342	269996	ESTOLATO DE ERITROMICINA 500 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	1000	R$ 1,30	R$ 1.300,00
343	271435	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625 MG/G CREME VAGINAL	QUIMICA HALLER	BISN 25G	100	R$ 30,00	R$ 3.000,00
344	356602	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,3 MG	PFIZER	COMP	500	R$ 1,15	R$ 575,00
345	448804	ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03 MG + 0,15 MG	BIOLAB SANUS	COMP	9600	R$ 0,09	R$ 864,00
352	275963	FINASTERIDA 5 MG	EMS S/A	COMP	200	R$ 0,22	R$ 44,00
353	267662	FLUCONAZOL 150 MG	GEOLAB	CAPS	6000	R$ 0,45	R$ 2.700,00
359	448883	FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO + COLECALCIFEROL 1661,616 MG (600 MG DE CÁLCIO) + 400 UI	HIPOLABOR	COMP	50	R$ 2,20	R$ 110,00
360	313689	FOSFATO DE POTÁSSIO MONOBÁSICO + FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO 0,03 G/ML + 0,1567 G/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	BRAUN	AMP 10ML	50	R$ 4,00	R$ 200,00
361	448594	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	FRASCO 100ML	600	R$ 7,20	R$ 4.320,00
362	448595	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	FRASCO 60ML	600	R$ 4,45	R$ 2.670,00
363	267663	FUROSEMIDA 40 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	348000	R$ 0,05	R$ 17.400,00
368	442754	GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	EMS S/A	COMP	10000	R$ 0,16	R$ 1.600,00
369	442755	GLICLAZIDA 60 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	EMS S/A	COMP	7000	R$ 0,25	R$ 1.750,00
370	443630	GLICLAZIDA 80 MG	EMS S/A	COMP	2000	R$ 0,40	R$ 800,00
371	270092	GLICOSE 50 MG/ML (5%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	HALEX ISTAR	BOLSA 500ML	2500	R$ 5,50	R$ 13.750,00
378	272796	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	CRISTÁLIA	AMP 0,25ML	300	R$ 6,25	R$ 1.875,00

379	267675	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	MEDQUIMICA	COMP	2000	R$ 0,06	R$ 120,00
380	267674	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	MEDQUIMICA	COMP	1056000	R$ 0,02	R$ 21.120,00
386	294648	IBUPROFENO 200 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	7000	R$ 0,25	R$ 1.750,00
388	267676	IBUPROFENO 600 MG	TEUTO	COMP	18000	R$ 0,14	R$ 2.520,00
389	294643	IBUPROFENO 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	BRAINFARMA	FRASCO 30ML	2400	R$ 2,35	R$ 5.640,00
390	350613	IMIQUIMODE 50 MG/G CREME	MEDLEY	SACHÊ 0,25G	50	R$ 13,60	R$ 680,00
391	271157	INSULINA HUMANA NPHV 100 UI/MLSUSPENSÃO INJETÁVEL	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FRASCO 10ML	1000	R$ 39,50	R$ 39.500,00
392	271154	INSULINA HUMANA REGULAR 100 UI/MLSOLUÇÃO INJETÁVEL	NORDISK	FRASCO 10ML	1000	R$ 32,50	R$ 32.500,00
393	268861	ITRACONAZOL 100 MG	EMS S/A	CAPS	600	R$ 0,75	R$ 450,00
394	394789	ITRACONAZOL 10 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	FRASCO 60ML	50	R$ 13,50	R$ 675,00
396	396604	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	CRISTÁLIA	AMP 1ML	50	R$ 2,46	R$ 123,00
403	295853	LEVONORGESTREL 1,5 MG	BRAINFARMA	COMP	200	R$ 2,00	R$ 400,00
404	268124	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK S/A	COMP	6000	R$ 0,22	R$ 1.320,00
405	268123	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK S/A	COMP	3600	R$ 0,25	R$ 900,00
406	268125	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	MERCK S/A	COMP	3600	R$ 0,25	R$ 900,00
410	267645	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG	GEOLAB	COMP	12000	R$ 0,04	R$ 480,00
411	267646	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	BRAINFARMA	FRASCO 100ML	1200	R$ 1,70	R$ 2.040,00
412	298454	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML XAROPE	GEOLAB	FRASCO 100ML	1200	R$ 1,90	R$ 2.280,00
416	272582	MALEATO DE TIMOLOL 2,5 MG/ML (0,25%)SOLUÇÃO OFTÁLMICA	ACHÉ	FRASCO 5ML	100	R$ 5,50	R$ 550,00
417	272581	MALEATO DE TIMOLOL 5 MG/ML (0,5%)SOLUÇÃO OFTÁLMICA	ACHÉ	FRASCO 5ML	100	R$ 4,10	R$ 410,00
418	268493	MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG	SANDOZ	COMP	500	R$ 0,09	R$ 45,00
419	268495	MESILATO DE DOXAZOSINA 4 MG	SANDOZ	COMP	500	R$ 0,15	R$ 75,00
420	267689	METILDOPA 250 MG	EMS S/A	COMP	20000	R$ 0,35	R$ 7.000,00
421	372335	METRONIDAZOL 100 MG/G (10%) GEL VAGINAL	PRATI DONADUZZI	BISN 50G	1200	R$ 6,00	R$ 7.200,00
422	267717	METRONIDAZOL 250 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	24000	R$ 0,16	R$ 3.840,00
423	268499	METRONIDAZOL 400 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	6000	R$ 0,32	R$ 1.920,00
425	358753	MISOPROSTOL VAGINAL 25 MCG	INFAN	COMP	50	R$ 10,00	R$ 500,00
426	358755	MISOPROSTOL VAGINAL 200 MCG COMPRIMIDO VAGINAL	INFAN	COMP	50	R$ 44,00	R$ 2.200,00
427	273400	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20 MG	BIOLAB	COMP	3600	R$ 0,15	R$ 540,00
428	273401	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 40 MG	BIOLAB	COMP	1200	R$ 0,35	R$ 420,00
429	267728	NIFEDIPINO 10 MG	BRAINFARMA	COMP	1080	R$ 0,11	R$ 118,80
430	267378	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	FRASCO 50ML	600	R$ 5,60	R$ 3.360,00
431	268269	NITRATO DE MICONAZOL 2% (20 MG/G) GEL ORAL	HIPOLABOR	BISN 40G	500	R$ 3,60	R$ 1.800,00
433	268268	NITRATO DE MICONAZOL 2% (20 MG/G) PÓ	HIPOLABOR	FRASCO 30G	500	R$ 10,50	R$ 5.250,00
434	268162	NITRATO DE MICONAZOL 2 % (20 MG/G) CREME VAGINAL	HIPOLABOR	BISN 80G	1200	R$ 8,00	R$ 9.600,00
436	268273	NITROFURANTOÍNA 100 MG	TEUTO	CAPS	1000	R$ 0,37	R$ 370,00
437	305714	NITROFURANTOÍNA 5 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FUNED	FRASCO 120ML	50	R$ 11,60	R$ 580,00
441	272565	PALMITATO DE RETINOL 150.000 UI/MLSOLUÇÃO ORAL	ROCHE	FRASCO 20ML	50	R$ 13,00	R$ 650,00
443	267778	PARACETAMOL 500 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	72000	R$ 0,06	R$ 4.320,00
445	327699	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG COMPRIMIDO PARA USO TÓPICO	EUROFARMA	COMP	200	R$ 0,22	R$ 44,00
446	327699	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG (FN)* PÓ	SANVAL	SACHÊ	50	R$ 0,42	R$ 21,00
447	267773	PERMETRINA 10 MG/G (1%) LOÇÃO	PRATI DONADUZZI	FRASCO 60ML	600	R$ 2,20	R$ 1.320,00
448	363597	PERMETRINA 50 MG/G (5%) LOÇÃO	PRATI DONADUZZI	FRASCO 60ML	600	R$ 3,00	R$ 1.800,00
449	384537	PERÓXIDO DE BENZOÍLA 25 MG/G (2,5%) (FN)* GEL	GALDERMA	BISN 20G	50	R$ 30,00	R$ 1.500,00
450	366861	PERÓXIDO DE BENZOÍLA 50 MG/G (5%) (FN)* GEL	PFIZER	BISN 20G	50	R$ 13,00	R$ 650,00
451	267741	PREDNISONA 5 MG	VITAMEDIC	COMP	8400	R$ 0,07	R$ 588,00
452	267743	PREDNISONA 20 MG	VITAMEDIC	COMP	16800	R$ 0,15	R$ 2.520,00
453	273589	PROPILTIOURACILA 100 MG	BIOLAB SANUS	COMP	500	R$ 0,55	R$ 275,00
454	272837	RIFAMPICINA 300 MG	SANOFI MEDLEY	CAPS	500	R$ 3,00	R$ 1.500,00
464	308885	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 80 MG/ML + 16 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	BRAINFARMA	AMP 5ML	200	R$ 3,50	R$ 700,00
465	308882	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	24000	R$ 0,15	R$ 3.600,00
466	406309	SULFATO DE GENTAMICINA 5 MG/G POMADA OFTÁLMICA	ALLERGAN	BISN 3,5G	50	R$ 10,55	R$ 527,50
467	406308	SULFATO DE GENTAMICINA 5 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA	ALLERGAN	FRASCO 5ML	50	R$ 12,00	R$ 600,00
468	407030	SULFATO DE MAGNÉSIO PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL	SAMTEC	BEM.	200	R$ 2,80	R$ 560,00
469	268076	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% (0,81 MEQ/ML MG++) - SOLUÇÃO INJETÁVEL	SAMTEC	AMP 10ML	200	R$ 1,25	R$ 250,00
471	380865	SULFATO DE POLIMIXINA B + SULFATO DE NEOMICINA + FLUOCINOLONA ACETONIDA + CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 10.000 UI/ML + 3,500 MG/ ML + 0,250 MG/ML + 20 MG/ML - SOLUÇÃO OTOLÓGICA	GEOLAB	FRASCO 10ML	50	R$ 4,20	R$ 210,00
472	294887	SULFATO DE SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSSOL ORAL	GLENMARK	FRASCO 200 DOSES	2000	R$ 11,50	R$ 23.000,00
473	268303	SULFATO DE SALBUTAMOL 5 MG/MLSOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	GLAXOSMITHKLINE	FRASCO 10ML	50	R$ 17,00	R$ 850,00
474	268523	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,5 MG/M SOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR	AMP 1ML	50	R$ 10,00	R$ 500,00
475	288044	SULFATO DE SALBUTAMOL 200 MCG/DOSE PÓ P/ INALAÇÃO	VASCONCELOS	FRASCO 200 DOSES	50	R$ 18,00	R$ 900,00
476	472836	SULFATO DE ZINCO 20 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	VASCONCELOS	COMP	200	R$ 0,40	R$ 80,00
479	292345	SULFATO FERROSO 25 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	BELFAR	FRASCO 30ML	2400	R$ 1,10	R$ 2.640,00
480	292344	SULFATO FERROSO 40 MG	BELFAR	COMP	180000	R$ 0,03	R$ 5.400,00
481	394650	TARTARATO DE METOPROLOL 100 MG	ACHÉ	COMP	200	R$ 0,40	R$ 80,00

482	273619	TECLOZANA 500 MG	SANOFI-AVENTIS	COMP	50	R$ 8,05	R$ 402,50
483	279271	VARFARINA SÓDICA 1 MG	TEUTO	COMP	200	R$ 0,16	R$ 32,00
484	279269	VARFARINA SÓDICA 5 MG	UNIÃO QUÍMICA	COMP	200	R$ 0,20	R$ 40,00
485	419942	MEROPENEM 2 G PÓ LIOF INJ	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL	FR/AMP	600	R$ 70,00	R$ 42.000,00
486	275123	PIRACETAM 400 MG	SANOFI-AVENTIS	COMP	300	R$ 1,00	R$ 300,00
487	448838	ACEBROFILINA 5 MG/ML XAROPE	PRATI DONADUZZI	FRASCO 120ML	4000	R$ 5,80	R$ 23.200,00
492	396470	FENOTEROL, BROMIDRATO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO	DE MAYO INDS	FRASCO 20ML	240	R$ 7,60	R$ 1.824,00
495	268958	COLAGENASE 0,6 U/G POMADA	CRISTÁLIA	BISN 30G	480	R$ 13,20	R$ 6.336,00
498	273167	NEOMICINA + BACITRACINA 5 MG + 250 UI/G POMADA	PRATI DONADUZZI	BISN 10G	600	R$ 2,35	R$ 1.410,00
499	279297	NISTATINA 100.000 UI CREME VAGINAL	PRATI DONADUZZI	BISN 60G	1200	R$ 6,20	R$ 7.440,00
502	275478	PERICIAZINA 10 MG	SANOFI MEDLEY	COMP	3600	R$ 0,57	R$ 2.052,00
507	442145	AGULHA GENGIVAL CURTA 30G	SR	CX C/ 100 UND	100	R$ 34,50	R$ 3.450,00
508	269833	ANESTÉSICO LOCAL 3% (LIDOSSESTIM)	DLA	TUBETE 1,8ML	2000	R$ 3,20	R$ 6.400,00
509	391137	ADESIVO DENTÁRIO	MAQUIRA	FRASCO 5ML	810	R$ 11,00	R$ 8.910,00
510	391138	ADESIVO DENTÁRIO	MAQUIRA	FRASCO 5ML	270	R$ 11,00	R$ 2.970,00
511	410557	MICROBRUSH	MICRODONT	PCT 100 UNDS	1000	R$ 8,00	R$ 8.000,00
512	442385	PAPEL GRAU CIRÚRGICO P (10MM X 100M)	ZERMATT	ROLO 100M	120	R$ 46,00	R$ 5.520,00
513	405602	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (DYCAL, RENEW OU HIDROC)	MAQUIRA	UND	1000	R$ 22,00	R$ 22.000,00
524	270228	OTOSPORIN GOTAS	FQM	FRASCO 10ML	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00
525	404548	CIMENTO PROVISÓRIO (COTOSOL)	VIGODENT	UND	120	R$ 6,00	R$ 720,00
526	417702	PASTA PROFILÁTICA	ALLPLAN	BISN 90G	120	R$ 3,50	R$ 420,00
527	428102	FLÚOR EM GEL	ALLPLAN	FRASCO 200ML	200	R$ 4,50	R$ 900,00
528	374821	FORMOCRESOL	MAQUIRA	FRASCO 10ML	80	R$ 9,50	R$ 760,00
529	429973	TRICRESOL FORMALINA	BIODINAMICA	FRASCO 10ML	100	R$ 8,00	R$ 800,00
530	421356	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A	BIODINAMICA	BISN 2G	80	R$ 5,00	R$ 400,00
531	332343	FITA DE AUTOCLAVE ZEBRADA	CREMER	UND	60	R$ 4,80	R$ 288,00
532	403389	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO 702	MICRODONT	UND	120	R$ 8,00	R$ 960,00
533	403822	BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO 3216	FAVA	UND	120	R$ 2,20	R$ 264,00
534	402945	BROCAS CIRÚRGICAS DE ALTA ROTAÇÃO 1012	FAVA	UND	120	R$ 2,20	R$ 264,00
535	402946	BROCAS CIRÚRGICAS DE ALTA ROTAÇÃO 1013	FAVA	UND	120	R$ 2,20	R$ 264,00
536	403373	BROCAS CIRÚRGICAS DE ALTA ROTAÇÃO 1014	FAVA	UND	120	R$ 2,20	R$ 264,00
539		FORMULA INFANTIL SEMI-ELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA PARA LACTANTES DE 0 A 12 MESES A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE OU CASEÍNA ISENTO DE LACTOSE FRUTOSE E GLÚTEN. LATA DE NO MÍNIMO 400G. **MARCA DE REFERENCIA: PREGOMIN PEPTI, ALFARÉ, ALTHÉRA OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR**.	DANONE	LATA	200	R$ 120,00	R$ 24.000,00
540		FORMULA INFANTIL, SEMI-ELEMENTAR, HIPOALERGENICA, À BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA, PODENDO CONTER TAMBÉM AMINOÁCIDOS LIVRES, COM LACTOSE, PODE CONTER PREBIOTICOS, INDICADAS PARA CRIANÇA DE 0 A 12 MESES, LATA COM NO MÍNIMO 400 GR **MARCA DE REFERENCIA: APTAMIL PEPTI OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	DANONE	LATA	300	R$ 72,00	R$ 21.600,00
541		FÓRMULA INFANTIL COM DHA E ARA - LCPUFAS (ÁCIDOS GRAXOS POLIINSATURADOS DE CADEIA LONGA), FUNDAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO NEUROMOTOR E VISUAL. ALIMENTAÇÃO PARA RECÉM NASCIDOS DE BAIXO PESO. CONTEM NUCLEOTÍDEOS E TCM (TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA). DENSIDADE CALÓRICA 80 KCAL/100 ML. EMBALAGEM: LATA DE NO MÍNIMO 400GR. **MARCA DE REFERENCIA: APTAMIL PRÉ, PRÉ NAN, OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	DANONE	LATA	240	R$ 52,00	R$ 12.480,00
544		FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES. ADICIONADA DE PREBIÓTICOS E FERRO. CONTÉM ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA E NUCLEOTÍDEOS. RELAÇÃO CASEÍNA/PROTEÍNA 60:40 OU 70:30. LATA DE NO MÍNIMO 400 G. **MARCA DE REFERENCIA: APTAMIL 2, NAN 2 OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	DANONE	LATA	840	R$ 22,00	R$ 18.480,00
545		FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES, Á BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E ENRIQUECIDA COM FERRO. NÃO CONTÉM PROTEÍNA LÁCTEA, ISENTO DE LACTOSE, GALACTOSE, FRUTOSE E SACAROSE. LATA DE NO MÍNIMO 400G.**MARCA DE REFERENCIA: APTAMIL SOJA 1, NAN SOJA 1 OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	DANONE	LATA	200	R$ 42,00	R$ 8.400,00
546		FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES, Á BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E ENRIQUECIDA COM FERRO. NÃO CONTÉM PROTEÍNA LÁCTEA, ISENTO DE LACTOSE, GALACTOSE, FRUTOSE E SACAROSE. LATA DE NO MÍNIMO 400G.**MARCA DE REFERENCIA: APTAMIL SOJA 2 – NAN SOJA 2 OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	DANONE	LATA	290	R$ 42,00	R$ 12.180,00
549		FÓRMULA ENTERAL POLIMÉRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTÉICA, 1.0 A 1,2KCAL/ML. NÃO CONTÉM GLÚTEN. SISTEMA ABERTO. FRASCO 1000 ML. **MARCA DE REFERENCIA: ISOSSOURCE SOYA, TROPHIC SOYA OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	NESTLE	FRASCO	1000	R$ 20,00	R$ 20.000,00
550		FÓRMULA ENTERAL POLIMÉRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ACRESCIDO DE FIBRAS, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTÉICA, 1,0 A 1,2KCAL/ML. ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. SISTEMA ABERTO. FRASCO 1000 ML. **MARCA DE REFERENCIA: ISOSSOURCE FIBER, TROPHIC FIBER OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	PRODIET	FRASCO	1000	R$ 20,00	R$ 20.000,00

553		FÓRMULA ANTI REGURGITAÇÃO (0 A 12 MM), FÓRMULA PARA CONDIÇÕES DE REFLUXO GASTRESOFÁGICO. CONTEM GOMA JATAÍ, AGENTE ESPESSANTE QUE PROPORCIONA MAIOR VISCOSIDADE DA FORMULA OU AMIDO PREGELARINIZADO. POSSUI LACTOSE. EMBALAGEM: LATA DE NO MÍNIMO 400MG. **MARCA DE REFERENCIA: NAN AR-, APTAMIL AR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	DANONE	LATA	150	R$ 42,00	R$ 6.300,00
554		FÓRMULA INFANTIL (DE 0 A 12 MESES) HIPOALERGÊNICA A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE PARCIALMENTE HIDROLISADA, COM ADIÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA-LCPUFAS (DHA- ACIDO DOCOSAEXAENÓICO E ARA-ACIDO ARAQUIDÔNICO) E NUCLEOTÍDEOS, ISENTO DE SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. LATA DE NO MÍNIMO 400G. **MARCA DE REFERENCIA: NAN HA, APTAMIL HA OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	NESTLE	LATA	150	R$ 44,00	R$ 6.600,00
559		FORMULA INFANTIL COM PROTEÍNA DE ARROZ HIDROLISADA, ENRIQUECIDA COM MINERAIS, VITAMINAS, NUCLEOTÍDEOS, AMINOÁCIDOS LIVRES E PEPTÍDEOS. ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE E FRUTOSE. ISENTO DE ACIDO FÍTICO E FITOESTROGENOS. ISENTO DE GLÚTEN. CONTENDO AGE NA PROPORÇÃO DE 10:1 DE ACIDO LINOLÉICO, ALFALINOLENICO. EMBALAGEM: LATA DE NO MÍNIMO COM 400G COM COLHER MEDIDA. **MARCA DE REFERENCIA: NOVAMIL RICE OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	BIOLAB SANUS	LATA	300	R$ 230,00	R$ 69.000,00
564	401723	BOLSA PARA COLOSTOMIA	MEDSONDA	UND	600	R$ 12,00	R$ 7.200,00
580	481323	GLUCONATO DE CÁLCIO 100MG/ML (10%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	HALEX ISTAR	AMP 10ML	200	R$ 1,90	R$ 380,00
581	269759	GENTAMICINA 80MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	SANTISA	AMP 2ML	100	R$ 1,00	R$ 100,00
582	332985	LEVOFLOXACINO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HALEX ISTAR	FR	1000	R$ 8,50	R$ 8.500,00
583	268264	METILERGOMETRINA 0,2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	UNIÃO QUÍMICA	AMP 1ML	100	R$ 2,00	R$ 200,00
585	268504	ONDANSETRONA 2MG/ML	HYPOFARMA	AMP 2ML	10000	R$ 1,00	R$ 10.000,00
586	266827	RHOPHYLAC 300 (IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-D) INJETÁVEL	CSL BEHRING	UND	50	R$ 275,00	R$ 13.750,00
587	268533	TENOXICAM 40MG INJETÁVEL	CRISTÁLIA	FR/AMP	2000	R$ 8,50	R$ 17.000,00
588		ÁGUA PARA INJEÇÃO 500ML	FRESENIUS KABI	FR	5000	R$ 4,80	R$ 24.000,00
621	623078	COMPRESSA (CAMPO OPERÁTORIO) 100% ALGODÃO 23 X 25CM	ULTRA TEXTIL	PCT 50 UNDS	2000	R$ 30,00	R$ 60.000,00
670	404578	IONÔMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZAVEL	BIODINAMICA	UND	80	R$ 72,00	R$ 5.760,00
671	341174	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12%	RIOQUIMICA	LT	100	R$ 20,00	R$ 2.000,00
672	415530	FIO DENTAL POLIAMIDA AROMATIZADO EXTRA FINO 500M	HILLO	UND	50	R$ 11,00	R$ 550,00
675	422554	HEMOSTANK (HEMOSTATICO TÓPICO)	BIODINAMICA	FR	40	R$ 12,70	R$ 508,00
676	406150	PAPEL CARBONO PARA ARTICULAR USO ODONTOLÓGICO	PREVEN	EMB 12 FOLHAS	600	R$ 4,43	R$ 2.658,00
677	406145	BANDA MATRIZ DE AÇO 5MMX0,05MM (MATRIZ ODONTOLÓGICA)	PREVEN	ROLO	360	R$ 1,25	R$ 450,00
678	406285	TIRA DE LIXA ABRASIVA DE AÇO	PREVEN	PCT	100	R$ 4,80	R$ 480,00
679	406147	TIRA MATRIZ DE POLIÉSTER (MATRIZ ODONTOLÓGICA POLIÉSTER)	PREVEN	PCT	120	R$ 1,10	R$ 132,00
680	247715	PONTA DIAMANTADA 1012	FAVA	UND	360	R$ 2,20	R$ 792,00
681	246574	PONTA DIAMANTADA 1014	FAVA	UND	360	R$ 2,20	R$ 792,00
682	246576	PONTA DIAMANTADA 1016	FAVA	UND	360	R$ 2,20	R$ 792,00
683	236077	PONTA DIAMANTADA EM CHAMA 3118	FAVA	UND	300	R$ 2,20	R$ 660,00
684	236102	PONTA DIAMANTADA EM CHAMA3118FF	FAVA	UND	300	R$ 2,20	R$ 660,00
685	250107	PONTA DIAMANTADA 2135F	FAVA	UND	300	R$ 2,20	R$ 660,00
686	275541	PONTA DIAMANTADA 2135FF	FAVA	UND	300	R$ 2,20	R$ 660,00
691	321714	AVENTAL JALECO DESCÀRTAVEL MANGA LONGA TNT	GLOMED	PCT 10 UNDS	500	R$ 20,00	R$ 10.000,00
695	413310	ODONTOSCÓPIO (ESPELHO BUCAL) COM CABO	GOLGRAN	UND	100	R$ 10,70	R$ 1.070,00
696	442144	AGULHA GENGIVAL LONGA 27G	SR	CX C/ 100 UNDS	80	R$ 24,00	R$ 1.920,00
698	442384	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 200MM (20CM) X 100M	ZERMATT	ROLO	120	R$ 88,00	R$ 10.560,00
713	487573	FIO DE SUTURA AGULHADO SEDA FIO 1-0 C/ 24 UNDS	TECHNOFIO	PCT	100	R$ 36,00	R$ 3.600,00
714	487571	FIO DE SUTURA AGULHADO SEDA FIO 2-0 C/ 24 UNDS	TECHNOFIO	PCT	500	R$ 44,00	R$ 22.000,00
716	487550	FIO DE SUTURA AGULHADO SEDA FIO 4-0 C/ 24 UNDS	TECHNOFIO	PCT	500	R$ 36,00	R$ 18.000,00
TOTAL: DOIS MILHÕS, DUIZENTO E TRINTA MIL, CENTO E QUARENTA E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS							**R$ 2.230.144,70**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº XXXXXXXX
Contratante

UPMED Distribuidora De Medicamentos E Produtos De Saúde LTDA
CNPJ Nº 52.946.774/0001-03
VINICIUS FREIRE LIMA
CPF Nº XXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:5579A49F

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXXXX, nº XXX, Centro, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**HORUS FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, com sede na Avenida Ver. Manoel C. de Sequeira, nº 01, Quadra10, Lote 5, Severino Agostinho de Lima, Calumbi - PE, CEP: 56.930-000., inscrita no **CNPJ nº 26.754.510/0001-48**, neste ato representada pela Sr.ª **SILVANA TELES PEREIRA CORDEIRO,** brasileira, casada, empresária, inscrita no **CPF nº XXXXXXX, Carteira de Identidade nº XXXXXX SDS/PE**, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXX, nº XX, XXXXX, Calumbi - PE, CEP XXXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
256	267512	cloridrato de amitriptilina 25 mg	SEM	COMP	72000	R$ 0,06	R$ 4.320,00	
375	267669	haloperidol 5 mg	UNIÃOQUIMICA	COMP	14400	R$ 0,18	R$ 2.592,00	
TOTAL: SEIS MIL, NOVECENTOS E DOZE REAIS							**R$ 6.912,00**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal De Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
Cpf Nº Xxxxxxx
Contratante

Horus Farma Distribuidora De Medicamentos LTDA
CNPJ Nº 26.754.510/0001-48
SILVANA TELES PEREIRA CORDEIRO
CPF Nº XXXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:1B962AA8

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXXX, nº XX, XXXX, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**W D DISTRIBUIDORA E COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA**, com sede na Rua Barão de Amaraji, nº 690, Piedade, Jaboatão dos Guararapes – PE, CEP: 54.400-180, inscrita no **CNPJ nº 28.013.023/0001-50**, neste ato representada pelo Sr. **JOSÉ GUILHERME LOBATO FREIRE DE BARROS,** brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no **CPF nº XXXXXXX, CNH nº XXXXXXXX DETRAN/PE**, residente e domiciliado na XXXXXXXXX, nº XXX, Boa XXX, Recife – PE, CEP: XXXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
134	268442	SUXAMETÔNIO 100 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	BLAU	FR/AMP	500	R$ 21,69	R$ 10.845,00	
TOTAL: DEZ MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS							**R$ 10.845,00**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal De Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº XXXXXXX
Contratante

W D Distribuidora E Comercio Atacadista De Medicamentos LTDA
CNPJ Nº 28.013.023/0001-50
JOSÉ GUILHERME LOBATO FREIRE DE BARROS
CPF nº XXXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:C8D4B8ED

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXXXXX, nº XXX, XXXX, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA,** com sede na Av. Professor Joaquim Cavalcanti, nº 208, CXPST, Sala D, Iputinga, Recife - PE, CEP: 50.800-010, inscrita no **CNPJ nº 36.099.392/0001-35,** neste ato representada pelo Sr. **FELIPE LONGA DA FONTE,** brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no **CPF nº XXXXXXXX, RG nº XXXX SDS/PE,** residente e domiciliado na XXXXXXXX, nº XXX, XXX, XXXXX - PE, CEP: XXXXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
128	395147	DIAZEPAM 10 MG/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	SANTISA-SP(SP)	AMP 2ML	5000	R$ 0,84	R$ 4.200,00	
129	267194	DIAZEPAM 5 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	SANTISA-SP(SP)	AMP 2ML	5000	R$ 0,87	R$ 4.350,00	
132	292382	TRAMAL 50 MG/1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR-MG (MG)	AMP 1ML	5000	R$ 1,14	R$ 5.700,00	
136	292427	DEXAMETASONA 4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FARMACE-CE(CE)	AMP 2,5ML	20000	R$ 0,89	R$ 17.800,00	
190	328532	ácido valproico (valproato de sódio) 50 mg/Ml solução oral	HIPOLABOR-MG (MG)	FRASCO 100ML	1800	R$ 6,56	R$ 11.808,00	
191	308732	ácido valproico (valproato de sódio) 50 mg/mL xarope	HIPOLABOR-MG (MG)	FRASCO 100ML	1800	R$ 6,39	R$ 11.502,00	
224	267618	carbamazepina 200 mg	HIPOLABOR-MG (MG)	COMP	72000	R$ 0,17	R$ 12.240,00	
226	272454	carbamazepina 20 mg/Ml suspensão oral	HIPOLABOR-MG (MG)	FRASCO 100ML	1200	R$ 7,16	R$ 8.592,00	
286	272326	cloridrato de naloxona 0,4 mg/mL solução injetável	HIPOLABOR-MG (MG)	AMP 1ML	100	R$ 6,17	R$ 617,00	
327	267205	dipirona 500 mg/Ml solução oral	FARMACE-CE(CE)	FRASCO 10ML	20000	R$ 1,14	R$ 22.800,00	
356	268510	flumazenil 0,1 mg/mL solução injetável	HIPOLABOR-MG (MG)	AMP 5ML	100	R$ 6,39	R$ 639,00	
374	267670	haloperidol 1 mg	CRISTALIA-SP(SP)	COMP	2400	R$ 0,19	R$ 456,00	
407	273466	loratadina 10 mg	CIMED(MG)	COMP	4320	R$ 0,07	R$ 302,40	
414	267651	maleato de enalapril 10 mg	CIMED(MG)	COMP	144000	R$ 0,03	R$ 4.320,00	
432	268267	nitrato de miconazol 2% (20 mg/g) loção	CIMED(MG)	FRASCO 30ML	600	R$ 2,99	R$ 1.794,00	
459	303292	solução ringer + lactato lactato de sódio 3 mg/mL + cloreto de sódio 6 mg/mL + cloreto de potássio 0,3 mg/ mL + cloreto de cálcio 0,2 mg/Ml - solução injetável	FARMACE-CE(CE)	BOLSA 500ML	8000	R$ 6,45	R$ 51.600,00	
490	270621	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR-MG (MG)	AMP 5ML	5000	R$ 1,59	R$ 7.950,00	
494	270118	CLONAZEPAM 0,5 MG	GEOLAB-GO(GO)	COMP	3600	R$ 0,06	R$ 216,00	
497	352042	DIMETICONA 75 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	HIPOLABOR-MG (MG)	FRASCO 10ML	1200	R$ 1,29	R$ 1.548,00	

501	268129	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	HIPOLABOR-MG (MG)	COMP	4800	R$ 0,65	R$ 3.120,00	
561	268149	Risperidona 2mg	CRISTALIA-SP(SP)	COMP	12000	R$ 0,12	R$ 1.440,00	
562	272839	Risperidona 1mg	CRISTALIA-SP(SP)	COMP	8000	R$ 0,11	R$ 880,00	
584	304871	Morfina 10mg/ml solução injetável	HIPOLABOR-MG (MG)	AMP 1ML	500	R$ 2,71	R$ 1.355,00	
706	272365	Sertralina 50mg	CIMED(MG)	COMP	840	R$ 0,13	R$ 109,20	
TOTAL: CENTO E SETENTA E CINCO MIL, TREZENTOS TRINTA E OITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS							**R$ 175.338,60**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal De Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº XXXXXXXX
Contratante

Apotek Distribuidora De Medicamentos E Materiais Hospitalares LTDA
CNPJ: 36.099.392/0001-35
FELIPE LONGA DA FONTE
CPF Nº XXXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:40D58A96

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXX, nº XX, XXXX, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**MIX DISTRIBUIDORA LTDA**, com sede Avenida Projetada, S/N, Lote: Parque Alvorada II; quadra: 2c-c, Lote 07, Boa Vista, Garanhuns - PE, CEP: 55.293-000, inscrita no **CNPJ nº 55.492.463/0001-00,** neste ato representada pelo Sr. **JORGE EDUARDO RIBEIRO SOARES**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no **CPF nº XXXXXX, CNH nº XXXXXXXX DETRAN - PE**, residente e domiciliado na XXXXXXXX, nº XXX, XXXXXX, Garanhuns - PE, CEP: XXXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	460134	ATADURA 20CM	LUDAN	ROLO 4,5M	10000	R$ 0,74	R$ 7.400,00
8	460133	ATADURA 10CM	LUDAN	ROLO 4,5M	10000	R$ 0,41	R$ 4.100,00
9	444609	ATADURA GESSADA TIPO CYSNE 10CMX3M 100% ALGODÃO, SECAGEM ULTRA RÁPIDA	ORTOFLEX	ROLO 3M	2000	R$ 1,75	R$ 3.500,00
10	444614	ATADURA GESSADA TIPO CYSNE 20CMX3M 100% ALGODÃO, SECAGEM ULTRA RÁPIDA	ORTOFLEX	ROLO 3M	2000	R$ 4,53	R$ 9.060,00
11	473361	AVENTAL DESCARTAVEL PROTEÇÃO AVENTAL HOSPITALAR IMPERMEAVEL, NÃO ESTÉRIL, MANGA LONGA, PUNHO EM ELÁSTICO, TECIDO 100% POLIPROPILENO, COM TIRAS PARA AMARRAR NAS COSTAS E NO PESCOÇO, TAMANHO ÚNICO, DESCARTÁVEL	PREVEMAX	UND	22500	R$ 1,49	R$ 33.525,00
12	473361	AVENTAL DESCARTAVEL PROTEÇÃO AVENTAL HOSPITALAR IMPERMEAVEL, NÃO ESTÉRIL, MANGA LONGA, PUNHO EM ELÁSTICO, TECIDO 100% POLIPROPILENO, COM TIRAS PARA AMARRAR NAS COSTAS E NO PESCOÇO, TAMANHO ÚNICO, DESCARTÁVEL	PREVEMAX	UND	7500	R$ 1,49	R$ 11.175,00
13	419371	BOLSA COLETORA DE URINA BOLSA GRADUADA NA CAPACIDADE PARA 2.000 ML PERMITINDO EXCELÊNCIA NA MENSURAÇÃO DA URINA. SISTEMA FECHADO COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO. COM MEMBRANA AUTO-CICATRIZANTE QUE GARANTE MÚLTIPLAS ASPIRAÇÕES PARA COLETA DE URINA (PONTO DE COLETA). ESPAÇO PARA PREENCHIMENTO DOS DADOS DO PACIENTE. SUPORTE DE FIXAÇÃO COM HASTE RÍGIDA E COM ALÇA CORDÃO. PINÇA CORTA-FLUXO DO TIPO "CLAMP". TUBO EXTENSOR EM PVC DE 120 CM, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, SEM DOBRAS. CONECTOR UNIVERSAL COM AJUSTE PARA SONDAS VESICAIS, COM TAMPA PROTETORA. LÁTEX FREE	SOLIDOR	UND	2500	R$ 3,39	R$ 8.475,00
14	363482	CAIXA DE PERFUROCORTANTE 13L	FLEXP	UND	2500	R$ 5,56	R$ 13.900,00
15	363485	CAIXA DE PERFUROCORTANTE 20L	FLEXP	UND	2500	R$ 7,79	R$ 19.475,00
26	339565	FITA HGT TIRAS DE CONTROLE DE GLICEMIA INDICADAS PARA PERMITIR A UTILIZAÇÃO DE AMOSTRAS DE SANGUE CAPILAR, VENOSO, ARTERIAL E NEONATAL, PODEM SER USADAS EM TODA A LINHA DE MONITORES	ONCALLPLUS	CX	50000	R$ 0,48	R$ 24.000,00
27	615986	GAZES HIDRÓFILAS 7,5 CM X 7,5 CM 9 FIOS PACOTE COM 10 UNIDADES	BIOTEXTIL	PCT	112500	R$ 0,42	R$ 47.250,00
28	615986	GAZES HIDRÓFILAS 7,5 CM X 7,5 CM 9 FIOS PACOTE COM 10 UNIDADES	BIOTEXTIL	PCT	37500	R$ 0,42	R$ 15.750,00
32	437865	FITA MICROPORI 25MM X 10M	WILTEX	ROLO 10M	2000	R$ 2,66	R$ 5.320,00
34	439627	SERINGA 20ML	MEDIX	UND	50000	R$ 0,36	R$ 18.000,00
35	439625	SERINGA 3ML	SR	UND	50000	R$ 0,12	R$ 6.000,00
38	436002	SONDA FOLEY Nº 14	WELL LEAD	UND	500	R$ 2,56	R$ 1.280,00
39	436007	SONDA FOLEY Nº 16	WELL LEAD	UND	500	R$ 2,57	R$ 1.285,00
40	436003	SONDA FOLEY Nº 18	WELL LEAD	UND	500	R$ 2,56	R$ 1.280,00
41	436010	SONDA FOLEY Nº 20	WELL LEAD	UND	500	R$ 2,55	R$ 1.275,00
42	428621	TOUCA DESCARTAVEL TOUCA HOSPITALAR, MATERIAL :NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO:COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR :SEM COR, GRAMATURA :CERCA DE 50 G/M2, TAMANHO :ÚNICO, TIPO USO :DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01:HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX PCT C/100	ABL	PCT	2000	R$ 5,50	R$ 11.000,00
43	619858	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO TAMANHO M, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO, CAIXA C/100 UNIDADES	BCMED	CX	3750	R$ 19,35	R$ 72.562,50
44	619858	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO TAMANHO M, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO, CAIXA C/100 UNIDADES	BCMED	CX	1250	R$ 19,35	R$ 24.187,50
49	269941	ÁLCOOL 70% 1L	BELLO BELLA	FR 1000ML	3000	R$ 6,94	R$ 20.820,00
52	299240	LÂMINA BISTURI AÇO CARBONO DESCARTAVEL Nº 24 CX COM 100	SOLIDOR	CX	500	R$ 23,58	R$ 11.790,00
55	273178	LÂMINA BISTURI AÇO CARBONO DESCARTAVEL Nº 15 CX COM 100	SOLIDOR	CX	500	R$ 23,66	R$ 11.830,00
56	620078	LUVA ESTÉRIL Nº 8	ABL	PAR	50000	R$ 1,19	R$ 59.500,00
59	486950	CATGUT SIMPLES Nº 3	SHALON	UNID	3000	R$ 4,10	R$ 12.300,00
60	486943	CATGUT SIMPLES Nº 4	SHALON	UNID	3000	R$ 4,10	R$ 12.300,00
61	609507	EQUIPO MICROGOTAS-COMPLETO DISPOSITIVO UTILIZADO PARA ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÕES A PARTIR DE RECIPIENTE ESPECIFICO ATÉ O DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO.O ESCOAMENTO DA SOLUÇÃO POR MEIO DA GRAVIDADE E A REGULAGEM DO GOTEJAMENTO POR MEIO DA PINÇA ROLETE	GLOMED	UND	40000	R$ 1,22	R$ 48.800,00
64	487458	FIO NYLON Nº 1 C/A	MEDIX	UNID	2880	R$ 1,26	R$ 3.628,80
65	250742	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) UNI Nº 16G	MEDIX	UNID	7200	R$ 0,79	R$ 5.688,00
66	243504	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) UNI Nº 20G	MEDIX	UNID	14400	R$ 0,85	R$ 12.240,00
67	243359	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) UNI Nº 22G	DESCARPACK	UNID	14400	R$ 0,85	R$ 12.240,00
69	452355	FITA MICROPORE 2,5 X 10 ROLO	CREMER	ROLOS	5000	R$ 2,30	R$ 11.500,00
70	457481	TORNEIRA 3 VIAS UNIDADES	MEDIX	UNID	20000	R$ 0,65	R$ 13.000,00
71	298019	ABSORVENTE P/PÓS PARTO ABSORVENTE HIGIÊNICO, TIPO HOSPITALAR, LONGO, HIPOALERGÊNICO, COMPRIMENTO	CONFORTMAX	UND	8000	R$ 0,22	R$ 1.760,00

		MÍNIMO 35CM, LARGURA MÍNIMA 13CM, COBERTURA INTERNA FALSO TECIDO,EXTERNA IMPERMEÁVEL PCT C/ 8 UNIDADES					
72	448248	ALGODÃO HIDROFÓBICO (ORTOPERTICO) 20 CM- 420G	NATHY	EMB 500G	2000	R$ 1,25	R$ 2.500,00
80	389557	GLICOSÍMETRO TRACKEASE CODIFICAÇÃO AUTOMATICA, RESULTADO EM ATÉ 5 SEGUNDOS E VISOR AMPLIADO	ONCALLPLUS	UND	500	R$ 71,89	R$ 35.945,00
86	453693	ESPÁTULA USO MÉDICO EM MADEIRA, 18 CM	THEOTO	PCT	24	R$ 11,34	R$ 272,16
87	487014	FIO DE SUTURA, CATGUT C/ AGULHA 2-0 2,5CM	SHALON	UND	600	R$ 3,96	R$ 2.376,00
88	487000	FIO DE SUTURA, CATGUT C/ AGULHA 3-0 3CM	SHALON	UND	600	R$ 4,10	R$ 2.460,00
89	487428	FIO DE SUTURA NYLON 4-0 2,5CM	SERTIX	UND	600	R$ 1,27	R$ 762,00
90	487414	FIO DE SUTURA NYLON 5-0 1,5CM	SERTIX	UND	1000	R$ 1,26	R$ 1.260,00
91	437865	FITA HOSPITALAR MICROPOROSA 25MM	SERTIX	ROLO 4,5M	600	R$ 1,99	R$ 1.194,00
93	389338	LANCETA DESCARTÁVEL LANCETA, AÇO INOXIDÁVEL,PONTA AFIADA,TRIFACETADA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ULTRA FINA	MEDLEVENSHON	UND	36000	R$ 0,09	R$ 3.240,00
94	475840	GEL CONDUTOR A BASE DE ÁGUA PH NEUTRO	FORTSAN	LT	144	R$ 5,99	R$ 862,56
95	437178	CATETER PERIFÉRICO 20 GAU	HARSORIA	UND	1200	R$ 0,85	R$ 1.020,00
96	437178	CATETER PERIFÉRICO 22 GAU	DESCARPACK	UND	1200	R$ 0,85	R$ 1.020,00
104	328078	DETERGENTE ENZIMÁTICO, A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE - 5L	FORTSAN	FR 5L	30	R$ 80,46	R$ 2.413,80
105	269876	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% SOLUÇÃO	RIOQUIMICA	LT	1000	R$ 16,00	R$ 16.000,00
106	268207	AMPICILINA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	TEUTO	FR/AMP	1000	R$ 4,00	R$ 4.000,00
107	268214	ATROPINA 0,25MG - SOLUÇÃO INJETÁVEL	SANTISA	AMP 1ML	360	R$ 0,75	R$ 270,00
108	270621	BUSCOPAN COMPOSTO 4MG/500MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	COSMED	AMP 5ML	3000	R$ 1,38	R$ 4.140,00
110	460699	CEFALOTINA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	BLAU	FR/AMP	500	R$ 4,49	R$ 2.245,00
113	448844	CETOPROFENO 100MG/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	UNIÃOQUIMICA	FR/AMP	10000	R$ 1,25	R$ 12.500,00
114	272091	COMPLEXO B 2MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	HYPOFARMA	AMP 2ML	15000	R$ 1,09	R$ 16.350,00
116	268256	GENTAMICINA 40 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS	AMP 2ML	2000	R$ 1,19	R$ 2.380,00
117	267541	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL	EQUIPLEX	AMP 10ML	5000	R$ 0,49	R$ 2.450,00
121	269843	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/ML (2%)	HIPOLABOR	AMP 5ML	2000	R$ 1,23	R$ 2.460,00
122	267310	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	SANTISA	AMP 2ML	2000	R$ 0,66	R$ 1.320,00
123	268277	OCITOCINA 5UI SOLUÇÃO INJETÁVEL	BLAU	AMP 1ML	500	R$ 3,59	R$ 1.795,00
125	267769	PROMETAZINA 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR	AMP 2ML	8000	R$ 2,77	R$ 22.160,00
127	272045	CLOPIDOGREL 75MG	SANDOZ	COMP	2000	R$ 0,41	R$ 820,00
133	448839	ACEBROFILINA 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	FRASCO 120ML	4000	R$ 5,80	R$ 23.200,00
135	268949	AZITROMICINA 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	FRASCO 15ML	8000	R$ 7,20	R$ 57.600,00
140	269851	LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HYPOFARMA	TUBETE 1,8ML	12000	R$ 2,10	R$ 25.200,00
141	268331	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO	HIPOLABOR	FRASCO 20ML	1000	R$ 1,20	R$ 1.200,00
142	446264	AMBROXOL 3MG/ML XAROPE	FARMACE	FRASCO 120ML	1440	R$ 2,20	R$ 3.168,00
145	292418	CIPROFLOXACINO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS	FRASCO 100ML	11250	R$ 7,07	R$ 79.537,50
146	292419	CIPROFLOXACINO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS	FRASCO 100ML	3750	R$ 7,07	R$ 26.512,50
148	276283	DESLANOL 0,2 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	UNIÃO QUIMICA	AMP 2ML	120	R$ 2,52	R$ 302,40
155	442584	NOREPINEFRINA 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS	AMP 4ML	800	R$ 1,40	R$ 1.120,00
156	470124	ÓLEO DE GIRASSOL 200 ML	NUTRIEX	UNID.	1000	R$ 5,10	R$ 5.100,00
157	233632	ÓLEO MINERAL 100 ML	AIRELA	VD	800	R$ 3,10	R$ 2.480,00
163	268236	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO) 0,9% 100 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS	FR	8000	R$ 3,25	R$ 26.000,00
164	268236	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO) 0,9% 250 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS	FR	5000	R$ 3,70	R$ 18.500,00
166	366913	SORO GLICOFISIOLOGICA 500 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE GLICOSE A 5% + CLORETO DE SÓDIO A 0,9%	FRESENIUS	BOLSA 500ML	3400	R$ 4,90	R$ 16.660,00
168	327566	ÁCIDO TRANEXAMICO 50 MGML SOLUÇÃO INJETÁVEL	BLAU	AMP 5ML	1200	R$ 4,30	R$ 5.160,00
169	277319	ÁGUA OXIGENADA 1L 10 V SOLUÇÃO ANTISSÉPTICA	VICPHARMA	LT	1000	R$ 5,90	R$ 5.900,00
171	268303	SULFATO DE SALBUTAMOL 2,5 MG/2,5 ML SOLUÇÃO P/ NEBULIZAÇÃO	FARMACE	FRASCO 10ML	500	R$ 16,70	R$ 8.350,00
173	270597	ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 3 MG/ML + 3 MG/ML SUSPENSÃO INJETÁVEL	CRISTALIA	AMP 1ML	1000	R$ 6,80	R$ 6.800,00
174	345240	ACETATO DE HIDROCORTISONA 10 MG/G (1%) CREME	UNIÃOQUIMICA	BISN 20G	2000	R$ 7,70	R$ 15.400,00
175	292227	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 50 MG/ML SUSPENSÃO INJETÁVEL	PFIZER	AMP 1ML	4000	R$ 9,80	R$ 39.200,00
176	292228	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML SUSPENSÃO INJETÁVEL	UNIÃOQUIMICA	AMP 1ML	1000	R$ 9,90	R$ 9.900,00
177	271445	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 10 MG	UNIÃOQUIMICA	COMP	500	R$ 2,20	R$ 1.100,00
178	276774	ACETATO DE SÓDIO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	BCLAB	AMP 10ML	500	R$ 13,75	R$ 6.875,00
179	278283	ACETAZOLAMIDA 250 MG	UNIÃOQUIMICA	COMP	500	R$ 0,65	R$ 325,00
200	271089	AMOXICILINA 500 MG	TEUTO	CAPS	60000	R$ 0,20	R$ 12.000,00
201	271089	AMOXICILINA 500 MG	TEUTO	COMP	1000	R$ 0,19	R$ 190,00
202	448841	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG/ML + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	SEM	FRASCO 75ML	120	R$ 13,70	R$ 1.644,00
203	271217	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG	SANDOZ	COMP	5000	R$ 0,90	R$ 4.500,00
208	267140	AZITROMICINA 500 MG	CIMED	COMP	19000	R$ 0,70	R$ 13.300,00
209	268949	AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	PRATI DONADUZZI	FRASCO 15ML	200	R$ 6,80	R$ 1.360,00

210	270613	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI SUSPENSÃO INJETÁVEL	TEUTO	FR/AMP	5000	R$ 5,85	R$ 29.250,00
213	270616	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	BLAU	FR/AMP	100	R$ 9,79	R$ 979,00
214	270614	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 300.000 UI + 100.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	BLAU	FR/AMP	200	R$ 6,59	R$ 1.318,00
215	394856	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	BELFAR	FRASCO 100ML	200	R$ 6,58	R$ 1.316,00
216	268222	BICARBONATO DE SÓDIO 1 MEQ/ML (8,4%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	FARMACE	AMP 10ML	50	R$ 0,85	R$ 42,50
217	268331	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	HIPOLABOR	FRASCO 20ML	120	R$ 1,45	R$ 174,00
218	268332	BROMETO DE IPRATRÓPIO 20 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	UNIÃOQUIMICA	FRASCO 200 DOSES	200	R$ 31,14	R$ 6.228,00
219	266706	BUDESONIDA 32 MCG SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	SEM	FRASCO 120 DOSES	720	R$ 10,96	R$ 7.891,20
220	266701	BUDESONIDA 50 MCG SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	ACHE	FRASCO 120 DOSES	720	R$ 16,48	R$ 11.865,60
221	266707	BUDESONIDA 64 MCG SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	SEM	FRASCO 120 DOSES	50	R$ 15,26	R$ 763,00
222	268084	CABERGOLINA 0,5 MG	RANBAXY	COMP	100	R$ 4,19	R$ 419,00
223	267613	CAPTOPRIL 25 MG	GEOLAB	COMP	504000	R$ 0,02	R$ 10.080,00
227	270895	CARBONATO DE CÁLCIO 1.250 MG (500 MG DE CÁLCIO)	NUTIVIT	COMP	200	R$ 0,07	R$ 14,00
228	270893	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 1.250 MG (500 MG DE CÁLCIO) + 200 UI	AIRELA	COMP	200	R$ 0,05	R$ 10,00
229	448610	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 1.250 MG (500 MG DE CÁLCIO) + 400 UI	AIRELA	COMP	200	R$ 0,07	R$ 14,00
230	396076	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 1.500 MG (600 MG DE CÁLCIO) + 400 UI	ASPEN	COMP	200	R$ 0,06	R$ 12,00
232	446251	CARVÃO VEGETAL ATIVADO PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	ISOFARMA	POTE	10	R$ 15,49	R$ 154,90
233	267566	CARVEDILOL 3,125 MG	ACHE	COMP	1440	R$ 0,08	R$ 115,20
234	267565	CARVEDILOL 6,25 MG	ACHE	COMP	7200	R$ 0,07	R$ 504,00
235	267564	CARVEDILOL 12,5 MG	ACHE	COMP	12000	R$ 0,09	R$ 1.080,00
236	267567	CARVEDILOL 25 MG	ACHE	COMP	18000	R$ 0,09	R$ 1.620,00
239	331555	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	TEUTO	FRASCO 60ML	1200	R$ 5,35	R$ 6.420,00
240	268410	CEFOTAXIMA SÓDICA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	TEUTO	FR/AMP	50	R$ 7,55	R$ 377,50
241	442702	CEFTRIAXONA 250 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	TEUTO	FR/AMP	200	R$ 8,55	R$ 1.710,00
242	442703	CEFTRIAXONA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	EUROFARMA	FR/AMP	200	R$ 6,10	R$ 1.220,00
243	271103	CETOCONAZOL 20 MG/G (2%) XAMPU	NATIVITA	FRASCO 100ML	360	R$ 5,35	R$ 1.926,00
244	426098	CIANOCOBALAMINA (VIT B12) 1.000 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL	PROCTER&GAMBLE	AMP 2ML	50	R$ 3,50	R$ 175,00
245	267631	CIPROFLOXACINO 250 MG	PHARMA	COMP	2000	R$ 0,29	R$ 580,00
246	267632	CIPROFLOXACINO 500 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	36000	R$ 0,18	R$ 6.480,00
260	269573	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA SOLUÇÃO 2,5 MG/ML (0,25%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	HYPOFARMA	FRASCO 20ML	100	R$ 23,18	R$ 2.318,00
261	269574	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA SOLUÇÃO 5 MG/ML (0,50%) INJETÁVEL	HYPOFARMA	FRASCO 20ML	100	R$ 5,00	R$ 500,00
262	268955	CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 150 MG	SEM	CAPS	300	R$ 2,29	R$ 687,00
263	268436	CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 300 MG	TEUTO	CAPS	3240	R$ 1,05	R$ 3.402,00
270	268446	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 12,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	NOVAFARMA	AMP 20ML	50	R$ 5,68	R$ 284,00
273	268111	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 25 MG	NOVARTIS	COMP	2000	R$ 0,39	R$ 780,00
274	268112	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50 MG	NOVARTIS	COMP	2000	R$ 0,55	R$ 1.100,00
275	269842	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 10 MG/ML (1%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	CRISTALIA	FRASCO 20ML	100	R$ 5,10	R$ 510,00
276	269846	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/G (2%) GEL	PHARLAB	BISN 30G	2000	R$ 4,80	R$ 9.600,00
277	269845	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 100 MG/ML SOLUÇÃO SPRAY	HIPOLABOR	FRASCO 50ML	30	R$ 52,49	R$ 1.574,70
278	269848	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA + GLICOSE 50 MG/ML + 75 MG/ML (5% + 7,5%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	DLA	AMP 2ML	300	R$ 5,55	R$ 1.665,00
279	269852	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA + HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 2% + 1:200.000 SOLUÇÃO INJETÁVEL	HYPOFARMA	FRASCO 20ML	200	R$ 5,40	R$ 1.080,00
280	397428	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA + HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 2% + 1:80.000 SOLUÇÃO INJETÁVEL	DFL	TUBETE 1,8ML	200	R$ 2,25	R$ 450,00
281	275402	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA + HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 1% + 1:200.000 SOLUÇÃO INJETÁVEL	DFL	FRASCO 20ML	200	R$ 10,40	R$ 2.080,00
282	267690	CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	96000	R$ 0,09	R$ 8.640,00
283	267691	CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG	GEOLAB	COMP	384000	R$ 0,11	R$ 42.240,00
322	267647	DIGOXINA 0,25 MG	TEUTO	COMP	24000	R$ 0,15	R$ 3.600,00
324	273395	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5 MGCOMPRIMIDO SUBLINGUAL	SEM	COMP	1000	R$ 0,39	R$ 390,00
325	268252	DIPIRONA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	SANTISA	AMP 2ML	8000	R$ 0,50	R$ 4.000,00
330	267587	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 200 MCG/DOSE PÓ PARA INALAÇÃO ORAL	CHIESI	FRASCO 200 DOSES	200	R$ 27,15	R$ 5.430,00
331	445797	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 200 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	CHIESI	FRASCO 200 DOSES	200	R$ 24,50	R$ 4.900,00
332	267586	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 200 MCG/DOSE CÁPSULA PARA INALAÇÃO ORAL	CHIESI	CAPS	200	R$ 41,30	R$ 8.260,00
333	267581	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	CHIESI	FRASCO 200 DOSES	200	R$ 24,50	R$ 4.900,00
334	267589	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 400 MCG/DOSE PÓ PARA INALAÇÃO ORAL	CHIESI	FRASCO 100 DOSES	100	R$ 64,12	R$ 6.412,00

336	270846	ENANTATO DE NORETISTERONA + VALERATO DE ESTRADIOL 50 MG/ML + 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	CIFARMA	AMP 1ML	2000	R$ 6,50	R$ 13.000,00
354	448857	FLUCONAZOL 10 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	PFIZER	FRASCO 50ML	360	R$ 9,89	R$ 3.560,40
355	267661	FLUCONAZOL 100 MG	BELFAR	CAPS	5000	R$ 0,57	R$ 2.850,00
357	268292	FOLINATO DE CÁLCIO (ÁCIDO FOLÍNICO) 15 MG	HIPOLABOR	COMP	360	R$ 2,06	R$ 741,60
358	466603	FOSFATO DE CLINDAMICINA 1% GEL	GSK	TUBO	50	R$ 39,69	R$ 1.984,50
364	267666	FUROSEMIDA 10 MG/MLSOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR	AMP 2ML	2400	R$ 0,62	R$ 1.488,00
365	267671	GLIBENCLAMIDA 5 MG	SEM	COMP	360000	R$ 0,03	R$ 10.800,00
372	267544	GLICOSE 100 MG/ML (10%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS	BOLSA 500ML	2500	R$ 5,82	R$ 14.550,00
373	267541	GLICOSE 500 MG/ML (50%) SOLUÇÃO INJETÁVEL	SANTEC	AMP 10ML	2500	R$ 0,50	R$ 1.250,00
377	442584	HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/MLSOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS	AMP 4ML	300	R$ 1,44	R$ 432,00
381	367514	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 230 MG	HYPERA	COMP	1000	R$ 0,65	R$ 650,00
382	267271	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 300 MG	HYPERA	COMP	1000	R$ 0,64	R$ 640,00
383	340783	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ MLSUSPENSÃO ORAL	AIRELA	FRASCO 100ML	2400	R$ 2,55	R$ 6.120,00
384	373909	HIPROMELOSE 3 MG/ML (0,3%) SOLUÇÃO OFTÁLMICA	CRISTALIA	FRASCO 10ML	120	R$ 21,24	R$ 2.548,80
385	270042	HIPROMELOSE 5 MG/ML (0,5%)SOLUÇÃO OFTÁLMICA	CRISTALIA	FRASCO 10ML	120	R$ 14,99	R$ 1.798,80
387	267677	IBUPROFENO 300 MG	GEOLAB	COMP	43200	R$ 0,09	R$ 3.888,00
395	376767	IVERMECTINA 6 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	20000	R$ 0,37	R$ 7.400,00
398	433280	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100 MG + 25 MG	ROCHE	COMP	15000	R$ 0,79	R$ 11.850,00
399	270126	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	ROCHE	COMP	720	R$ 1,94	R$ 1.396,80
400	270129	LEVODOPA + CARBIDOPA 200 MG + 50 MG	TEUTO	COMP	720	R$ 2,19	R$ 1.576,80
401	270130	LEVODOPA + CARBIDOPA 250 MG + 25 MG	CRISTALIA	COMP	2400	R$ 0,55	R$ 1.320,00
402	268956	LEVONORGESTREL 0,75 MG	CIMED	COMP	960	R$ 3,69	R$ 3.542,40
408	273467	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE	CIMED	FRASCO 100ML	1200	R$ 3,14	R$ 3.768,00
409	268856	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	GEOLAB	COMP	1380000	R$ 0,02	R$ 27.600,00
413	267650	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG	BELFAR	COMP	84000	R$ 0,03	R$ 2.520,00
415	267652	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	LEGRAND	COMP	36000	R$ 0,04	R$ 1.440,00
435	268286	NITRATO DE MICONAZOL 2% (20 MG/G) CREME	HIPOLABOR	BISN 28G	600	R$ 2,40	R$ 1.440,00
438	448808	NORETISTERONA 0,35 MG	BIOLAB	COMP	2000	R$ 0,19	R$ 380,00
439	267711	OMEPRAZOL 10 MG	TEUTO	CAPS	1000	R$ 0,67	R$ 670,00
442	267777	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FARMACE	FRASCO 15ML	10000	R$ 0,63	R$ 6.300,00
456	267746	SINVASTATINA 10 MG	SANDOZ	COMP	1080	R$ 0,07	R$ 75,60
457	267747	SINVASTATINA 20 MG	SANDOZ	COMP	180000	R$ 0,05	R$ 9.000,00
458	267745	SINVASTATINA 40 MG	SANDOZ	COMP	168000	R$ 0,05	R$ 8.400,00
460	276656	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	ASTRAZENECA	COMP	500	R$ 0,19	R$ 95,00
461	276657	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	ASTRAZENECA	COMP	500	R$ 0,37	R$ 185,00
462	276658	SUCCINATO DE METOPROLOL 100 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	ASTRAZENECA	COMP	500	R$ 0,62	R$ 310,00
470	268075	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% (4,05 MEQ/ML MG++) SOLUÇÃO INJETÁVEL	SAMTEC	AMP 10ML	200	R$ 5,81	R$ 1.162,00
488	273710	NIMESULIDA 100 MG	LEGRAND	COMP	24000	R$ 0,06	R$ 1.440,00
489	271000	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	GEOLAB	COMP	24000	R$ 0,06	R$ 1.440,00
496	267688	METILDOPA 500 MG	SEM	COMP	20000	R$ 0,77	R$ 15.400,00
500	292399	VITAMINA K (FITOMENADIONA) 10 MG/ML AMPOLA	HYPOFARMA	AMP 1ML	600	R$ 2,28	R$ 1.368,00
503	267516	ATENOLOL 25 MG	GERMED	COMP	96000	R$ 0,02	R$ 1.920,00
504	267151	CETOCONAZOL 200 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	6000	R$ 0,23	R$ 1.380,00
505	270999	DICLOFENACO POTÁSSICO 25 MG/ML	TEUTO	AMP 3ML	1800	R$ 1,03	R$ 1.854,00
514	406292	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTAVEL	SSPLUS	PCT 40 UNDS	3000	R$ 7,29	R$ 21.870,00
515	458044	ÁCIDO FOSFÓRICO LÍQUIDO	ALLPLAN	FRASCO 1L	100	R$ 71,22	R$ 7.122,00
516	395524	RESINA FOTO Z100 OU OPORIS, COR: A1	3M	UND	120	R$ 43,47	R$ 5.216,40
517	395525	RESINA FOTO Z100 OU OPORIS, COR: A2	3M	UND	240	R$ 43,47	R$ 10.432,80
518	392397	RESINA FOTO Z100 OU OPORIS, COR: A3	3M	UND	120	R$ 43,48	R$ 5.217,60
519	392398	RESINA FOTO Z100 OU OPORIS, COR: A3,5	3M	UND	120	R$ 44,84	R$ 5.380,80
520	390459	RESINA FOTO Z100 OU OPORIS, COR: B1	3M	UND	120	R$ 41,76	R$ 5.011,20
521	390459	RESINA FOTO Z100 OU OPORIS, COR: B2	3M	UND	120	R$ 44,46	R$ 5.335,20
522	395526	RESINA FOTO Z100 OU OPORIS, COR: B3	3M	UND	120	R$ 37,96	R$ 4.555,20
523	272913	ANESTÉSICO TÓPICO (BENZOTOP GEL 200MG/G)	DFL	POTE 12G	400	R$ 11,40	R$ 4.560,00
537		FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES DESDE O SEU NASCIMENTO DESTINADO A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECIFICAS COM RESTRIÇÕES DE LACTOSE A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES E HIPOALERGÊNICA CARBOIDRATOS 100% XAROPE DE GLICOSE LIPÍDIOS ÓLEOS VEGETAIS DE AÇAFRÃO COCO E CANOLA COM DENSIDADE CALÓRICA DE 71 KCAL /100 ML EM DILUIÇÃO DE 15% APRESENTAÇÃO. NO MÍNIMO LATA DE 400 GR ISENTA DE PROTEÍNA LACTOSE SACAROSE GALACTOSE E GLÚTEN.MARCA EXIGIDA: **NEOCATE LCP**	NEOCATE LCP 400G DANONE	LATA	300	R$ 149,00	R$ 44.700,00
538		ALIMENTO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL Á BASE DE AMINOÁCIDOS SINTÉTICOS E NÃO ALERGÊNICOS PARA CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS DE IDADE COM ALERGIA AO LEITE DE VACA E A OUTROS ALIMENTOS MÁ ABSORÇÃO E SÍNDROME DO INTESTINO CURTO COM 1,0 KCAL/ML, NUTRICIONALMENTE COMPLETO. 100% XAROPE DE GLICOSE, ÓLEOS VEGETAIS COM 35% DE TCM. ISENTA DE LACTOSE, GALACTOSE, SACAROSE, INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL E GLÚTEN. NO MÍNIMO LATA 400 GR. **MARCA DE REFERENCIA: NEOCATHE ADVANCE, OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	NEOCATE ADVANCE 400G DANONE	LATA	300	R$ 124,00	R$ 37.200,00
542		FÓRMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE (0 A 12 M), CONTENDO VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS NECESSÁRIO AO BOM	APTAMIL SL 400G DANONE	LATA	240	R$ 34,00	R$ 8.160,00

		DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO. CONTEM NUCLEOTÍDEOS E LCPUFAS (ACIDO GRAXO DE CADEIA LONGA), PRINCIPALMENTE O ÁCIDO ARAQUIDÔNICO (ARA) E DOCOSAEXAENÓICO (DHA). 100% MALTODEXTRINA. EMBALAGEM: LATA DE NO MÍNIMO 400 GR. **MARCA DE REFERENCIA: APTAMIL SL, NAN SL, OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**					
548		FÓRMULA ENTERAL POLIMÉRICA, PEDIÁTRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA. ISENTO DE LACTOSE. LATA DE NO MÍNIMO 400G **MARCA DE REFERENCIA: FORTINI, PEDIASURE COMPLETE OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	TROPHIC JUNIOR 400G (PRODIET)	LATA	700	R$ 47,90	R$ 33.530,00
551		FÓRMULA ENTERAL POLIMÉRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA, HIPERPROTEICA, 1,5KCAL/ML. NÃO CONTÉM GLÚTEN. SISTEMA ABERTO. FRASCO 1000 ML. **MARCA DE REFERENCIA: ISOSSOURCE 1.5, TROPHIC 1.5 OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	TROPHIC SOYA 1L (PRODIET)	FRASCO	1000	R$ 17,00	R$ 17.000,00
552		COMPLEMENTO ALIMENTAR A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, SEM LACTOSE. ADICIONADO DE VITAMINAS E MINERAIS. LATA DE NO MÍNIMO 300G. **MARCA DE REFERENCIA:SOY MAIS, SOY + OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	SOY MAIS 300G	LATA	150	R$ 30,90	R$ 4.635,00
555		FORMULA ENTERAL/ORAL NORMOCALÓRICA, DENSIDADE CALÓRICA DE 1,0 A 1,2 KCAL/ML, NORMOPROTEICA, CONTENDO FRUTOSE E COM ADIÇÃO DE FIBRAS, INDICADA PARA PACIENTES COM DIABETES TIPO I E II E SITUAÇÕES DE HIPERGLICEMIA. ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. APRESENTAÇÃO PARA SISTEMA ABERTO. FRASCO 1000 ML. **MARCA DE REFERENCIA: GLUCERNA, NUTRI- DIABETIC OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	DIAMAX IG 1.000 ML (PRODIET)	FRASCO	200	R$ 19,00	R$ 3.800,00
556		MODULO DE MALTODEXTRINA, MODULO COM 100% DE MALTODEXTRINA INDICADO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL QUE APRESENTA ALTA SOLUBILIDADE E DIGESTIBILIDADE, EMBALAGEM LATA DE 400G. **MARCA DE REFERENCIA: CARBOFOR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	CARBOCH 400G (PRODIET)	LATA	300	R$ 25,00	R$ 7.500,00
557		LEITE DE VACA DESNATADO, CARBONATO DE CÁLCIO, FOSFATO DE CÁLCIO E VITAMINAS (A E D), NÃO CONTENDO GLÚTEM. PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU AGRICULTURA. EMBALAGEM (LATA – SACHÊ) CONTENDO 400 G. **(REFERÊNCIA: LEITE MOLICO DESNATADO)**	MOLICO 400G (NESTLE)	LATA	360	R$ 23,80	R$ 8.568,00
558		MODULO DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, COM 70% DE ÓLEO DE COCO E 30% DE ÓLEO DE MILHO, COM AGE (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS), SEM SABOR, NÃO CONTÉM GLUTÉN, FRASCO DE 500ML **MARCA DE REFERENCIA: MCT OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR**	MCT COM AGE 500 ML (VITAFOR)	FRASCO	100	R$ 119,00	R$ 11.900,00
560		FORMULA INFANTIL COM PROTEÍNA DE ARROZ HIDROLISADA, ENRIQUECIDA COM MINERAIS, VITAMINAS, NUCLEOTÍDEOS, AMINOÁCIDOS LIVRES E PEPTÍDEOS. ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE E FRUTOSE. ISENTO DE ACIDO FÍTICO E FITOESTROGENOS. ISENTO DE GLÚTEN. CONTENDO AGE NA PROPORÇÃO DE 10:1 DE ACIDO LINOLÉICO, ALFALINOLENICO. EMBALAGEM: LATA DE NO MÍNIMO COM 400G COM COLHER MEDIDA. **MARCA DE REFERENCIA: NOVAMIL RICE OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	NOVAMIL RICE 400G BIOLAB	LATA	100	R$ 257,10	R$ 25.710,00
565	268225	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG	VIDORA	COMP	100000	R$ 0,07	R$ 7.000,00
570	386396	AMOXICILINA + CLAVULONATO 400+57MG/ML SUSPENSÃO ORAL	EUROFARMA	FR	2000	R$ 16,80	R$ 33.600,00
571	268383	AMICACINA SULFATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRESENIUS	AMP 2ML	200	R$ 6,00	R$ 1.200,00
572	278281	ADENOSINA 3MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HALEX ISTAR	AMP 2ML	50	R$ 10,70	R$ 535,00
573	267282	BUSCOPAM SIMPLES (BUTILBROMETO DE ESCOPALAMINA) 20MG/ML	HYPOFARMA	AMP 1ML	2000	R$ 1,00	R$ 2.000,00
574	340167	CIMETIDINA 150MG/ML	HYPOFARMA	AMP 2ML	500	R$ 1,10	R$ 550,00
575	300733	DEXAMETASONA 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR	AMP 1ML	1000	R$ 0,60	R$ 600,00
576	272645	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	VIATRIS	UND	100	R$ 13,90	R$ 1.390,00
577	268454	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	VIATRIS	UND	100	R$ 17,40	R$ 1.740,00
578	268455	ENOXAPARINA SÓDICA 80MG/0,8ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	VIATRIS	UND	100	R$ 23,40	R$ 2.340,00
589		ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML	EQUIPLEX	UND	5000	R$ 0,20	R$ 1.000,00
590	268236	CLORETO DE SÓDIO 0,90% SOLUÇÃO INJETÁVEL	SAMTEC	AMP 10ML	1000	R$ 0,26	R$ 260,00
591	460136	ATADURA 15CM	LUDAN	ROLO 4,5M	4000	R$ 0,75	R$ 3.000,00
592	313630	LÂMINA BISTURI AÇO CARBONO DESCARTAVEL Nº 22 CX COM 100	BIOMASS	CX	10	R$ 24,12	R$ 241,20
593	487463	FIO NYLON 0 C/AG	PROCARE	UND	100	R$ 1,32	R$ 132,00
594	487452	FIO NYLON 2,0 C/AG	PROCARE	UND	500	R$ 1,20	R$ 600,00
595	487408	FIO NYLON 6,0 C/AG	PROCARE	UND	100	R$ 1,58	R$ 158,00
596	334787	BRAÇADEIRA PARA ECG	GLOBALTEC	UND	5	R$ 128,70	R$ 643,50
597	367706	APARELHO PRESSÃO ARTERIAL - TIPO: DIGITAL | MODELO: PORTÁTIL | MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON | TIPO FECHO BRAÇADEIRA: FECHO EM VELCRO | TAMANHO: ADULTO |	G TECH	UND	5	R$ 113,70	R$ 568,50
598	622673	ESPARADRAPO (FITA HOSPITALAR)	MISSNER	UND	1000	R$ 4,40	R$ 4.400,00

		MICROPOROSA 4,5CM X 10M					
599	269956	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS	AIRELA	FR	1000	R$ 2,32	R$ 2.320,00
600	267729	NIFEDIPINO 20MG	NEOQUIMICA	COMP	3000	R$ 0,08	R$ 240,00
601	443438	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 150MM (15CM) X 100M	HARBO MEDICAL	ROLO 100M	120	R$ 63,35	R$ 7.602,00
602	234924	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) UNI Nº 14G	OLIMED	UND	200	R$ 0,74	R$ 148,00
603	2390073	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) UNI Nº 18G	OLIMED	UND	500	R$ 0,77	R$ 385,00
604	609453	EQUIPO MACROGOTAS	GLOMED	UND	15000	R$ 0,94	R$ 14.100,00
605	395538	FRASCO NUTRIÇÃO ENTERAL	IMAX	UND	500	R$ 0,94	R$ 470,00
606	435413	UMIDIFICADOR 02 FRASCOS 250ML	PROTEC	UND	500	R$ 11,78	R$ 5.890,00
607	439811	AGULHA 20MM X 0,55MM (ROXA) CX C/ 100 UNDS	TKL	CX	30	R$ 6,80	R$ 204,00
608	456409	AMBÚ REANIMADOR ADULTO	FOYOMED	UND	5	R$ 119,99	R$ 599,95
609	456410	AMBÚ REANIMADOR INFANTIL	FOYOMED	UND	5	R$ 114,99	R$ 574,95
610	610251	EQUIPO NUTRIÇÃO ENTERAL	LAMEDID	UND	500	R$ 0,98	R$ 490,00
611	439807	AGULHA 25MM X 0,70MM (PRETA) CX C/ 100 UNDS	ABL BRASIL	CX	50	R$ 6,97	R$ 348,50
612	439799	AGULHA 40MM X 1,20MM (ROSA) CX C/ 100 UNDS	ABL BRASIL	CX	50	R$ 7,43	R$ 371,50
613	411827	AGULHA PARA CANETA DE INSULINA 32G X 4MM CX C/ 100 UNDS	LABOR IMPORT	CX	10	R$ 15,51	R$ 155,10
614	321787	ESPAÇADOR ADULTO	G TECH	UND	500	R$ 21,75	R$ 10.875,00
615	321786	ESPAÇADOR INFANTIL	G TECH	UND	200	R$ 22,05	R$ 4.410,00
616	454575	MÁSCARA NÃO REINALANTE INFANTIL	GOODCOME	UND	200	R$ 7,18	R$ 1.436,00
617	454574	MÁSCARA NÃO REINALANTE ADULTO	GOODCOME	UND	200	R$ 7,22	R$ 1.444,00
618	616019	FRALDA DESCARTÁVEL GG ADULTO	CONFORT CARE	UND	1000	R$ 1,42	R$ 1.420,00
619	616001	FRALDA DESCARTÁVEL P INFANTIL	CONFORT BABY	UND	1000	R$ 0,44	R$ 440,00
620	420663	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 500ML	J.PROLAB	UND	200	R$ 6,70	R$ 1.340,00
622	461243	ELETRODO USO MÉDICO MONITORIZAÇÃO CARDÍACA ECG	MEDIX	UND	1000	R$ 0,26	R$ 260,00
623	278255	KIT CATETER VENOSO CENTRAL 13CM	BIOMEDICAL	UND	5	R$ 74,78	R$ 373,90
624	405131	COLETOR DE FEZES E URINA	CRALPLAST	UND	500	R$ 0,35	R$ 175,00
625	447065	CLAMP UMBILICAL	FOYOMED	UND	100	R$ 0,60	R$ 60,00
626	613767	MANTA TÉRMICA ADULTO	ORTOFEX	UND	50	R$ 8,77	R$ 438,50
627	454401	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 06	MEDSONDA	UND	50	R$ 0,61	R$ 30,50
628	454408	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 08	MEDSONDA	UND	50	R$ 0,61	R$ 30,50
629	454404	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 10	MEDSONDA	UND	50	R$ 0,63	R$ 31,50
630	454405	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 12	MEDSONDA	UND	50	R$ 0,66	R$ 33,00
631	454402	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 14	MEDSONDA	UND	50	R$ 0,67	R$ 33,50
632	454403	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 16	MEDSONDA	UND	50	R$ 0,71	R$ 35,50
633		SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 20	MEDSONDA	UND	50	R$ 0,80	R$ 40,00
634	309204	SONDA DE ALÍVIO (NELATON) N° 14	FOYOMED	UND	50	R$ 0,64	R$ 32,00
635	309205	SONDA DE ALÍVIO (NELATON) N° 16	FOYOMED	UND	50	R$ 0,69	R$ 34,50
636	331864	SONDA DE ALÍVIO (NELATON) N° 18	FOYOMED	UND	50	R$ 0,75	R$ 37,50
637	451307	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO 2.0	GLOMED	UND	50	R$ 3,90	R$ 195,00
638	451295	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO 2.5	GLOMED	UND	50	R$ 3,56	R$ 178,00
639	451293	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO 3.0	GLOMED	UND	50	R$ 3,72	R$ 186,00
640	451299	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO 3,5	GLOMED	UND	50	R$ 3,70	R$ 185,00
641	451300	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO 4.0	GLOMED	UND	50	R$ 3,82	R$ 191,00
642	451298	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO 5.0	GLOMED	UND	50	R$ 3,82	R$ 191,00
643	451305	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO 6.0	GLOMED	UND	50	R$ 3,91	R$ 195,50
644	451303	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO 7.0	GLOMED	UND	50	R$ 4,04	R$ 202,00
645	451310	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO 8.0	GLOMED	UND	50	R$ 4,07	R$ 203,50
646	451302	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO 8.5	GLOMED	UND	50	R$ 4,12	R$ 206,00
647	436005	SONDA FOLEY 2 VIAS 08FR	WELL LEAD	UND	50	R$ 3,05	R$ 152,50
648	436008	SONDA FOLEY 2 VIAS 10FR	WELL LEAD	UND	50	R$ 3,52	R$ 176,00
649	436009	SONDA FOLEY 2 VIAS 12FR	WELL LEAD	UND	50	R$ 3,38	R$ 169,00
650	436012	SONDA FOLEY 3 VIAS 18FR	WELL LEAD	UND	50	R$ 3,63	R$ 181,50
651	436004	SONDA FOLEY 2 VIAS 22FR	WELL LEAD	UND	50	R$ 3,12	R$ 156,00
652	435908	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N° 14	FOYOMED	UND	20	R$ 1,10	R$ 22,00
653	435909	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N° 16	FOYOMED	UND	20	R$ 1,13	R$ 22,60
654	435910	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N° 18	FOYOMED	UND	20	R$ 1,19	R$ 23,80
655	435911	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N° 20	FOYOMED	UND	20	R$ 1,24	R$ 24,80
656	435982	SONDA URETRAL N° 14	FOYOMED	UND	20	R$ 0,67	R$ 13,40
657	435985	SONDA URETRAL N° 16	FOYOMED	UND	20	R$ 0,71	R$ 14,20
658	435983	SONDA URETRAL N° 18	FOYOMED	UND	20	R$ 0,80	R$ 16,00
659	277080	SONDA DE NUTRIÇÃO ENTERAL 8FR	GVFLEX	UND	20	R$ 9,53	R$ 190,60
660	240103	SONDA DE NUTRIÇÃO ENTERAL 12FR	GVFLEX	UND	50	R$ 9,61	R$ 480,50
661	620079	LUVA ESTÉRIL Nº 8,5	ABL	PAR	500	R$ 1,19	R$ 595,00
662	400415	RESINA DA1	FGM	UND	120	R$ 16,72	R$ 2.006,40
663	400416	RESINA DA2	FGM	UND	240	R$ 15,35	R$ 3.684,00
664	400418	RESINA DA3	FGM	UND	240	R$ 16,40	R$ 3.936,00
665	400417	RESINA DA3,5	FGM	UND	240	R$ 25,50	R$ 6.120,00
666	400411	RESINA EA1	FGM	UND	120	R$ 12,00	R$ 1.440,00
667	400412	RESINA EA2	FGM	UND	240	R$ 12,00	R$ 2.880,00
668	400413	RESINA EA3	FGM	UND	240	R$ 12,45	R$ 2.988,00
669	400414	RESINA EA3,5	FGM	UND	240	R$ 12,00	R$ 2.880,00
673	269888	MEPIVACAÍNA 2% COM EPINEFRINA	DFL	TUBETE	12000	R$ 3,00	R$ 36.000,00
674	297697	ARTICAÍNA 4% COM EPINEFRINA	DFL	TUBETE	12000	R$ 3,69	R$ 44.280,00
689	376426	BROCA SHOFU DE ACABAMENTO	LABORDENTAL	UND	300	R$ 10,07	R$ 3.021,00
690	407961	ALGODÃO ROLETE	SSPLUS	PCT 100UNDS	1440	R$ 2,71	R$ 3.902,40
692	406293	SUGADOR CIRÚRGICO PCT 20 UNDS	MAQUIRA	PCT 20 UNDS	480	R$ 17,55	R$ 8.424,00
693	439702	SERINGA 10 ML COM AGULHA	INJEX	UND	500	R$ 0,34	R$ 170,00
694	353773	SACO DE LIXO HOSPITALAR 50L C/ 100 UNDS	DONAPACK	PCT	80	R$ 24,61	R$ 1.968,80
712	284487	FIO DE SUTURA AGULHADO SEDA FIO 0 C/ 24 UNDS	PROCARE	PCT	100	R$ 43,97	R$ 4.397,00
715	487559	FIO DE SUTURA AGULHADO SEDA FIO 3-0 C/ 24 UNDS	PROCARE	PCT	1000	R$ 40,92	R$ 40.920,00
717	487548	FIO DE SUTURA AGULHADO SEDA FIO 5-0 C/ 24 UNDS	PROCARE	PCT	100	R$ 46,38	R$ 4.638,00
718	306267	FIO DE SUTURA AGULHADO SEDA FIO 6-0 C/ 24 UNDS	PROCARE	PCT	100	R$ 33,00	R$ 3.300,00

TOTAL: DOIS MILHÕES, CENTO E SEIS MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS	R$ 2.106.472,82

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal De Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº XXXXXXXXX
Contratante

Mix Distribuidora LTDA
CNPJ Nº 55.492.463/0001-00
JORGE EDUARDO RIBEIRO SOARES
CPF Nº XXXXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:3AAC7BDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXXX, nº XX, XXXXX, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**INFINITI EMPREENDIMENTOS LTDA**, com sede na Avenida Genei Uehara, nº1263, Residencial Nova Itália, Cianorte – PR, CEP: 87.203-196, inscrita no **CNPJ nº 23.829.339/0001-09**, neste ato representada pelo Sr. **JEREMIAS PEREZ ARLANDIS SALA**, brasileiro, solteiro, inscrito no **CPF nº XXXXXX, RG nº XXXXXX SSP/PR,** residente e domiciliado na XXXXXXX, nº XXXX, XXXXXXX, XXXX – PR, CEP: XXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
31	485312	MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO, 3 CAMADAS DESCARTAVEL CX C/ 50 UNID	PROPRIA	CX	5000	R$ 4,94	R$ 24.700,00

TOTAL: VINTE E QUATRO MIL E SETECENTOS REAIS	R$ 24.700,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº XXXXXXXX
Contratante

Infiniti Empreendimentos LTDA
CNPJ Nº 23.829.339/0001-09
JEREMIAS PEREZ ARLANDIS SALA
CPF Nº XXXXXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:B5D77C55

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG 8.022.486 SDS/PE** e **CPF nº 080.883.994-24**, residente e domiciliada na Rua Santa Cruz, nº 39, Centro, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**BIOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, com sede na Rua Antonio Virgílio Busnello, nº 237, Bela Vista, Erechim – RS, CEP: 99.704-056, inscrita no **CNPJ nº 38.329.458/0001-61**, neste ato representada pela Sr.ª **CÁTIA MANOELA GASPARETTO**, brasileira, solteira, empresária, inscrita no **CPF nºXXXXXXX, RG nº XXXXXXX SSP/RS**, residente e domiciliada naXXXXXXXX, nº XX, XXXXX, XXXXXXXXX, XXXXXX– RS, CEP: XXXXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
440	267712	omeprazol 20 mg	BELFAR	CAPS	84000	R$ 0,09	R$ 7.560,00	
TOTAL: SETE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA REAIS							**R$ 7.560,00**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº XXXXXXXX
Contratante

Biomed Distribuidora de Medicamentos LTDA
CNPJ Nº 38.329.458/0001-61
CÁTIA MANOELA GASPARETTO
CPF Nº XXXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:E55F0380

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXX, nº XX, XXXXX, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**INNOVAKIR IMPORTAÇÃO EM SAÚDE LTDA**, sediada na Rua José da Silva Lucena, nº 102, Galpão 0001, sala 11, Imbiribeira, Recife -PE, CEP: 51.150-430, inscrita no **CNPJ/MF n° 39.509.826/0001-16**, neste ato representada pelo Sr. **ARTHUR ARAUJO DOS ANJOS,** brasileiro, solteiro, administrador, portador da **Carteira de Identidade nº XXXXXX SDS/PE e CPF XXXXXXX,** residente e domiciliado na XXXXXX, nº XXX, XX. XXXX, XXXXX, XXX - PE, CEP: XXXXXX.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
543	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. ENRIQUECIDA COM PREBIÓTICOS. CONTÉM ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA E NUCLEOTÍDEOS. PROTEÍNAS LÁCTEAS. RELAÇÃO CASEÍNA/PROTEÍNA 40:60 OU 30:70. CARBOIDRATOS: 100% LACTOSE. LATA DE NO MÍNIMO 400G.**MARCA DE REFERENCIA: APTAMIL 1, NAN 1 OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.**	NESTLÉ	LATA	600	R$ 34,29	R$ 20.574,00	
TOTAL: VINTE MIL, QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS						**R$ 20.574,00**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal De Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº XXXXXXX
Contratante

Innovakir Importação Em Saúde LTDA
CNPJ/MF N° 39.509.826/0001-16
ARTHUR ARAUJO DOS ANJOS
CPF Nº XXXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:0025F2A3

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXX, nº XX, XXX, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**BIOVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE LTDA**, com sede Rua Padre Agobar Valença, S/N, Severino de Moraes Filho Garanhuns - PE, CEP: 55.299-389, inscrita no **CNPJ nº 58.406.720/0001-31,** neste ato representada pelo Sr. **EDSON EVANDRO FEITOSA CYSNEIROS**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no **CPF nº XXXXXXX, Carteira Nacional De Habilitação nº XXXXXXXX DETRAN/PE**, residente e domiciliado na XXXXXXXXX, nº XXX, XXXXXXXX, XXXXXXX - PE, CEP: XXXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
51	366700	LUVA BORRACHA TAMANHO P	MBLIFE	PAR	500	R$ 4,70	R$ 2.350,00	
78	471137	PORTA AGULHA INSTRUMENTO CIRÚRGICO, TAMANHO 14CM PARA SUTURA ABC	COOPERFLEX	UND	50	R$ 38,99	R$ 1.949,50	

711	267669	HALDOL (HALOPERIDOL) 5MG	UNIAOQUIMICA	COMP	90	R$ 0,20	R$ 18,00	
TOTAL: QUATRO MIL, TREZENTOS E DEZESSETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS							**R$ 4.317,50**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº XXXXXXXX
Contratante

Biovida Distribuidora de Medicamentos e Produtos de Saúde LTDA
CNPJ Nº 58.406.720/0001-31
EDSON EVANDRO FEITOSA CYSNEIROS
CPF Nº XXXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:817F7E94

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXXXXX, nº XX, XXX, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**GALLI E LIOTTO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com sede na Rua Pernambuco, nº 1647, Bairro/Distrito Linho, Erechim - RS, CEP: 99.704-480, inscrita no **CNPJ nº 42.092.374/0001-24**, neste ato representada pela Srtª **CAMILA LIOTTO**, brasileira, farmacêutica, solteira, inscrita no **CPF nº XXXXXXXXX**, **documento de identidade XXXXXXX SSP/RS**, residente e domiciliada na XXXXXXXXX, nº XXX, XXXXXXXXX, XXXXXXX – RS, CEP: XXXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	

131	292196	HALOPERIDOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	UNIAOQUIMICA	AMP 1ML	1000	R$ 2,10	R$ 2.100,00	
288	271606	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25 MG	CELLERA	CAPS	500	R$ 0,39	R$ 195,00	
289	271610	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50 MG	CELLERA	CAPS	1800	R$ 0,60	R$ 1.080,00	
TOTAL: TRÊS MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS							**R$ 3.375,00**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal De Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº XXXXXXXXX
Contratante

Galli E Liotto Comércio De Produtos Hospitalares LTDA
CNPJ Nº 42.092.374/0001-24
CAMILA LIOTTO
CPF Nº XXXXXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:F67A69F9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXXXXX, nº XX, XXX, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, com sede na Rua Jacinto Godoy, nº 676, Centro, Erechim – RS, CEP: 99.700-384, inscrita no **CNPJ nº 20.918.668/0001-20**, neste ato representada pela Sr.ª **MARITANIA FELIPETTO FOLADOR**, brasileira, casada, comerciante, inscrita no **CPF nº XXXXXXXX, Identidade nº XXXXXXX SSP/RS**, residente e domiciliada na XXXXXXXXXX, nº XX, Bairro XXXXXXXXX, XXXXXX – RS, CEP: XXXXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	

506	273940	PAROXETINA 20 MG	TEUTO/GENERICO CXC/4	COMP	3600	R$ 0,26	R$ 936,00	
TOTAL: NOVECENTOS E TRINTA E SEIS REAIS							**R$ 936,00**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
CNPJ Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
CPF Nº XXXXXXXX
Contratante

Medicinali Produtos Para Saúde LTDA
CNPJ Nº 20.918.668/0001-20
MARITANIA FELIPETTO FOLADOR
CPF Nº XXXXXXXXX
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:44B267A9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2025). ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025.

O **MUNICÍPIO DE ITAÍBA/PE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede no Praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, na cidade de Itaíba/Estado Pernambuco, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.826.158/0001-31**, neste ato representado por sua Secretária, a Sr.ª **BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO**, brasileira, casada, portadora do **RG XXXXXXX SDS/PE** e **CPF nº XXXXXXXXXX**, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXX, nº XXX, XXXXXX, Itaíba - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, nº 002/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) de 26/08/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos hospitalares, incluindo itens fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), bem como para a Farmácia Básica, Insumos Hospitalares, Saúde Bucal e Fórmulas Especiais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaíba/PE**, especificado no Termo de Referência, do edital de Licitação nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR	**OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, com sede na Rua Peru, nº 454, Centro, Ouro Verde do Oeste - PR, CEP: 85.933-000, inscrita no **CNPJ nº 48.363.182/0001-84,** neste ato representada pelo Sr. **JOÃO PAULO LENHARDT**, brasileiro, casado, inscrito no **CPF nº XXXXXXXX**, residente e domiciliado na XXXXXX, nº XXXX, XXXX, Ouro Verde do Oeste -PR, CEP: XXXXXXX.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR	VALOR

						UNIT.	TOTAL
272	273009	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG	HIPOLABOR	CAPS	72000	R$ 0,09	R$ 6.480,00
318	267195	DIAZEPAM 5 MG	SANTISA	COMP	24000	R$ 0,05	R$ 1.200,00
319	267197	DIAZEPAM 10 MG	SANTISA	COMP	60000	R$ 0,05	R$ 3.000,00
366	268186	GLICEROL 120 MG/ML SOLUÇÃO RETAL (DOSAGEM 95% SUPOSITÓRIO ADULTO)	GLOBO	SUPUSITORIO	150	R$ 1,39	R$ 208,50
367	268185	GLICEROL 72 MG SUPOSITÓRIO RETAL (DOSAGEM 95% SUPOSITÓRIO INFANTIL)	GLOBO	SUPUSITORIO	300	R$ 1,24	R$ 372,00
397	383750	LACTULOSE 667 MG/ML XAROPE	MAYBEN	FRASCO 120ML	360	R$ 4,49	R$ 1.616,40
444	274648	PASTA-D'ÁGUA FN* PASTA	UNIPHAR	BISN 100G	600	R$ 5,37	R$ 3.222,00
455	446105	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL CLORETO DE SÓDIO, GLICOSE ANIDRA, CLORETO DE POTÁSSIO, CITRATO DE SÓDIO DI-HIDRATADO - PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL	MAYBEN	ENVELOPE	1800	R$ 0,75	R$ 1.350,00
463	308884	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40 MG/ML + 8 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL	VITAMEDIC	FRASCO 100ML	1000	R$ 3,81	R$ 3.810,00
477	463220	SULFATO DE ZINCO 4 MG/ML XAROPE	NATUBRAS	FRASCO 100ML	200	R$ 6,77	R$ 1.354,00
478	332468	SULFATO FERROSO 5 MG/ML XAROPE	NATUBRAS	FRASCO 100ML	200	R$ 2,38	R$ 476,00
491	268299	SECNIDAZOL 1.000 MG	GLOBO	COMP	2400	R$ 0,88	R$ 2.112,00
705	272364	SERTRALINA 25MG	ACHE	COMP	60	R$ 1,08	R$ 64,80
707	272363	SERTRALINA 100MG	GLOBO	COMP	780	R$ 0,30	R$ 234,00
TOTAL: VINTE E CINCO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SETENTA CENTAVOS							**R$ 25.499,70**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÍBA/PE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. ONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Itaíba - PE, 03 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
Cnpj Nº 11.826.158/0001-31
BRUNA RAFAELLA FERREIRA DE BRITO TEOTÔNIO
Cpf Nº Xxxxxxxx
Contratante

Ouromed Distribuidora de Medicamentos LTDA
Cnpj Nº 48.363.182/0001-84
JOÃO PAULO LENHARDT
Cpf Nº Xxxxxxxxx
Contratada

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:D4DF865D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MORENO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 995 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DO MORENO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, regulamenta as disposições constantes na Lei Municipal nº 745 de 27 de dezembro de 2024, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2025 e dá outras providências.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2025, conforme art. 8º, §1º, da Lei nº 745 de 27 de dezembro de 2024, crédito suplementar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I.
Art.2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art.1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 06 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
34.001 - Secretaria Municipal de Educação		
1230611052.236 – ASSEGURAR O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL 33903000 – MATERIAL DE CONSUMO 550000 – TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	**550000**	**200.000,00**
Total		**200.000,00**

ANEXO II (ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
34.001 - Secretaria Municipal de Educação		
1230611052.236 – ASSEGURAR O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL 33903000 – MATERIAL DE CONSUMO 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**200.000,00**
Total		**200.000,00**

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:482DA8E5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 997 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DO MORENO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2025, NO VALOR DE R$ 2.486.872,37 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS, TRINTA E SETE CENTAVOS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, regulamenta as disposições constantes na Lei Municipal nº 745 de 27 de dezembro de 2024, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2025 e dá outras providências.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2025, conforme art. 7º, da Lei nº 745 de 27 de dezembro de 2024, crédito suplementar no valor de R$ 2.486.872,37 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e dois reais, trinta e sete centavos), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I.
Art.2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art.1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 13 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
42001 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
154528102.294 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**446.456,29**

154528102.293 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**1.398.011,25**
154518102.995 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E VIAS URBANAS NÃO PAVIMENTADAS 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**346.434,81**
154518101.192 – PAVIM. ASFÁLTICA, CONSTRU/RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO, CALÇADAS E MEIO FIO 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**49.505,21**
175128061.563 – CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MACRODRENAGEM, MICRODRENAGEM E ESGOTOS 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**246.434,81**
Total		**2.486.842,37**

ANEXO II **(ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)**		
Especificação	**Fonte**	**Valor**
42001 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
154518101.194 – CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESCADARIA, ENCOSTAS E MURO DE ARRIMO 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**620.000,00**
1545110031.564 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**105.000,00**
278128101.210 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**273.584,54**
278128101.210 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 701000 – TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**701000**	**158.174,92**
154518101.192 – PAVIM. ASFÁLTICA, CONSTRU/RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO, CALÇADAS E MEIO FIO 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 701000 – TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**701000**	**51.722,84**
154518101.189 – CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 700000 – TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**700000**	**304.279,08**
154518101.567 – EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA – FEM 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 701000 – TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**701000**	**59.520,31**
278128101.210 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 700000 – TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**700000**	**322.000,00**
154518101.189 – CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS 44905100 – OBRAS E INSTALAÇÕES 500000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**500000**	**592.560,68**
Total		**2.486.842,37**

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:F2084EC8

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEITORES - CMPC

O **Conselho Municipal de Política Cultural**, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, definidas pela Lei Municipal nº 670/2022, em conformidade com a Lei de criação do Conselho Municipal de Política Cultural, Lei Municipal nº 680/2023.
RESOLVE:

Art. 1º Convocar os membros da Sociedade Civil, devidamente inscritos, para a Eleição dos membros representantes e suplentes das categorias, que acontecerá no dia 04 de dezembro de 2025, das 09h às 20h no Casarão Catende.
Parágrafo único: Os candidatos habilitados para a eleição estão listados no Anexo I desta convocatória, ordenados de acordo com o segmento, e nome artístico/social.
Art. 2º Os inscritos, deverão fazer habilitação prévia, para a respectiva votação, através do link: https://bit.ly/cmpc2025-2026
Parágrafo único: O cadastramento estará disponível a partir da data de publicação desta convocatória até às 23:59 do dia 1º de dezembro de 2025.
Art. 3º Cada categoria elegerá um único representante titular e seu suplente.
Parágrafo único: O representante mais votado do segmento será nomeado titular e o segundo mais votado será nomeado suplente.
Art. 4º Cada habilitado para votação poderá votar apenas no segmento escolhido por ocasião de seu cadastro de habilitação, em conformidade com a Lei Municipal nº 680/2023.
Parágrafo único: o membro da sociedade civil pode realizar apenas um cadastramento. Caso realize mais de um cadastro, será considerado apenas o mais recente.
Art. 5º A apuração dos votos será realizada às 21h do mesmo dia do pleito, podendo ser acompanhada por qualquer membro da sociedade civil.
Parágrafo único: Após a validação da apuração, será realizada a publicação em Diário Oficial será no dia 8 de dezembro de 2025 com o nome dos eleitos e os nomes dos membros indicados pela gestão.
Art. 6º Com o Conselho Municipal de Política Cultural formado com os representantes titulares e suplentes e, as indicações do poder público municipal, estes se reunirão para eleger a mesa diretora do respetivo Conselho.
Moreno, 17 de novembro de 2025

MARIA DO CARMO RATIS RIO TINTO
Presidente do CMPC

ANEXO I

Lista dos Candidatos por Segmento

SEGMENTO	NOME ARTÍSTICO	NOME COMPLETO
ARTES VISUAIS	ART.DAROSA	LARYSSA MELO DE ROSAS
	DANILO BORGES	DANILO BORGES
	NINHA DA AMA	RIVANIA SILVA DE ANDRADE
	XD.T.A.T.T.O.O.INK	ALEXANDRE DA HORA SANTANA
ARTESANATO	CAL ARTES	CLAUDECI MARIA DE MARCENA SILVA
	DALVANIZE SANTOS	DALVANIZE NASCIMENTO LIMA DOS SANTOS
AUDIOVISUAL	JOÃO BARBOSA OU PINGUIM	JOÃO VICTOR CORREIA BARBOSA
	LAÍS SOARES	LAÍS SOARES DA SILVA
CULTURA DE POVOS TRADICIONAIS	MÃE GRAÇA	MARIA DAS GRAÇAS LIMA
	PAI EDSON	EDSON MONTEIRO DE ARAÚJO
CULTURA POPULAR E FOLCLORE	JOÃO PEREIRA	JOÃO PEREIRA DA SILVA FILHO
	MESTRE BIU BACAMARTEIRO	SEVERINO MANOEL SILVA
	RATIS	MARIA DO CARMO RATIS RIO TINTO
DANÇA	GILCELIO SOARES	GILCELIO SOARES DA SILVA
	JAMILSON JÚNIOR	JAMILSON VIRGÍNIO SILVA JÚNIOR
	JUNIOR	JAMILSON VIRGINIO SILVA JUNIOR
	SÉRGIO PAZ	SÉRGIO MARIANO DA PAZ
GASTRONOMIA	CLAUDIA MARIA NASCIMENTO	CLAUDIA MARIA NASCIMENTO
	DORA SALGADOS	MARIA AUXILIADORA SILVA LACERDA
LITERATURA	GISELLY SANTOS	GISELLY THALLYTA DOS SANTOS
	GUILHERME VICTOR	GUILHERME VICTOR CABRAL ARAÚJO
	JANE	EDJANE MARIA SANTOS CABRAL
	NATÁLIA	NATÁLIA THAUANA PEDROSA
	SHIRLEY SHILDS	SHIRLEY SHILDS OLIVEIRA SILVA
MOVIMENTO DE CULTURAS E ARTES URBANAS	BBOY FOGUINHO	DAYVID DENNER DA SILVA
	BRUNO CASTRO	BRUNO ANTÔNIO LIMA DE CASTRO
	DJ PVERISSIMO	PAULO GUSTAVO VERÍSSIMO SOARES
	ALBERES	TAYLOR ALBERES PONTES
MÚSICA	ADRIANO MENDES	ADRIANO FRANCISCO MENDES DA SILVA
	JEAN DO ACORDEON	JEAN MARCELL DE MEDEIROS TRINDADE
	KIEL DO CAVACO	EZEQUIEL NUNES SILVA
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETURA	FLÁVIO TORRES	WANDERLANDE FLÁVIO TORRES DE GOUVEIA
	JULIHU CUNHA	JULIO ROBERTO SILVA DA CUNHA
PRODUTORES, TÉCNICOS E ENTIDADES CULTURAIS	CICINHO DO ACORDEON	CICERO MANOEL AMORIM DA SILVA
	DJ RUSSAO	ROMARIO SILVA DE SANTANA
TEATRO E CIRCO	AILTON BRISA	AILTON DE SOUZA LIMA BRITO
	FELIPE CRUZ	FELIPE CRUZ DE LIMA
	RICARDO OLIVEIRA	RICARDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:9EB3C588

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais domunicípio de Parnamirim/PE.
Deste modo, a Prefeitura de Parnamirim/PE, através da Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos,torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

• INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais domunicípio de Parnamirim/PE.

Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 27 (vinte e sete) projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade: 02 – Diretoria de Cultura
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 1008 – Parnamirim com Mais Esporte e Cultura
Projeto/Atividade: 2268 – Manutenção das Atividades da Lei Aldir Blanc
Elemento: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.719 – Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)
Sobre o valor total repassado pelo município de Parnamirim/PE ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição
De 08:00 horas do dia 18/11/2025 até às 23:59 horas do dia 28/11/2025.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside nomunicípio de Parnamirim/PE há pelo menos2 anos.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo01 (um) projetoe poderá ser contemplado com no máximo01 (um) projeto.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

• INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio deplataforma a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

• COTAS

Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração deve ser anexada na plataforma no ato da inscrição.

Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

Estão previstos para este Edital critérios diferenciados de pontuação (indutores) relacionados, exclusivamente, ao agente cultural responsável pelo projeto:
a) Agente cultural gênero feminino;
b) Agente cultural LGBTQIAPN+;
c) Agente cultural pessoa Idosa (acima de 60 anos);
d) Agente cultural pessoa de faixa etária de 18 a 29 anos (Juventude);
e) Agente cultural pessoa em situação de rua;
f) Agente cultural egresso de sistema prisional;
g) Agente cultural pessoa negra ou indígena;
h) Agente cultural pessoa com deficiência;

I) Agente cultural residente em zona periférica ou zona rural;
j) Agente cultural pertencente a alguma comunidade tradicional como terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.
Atenção! Será considerado pontos por indutores, sendo aplicado cumulativamente.

• COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município de Parnamirim/PE de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados até180 dias após o recebimento do recurso.

Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas caractetísticas, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

• ETAPA DE SELEÇÃO

Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos.
Farão parte desta comissão pareceristas externos contratados por consultoria contratada e contará com o quantitativo de até três (3) membros para a comissão de seleção.

Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.

Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Parnamirim/PE, no site oficial da prefeitura e no site https://www.mascultura.com.br/.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado aopresidente da comissão de pareceristas, que deve ser apresentado por meio do e-mail: parnamirimpnab@gmail.com no prazo de3 (três) dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado nosite oficial da prefeitura municipal de Parnamirim/PE e no site https://www.mascultura.com.br/.

• REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral, ou maior pontuação por categoria.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de5 (cinco) dias corridos após a publicação do resultado final de seleção, de forma física os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais em nome do representante do grupo;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado aopresidente da comissão de pareceristas, que deve ser apresentado por meio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: parnamirimpnab@gmail.com no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado nosite oficial da prefeitura municipal de Parnamirim/PE e no https://www.mascultura.com.br/.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

• ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo órgão municipal responsável pelo edital,contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.
O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até no máximo dois dias uteis após o término do período de habilitação, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

• DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do município de Parnamirim/PE, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos do município de Parnamirim/PE
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas a Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos do município de Parnamirim/PE
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 15 diasa contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no siteoficial da prefeitura de Parnamirim/PE e no site https://www.mascultura.com.br/.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações nodiário oficial do municípioe nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail parnamirimpnab@gmail.com
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretário de Cultura, Turismo e Desportos.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31 de dezembro de 2025.

Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Categorias de apoio;
Anexo II – Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III – Critérios de seleção
Anexo IV – Termo de Execução Cultural;
Anexo V – Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VI – Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VII – Declaração étnico-racial
Anexo VIII – Declaração PCD
Anexo IX – Formulário de interposição de recurso
Anexo X – Cronograma

Parnamirim, 17 de Novembro de 2025

Prefeitura de Parnamirim/PE

ANEXO I – CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) distribuídos da seguinte forma:
Até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para CATEGORIA A;
Até R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para CATEGORIA B;
Até R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para CATEGORIA C.

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

Categoria A: projetos de proponentes na qual o agente cultural pode ser: Pessoa Física ou Microempreendedor Individual (MEI);
Categoria B: projetos de proponentes na qual o agente cultural pode ser: Pessoa Jurídica com fins lucrativos; pessoa jurídica sem fins lucrativos; e, Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física;
Categoria C: projetos de proponentes na qual visem fomentar atividades culturais no âmbito da Filarmônica.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA A	12	5	2	1	20	**R$ 3.000,00**	**R$ 60.000,00**
CATEGORIA B	3	1	1	1	6	**R$ 5.000,00**	**R$ 30.000,00**
CATEGORIA C	1	-	-	-	1	**R$ 25.000,00**	**R$ 25.000,00**

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

TIPO DE AGENTE CULTURAL
É pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa física
( ) Pessoa jurídica
Pessoa Física
( ) Maior de 18 anos
( ) Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física maior de 18 anos

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:

E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

*GLOSSÁRIO:
Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, com o seu sexo biológico.
Transgênero: Pessoa que se identifica com gênero que difere do sexo atribuído no nascimento.
Pessoa não binária: Pessoa cujo gênero não é nem 100% homem e nem 100% mulher.

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual
Qual a sua faixa de idade?
( ) De 18 a 29 anos
( ) De 30 a 39 anos
( ) De 40 a 49 anos
( ) De 50 a 59 anos
( ) Acima de 60 anos

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto
( ) Mestrado Completo
( ) Doutorado Completo
( ) PHD
( ) MBA

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?

(Calcule fazendo uma média das remunerações dos últimos 3 meses. Em 2025, o salário-mínimo foi fixado em R$1.518,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Qual link para a sua rede social mais acessada (Instagram, Facebook, TikTok, etc.)?

Já acessou recursos públicos do fomento à Cultura anteriormente?
( ) Sim
( ) Não

PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Site ou link de rede social da instituição:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar

*GLOSSÁRIO:
Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, com o seu sexo biológico.
Transgênero: Pessoa que se identifica com gênero que difere do sexo atribuído no nascimento.
Pessoa não binária: Pessoa cujo gênero não é nem 100% homem e nem 100% mulher.

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual

( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra, indicar qual

Qual a faixa de idade do representante legal?
( ) De 18 a 29 anos
( ) De 30 a 39 anos
( ) De 40 a 49 anos
( ) De 50 a 59 anos
( ) Acima de 60 anos

Qual a faixa de renda do representante legal?
(Calcule fazendo uma média das remunerações dos últimos 3 meses. Em 2025, o salário-mínimo foi fixado em R$1.518,00.)
( ) Nenhuma renda
( ) Até 1 salário-mínimo
( ) De 1 a 3 salários-mínimos
( ) De 3 a 5 salários-mínimos
( ) De 5 a 10 salários-mínimos
( ) Acima de 10 salários-mínimos

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto
( ) Mestrado Completo
( )Doutorado Completo
( ) PHD
( ) MBA

A pessoa jurídica (PJ) já acessou recursos públicos do fomento à Cultura anteriormente?
( ) Sim
( ) Não

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

( ) **Categoria A:** projetos de proponentes na qual o agente cultural pode ser: Pessoa Física ou Microempreendedor Individual (MEI);
Categoria B: projetos de proponentes na qual o agente cultural pode ser: Pessoa Jurídica com fins lucrativos; pessoa jurídica sem fins lucrativos; e, Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física;
Categoria C: projetos de proponentes na qual visem fomentar atividades culturais no âmbito da Filarmônica.

Vai concorrer às cotas?
( ) Sim
( ) Não

Se sim, qual?
( ) Pessoa negra (pretas ou pardas)
apresentar (anexar arquivo PDF):
a) Autodeclaração racial, conforme ANEXO VII;
( ) Pessoa indígena
apresentar (anexar arquivo PDF):
a) Autodeclaração racial, conforme ANEXO VII.
( ) Pessoa com deficiência
apresentar autodeclaração, conforme Anexo VIII e apresentar algum dos documentos abaixo (anexar arquivos em PDF):
a) Laudo Médico
b) Certificado da Pessoa com Deficiência;
c) Comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência

Caso seja pessoa jurídica ou grupo/coletivo sem CNPJ a concorrer às cotas, preencher: Nome e CPF (das pessoas do corpo diretivo da PJ/ integrantes do grupo/coletivo sem CNPJ). COTA DECLARADA (pessoa negra; pessoa indígena; pessoa com deficiência).

Vai concorrer utilizando algum critério de indução?
(Marque os critérios nos quais se encaixa)

( ) Agente cultural gênero feminino

( ) Agente cultural LGBTQIAPN+
( ) Agente cultural pessoa Idosa (acima de 60 anos)
( ) Agente cultural pessoa de faixa etária de 18 a 29 anos (Juventude)
( ) Agente cultural pessoa em situação de rua
( ) Agente cultural egresso de sistema prisional
( ) Agente cultural pessoa negra ou indígena
( ) Agente cultural pessoa com deficiência
( ) Agente cultural residente em zona periférica ou zona rural
( ) Agente cultural pertencente a alguma comunidade tradicional como terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
( ) Pessoas vítimas de violência
( ) Pessoas em situação de pobreza
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
( ) Pessoas com deficiência
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
( ) Mulheres
( ) LGBTQIAPN+
( ) Povos e comunidades tradicionais
( ) Negros e/ou negras
( ) Ciganos
( ) Indígenas
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
( ) Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( )Apoio financeiro municipal
( )Apoio financeiro estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Federal
( )Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( )Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( )Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES OBRIGATORIOS (anexar arquivo em PDF)
Documentos específicos para avaliação de mérito.
a) Currículos/portfólios do agente cultural.
b) Currículos/portfólios dos responsáveis pela identidade e execução do projeto e/ou de ações do projeto, considerando os profissionais descritos na equipe técnica.
c) comprovação de atuação a exemplo de clipagem e outros documentos.

Somente serão considerados os documentos obrigatórios enviados dentro do período de apresentação estabelecido no cronograma deste Edital (Anexo X).

Atenção! Todos os documentos indicados deverão ser anexados e enviados quando da inscrição do projeto. Não será avaliado documento enviado por meio de link.

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

( ) Eu, agente cultural responsável por este projeto, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e autenticidade das cópias de documentos encaminhados para fins de confirmação das ações afirmativas e comprovação dos critérios indutores de seleção aos quais concorro. Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações apresentadas implicará penalidades cabíveis, sem prejuízo das demais possíveis sanções administrativas e civis.

ANEXO III
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas doprojeto.	20
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do município.	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto.	10
E	Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas.	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente. Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	20
PONTUAÇÃO TOTAL:		90

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS POR INDUÇÃO			
Identificação do Ponto Extra	**DESCRIÇÃO DO PONTO EXTRA PESSOAS FÍSICAS E MEI**	**DESCRIÇÃO DO PONTO EXTRA PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por mulheres.	1
I	Agentes culturais negros e indígenas.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas.	1
J	Agentes culturais com deficiência.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência.	1
K	Agentes culturais LGBTQIAPN+.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas LGBTQIAPN+.	1
L	Agentes culturais pessoas idosas (acima de 60 anos).	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas idosas acima de 60 anos.	1
M	Agentes culturais pessoas de faixa etária de 18 a 29 anos (Juventude).	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas entre 18 a 29 anos.	1
N	Agentes culturais pessoas em situação de rua.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas em situação de rua.	1
O	Agentes culturais Egresso de sistema prisional.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas egressas do sistema prisional.	1
P	Agentes culturais residente em zona periférica ou zona rural.	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor IDH (Zonas Periféricas e Zonas Rurais).	2
Q	Agentes culturais pessoas de terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas de terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.	1
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS	

A pontuação final de cada candidatura serápor média das notas atribuídas individualmente por cada membro da comissão de pareceristas.
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação extra são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
I – proponente maior de idade;
II – sorteio.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação , com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III – receberem nota final inferior a 50 pontos.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO] / [INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL **nº 02/2025** –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 A **PREFEITURA DE PARNAMIRIM/PE**, através da **SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E DESPORTOS**, neste ato representado por, Senhora **DONIZETE BATISTA DE ARAÚJO** e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO].
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta indicada do(a) AGENTE CULTURAL, no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do/da **SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E DESPORTOS:**

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à **SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E DESPORTOS** por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de **15 dias** contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela **SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E DESPORTOS** a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 15 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - solicitar documentação complementar;

II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;

c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 15 dias contados do recebimento da notificação.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.
9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.
11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento das ações será por meio de envio de relatórios.
12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de (1) um ano, podendo ser prorrogado por mais (6) seis meses.
13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Parnamirim/PE.
14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro da cidade de Parnamirim/PE para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Parnamirim/PE, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

DONIZETE BATISTA DE ARAÚJO
Secretário de Cultura, Turismo e Desportos
Prefeitura de Parnamirim/PE

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V
RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural
1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VII

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIIi

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital **02/2025**, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____ ____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À **SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E DESPORTOS,**
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital **02/2025**, venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____ ____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

ANEXO x
CRONOGRAMA DA SELEÇÃO*
Para efeito de contagem, todos os prazos são em dias corridos.

ETAPA	DATAS / PRAZOS
Inscrição de projetos	De 08h. do dia 18/11/2025 até as 23:59 do dia 28/11/2025.
Comissão de Seleção	De 29 de novembro até 02 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Preliminar	Dia 03 de dezembro de 2025
Período de recursos do resultado preliminar	De 04 Até 06 de dezembro de 2025
Análise dos Recursos do Resultado Preliminar	De 07 até 09 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Final	Dia 10 de dezembro de 2025
Convocação para entrega de documentos para Habilitação	De 11 Até 16 de dezembro de 2025
Pagamento da proposta habilitada	De 17 até 31 de dezembro de 2025

*Excepcionalmente, mediante solicitação das Comissões de Seleção ou em decorrência de orientações e repasses do Ministério da Cultura (MINC), os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados, por ato do Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Desportos deParnamirim/PE.

Publicado por:
Gesica Larissa Lima Santos
Código Identificador:45654627

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ADENDO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 173/2025

ADENDO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025 SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 173/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO, COMPREENDENDO BATEDEIRAS, ESPREMEDORES DE FRUTAS, BALANÇAS DIGITAIS, CONJUNTOS ALUNO (3 AO 7), CONJUNTOS PROFESSOR, MESAS PARA PESSOA COM CADEIRA DE RODAS E VENTILADORES DE PAREDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/PE.

A Comissão de Licitação e Contratos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 torna público o presente ADENDO AO EDITAL, com o objetivo de corrigir erro material identificado na descrição detalhada dos itens constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital Pregão 049/2025.

1. DA RETIFICAÇÃO
Após a identificação de erro material no detalhamento de determinados itens constantes do Pregão nº 049/2025, constatou-se que a falha decorria da supressão involuntária de parte das especificações técnicas durante a elaboração do edital. Tão logo o equívoco foi detectado, adotaram-se as providências necessárias para análise e confirmação do problema. Verificada a inconsistência, deu-se início à elaboração da solução adequada, visando restabelecer a integralidade das informações. Ressalte-se que o objetivo principal foi garantir a precisão e a transparência das características dos itens licitados. Assim, buscou-se evitar prejuízos à competitividade e à lisura do procedimento.

Em continuidade às medidas corretivas, procedeu-se à readequação das especificações suprimidas, cuja extensão considerável acabou por ocasionar a falha material no documento original. A ação imediata permitiu recompor o conteúdo técnico essencial, assegurando que todos os aspectos relevantes fossem novamente apresentados de forma clara e completa. Dessa forma, foi restabelecida a conformidade do edital, garantindo segurança jurídica aos participantes. Com isso, mantém-se preservado o interesse público e a observância rigorosa dos princípios que regem as licitações.

O edital passar a ter complementarmente as seguintes descrições:
No termo de referência, “Compreende as especificações dos itens acimas descritos.”

5	CONJUNTO ALUNO 3 – CJA 3	Conjunto escolar individual para aluno com altura entre 1,19 m e 1,42 m (modelo CJA-03) conforme norma ABNT NBR 14006:2008. Mesa com tampo injetado em ABS, estrutura metálica tubular e porta-livros em plástico. Cadeira empilhável com assento e encosto em ABS, estrutura tubular de aço. SEGUIR REFERÊNCIA TECNICA DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO MODELO FNDE: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/licitacoes/pregao-para-registro-de-preco-nacional/2024/pregao-no-90010-2024/especificacoes-tecnicas-e-projetos/CJA03B_FDE_FNDE_ESPECIFICACOES_15_05_2024_r1.pdf. CONSTITUINTES – CADEIRA: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetados, na cor AMARELA (ver referências). Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do assento e do encosto, devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do “modelo FDE-FNDE” (conforme indicações nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes, também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos). Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Sapatas/ponteiras em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor AMARELA (ver referências), fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde da sapata/ponteira, deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do “modelo FDE-FNDE” (conforme indicação nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesse molde, também deve ser inserido datador duplo com miolo giratório de 5 ou 6mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicação no projeto). Nas partes metálicas, deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura eletrostática dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, acabamento liso e brilhante, espessura mínima 40 micrometros, na cor CINZA (ver referências). CONSTITUINTES – MESA: Tampo em ABS (Acrilonitrila butadieno estireno), virgem, isento de cargas minerais, injetado na cor AMARELA (ver referências), dotado de porcas com flange ou com rebaixo, com rosca métrica M6, coinjetadas e, de travessa estrutural em nylon “6.0” (Poliamida) aditivado com fibra de vidro, injetada na cor PRETA. Aplicação de laminado melamínico de alta pressão, de 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências), na face superior do tampo, colado com adesivo bi componente. Dimensões acabadas de 608mm (largura) x 466mm (profundidade) x 22mm (altura), admitindo-se tolerância de até +/- 3mm para largura e profundidade e +/- 1mm para altura. Design, detalhamento e acabamento conforme projeto. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do tampo e da travessa estrutural, devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do "modelo FDE-FNDE" (conforme indicações nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes, também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos). Estrutura composta de: Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 16 (1,5mm); Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro de 31,75mm (1 1/4”), em chapa 16 (1,5mm); Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2”), em chapa 16 (1,5mm). Porta-livros em polipropileno copolímero isento de cargas minerais, composto preferencialmente de 50% de matéria-prima reciclada ou recuperada, podendo chegar até 100%, injetado na cor CINZA (ver referências). As características funcionais, dimensionais, de resistência e de uniformidade de cor, devem ser preservadas no produto produzido com matéria-prima reciclada, admitindo-se tolerâncias na tonalidade. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde do porta-livros deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, a identificação do modelo “FDE-FNDE” (conforme indicação no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesse molde, também deve ser inserido datador duplo com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicação no projeto).

6	CONJUNTO ALUNO 4 – CJA 4	Conjunto escolar individual para aluno com altura entre 1,33 m e 1,59 m (modelo CJA-04) conforme ABNT NBR 14006:2008. Mesa com tampo injetado em ABS, estrutura metálica tubular com porta-livros em plástico. Cadeira empilhável com assento e encosto em ABS, estruturatubular de aço. SEGUIR REFERÊNCIA TECNICA DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO MODELO FNDE: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/compras-nacionais/audiencias-publicas/anos-anteriores/02-2016/cja04_fde_fnde.pdf CONSTITUINTES CADEIRA: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetados, na cor VERMELHA (ver referências). Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do assento e do encosto deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datador de lotes indicando mês e ano de fabricação, a identificação "modelo FDE-FNDE" (conforme indicado no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Alternativamente o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm cada, oriundas de reflorestamento ou de procedência legal, isentas de rachaduras, e deterioração por fungos ou insetos. Dimensões e design conforme projeto. Quando fabricado em compensado, o assento deve receber revestimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor VERMELHA (ver referências). Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, da espécie Eucalyptus grandis, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos. Espessura acabada do assento mínima de 9,7mm e máxima de 12mm. O assento em compensado moldado deve trazer gravado de forma indelével, por meio de carimbo ou gravação a fogo sob a camada de verniz, na face inferior, datador de lotes indicando mês e ano de fabricação, a identificação "modelo FDE-FNDE" (conforme indicado no projeto), e o nome do fabricante do componente. Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor VERMELHA (ver referências). Bordos com acabamento em selador seguido de verniz poliuretano. Espessura acabada do encosto mínima de 9,6mm e máxima de 12,1mm. O encosto em compensado moldado deve trazer gravado de forma indelével, por meio de carimbo ou gravação a fogo sob a camada de verniz, no topo inferior, o nome do fabricante do componente. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 19mm. Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 22mm. Ponteiras e sapatas, em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor VERMELHA (ver referências), fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes das ponteiras e sapatas deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, a identificação "modelo FDE-FNDE" (conforme indicado no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. CONSTITUINTES – MESA: Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências), cantos arredondados (conforme projeto). Revestimento na face inferior em chapa de balanceamento (contra placa fenólica) de 0,6mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento 10 mm (ver detalhamento no projeto). Dimensões acabadas 600mm (largura) x 450mm (profundidade) x 19,4mm (espessura), admitindo-se tolerância de até + 2mm para largura e profundidade e +/- 1mm para espessura. Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila); PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com "primer" na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor VERMELHA (ver referências), colada com adesivo "Hot Melting". Resistência ao arrancamento mínima de 70N (ver fabricação). Dimensões nominais de 22mm (largura) x 3mm (espessura), com tolerância de +/- 0,5mm para espessura. Centralizar ponto de início e término de aplicação da fita de bordo no ponto central e do lado oposto à borda de contato com o usuário. O ponto de encontro da fita de bordo não deve apresentar espaços ou deslocamentos que facilitem seu arrancamento. Estrutura composta de: - Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 16 (1,5mm); - Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro de 31,75mm (1 1/4”), em chapa 16 (1,5mm); - Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2”), em chapa 16 (1,5mm). • Porta-livros em polipropileno copolímero isento de cargas minerais, composto preferencialmente de 50% de matéria-prima reciclada ou recuperada, podendo chegar até 100%, injetado na cor CINZA (ver referências). As características funcionais, dimensionais, de resistência e de uniformidade de cor, devem ser preservadas no produto produzido com matéria-prima reciclada, admitindo-se tolerâncias na tonalidade a critério da comissão técnica do FNDE. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde do porta-livros deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datador de lotes indicando mês e ano de fabricação, a identificação "modelo FDEFNDE" (conforme indicado no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado.
7	CONJUNTO ALUNO 5 – CJA 5	Conjunto escolar individual para aluno com altura entre 1,46 m e 1,76 m (modelo CJA-05) conforme ABNT NBR 14006:2008. Mesa com tampo em plástico injetado ABS ou similar, porta-livros em plástico, estrutura metálica tubular. Cadeira empilhável com assento e encosto emABS, estrutura tubular de aço. SEGUIR REFERÊNCIA TECNICA DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO MODELO FNDE: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/compras-nacionais/audiencias-publicas/2023/audiencia-publica-no-04-2023-mobiliario-escolar/projetos-e-especificacoes/cja05b_fde_fnde_especificacoes_27_10_23.pdf CONSTITUINTES – MESA: Tampo em ABS (Acrilonitrila butadieno estireno), virgem, isento de cargas minerais, injetado na cor VERDE (ver referências), dotado de porcas com flange ou com rebaixo, com rosca métrica M6, coinjetadas e, de travessa estrutural em nylon “6.0” (Poliamida) aditivado com fibra de vidro, injetada na cor PRETA. Aplicação de laminado melamínico de alta pressão, de 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências), na face superior do tampo, colado com adesivo bi componente. Dimensões acabadas de 608mm (largura) x 466mm (profundidade) x 22mm (altura), admitindo-se tolerância de até +/- 3mm para largura e profundidade e +/- 1mm para altura. Design, detalhamento e acabamento conforme projeto. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do tampo e da travessa estrutural, devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do "modelo FDE-FNDE" (conforme indicações nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes, também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos). Estrutura composta de: Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 16 (1,5mm); Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro de 31,75mm (1 1/4”), em chapa 16 (1,5mm); Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2”), em chapa 16 (1,5mm). Porta-livros em polipropileno copolímero isento de cargas minerais, composto preferencialmente de 50% de matéria-prima reciclada ou recuperada, podendo chegar até 100%, injetado na cor CINZA (ver referências). As características funcionais, dimensionais, de resistência e de uniformidade de cor, devem ser preservadas no produto produzido com matéria-prima reciclada, admitindo-se tolerâncias na tonalidade a critério da equipe técnica da FDE. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde do porta-livros, deve Revisão 9, 27/10/2023 Projeto FDE com cessão de uso ao FNDE conforme Acordo de Cooperação Técnica (D.O.U. 25/03/2009) e Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2019. ser gravado o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do modelo “FDE-FNDE” (conforme indicação no projeto) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesse molde, também deve ser inserido datador duplo com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicação no projeto) CONSTITUINTES – CADEIRA: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetados, na cor VERDE (ver referências). Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do assento e do encosto, devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do “modelo FDE-FNDE” (conforme indicações nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes, também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos). Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Sapatas/ponteiras em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor VERDE (ver referências), fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde da sapata/ponteira, deve ser Revisão 9, 27/10/2023 Projeto FDE com cessão de uso ao FNDE conforme Acordo de Cooperação Técnica (D.O.U. 25/03/2009) e Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2019. gravado o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do “modelo FDE-FNDE” (conforme indicação nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesse molde, também deve ser inserido datador duplo com miolo giratório de 5 ou 6mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicação no projeto). Nas partes metálicas, deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura eletrostática dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, acabamento liso e brilhante, espessura mínima 40 micrometros, na cor CINZA (ver referências).
8	CONJUNTO ALUNO 6 – CJA 6	Conjunto escolar individual para aluno com altura entre 1,59 m e 1,88 m (modelo CJA-06) conforme ABNT NBR 14006:2008. Mesa com tampo injetado em ABS, estrutura tubular metálica com porta-livros em plástico. Cadeira empilhável com assento e encosto em ABS, estruturatubo de aço. SEGUIR REFERÊNCIA TECNICA DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO MODELO FNDE: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/compras-nacionais/audiencias-publicas/2023/audiencia-publica-no-04-2023-mobiliario-escolar/projetos-e-especificacoes/cja06b_fde_fnde_especificacoes_27_10_23.pdf. CONSTITUINTES – CADEIRA: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetados, na cor AZUL (ver referências). Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do assento e do encosto, devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do “modelo FDE-FNDE” (conforme indicações nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes, também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos). Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Sapatas/ponteiras em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor AZUL (ver referências), fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde da sapata/ponteira, deve ser Revisão 9, 27/10/2023 Projeto FDE com cessão de uso ao FNDE conforme Acordo de Cooperação Técnica (D.O.U. 25/03/2009) e Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2019. gravado o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do “modelo FDE-FNDE” (conforme indicação nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesse molde, também

		deve ser inserido datador duplo com miolo giratório de 5 ou 6mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicação no projeto). Nas partes metálicas, deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura eletrostática dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, acabamento liso e brilhante, espessura mínima 40 micrometros, na cor CINZA (ver referências). CONSTITUINTES – MESA: Tampo em ABS (Acrilonitrila butadieno estireno), virgem, isento de cargas minerais, injetado na cor AZUL (ver referências), dotado de porcas com flange ou com rebaixo, com rosca métrica M6, coinjetadas e, de travessa estrutural em nylon “6.0” (Poliamida) aditivado com fibra de vidro, injetada na cor PRETA. Aplicação de laminado melamínico de alta pressão, de 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências), na face superior do tampo, colado com adesivo bi componente. Dimensões acabadas de 608mm (largura) x 466mm (profundidade) x 22mm (altura), admitindo-se tolerância de até +/- 3mm para largura e profundidade e +/- 1mm para altura. Design, detalhamento e acabamento conforme projeto. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do tampo e da travessa estrutural, devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do "modelo FDE-FNDE" (conforme indicações nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes, também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos). Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 16 (1,5mm); Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro de 31,75mm (1 1/4”), em chapa 16 (1,5mm); Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2”), em chapa 16 (1,5mm). Porta-livros em polipropileno copolímero isento de cargas minerais, composto preferencialmente de 50% de matéria-prima reciclada ou recuperada, podendo chegar até 100%, injetado na cor CINZA (ver referências). As características funcionais, dimensionais, de resistência e de uniformidade de cor, devem ser preservadas no produto produzido com matéria-prima reciclada, admitindo-se tolerâncias na tonalidade a critério da equipe técnica da FDE. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde do porta-livros, deve Revisão 9, 27/10/2023 Projeto FDE com cessão de uso ao FNDE conforme Acordo de Cooperação Técnica (D.O.U. 25/03/2009) e Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2019. ser gravado o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do modelo “FDE-FNDE” (conforme indicação no projeto) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesse molde, também deve ser inserido datador duplo com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicação no projeto).
9	CONJUNTO ALUNO 7 – CJA 7	Conjunto escolar individual para aluno com altura entre 1,74 m e 2,07 m (modelo CJA-07) conforme ABNT NBR 14006:2008. Mesa com tampo injetado em ABS, estrutura metálica tubular e porta-livros em plástico. Cadeira empilhável com assento e encosto em ABS, estrutura tubular de aço. Conjunto Professor – 1 Mesa + 1 Cadeira. SEGUIR REFERÊNCIA TECNICA DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO MODELO FNDE: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/compras-nacionais/carta-consulta-e-comunicados/2024/mobiliarios-escolares-1/cja-07b.pdf. CONSTITUINTES MESA: Tampo em ABS (Acrilonitrila butadieno estireno), virgem, isento de cargas minerais, injetado na cor MARROM (ver referências), dotado de porcas com flange ou com rebaixo coinjetadas, com rosca métrica M6, e de travessa estrutural em nylon “6.0” (Poliamida) aditivado com fibra de vidro, injetada na cor PRETA. Aplicação de laminado melamínico de alta pressão, de 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências), na face superior do tampo, colado com adesivo bicomponente. Dimensões acabadas de 608mm (largura) x 517mm (profundidade) x 22mm (altura), admitindo-se tolerância de até +/- 3mm para largura e profundidade e +/- 1mm para altura. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do tampo e da travessa estrutural, devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação "modelo FDE-FNDE" (conforme indicações nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes, também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos). strutura composta de: - Montantes verticais confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 14 (1,9mm); - Travessa longitudinal confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 16 (1,5mm); - Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro de 31,75mm (1 1/4”), em chapa 16 (1,5mm); - Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2”), em chapa 16 (1,5mm). Porta-livros em polipropileno copolímero isento de cargas minerais, composto preferencialmente de 50% de matéria- -prima reciclada ou recuperada, podendo chegar até 100%, injetado na cor CINZA (ver referências). As características funcionais, dimensionais, de resistência e de uniformidade de cor devem ser preservadas no produto produzido com matéria-prima reciclada, admitindo-se tolerâncias na tonalidade a critério da equipe técnica da FDE. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde do porta-livros, deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do "modelo FDE-FNDE" (conforme indicação no projeto) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesse molde, também deve ser inserido datador duplo com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicação no projeto). Fixação do tampo à estrutura através de: - 06 porcas altas com flange, métrica M6 (diâmetro de 6mm), coinjetadas em castelos tronco-cônicos do próprio tampo; - 06 parafusos rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm), comprimento 47mm (com tolerância de +/- 2mm), cabeça panela, fenda Phillips. Fixação do porta-livros à travessa longitudinal através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,0mm, comprimento 10mm. Fixação das sapatas (frontal e posterior) aos pés através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. CONSTITUINTES CADEIRA: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetados, na cor MARROM (ver referências). Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do assento e do encosto, devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do "modelo FDE-FNDE" (conforme indicações nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes, também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos). Alternativamente, o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm cada, oriundas de reflorestamento ou de procedência legal, isentas de rachaduras e deterioração por fungos ou insetos. Dimensões e design conforme projeto. Quando fabricado em compensado, o assento deve receber revestimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor MARROM (ver referências). Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, da espécie Eucalyptus grandis, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos. Espessura acabada do assento mínima de 9,7mm e máxima de 12mm. O assento em compensado moldado deve trazer gravado de forma indelével, por meio de carimbo ou gravação a fogo sob a camada de verniz, na face inferior, datador de lotes indicando mês e ano de fabricação, a identificação do modelo (conforme indicação no projeto), e o nome do fabricante do componente. Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor MARROM (ver referências). Bordos com acabamento em selador seguido de verniz poliuretano. Espessura acabada do encosto mínima de 9,6mm e máxima de 12,1mm. O encosto em compensado moldado deve trazer gravado de forma indelével, por meio de carimbo ou gravação a fogo sob a camada de verniz, no topo inferior, o nome do fabricante do componente. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 19mm. Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 22mm. Sapatas/ponteiras em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor MARROM (ver referências), fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde da sapata/ponteira, deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do "modelo FDE-FNDE" (conforme indicação no projeto) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesse molde, também deve ser inserido datador duplo com miolo giratório de 5 ou 6mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicação no projeto).
10	CONJUNTO PROFESSOR	Conjunto de mobiliário para uso docente composto de uma mesa com tampo em MDF ou MDP, revestido com laminado melamínico de alta pressão, estrutura metálica tubular, e uma cadeira de apoio com assento e encosto estofados ou revestidos, estrutura metálica ou tubular, com regulagens de altura ou inclinação conforme normas de ergonomia. SEGUIR REFERÊNCIA TECNICA DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO MODELO FNDE: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/compras-nacionais/audiencias-publicas/2023/audiencia-publica-no-04-2023-mobiliario-escolar/projetos-e-especificacoes/cjp01_fde_fnde_especificacoes_27_10_23.pdf. CONSTITUINTES – MESA: Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências), cantos arredondados (conforme projeto). Revestimento na face inferior em chapa de balanceamento (contra placa fenólica) de 0,6mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento 10 mm (ver detalhamento no projeto). Dimensões acabadas de 1200mm (largura) x 650mm (profundidade) x 19,4mm (espessura), admitindo-se tolerância de até +/- 2mm para largura e profundidade e +/- 1mm para espessura. 2.2 Painel frontal em MDP ou MDF, com espessura de 18mm, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão – BP, acabamento frost, na cor CINZA (ver referências). Dimensões acabadas de 1117mm (largura) x 250mm (altura) x 18mm (espessura) admitindo-se tolerâncias de +/- 2mm para largura e altura e +/- 0,6mm para espessura. 2.3 Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila), PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com primer na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor CINZA (ver referências), colada com adesivo Hot Melting. Resistência ao arrancamento mínima de 70N (ver fabricação). Dimensões nominais de 22mm (largura) x 3mm (espessura), com tolerância de +/- 0,5mm para espessura. Centralizar ponto de início e término de aplicação da fita de bordo no ponto central e do lado oposto à borda de contato com o usuário. O ponto de encontro da fita de bordo não deve apresentar espaços ou deslocamentos que facilitem seu arrancamento. Estrutura composta de: 2.4.1 Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 16 (1,5mm); 2.4.2 Travessa longitudinal confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção semioblonga de 25mm x 60mm, em chapa 16 (1,5mm); 2.4.3 Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro de 31,75mm (1 1/4”), em chapa 16 (1,5mm); 2.4.4 Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2”), em chapa 16 (1,5mm). 2.5 Fixação do tampo à estrutura através de: 2.5.1 06 porcas garra rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm); 2.5.2 06 parafusos rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm), comprimento 47mm (com tolerância de +/- 2mm), cabeça panela, fenda Phillips. 2.6 Fixação do painel à estrutura através de parafusos

		autoatarraxantes 3/16" x 5/8", zincados. CONSTITUINTES – CADEIRA: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetados, na cor CINZA (ver referências). Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do assento e do encosto, devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do "modelo FDE-FNDE" (conforme indicações nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes, também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos). Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). 3.3 Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Sapatas/ponteiras em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor CINZA (ver referências), fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde da sapata/ponteira, deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, a identificação do "modelo FDE-FNDE" (conforme indicações no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesse molde, também deve ser inserido datador duplo com miolo giratório de 5 ou 6mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicação no projeto). Nas partes metálicas, deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. O grau de enferrujamento deve ser de Ri0 e o grau de empolamento deve ser de d0/t0. 3.6 Pintura eletrostática dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, acabamento liso e brilhante, espessura mínima 40 micrometros, na cor CINZA (ver referências).
11	MESA PARA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS	Mesa adaptada para uso por pessoa em cadeira de rodas, conforme ABNT NBR 9050:2020 (Acessibilidade). Estrutura em tubos metálicos compintura epóxi, tampo em MDF ou MDP revestido em laminado melamínico de alta resistência, com bordas arredondadas e altura livre mínimade 73 cm para permitir o encaixe da cadeira de rodas. Possui amplo espaço inferior para movimentação das pernas e dimensões ergonômicas acessíveis, garantindo conforto, estabilidade e segurança ao usuário. SEGUIR REFERÊNCIA TECNICA DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO MODELO FNDE: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/compras-nacionais/audiencias-publicas/2023/audiencia-publica-no-04-2023-mobiliario-escolar/projetos-e-especificacoes/ma02_fde_fnde_especificacoes_27_10_23.pdf. Mesa individual acessível para pessoa em cadeira de rodas (PCR), com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico e na face inferior em chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço. CONSTITUINTES - MESA Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências), cantos arredondados (conforme projeto). Revestimento na face inferior em chapa de balanceamento (contra placa fenólica) de 0,6mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento 10 mm (ver detalhamento no projeto). Dimensões acabadas de 900mm (largura) x 600mm (profundidade) x 19,4mm (espessura), admitindo-se tolerância de até +/- 2mm para largura e profundidade e +/- 1mm para espessura. Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila), PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com primer na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor AZUL (ver referências), colada com adesivo Hot Melting. Resistência ao arrancamento mínima de 70N (ver fabricação). Dimensões nominais de 22mm (largura) x 3mm (espessura), com tolerância de +/- 0,5mm para espessura. Centralizar ponto de início e término de aplicação da fita de bordo no ponto central e do lado oposto à borda de contato com o usuário. O ponto de encontro da fita de bordo não deve apresentar espaços ou deslocamentos que facilitem seu arrancamento. 2.3 Estrutura composta de: Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 16 (1,5mm); Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro de 31,75mm (1 1/4"), em chapa 16 (1,5mm); 2.3.3 Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5mm). Fixação do tampo à estrutura através de: 06 porcas garra rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm); 06 parafusos rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm), comprimento 47mm (com tolerância de +/- 2mm), cabeça panela, fenda Phillips . Fixação das sapatas (frontal e posterior) aos pés através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. 2.6 Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor AZUL (ver referências), fixadas à estrutura através de encaixe. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes das ponteiras e sapatas, devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem apresentando o número identificador do polímero, a identificação do "modelo FDE-FNDE" (conforme indicações nos projetos) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes, também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 5 ou 6mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos). INDICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE. A mesa acessível para pessoa em cadeira de rodas deve ser identificada com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA) impresso por tampografia na estrutura da mesa, lateral direita, face externa, conforme projeto gráfico e aplicação. Para impressão em tampografia devem ser utilizadas tintas compatíveis com o substrato em que forem aplicadas de modo que, depois de curadas e secas, estas impressões tenham fixação permanente, não sejam laváveis, sejam resistentes a álcool e impossíveis de serem riscadas com as unhas

2. DA NATUREZA DO ERRO

Ressalta-se que o equívoco identificado não decorre de falha na quantificação dos itens, mas apenas da supressão de parte das descrições técnicas mais detalhadas no momento de elaboração do edital bem como de certificação obrigatória por resolução exigida. Importa destacar que tal situação não compromete a compreensão do objeto, uma vez que o próprio Termo de Referência anexado já estabelece, de forma expressa, que os itens licitados devem obrigatoriamente observar o padrão do FNDE, conforme as normas vigentes.

Ademais, cumpre mencionar que o mobiliário escolar deve seguir as diretrizes e parâmetros técnicos definidos pelo FNDE, em especial a Portaria INMETRO nº 401, de 28 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as especificações dimensionais e de segurança para conjuntos aluno e demais itens padronizados. Assim, a correção ora promovida limita-se à recomposição descritiva, não implicando alteração do objeto, nem gerando qualquer prejuízo ao erário, à execução contratual ou aos participantes do certame.

Ressalta-se que o equívoco também identificado decorre de erro material de supressão ocorrido durante a formulação do edital, ocasião em que deixou de ser incluída a exigência de certificação compulsória do conjunto aluno/professo/mesa para pessoa com cadeira de rodas. Cumpre esclarecer que tal certificação é obrigatória, nos termos da Portaria INMETRO nº 401, de 28 de dezembro de 2020, que estabelece os Requisitos de Avaliação da Conformidade para mobiliário escolar. Esclarece-se, ainda, que essa especificação deveria constar expressamente no item 5.4.1 do Termo de Referência, mas acabou suprimida inadvertidamente. Com a presente retificação, restabelece-se a integralidade das condições técnicas originalmente previstas.

3. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do Edital de pregão Eletrônico nº 049/2025 SRP,
Este Adendo tem efeito retificativo e aclaratório, integrando-se ao Edital original para todos os fins de direito.

Parnamirim/PE 17 de novembro de 2025.

DENILVA PEIXOTO DE ALENCAR ANGELIM
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Cicero Rangel Andrade Bezerra
Código Identificador:8748D1F1

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2025 - PROC. LICIT. 028/2025 - PREG. ELET. 017/2025 - SEC. DE FINANÇAS - PREF.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 039/2025

Pregão Eletrônico nº: 017/2025 - FME
Processo Lic. Nº: 028/2025 - FME

Aos 06 (seis) dias do mês de novembro do ano de 2025, O MUCÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça Historiador Adalberto Paiva, 01, Centro – São Bento do Una – PE, inscrita no CNPJ sob nº 10.091.577/001-00, representado pela Secretária, a Sra. **KÁTIA SIMONE SOUZA CORDEIRO**, brasileira, casada, residente na Rua Arnaldo Acacio Guimarães, nº 204, inscrita no RG nº 6291917 SDS/PE e CPF/MF sob o nº 032.285.594-24, doravante **ÓRGAO GERENCIADOR**, com base na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais regulamentos municipais, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Eletrônico nº 017/2025, que, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, exarado no presente processo, RESOLVE lavrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta Ata é O **REGISTRO DE PREÇOS DE FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA/PE**, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, tendo como fornecedor registrado a empresa abaixo indicada.

DADOS DA FORNECEDORA REGISTRADA

RAZÃO SOCIAL: **A. CLEITON VALENCA DE ASEVEDO**
INSCRIÇÃO NO CNPJ: **09.410.370/0001-71**
ENDEREÇO COMPLETO: **Loteamento Bom Jesus, Nº 234 A, Centro, São Bento do Una – PE.**
e-mail: **revendaultragaz@outlook.com**

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: **Adelson Cleiton Valença de Asevedo**
CARGO QUE OCUPA: **Representante Legal**
NACIONALIDADE: **Brasileiro**
ESTADO CIVIL: **Casado** PROFISSÃO: **Empresário**
RG Nº: **5.771.849 SSP/PE** CPF Nº: **054.716.744-05**

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 017/2025, acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de 22/10/2025, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações do fornecedor REGISTRADO, entre outras:

Assinar a ata de Registro de Preços de fornecimento/serviço com A SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (Cinco) dias úteis, contados da solicitação formal, **se for o caso**.

Providenciar a imediata correção/substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento do objeto e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

Executar o objeto nas condições estipuladas no termo de referência, no prazo máximo estipulado, conforme citado acima.

Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local da entrega.

Manter durante a execução do objeto deste termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes ás leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados:

Executar o objeto em conformidade e condições estipuladas neste termo de referência.

Possibilitar A SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Órgão Gerenciador:

Responder pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste termo de referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento desta.

Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razoes justificadoras a serem apreciadas pelas Secretarias.

Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse das Secretarias e demais fundos, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido:

Substituir, sempre que exigida pela SECRETARIA DE SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA, e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios a disciplina do Órgão Gerenciador ou ao interesse do Serviço Público.

A Secretaria não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

Atender prontamente quaisquer exigências do representante e da SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA, inerente ao objeto deste termo de referência.

Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.

Todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas e etc., correrão por conta da empresa ou pessoa física contratada.

Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e o objeto constante desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	UND	600	ÁGUA MINERAL - ADICIONADA DE SAIS MINERAIS, POTÁVEL, NÃO GASOSA, ENVASADA EM GARRAFÕES, RETORNÁVEIS, CAPACIDADE APROXIMADAMENTE DE 20 LITROS CADA.	Cristal Plus	R$ 3,18	R$ 1.908,00
03	UND	50	GARRAFÕES VAZIOS - PARA USO DE ÁGUA MINERAL CAPACIDADE 20 LITROS. COM VIDA ÚTIL DE 3 ANOS.	Valle	R$ 14,98	R$ 749,00
TOTAL R$ 2.657,00						

DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO GERENCIADOR (A SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA)

CLÁUSULA QUINTA: São obrigações do órgão gerenciador, entre outras:

I. gerenciar, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

II. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

III. acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;

IV. publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 017/2025, o Órgão Gerenciador e/ou órgãos participantes, visando alcançar o serviço pretendido, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Registro de Preços efetuado não obriga **A SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA**/ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA OITAVA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura deste.

DO PAGAMENTO AO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA NONA: Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade do fornecedor registrado, obedecidas as seguintes condições:

a) **os pagamentos serão realizados Contra-apresentação:** Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento da SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA.

b). As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

O FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar ao setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, por ocasião dos pagamentos, cópia autenticada dos seguintes documentos:

Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (conjunta), Estadual e Municipal;

Certificado de regularidade de situação com o FGTS;

Certidão de regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT)

O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

Poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro, de responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO;

Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;

Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA: Poderá o Órgão Gerenciador sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, de responsabilidade do Fornecedor Registrado;

Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;

Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

Houver interesse público, devidamente fundamentado

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido

Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor

O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado.

Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pela **SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) Por razão de interesse público; ou
b) A pedido do fornecedor.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:
As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento da SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA, sendo:
787-4001-403-2.34-3390-30
DAS PENALIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Órgão Gerenciador e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Fornecedor Registrado as penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
Parágrafo primeiro – Além das disposições contidas na Lei 14.133/21, são as seguintes as sanções aplicáveis:
I. advertência;
II. Multa – de mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, conforme gravidade aferida pela administração e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas noart. 155 da Lei 14.133/21;
III. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 3 (três) anos nos casos de descumprimento desta Ata de Registro e ainda as disposições contidas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21;
IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade no caso de ocorrência do previsto nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do mesmo diploma.
Parágrafo segundo - A Detentora/Fornecedor Registrado será notificada, por escrito para:
Recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.
Inexistindo pagamento devido pela SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;
Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, a SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

Parágrafo terceiro - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A penalidade de advertência poderá ser, nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:
I. descumprimento das obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para a SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA;
II. execução insatisfatória ou inexecução do objeto da licitação, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
III. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA;
DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.
O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.
Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CLÁUSULA DÉCUMA SETIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2025, e as propostas apresentadas pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITVA: O presente registro decorre de adjudicação à(s) PROMITENTE(S) REGISTRADA(S) dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº 017/2025, conforme decisão do Pregoeiro da SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA, lavrada em Ata datada de **06/11/2025** e posterior homologação feita pelo senhor Secretário da SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA – deste município

CLÁUSULA DÉCUMA NOTA: Caberá ao Órgão Gerenciador da SECRETARIA DE FINANÇAS DE SÃO BENTO DO UNA, o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Bento do Una - PE, 06 de novembro de 2025.

KÁTIA SIMONE SOUZA CORDEIRO	*CLEITON VALENCA DE ASEVEDO*
Secretária de Finanças	09.410.370/0001-71
Contratante	Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:031F8EF6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedadee o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais domunicípio de São José da Coroa Grande/PE.

Deste modo, a Prefeitura deSão José da Coroa Grande/PE, através daSecretaria de Cultura, Juventude e Desportos,torna público o presente edital elaborado com base naLei nº 14.399/2022(Lei PNAB), naLei nº 14.903/2024(Marco regulatório do fomento à cultura), noDecreto nº 11.740/2023(Decreto PNAB), noDecreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento)e naInstrução Normativa MINC nº 10/2023(IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

• INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturaisdomunicípio de São José da Coroa Grande/PE.

2.2 Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados47 (quarenta e sete)projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é deR$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais).
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:0200 – Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande

Unidade:0205 – Secretaria de Cultura, Juventude e Desportos

Função:13 – Cultura

Subfunção:392 – Difusão Cultural

Programa:0247 – Difusão Cultural

Ação:13.392.0247.2033 – Manutenção e Apoio à Difusão Cultural (Lei Aldir Blanc)
Sobre o valor total repassado pelomunicípio de São José da Coroa Grande/PE ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços– ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4 Prazo de inscrição
De 08:00 horas do dia 18/11/2025 até às 23:59 horas do dia 28/11/2025.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

2.5 Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside nomunicípio de São José da Coroa Grande/PE há pelo menos2 anos.

Agente Culturalé toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

2.6 Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção!O agente cultural queintegrar o Conselhode Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.

Atenção!Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

Atenção!A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7 Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo01 (um) projetoe poderá ser contemplado com no máximo01 (um) projeto.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

●**Inscrições –**etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
●**Seleção –**etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
●**Habilitação –**etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
●**Assinatura do Termo de Execução Cultural**– etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

• INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio deplataformaa seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção!O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

Atenção!A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

• COTAS

5.1 Categoria de cotas

Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:

a)pessoas negras (pretas e pardas);
b)pessoas indígenas;
c)pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração deve ser anexada na plataforma no ato da inscrição.

5.2 Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

Estão previstos para este Edital critérios diferenciados de pontuação (indutores) relacionados, exclusivamente, ao agente cultural responsável pelo projeto:
a)Agente cultural gênero feminino;
b) Agente cultural LGBTQIAPN+;
c)Agente cultural pessoa Idosa (acima de 60 anos);
d) Agente cultural pessoa de faixa etária de 18 a 29 anos (Juventude);
e) Agente cultural pessoa em situação de rua;
f) Agente cultural egresso de sistema prisional;
g) Agente cultural pessoa negra ou indígena;
h) Agente cultural pessoa com deficiência;
I) Agente cultural residente em zona periférica ou zona rural;
j) Agente cultural pertencente a alguma comunidade tradicional como terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.
Atenção!Será considerado pontos por indutores, sendo aplicado cumulativamente.

• COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

6.1Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados,isentando o município de São José da Coroa Grande/PEde qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executadosaté180 dias após o recebimento do recurso.

6.3 Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.

Atenção!O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

Atenção!O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

Atenção!O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.

Atenção!Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4 Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas caractetísticas, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

• ETAPA DE SELEÇÃO

7.1 Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos.
Farão parte desta comissãopareceristas externos contratados por consultoria contratada e contará com o quantitativo de até três (3) membros para a comissão de seleção.

7.2 Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo:tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

Atenção!Os parentes de que trata o item III são:pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3 Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4 Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5 Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6 Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de São José da Coroa Grande/PE, no site oficial da prefeitura e no sitehttps://www.mascultura.com.br/.

Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado aopresidente da comissão de pareceristas, que deve ser apresentado por meio do e-mail:saojosedacoroagrandepnab@gmail.comno prazo de3 (três) dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado nosite oficial da prefeitura municipal de São José da Coroa Grande/PE e no sitehttps://www.mascultura.com.br/.

• REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral, ou maior pontuação por categoria.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

9.1 Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 5 (cinco) dias corridos apósa publicação do resultado final de seleção, de forma física os seguintes documentos:

Se o agente cultural for**pessoa física**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção!A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for**pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for**grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipaisem nome do representante do grupo;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

Atenção!Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinadoaopresidente da comissão de pareceristas, que deve ser apresentado por meio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico:saojosedacoroagrandepnab@gmail.comno prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado nosite oficial da prefeitura municipal de São José da Coroa Grande/PE e nohttps://www.mascultura.com.br/.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

• ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

10.1 Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e peloórgão municipal responsável pelo edital,contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursosfinanceiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.

Atenção!A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.
O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até no máximo dois dias uteis após o término do período de habilitação, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

• DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal edo município de São José da Coroa Grande/PE,de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

12.1 Monitoramento e avaliação realizados pelaSecretaria de Cultura, Juventude e Desportosdo município de São José da Coroa Grande/PE
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

12.2 Como o agente cultural presta contas aSecretaria de Cultura, Juventude e Desportosdo município de São José da Coroa Grande/PE
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 15 diasa contardo fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção!Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis nositeoficial da prefeitura de São José da Coroa Grande/PE e no sitehttps://www.mascultura.com.br/.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações nodiário oficial do municípioe nas mídias sociais oficiais.

13.3 Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mailsaojosedacoroagrandepnab@gmail.com
Os casos omissos ficarão a cargodaSecretário de Cultura, Juventude e Desportos.

13.4 Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terávalidade até 31 de dezembro de 2025.

13.5 Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Categorias de apoio;
Anexo II – Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III – Critérios de seleção
Anexo IV – Termo de Execução Cultural;
Anexo V – Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VI – Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VII – Declaração étnico-racial
Anexo VIII – Declaração PCD

Anexo IX – Formulário de interposição de recurso
Anexo X – Cronograma

ALEXANDRE SHESMAN AGOSTINHO DA SILVA
Secretário de Cultura, Juventude e Desportos
Prefeitura de São José da Coroa Grande/PE

ANEXO I – CATEGORIAS

1.RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valortotal de R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais)distribuídos da seguinte forma:
a)Até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para CATEGORIA A;
b)Até R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para CATEGORIA B;

2.DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

Categoria A:projetos de proponentes na qual o agente cultural pode ser: Pessoa Física ou Microempreendedor Individual (MEI);
Categoria B:projetos de proponentes na qual o agente cultural pode ser: Pessoa Jurídica com fins lucrativos; pessoa jurídica sem fins lucrativos; e, Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física;

3.DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA A	24	10	4	2	40	**R$ 2.000,00**	**R$ 80.000,00**
CATEGORIA B	3	2	1	1	7	**R$ 2.000,00**	**R$ 14.000,00**

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

1.TIPO DE AGENTE CULTURAL
É pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa física
( ) Pessoa jurídica

Pessoa Física
( ) Maior de 18 anos
( ) Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física maior de 18 anos

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

2. DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

*GLOSSÁRIO:
Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, com o seu sexo biológico.
Transgênero: Pessoa que se identifica com gênero que difere do sexo atribuído no nascimento.
Pessoa não binária: Pessoa cujo gênero não é nem 100% homem e nem 100% mulher.

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual

Qual a sua faixa de idade?
( ) De 18 a 29 anos
( ) De 30 a 39 anos
( ) De 40 a 49 anos
( ) De 50 a 59 anos
( ) Acima de 60 anos

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
() Pós-Graduação Incompleto
() Mestrado Completo
() Doutorado Completo
() PHD
() MBA

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das remunerações dos últimos 3 meses. Em 2025, o salário-mínimo foi fixado em R$1.518,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.

( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Qual link para a sua rede social mais acessada (Instagram, Facebook, TikTok, etc.)?

Já acessou recursos públicos do fomento à Cultura anteriormente?
( ) Sim
( ) Não

PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Site ou link de rede social da instituição:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar

*GLOSSÁRIO:
Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, com o seu sexo biológico.
Transgênero: Pessoa que se identifica com gênero que difere do sexo atribuído no nascimento.
Pessoa não binária: Pessoa cujo gênero não é nem 100% homem e nem 100% mulher.

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra, indicar qual
Qual a faixa de idade do representante legal?
( ) De 18 a 29 anos
( ) De 30 a 39 anos
( ) De 40 a 49 anos
( ) De 50 a 59 anos
( ) Acima de 60 anos
Qual a faixa de renda do representante legal?
(Calcule fazendo uma média das remunerações dos últimos 3 meses. Em 2025, o salário-mínimo foi fixado em R$1.518,00.)
( ) Nenhuma renda
( ) Até 1 salário-mínimo
( ) De 1 a 3 salários-mínimos
( ) De 3 a 5 salários-mínimos
( ) De 5 a 10 salários-mínimos
( ) Acima de 10 salários-mínimos

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto
() Mestrado Completo
()Doutorado Completo
() PHD
() MBA

A pessoa jurídica (PJ) já acessou recursos públicos do fomento à Cultura anteriormente?
( ) Sim
( ) Não

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

()**Categoria A:**projetos de proponentes na qual o agente cultural pode ser: Pessoa Física ou Microempreendedor Individual (MEI);
Categoria B:projetos de proponentes na qual o agente cultural pode ser: Pessoa Jurídica com fins lucrativos; pessoa jurídica sem fins lucrativos; e, Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física;

Vai concorrer às cotas?
() Sim
() Não

Se sim, qual?
() Pessoa negra (pretas ou pardas)
apresentar (anexar arquivo PDF):
a) Autodeclaração racial, conforme ANEXO VII;
() Pessoa indígena
apresentar (anexar arquivo PDF):
a) Autodeclaração racial, conforme ANEXO VII.
() Pessoa com deficiência
apresentar autodeclaração, conforme Anexo VIII e apresentar algum dos documentos abaixo (anexar arquivos em PDF):
a) Laudo Médico
b) Certificado da Pessoa com Deficiência;
c) Comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência

Caso seja pessoa jurídica ou grupo/coletivo sem CNPJ a concorrer às cotas, preencher: Nome e CPF (das pessoas do corpo diretivo da PJ/ integrantes do grupo/coletivo sem CNPJ). COTA DECLARADA (pessoa negra; pessoa indígena; pessoa com deficiência).

Vai concorrer utilizando algum critério de indução?
(Marque os critérios nos quais se encaixa)

() Agente cultural gênero feminino
() Agente cultural LGBTQIAPN+
() Agente cultural pessoa Idosa (acima de 60 anos)
() Agente cultural pessoa de faixa etária de 18 a 29 anos (Juventude)
() Agente cultural pessoa em situação de rua
() Agente cultural egresso de sistema prisional
() Agente cultural pessoa negra ou indígena
() Agente cultural pessoa com deficiência
() Agente cultural residente em zona periférica ou zona rural
( ) Agente cultural pertencente a alguma comunidade tradicional como terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.

Descrição do projeto(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
( ) Pessoas vítimas de violência
( ) Pessoas em situação de pobreza
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
( ) Pessoas com deficiência
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
( )Mulheres
( )LGBTQIAPN+
( ) Povos e comunidades tradicionais
( ) Negros e/ou negras
( ) Ciganos
( ) Indígenas
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
( )Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra ____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado(Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( )Apoio financeiro municipal
( )Apoio financeiro estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Federal
( )Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( )Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( )Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARESOBRIGATORIOS (anexar arquivo em PDF)
Documentos específicos para avaliação de mérito.
a) Currículos/portfólios do agente cultural.
b) Currículos/portfólios dos responsáveis pela identidade e execução do projeto e/ou de ações do projeto, considerando os profissionais descritos na equipe técnica.
c) comprovação de atuação a exemplo de clipagem e outros documentos.

Somente serão considerados os documentos obrigatórios enviados dentro do período de apresentação estabelecido no cronograma deste Edital (Anexo X).

Atenção!Todos os documentos indicados deverão ser anexados e enviados quando da inscrição do projeto. Não será avaliado documento enviado por meio de link.

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

( ) Eu, agente cultural responsável por este projeto, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e autenticidade das cópias de documentos encaminhados para fins de confirmação das ações afirmativas e comprovação dos critérios indutores de seleção aos quais concorro. Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações apresentadas implicará penalidades cabíveis, sem prejuízo das demais possíveis sanções administrativas e civis.

ANEXOIII
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas doprojeto.	20
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do município.	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execuçãonas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto.	10
E	Coerência do Plano de Divulgaçãono Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas.	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente. Será considerada,para fins de análise,a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	20
PONTUAÇÃO TOTAL:		90

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS POR INDUÇÃO			
Identificação do Ponto Extra	**DESCRIÇÃO DO PONTO EXTRA PESSOAS FÍSICAS E MEI**	**DESCRIÇÃO DO PONTO EXTRA PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por mulheres.	1
I	Agentes culturais negros e indígenas.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas.	1

J	Agentes culturais com deficiência.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência.	1
K	Agentes culturais LGBTQIAPN+.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas LGBTQIAPN+.	1
L	Agentes culturais pessoas idosas (acima de 60 anos).	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas idosas acima de 60 anos.	1
M	Agentes culturais pessoas de faixa etária de 18 a 29 anos (Juventude).	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas entre 18 a 29 anos.	1
N	Agentes culturais pessoas em situação de rua.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas em situação de rua.	1
O	Agentes culturais Egresso de sistema prisional.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas egressas do sistema prisional.	1
P	Agentes culturais residente em zona periférica ou zona rural.	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor IDH (Zonas Periféricas e Zonas Rurais).	2
Q	Agentes culturais pessoas de terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas de terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.	1
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS	

●A pontuação final de cada candidatura serápor média das notas atribuídasindividualmente por cada membro da comissão de pareceristas.
●Os critérios gerais são eliminatóriosde modo queo agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
●Os bônus de pontuação extra são cumulativos e não constituem critérios obrigatóriosde modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
●Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
●Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate,serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
I – proponente maior de idade;
II – sorteio.
●Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ousuperior a 50 pontos.
●Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III – receberem nota final inferior a 50 pontos.
●A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO] / [INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL**nº 01/2025**–,NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 A**PREFEITURA DESÃO JOSÉ DA COROA GRANDE/PE**, através da**SECRETARIA DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS**, neste ato representado por, Senhor**ALEXANDRE SHESMAN AGOSTINHO DA SILVA**e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO].
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta indicada do(a) AGENTE CULTURAL, no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do/da**SECRETARIA DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS:**
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à**SECRETARIA DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS**por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de**15 dias**contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela**SECRETARIA DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS**a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 15 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 15 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.
9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III -denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV -rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.
11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento das ações será por meio de envio de relatórios.
12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de (1) um ano, podendo ser prorrogado por mais (6) seis meses.
13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no site oficial da Prefeitura Municipal deSão José da Coroa Grande/PE.
14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro da cidade deSão José da Coroa Grande/PEpara dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

São José da Coroa Grande/PE, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

ALEXANDRE SHESMAN AGOSTINHO DA SILVA
Secretária de Cultura, Juventude E Desportos
Prefeitura de São José da Coroa Grande/PE

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V
RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural
1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobreeventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)

• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.

( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VII

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na**Etapa de Seleção**doEdital**01/2025**,venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____
_____
_____
_____.

Local, data.
_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À**SECRETARIA DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS,**
Com base na**Etapa de Habilitação**doEdital**01/2025**,venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____
_____
_____
_____.

Local, data.
_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

ANEXO X
CRONOGRAMA DA SELEÇÃO*
Para efeito de contagem, todos os prazos são em dias corridos.

ETAPA	DATAS / PRAZOS
Inscrição de projetos	De 08h. do dia 18/11/2025 até as 23:59 do dia 28/11/2025.
Comissão de Seleção	De 29 de novembro até 02 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Preliminar	Dia 03 de dezembro de 2025
Período de recursos do resultado preliminar	De 04 Até 06 de dezembro de 2025
Análise dos Recursos do Resultado Preliminar	De 07 até 09 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Final	Dia 10 de dezembro de 2025
Convocação para entrega de documentos para Habilitação	De 11 Até 16 de dezembro de 2025
Pagamento da proposta habilitada	De 17 até 31 de dezembro de 2025

*Excepcionalmente, mediante solicitação das Comissões de Seleção ou em decorrência de orientações e repasses do Ministério da Cultura (MINC), os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados, por ato do Secretário Municipal deCultura, Juventude E Desportos
deSão José da Coroa Grande/PE.

Publicado por:
Gustavo Barros de Almeida
Código Identificador:3054C3EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025 - PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a premiar agentes culturais atuantes nomunicípio de São José da Coroa Grande/PE.
Deste modo, a prefeitura de São José da Coroa Grande/PE, através da Secretaria de Cultura, Juventude e Desportos,torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1. Objeto do Edital
O objeto deste Edital é a premiação de agentes culturais que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do município de São José da Coroa Grande/PE, observadas as categorias descritas no Anexo I deste Edital.
Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada pelo agente cultural ao município de São José da Coroa Grande/PE.
O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.
2.2. Quantidade de agentes culturais a serem premiados
Serão premiados 10 agentes culturais.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos as vagas podem ser ampliadas.
2.3.Valor da premiação
Cada agente cultural selecionado receberá a premiação conforme as categorias previstas no Anexo I deste Edital.
O valor recebido pelas pessoas físicas é isento de Imposto de Renda, ou seja, o agente cultural pessoa física não vai ter desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.
O valor do prêmio concedido às pessoas jurídicas não terá a retenção na fonte do Imposto de Renda, podendo haver a incidência posterior do tributo, cujo recolhimento ficará a cargo do agente cultural, caso este não desfrute de isenção expressamente outorgada por lei.
O valor total deste edital é de R$ 20.974,80 (vinte mil e novecentos e setenta e quatro e oitenta centavos).
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
Órgão: 0200 – Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande
Unidade: 0205 – Secretaria de Cultura, Juventude e Desportos
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0247 – Difusão Cultural
Ação: 13.392.0247.2033 – Manutenção e Apoio à Difusão Cultural (Lei Aldir Blanc)

2.4. Prazo de inscrição
De 08:00 horas do dia 18/11/2025 até 23:59 horas do dia 28/11/2025.

2.5. Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural com contribuição artística ou cultural no município de São José da Coroa Grande/PE há pelo menos 10 anos e que possua idade acima de 55 anos.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);
Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc);
Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc);
Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para a assinatura do Termo de Premiação Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo IV deste Edital.

2.6. Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
II - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador)
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.
2.7. Em quantas categorias cada agente cultural pode se inscrever neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital em, no máximo uma (1) categoria, e poderá ser contemplado com no máximo uma (1) premiação.

3.ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Premiação Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural

4.INSCRIÇÕES

Como se inscrever
O agente cultural deve encaminhar por meio deplataforma a seguinte documentação:
a) Formulário de inscrição (Anexo II);
b) Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no município de São José da Coroa Grande/PE, de quaisquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
c) Declaração de representação, no caso de concorrer como coletivo sem CNPJ;
d) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.
Atenção! Ao se inscrever o agente cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

5.COTAS

5.1. Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração deve ser anexada na plataforma no ato da inscrição.
5.2. Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes pelas cotas, que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.3. Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.4. Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.5. Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]

As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VI e Anexo VII.
Estão previstos para este Edital critérios diferenciados de pontuação (indutores) relacionados, exclusivamente, ao agente cultural responsável pela inscrição:
a) Agente cultural gênero feminino;
b) Agente cultural LGBTQIAPN+;
c) Agente cultural pessoa Idosa (acima de 60 anos);
d) Agente cultural pessoa em situação de rua;
e) Agente cultural egresso de sistema prisional;
f) Agente cultural pessoa negra ou indígena;
g) Agente cultural pessoa com deficiência;
h) Agente cultural residente em zona periférica ou zona rural;
i) Agente cultural pertencente a alguma comunidade tradicional como terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.
Atenção! Será considerado pontos por indutores, sendo aplicado cumulativamente.

6. ETAPA DE SELEÇÃO

6.1. Quem analisa as candidaturas
Uma comissão de seleção vai avaliar as candidaturas.
Farão parte desta comissão pareceristas externos contratados por consultoria contratada e contará com o quantitativo de três (3) membros para a comissão de seleção.
6.2. Quem não pode fazer parte da comissão de seleção
Os membros da comissão de seleção e respectivos substitutos ficam impedidos de participar da avaliação de candidaturas quando:
I – tiverem interesse direto na matéria;
II – no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.
6.3. Análise das candidaturas
A etapa de seleção será composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do município de São José da Coroa Grande/PE, e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III.
Atenção! Os agentes culturais que apresentarem documentos comprobatórios da trajetória artística e cultural contendo quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa
A análise compreende os critérios individuais da candidatura, bem como seus impactos e relevância social em relação aos outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada agente cultural é atribuída em função desta comparação.
6.4. Recursos na etapa de Seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de São José da Coroa Grande/PE, no site oficial da prefeitura municipal de São José da Coroa Grande/PE e na plataforma https://www.mascultura.com.br/.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado ao presidente da comissão de pareceristas.
Os recursos deverão ser apresentados por meio do e-mail: saojosedacoroagrandepnab@gmail.com no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site oficial da prefeitura municipal de São José da Coroa Grande/PE e no https://www.mascultura.com.br/.

7. REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral, ou maior pontuação por categoria.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

8. ETAPA DE HABILITAÇÃO

8.1. Prazo para apresentação de documentos de habilitação
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de05 dias corridos após a publicação do resultado final de seleção, por meio de forma física os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I - documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.
Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - documento pessoal do representante legal que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

II - atos constitutivos, ou seja, o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
IV - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS.

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I - documento pessoal do representante do grupo que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

8.2. Recursos da etapa de Habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Secretaria de Cultura, Juventude e Desportos, que deve ser apresentado por meio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: saojosedacoroagrandepnab@gmail.com no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no https://www.mascultura.com.br/ e nosite oficial da prefeitura municipal de São José da Coroa Grande/PE.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

9.ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme Anexo V deste Edital e receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome) indicada no formulário de inscrição.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no siteoficial da prefeitura municipal de São José da Coroa Grande/PE e no site https://www.mascultura.com.br/.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações nodiário oficial do município e nas mídias sociais oficiais.
Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, e serão contados em dias corridos, exceto se for expressa a contagem em dias úteis.

10.2. Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mailsaojosedacoroagrandepnab@gmail.com.
Os casos omissos ficarão a cargo doSecretário de Cultura, Juventude e Desportos.

10.3. Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31 de dezembro de 2025.

10.4. Anexos do Edital
Este Edital é composto pelos seguintes anexos:
Anexo I – Categorias
Anexo II - Formulário de Inscrição
Anexo III - Critérios de seleção e bônus de pontuação
Anexo IV - Declaração de representação de grupo ou coletivo cultural
Anexo V - Termo de Premiação Cultural
Anexo VI - Autodeclaração Étnico-racial
Anexo VII - Autodeclaração para pessoa com deficiência
Anexo VIII – Formulário de Recurso
Anexo IX – Cronograma

ALEXANDRE SHESMAN AGOSTINHO DA SILVA
Secretário de Cultura, Juventude e Desportos
Prefeitura de São José da Coroa Grande/PE

ANEXO I
CATEGORIAS

1. RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de R$ 20.974,80 (vinte mil e novecentos e setenta e quatro e oitenta centavos).

Serão disponibilizadas 10 vagas com valor de R$ 2.097,48 (dois mil e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos) cada.

2. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Vagas ampla concorrência	Cotas pessoas negras	Cotas pessoas indígenas	Cotas PCD	Total de vagas	Valor do prêmio	Valor total
5	3	1	1	10	R$ 2.097,48	R$ 20.974,80

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. INFORMAÇÕES DO AGENTE CULTURAL
Você é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica
DADOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTO DO PRÊMIO:
(Inserir dados bancários do agente cultural que está concorrendo ao prêmio - conta que receberá os recursos da premiação)
Agência:
Conta:
Banco:

_____
_____
_____
_____

PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome social (se houver):
Nome artístico:
CPF:
RG:
Órgão expedidor e Estado:
Data de nascimento:
Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa não binária
( ) Não informar

*GLOSSÁRIO:
Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, com o seu sexo biológico.
Transgênero: Pessoa que se identifica com gênero que difere do sexo atribuído no nascimento.
Pessoa não binária: Pessoa cujo gênero não é nem 100% homem e nem 100% mulher.

Raça/cor/etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
E-mail (caso possua):
Telefone:
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

_____
_____
_____
_____

PARA PESSOA JURÍDICA:

Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais
Nome do representante legal
CPF do representante legal
E-mail do representante legal
Telefone do representante legal
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa não Binária
( ) Não informar

*GLOSSÁRIO:
Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, com o seu sexo biológico.
Transgênero: Pessoa que se identifica com gênero que difere do sexo atribuído no nascimento.
Pessoa não binária: Pessoa cujo gênero não é nem 100% homem e nem 100% mulher.

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual tipo da deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

2. INFORMAÇÕES SOBRE TRAJETÓRIA CULTURAL

Vai concorrer às cotas?
( ) Sim
( ) Não

Se sim, qual?
( ) Pessoa negra (pretas ou pardas)
apresentar (anexar arquivo PDF):
a) Autodeclaração racial, conforme ANEXO VII;
( ) Pessoa indígena
apresentar (anexar arquivo PDF):
a) Autodeclaração racial, conforme ANEXO VII.
( ) Pessoa com deficiência
apresentar autodeclaração, conforme Anexo VIII e apresentar algum dos documentos abaixo (anexar arquivos em PDF):
a) Laudo Médico
b) Certificado da Pessoa com Deficiência;
c) Comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência

Caso seja pessoa jurídica ou grupo/coletivo sem CNPJ a concorrer às cotas,
preencher: Nome e CPF (das pessoas do corpo diretivo da PJ/ integrantes do grupo/coletivo sem CNPJ). COTA DECLARADA (pessoa negra; pessoa indígena; pessoa com deficiência).

Vai concorrer utilizando algum critério de indução?
(Marque os critérios nos quais se encaixa)
( ) Agente cultural gênero feminino
( ) Agente cultural LGBTQIAPN+
( ) Agente cultural pessoa Idosa (acima de 60 anos)
( ) Agente cultural pessoa em situação de rua
( ) Agente cultural egresso de sistema prisional
( ) Agente cultural pessoa negra ou indígena
( ) Agente cultural pessoa com deficiência
( ) Agente cultural residente em zona periférica ou zona rural

( ) Agente cultural pertencente a alguma comunidade tradicional como terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.

2.1 Quais são as suas principais ações e atividades culturais realizadas?
Aqui, conte, o mais detalhadamente possível, sobre as ações culturais que você realiza, informando em que área ou segmento cultural atua, em que local realiza suas atividades, entre outras informações.

2.2 Como começou a sua trajetória cultural?
Descreva como e quando começou a sua trajetória na cultura, informando onde seus projetos foram iniciados, indicando há quanto tempo você os desenvolve.

2.3 Como as ações que você desenvolve transformam a realidade do seu entorno/sua comunidade?
Responda quem são as pessoas beneficiadas direta ou indiretamente pelas suas atividades, e como suas ações impactam e beneficiam as pessoas ao redor. Destaque se a sua comunidade participou enquanto público ou também trabalhou nos projetos que você desenvolveu.

2.4 Na sua trajetória cultural, você desenvolveu ações e projetos com outras esferas de conhecimento, tais como educação, saúde, etc?
Descreva se as suas ações e atividades possuem relação com outras áreas além da cultura, tais como área de educação, saúde, esporte, assistência social, entre outras.

2.5 Você desenvolveu ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, tais como pessoas negras, indígenas, crianças, jovens, idosos, pessoas em situação de rua, entre outros? Se sim, quais?

3. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
Junte documentos que comprovem a sua atuação cultural, tais como cartazes, folders, reportagens de revistas, certificados, premiações, entre outros documentos.

4. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

( ) Eu, agente cultural responsável por este projeto, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e autenticidade das cópias de documentos encaminhados para fins de confirmação das ações afirmativas e comprovação dos critérios indutores de seleção aos quais concorro. Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações apresentadas implicará penalidades cabíveis, sem prejuízo das demais possíveis sanções administrativas e civis.

ANEXO III
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E BÔNUS DE PONTUAÇÃO

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	Tempo de atuação profissional e/ou artística, relevância das ações, atividades e/ou projetos desenvolvidos na área artística e o impacto no setor e/ou comunidade de atuação na categoria cultural inscrito(a).	30
B	Contribuição da trajetória para desenvolvimento, fortalecimento e renovação da linguagem artística, tais como novos processos criativos, debates em temas que estimulem a implementação de política pública para as artes, bem como processos de gestão e tecnologia para sustentabilidade do setor.	20
C	Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua, tais como realização de ações dentro da comunidade, contratação de profissionais da comunidade, contribuição a populações em situação de vulnerabilidade social, tais como idosos, crianças, pessoas negras, etc).	20
D	Integração e inovação do agente cultural com outras esferas do conhecimento e da vida social. Ex.: integração entre cultura e educação, cultura e saúde, cultura e meio ambiente, etc.	20
PONTUAÇÃO TOTAL:		90 PONTOS

Além da pontuação acima, o agente cultural pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS POR INDUÇÃO			
Identificação do Ponto Extra	**DESCRIÇÃO DO PONTO EXTRA PESSOAS FÍSICAS E MEI**	**DESCRIÇÃO DO PONTO EXTRA PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ**	**Pontuação**
E	Agentes culturais do gênero feminino.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por mulheres.	1
F	Agentes culturais negros e indígenas.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas.	1
G	Agentes culturais com deficiência.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência.	1
H	Agentes culturais LGBTQIAPN+.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas LGBTQIAPN+.	1
I	Agentes culturais pessoas idosas (acima de 60 anos).	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas idosas acima de 60 anos.	1
J	Agentes culturais pessoas em situação de rua.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas em situação de rua.	1
K	Agentes culturais Egresso de sistema prisional.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas egressas do sistema prisional.	1
L	Agentes culturais residente em zona periférica ou zona rural.	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor IDH (Zonas Periféricas e Zonas Rurais).	2
M	Agentes culturais pessoas de terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas de terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.	1
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS	

- A pontuação final de cada candidatura serápor média das notas atribuídas individualmente por cada membro da comissão de pareceristas.

- Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- Os bônus de pontuação extra são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
- Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
- Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
I – proponente maior de idade;
II – sorteio.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação , com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º daConstituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III – receberem nota final inferior a 50 pontos.
- A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
ARTÍSTICO- CULTURAL

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por agentes culturais que integram um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO V
TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

NOME DO AGENTE CULTURAL:
Nº DO CPF OU CNPJ:
DADOS BANCÁRIOS DO AGENTE CULTURAL:

Declaro que recebi a quantia de **R$ 2.097,48** (dois mil e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos), na presente data, relativa ao **Edital 02/2025 de Premiação Cultural**.

NOME
LOCAL

ASSINATURA

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais optantes pelas cotas étnico-raciais – pessoas negras ou pessoas indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é pessoa NEGRA OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIII
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital **02/2025 – Edital de Premiação Cultural**, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____
_____
_____
_____.

Local, data.

_____
Assinatura
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À **Secretaria de Cultura, Juventude e Desportos,**
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital **02/2025 – Edital de Premiação Cultural**, venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____
_____
_____
_____.

Local, data.

_____
Assinatura
NOME COMPLETO

ANEXO IX
CRONOGRAMA DA SELEÇÃO*
Para efeito de contagem, todos os prazos são em dias corridos.

ETAPA	DATAS / PRAZOS
Inscrição de projetos	De 08h. do dia 18/11/2025 até as 23:59 do dia 28/11/2025.
Comissão de Seleção	De 29 de novembro até 02 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Preliminar	Dia 03 de dezembro de 2025
Período de recursos do resultado preliminar	De 04 Até 06 de dezembro de 2025
Análise dos Recursos do Resultado Preliminar	De 07 até 09 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Final	Dia 10 de dezembro de 2025
Convocação para entrega de documentos para Habilitação	De 11 Até 16 de dezembro de 2025
Pagamento da proposta habilitada	De 17 até 31 de dezembro de 2025

*Excepcionalmente, mediante solicitação das Comissões de Seleção ou em decorrência de orientações e repasses do Ministério da Cultura (MINC), os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados, por ato do Secretário Municipal de Cultura, Juventude e Desportos deSão José da Coroa Grande/PE.

Publicado por:
Gustavo Barros de Almeida
Código Identificador:F8A62562

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SERRITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AUTORIZAÇAO DE CONTRATACAO

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 014/2025

UNIDADE GESTORA: MUNICÍPIO DE SERRITA/PE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTISTICOS PARA APRESENTAÇÃO NA FESTA DA EXPOSERRITA, A SER REALIZADO NOS DIAS 22 E 23 DE NOVEMBRO DE 2025 NO MUNICIPIO DE SERRITA – PE.

CONTRATADOS:

EMPRESA: REY VAQUEIRO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ do MF sob o n° 21.488.092/0001-70, com sede na Rua Aluisio Azevedo, 200 – Sala: 301 – Bairro Santo Amaro – CEP: 50.100-090 - Recife – PE.

EMPRESA: HAROLDINHO E FORRÓ DE NÓIS LTDA inscrita no CNPJ nº 33.849.244/0001-00, com sede na Rua João Julio da Silva Neto, nº 10 – Betolândia – Juazeiro do Norte – CE – CEP 63036-105.

EMPRESA: PAULO BRENO PEREIRA DOS SANTOS inscrita no CNPJ nº 58.943.596/0001-43, com sede na R P-09, Bairro: Malvinas, Barbalha-CE – CEP 63.093-070.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 359.000,00 (trezentos e cinquenta e nove mil reais).

1. DO OBJETO

1.1. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	DATA	VALOR
01	CONTRATAÇÃO DA BANDA REY VAQUEIRO, POR MEIO DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO PARA APRESENRTAÇÃO NA FESTA DA EXPOSERRITA NO MUNICÍPIO DE SERRITA/PE.	01 (uma) apresentação artística com 01h30min de duração.	Dia 22 de novembro de 2025.	R$ 300.000,00
02	CONTRATAÇÃO DA BANDA HAROLDINHO E FORRO DE NOIS, POR MEIO DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO PARA APRESENRTAÇÃO NA FESTA DA EXPOSERRITA NO MUNICÍPIO DE SERRITA/PE.	01 (uma) apresentação artística com 01h30min de duração.	Dia 22 de novembro de 2025.	R$ 35.000,00
03	CONTRATAÇÃO DO ARTISTA PAULO BRENNO, POR MEIO DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO PARA APRESENRTAÇÃO NA FESTA DA EXPOSERRITA NO MUNICÍPIO DE SERRITA/PE.	01 (uma) apresentação artística com 01h30min de duração.	Dia 23 de novembro de 2025.	R$ 24.000,00

2. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

2.1. O presente caso enquadra-se no art. 74, II e § 2º da Lei 14.133/2021, o que autoriza a contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

2.2. O processo foi instruído com notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação ora pretendida, conforme determina o art. 23, § 4º da Lei 14.133/2021, documentos hábeis a comprovar que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza.

2.3. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, exige autorização da autoridade competente, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei nº Lei n. 14.133/2021.

3. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

3.1. **Considerando** que o caso ora em análise se enquadra no art. 74, II e § 2º da Lei 14.133/2021.

3.2. **Considerando** que, tanto o Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência quanto o Parecer Jurídico apontam para a viabilidade e possibilidade legal da referida contratação.

3.3. **Considerando** que o contratado cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência, bem como sua Proposta Comercial atende as especificações do objeto pretendido.

3.4. **DECLARO INEXIGÍVEL,** a realização de procedimento licitatório e **AUTORIZO** a contratação direta por inexigibilidade de licitação, devendo a despesa ser regularmente empenhada com observância das formalidades legais.

4. DA PUBLICAÇÃO

4.1. Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, publique-se o ato que autoriza a presente contratação direta.

Serrita/PE, 14 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BENEDITO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:8791DABE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - GABINETE DO PREFEITO
EDITAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais domunicípio de Serrita/PE.
Deste modo, a Prefeitura de Serrita/PE, através da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo,torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

• INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais domunicípio de Serrita/PE.

Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 13 (treze) projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$ 70.000,00 (setenta mil reais).
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – Poder Executivo
Unidade: 020707 – Secretaria Municipal de Cultura, Desportos e Turismo
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 392 – Difusão Cultural
Programa: 1301 – Desenvolvimento e Promoção Cultural
Ação: 13.392.1301.0000 – Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB
Sobre o valor total repassado pelo município de Serrita/PE ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição
De 08:00 horas do dia 18/11/2025 até às 23:59 horas do dia 28/11/2025.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua e reside nomunicípio de Serrita/PE há pelo menos2 anos.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Sejam agentes culturais que **não realizaram a devida prestação de contas** dos projetos contemplados no **Ciclo 01 da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)** no município de **Serrita/PE.**

Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo01 (um) projetoe poderá ser contemplado com no máximo01 (um) projeto.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

• INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio deplataforma a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

• COTAS

Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração deve ser anexada na plataforma no ato da inscrição.

Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

Estão previstos para este Edital critérios diferenciados de pontuação (indutores) relacionados, exclusivamente, ao agente cultural responsável pelo projeto:
a) Agente cultural gênero feminino;
b) Agente cultural LGBTQIAPN+;
c) Agente cultural pessoa Idosa (acima de 60 anos);
d) Agente cultural pessoa de faixa etária de 18 a 29 anos (Juventude);
e) Agente cultural pessoa em situação de rua;
f) Agente cultural egresso de sistema prisional;
g) Agente cultural pessoa negra ou indígena;
h) Agente cultural pessoa com deficiência;
I) Agente cultural residente em zona periférica ou zona rural;
j) Agente cultural pertencente a alguma comunidade tradicional como terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.
Atenção! Será considerado pontos por indutores, sendo aplicado cumulativamente.

• COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município de Serrita/PE de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados até180 dias após o recebimento do recurso.

Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas caractetísticas, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

• ETAPA DE SELEÇÃO

Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos.
Farão parte desta comissão pareceristas externos contratados por consultoria contratada e contará com o quantitativo de até três (3) membros para a comissão de seleção.

Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Serrita/PE, no site oficial da prefeitura e no site https://www.mascultura.com.br/.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado aopresidente da comissão de pareceristas, que deve ser apresentado por meio do e-mail: serritapnab@gmail.com no prazo de3 (três) dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado nosite oficial da prefeitura municipal de Serrita/PE e no site https://www.mascultura.com.br/.

• REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral, ou maior pontuação por categoria.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de5 (cinco) dias corridos após a publicação do resultado final de seleção, de forma física os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais em nome do representante do grupo;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado aopresidente da comissão de pareceristas, que deve ser apresentado por meio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: serritapnab@gmail.com no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado nosite oficial da prefeitura municipal de Serrita/PE e no https://www.mascultura.com.br/.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

• ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo órgão municipal responsável pelo edital,contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.
O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até no máximo dois dias uteis após o término do período de habilitação, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

• DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do município de Serrita/PE, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do município de Serrita/PE
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do município de Serrita/PE
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 15 diasa contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no siteoficial da prefeitura de Serrita/PE e no site https://www.mascultura.com.br/.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações nodiário oficial do municípioe nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail serritapnab@gmail.com
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretário de Cultura, Desportos e Turismo.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31 de dezembro de 2025.

Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Categorias de apoio;
Anexo II – Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III – Critérios de seleção
Anexo IV – Termo de Execução Cultural;
Anexo V – Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VI – Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VII – Declaração étnico-racial
Anexo VIII – Declaração PCD
Anexo IX – Formulário de interposição de recurso
Anexo X – Cronograma

CARLOS SAMPAIO PEIXOTO FILHO
Secretário de Cultura, Desportos e Turismo
Prefeitura de Serrita/PE

ANEXO I – CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) distribuídos da seguinte forma:
Até R$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais) para CATEGORIA A;
Até R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais) para CATEGORIA B;
Até R$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais) para CATEGORIA C;
Até R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) para CATEGORIA D.

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

Categoria A: proponentes individuais cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento do **Audiovisual**;
Categoria B: proponentes individuais cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento de projetos para **Formação e Capacitação**;
Categoria C: proponentes cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento **Livres de Diversas Categorias** da cultura de Serrita.
Categoria D: proponentes cuja atuação principal esteja vinculada a **Grupos Culturais** de serrita/PE.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA A	1	1	1	1	4	**R$ 4.900,00**	**R$ 19.600,00**
CATEGORIA B	1	1	-	-	2	**R$ 4.900,00**	**R$ 9.800,00**
CATEGORIA C	1	1	1	1	4	**R$ 4.900,00**	**R$ 19.600,00**
CATEGORIA D	1	1	1	-	3	**R$ 7.000,00**	**R$ 21.000,00**

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

TIPO DE AGENTE CULTURAL
É pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa física
( ) Pessoa jurídica
Pessoa Física
( ) Maior de 18 anos
( ) Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física maior de 18 anos

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha respondido "sim":

Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

*GLOSSÁRIO:
Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, com o seu sexo biológico.
Transgênero: Pessoa que se identifica com gênero que difere do sexo atribuído no nascimento.
Pessoa não binária: Pessoa cujo gênero não é nem 100% homem e nem 100% mulher.

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual
Qual a sua faixa de idade?
( ) De 18 a 29 anos
( ) De 30 a 39 anos
( ) De 40 a 49 anos
( ) De 50 a 59 anos
( ) Acima de 60 anos

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto
( ) Mestrado Completo
( ) Doutorado Completo
( ) PHD
( ) MBA

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das remunerações dos últimos 3 meses. Em 2025, o salário-mínimo foi fixado em R$1.518,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Qual link para a sua rede social mais acessada (Instagram, Facebook, TikTok, etc.)?

Já acessou recursos públicos do fomento à Cultura anteriormente?
( ) Sim
( ) Não

PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Site ou link de rede social da instituição:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar

*GLOSSÁRIO:
Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, com o seu sexo biológico.
Transgênero: Pessoa que se identifica com gênero que difere do sexo atribuído no nascimento.
Pessoa não binária: Pessoa cujo gênero não é nem 100% homem e nem 100% mulher.

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta

( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra, indicar qual
Qual a faixa de idade do representante legal?
( ) De 18 a 29 anos
( ) De 30 a 39 anos
( ) De 40 a 49 anos
( ) De 50 a 59 anos
( ) Acima de 60 anos
Qual a faixa de renda do representante legal?
(Calcule fazendo uma média das remunerações dos últimos 3 meses. Em 2025, o salário-mínimo foi fixado em R$1.518,00.)
( ) Nenhuma renda
( ) Até 1 salário-mínimo
( ) De 1 a 3 salários-mínimos
( ) De 3 a 5 salários-mínimos
( ) De 5 a 10 salários-mínimos
( ) Acima de 10 salários-mínimos

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto
( ) Mestrado Completo
( )Doutorado Completo
( ) PHD
( ) MBA

A pessoa jurídica (PJ) já acessou recursos públicos do fomento à Cultura anteriormente?
( ) Sim
( ) Não

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

( ) **Categoria A:** proponentes individuais cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento do **Audiovisual**;
( ) **Categoria B:** proponentes individuais cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento de projetos para **Formação e Capacitação**;
( ) **Categoria C:** proponentes cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento **livres de diversas categorias** da cultura de Serrita.
( ) **Categoria D:** proponentes cuja atuação principal esteja vinculada a **grupos culturais** de serrita/PE.

Vai concorrer às cotas?
( ) Sim
( ) Não

Se sim, qual?
( ) Pessoa negra (pretas ou pardas)
apresentar (anexar arquivo PDF):
a) Autodeclaração racial, conforme ANEXO VII;
( ) Pessoa indígena
apresentar (anexar arquivo PDF):
a) Autodeclaração racial, conforme ANEXO VII.
( ) Pessoa com deficiência
apresentar autodeclaração, conforme Anexo VIII e apresentar algum dos documentos abaixo (anexar arquivos em PDF):

a) Laudo Médico
b) Certificado da Pessoa com Deficiência;
c) Comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência

Caso seja pessoa jurídica ou grupo/coletivo sem CNPJ a concorrer às cotas,
preencher: Nome e CPF (das pessoas do corpo diretivo da PJ/ integrantes do grupo/coletivo sem CNPJ). COTA DECLARADA (pessoa negra; pessoa indígena; pessoa com deficiência).

Vai concorrer utilizando algum critério de indução?
(Marque os critérios nos quais se encaixa)

( ) Agente cultural gênero feminino
( ) Agente cultural LGBTQIAPN+
( ) Agente cultural pessoa Idosa (acima de 60 anos)
( ) Agente cultural pessoa de faixa etária de 18 a 29 anos (Juventude)
( ) Agente cultural pessoa em situação de rua
( ) Agente cultural egresso de sistema prisional
( ) Agente cultural pessoa negra ou indígena
( ) Agente cultural pessoa com deficiência
( ) Agente cultural residente em zona periférica ou zona rural
( ) Agente cultural pertencente a alguma comunidade tradicional como terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
( ) Pessoas vítimas de violência
( ) Pessoas em situação de pobreza
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
( ) Pessoas com deficiência
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
( ) Mulheres
( ) LGBTQIAPN+
( ) Povos e comunidades tradicionais
( ) Negros e/ou negras
( ) Ciganos
( ) Indígenas
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
( ) Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;

( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( )Apoio financeiro municipal
( )Apoio financeiro estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Federal
( )Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( )Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( )Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES OBRIGATORIOS (anexar arquivo em PDF)
Documentos específicos para avaliação de mérito.
a) Currículos/portfólios do agente cultural.
b) Currículos/portfólios dos responsáveis pela identidade e execução do projeto e/ou de ações do projeto, considerando os profissionais descritos na equipe técnica.
c) comprovação de atuação a exemplo de clipagem e outros documentos.

Somente serão considerados os documentos obrigatórios enviados dentro do período de apresentação estabelecido no cronograma deste Edital (Anexo X).

Atenção! Todos os documentos indicados deverão ser anexados e enviados quando da inscrição do projeto. Não será avaliado documento enviado por meio de link.

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

( ) Eu, agente cultural responsável por este projeto, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e autenticidade das cópias de documentos encaminhados para fins de confirmação das ações afirmativas e comprovação dos critérios indutores de seleção aos quais concorro. Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações apresentadas implicará penalidades cabíveis, sem prejuízo das demais possíveis sanções administrativas e civis.

ANEXO III
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas doprojeto.	20
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do município.	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto.	10
E	Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas.	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente. Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	20
PONTUAÇÃO TOTAL:		90

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS POR INDUÇÃO			
Identificação do Ponto Extra	**DESCRIÇÃO DO PONTO EXTRA PESSOAS FÍSICAS E MEI**	**DESCRIÇÃO DO PONTO EXTRA PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por mulheres.	1
I	Agentes culturais negros e indígenas.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas.	1
J	Agentes culturais com deficiência.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência.	1
K	Agentes culturais LGBTQIAPN+.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas LGBTQIAPN+.	1
L	Agentes culturais pessoas idosas (acima de 60 anos).	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas idosas acima de 60 anos.	1
M	Agentes culturais pessoas de faixa etária de 18 a 29 anos (Juventude).	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas entre 18 a 29 anos.	1
N	Agentes culturais pessoas em situação de rua.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas em situação de rua.	1
O	Agentes culturais Egresso de sistema prisional.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas egressas do sistema prisional.	1
P	Agentes culturais residente em zona periférica ou zona rural.	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor IDH (Zonas Periféricas e Zonas Rurais).	2
Q	Agentes culturais pessoas de terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas de terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.	1
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS	

A pontuação final de cada candidatura serápor média das notas atribuídas individualmente por cada membro da comissão de pareceristas.
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação extra são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
I – proponente maior de idade;
II – sorteio.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação , com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III – receberem nota final inferior a 50 pontos.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO] / [INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL **nº 01/2025** –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 A **PREFEITURA DE SERRITA/PE**, através da **SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO**, neste ato representado por, Senhor **CARLOS SAMPAIO PEIXOTO FILHO** e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO

CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta indicada do(a) AGENTE CULTURAL, no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do/da **SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO:**

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à **SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO** por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de **15 dias** contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela **SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO** a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 15 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - solicitar documentação complementar;

II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;

c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 15 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.
9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.
11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento das ações será por meio de envio de relatórios.
12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de (1) um ano, podendo ser prorrogado por mais (6) seis meses.
13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Serrita/PE.
14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro da cidade de Serrita/PE para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Serrita/PE, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

CARLOS SAMPAIO PEIXOTO FILHO
Secretária de Cultura, Desportos e Turismo
Prefeitura de Serrita/PE

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V
RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.

( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VII

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIIi

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital **01/2025**, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À **SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO,**
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital **01/2025**, venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

ANEXO x
CRONOGRAMA DA SELEÇÃO*
Para efeito de contagem, todos os prazos são em dias corridos.

ETAPA	DATAS / PRAZOS
Inscrição de projetos	De 08h. do dia 18/11/2025 até as 23:59 do dia 28/11/2025.
Comissão de Seleção	De 29 de novembro até 02 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Preliminar	Dia 03 de dezembro de 2025
Período de recursos do resultado preliminar	De 04 Até 06 de dezembro de 2025
Análise dos Recursos do Resultado Preliminar	De 07 até 09 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Final	Dia 10 de dezembro de 2025
Convocação para entrega de documentos para Habilitação	De 11 Até 16 de dezembro de 2025
Pagamento da proposta habilitada	De 17 até 31 de dezembro de 2025

*Excepcionalmente, mediante solicitação das Comissões de Seleção ou em decorrência de orientações e repasses do Ministério da Cultura (MINC), os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados, por ato do Secretário Municipal de Cultura, Desportos e Turismo deSerrita/PE.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:EB193E4A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - GABINETE DO PREFEITO
EDITAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a premiar agentes culturais atuantes nomunicípio de Serrita/PE.
Deste modo, a prefeitura de Serrita/PE, através da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo,torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

• INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do Edital
O objeto deste Edital é a premiação de agentes culturais que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do município de Serrita/PE, observadas as categorias descritas no Anexo I deste Edital.
Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada pelo agente cultural ao município de Serrita/PE.
O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.
Quantidade de agentes culturais a serem premiados
Serão premiados 40 agentes culturais.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos as vagas podem ser ampliadas.
Valor da premiação
Cada agente cultural selecionado receberá a premiação conforme as categorias previstas no Anexo I deste Edital.
O valor recebido pelas pessoas físicas é isento de Imposto de Renda, ou seja, o agente cultural pessoa física não vai ter desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.
O valor do prêmio concedido às pessoas jurídicas não terá a retenção na fonte do Imposto de Renda, podendo haver a incidência posterior do tributo, cujo recolhimento ficará a cargo do agente cultural, caso este não desfrute de isenção expressamente outorgada por lei.
O valor total deste edital é de R$ 41.389,60 (quarenta mil e trezentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos).
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
Órgão: 02 – Poder Executivo
Unidade: 020707 – Secretaria Municipal de Cultura, Desportos e Turismo
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 1301 – Desenvolvimento e Promoção Cultural
Ação: 13.392.1301.0000 – Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB

Prazo de inscrição
De 08:00 horas do dia 18/11/2025 até 23:59 horas do dia 28/11/2025.

Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua e reside nomunicípio de Serrita/PE há pelo menos2 anos, e que sejam proponentes cuja atuação principal esteja vinculada aos segmentos da Música, Artesanato, Cultura Popular e Tradicional, ou que tenham 10 anos de atuação cultural que esteja vinculada ao segmento de Mestres da Cultura e do Patrimônio Vivo de Serrita com idade mínima de 59 anos.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);
Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc);
Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc);
Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para a assinatura do Termo de Premiação Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo IV deste Edital.
Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador)
IV - sejam agentes culturais que **não realizaram a devida prestação de contas** dos projetos contemplados no **Ciclo 01 da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)** no município de **Serrita/PE.**
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.
Em quantas categorias cada agente cultural pode se inscrever neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital em, no máximo uma (1) categoria, e poderá ser contemplado com no máximo uma (1) premiação.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Premiação Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural

• INSCRIÇÕES

Como se inscrever
O agente cultural deve encaminhar por meio deplataforma a seguinte documentação:
a) Formulário de inscrição (Anexo II);
b) Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no município Serrita/PE, de quaisquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
c) Declaração de representação, no caso de concorrer como coletivo sem CNPJ;
d) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.
Atenção! Ao se inscrever o agente cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

• COTAS

Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração deve ser anexada na plataforma no ato da inscrição.

Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes pelas cotas, que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VI e Anexo VII.
Estão previstos para este Edital critérios diferenciados de pontuação (indutores) relacionados, exclusivamente, ao agente cultural responsável pela inscrição:
a) Agente cultural gênero feminino;
b) Agente cultural LGBTQIAPN+;
c) Agente cultural pessoa Idosa (acima de 60 anos);
d) Agente cultural pessoa em situação de rua;
e) Agente cultural egresso de sistema prisional;
f) Agente cultural pessoa negra ou indígena;
g) Agente cultural pessoa com deficiência;
h) Agente cultural residente em zona periférica ou zona rural;
i) Agente cultural pertencente a alguma comunidade tradicional como terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.
Atenção! Será considerado pontos por indutores, sendo aplicado cumulativamente.

• ETAPA DE SELEÇÃO

Quem analisa as candidaturas
Uma comissão de seleção vai avaliar as candidaturas.
Farão parte desta comissão pareceristas externos contratados por consultoria contratada e contará com o quantitativo de três (3) membros para a comissão de seleção.
Quem não pode fazer parte da comissão de seleção
Os membros da comissão de seleção e respectivos substitutos ficam impedidos de participar da avaliação de candidaturas quando:
I – tiverem interesse direto na matéria;
II – no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.
Análise das candidaturas
A etapa de seleção será composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do município de Serrita/PE, e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III.
Atenção! Os agentes culturais que apresentarem documentos comprobatórios da trajetória artística e cultural contendo quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa
A análise compreende os critérios individuais da candidatura, bem como seus impactos e relevância social em relação aos outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada agente cultural é atribuída em função desta comparação.
Recursos na etapa de Seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Serrita/PE, no site oficial da prefeitura municipal de Serrita/PE e na plataforma https://www.mascultura.com.br/.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado ao presidente da comissão de pareceristas.
Os recursos deverão ser apresentados por meio do e-mail: serritapnab@gmail.com no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site oficial da prefeitura municipal de Serrita/PE e no https://www.mascultura.com.br/.

• REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral, ou maior pontuação por categoria.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

Prazo para apresentação de documentos de habilitação
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de05 dias corridos após a publicação do resultado final de seleção, por meio de forma física os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
que se encontrem em situação de rua.
Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - documento pessoal do representante legal que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - atos constitutivos, ou seja, o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
IV - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS.

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
documento pessoal do representante do grupo que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recursos da etapa de Habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, que deve ser apresentado por meio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: serritapnab@gmail.com no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no https://www.mascultura.com.br/ e nosite oficial da prefeitura municipal de Serrita/PE.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

• ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme Anexo V deste Edital e receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome) indicada no formulário de inscrição.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no siteoficial da prefeitura municipal de Serrita/PE e no site https://www.mascultura.com.br/.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações nodiário oficial do município e nas mídias sociais oficiais.
Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, e serão contados em dias corridos, exceto se for expressa a contagem em dias úteis.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mailserritapnab@gmail.com.
Os casos omissos ficarão a cargo doSecretário de Cultura, Desportos e Turismo.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31 de dezembro de 2025.

Anexos do Edital
Este Edital é composto pelos seguintes anexos:
Anexo I – Categorias
Anexo II - Formulário de Inscrição
Anexo III - Critérios de seleção e bônus de pontuação
Anexo IV - Declaração de representação de grupo ou coletivo cultural
Anexo V - Termo de Premiação Cultural
Anexo VI - Autodeclaração Étnico-racial

Anexo VII - Autodeclaração para pessoa com deficiência
Anexo VIII – Formulário de Recurso
Anexo IX – Cronograma

CARLOS SAMPAIO PEIXOTO FILHO
Secretário de Cultura, Desportos e Turismo
Prefeitura de Serrita/PE

ANEXO I
CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de R$ 41.389,60 (quarenta e um mil e trezentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), distribuídos da seguinte forma:
a) Até R$ 15.521,10 (quinze mil e quinhentos e vinte e um reais e dez centavos) para CATEGORIA A;
b) Até R$ 10.347,40 (dez mil e trezentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos) para CATEGORIA B;
c) Até R$ 5.173,70 (cinco mil e cento e setenta e três reais e setenta sentavos) para CATEGORIA C;
d) Até R$ 10.347,40 (dez mil e trezentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos) para CATEGORIA D.
DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

Categoria A: Proponentes cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento de **Música**;
Categoria B: Proponentes cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento da **Artesanato**
Categoria C: Proponentes cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento de **Mestres da Cultura e do Patrimônio Vivo** de Serrita;
Categoria D: Proponentes cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento de **Cultura popular e Tradicional** de Serrita.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA A	8	4	2	1	15	**R$ 1.034,74**	**R$ 15.521,10**
CATEGORIA B	5	3	1	1	10	**R$ 1.034,74**	**R$ 10.347,40**
CATEGORIA C	2	1	1	1	5	**R$ 1.034,74**	**R$ 5.173,70**
CATEGORIA D	5	3	1	1	10	**R$ 1.034,74**	**R$ 10.347,40**

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. INFORMAÇÕES DO AGENTE CULTURAL
Você é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica
DADOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTO DO PRÊMIO:
(Inserir dados bancários do agente cultural que está concorrendo ao prêmio - conta que receberá os recursos da premiação)
Agência:
Conta:
Banco:

Escolha a categoria a qual vai concorrer:

( ) **Categoria A:** Proponentes cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento de **Música**;
( ) **Categoria B:** Proponentes cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento da **Artesanato**
( ) **Categoria C:** Proponentes cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento de **Mestres da Cultura e do Patrimônio Vivo** de Serrita;
( ) **Categoria D:** Proponentes cuja atuação principal esteja vinculada ao segmento de **Cultura popular e Tradicional** de Serrita.

_____
PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome social (se houver):
Nome artístico:
CPF:
RG:
Órgão expedidor e Estado:
Data de nascimento:
Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa não binária
( ) Não informar

*GLOSSÁRIO:
Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, com o seu sexo biológico.
Transgênero: Pessoa que se identifica com gênero que difere do sexo atribuído no nascimento.
Pessoa não binária: Pessoa cujo gênero não é nem 100% homem e nem 100% mulher.

Raça/cor/etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
E-mail (caso possua):
Telefone:
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

_____

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais
Nome do representante legal
CPF do representante legal
E-mail do representante legal
Telefone do representante legal
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa não Binária
( ) Não informar

*GLOSSÁRIO:
Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, com o seu sexo biológico.
Transgênero: Pessoa que se identifica com gênero que difere do sexo atribuído no nascimento.
Pessoa não binária: Pessoa cujo gênero não é nem 100% homem e nem 100% mulher.

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual tipo da deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

INFORMAÇÕES SOBRE TRAJETÓRIA CULTURAL

Vai concorrer às cotas?
( ) Sim
( ) Não

Se sim, qual?
( ) Pessoa negra (pretas ou pardas)
apresentar (anexar arquivo PDF):
a) Autodeclaração racial, conforme ANEXO VII;
( ) Pessoa indígena
apresentar (anexar arquivo PDF):
a) Autodeclaração racial, conforme ANEXO VII.
( ) Pessoa com deficiência
apresentar autodeclaração, conforme Anexo VIII e apresentar algum dos documentos abaixo (anexar arquivos em PDF):
a) Laudo Médico
b) Certificado da Pessoa com Deficiência;
c) Comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência

Caso seja pessoa jurídica ou grupo/coletivo sem CNPJ a concorrer às cotas,
preencher: Nome e CPF (das pessoas do corpo diretivo da PJ/ integrantes do grupo/coletivo sem CNPJ). COTA DECLARADA (pessoa negra; pessoa indígena; pessoa com deficiência).

Vai concorrer utilizando algum critério de indução?
(Marque os critérios nos quais se encaixa)
( ) Agente cultural gênero feminino
( ) Agente cultural LGBTQIAPN+
( ) Agente cultural pessoa Idosa (acima de 60 anos)
( ) Agente cultural pessoa em situação de rua
( ) Agente cultural egresso de sistema prisional
( ) Agente cultural pessoa negra ou indígena
( ) Agente cultural pessoa com deficiência
( ) Agente cultural residente em zona periférica ou zona rural
( ) Agente cultural pertencente a alguma comunidade tradicional como terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.

2.1 Quais são as suas principais ações e atividades culturais realizadas?
Aqui, conte, o mais detalhadamente possível, sobre as ações culturais que você realiza, informando em que área ou segmento cultural atua, em que local realiza suas atividades, entre outras informações.

2.2 Como começou a sua trajetória cultural?
Descreva como e quando começou a sua trajetória na cultura, informando onde seus projetos foram iniciados, indicando há quanto tempo você os desenvolve.

2.3 Como as ações que você desenvolve transformam a realidade do seu entorno/sua comunidade?
Responda quem são as pessoas beneficiadas direta ou indiretamente pelas suas atividades, e como suas ações impactam e beneficiam as pessoas ao redor. Destaque se a sua comunidade participou enquanto público ou também trabalhou nos projetos que você desenvolveu.

2.4 Na sua trajetória cultural, você desenvolveu ações e projetos com outras esferas de conhecimento, tais como educação, saúde, etc?
Descreva se as suas ações e atividades possuem relação com outras áreas além da cultura, tais como área de educação, saúde, esporte, assistência social, entre outras.

2.5 Você desenvolveu ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, tais como pessoas negras, indígenas, crianças, jovens, idosos, pessoas em situação de rua, entre outros? Se sim, quais?

3. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
Junte documentos que comprovem a sua atuação cultural, tais como cartazes, folders, reportagens de revistas, certificados, premiações, entre outros documentos.

4. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

( ) Eu, agente cultural responsável por este projeto, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e autenticidade das cópias de documentos encaminhados para fins de confirmação das ações afirmativas e comprovação dos critérios indutores de seleção aos quais concorro. Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações apresentadas implicará penalidades cabíveis, sem prejuízo das demais possíveis sanções administrativas e civis.

ANEXO III
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E BÔNUS DE PONTUAÇÃO

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	Tempo de atuação profissional e/ou artística, relevância das ações, atividades e/ou projetos desenvolvidos na área artística e o impacto no setor e/ou comunidade de atuação na categoria cultural inscrito(a).	30
B	Contribuição da trajetória para desenvolvimento, fortalecimento e renovação da linguagem artística, tais como novos processos criativos, debates em temas que estimulem a implementação de política pública para as artes, bem como processos de gestão e	20

	tecnologia para sustentabilidade do setor.	
C	Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua, tais como realização de ações dentro da comunidade, contratação de profissionais da comunidade, contribuição a populações em situação de vulnerabilidade social, tais como idosos, crianças, pessoas negras, etc).	20
D	Integração e inovação do agente cultural com outras esferas do conhecimento e da vida social. Ex.: integração entre cultura e educação, cultura e saúde, cultura e meio ambiente, etc.	20
PONTUAÇÃO TOTAL:		90 PONTOS

Além da pontuação acima, o agente cultural pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS POR INDUÇÃO			
Identificação do Ponto Extra	**DESCRIÇÃO DO PONTO EXTRA PESSOAS FÍSICAS E MEI**	**DESCRIÇÃO DO PONTO EXTRA PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ**	**Pontuação**
E	Agentes culturais do gênero feminino.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por mulheres.	1
F	Agentes culturais negros e indígenas.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas.	1
G	Agentes culturais com deficiência.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência.	1
H	Agentes culturais LGBTQIAPN+.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas LGBTQIAPN+.	1
I	Agentes culturais pessoas idosas (acima de 60 anos).	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas idosas acima de 60 anos.	1
J	Agentes culturais pessoas em situação de rua.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas em situação de rua.	1
K	Agentes culturais Egresso de sistema prisional.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas egressas do sistema prisional.	1
L	Agentes culturais residente em zona periférica ou zona rural.	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor IDH (Zonas Periféricas e Zonas Rurais).	2
M	Agentes culturais pessoas de terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas de terreiros, ciganos, quilombos ou ribeirinhas.	1
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS	

A pontuação final de cada candidatura serápor média das notas atribuídas individualmente por cada membro da comissão de pareceristas.
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação extra são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
I – proponente maior de idade;
II – sorteio.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação , com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III – receberem nota final inferior a 50 pontos.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO- CULTURAL

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por agentes culturais que integram um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO V

TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

NOME DO AGENTE CULTURAL:
Nº DO CPF OU CNPJ:
DADOS BANCÁRIOS DO AGENTE CULTURAL:

Declaro que recebi a quantia de **R$ 1.034,74** (um mil e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos), na presente data, relativa ao **Edital 02/2025 de Premiação Cultural**.

NOME
LOCAL

ASSINATURA

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais optantes pelas cotas étnico-raciais – pessoas negras ou pessoas indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é pessoa NEGRA OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIi
DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO viii
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital **02/2025 – Edital de Premiação Cultural**, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À **Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo,**
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital **02/2025 – Edital de Premiação Cultural**, venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura
NOME COMPLETO

ANEXO ix

CRONOGRAMA DA SELEÇÃO*
Para efeito de contagem, todos os prazos são em dias corridos.

ETAPA	DATAS / PRAZOS
Inscrição de projetos	De 08h. do dia 18/11/2025 até as 23:59 do dia 28/11/2025.
Comissão de Seleção	De 29 de novembro até 02 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Preliminar	Dia 03 de dezembro de 2025
Período de recursos do resultado preliminar	De 04 Até 06 de dezembro de 2025
Análise dos Recursos do Resultado Preliminar	De 07 até 09 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Final	Dia 10 de dezembro de 2025
Convocação para entrega de documentos para Habilitação	De 11 Até 16 de dezembro de 2025
Pagamento da proposta habilitada	De 17 até 31 de dezembro de 2025

*Excepcionalmente, mediante solicitação das Comissões de Seleção ou em decorrência de orientações e repasses do Ministério da Cultura (MINC), os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados, por ato do Secretário Municipal de Cultura, Desportos e Turismo deSerrita/PE.

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:ED9A7018

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA Nº 002/2025

EDITAL DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA Nº 002/2025

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 68, incisos VII e XVI, da Lei Orgânica do Municipal, de 05 de dezembro de 2016, torna público Edital do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de servidores para diversas funções, em razão da necessidade de contratação por excepcional interesse público da administração, face à necessidade de continuidade dos serviços no ano de 2026.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 O Processo Seletivo Simplificado, de caráter eliminatório e classificatório, destina-se ao recrutamento e seleção de candidatos para provimento de vagas para as funções constantes no **Anexo I** deste Edital e será regido pela Legislação aplicável à espécie, sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, representada pela Comissão Organizadora, nomeada através da Portaria SECSAU Nº 004/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco (http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/) de 13 de novembro de 2025, devendo o resultado ser confirmado pela Comissão do Processo Seletivo, para a regular homologação pela Secretária de Saúde.
1.2 As vagas ofertadas, carga horária, remuneração e requisitos para participação constam no **Anexo I** deste Edital. As informações sobre funções e respectivas atribuições estão elencadas no **Anexo III.**
1.3 O candidato deverá observar o Calendário de Eventos disposto no **Anexo X** deste Edital.
1.4 A contratação de candidatos aprovados estará condicionada ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e, em especial, às determinações constantes no **item 11**.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições poderão ser realizadas de 24 de novembro de 2025 à 05 de dezembro de 2025.

2.1.1 A inscrição deverá ser realizada presencialmente, acompanhada de documentação original e cópia de seu documento de identidade civil, ou cópia autenticada deste, conforme exigido em Edital, no prédio da Secretaria de Saúde, situado à Rodovia PE 130, km 08, s/n, Bairro Jucá, Taquaritinga do Norte – PE, das 09:00h às 13:00h, exceto sábados, domingos e feriados, ou através do email selecoessaudetqn@gmail.com, onde o candidato deverá encaminhar toda documentação exigida, **em formato pdf legível, unificada em uma pasta zip**;

2.2 A documentação exigida para inscrição deverá ser entregue no ato da inscrição, ou através do email supracitado, em envelope lacrado e assinado, com uma etiqueta de identificação que poderá ser preenchida por escrito ou através do computador e colada na parte frontal, cujo modelo se encontra no **ANEXO IX.**
2.3 No ato da entrega da documentação da inscrição, o(a) candidato(a) receberá do responsável pelo recebimento o "Comprovante de Inscrição" devidamente preenchido, constando número de inscrição. O responsável deverá datar e assinar este documento comprobatório da inscrição e devolvê-lo ao(à) candidato(a).

2.4 Todas as informações e documentos comprobatórios protocolados na Secretaria de Saúde são de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) e não poderão ser alterados ou complementados em nenhuma hipótese.
2.5 As inscrições serão recepcionadas pela Secretaria de Saúde e verificadas, exclusivamente, pela Comissão Avaliadora.
2.6 É vedada a inscrição do mesmo candidato para mais de um cargo.
2.7 **São documentos obrigatórios exigidos na inscrição e que devem ser entregues dentro do envelope (documentos LEGÍVEIS):**
a) Ficha de Inscrição (Anexo II), devidamente preenchida;
b) Cópia do documento do Registro Geral - RG;
c) Cópia do documento de Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
d) Documentos de comprovação de Títulos e Experiência Profissional, **quando houver,** para cálculo da pontuação da Prova de Títulos, especificada no Item 4.1. do presente Edital. Após entrega da documentação, não serão mais aceitos comprovantes para cálculo da nota desta etapa da Seleção.
e) Cópia de CNH na categoria D ou E, devidamente no prazo de validade, apenas para os candidatos concorrentes à função de Condutor;
f) Comprovação de que tenha exercido a função de jurado, se for o caso, para uso como critério de desempate.

São considerados documentos de identidade para os fins do subitem

2.7.1: *Carteira expedida pelos institutos oficiais de identificação, pelas Secretarias de Segurança Pública e de Defesa Social, pelo Corpo de Bombeiros Militar e Polícias Militares, pelos Ministérios Militares, ou pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas Órgãos Públicos que, por força de Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação*, desde que neles constem foto do candidato e que estejam no prazo de validade, quando for o caso;

2.8 A ausência de documentos obrigatórios para inscrição acarretará na desclassificação automática do candidato, a ser divulgada no ato de publicação do Resultado da etapa Preliminar de Prova de Títulos.
2.9 Para as funções que exigem Ensino Técnico e/ou Superior deverá ser apresentado documento na Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC, bem como, o registro ativo no Conselho da respectiva profissão, quando solicitado;

2.10 Verificada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos falsos pelo candidato, este será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
2.11 A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes no presente Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento em momento algum.

Documentação Comprobatória de Experiência Profissional

Apresentar documentação compatível com a função selecionada, quando solicitado;
Não será pontuada a experiência que não seja compatível com a função selecionada pelo candidato;
As informações apresentadas no Formulário de Inscrição (Anexo II) são de inteira responsabilidade do candidato, ficando a Comissão Avaliadora autorizada a desclassificar o candidato que preenchê-lo de forma incorreta e/ou fornecer dados comprovadamente inverídicos, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais aplicáveis;
É terminantemente VEDADA a entrega de documentos fora do prazo de inscrição.

DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Ser brasileiro nato ou naturalizado;
Possuir, na data da inscrição, a escolaridade e requisitos básicos exigidos para o exercício da função, constantes no Anexo I;
Possuir, na data da contratação, a idade mínima de 18 anos completos;
Não possuir contrato rescindido com a Administração Pública Municipal através de processo administrativo disciplinar;
Declarar conhecer as exigências previstas neste Edital e que está de acordo com elas;
Estar quite com as obrigações eleitorais.
As despesas decorrentes de eventuais deslocamentos, hospedagens, alimentação, fotocópias de documentos, e outras despesas correrão exclusivamente às expensas de cada candidato, ficando isento o ente municipal de qualquer obrigação;

4. DAS VAGAS DESTINADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Do total de vagas, 5% (cinco por cento) serão destinadas para pessoas com deficiência (PCD), consoante à disposição do art. 97, inciso VI, alínea "a", da Constituição do Estado de Pernambuco, da Lei nº 13.146/2015, e do Decreto Federal nº 3.298/1999, de acordo com o quadro de vagas ofertadas e desde que haja compatibilidade entre o cargo e a deficiência.
Os candidatos devem comprovar deficiência através de laudo médico expedido nos últimos 90 (noventa) dias anteriores a inscrição no Processo Seletivo, e se isso não ocorrer os mesmos participarão da seleção em iguais condições com os demais candidato.
Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:
Apresentar Declaração de Deficiência (Anexo VIII) devidamente preenchida pelo médico especialista;
No ato da inscrição, entregar ou anexar Laudo Médico, emitido nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à inscrição, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência à classificação correspondente do Código Internacional de Doenças – CID e detalhes sobre as limitações funcionais da pessoa;
Nos casos de pessoas com deficiência auditiva e visual é necessário apresentar exames de audiometria e oftalmológico, respectivamente, realizados em até 180 dias anteriores à inscrição;
O candidato que no Formulário de Inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, mas não incluir o Laudo Médico e/ou cópia de exames, nos casos específicos, entre a documentação entregue no ato da inscrição, não concorrerá às vagas destinadas a pessoas com deficiência, passando, automaticamente, a concorrer apenas às vagas de Ampla Concorrência.

Será considerada pessoa com deficiência o candidato que se enquadrar nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298 de 20/12/1999 e suas alterações.
A não observância ao disposto neste Edital, acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

DOS REQUISITOS DE FORMAÇÃO, DA REMUNERAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DO CANDIDATO
Para participar do Processo Seletivo, o candidato deverá atender as exigências mínimas para o cargo.
Os requisitos de formação necessários à aprovação e classificação dos candidatos estão descritos no Anexo I deste Edital.
A remuneração do cargo ofertado encontra-se descrita no Anexo I deste Edital.
A avaliação e seleção dos candidatos obedecerá os critérios descritos no Anexo
IV deste edital, conforme pontuação atribuída aos candidatos pela Comissão Organizadora e de Avaliação.

6. DOS CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O Processo de Seleção Pública Simplificado será realizado em **Etapa Única -** ANÁLISE CURRICULAR, de caráter classificatório;
A **avaliação curricular,** de caráter classificatório, obedecerá os critérios descritos no Anexo IV deste edital, valor máximo de 10 (dez) pontos.
A experiência profissional poderá ser comprovada mediante:
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
Certidão/Declaração de tempo de serviço público ou privado, emitida pelo departamento de recursos humanos da instituição ou pelo empregador responsável em que trabalha ou trabalhou, na qual constem expressamente o cargo/função desempenhado e as atividades desenvolvidas;

A Certidão/Declaração de que tratam a letra "b" do subitem 3.2.1 em caso do empregador ser pessoa física ou jurídica, deverá ser emitida (s) em papel timbrado da instituição, com apresentação de CNPJ, com aposição de carimbo do ente ou da pessoa física, bem como assinatura e carimbo do responsável, cuja assinatura deve constar com a firma reconhecida por cartório competente.
A ausência de comprovação importará na não pontuação da informação prestada pelo candidato quanto à experiência profissional.
A nota final dos candidatos no processo seletivo será obtida através do somatório simples dos pontos considerados nos Critérios de Pontuação da tabela constante do Anexo IV deste Edital.
Os candidatos serão ordenados nas vagas, de acordo com o valor decrescente das notas obtidas no processo seletivo;
Na contagem geral de pontos, não serão computados os pontos que ultrapassarem o limite estabelecido neste edital.
O candidato poderá recorrer do resultado no prazo previsto no Anexo X.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 Em caso de empate entre os candidatos aprovados/classificados no Processo de Seleção Pública Simplificado serão obedecidos os critérios de desempate, na ordem apresentada a seguir:

Idoso: O candidato idoso é aquele com idade igual ou superior a 60 anos considerando o ano, o mês e o dia da data de nascimento informada no momento da inscrição por meio do formulário de inscrição (critério estabelecido na lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa;
Idade: O candidato não idoso mais velho, considerando o ano, o mês e o dia da data de nascimento informada no momento da inscrição por meio do formulário de inscrição;
Ter sido jurado – Lei Federal nº 11.689/2008 que alterou o art. 440 do CPP;

DAS VAGAS E DO CRONOGRAMA

As vagas serão preenchidas pelos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, de modo imediato, após a convocação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Taquaritinga do Norte, em conformidade com as necessidades dessa Administração.
O Cronograma do Processo de Seleção Pública Simplificado obedecerá ao calendário constante no Anexo X.

DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação dos resultados deste Processo de Seleção Pública Simplificada obedecerá a ordem estabelecida no Cronograma (Anexo X);
Em consonância com o princípio da Publicidade, a divulgação dos atos, conforme ordem cronológica apresentada: Resultado Preliminar; Abertura do Prazo Recursal;
Divulgação da Intenção de Recursos; Resultado dos Recursos Apresentados; Resultado Final da Avaliação Curricular e Documental; Convocação dos Classificados; Convocação para assinatura do Contrato, serão divulgados simultaneamente nos seguintes meios: **Quadro de Avisos situado no Prédio da Secretaria de Saúde; Portal da Transparência do Município de Taquaritinga do Norte; Diário Oficial dos Municípios – AMUPE, s**endo o candidato o único responsável pelo acompanhamento das Publicações e Comunicações alusivas ao presente Processo Seletivo.
Meios de acesso à divulgação dos resultados:
Sede da Secretaria de Saúde: Rodovia PE130, KM 08,S/N, Bairro Jucá, Taquaritinga do Norte/PE;
Portal da Transparência do Município: https://www.taquaritingadonorte.pe.gov.br/
Diário Oficial dos Municípios – AMUPE:
https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/pesquisar

DO RECURSO

Os candidatos que desejarem poderão interpor recurso contra o resultado da Avaliação Curricular para a função, após a divulgação do Resultado Preliminar, o qual deverá ser endereçado à Comissão Organizadora e de Avaliação da Seleção Pública Simplificada;

O prazo recursal para este Processo de Seleção Pública Simplifica é de 2 (dois) dias úteis, conforme consta no Cronograma (Anexo X);

Os recursos poderão ser encaminhados presencialmente na sede da Secretaria de Saúde: Rodovia PE130, KM 08,S/N, Bairro Jucá, Taquaritinga do Norte/PE, ou através do email selecoessaudetqn@gmail.com no prazo estabelecido no edital.

DA CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO
Os candidatos classificados dentro das vagas, devidamente convocados, deverão comparecer nas datas previstas no Cronograma constante no Anexo X, à Secretaria de Saúde, situada à Rodovia PE 130, KM 08, S/N, Bairro Jucá, Taquaritinga do Norte/PE, CEP. 55790-000, no horário das 08h às 12h, para assinatura do instrumento contratual munidos dos seguintes documentos:
02 (duas) fotos 3x4 recentes, coloridas;
Cópia de Identidade (RG);
Cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física);
Cópia da Inscrição PIS/PASEP (dispensável em caso de não possuir inscrição);
Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);
Cópia da Certidão de Nascimento e/ou Cédula de Identidade dos dependentes (cônjuges, filhos, etc.) se houver;
Cópia da Carteira Profissional;
Cópia do comprovante de residência atualizado (conta de luz, água, telefone);
Conta no Banco do Brasil
Cópia do Título de Eleitor;
Carteira Nacional de Habilitação em dia (para os condutores);
Registro no Órgão da Classe em dia;
Certidão de Antecedentes Criminais Estadual (conforme Lei Municipal nº 2.160/2023).
Declaração de não acumulação indevida de cargo ou função pública (Anexo V)
Declaração de Bens e valores (AnexoVI)
Declaração de Idoneidade Moral (Anexo VII)

A ausência ou o não cumprimento do disposto no item anterior **(documentação solicitada)** importará na eliminação do(a) candidato(a), sendo imediatamente convocado(a) o(a) classificado(a) seguinte.

DO REGIME JURÍDICO

Os contratados em caráter temporário através do presente Processo de Seleção Publica Simplificado se submeterão a regime jurídico especial, previsto no art. 37,IX, da CF e disciplina contida na Lei Municipal nº1.867/2017, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

DO PRAZO DE VALIDADE

As contratações se darão, inicialmente, por um período de 02 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, nos termos do §2º do art. 3º da Lei Municipal nº 1.867/2017.
podendo ser prorrogado até 31 de dezembro de 2027.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O resultado final do processo seletivo simplificado será homologado e publicado no Quadro de Avisos da Secretaria de Saúde, bem como no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios (AMUPE), constando a relação de candidatos classificados, em ordem crescente de classificação, contendo o nome do candidato e pontuação final;

Nenhum(a) candidato(a) poderá alegar o desconhecimento do presente edital ou de qualquer outra norma e comunicação posterior, regularmente divulgados, relativos ao certame, ou utilizar-se de artifícios que venham a prejudicar o Processo de Seleção Pública Simplificado;
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação, em observância da legislação vigente e princípios que regem a Administração Pública;

A aprovação e a classificação final geram para o(a) candidato(a) a ordem fática classificatória, reservando-se a Secretaria Municipal de Saúde de Taquaritinga do Norte-PE o direito de proceder às contratações no número permitido pela sua disponibilidade financeira;
O candidato classificado deverá manter atualizado seus dados para contato (endereço, telefone, etc.) junto à Secretaria de Saúde, sendo de sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização;

A qualquer tempo, poder-se-á anular a classificação ou a contratação temporária do(a) candidato(a), desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou qualquer irregularidade nos documentos apresentados;

A Comissão Organizadora fica autorizada a instituir equipe de apoio, com servidores do quadro efetivo, para o desempenho das avaliações curriculares e apreciação recursal;

A Comissão Organizadora e de Avaliação será destituída após a seleção e divulgação dos resultados definitivos;

Os candidatos deverão observar eventual incompatibilidade com outro cargo, emprego ou função pública na Administração Direta e Indireta, ressalvadas as respectivas exceções, nos termos do art. 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, devendo ser assinada declaração ausência de incompatibilidade antes da contratação;

As documentações e informações relativas ao presente Processo Seletivo serão guardadas pelo prazo de 02 anos e após esse prazo será arquivado, conforme Tabela de Temporalidade do Conselho Nacional de Arquivos CONARQ, conforme dispõe a Lei Federal n° 8.159/1991;

ANEXO I – Descrição da Função, Remuneração, Quantidade de Vagas, Carga Horária e Vencimentos;
ANEXO II – Formulário de Inscrição;
ANEXO III – Funções e respectivas atribuições;
ANEXO IV – Tabela de Pontuação;
ANEXO V – Declaração de não acumulação indevida de cargo ou função pública;
ANEXO VI – Declaração de Bens e Valores; **ANEXO VII –** Declaração de Idoneidade Moral; **ANEXO VIII –** Declaração de Deficiência;
ANEXO IX – Capa do Envelope para apresentação dos documentos;
ANEXO X – Cronograma;
ANEXO XI – Formulário para Recurso.

Taquaritinga do Norte, 17 de novembro de 2025

LEANDRO DO NASCIMENTO LIMA DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO, QUANTIDADE DE VAGAS, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO, VAGAS, REQUISITOS E REMUNERAÇÃO						
FUNÇÃO	**Nº DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA**	**Nº DE VAGAS PARA PCD**	**QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS**	**CARGA HORÁRIA DE TRABALHO**	**ESCOLARIDADE E REQUISITOS MÍNIMOS PARA A FUNÇÃO**	**VENCIMENTO BRUTO**
ATENDENTE DE FARMÁCIA	02	01	03	40 h semanais	Ensino Médio Completo; Curso de atendente de farmácia atualizado nos últimos 12 meses até a data de publicação do edital; Experiência Comprovada	**R$ 1.518,00** (SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE)
CONDUTOR DO SAMU	04	01	05	40 h semanais	Ensino Médio Completo; Habilitação na categoria "D". Curso de condutor de veículo de	**R$ 1.518,00** (SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE)

					emergência; Curso de APH atualizado nos últimos 12 meses até a data de publicação do edital; Curso de salvamento em altura, com carga mínima de 20h, atualizado nos últimos 12 meses até a data de publicação do edital. Curso de parto humanizado, atualizado nos últimos 12 meses até a data de publicação do edital; Experiência Comprovada	
RECEPCIONISTA	17	01	18	40h semanais	Ensino Médio Completo; Curso de Informática Básica, mediante comprovação atualizado nos últimos 12 meses até a data de publicação do edital; Curso de Recepcionista, mediante comprovação atualizado nos últimos 12 meses até a data de publicação do edital; Experiência Comprovada	**R$ 1.518,00** (SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE)
VETERINÁRIO	01	-	01	40 h semanais	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária; Experiência mediante comprovação; Registro ativo no Conselho de Classe.	**R$ 1.518,00** (SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE)
VIGILANTE	14	01	15	40 h semanais	Ensino Fundamental Curso de Vigia, mediante comprovação, atualizado nos últimos 12 meses até a data de publicação do edital; Experiência, mediante comprovação.	**R$ 1.518,00** (SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE)

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14	01	15	40h semanais	Escolaridade mínima: ser alfabetizado Experiência mediante comprovação	**R$ 1.518,00** (SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE)
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	01	00	01	40 h semanais	Ensino Médio Completo; Experiência, mediante comprovação Curso de manutenção Predial, atualizado nos últimos 12 meses até a data de publicação do edital;	**R$ 1.518,00** (SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE)

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

FUNÇÃO PRETENDIDA:_____

FUNÇÃO: Ampla Concorrência ( ) PCD ( )

Nome do Candidato:

Número do RG (Identidade):

Órgão Expedidor: UF:

Data de Nascimento: Sexo: ( )F/ ( )M

CPF:
Endereço Permanente (Rua/Avenida/Nº/Bairro):

Cidade: UF: CEP:

Telefones para contato (residencial/celular):

E-mail:

( ) Li e concordo com os termos do Edital Nº 002/2025 desta Seleção Simplificada.
( ) Tenho ciência de que devo acompanhar todas as etapas do referido certame (prazos, publicações, resultados e recursos).

Taquaritinga do Norte, de de 2025

Assinatura do Candidato

ANEXO III

FUNÇÕES E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES

ATRIBUIÇÕES	
FUNÇÃO	**ATRIBUIÇÕES**
ATENDENTE DE FARMÁCIA	Promover a guarda e adequado armazenamento dos medicamentos nas farmácias; manter atualizados os controles de saída e entrada de medicamentos e insumos; elaborar relatórios periódicos; realizar dispensação de medicações prescritas para os usuários, conforme protocolo do serviço; auxiliar o farmacêutico nas ações e serviços desenvolvidos.
	Conduzir veículo terrestre de urgência e emergência destinado ao APH (atendimento pré hospitalar) e

CONDUTOR DO SAMU	transporte de pacientes. Auxiliar na realização de manobras de reanimação cardiopulmonar básica (RCP); Conduzir maca; Trocar cilindros de oxigênio e ar comprimido em ambulância; Auxiliar no resgate de vítimas em situação de difícil acesso; Auxiliar na aplicação dos procedimentos de primeiros socorros; Auxiliar na imobilização de paciente em prancha rígida para transporte; Auxiliar na imobilização da região cervical do paciente em situação de trauma; Auxiliar na imobilização de membros de paciente em situação em trauma; Auxiliar na contenção de paciente com alteração de comportamento; Auxiliar na abordagem de parto de risco habital no APH; Auxiliar na realização de manobra de desengasgo; Auxiliar a equipe de saúde no que se refere aos itens e materiais contidos no veículo.
RECEPCIONISTA	Receber e atender visitantes, pacientes e usuários que procuram os serviços da secretaria; Realizar o atendimento telefônico, encaminhando ligações e fornecendo informações básicas sobre os serviços disponíveis; Organizar os ambientes de atendimento e reuniões, ajudando a proporcionar um ambiente acolhedor e eficiente; Auxiliar na preenchimento de formulários e relatórios simples, quando necessário, realizar tarefas administrativas básicas, como controle de documentos e arquivamento de papéis.
VETERINÁRIO	Responsável por acompanhar as equipes da Vigilância Sanitária em ações de campo. Alimentar o sistema de Gerenciamento de Ambiente Laboratorial – GAL (Animal). Emitir Autorização e Laudos para situações diversas, de acordo com as atribuições da função.

VIGILANTE	Exercer vigilância nos órgãos da Secretaria de Saúde, rondando suas dependências e observando a entrada e saída de pessoas ou bens, para evitar roubos, atos de violência e outras infrações à ordem e à segurança. Percorrer a área sob sua responsabilidade, atentamente para eventuais anormalidades nas rotinas de serviço e ambientais. Manter o ambiente asseado e em condições favoráveis para a realização das atividades ali realizadas. Vigiar a entrada e saída das pessoas, ou bens da entidade. Tomar as medidas necessárias para evitar danos, baseando-se nas circunstâncias observadas e valendo-se da autoridade que lhe foi outorgada. Prestar informações que possibilitam a punição dos infratores e volta à normalidade. Redigir ocorrências das anormalidades ocorridas. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Realizar a limpeza e conservação dos ambientes, incluindo escritórios, corredores, banheiros e áreas comuns; Manter a organização e higiene do local de trabalho, garantindo um ambiente saudável para todos; Auxiliar na reposição de materiais de higiene e limpeza, como papel, sabonetes e produtos de limpeza; Executar pequenas tarefas de manutenção e conservação, quando necessário; Colaborar com a equipe na organização de espaços e equipamentos.
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	Responsável por garantir que as instalações físicas dos prédios públicos estejam sempre em boas condições de uso. Isso inclui realizar reparos, manutenção preventiva e corretiva em sistemas elétricos, hidráulicos, de ar-condicionado, além de cuidar da conservação geral do prédio. Ele atua para assegurar um ambiente seguro, confortável e funcional para os profissionais de saúde e a comunidade que frequenta eses locais. É uma função fundamental para manter a infraestrutura adequada para o funcionamento eficiente dos serviços de saúde.

ANEXO IV

TABELA DE PONTUAÇÃO

REQUISITOS PONTUÁVEIS			
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	**CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**	**PONTUAÇÃO UNITÁRIA**	**PONTUAÇÃO TOTAL**
NÍVEL SUPERIOR **Veterinário**	Experiência comprovada na função a qual concorre, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Anexo I deste Edital.	**1 ponto a cada 6 meses** (tempo máximo de 2 anos)	**4 pontos**
	Curso de Graduação, mediante apresentação de diploma.	**3 pontos**	**3 pontos**
	Pós Graduação e Certificado de Extensão em áreas correlatas.	**1 ponto** para cada curso	**3 pontos**
TOTAL DE PONTOS:		-	**10**
NÍVEL MÉDIO **Recepcionista** **Atendente de Farmácia**	Experiência comprovada na função a qual concorre, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Anexo I deste Edital.	**1 ponto a cada 6 meses** (tempo máximo de 2 anos)	**4 pontos**
	Certificado de Conclusão do Ensino Médio	**3 pontos**	**3 pontos**
	Certificado ou declaração de conclusão de Curso de Qualificação profissional na área à qual concorre, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas e emitido nos últimos doze meses.	**1 ponto para cada certificado** (contabiliza no máximo 3 cursos)	**3 pontos**
TOTAL DE PONTOS:		-	**10**
NÍVEL MÉDIO **Técnico de Manutenção Predial**	Experiência comprovada na função a qual concorre, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Anexo I deste Edital.	**1 ponto a cada 6 meses** (tempo máximo de 2 anos)	**4 pontos**
	Certificado de Conclusão do Ensino Médio	**3 pontos**	**3 pontos**

	Certificado ou declaração de conclusão de curso de Qualificação profissional na área à qual concorre, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas e emitido nos últimos doze meses.	**3 pontos para cada certificado**	**3 pontos**
TOTAL DE PONTOS:			**10**

NÍVEL MÉDIO **Condutor do SAMU**	Experiência comprovada na função a qual concorre, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Anexo I deste Edital.	**1 ponto a cada 6 meses** (tempo máximo de 2 anos)	**4 pontos**
	Certificado de Conclusão do Ensino Médio e CNH categoria D	**2 pontos**	**2 pontos**
	Certificado ou declaração de conclusão de Curso de Qualificação profissional na área à qual concorre, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas e emitido nos últimos doze meses.	**1 ponto para cada certificado** (Conforme requisitos do Anexo I)	**4 pontos**
TOTAL DE PONTOS			**10**

NÍVEL FUNDAMENTAL **Vigilante**	Experiência comprovada na função a qual concorre, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Anexo I deste Edital.	**1 ponto a cada 6 meses** (tempo máximo de 2 anos)	**4 pontos**
	Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental	**3 pontos**	**3 pontos**
	Certificado ou declaração de conclusão de curso de Qualificação profissional na área à qual concorre, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas e emitido nos últimos doze meses.	**3 pontos** para cada certificado	**3 pontos**
TOTAL DE PONTOS			**10**

NÍVEL FUNDAMENTAL **Auxiliar de Serviços Gerais**	Experiência comprovada na função a qual concorre, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Anexo I deste Edital.	**1 ponto** a cada 6 meses	**6 pontos**
	Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental Completo	**3 pontos**	**3 pontos**
	Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental Incompleto	**1 ponto**	**1 ponto**
TOTAL DE PONTOS			**10**

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Nome:
CPF:

DECLARO, sob as penas da lei que:
( ) Não exerço qualquer outro cargo público, função ou emprego em Entidades Federais, Estaduais ou Municipais, bem como Autarquias, Empresas Públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas.
( ) Exerço, além do cargo a ser desempenhado no Fundo Municipal de Saúde de Taquaritinga do Norte PE, o(s) outros cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) abaixo:

, cuja jornada de trabalho é de
semanais (das h às h de a
, no seguinte Órgão: .
, cuja jornada de trabalho é de
semanais (das h às h de a
, no seguinte Órgão: .

Declaro, ainda, que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

Taquaritinga do Norte PE, de de 2025

Assinatura do Candidato

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu, , portador (a) do CPF: , declaro para fins de posse no cargo de
, do quadro permanente de pessoal do Fundo Municipal de Saúde de Taquaritinga do Norte PE, em decorrência de aprovação em processo seletivo, e em cumprimento às disposições legais pertinentes, que:
( ) Não possuo bens e valores patrimoniais que se enquadrem entre os elencados no item
( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, moveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior):
Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a), ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR (R$)

_____
Assinatura do Candidato
ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, , portador (a) do CPF: , DECLARO para os devidos fins de direito que sou detentor de idoneidade moral ilibada e nunca respondi por sindicância ou processo administrativo por conduta desabonadora praticada no âmbito da Administração Pública.

DECLARO ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Taquaritinga do Norte PE, de de 2025

Assinatura do Candidato

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE DEFICIÊNCIA

DADOS DO MÉDICO:
Nome completo: CRM/UF: Especialidade: Declaro que o(a) Sr(ª): Identidade nº: CPF nº: , inscrito(a) como Pessoa com Deficiência no Processo de Seleção Pública Simplificada do Fundo Municipal de Saúde de Taquaritinga do Norte- PE, concorrendo a uma vaga para a função de , conforme Portaria nº fundamentado no
exame clínico e nos termos legislação em vigor (Decreto Federal nº 3.298/1999), (é/ não é) portador (a)da Deficiência (física/auditiva/ visual) de CID: , em razão do seguinte quadro:

Taquaritinga do Norte, de de 2025

_____
Assinatura com carimbo do médico

Legislação de referência Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999: Art. 4º- É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: **I - Deficiência Física** – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; **II – Deficiência Auditiva** - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; **III - Deficiência Visual** - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

ANEXO IX

CAPA DO ENVELOPE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

NOME: _____Nº INSCRIÇÃO:_____
FUNÇÃO PRETENDIDA:_____ CPF:_____
TELEFONE:_____ EMAIL:_____

REQUERIMENTO
À Comissão, Na condição de candidato na Seleção Pública Simplificada do Fundo Municipal de Saúde de Taquaritinga do Norte-PE, solicito análise da documentação anexa, apresentada na seguinte ordem:

Sequência de apresentação	Especificação da documentação	Quantidade de Folhas
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
TOTAL DE FOLHAS CONTIDAS NO ENVELOPE		
( ) Declaro ter conhecimento de que a avaliação curricular será realizada mediante análise dos documentos acima descritos e apresentados em anexo.		

Taquaritinga do Norte, de de 2025

Assinatura do Candidato

ANEXO X

CRONOGRAMA

EVENTO	DATA/PERÍODO	LOCAL
Inscrições	24 de novembro de 2025 à 05 de dezembro de 2025	**Sede da Secretaria de Saúde:** Rod. PE 130, KM 08, Bairro Jucá, Taquaritinga do Norte-PE. Horário de 8h às 13:00 selecoessaudetqn@gmail.com
		Através do:
		Portal da Transparência do
		Município:
		https://www.taquaritingadono
		rte.pe.gov.br/
Resultado Preliminar	10 de dezembro de 2025	

		Diário Oficial dos
		Municípios – AMUPE:
		https://www.diariomunicipal.
		com.br/amupe/pesquisar
Prazo para interposição de recurso	11 de dezembro de 2025 à 12 de dezembro de 2025	**Presencialmente, na sede da Secretaria de Saúde:** Rod. PE 130, KM 08, Bairro Jucá, Taquaritinga do Norte-PE. Horário de 8h às 13:00h., ou pelo email: selecoessaudetqn@gmail.com

		Através do:
		Portal da Transparência do
		Município:
		https://www.taquaritingadono
Resultado Final da Seleção	17 de dezembro de 2025	rte.pe.gov.br/
		Diário Oficial dos
		Municípios – AMUPE:
		https://www.diariomunicip
		al.com.br/amupe/pesquisar
		Através do:
		Portal da Transparência do
		Município:
		https://www.taquaritingadono
Homologação do Processo Seletivo Simplificado	17 de dezembro de 2025	rte.pe.gov.br/
		Diário Oficial dos Municípios
		– AMUPE:
		https://www.diariomunicipal.c
		om.br/amupe/pesquisar
Convocação dos Classificados	22 de dezembro de 2025	Através do: **Portal da Transparência do Município:** https://www.taquaritingadono rte.pe.gov.br/ **. Diário Oficial dos Municípios – AMUPE:** https://www.diariomunicipal.com.b r/amupe/pesquisar

ANEXO XI

FORMULÁRIO PARA RECURSO

À Comissão Organizadora e de Avaliação da Seleção Pública Simplificada Nº 002/2025 do Fundo Municipal de Saúde de Taquaritinga do Norte/PE.

Nome do Candidato:
Número de inscrição:
Função Pretendida:

Razões do Recurso:

Taquaritinga do Norte, de de 2025

Assinatura do Candidato

Publicado por:
Aline Rejane Martins de Lima
Código Identificador:C3F64524

FUNDATA
EDITAL SELEÇÃO SIMPLIFICADA 02/2025

EDITAL DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA 02/2025
Fundação Municipal de Saúde de Taquaritinga do Norte - FUNDATA

A Fundação Municipal de Saúde de Taquaritinga do Norte - FUNDATA torna pública a realização de Processo de Seleção Pública Simplificada, visando à contratação temporária por período determinado, conforme especificado neste Edital.
CONSIDERANDO o regime jurídico especial, previsto no art. 37, IX, da CF e disciplina contida na Lei Municipal nº1.867/2017, a qual prevê hipóteses de contratação de pessoal, por prazo determinado para atendimento da necessidade temporária, em situações de excepcional interesse público, através dos órgãos da administração direta e autarquia do Município;
CONSIDERANDO a demanda emergencial por serviços públicos essenciais à população, relacionadas às funções de **MOTORISTA, VIGILANTE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, COZINHEIRA, LAVADEIRA, RECEPCIONISTA, MAQUEIRO, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL,** cujas vagas não foram contempladas no último concurso público vigente, caracterizando a hipótese prevista no art. 2º, inciso X da Lei Municipal n. 1.867/2017: "*X – outras situações em que fique demonstrada a afetação e riscos iminentes à população que possam ser provocados pela descontinuidade do respectivo serviço público"*;
CONSIDERANDO que não há concurso vigente para as funções de **MOTORISTA, VIGILANTE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, COZINHEIRA, LAVADEIRA, RECEPCIONISTA, MAQUEIRO, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL,** especificamente para ocuparem essas funções na **FUNDATA**, se faz necessário o planejamento administrativo para contratação temporária de tais servidores através da realização deste processo seletivo.
CONSIDERANDO a pertinência da adoção de prévio procedimento seletivo prévio às contratações, em atenção aos princípios constitucionais da impessoalidade e eficiência.
RESOLVE:
I - TORNAR PÚBLICO o Edital nº 02/2025, que disciplina o Processo Seletivo Público Simplificado visando à contratação temporária de **MOTORISTA, VIGILANTE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, COZINHEIRA, LAVADEIRA, RECEPCIONISTA, MAQUEIRO,**

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, alfabetizados, conforme quadro de Anexo I, para atender situação de excepcional interesse da FUNDATA, o qual será regido por este Edital e demais normas que venham a ser editadas e que o integrarão para os fins legais.

DAS INSCRIÇÕES

24/11/2025 a 05/12/2025.

1.2- Horário: Das 08h às 12h.

1.3- Local: FUNDATA – situada na Rodovia PE-130, Km 08, Taquaritinga do Norte/PE, **ou ainda pelo e-mail:fundataadm2025@hotmail.com, onde o candidato deverá encaminhar toda a documentação exigida digitalizada e totalmente legível, em formato PDF, unificado num arquivo zíper ou entregar a documentação na FUNDATA.**

1.4- Custo da inscrição: As inscrições serão isentas de cobrança de taxa;

1.5- Documentos exigidos:

1.5.1- Requerimento Padrão de Inscrição preenchido, conforme modelo constante no Anexo II, deste Edital.

1.5.2- RG – Registro Geral de Identidade.

1.5.3 - CPF/MF – Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda.

1.5.4 - São considerados documentos de identidade para os fins do item 1.5.2 carteira expedida pelos institutos oficiais de identificação, pelas Secretarias de Segurança Pública e de Defesa Social, pelo Corpo de Bombeiros Militar e Polícias Militares, pelos Ministérios Militares, ou pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas Órgãos Públicos que, por força de Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto), que estejam no prazo de validade, quando for o caso;

1.5.5 Documentos de comprovação de Escolaridade e Experiência Profissional**,** para cálculo da pontuação da Prova de Escolaridade, especificada Anexo I do presente Edital. Após entrega da documentação, não serão mais aceitos comprovantes para cálculo da nota desta etapa da Seleção;

1.5.6 Cópia de CNH na categoria D ou E, devidamente no prazo de validade, apenas para os candidatos concorrentes à função de Motorista;

1. 5.7 Comprovação de que tenha exercido a função de jurado, se for o caso, para uso como critério de desempate.

1.6. As informações prestadas no Requerimento Padrão de Inscrição (item 1.5.1) são de inteira responsabilidade do candidato, ficando a comissão avaliadora autorizada a desclassificar o candidato que preenchê-lo de forma incorreta e/ou fornecer dados comprovadamente inverídicos, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

1.7- É terminantemente vedada a entrega de documentos fora do prazo de inscrição.

1.9- Requisitos de inscrição:

1.9.1 – Ser brasileiro nato ou naturalizado.

1.9.2 – Possuir, na data da contratação, a escolaridade e requisitos básicos exigidos para o exercício da função, constantes no Anexo I;

1.9.3 – Possuir, na data da contratação, a idade mínima de 18 anos completos;

1.9.4 – Não possuir contrato rescindido com a Administração Pública Municipal através de processo administrativo disciplinar;

1.10- A inscrição do (a) candidato (a) que apresentar documentação falsa ou incompleta será cancelada, a qualquer tempo, pela Comissão Organizadora e de Avaliação, responsável pelo Processo Seletivo Público Simplificado.

1.11- Concluída a inscrição, o(a) candidato(a) receberá o respectivo comprovante.

1.12- A inscrição do(a) candidato(a) implicará na aceitação das normas do presente processo seletivo, contidas neste edital, bem como em outros instrumentos normativos que vierem a surgir.

1.13- As despesas decorrentes de eventuais deslocamentos, hospedagens, alimentação, fotocópias de documentos, e outras despesas correrão exclusivamente às expensas de cada candidato, ficando isento o ente municipal de qualquer obrigação.

1.14 É vedada a inscrição do mesmo candidato para mais de um cargo.

DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1 Do total de vagas, 5% (cinco por cento) serão destinadas para pessoas com deficiência (PCD), consoante à disposição do art. 97, inciso VI, alínea "a", da Constituição do Estado de Pernambuco, da Lei nº 13.146/2015, e do Decreto Federal nº 3.298/1999, de acordo com o quadro de vagas ofertadas e desde que haja compatibilidade entre o cargo e a deficiência. Os candidatos devem comprovar deficiência através de laudo médico expedido nos últimos 90 (noventa) dias anteriores a inscrição no Processo Seletivo, e participarão da seleção em iguais condições com os demais candidatos.

2.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

2.2.1 Na Ficha de Inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, especificando a deficiência;

2.2.2 No ato da inscrição, entregar o Laudo Médico, emitido nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à inscrição, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência à classificação correspondente do Código Internacional de Doenças – CID e detalhes sobre as limitações funcionais da pessoa. Nos casos de pessoas com deficiência auditiva e visual é necessário apresentar exames de audiometria e oftalmológico, respectivamente, realizados em até 180 dias anteriores à inscrição;

2.2.3 O candidato que na Ficha de Inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, mas não incluir o Laudo Médico e/ou cópia de exames, nos casos específicos, entre a documentação entregue no ato da inscrição, não concorrerá às vagas destinadas a pessoas com deficiência, passando, automaticamente, a concorrer apenas às vagas de Ampla Concorrência.

2.3 Será considerada pessoa com deficiência o candidato que se enquadrar nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298 de 20.12.1999 e suas alterações.

2.4 A não observância ao disposto neste Edital, acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3. DOS REQUISITOS DE FORMAÇÃO, DA REMUNERAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DO CANDIDATO.

3.1 - Para participar do Processo Seletivo, o candidato deverá atender as exigências mínimas para o cargo.

3.2. Os requisitos de formação necessários à aprovação e classificação dos candidatos estão descritos no Anexo I deste Edital.

3.3 – A remuneração do cargo ofertado encontra-se descrita no Anexo I deste Edital.

3.4 – A avaliação e seleção dos candidatos obedecerá aos critérios descritos no Anexo IV deste edital, conforme pontuação atribuída aos candidatos pela Comissão Organizadora e de Avaliação, que será composta pelos seguintes membros da comissão de avaliação e seleção.

4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

4.1. O Processo de Seleção Pública Simplificado será realizado em uma única etapa de análise curricular.

4.2 - A **avaliação curricular,** de caráter classificatório, obedecerá aos critérios descritos no Anexo IV deste edital, valor máximo de 10 (dez) pontos.

4.2.1 - A experiência profissional poderá ser comprovada mediante os seguintes itens:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

b) Certidão/Declaração de tempo de serviço público ou privado, emitida pelo departamento de recursos humanos da instituição ou pelo empregador responsável em que trabalha ou trabalhou, na qual constem expressamente o cargo/função desempenhado e as atividades desenvolvidas;

4.2.2 - A fração de tempo de experiência profissional superior a 15 (quinze) dias será computada como 01 (um) mês.

4.2.3 – Só serão aceitos certificados e diplomas emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

4.2.5 - A Certidão/Declaração de que tratam a letra "b" do subitem 3.2.1, em caso do empregador ser pessoa física ou jurídica, deverá(ao) ser emitida(s) em papel timbrado da instituição com aposição de carimbo do ente ou da pessoa física, bem como assinatura e carimbo do responsável, cuja assinatura deve constar com a firma reconhecida em cartório competente.

4.2.6 - A ausência de comprovação importará na não pontuação da informação prestada pelo candidato quanto à experiência profissional.

4.2.7 - A nota final dos candidatos no processo seletivo será obtida através do somatório simples dos pontos considerados nos itens de avaliação da tabela constante do Anexo IV deste edital.

4.2.8- Os candidatos serão ordenados nas vagas, de acordo com o valor decrescente das notas obtidas no processo seletivo.

4.2.9 - Na contagem geral de pontos, não serão computados os pontos que ultrapassarem o limite estabelecido neste edital.

4.2.10 - O candidato poderá recorrer do resultado no prazo previsto no Anexo V.

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 Em caso de empate entre os candidatos aprovados/classificados no Processo de Seleção Pública Simplificada serão obedecidos os critérios de desempate, na ordem apresentada a seguir:

Idoso: O candidato idoso é aquele com idade igual ou superior a 60 anos considerando o ano, o mês e o dia da data de nascimento informada no momento da inscrição por meio do formulário de inscrição (critério estabelecido na lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa;

Idade: O candidato não idoso mais velho, considerando o ano, o mês e o dia da data de nascimento informada no momento da inscrição por meio do formulário de inscrição;

b) Ter sido jurado – Lei Federal nº 11.689/2008 que alterou o art. 440 do CPP;

6. DAS VAGAS

6.1. Para esse processo seletivo, as vagas deverão ser preenchidas pelos critérios de conveniência e necessidade da administração, respeitada a ordem de classificação constante da homologação do resultado final.

7. DO CRONOGRAMA

7.1 O Cronograma do Processo de Seleção Pública Simplificado obedecerá ao calendário constante no Anexo V.

8. DA CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

8.1 Os candidatos selecionados dentro das vagas, devidamente convocados, deverão comparecer nas datas previstas no calendário constante no Anexo V, à Secretaria da **FUNDATA**, situada na Rua Rodovia PE-130, Km 08, Taquaritinga do Norte/PE, no horário das 08h às 12h, para assinatura do instrumento contratual munidos dos seguintes documentos:

a) Registro Geral (documento de identidade)

b) CPF/MF

c) PIS/PASEP

d) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

e) 01 (uma) fotos 3x4

f) Certidão de estado civil (nascimento ou casamento)

g) Certidão de nascimento dos dependentes menores e cartão de vacina

h) Comprovante de residência, datado a menos de 90 dias

i) Atestado de aptidão física e mental

j) Outras documentações que se fizerem necessários à contratação

l) Cópia de Conta Corrente no Banco do Brasil;

m) Cópia do Título de Eleitor;

n) Carteira Nacional de Habilitação atualizada (para os condutores);

o) Certidão de Antecedentes Criminais Estadual e Federal (conforme Lei Municipal n° 2.160/2023);

p) Declaração de Bens;

q) Declaração de Vínculos;

8.2 A ausência ou o não cumprimento do disposto no item anterior importará na eliminação do(a) candidato(a), sendo imediatamente convocado(a) o(a) classificado(a) seguinte.

9. DO REGIME JURÍDICO

9.1 O pessoal contratado em caráter temporário através do presente Processo de Seleção Publica Simplificado se submeterá a regime jurídico especial, previsto no art. 37, IX, da CF e disciplina contida na Lei Municipal nº 1.867/2017, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

10. DO PRAZO DE VALIDADE

10.1 As contratações se darão, inicialmente, por um período de 01 (um) ano, iniciando em 02 (dois) de janeiro de 2026, prorrogável por igual período por ato do chefe do Poder Executivo Municipal nos termos do 52º. do art.3º. da Lei Municipal nº.1.867/2017.

10.2 Os contratos poderão ser rescindidos antecipadamente, em hipótese de superveniente reconhecimento da cessação da necessidade que justifica a contratação.

10.3 O presente Processo Seletivo terá prazo de validade até 31 de dezembro de 2026, contados da data de homologação do Resultado Final da Seleção.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Nenhum(a) candidato(a) poderá alegar o desconhecimento do presente edital ou de qualquer outra norma e comunicação posterior, regularmente divulgados, relativos ao certame, ou utilizar-se de artifícios que venham a prejudicar o Processo de Seleção Pública Simplificado.

11.2 Os candidatos que desejarem poderão interpor recurso contra o resultado da Avaliação Curricular, após a divulgação do resultado preliminar, o qual deverá ser endereçado à Comissão Organizadora e de Avaliação da Seleção Pública Simplificada, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital, no prazo previsto no Cronograma estabelecido no Anexo V. **Os recursos poderão ser entregues presencialmente na Secretaria**

da FUNDATA–situada na Rodovia PE-130, Km 08, Taquaritinga do Norte/PE, ou de forma online através do e-mail fundataadm2025@hotmail.com.
11.3 O resultado final do processo seletivo simplificado será homologado e publicado no Mural da **FUNDATA,** no Diário Oficial dos Municípios (AMUPE) e no Portal da Transparência, na qual constará a relação de candidatos classificados, em ordem crescente de classificação, contendo o nome do candidato e pontuação final.
11.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação, em observância da legislação vigente e princípios que regem a administração pública.
11.5 A aprovação e a classificação final geram para o(a) candidato(a) apenas a expectativa de direito à contratação, reservando-se à FUNDATA o direito de proceder às contratações no número permitido pela sua disponibilidade financeira.
11.6 O candidato classificado deverá manter atualizado seus dados para contato (endereço, telefone, e-mail etc.) junto à FUNDATA, sendo de sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização. **Esta atualização deverá ser realizada presencialmente na sede da FUNDATA – situada na Rodovia PE-130, Km 08, Taquaritinga do Norte/PE.**

11.7 A qualquer tempo, poder-se-á anular a classificação ou a contratação temporária do(a) candidato(a), desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou qualquer irregularidade nos documentos apresentados.
11.8 A Comissão Organizadora e de Avaliação fica autorizada a instituir equipe de apoio, com servidores do quadro efetivo, para o desempenho das avaliações curriculares e apreciação recursal.
11.9 A Comissão Organizadora e de Avaliação será destituída após a seleção e divulgação dos resultados definitivos.
11.10 Os candidatos deverão observar eventual incompatibilidade com outro cargo, emprego ou função pública na Administração Direta e Indireta, ressalvadas as respectivas exceções, nos termos do art. 37, inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c”, da Constituição Federal, devendo ser assinada declaração de ausência de incompatibilidade antes da contratação.
11.11 – Poderá a FUNDATA rescindir o contrato antes de seu término final, pelo desaparecimento da necessidade pública ou pela extinção ou conclusão do projeto ou programa que ensejou a contratação, pela ausência de
idoneidade moral, assiduidade, disciplina, eficiência e/ou aptidão para o exercício da função contratada.
11.12 – A rescisão do contrato por iniciativa do contratado deve ser encaminhada por escrito à Diretoria da FUNDATA, com antecedência de, no mínimo 30 (trinta) dias, salvo em caso fortuito ou força maior, para que o serviço não seja prejudicado. Nesse caso, poderá ser convocado o próximo candidato da lista de classificados.

Taquaritinga do Norte/PE, 17 de novembro de 2025.

MAYANE RIBEIRO DOS SANTOS MENEZES SOUZA
Presidente da FUNDATA

ANEXO I
FUNDATA
DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS GERAIS	Nº DE VAGAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	CARGA-HORÁRIA DE TRABALHO	ESCOLARIDADE E REQUISITOS MÍNIMOS PARA A FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL	PERÍODO DE CONTRATAÇÃO
MOTORISTA	**10**	**00**	**10**	40 hs semanais	Ensino médio completo; Carteira de Habilitação Nacional – CNH de categoria D ou E; Não ter cometido nenhuma infração de trânsito grave ou gravíssima, e/ou ser reincidente em infrações médias durante os 24 (vinte e quatro) meses anteriores à inscrição; Curso de APH atualizado; Curso para veículos de emergência atualizado	R$ 1.518,00	**Vigência inicial um (01) ano,** passível de prorrogação, em caso de excepcional interesse público, ou de rescisão antecipada, cessada a necessidade que justifica a contratação.
VIGILANTE	**04**	**01**	**05**	40 hs semanais	Ensino médio completo; Curso de Vigia mediante comprovação com certificado atualizado nos últimos 06 meses até a data de publicação do edital; Experiência mediante comprovação	R$ 1.518,00	**Vigência inicial um (01) ano,** passível de prorrogação, em caso de excepcional interesse público, ou de rescisão antecipada, cessada a necessidade que justifica a contratação.
SERVIÇOS GERAIS	**08**	**01**	**09**	40 hs semanais	Escolaridade mínima: Ensino Fundamental Incompleto; Experiência mediante comprovação	R$ 1.518,00	**Vigência inicial um (01) ano,** passível de prorrogação, em caso de excepcional interesse público, ou de rescisão antecipada, cessada a necessidade que justifica a contratação.
COZINHEIRA	**08**	**01**	**09**	40 hs semanais	Condição mínima de escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto; Experiência mediante comprovação	R$ 1.518,00	**Vigência inicial um (01) ano,** passível de prorrogação, em caso de excepcional interesse público, ou de rescisão antecipada, cessada a necessidade que justifica a contratação.
LAVADEIRA	**01**	**00**	**01**	40 hs semanais	Condição mínima de escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto; Experiência mediante comprovação	R$ 1.518,00	**Vigência inicial um (01) ano,** passível de prorrogação, em caso de excepcional interesse público, ou de rescisão antecipada, cessada a necessidade que justifica a contratação
RECEPCIONISTA	**08**	**01**	**09**	40 HS SEMANAIS	Ensino médio completo; Curso de informática básica mediante comprovação com certificado atualizado nos últimos 12 meses até a data de publicação do edital; Curso de recepcionista mediante	R$ 1.518,00	**Vigência inicial um (01) ano,** passível de prorrogação, em caso de excepcional interesse público, ou de rescisão antecipada, cessada a necessidade que justifica a contratação.

					comprovação, com certificado atualizado nos últimos 12 meses até a data de publicação do edital; Experiência profissional mediante comprovação		
MAQUEIRO	**01**	**00**	**01**	40 HS SEMANAIS	Condição mínima de escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto; Curso de Maqueiro atualizado nos últimos 06 meses.	R$ 1.518,00	**Vigência inicial um (01) ano,** passível de prorrogação, em caso de excepcional interesse público, ou de rescisão antecipada, cessada a necessidade que justifica a contratação.
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL	**02**	**00**	**02**	40 HS SEMANAIS	Condição mínima de escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto;	R$ 1.518,00	**Vigência inicial um (01) ano,** passível de prorrogação, em caso de excepcional interesse público, ou de rescisão antecipada, cessada a necessidade que justifica a contratação

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE

FICHA DE INSCRIÇÃO – SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA 2025.

EDITAL 002/2025

Nome do Candidato _____

Função _____
Data de Nascimento _____/_____/_____

CPF _____ RG _____

Endereço residencial _____

Cidade _____ Bairro_____ UF _____

CEP _____

Telefones ( )_____	( ) _____

E-mail:-_____

	Li e concordo com os termos do Edital 002/2025. Tenho ciência de que devo acompanhar todas as etapas do Referido Certame (prazos; publicações; resultados e recursos).	

Data da Inscrição _____/_____/_____

_____
Assinatura do Candidato:

ANEXO III
MODELO DE CURRÍCULO

DADOS PESSOAIS
Nome Completo:_____
_____
Data de Nascimento: _____ /_____/_____ Sexo:_____
Endereço:_____
Bairro: _____ Cidade:_____
CEP:_____ UF:_____
Telefones:( )_____( )_____
Estado Civil: _____
E-mail_____
FILIAÇÃO:
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe**:** _____
FORMAÇÃO

_____
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

_____
Declaro, sob as penas da lei, ser alfabetizado, sabendo ler e escrever.
_____

Taquaritinga do Norte/PE, _____ de _____de 2025.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO IV
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

REQUISITOS PONTUÁVEIS			
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	**CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**	**PONTUAÇÃO UNITÁRIA**	**PONTUAÇÃO TOTAL**
NÍVEL MÉDIO	Experiência comprovada na função a qual concorre, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Anexo I deste Edital.	1 ponto a cada 6 meses (tempo de máximo de 2 anos)	**4 pontos**
	Certificado de Conclusão do Ensino Médio	3 pontos	**3 pontos**
	Certificado ou declaração de conclusão de Curso de Qualificação profissional na área à qual concorre, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas e emitido nos últimos doze meses.	1 ponto a cada certificado (contabiliza no máximo 3 cursos)	**3 pontos**
TOTAL DE PONTOS: 10			
NÍVEL FUNDAMENTAL	Experiência comprovada na função a qual concorre, em conformidade com as atribuições estabelecidas no Anexo I deste Edital.	1 ponto a cada 6 meses (tempo de máximo de 2 anos)	**4 pontos**
	Certificado de Conclusão de Ensino Fundamental	3 pontos	**3 pontos**
	Certificado de Conclusão de Ensino Fundamental Incompleto	2 pontos	**2 pontos**
	Certificado ou declaração de conclusão de Curso de Qualificação profissional na área à qual concorre, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas e emitido nos últimos doze meses.	1 ponto a cada certificado (contabiliza no máximo 3 cursos)	**3 pontos**
TOTAL DE PONTOS: 10			

ANEXO V
CRONOGRAMA

EVENTO	PERÍODO
Publicação do Edital	17 de novembro de 2025
Prazo para impugnação do Edital	18 de novembro de 2025 a 19 de novembro de 2025.
Período de Inscrições	24 de novembro de 2025 a 05 de dezembro de 2025
Divulgação do Resultado Preliminar	10 de dezembro de 2025.
Prazo para interposição de Recurso ao Resultado Preliminar	11 de dezembro a 12 de dezembro de 2025.
Divulgação e Homologação do Resultado Final.	17 de dezembro de 2025.
Convocação de candidatos	A partir de 22 de dezembro de 2025.

ANEXO VI – FORMULÁRIO PARA RECURSO

À Comissão Organizadora e de Avaliação da Seleção Pública Simplificada nº 02/2025 da Fundação Municipal de Saúde do Município de Taquaritinga do Norte/PE.

Nome do Candida
_____

Número de inscrição:_____

Cargo: _____

Razões do Recurso:
_____

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE DEFICIÊNCA

Dados do médico:
Nome completo:
CRM/UF:
Especialidade:

DECLARO para os devidos fins, que o Sr. _____, identidade n° _____, CPF n° _____, inscrito como pessoa com Deficiência na Seleção Simplificada da Fundação Municipal de Saúde (FUNDATA)DE Taquaritinga do Norte, concorrendo a uma vaga para a função de _____, fundamentado no exame clinico e nos termos da legislação em vigor (Decreto Federal n° 3.298/1999), _____ (é/ não é) portador(a) da Deficiência _____ (física/auditiva/visual) de CID 10_____, em razão do seguinte quadro:_____

Taquaritinga do Norte/PE, _____/_____/2025.

_____
Assinatura e carimbo do médico

Publicado por:
Maria Aparecida da Silva
Código Identificador:4992A153